

ANA CRISTINA DA SILVA

**O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA TRAVESSIA DO
SÉCULO XX PARA O XXI: O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS**

VOLUME I

**PRESIDENTE PRUDENTE
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA TRAVESSIA DO
SÉCULO XX PARA O XXI: O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS**

VOLUME I

Ana Cristina da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço. Linha: Eixo Transversal – Teoria e Método. Orientadora: Profa. Dra. Eda Maria Góes.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2010**

Silva, Ana Cristina da.
S578p O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI : o território na trama das significações imaginárias / Ana Cristina da Silva. - Presidente Prudente : [s.n], 2010
xiii, 2v.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientadora: Eda Maria Góes

Banca: Eliseu Savério Spósito, Maria Mônica Arroyo, Ildeu Moreira Coelho, José Borzacchiolo da Silva

Inclui bibliografia

1. Pensamento geográfico brasileiro. 2. Imaginário. 3. Território. 4. Geografia Humana I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA TRAVESSIA DO
SÉCULO XX PARA O XXI: O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS
ENTREVISTAS
VOLUME II**

Ana Cristina da Silva

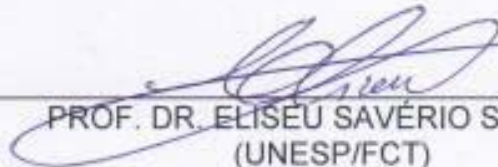
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço. Linha: Eixo Transversal – Teoria e Método. Orientadora: Profa. Dra. Eda Maria Góes.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2010**

BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. EDA MARIA GÓES
ORIENTADOR (UNESP/FCT)



PROF. DR. ELISEU SAVÉRIO SPÓSITO
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. MARIA MÔNICA ARROYO
(USP)



PROF. DR. ILDEU MOREIRA COELHO
(UFG)



PROF. DR. JOSÉ BORZACCHIELO DA SILVA
(UFC)



ANA CRISTINA DA SILVA

Presidente Prudente (SP), 09 de setembro de 2010.

Resultado: Aprovada

Para

Erlane, grande amiga, por ter me feito descobrir o sentido da amizade que ampara e aponta caminhos.

Dulce e Eliana, as amigas “certas” nos momentos “incertos” dessa jornada, pelo afeto que nos une.

Ana Rosa, minha avó, para quem o presente é cada vez mais suplantado pelo passado, meu desejo de estar como lembrança nessa memória que se esvaece, ontem, hoje e sempre meu mais profundo afeto.

Maria Conceição da Silva, minha mãe, pela educação que me deu.

Maryanna e Jhenyfer, minhas priminhas, por nos dar muitas alegrias e razões para viver.

AGRADECIMENTOS

À professora, Dra. Eda Góes, meus agradecimentos e gratidão por sua orientação e amizade. Na condição de orientadora, por ter me acompanhado e orientado nesse projeto intelectual desafiador. Enfim, por ter acreditado na possibilidade de realização conjunta desse trabalho. Como amiga, por ter me ajudado a enfrentar desafios, dúvidas e angústias com paciência, serenidade e firmeza que só as pessoas amigas sabem ter.

Aos professores, Carminha e Eliseu, pela inestimável ajuda que me deram quando de minha instalação em Prudente e como mediadores importantes na realização de entrevistas necessárias à pesquisa.

Aos professores Bernardo Mançano Fernandes e Eliseu Savério Sposito, membros da Banca do Exame de Qualificação, por sua apreciação crítica e pelos comentários sugestivos.

À professora Maria Aparecida Moraes por ter me dado a conhecer autores e ideias inusitadas, por sua generosidade intelectual.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação, Raul Borges e Antonio Cesar Leal, pelas informações e orientações sempre solícitas, como também a todos os funcionários da secretaria, nas pessoas da Márcia, Ivonete e Erynate.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que me foi concedida para o desenvolvimento da pesquisa de Tese.

Aos geógrafos e geógrafas que aceitaram responder às minhas questões. Seus depoimentos foram fundamentais para a realização desta tese.

A minha família: as tias Idalice e Nilza, pelo amparo moral e material que me deram nesses quatro anos de tantos desafios, Veniva e Wilma que choraram comigo a dor da distância e da saudade.

À Dona Cota, Virgilina Matias Sebba, pela generosa acolhida em sua casa nesses anos todos de estudos.

Aos queridos amigos que encontrei em Prudente: Kedma e Igor, Cris e Gilney, Odair e Ricardo, Claudinha e Alexandre, Flavinha e Marcelino, Sônia Segatti e Adriano Amaro, pela acolhida, zelo e pelo afeto que me deram.

Aos queridos amigos Sampaio e Atamis, companheiros de estudos, conversas e muitas alegrias.

À Bia por sua amizade e pelo trabalho de transcrição das primeiras entrevistas. Ao Ademir Terra pela amizade e pelo trabalho em resolver nossas dificuldades com a informática.

Obrigada pelo bem que me fizeram.

Aos meus amigos de Goiânia, João de Deus, Elson, Sandron e Gargamel, que me ampararam nesses anos de estudo peregrino.

Ao amigo e conterrâneo, Ronaldo, por sua amizade e pelo prazer de estarmos juntos.

À Maria Amélia, amiga que, generosamente, me permitiu o acesso à sua biblioteca pessoal e o conhecimento de sugestivos autores.

Aos professores:

José Henrique Stacciarini por ter me ensinado a perseverar em meio à diversidade.

Ildeu Moreira Coelho por ter me apresentado Castoriadis, assim renovando minha paixão pela Filosofia.

Minha mais profunda gratidão.

Ana Cristina

RESUMO

A temática dessa tese é o território na história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo no âmbito da Geografia Humana, uma grande área de conhecimento que abarca subáreas da Geografia. Essa temática foi abordada sob as perspectivas da Sociologia do Conhecimento e da Filosofia, no que se refere ao conceito de pensamento, e, da História Oral e da História do Tempo Presente quanto aos procedimentos metodológicos (elaboração e tratamento das fontes, recorte temporal). Essas perspectivas nortearam o modo de visar a história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, na travessia do século XX para o XXI, a partir da década de 1980.

Foram avaliadas, primeiramente, algumas concepções e abordagens da história do pensamento geográfico, no Brasil, quando procuramos também reconstituir a história da Geografia Humana em relação com algumas teorias sociais que conformaram o pensamento geográfico moderno e contemporâneo, tendo em vista demarcar as especificidades dessa investigação em relação às existentes, como também elucidar o território nessas histórias.

A elucidação do território, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, implicou em considerá-lo numa dimensão mais ampla do que aquelas que o definem como conceito, objeto ou elemento ideológico, por seu vínculo com o Estado. Nessa tese, concebemos o território como uma “significação imaginária social”. Essa concepção tem por referência o imaginário como núcleo ontológico da *Filosofia da criação humana* de Castoriadis. Nessa Filosofia encontramos uma teoria social, a formulação de questões que interessam às Ciências Humanas e um percurso que configura modos de elucidação acerca do imaginário científico e da história da ciência. Essa referência norteou o modo de visar o território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo na confluência entre as dimensões imaginária e conjuntista-identitária como criação da sociedade instituída e do imaginário científico.

Palavras-chave

Território. Imaginário. Pensamento Geográfico. Geografia Humana.

ABSTRACT

The topic discussed in this dissertation is the territory throughout the History of contemporary Brazilian geographical thinking in the domain of human geography, a vastly field of study encompassing subareas in the science of geography.

This thematic is approached under the following perspectives: Sociology of Knowledge and Philosophy relating to the concept of thought, and Oral History e History of Present time concerning the methodological procedures (organization and dealing with the sources, and time analysis)

These perspectives led the way in which the contemporary history of Brazilian geographical thought is seen at the turn of the XX to XXI century from the 1980's on.

First, this study conducted an evaluation of some concepts and approaches in the History of geographical thought in Brazil. Afterwards the History of Human Geography was remade/retelled according to some social theories which prevailed in the modern and contemporary geographical thought. There were two goals in this pursuit; make the contours and trace the features of this approach contrasting to the existing ones and also to clarify the territory in this Histories.

The elucidation of territory in the contemporary Brazilian geographical thought entailed in considering it in broader dimension than those that defined it such as being concept, object or an ideological element due to its tie with the State.

In this study, territory was conceived as being a social imaginary signification. This conception holds the imaginary as a reference to ontological core of Castoriadis's Philosophy of Human Creation.

In this Philosophy a social theory was found, the formulation of questions that matters to Human Science in a pathway which configures forms of elucidation of the scientific imaginary and the history of science.

This reference summarized above guided the way the territory was approached in the contemporary Brazilian geographical thought in a cross section between two dimensions: imaginary and identity being created by a instituting society and scientific imaginary.

Keywords:

Territory. Imaginary. Geographical thought. Human Geography

LISTA DE SIGLAS

- AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros
- APL = *Agence de Presse Libération*
- CNDDA = Companhia Nacional para de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia
- CNG = Conselho Nacional de Geografia
- CNPQ = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ENG = Encontro Nacional de Geógrafos
- FAO = Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FMI = Fundo Monetário Internacional
- GEBAN = Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas
- GETAT = Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
- IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA = Instituto Nacional de Reforma Agrária
- INPE = Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IRSA = Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
- MERCOSUL = Mercado Comum do Sul
- MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- NERA = Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
- OCDE = Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OECE = Organização Europeia de Cooperação Econômica
- ONU = Organização das Nações Unidas
- OSPB = Organização Social e Política Brasileira
- PCI = Partido Comunista Internacionalista
- RIST = Relatório de Impactos Socioterritoriais
- SBPC = Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- SUDENE = Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- UGI = União Geográfica Internacional
- UNESP = Universidade Estadual Paulista
- URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- USP = Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	17
PRIMEIRA PARTE - ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.....	22
CAPÍTULO I. A METAMORFOSE DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DE IDEOLOGIA A CIÊNCIA.....	23
I.1. Geografia Humana e história do pensamento geográfico brasileiro.....	24
I.2. A configuração da Geografia Humana no pensamento geográfico brasileiro no final do século XX.....	29
I.3. A institucionalização da história do pensamento geográfico brasileiro.....	36
I.4. História do pensamento geográfico e Sociologia do Conhecimento.....	44
I.5. Uma abordagem hermenêutica e crítica acerca da ideologia.....	52
CAPÍTULO II. ELEMENTOS PARA UMA “HISTORIOGRAFIA” DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.....	69
II.1. O diálogo com a “filosofia da criação humana”.....	70
II.2. O pensado e o impensado: as aporias do mar sem fim.....	77
II.3. O diálogo como atitude, princípio e método.....	79
II.4. Experiência do tempo e da História.....	80
II.4.1. O sentido da História e a atribuição da Historiografia.....	83
II.4.2. Convergências da história oral com a história do tempo presente.....	98
II.5. A “fala de si” nas encruzilhadas do discurso.....	102
II.5.1. Oralidade e escritura na convergência da hermenêutica com a dialética.....	108
CAPÍTULO III. GEOGRAFIA HUMANA E TEORIA SOCIAL: NAS ENCRUZILHADAS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO.....	116
III.1. A constituição da Geografia Humana.....	117
III.1.1. Da <i>Antropogeografia</i> à Geografia Humana: a teoria social clássica.....	120
III.1.2. A invenção da Geografia Humana na França.....	129
III.2. Filosofia e teoria social.....	136
III.3. A Geografia lablachiana por seus discípulos: continuidades e variações.....	141
III.4. A Geografia Humana entre a História e a Sociologia.....	150

III.5. Geografia Humana e teoria social marxista.....	158
---	-----

SEGUNDA PARTE - O IMAGINÁRIO E AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS.....	169
--	-----

CAPÍTULO IV. O IMAGINÁRIO E A FILOSOFIA DA CRIAÇÃO HUMANA.....	170
--	-----

IV.1. O retorno a Castoriadis.....	170
------------------------------------	-----

IV.2. A trajetória singular de um revolucionário.....	175
---	-----

IV.3. A ontologia tradicional e a concepção de Ser.....	182
---	-----

IV.3.1. A ontologia herdada e o imaginário radical.....	184
---	-----

IV.3.2. A lógica conjuntista-identitária e os magmas.....	188
---	-----

IV.4. Filosofia da criação humana e teoria social.....	199
--	-----

CAPÍTULO V. DA INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE À SIGNIFICAÇÃO IMAGINÁRIA TERRITÓRIO.....	210
--	-----

V.1. O legado de uma tradição: o território estatal.....	211
--	-----

V.2. O território e a lógica conjuntista-identitária.....	216
---	-----

V.3. Renovação e tradição na Geografia Humana brasileira.....	218
---	-----

V.3.1. Da crítica à renovação teórica: para além da crítica ideológica.....	219
---	-----

V.3.2. As vozes dissonantes: o território entre a tradição e a renovação.....	225
---	-----

V.3.3. Os descaminhos da renovação e o retorno do excluído.....	231
---	-----

V.4. O jogo das interações: concepção histórica do espaço e geográfica do tempo.....	240
--	-----

CAPÍTULO VI. O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS.....	251
---	-----

VI.1. Globalização ou “ascensão da insignificância”.....	251
--	-----

VI.1.1. O domínio social-histórico e a questão do tempo e do espaço conídicos e imaginários.....	257
--	-----

VI.2. O território e as significações imaginárias sociais na travessia do século XX para o XXI.....	264
---	-----

VI.2.1. A instituição científica do território.....	266
---	-----

VI.2.1.1. História e território no pensamento geográfico renovado.....	270
--	-----

VI.2.1.2. Velhas e novas significações imaginárias 500 anos depois.....	279
---	-----

VI.2.1.3. Território e política na Geografia política renovada.....	291
VI.2.1.4. A pátria geográfica: quando novos personagens entram em cena.....	299
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	312
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	322

PRÓLOGO

O preprojeto de pesquisa: “O imaginário geográfico e a instituição do território brasileiro” apresentado no processo seletivo, para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, foi tributário de circunstâncias e momentos vividos na atividade docente, na Universidade Federal de Goiás (UFG), desde 1992.

Em 1992, iniciei na profissão docente, ensino superior, no curso de graduação em Geografia, no Campus Avançado de Catalão, da UFG, onde também me graduei em Geografia, no período de 1988 a 1991. Recentemente contratada como professora auxiliar de ensino, o primeiro desafio profissional foi o de pensar os programas de curso das disciplinas: Teoria e Método em Geografia, um conjunto de conteúdos de epistemologia das ciências, história do pensamento geográfico e epistemologia da Geografia; Regionalização que tratava dos métodos de regionalização e estabelecia interface com Teoria da Região, disciplina propedêutica; e Geografia Humana do Brasil que abarcava conteúdos históricos relativos ao renascimento mercantil; “descoberta”, ocupação e formação do território brasileiro até o final da década de 1980. As propostas das disciplinas e as atividades de ensino motivavam meus estudos sobre os fundamentos da Geografia científica e a reflexão sobre a importância do território como fio condutor da formação geográfica da sociedade brasileira.

O período de 1992 a 1994 foi intenso de desafios no campo profissional: dar continuidade à formação, com a prática do estudo e da pesquisa, adquirir consciência e postura pedagógicas, pensar os programas das disciplinas, os métodos de ensino e de aprendizagem dos alunos, ou seja, a partir das disciplinas desenvolver o “raciocínio geográfico” dos graduandos e os programas de curso. Nesse período, ingressei também no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, na Faculdade de Educação, da UFG, com a intenção de ampliar minha formação pedagógica.

No primeiro semestre do ano de 1994, fui aprovada no Concurso Público Federal para professor auxiliar de ensino, no Departamento de Geografia, do Instituto de Química e Geociências (IQG), da UFG, em Goiânia, para trabalhar na Área de Geografia Humana com as disciplinas: Didática e Prática de Ensino de Geografia e Teoria e Método em Geografia. Nesse mesmo semestre ingressei, por meio de processo seletivo, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Ciências Humanas e Letras, da UFG, onde esperava encontrar respostas às questões relativas à epistemologia das ciências e,

particularmente, à epistemologia da Geografia. O projeto inicial era o de aprofundar, de forma sistemática, os estudos nessas áreas, preenchendo lacunas de minha formação inicial, como também de aproximar a reflexão geográfica à filosófica.

Durante o curso de mestrado, a pesquisa foi assumindo contornos mais filosóficos, em conformidade com a Área de Concentração do Programa e o desenvolvimento da ideia de que a Geografia poderia ser concebida como uma “filosofia do espaço” foi protelada. No entanto, o período de 1994-1997 foi rico pela ebulição de ideias, leituras e reflexões e, sobretudo, pelas descobertas da dialética hegeliana e dos conceitos de imaginário e práxis em Castoriadis. Se não pude estabelecer o vínculo que desejava entre Geografia e Filosofia, de outro modo, foi possível aproximar o tema da dissertação à minha trajetória de vida no âmbito da atividade política.

O ano de 1995 iniciou-se com as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IQG e, em 1997 defendi a dissertação de mestrado. Todavia, as frustrações com a militância no Partido dos Trabalhadores (PT) e na Associação dos Docentes do Campus de Catalão (ADCAC), juntamente com as leituras de autores críticos do marxismo culminaram no meu distanciamento da atividade política. A partir de então, me dediquei às atividades pedagógicas buscando estabelecer vínculos entre epistemologia e ensino de Geografia, ou seja, desvendar, por meio da crítica teórico-metodológica, os discursos ideológicos, sua constituição e disseminação na produção do conhecimento geográfico e no ensino. Quanto à história do pensamento geográfico brasileiro, as referências bibliográficas eram escassas e pouco sistematizadas. As referências mais utilizadas eram os textos de Moraes (1987, 1990), Capel (1988), Machado (1995), Andrade (1977, 1987, 1992, 1994), Sodré (1989), Moreira (1982, 1988, 1992) e Gomes (1996).

Em 1999 participei, com muita expectativa, do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, realizado na cidade de Rio Claro, quando e onde me deparei com as reflexões e propostas de agenda de pesquisa de vários geógrafos brasileiros sobre essa temática. O evento reuniu estudantes de graduação, de pós-graduação e pesquisadores interessados em história da Geografia e do pensamento geográfico.

Em 2001, ao participar da III Jornada de Geografia, no Campus Avançado da UFG, na cidade de Jataí, debatendo sobre o tema: *Olhares, percepções e usos do território brasileiro*, fizeram-se necessários sistematizar leituras e estabelecer um fio condutor de reflexão que possibilitassem o diálogo com os debatedores, representantes do Exército Brasileiro. Esse tema sugeria vínculos entre a dimensão simbólica e imaginária e a materialidade instituída do território brasileiro. Interessava-me articular o pensamento

geográfico às práticas profissionais dos geógrafos, as representações e o imaginário, o sentido dessas práticas. Era, portanto, a oportunidade de recuperar uma ideia vagamente elaborada. Havia a possibilidade de elucidar as formas de pensar-representar-dizer o território elaboradas por geógrafos brasileiros.

Desde então, tenho pensado que as formas discursivas e de representação, presentes no pensamento geográfico, expressam, veiculam e atuam no processo de instituição do território e da sociedade brasileira, além de constituírem o estofado desse pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. As formas de participação e atuação situam-se para além da legitimidade científica conferida às políticas públicas ou estatais, das filiações ideológicas e de engajamento político dos geógrafos. Elas existem e se manifestam como um modo de ser do imaginário científico, por meio da ciência como instituição, inseparável da sociedade instituinte, pois, as significações do território estão disseminadas por toda parte e não são mais ou menos verdadeiras que as ideologias. Nesse caso particular, a Geografia é inseparável da sociedade instituinte e do imaginário científico, da ciência como instituição por meio da qual ele se encarna e se efetiva. O território se configura como uma *significação imaginária social*, e como tal é inseparável do *imaginário* e da *instituição*. Quando se questiona a instituição, nesse particular a ciência geográfica, é todo um imaginário científico presente nessa sociedade e nessa época que é questionado e, é então que as *significações imaginárias sociais* aparecem com todo vigor. De outro modo, quando esse mesmo imaginário é questionado emergem formas de institucionalizar e legitimar a instituição científica, seja por meio da atividade de seus cientistas, ou, sobretudo, pelo discurso da funcionalidade estratégica desse saber.

É certo que as *significações imaginárias sociais* não podem ser racionalizadas, analisadas e explicadas como se fossem coisas, ideias ou substâncias; como se fossem conceitos ou representações ou um objeto empírico sensível, tampouco, reconstruídas logicamente. Não são também representações armazenadas no psiquismo de um ou outro indivíduo em particular. Mas o sentido da instituição, onde elas se “encarnam”, pode ser elucidado. É por meio dessa elucidação de sentido que se pode entrever o imaginário como criação e as significações sociais que dele emanam.

Não é a reconstrução histórica de um conceito o que aqui se propõe, mas a história de um pensamento – o geográfico – que é inseparável da instituição imaginária da sociedade, que nela se faz presente, e da história particular da Geografia Humana. Portanto, faz-se necessário advertir que não se pretende formular uma teoria do imaginário científico e, por conseguinte, geográfico. Pois, há no pensamento geográfico tanto a *dimensão imaginária*

quanto a que podemos denominar de *dimensão conjuntista-identitária*, para empregar a expressão de Castoriadis (1982). Pretende-se considerar o território como uma significação imaginária social, no âmbito de uma teoria social que visa o imaginário como criação social e histórica e, assim, propor outras perspectivas ontológicas e epistemológicas para a Geografia Humana e o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

INTRODUÇÃO

Não raro as apresentações feitas de uma pesquisa, na introdução, sugerem ao leitor que ele está a adentrar um edifício construído solidamente, cujos métodos já testados em outras construções asseguram tal solidez. A despeito da metáfora da construção ser empregada na Filosofia e na Ciência e sugerir uma imagem de solidez e precisão, sabe-se que quanto à formulação de um pensamento, numa pesquisa, tal não é o que ocorre. Não há edifício pronto e acabado, tampouco há técnicas de construção precisas.

Todavia, é possível convidar o leitor a nos acompanhar e compartilhar motivações, pressupostos, objetivos, métodos e proposições que constituem essa pesquisa. Quanto às motivações, foram relatadas no Prólogo: a trajetória profissional e o encontro com o tema. Quanto aos pressupostos, um deles refere-se à possibilidade de se fazer uma história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, entendendo que a história, mesmo a História Intelectual, das Ideias ou do Pensamento, não se ocupa apenas do passado. Nesse sentido, o pressuposto é de que há no presente formas vivas do passado que atuam e se revelam por meio da memória que delas temos. O presente nos oferece a possibilidade de reconstituir o passado com os sentidos que, atualmente, dele temos. Outro pressuposto refere-se à insatisfação com as fontes, na maioria escritas, empregadas na história do pensamento geográfico. A ideia de constituir “fontes vivas” por meio da oralidade, isto é, de depoimentos apareceu como uma possibilidade real de efetivação da pesquisa. Por fim, outra ideia central animou os pressupostos e as escolhas feitas: a de que uma leitura – entendida como uma interpretação – diferente das existentes na história do pensamento geográfico poderia ser feita, a concepção de que o território é uma “significação imaginária social”.

Tematizado na Geografia Humana ou na Geografia Política, o território tem sido pensado como um objeto empírico, conceito ou categoria de análise. Juntamente com outras categorias e conceitos, ele também se apresenta sob a forma de “esquemas imaginários” na história da Geografia e do pensamento geográfico. Numa perspectiva histórica, as questões, a exigir respostas, são as de saber quando o território passou a ser tematizado no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo e em quais configurações de pensamento se apresenta. Para responder a estas questões, foi necessário circunscrever o território no pensamento geográfico, o brasileiro, supondo-se que ele existe e coexiste numa Geografia brasileira. Fez-se necessário também estabelecer uma referência temporal, a década de 1980, quando o Movimento de Renovação da Geografia, no Brasil, tornou-se um acontecimento que afetou toda uma geração de geógrafos.

Tal Movimento implicou na reconsideração do objeto, do método e das referências teóricas que fundamentavam a Geografia, sobretudo, questionou-se a prática dos geógrafos e a finalidade do saber geográfico. Ao reconstituir parte da história desse Movimento, constata-se que ele eclode no interior da Geografia Humana, ainda que tenha tido desdobramentos na Geografia Física. Diante disto, fez-se necessário situar e circunscrever o objeto de estudo no campo temático, o território na história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, no âmbito da Geografia Humana. De tal modo que se possa compreender a inseparabilidade do objeto e do campo temático em relação à problemática que os envolvem: quando e como o território constituiu-se em tema privilegiado de reflexão no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo diante da hegemonia do espaço. Trata-se, portanto, de uma história do pensamento geográfico que se define mais pela temática do que pela cronologia.

Os objetivos foram delineados tendo em vista aqueles pressupostos e essas questões. Assim, foi necessário avaliar os fundamentos epistemológicos da história do pensamento geográfico brasileiro; elucidar a instituição do território nesse pensamento, por sua presença no imaginário científico; compreender como o pensamento e o discurso de geógrafos brasileiros nutrem e disseminam a significação imaginária território (suas fontes, os sentidos, as referências e a legitimação da Geografia), enfim, o território na trama com outras significações imaginárias sociais: a técnica, o desenvolvimento, a política, a cultura, a sociedade e a história.

A investigação deveria, portanto, permitir a ultrapassagem da fronteira entre história da Geografia e história do pensamento geográfico no sentido de que a elucidação do território, nesse pensamento, implica em compreender o que os geógrafos fazem e o que pensam de seu fazer. O que os geógrafos fazem, pensam e dizem constitui o estofado desse pensamento, no qual encontramos o discurso como *significação*, por meio da oralidade, e como *obra*, por meio da escritura.

As fontes da pesquisa foram constituídas pelos depoimentos, mediante entrevistas, e pelas obras publicadas no decorrer das últimas três décadas, ou seja, na travessia do século XX para o XXI. Desse modo, as entrevistas orientam a discussão, mas não estão desvinculadas de uma produção geográfica mais ampla acerca da temática. Elas indicam e informam sobre as formações, as filiações, as referências, enfim, as trajetórias de vida na confluência com a profissão. Os depoimentos recobrem estratos do fazer-pensar-dizer que não se encontram no discurso como *obra*, porque um de seus traços é, justamente, uma escritura que se pauta pela impessoalidade e pela *função da distância* que a separa da oralidade. Nesta, a “fala de si” dá ritmo ao diálogo, permite rememorar acontecimentos, emitir opiniões e

expressar afetos que se situam numa configuração diferente, mas não oposta, da escritura. Os depoimentos se inscrevem numa outra ordem de registro.

Ainda sobre as fontes, os pesquisadores entrevistados foram escolhidos por serem emblemáticos das novas concepções e pesquisas acerca do território, mas não devem ser considerados como “os mais representativos” num conjunto ou numa lista, nos quais supostamente se encontraria “os melhores”. Eles foram escolhidos por conjugarem ao território outras significações imaginárias sociais, que conformam o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, isto é, de novos modos de elaboração do conhecimento geográfico.

Com efeito, o Movimento de Renovação aglutinou gerações distintas, como também geógrafos com formação e trajetórias peculiares. A despeito dessas especificidades, tal Movimento forneceu também o estofamento comum a partir do qual os geógrafos, tanto os protagonistas quanto a geração que lhe sucedeu, puderam escolher e definir uma identidade intelectual e representarem a si mesmos como críticos, marxistas, militantes, revolucionários em oposição aos alienados, tradicionais, conservadores, liberais.

Os pesquisadores entrevistados, e outros presentes nessa pesquisa, têm um vínculo existencial marcado pelo pertencimento a um período histórico e ambiente intelectual comum: a ditadura militar, a abertura política e a redemocratização, o engajamento político e as lutas populares, a preocupação com o social, o desenvolvimento econômico e técnico, a questão ambiental, a globalização, o projeto nacional para o Brasil, que marcaram as três últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI. Nessa contemporaneidade, em meio às representações difusas, tipologias, pensamentos formados e reformulados, o território assume uma legitimidade inusitada no pensamento geográfico brasileiro. A Geografia renovada fez seu discurso segundo o qual o geógrafo é chamado a atender as solicitações de seu tempo, seu engajamento é científico-político. Mesmo quando o pensamento geográfico renovado visa, retrospectivamente, o passado, é para nele identificar as formas consideradas legítimas de engajamento científico-político que são distintas das ideológicas.

Contemporâneo do acontecimento que relata e das fontes que cria, o historiador do tempo presente, ou da *história intelectual* como prefere Dosse (2003), está irremediavelmente implicado nesse tempo e nessa história. Não sendo historiadora por formação nem por ofício, refiro-me ao pensamento geográfico brasileiro contemporâneo na condição de quem dele participa. Nesse sentido, a elucidação do território é uma das formas de participar desse pensamento; a outra é a que considera o território como uma significação imaginária social. Essa perspectiva ontológica constitui o núcleo da tese e está no cerne do modo de visar o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo ao mesmo tempo em que nele me situa.

Tendo em vista as questões, os objetivos e a proposição que constituem essa investigação, foi proposta uma estrutura de apresentação em duas partes, cada uma composta de três capítulos. Essa estrutura pretende destacar duas dimensões presentes na temática, enquanto os capítulos ressaltam aspectos particulares que foram priorizados. Assim, pretendo mostrar a construção e os contornos do tema, os recortes e o percurso dessa investigação.

Apresento, no início de cada capítulo, orientações ao leitor, sob a forma de parágrafos introdutórios, informo sobre o percurso e o desenvolvimento da investigação e remeto às argumentações anteriores. Procurei, além disso, antecipar, por meio de notas, os desenvolvimentos de aspectos dos temas nos capítulos subsequentes. Desse modo, o leitor poderá acompanhar o percurso da investigação em sua trajetória e situação. Assim, emprego a primeira pessoa do singular sempre que pretendi enfatizar uma escolha ou posição pessoal; e a primeira pessoa do plural quando convido o leitor a partilhar ou considerar uma ideia apresentada. Tenciono mostrar como as significações imaginárias alimentam o pensamento geográfico atual, os sujeitos que participam de sua criação e disseminação, os projetos de sociedade que expressam. Enfim, a temática dessa investigação é o território na história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo no âmbito da Geografia Humana. Estabelecer de início essa demarcação é fundamental para que se compreenda a ausência de referências à Geografia Física.

A Primeira Parte foi dedicada à revisão da história do pensamento geográfico brasileiro em relação com a Geografia Humana. No primeiro capítulo, há uma avaliação crítica das referências teóricas que informaram a historiografia desse pensamento geográfico e apresento uma proposta a ser considerada, tendo em vista outras referências teóricas e metodológicas que possibilitam compreender a relação entre ideologia, ciência e pensamento, diferentemente das análises pautadas em vertentes marxistas.

No segundo capítulo, procurei estabelecer interlocução com a Filosofia, a Sociologia do Conhecimento e com algumas vertentes da Historiografia contemporânea, visando estabelecer uma discussão acerca da noção de pensamento, como também de avaliar procedimentos metodológicos pertinentes à investigação proposta, tendo em vista a possibilidade de uma “historiografia geográfica”.

No terceiro capítulo, procurei reconstituir a história da Geografia Humana tendo por referência as teorias sociais que lhe serviram de estofos, com o objetivo de mostrar os vínculos entre Filosofia e teoria social, Geografia Humana e teoria social. Tenciono mostrar que a teoria social é mediadora na relação entre Filosofia e Geografia Humana.

A Segunda Parte aglutina, nos três capítulos que a compõem, a dimensão central da tese: o pensamento de Castoriadis, sua *Filosofia da criação humana*, como referência fundamental. No quarto capítulo, retomo o pensamento de Castoriadis, quanto à sua concepção de imaginário, nele identificando uma ontologia e uma teoria social que me fizeram considerar a possibilidade de conceber o *território* como uma *significação imaginária social*.

No quinto capítulo, por sua vez, considero a instituição imaginária do território vista por duas “invenções”: uma filosófica e outra científica, a geográfica. Nelas pode-se identificar a *dimensão conídica* por meio da qual se pensa o território. É nessa dimensão, mais do que na *imaginária*, que ele tem sido apresentado no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, na travessia do século XX para o XXI.

No sexto capítulo, procuro mostrar as representações do território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo na trama com outras significações imaginárias sociais. Tais representações expressam as perspectivas e os esforços de geógrafos e geógrafas em compreender a sociedade brasileira, o mundo e sua época por meio do território. Desse modo, ele se destaca no pensamento geográfico como uma categoria fundamental a legitimar a Geografia.

Todavia, proponho que se considere o território como uma *significação imaginária social* e, assim, apresentar um campo fecundo para repensarmos não só a história do pensamento geográfico como também a da Geografia. Quando se aceita essa proposição, deve-se acolhê-la com tudo que a sustenta: uma ontologia da criação humana e uma teoria social que postula a autoinstituição da sociedade, ou, dito de outro modo, do social-histórico, como preferia Castoriadis (1982). Por que suponho que essa proposição pode ser considerada e acolhida pelo pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, no qual estou implicada? Porque nós, geógrafos, temos com esse filósofo pelo menos uma questão em comum: o que, em meio à diversidade, mantém uma sociedade coesa? Podemos responder que é o espaço, a região, o lugar, ou, sobretudo, o território, a forma da coexistência da diversidade e da diferença. Com efeito, não foi essa a resposta de Castoriadis. Mas pode ser a nossa. Nesse sentido, convido o leitor e a leitora desta tese a adentrar no edifício inacabado desse pensamento.

PS: Esta é a versão impressa da tese, após a defesa, com a incorporação das recomendações pontuais da Banca Examinadora a qual agradeço a leitura e as contribuições.

PRIMEIRA PARTE

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro Sol. É entrar no Labirinto, mais exatamente fazer ser e aparecer um Labirinto ao passo que se poderia ter ficado “estendido entre as flores, voltado para o céu”. É perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos – até que essa rotação, inexplicavelmente, abra, na parede, fendas por onde se pode passar.
(CASTORIADIS)

CAPÍTULO I

A METAMORFOSE DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DE IDEOLOGIA A CIÊNCIA

Pensar é abalar a instituição perceptiva na qual todo lugar tem o seu lugar e todo momento tem a sua hora – é abalar a instituição dada do mundo e da sociedade, as significações imaginárias sociais que essa instituição encerra.
(CASTORIADIS)

A temática proposta para essa investigação é o território na história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo no âmbito da Geografia Humana¹. Estabelecer de início essa demarcação é fundamental para que se compreenda a ausência de referências à Geografia Física nessa proposta². Essa demarcação implicou na formulação de fontes vivas, isto é, na identificação e escolha de geógrafos contemporâneos, vinculados à Geografia Humana, que tem o território como tema ou objeto de estudos e pesquisas, na busca do diálogo com os autores, com filósofos e com as teorias e metodologias das Ciências Humanas.

Um dos objetivos que orientaram o desenvolvimento dessa pesquisa visava, ao considerar a temática, avaliar os fundamentos epistemológicos da história do pensamento geográfico e avançar na formulação de procedimentos teórico-metodológicos que possam se constituir em referenciais para estudos e pesquisas nesse campo de conhecimento. Tendo em vista esse objetivo é que se constituiu essa PRIMEIRA PARTE, composta de três capítulos. Apesar dos recortes feitos, espera-se que eles possam apresentar convergências à elucidação do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

Tenciono mostrar que há uma Geografia e um pensamento geográfico brasileiro que não são meros decalques de uma Geografia ou de um pensamento buscado alhures; pelo contrário, nutre-se de referências externas, às vezes, as confronta, seleciona e incorpora numa conformação teórica e metodológica, cuja particularidade se expressa no discurso revelador desse pensamento que aqui se elabora. Há que se pôr em questão uma forma habitual de pensar e até mesmo o que se entende por pensamento.

Penso aqui, agora: em função do que já foi pensado, dito, elaborado, feito, do que sei disso explicitamente (muito pouco) e implicitamente (um pouco mais). Mas se “em

¹ No capítulo III apresento uma discussão sobre a instituição e as concepções de Geografia Humana.

² Pode se fazer uma história do pensamento geográfico relativamente à Geografia Física, cujo recorte seja algum de seus conceitos mais relevantes, mas não é essa a intenção no momento. Há uma significativa produção sobre o pensamento geográfico e sobre a história da Geografia Física conforme se pode encontrar, por exemplo, em Vitte (2007).

função” quer dizer verdadeiramente *em função*, se o que penso é determinado de maneira unívoca pelo que já foi pensado, não penso nada, estou na simples repetição e não vale a pena prosseguir, se a história, e a história do pensamento, é verdadeiramente determinada, ela é apenas um vasto sistema tautológico. (CASTORIADIS, 1987a, p. 18, grifos do autor)

Coloquemos em suspenso a ideia de que o pensamento geográfico veicula “ideologias geográficas” ou “ideologias científicas”, apenas. E que há um lugar não ideológico de onde se possa visar à história desse pensamento, depurando-o de seu invólucro ideológico. Por em suspenso essas noções cristalizadas é um princípio metodológico para se proceder a elucidação do que foi proposto. Tal princípio não nega a existência da ideologia, mas considera que as análises do pensamento geográfico brasileiro que fazem a crítica à dimensão ideológica desse pensamento partem de pressupostos insuficientes para dar conta da complexidade da relação entre ciência e ideologia, ciência e realidade.

Tenciono mostrar que as formas discursivas e simbólicas de representação geográfica da realidade se originam e atuam na “instituição imaginária” da sociedade. A Geografia, como ciência, desempenha importante papel nessa instituição imaginária, por meio do imaginário científico e da representação geográfica, formulando discursos, teorias e instrumentos para a ação social. Por isso, a história dessa ciência que se perfila como história do pensamento nos interessa. A concepção de pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, aqui apreciada, tem forte relação com a emergência do Movimento de Renovação da Geografia, no Brasil; por pelo menos dois motivos: um deles foi o de alçar a campo disciplinar próprio ou de conhecimento a história do pensamento geográfico brasileiro, e, outro, por ter posto na pauta de reflexões geográficas a relação entre “renovação” e “tradição”.

1.1. Geografia Humana e história do pensamento geográfico brasileiro³

A história da Geografia e da Geografia Humana em particular, no Brasil, antecede os acontecimentos do final da década de 1970, conforme se pode verificar pelos trabalhos de Pereira (s.d.) e de Petrone (1979), publicados em obras mais amplas acerca da história das ciências no Brasil. Constata-se pela produção geográfica que historia o Movimento de

³ Para efeito dessa investigação, estou considerando pensamento geográfico e discurso geográfico o modo de pensar-representar-dizer dos geógrafos acerca das formas instituídas das relações sociais com o espaço, o território e a natureza. Pensamento e discurso que têm uma configuração intelectual específica: são constitutivos da instituição ciência, nesse caso particular, a Geografia.

Renovação uma estreita relação entre Geografia Humana e história do pensamento geográfico. No relato de Silva (1984, p. 73)⁴:

o movimento de renovação teve também raízes numa instituição velha: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ele juntou os esforços dos professores do Departamento, de sua área de Geografia Humana, aos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, então seção regional de São Paulo, através do Boletim Paulista de Geografia.

A direção do *Boletim* havia adotado uma política de publicação, em 1976, que considerava as necessidades e os problemas que a Geografia e as demais Ciências Humanas enfrentavam naquela década de 1970. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), por sua vez, promoveu a publicação das discussões realizadas nas Reuniões Culturais. Criadas com a intenção de retomar o debate intelectual que fora reprimido pela Ditadura Militar⁵. Essas reuniões tiveram a participação de “Doze geógrafos da área de Geografia Humana”, como relata Silva (1984, p.74). No mesmo ano, numa carta ao seu amigo, o geógrafo português Orlando Ribeiro, Valverde fez uma referência mais ampla sobre os focos, no território nacional, onde se evidenciavam a renovação⁶.

A nova geração de geógrafos se manifesta muito vivaz, principalmente em São Paulo, tanto na capital como no interior. Também no Rio [de Janeiro] discutem-se conceitos e retomam-se as pesquisas. O pequeno mas sólido núcleo de geógrafos do Recife continua a produzir. Desta vez, porém, as universidades tomam a dianteira, e os laços com a Europa – com a França, em particular – se reatam. As ideias de Jean Tricart, Michel Rochefort, Yves Lacoste voltam a influenciar os jovens geógrafos. (VALVERDE, 1984, p. 17)

Tratava-se, portanto, de um movimento que aglutinava esforços de instituições, como a AGB e as universidades, uma “nova geração” e geógrafos da área de Geografia Humana. Um levantamento minucioso da produção geográfica que animou o debate em torno da renovação da Geografia pode evidenciar com maior clareza a presença marcante de geógrafos mais próximos à Geografia Humana, ainda que não adotassem essa denominação como forma de identificação profissional.

⁴ Esse texto expressa um estudo pioneiro de Silva acerca da produção geográfica brasileira, cobrindo o período de 1976 a 1983, tendo por critério a importância dessa produção à construção da teoria para a Geografia renovada.

⁵ Essa prática se fez presente em outras áreas de conhecimento, no interior da Universidade de São Paulo, como relata Arantes (2000, p. 343): “Com a vida política bloqueada pela ditadura, a vida cultural de oposição foi se recompondo a conta-gotas, primeiro na forma de grupos de seminários mais ou menos privados e discretíssimos – de profissionais liberais à procura de cultura geral, a universitários interessados em se atualizar, e a boa nova naquele momento era o circo francês das ciências humanas –, depois em conferências públicas isoladas, até desaguar nos grandes comícios da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]”.

⁶ Ribeiro é um estudioso de história do pensamento geográfico e Geografia Histórica. Nessa carta Valverde relata ao amigo português a situação da Geografia brasileira, os trabalhos que realizou e as atividades em que estava envolvido. Publicada no *Boletim Paulista de Geografia* em 1984, essa carta é uma referência importante para a história contemporânea do pensamento geográfico brasileiro.

Na narrativa de Valverde (1984) se destacam alguns aspectos da realidade social, econômica e política brasileira em relação com a ciência geográfica nas décadas de 1960-70. A década de 1960 foi marcada pela inauguração de Brasília, cuja construção contou com a participação de Leo Waibel (1888-1951) e Francis Ruellan (1894-1975), como orientadores das pesquisas de campo preliminares por meio do Conselho Nacional de Geografia. Foi também o período da construção dos eixos rodoviários, do debate sobre o acesso à terra e de conflitos que pressionaram o governo federal a solucionar os problemas agrários e a transformar o Serviço Social Rural em Superintendência da Reforma Agrária, no qual havia “engajados uns poucos geógrafos”. A Ditadura Militar, em 1964, foi uma reação política dos “chefes militares, apoiados pela alta burguesia e pelos latifundiários”, à “organização e as atitudes dos agricultores sem terra, nas Ligas Camponesas, e dos trabalhadores urbanos nos Sindicatos”, segundo Valverde (1984, p. 10-11). Nessa mesma década, o ensino e as ciências declinaram. As ciências sociais foram aniquiladas no ensino médio e a Geografia foi substituída, nos cursos de nível médio e superior, por disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica. Em 1967, o governo “baixou, abruptamente, o Estatuto da Terra, com o qual pretendia fazer a ‘reforma agrária’”. Nesse mesmo ano, Valverde colaborou voluntariamente na Companhia Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), criada com o objetivo de impedir uma barragem do Amazonas.

Os anos finais da década de 1960 marcaram a aproximação mais efetiva de geógrafos brasileiros no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro, com a “escola de Chicago”. A Geografia Regional, Urbana e Econômica foram os ramos nos quais a Geografia Quantitativa encontrou mais aplicações. No entanto, essa Geografia fazia parte de um objetivo maior, na concepção de Valverde (1984, p. 15): “O verdadeiro objetivo dos mentores do regime, [...] era e é [...]: alienar os intelectuais brasileiros – os geógrafos, no caso – dos graves problemas econômicos e sociais que se passam no Brasil. Esses mentores eram: os economistas, tecnocratas e militares”.

Houve um grande progresso técnico, que foi legado aos geógrafos, com a criação, em 1972, do Projeto RADAM para realizar o levantamento radarométrico da Amazônia brasileira com o objetivo de encontrar jazidas minerais. Em 1976, o território brasileiro já havia sido totalmente representado por imagens do satélite LANDSAT. Outras “entidades técnicas recrutaram alguns geógrafos”, como o INPE e o INCRA, mas na avaliação de Valverde (1980, p. 13) os geógrafos brasileiros ficaram alienados do drama que o país vivenciava.

Dos anos finais da década de 1970 até meados da década de 1980, emergiu um novo contexto em que a sociedade civil demandava efetivamente o estabelecimento de uma nova ordem social e política democrática em oposição ao regime militar e ditatorial que imperava no Brasil por quase duas décadas. Teve como debate nacional o processo de redemocratização da sociedade e os meios de promovê-lo, o que posteriormente entraria para a História brasileira como o período da “transição democrática”. Quando então alguns dos geógrafos brasileiros, expressando também seu descontentamento com a ordem social vigente e com a Geografia que julgavam corroborá-la, se inserem no processo manifestando-se teórica e politicamente no âmbito da ciência geográfica.

Todavia, o Movimento de Renovação não se expressou, de início, como reação organizada. A insatisfação com as práticas e as teorias geográficas já existiam, mas foram nos Encontros promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – primeiro em 1976, quando já se acentuavam os embates entre diferentes concepções do pensar e do fazer geográficos – depois em 1978 quando surgiu a possibilidade de aglutinação e de reação mais efetiva contrária ao estado da ciência geográfica vigente. Paulatinamente, embora sem constituir um projeto coletivo explícito, os temas da renovação foram-se delineando: a transformação social, que requeria uma nova finalidade para a utilidade estratégica do saber geográfico; a constituição de uma teoria com conceitos e categorias próprios do discurso geográfico; a reconstrução da totalidade (teórica e empírica) por meio do espaço; a busca do método que superasse a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana; a preocupação com a fundamentação teórica assentada numa Filosofia abrangente e consistente; a preocupação em evitar a fragmentação e a especialização excessiva em várias geografias. Temas que apareceram numa nova configuração histórica e intelectual, mas que em conjunto ou, às vezes, separadamente, acompanham a história da Geografia e alimentam o pensamento geográfico

A fronteira entre história da Geografia e história do pensamento geográfico é bastante tênue e móvel como se pode verificar pela produção geográfica brasileira de Azevedo (1959), Müller (1959), Andrade (1977), Corrêa (1980) ao longo do século XX. As diferenças de conteúdo e do teor dessas obras expressam momentos distintos da configuração da Geografia brasileira. Nas três últimas décadas desse século apareceu uma produção mais sistemática sobre a história da Geografia no Brasil, com uma proposta de periodização conforme Monteiro (2002); sobre o estado atual da Geografia brasileira como se encontra em *Novos rumos da geografia brasileira*, obra organizada por Milton Santos (1996a) sobre a reflexão que se fazia na década de 1980. Os anos iniciais dessa década marcaram a intensidade do

Movimento de Renovação e as direções que ele assumia, também se acentuaram os estudos em história do pensamento geográfico e os esforços em definir o escopo desse campo de conhecimento, e a sistematização da produção existente. A história do pensamento geográfico que se fez na década de 1980 apresenta algumas características que merecem ser destacadas: um olhar retrospectivo sobre o passado da Geografia, em nível mundial e nacional, buscando identificar as formulações teóricas sobre o método, o objeto e as categorias de análise, como também os “cortes” entre os paradigmas. Esse “olhar” examinador passou a ser condição e critério de demarcação entre a tradição e a renovação em curso. Há também um “olhar” a partir do presente que visa apontar novos rumos, demarcar os traços do novo que se anuncia, se não como projeto, ao menos como promessa. Mas, ainda incerto de seu futuro, apresenta-se como promessa daquilo que é apenas perspectiva.

Ao final da década de 1980, portanto, decorridos dez anos do Encontro Nacional de Geógrafos, marco que se tornou emblemático da renovação, despontaram reflexões críticas e autocríticas acerca do Movimento de Renovação. Mas, na década de 1990, proliferaram com mais vigor as críticas e autocríticas, e, decorridos quase vinte anos já se dispunha de um relativo distanciamento que permitiu refletir sobre o sentimento de pertença na história de um “acontecimento fundador” como o Movimento de Renovação. Por que os ânimos arrefeceram? Por que a “renovação” que se pretendia radical não avançou mais ou na direção esperada? Como se pode perceber no depoimento, crítico e autocrítico, de Santos, houve dois momentos em que as manifestações acerca da Geografia foram mais bem estruturadas⁷:

O primeiro se deu através de um número do *Boletim Paulista de Geografia*, na segunda metade da década de [19] 70, quando geógrafos sem posto de comando utilizaram-se da revista para lançar o movimento. O segundo foi um artigo de crítica da geografia quantitativa de Manuel Correia de Andrade. Isso me permitiu, quando cheguei ao Brasil, assumir uma liderança nesse movimento que durou pouco, que de uma certa forma abortou. Houve um ímpeto inicial, que conduziu a uma explosão em 1978 e o início da década de 80; a corrente continua tendo aparência de vigor, mas na realidade apresenta alguns problemas. (SANTOS, 1996b, p. 170)

Na avaliação de Santos a Geografia crítica não se efetivou. A crise da Geografia era constituída por problemas que a Geografia crítica não conseguiu ultrapassar e deles um dos que mais se destacou foi o problema da construção teórica, que é diferente da elaboração do discurso.

A construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão de realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como

⁷ Entrevista de Milton Santos à *Revista Margem*, originalmente publicada em novembro de 1993. E posteriormente publicada no livro: *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria. No meu modo de ver, essa busca teórica foi, de alguma maneira, atrofiada. (SANTOS, 1996b, p. 171)

Ao problema da atrofia teórica conjugaram-se o enfoque marxista, isto é, a fixação no marxismo serviu de base, em grande parte, para essa Geografia renovada. O desdobramento dessa fixação revelava, no início da década de 1990, o que Santos (1996b, p. 172) percebeu como um efeito de aparência do *élan* inicial: “uma boa parcela do que hoje aparece como geografia marxista é ideológica: trabalha com uma história que não existe mais, daí certa fixidez dos conceitos”.

I.2. A configuração da Geografia Humana no pensamento geográfico brasileiro no final do século XX

Estamos tão habituados a nos designarmos como geógrafos da área de Geografia Humana ou de Geografia Física que raramente questionamos essa identificação. Mais ainda, sabemos bem pouco sobre a constituição histórica da Geografia Humana no Brasil, tal como a conhecemos na Alemanha, com as formulações de Ratzel; ou na França, com as de La Blache, Brunhes, Sorre, Demangeon, Claval, para citar alguns daqueles que forte influência exerceram na Geografia brasileira; ou ainda, na Itália, com a abordagem histórica de Quaini. Certo é que sabemos mais da Geografia Humana, em sentido amplo, e bem menos da Geografia Humana brasileira, em particular. Não temos ainda, no Brasil, muitas obras que historicam a Geografia Humana como a desses geógrafos citados. Há importantes contribuições sob a forma de teses e dissertações que, ao abordar a obra de um ou outro geógrafo brasileiro, visando reconstituir sua contribuição à Geografia, fornecem e indicam fontes e informações importantes para se traçar uma história da Geografia Humana no Brasil, é o caso, por exemplo, das pesquisas de Adas (2006) e Carvalho (2007).

Com efeito, temos uma densa e ampla produção acerca de temáticas do âmbito da Geografia Humana, mas estão dispersas, ainda que haja esforços em definir e avaliar a situação desse campo de conhecimentos da Geografia.

Baseado no materialismo dialético, a geografia radical passa a fundamentar, no Brasil, a esmagadora maioria dos trabalhos na área de Geografia Humana a partir dos últimos anos da década de [19] 70. Esta tendência contrapõe-se violentamente ao neopositivismo assumido pela Nova Geografia – ou Geografia Quantitativa. Coloca em xeque o saber geográfico e abre perspectiva para se pensar a espacialidade das relações sociais. (CARLOS, 1992, p. 133, grifos nossos)

Para essa autora, a introdução do materialismo dialético na Geografia transformou os modos de fazer, pensar e ensinar e possibilitou a emergência da interdisciplinaridade ao “permitir pensar de outro modo a articulação entre as disciplinas abolindo-se as fronteiras entre as mesmas buscando-se um novo entendimento do mundo e provocando profundas transformações na geografia” (CARLOS, 1992, p. 134). Essas transformações podem ser caracterizadas pela preocupação conferida à teorização e ao modo de pensar o espaço e sua valorização, como também de conceber o conhecimento geográfico. Ao envolver a dimensão da prática social, o materialismo dialético possibilitou pensar o tema da espacialidade no âmbito das relações sociais.

O tema clássico do pensamento geográfico, a relação homem-natureza, foi entendido na dimensão do espaço, isto é, o espaço como produto e condição de reprodução da relação sociedade-natureza, alterou-se, portanto, a concepção de homem e de sociedade. O papel do homem na análise geográfica passou a ser uma questão central para a Geografia, particularmente, a Geografia Humana, pois, conforme Carlos (1992, p. 134): “Agora pensa-se o homem enquanto sujeito, ser social e histórico que produz o mundo e a si próprio, num processo de reprodução, que ultrapassa a mera reprodução material”.

Apesar das transformações apontarem numa direção positiva, a crise teórica e a crise do marxismo, na década de 1990, evidenciaram questões e problemas não superados pela introdução do materialismo dialético na Geografia. Na avaliação de Carlos (1992) um dos problemas cruciais residiu na adoção do método dialético numa ótica economicista, o que teria reduzido o homem à mera força de trabalho e o espaço a mero produto do capital. Outra dimensão da crise, a do marxismo, podia ser percebida pelas mudanças no Leste Europeu e pela emergência de posturas antimarxistas, sobretudo, nas Ciências Sociais. Na Geografia, os desdobramentos da crise teórica teriam resultado na volta à descrição, na elaboração de estudos mais afeitos à microanálise ou em escala local, sem preocupação com uma interpretação global. Arrefeceu os debates sobre o método, ao mesmo tempo em que se reabilitava o empirismo. Retornava-se ao indivíduo (expressão usada com o sentido de demarcar a renovação da abordagem fenomenológica) e abolia-se o pensamento crítico numa forma de reabilitação do positivismo. Houve, porém, reações à crise,

pois ao mesmo tempo constata-se que uma parte significativa dos geógrafos, hoje no Brasil, se coloca diante do fato de que os instrumentos de análise, bem como as teorias de interpretação global da sociedade estão em crise, impondo a necessidade de uma reflexão profunda dessas mudanças e com isso aprofunda-se o debate sobre a interação necessária entre o mundo real e o mundo da pesquisa. *Vive-se também momentos de grandes debates em torno das perspectivas teórico-metodológicas, em função das*

posturas diversas diante da ciência geográfica e dos modos de interpretação da realidade. (CARLOS, 1992, p. 139, grifos nossos)

No início da década de 1990, Carlos (1992, p. 140) propunha uma “leitura crítica do legado de Marx”, tal como Henri Lefebvre havia proposto, e que se apresentava como um “caminho profícuo”⁸. Ao avaliar a Geografia Humana, no Brasil, Carlos (1992, p. 140) constatava que “as pesquisas na área de geografia humana apontam para a existência de uma multiplicidade de enfoques e abordagens teórico-metodológicas que asseguram a riqueza do processo de construção do pensamento geográfico enquanto exercício de liberdade de pensar- atuar no mundo de hoje”. No entanto, uma questão ainda permanecia em aberto: a possibilidade de superação da divisão entre Geografia Humana e Geografia Física, aguçada por uma questão que vai além da Geografia, mas que deveria ser debatida também pelos geógrafos, a saber, a questão ambiental. Segundo Carlos (1992, p. 142): “Esse parece-me um debate fundamental no momento em que se discute a questão do meio ambiente”. Questões que se cruzam a merecer uma resposta dos geógrafos.

Por outra via de interpretação, Pereira (1998, p. 70) apresentou sua concepção dos problemas que julgou afetarem a unidade da Geografia, sendo um deles tradicional no pensamento geográfico: “Desde tempos remotos, as ideias geográficas contemplam a sociedade e a natureza, o que constitui não apenas a grande riqueza da Geografia, como também a sua grande dificuldade”. A crise da sociedade e do conhecimento estava refletindo no interior da Geografia, desdobrando-se numa pluralidade de posicionamentos referentes à prática e à teoria geográficas no que concerne à relação sociedade-natureza. Na avaliação da autora, houve na história da Geografia propostas integradoras, mas a dualidade entre sociedade e natureza se apresentava novamente no final do século XX e exigia superação. A origem desse dualismo remontaria ao século XIX, quando da instituição da Geografia, que já o encontra estabelecido como uma clivagem do pensamento filosófico na cultura ocidental, não sendo, portanto, exclusivo da Geografia. Pereira (1998, p. 70) indica dois “paradigmas capazes de recuperar a interdisciplinaridade e a visão totalizadora na Geografia: o de Formação Sócio-Espacial⁹ e o de Geossistema”. Apoiando-se nesses paradigmas, vislumbrava a superação daquele dualismo ao mesmo tempo em que se buscava a “interdisciplinaridade e a totalidade concreta”.

⁸ Caminho que Carlos ainda persegue em suas pesquisas sobre o espaço urbano diretamente vinculadas ao pensamento de Henri Lefebvre (1901-1991).

⁹ A categoria formação sócio-espacial é uma criação de Milton Santos que remonta à década de 1970, apareceu mais precisamente em 1977, sob a forma de artigo, no *Boletim Paulista de Geografia* e depois em livro, *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, em 1978, com forte influência e inspiração marxista da categoria formação econômica e social.

Ao final da década de 1990, esses paradigmas já estavam constituídos e, desse modo, eram compreendidos por Pereira (1998, p. 75): “Há embutida na categoria formação social uma inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e natureza e também um cruzamento do geral e do específico [...]”. O outro paradigma, o Geossistema, nasceu no âmbito da *Teoria Geral dos Sistemas*, teria advindo dos “pesquisadores soviéticos”, sendo introduzido na França, na década de 1960, por Bertrand. O mérito desse conceito consistiria em integrar os aspectos físicos entre si, como também os aspectos físicos com os humanos. No Brasil, seu emprego e disseminação se devem em grande parte aos estudos e pesquisas dos geógrafos brasileiros Monteiro¹⁰ e Ab’Saber¹¹, dentre outros. Para essa autora, sua proposição acerca do emprego dos dois paradigmas e das perspectivas da Geografia brasileira se inscrevia num quadro de crise mundial, nacional e, especificamente, da dualidade presente na Geografia.

Na configuração das perspectivas da Geografia brasileira para o próximo século talvez se possa esperar, diante dos problemas atuais – já que o conhecimento resulta da relação dialética entre a base material e a consciência –, um retorno às tradições da Geografia clássica, cujas contribuições continuam úteis para os dias de hoje, por explicitarem uma abordagem holística indispensável ao desvendamento da complexidade do mundo atual. [...], os paradigmas aqui levantados (formação sócio-espacial e geossistema) constituirão, sem dúvida, um referencial capaz de propiciar uma visão totalizadora. (PEREIRA, 1998, p. 77-78, grifos nossos)

Numa analogia entre a Alemanha do século XIX e o Brasil do final do século XX, Pereira (1998, p. 78) considerava que “a conjuntura atual favorece a centralidade do discurso geográfico, que se coloca como uma necessidade num país como o Brasil, para que se viabilize como uma potência do século XXI”. Essa conclusão, desdobramento de uma concepção essencialmente ideológica do discurso e da teoria geográfica, reafirma positivamente a “funcionalidade estratégica” do saber geográfico. Essa concepção de um dualismo entre sociedade e natureza independente, mas herdado pela Geografia, por ser um tema tradicional em sua história, se faz presente no pensamento geográfico brasileiro de modos diferentes, porém sempre que se trata da relação entre Geografia Humana e Geografia Física ou da questão ambiental. Tal como vimos em Carlos (1992), que colocou em dúvida também a existência de uma história da Geografia Humana, e como veremos em Corrêa (2001).

¹⁰ Para uma história da trajetória intelectual de Monteiro, de seu encontro com o conceito de geossistema ver seu depoimento em entrevista à *Revista GEOSUL* (1987) e em livro (2002b).

¹¹ Sobre a trajetória pessoal e intelectual de Ab’Saber ver seus depoimentos em entrevista à *Revista GEOSUL* (1992), e em livro (2007).

Outra interpretação da crise e das perspectivas da Geografia na travessia do século XX para o XXI encontra-se em Rodrigues (1998). Para essa autora, havia uma crise paradigmática, no sentido epistemológico e ontológico, cujas origens remontavam ao período moderno. Nesse período o historicismo predominou de tal modo que o espaço foi obscurecido, “Embora o espaço para a Geografia pareça ter continuado o objeto privilegiado de análise, na verdade a metáfora espacial ficou obscurecida pela metáfora temporal e desenvolvimentista do período moderno” avaliou Rodrigues (1998, p. 80). Esse período também nos legou o Estado nacional moderno, tema que não saiu da pauta de reflexões ao final do século XX e início do século XXI, pois,

o Estado Nacional é a forma como o mercantilismo se apresenta e se aprofunda territorialmente. As questões sobre o Estado são fundamentais para desvelar a produção do espaço e as questões territoriais e não basta mais colocar que o espaço precisa ser minimizado mas sim o que se espera do Estado, quais são os seus papéis e suas funções num dado limite territorial. Também o que se espera das nações num âmbito mundial”. (RODRIGUES, 1998, p. 80)

Nesse momento de transição de século, havia debates que constituíam tarefas necessárias à construção da Geografia. Juntamente com as reflexões acerca do espaço, foram-se delineando questões que demandavam um enfrentamento com a problemática relação entre Estado e território.

Uma questão de fundo parece ser a de desvendar o significado do espaço nacional ou do território nacional em relação a esta fragmentação ou desmonte do Estado. Se o Estado não é mais responsável para a garantia de direitos sociais adquiridos ao longo de décadas e século de luta social, qual é o significado do espaço das **nações**? (RODRIGUES, 1998, p. 81-82, grifo da autora)

Verifica-se, pelas publicações, que houve significativa produção nas décadas de 1990 e na primeira década do século XXI acerca do desenvolvimento ou recrudescimento da Geografia crítica, como se constata em Moreira (2002), Sposito (2002), Diniz Filho (2002). E pelos artigos sobre temáticas e perspectivas de uma Geografia no novo século, como se constata em Pereira (1998), Rodrigues (1998), Corrêa (2001). Essa produção expressa um pensamento geográfico que “olha” retrospectivamente um passado não muito distante, ancorado num presente que interroga seu tempo visando o futuro que se aproxima: o século XXI. Vejamos, portanto, como se cruzaram as temáticas e as perspectivas de uma Geografia no século XXI.

Os temas de reflexão geográfica encontram-se na confluência das perspectivas vislumbradas para o século XXI, num jogo cambiante entre renovação e tradição, isto é, temas considerados clássicos que se impõe pela tradição do pensamento geográfico, mas

requisitando novos referenciais teóricos e metodológicos; e temas novos a exigir a revisão de tradicionais categorias de análise ou até mesmo novas categorias. Estava em questão o nosso legado e o que dele se fará diante do porvir.

Corrêa (2001) propõe que se pense o futuro como ato político e pensa-o como membro da comunidade dos geógrafos. E para pensar o futuro, em termos de Geografia brasileira, o autor considera que “é fundamental levar em conta o processo de globalização como sendo a fase superior da espacialidade capitalista, na qual toda a superfície terrestre está, de modo desigual, afetada pela ação de grandes conglomerados financeiros e industriais, capazes de remodelar a organização sócio-espacial herdada de um passado não muito longínquo” (CORRÊA, 2001, p. 10). Propõe ainda que se aceite com generosidade o pluralismo metodológico que emergiu na década de 1980 em reação às ortodoxias. Há que se atentar também para as implicações da escolha, adoção e significado da escala nos estudos geográficos, “pois escalas cartográficas distintas têm implicações distintas. [...] uma explicação em uma dada escala não se aplica a uma outra. [...] a complexidade do objeto não é função da escala” (CORRÊA, 2001, p.12).

Em sua proposta de temas, o autor pressupõe a continuidade do processo de diferenciação espacial engendrado pela globalização e a continuidade do “processo de criação e manutenção de um mundo socialmente injusto, amplificando as diferenças sócio-espaciais” (CORRÊA, 2001, p. 12-13). Chama a atenção para a necessidade de se reconhecer a trajetória da Geografia brasileira e nela identificar a existência de tradições, com destaque para as “pesquisas solidamente estabelecidas no país”; e elementos para se pensar o futuro, com destaque para as “lacunas na produção geográfica nacional”. No âmbito dessas propostas, chamo a atenção para os temas que dizem respeito diretamente à Geografia Humana ou que visam conciliá-la com a Geografia Física. Um dos temas que Corrêa (2001, p. 13) apresenta, *Impactos ambientais oriundos dos processos sociais*, como parte do tema mais amplo: *Processos e formas da natureza*, expressa a relação entre tradição e renovação: “Trata-se de uma tradição ampliada e renovada, vista como estabelecendo uma ponte entre geógrafos físicos e humanos. Sem entrar nesta discussão, admitimos tratar-se de um campo eminentemente geográfico, que tem as suas origens acadêmicas na segunda metade do século XIX”.

Outro tema que também deveria merecer atenção e pesquisas é o da *Desestruturação e reestruturação espacial*. Mais receptivo de abordagem na Geografia Humana, esse tema se insere naquela confluência aventada por nós, mas assume um papel de destaque em Corrêa (2001, p. 15): “Este eixo temático constitui-se em tradição profundamente enraizada na

geografia, envolvendo geógrafos de várias gerações. Afinal, o processo de transformação do espaço sempre esteve, de um modo ou de outro, presente entre os geógrafos”. Além dessa tradicional presença, esse tema apresenta uma particularidade na Geografia brasileira, a saber:

O processo de desestruturação e reestruturação tornou-se tanto mais acelerado quanto mais complexo, demandando maior atenção. Especialmente no Brasil, onde a fronteira, desestruturadora e reestruturadora por definição, *sempre esteve presente na geografia do país, assumindo novos contornos a partir do início do último quartel do século XX. Prosseguirá, sem dúvida, pelas primeiras décadas do século XXI.* (CORRÊA, 2001, p. 15, grifos nossos)

Outras características do período de transição de século configuram-se no discurso e no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: a afirmação da existência de uma Geografia brasileira e até mesmo de “escolas” de pensamento diferenciadas nessa Geografia.

[...] nossa especificidade se daria em função das singularidades das situações vividas no Brasil, o conhecimento da realidade analisada rebate, diretamente, no plano teórico obrigando-nos a repensar as categorias de análise da geografia, ao mesmo tempo em que se faz necessário criar outras, portanto, os pressupostos teóricos que dão conteúdo as correntes teórico-metodológicas da Geografia, ganham novos conteúdos e articulações. (CARLOS, 2002, p. 162)

Quanto a essas “singularidades vividas no Brasil”, uma das características a conferir identidade à Geografia brasileira, era de se esperar que o tema da cultura se destacasse como um ponto central de reflexão do pensamento geográfico. Para uma parte significativa dos geógrafos brasileiros esse tema tornou-se objeto de pesquisas e estudos vinculando-se cultura e território, política e território, técnica e território, regionalismo e território, fronteira, soberania e território. Por ora, faz-se necessário identificar as representações presentes no imaginário geográfico que conferem uma certa positividade à Geografia e ao pensamento geográfico brasileiros. Um ponto positivo na Geografia brasileira seria

a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas e, nessa perspectiva, o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo; um movimento em construção, que não é contínuo, apresentando descontinuidade, continuidades. *Essa multiplicidade tem garantido um debate cerrado em torno da capacidade da geografia de produzir um conhecimento sobre a realidade brasileira.* Portanto, os desafios também são diferenciados. Por outro lado, a constituição de um saber geográfico se move num contexto histórico social o que significa dizer que as mudanças nos modos de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais. *Enfim, o problema é como pensar a realidade brasileira tendo por base os conteúdos produzidos pela ciência geográfica, para a qual o historicismo tem um papel central.* (CARLOS, 2002, p. 163, grifos nossos)

Esse debate em torno da capacidade da Geografia de produzir um conhecimento sobre a realidade brasileira veio no bojo das discussões, ou como desdobramento, do Movimento de Renovação num momento em que a legitimidade da Geografia era buscada por meio da afirmação e institucionalização acadêmica, profissional e política. A definição do objeto de

estudo era um passo dado na direção dessa legitimidade. Segundo Carlos (2002, p. 164): “Era fundamental pensar o espaço, é ele que dava a especificidade à Geografia, um debate até então minimizado pela Geografia Brasileira”. Porém, tal definição não era suficiente e exigia formulações teóricas e metodológicas que assegurassem a legitimidade buscada, ao mesmo tempo em que possibilitasse intervenções na realidade nacional, ou seja, faltava uma teoria geográfica do Brasil, tal como havia uma reflexão na Sociologia, na História ou na Economia brasileiras¹². É pertinente observar como era a situação da Geografia Humana nos anos iniciais do século XXI, na descrição dessa geógrafa.

Na Geografia Humana, o debate teórico-metodológico é mais acirrado – a perspectiva do espaço enquanto categoria de análise propõe debates sem fim. Do meu ponto de vista, parece-me fundamental o fato de que o processo de produção/reprodução do espaço se realiza de modo ininterrupto, apresentando, em cada momento da história, características específicas – um processo que envolve vários níveis; o político que produz o espaço de dominação (posto que o poder político se realiza no espaço); o econômico que produz o espaço como condição e meio de realização da acumulação e, finalmente, o social, isto é, a realização da vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial. Esses três planos articulados e justapostos revelam a dinâmica espacial iluminando os conflitos e contradições em torno desta produção. (CARLOS, 2002, p. 170)

No início deste século ainda é muito forte a influência marxista na reflexão geográfica, seja nos estudos de Geografia Urbana ou nos de Geografia Agrária, como também na forma de conceber a história do pensamento geográfico brasileiro.

I.3. A institucionalização da história do pensamento geográfico brasileiro

Na década de 1990 os estudos de história do pensamento geográfico avançaram progressivamente, processo que se evidencia pelos trabalhos de Bray (1999), Moraes (1987, 1996, 2002) e Machado (1995, 2000a, 2000b).

Em 1999 realizou-se o I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, em Rio Claro-SP, por iniciativa de estudiosos interessados em institucionalizar esse campo de conhecimento¹³. No final da década de 1990 formou-se também um Grupo de Trabalho em história do pensamento geográfico no Brasil, no Rio de Janeiro-RJ, composto por geógrafos oriundos de várias regiões, que organizou a *Terra Brasilis*, Revista de história do pensamento geográfico no Brasil, o primeiro número foi publicado em 2000. Após quase dez anos do I

¹² Essa reflexão será mais bem desenvolvida no capítulo 6 quando abordar as proposições de Santos e Silveira (2001) e de Moraes (1996, 2000, 2002).

¹³ Para se ter uma noção da dimensão e expectativas em torno desse Encontro, ver os *Anais*, com destaque para os grupos de trabalho e o relatório das discussões que indicaram uma ampla agenda de pesquisa para esse campo de conhecimento.

Encontro, em 2008 realizou-se o I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, na cidade de Uberlândia-MG, e, em 2009, o II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, na cidade de São Paulo-SP.

Conforme se pode acompanhar, pela produção existente e os eventos realizados, os estudos em história do pensamento geográfico, como também em história da Geografia, conforme Moreira (1982) e (Moraes 1987), foram impulsionados nas décadas de 1980 e 1990 pelo Movimento de Renovação da Geografia brasileira, embora esses estudos antecedessem esse movimento. Sem desconsiderar outros trabalhos existentes, destaco três expressivos geógrafos contemporâneos que considero pioneiros no processo de sistematização e institucionalização da história do pensamento geográfico no Brasil, tanto na criação desse campo como disciplina, quanto na produção e orientação de pesquisas, como também pela pertinência de suas reflexões no que diz respeito às proposições metodológicas, teóricas e conceituais: Bray, Machado e Moraes¹⁴.

Bray (1999) descreve em sua trajetória profissional o modo como iniciou seus estudos em história do pensamento geográfico brasileiro. Seu encontro com os aportes da teoria social na confluência com a história, os referenciais teóricos e metodológicos conhecidos à época, década de 1970, o que lhe possibilitou desenvolver um estudo sobre a obra de Pierre Monbeig. Empregando a “técnica das palavras chaves” na análise do discurso, mapeou a influência do geógrafo francês no pensamento geográfico brasileiro. Seus esforços também se destinaram a consolidar e desenvolver pesquisas em história do pensamento geográfico brasileiro.

Em 1981, passamos a trabalhar no Curso de Pós-Graduação em Geografia, que teve início em Rio Claro em 1976. Na Pós-Graduação, trabalhamos em duas áreas de pesquisa: Geografia Agrária e História do Pensamento Geográfico. Na área de História do Pensamento Geográfico abrimos a linha de pesquisa sobre História do Pensamento

¹⁴ Conforme demonstra Carvalho (2007), houve um expressivo crescimento quantitativo da produção de história do pensamento geográfico brasileiro, como também uma perceptível diversidade temática com destaque para os autores, as instituições do saber geográfico e sobre a evolução do pensamento geográfico, nas duas últimas décadas do século XX. O levantamento apresentado por Carvalho cobre a produção de teses e dissertações desse campo de conhecimento até o ano de 2006 e apresenta uma breve análise dessa produção, tendo em vista situá-la em relação aos objetivos de sua pesquisa de tese de doutorado. Ressalta as dificuldades de classificar essa produção e apresenta algumas motivações para a emergência dos estudos em história do pensamento geográfico no Brasil, a partir também da década de 1970. Apesar de compartilhar de algumas das ideias desse autor, há que considerar a necessidade de se avançar nos estudos e nas pesquisas sobre a constituição da Geografia Humana no Brasil, sobre as vertentes historiográficas que norteiam as abordagens em história do pensamento geográfico. Questões cujo desafio e tarefa demandam um trabalho coletivo de pesquisas tendo em vista também a flexibilidade das fronteiras entre história e epistemologia da Geografia e entre história da Geografia e história do pensamento geográfico, exemplo disso são os trabalhos de Sposito (2001, 2004) e Moreira (1982, 1987, 1992, 1994, 2006, 2007, 2008, 2009), mas não são os únicos. Esse traço de indistinção das fronteiras também aparece em Carvalho ao adotar a mesma referência de periodização proposta por Monteiro (2002) para o estudo da história da Geografia no Brasil e para o pensamento geográfico brasileiro, mas com o objetivo de destacar a importância de Josué de Castro e de seus estudos sobre a fome, na Geografia Humana brasileira.

Geográfico no Brasil e, posteriormente, começamos a ministrar uma disciplina como o nome de: “A Evolução do Pensamento Geográfico no Brasil”. Nesse sentido, o curso de pós-graduação abria para o país novas linhas de pesquisa que rompiam com as cátedras tradicionais de Geografia. (BRAY, 1999, p. 4)

Preocupado com as “questões de método” e de “técnica” que envolvem a análise em história do pensamento, quando se avalia a obra de um autor, dialogando com sociólogos e historiadores, Bray foi influenciado pela Sociologia do Conhecimento, particularmente, pelas abordagens de Stark, Goldman e Mannheim, como ele relata seu percurso. No entanto, como são vários os métodos utilizados na abordagem do “pensamento sociológico na história das ideias”, Bray (1999, p. 6) conclui que: “[...] o ideal seria a utilização e a integração de todos, como forma de se obter um conhecimento mais verdadeiro da questão, consciente de que a escolha depende sempre dos objetivos a que se propõe o pesquisador”. No decorrer da década de 1980, desenvolvendo e orientando pesquisas, ele se aproximou mais das abordagens sociológicas marxistas, introduzindo-as na análise do pensamento geográfico, sobretudo, na perspectiva de Goldman. Nesse percurso, Bray (1999) foi delineando uma metodologia de pesquisa que ainda é bastante atual nos estudos de história do pensamento geográfico, caracterizada pela análise: da conjuntura em que a obra e o autor encontram-se inseridos; do discurso e visão de mundo do autor estudado e das estruturas significativas do discurso, “separando o essencial do acidental”, e “o papel das palavras-chave”.

Apesar de reconhecer a influência de Goldman, tal influência ecoa as reflexões de Mannheim, considerado um dos criadores da Sociologia do Conhecimento, como um ramo científico da Sociologia, distinta da teoria da ideologia. Esses ecos também lembram a concepção marxista sobre ideologia e a teoria social que lhe é subjacente. Há que se considerar a relevância assumida pelas noções de crítica e de ideologia na história do pensamento geográfico, com o Movimento de Renovação, de acentuado viés marxista e de influência althusseriana.

Além dos trabalhos de Bray surgiram, a partir da década de 1990, os de Machado (1995, 2000a, 2000b), importantes por sua concepção de história do pensamento geográfico, pela relevância que atribui aos estudos nessa área, por sua avaliação crítica e propositiva sobre o campo de pesquisas que poderia ser desenvolvido no Brasil. Numa entrevista, concedida ao Grupo de Trabalho em história do pensamento geográfico no Brasil, para o primeiro número da *Terra Brasilis*, Machado (2000a, p. 113) enfatizou a necessidade de se superar o “autodidatismo” e apresentou, dentre outros, três motivos importantes para a consolidação das pesquisas nessa área: o “motivo epistemológico” consiste da necessidade de “olhar a teoria”, isto é, “situar a Geografia na história da ciência”; o “motivo histórico”, que implica em

considerar “a história do pensamento num país como o Brasil, e do pensamento geográfico em particular, [que] é nos obrigar a estudar a história do país e a história mundial”. Portanto, considerar a relação entre Geografia e História. E o terceiro motivo, “o político”, pois, a política e as matrizes de pensamento na história e na epistemologia conformam o que a autora denomina de “ideologias científicas”. O intrincado vínculo das matrizes de pensamento com suas respectivas dimensões políticas corroborariam as “ideologias científicas” e sua disseminação no pensamento social.

Outro geógrafo brasileiro que tem se destacado, por sua produção, na formulação da história do pensamento geográfico é Moraes. Seus esforços no sentido de conceituar e demarcar a história do pensamento geográfico em relação à história da Geografia, como ciência, deu a tônica e ampliou as pesquisas dessa temática, nas últimas décadas do século XX, no Brasil. Sua justificativa para a instituição de um campo de conhecimento, disciplina e linha de pesquisa, a história do pensamento Geográfico, está na limitação da Geografia em recobrir todo o conhecimento científico e pré-científico sobre a temática espacial. A história da Geografia comportaria limitações específicas próprias desse campo, considerando-se a “gama de reflexões” acerca da “temática espacial”. Esses motivos justificam a criação de uma expressão ou conceito mais abrangente do que o de “história da ciência” geográfica.

Poder-se-ia cunhar uma expressão, com uma finalidade analítica, para abrigar toda esta gama de reflexões. Um conceito para unificar estes discursos dispersos, que tenha uma fundamentação ontológica. Isto é, o conjunto de seres e processos sobre os quais se exercitam estes saberes que qualificaria o agrupamento. [...]. A este conjunto poder-se-ia denominar *pensamento geográfico*, tendo claro que a Geografia explícita recobre-lhe uma parte diminuta. *O pensamento geográfico abrangeria os vários significados históricos do rótulo Geografia, suas fontes, as concepções atuais, e também as reflexões oriundas de outras disciplinas que numa ótica central ou marginal tocassem nos temas do conteúdo atualmente assumido.* (MORAES, 1996, p. 31, grifos nossos)

Além da amplitude conferida a tal expressão, Moraes (2002, p. 13-14) pretendia “resgatar” a história do pensamento geográfico “articulando procedimentos da epistemologia, da história da ciência e da sociologia do conhecimento, num encaminhamento teórico presidido por uma concepção lukacsiana”. O projeto originário dessa proposta data do início da década de 1980, mais precisamente com sua dissertação de mestrado em 1983. Esse “encaminhamento teórico” avança e resulta, cinco anos depois, numa definição de “geográfico” e de “pensamento geográfico”.

O geográfico aqui qualifica um conjunto de temas, um rol de assuntos, um feixe de questões trabalhadas pela consciência. O temário advindo diretamente da consciência do espaço. [...]. O objeto do conhecimento circunscrito comanda a análise. [...] Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado,

possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. (MORAES, 1996, p. 32, grifos nossos)

Se for o “objeto do conhecimento” que “circunscrito comanda a análise”, espaço e meio aparecem indistintos, nada mais pertinente que formular um conceito que possa unificar e expressar a gama de discursos e de saberes relativos à “consciência espacial” que temos do mundo, conjugando a “fundamentação ontológica” à dimensão epistemológica, mas também com uma “finalidade analítica”. Suas formulações, desde o final da década de 1980, trataram de “modo mais sistemático o tema da representação e da consciência do espaço”, ao mesmo tempo em que “diferenciava três níveis de abordagem”.

- o do “horizonte geográfico”, que circunscribe o campo da geografia “espontânea” do cotidiano, analisando o conhecimento do senso comum, as ideias e representações do “espaço vivido” e das informações geográficas do indivíduo comum;
- o do “pensamento geográfico”, abarcando os discursos escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da Terra, analisando as formulações literárias, filosóficas e científicas interessando o temário coberto pelas questões analisadas pela geografia, enfim, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre;
- o das “ideologias geográficas”, abordando uma classe mais restrita de discursos, contida no conjunto anterior, a das representações com um direcionamento político explícito, seja orientado para a produção do espaço material, seja referido à própria construção de juízos e valores que conformam as próprias formas de consciência sobre o tema. (MORAES, 2002, p. 15)

Os níveis de análise, tal como ele apresenta, são proposições metodológicas destinadas a balizar estudos e pesquisas segundo essa orientação. Há que se destacar dois relevantes aspectos de suas proposições: o diálogo com metodologias da História e a teoria social de vertente marxista. No entanto, a noção de “ideologias geográficas” parece ser uma contribuição original de Moraes, além das influências recebidas e apesar de estar impregnada do dualismo entre ciência e ideologia.

Dentro do universo amplo do pensamento geográfico, as ideias especificamente geradas no contexto da Geografia têm seu destaque pelo grau de sistematicidade que veiculam. Sendo uma modalidade daquele universo possuem, contudo, uma tradição e uma preocupação heurística que a credenciam para um exame minucioso. Os estudos que visam a captar a eficácia das ideologias geográficas num determinado país têm no discurso da Geografia um indicador interessante. O rastreamento da história dessa disciplina, da assimilação de suas teorias básicas, aparece como um tópico imprescindível da análise. (MORAES, 1996, p.109, grifos nossos).

A preocupação com a história da Geografia aparece inseparável do rastreamento da ideologia disseminada no pensamento social ou político, dito de outro modo, das “ideologias geográficas”. Mas o que são as “ideologias geográficas”? O que as distingue de outras formas de ideologia?

Seria possível nomear um campo no universo das ideologias – aquele que expressa a consciência do espaço trabalhada num sentido político – como “geográfico”. Tendo claro que o rótulo é profundamente secundário; poder-se-ia dizer ideologias espaciais ou territoriais etc. *Este campo manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política.* (MORAES, 2002, p. 44, grifos nossos)

Se as ideologias geográficas podem ser concebidas sob essa forma, como situar a Geografia Política ou a Geopolítica em relação ao trabalho de desvelar essas ideologias? Quando se observa o que fazem as ideologias geográficas torna-se indiscernível sua eficácia em relação a outras ramificações da Geografia.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política. (MORAES, 2002, p. 44, grifos nossos)

Nesse sentido, a concepção de ideologia aparece como “visão de mundo” e não necessariamente como “falsa consciência”. Porém, quando nos aproximamos dos conteúdos e das modalidades de discursos que as “ideologias geográficas” recobrem, pelo caráter pouco preciso da abordagem da ideologia, realizada por Moraes, não sabemos distingui-las de outras formas de discurso e, tampouco, de outras formas de visão de espaço, território em relação à política. Veja-se, portanto, as modalidades de discurso tal como foram apresentadas.

O discurso que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar etc. [...] que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço”, bem como “O discurso diretamente normativo a respeito do espaço, em variadas escalas. Os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo etc. [...]. (MORAES, 2002, p. 44-45)

Desse modo toda elaboração política acerca de temas espaciais constitui matéria das ideologias geográficas. Por conseguinte, a tarefa dos estudos geográficos é “Captar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os agentes desse movimento e os interesses veiculados, seria a meta dos estudos. Enfim, rastrear a eficácia política destas ideologias” afirma Moraes (2002, p. 45). Essa noção de ideologias geográficas encontra-se mais próxima de uma perspectiva sociológica acerca da ideologia, neste caso, de uma análise sociológica do pensamento geográfico, mais do que de uma abordagem ontológica. Essa distinção estabelecida por Giddens (2001) se apresenta, para efeito de nossa investigação, como uma forma de compreensão da proposta de Moraes (2002). Numa análise comparativa entre as teorias da integração (de Durkheim) e da coerção (de Marx), bem como

dos conceitos de anomia e de alienação, respectivamente, esse autor destaca a diferença entre a concepção ontológica acerca da ideologia na perspectiva marxista e na sociológica.

O lugar ocupado pelo conceito de “ideologia” na teoria de Marx não é de todo pejorativo. Sem dúvida, é verdadeira a ideia de que “ideologia” refere-se ao que Engels chamou de consciência “falsa”, e de que esta é uma concepção completamente desprovida da noção de consenso. Contudo, *embora ideologia seja ontologicamente falsa, não é falsa em termos sociológicos. Quer dizer, ideias morais, tais como expressas, por exemplo, em sistemas-ideários, são de importância fundamental para estabilizar sistemas sociais existentes, bem como para legitimar as relações de classe que neles prevalecem. A hostilidade declarada de Marx à religião, assim como a tentativa, durante toda a sua vida, de desenvolver uma crítica da economia política como elemento da maior importância na ideologia da sociedade burguesa, somente faz sentido se este aspecto passar a ser reconhecido.* (GIDDENS, 2001, p. 202-203, grifos nossos)

A teoria da história, de vertente marxista, e com ela a ênfase na ideologia, aparece também na história da Geografia. A própria Geografia Humana, doravante, é concebida a partir da ótica marxista, tal como a caracteriza Moraes (2002, p. 49, grifos nossos):

Interessa-nos aqui delinear uma visão dialética e histórica do temário clássico da geografia humana, qual seja, a relação entre a sociedade e seu espaço. *Daí a necessidade de compor uma teia de fundamentos teóricos que sustentem a posição assumida: ver a geografia humana, em si, como uma modalidade de história.*

Assim delineada, a Geografia Humana é definida como uma “história territorial”, de acentuado matiz marxista, na qual encontra seus fundamentos, conjugando a teoria da história e a do valor, cujo fundamento é a concepção de ontologia proposta por Lukács.

Parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade com determinações específicas ímpares, atuando como elemento particularizador, em si uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo tal processo resultante do trabalho como ato teleológico da incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da *valorização do espaço*. (MORAES, 2002, p. 51, grifos do autor)

Por meio desses pressupostos teóricos definem-se a Geografia Humana, o escopo da história do pensamento geográfico, sua distinção em relação à história da Geografia, e o trabalho de desvelamento ideológico no qual a análise geográfica deve pautar-se. Encontra-se, portanto, uma ontologia marxista para a Geografia Humana e seu objeto: o território, pois, “Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território”, (MORAES, 2002, p. 57). Há duas ideias basilares nessas formulações: a de que há um pensamento geográfico contaminado pela ideologia, daí a existência de “ideologias geográficas”, e de que

é necessário desvelar a dimensão ideológica subjacente a esse pensamento por meio de uma análise científica, numa contraposição entre ciência e ideologia.

Apesar do reconhecimento das contribuições de Moraes, é possível formular outras proposições teóricas e metodológicas para a história da Geografia e do pensamento geográfico, no que se refere à concepção de pensamento geográfico, vinculado a noção de “consciência espacial”; à relação entre ciência, ideologia e Geografia. Quanto a este último tópico, Moraes partilha da mentalidade de outros geógrafos brasileiros, para os quais o inimigo a ser combatido era não apenas o capital, mas a ideologia, como se pode verificar pela formulação, com enfoque político, de Oliveira (1980, p. 15): “É, pois, prioritário entendermos que a compreensão e a crítica ideológica supõem e pressupõem uma posição de classe na teoria”; pela ênfase metodológica de Silva (1982, p. 19): “o conhecimento científico do real implica na realização prévia da crítica das ideologias”; e pelas proposições com enfoque epistemológico e ontológico de Santos (1991a, p. 23-24): “O objeto possui duas faces: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia. [...] A própria ideologia é objetiva, dissimulando o real e tentando impor-lhe a sua significação no momento crucial da objetivação da totalidade”.

Segundo Moreira (1992), num balizamento dos dez anos de renovação da Geografia brasileira, a “crítica epistemológica” se fazia acompanhar da “crítica ideológica” quanto à utilidade funcional da Geografia. A demanda por liberdade de expressão e participação política oferecia condições ao debate ideológico e à politização dos discursos acadêmico e científico, receptivos às filosofias e a teoria social de acentuado viés crítico, historicista e até revolucionário. Neste sentido, é possível compreender porque a “crítica epistemológica” se fundia com o horizonte da “crítica ideológica” na reconstrução da história da Geografia. Segundo Moraes (2002), recontar a história da Geografia, em sentido amplo, e da Geografia Humana, em particular, era alterar o conteúdo que até então lhes era atribuído¹⁵.

Pressupunha-se que a crítica validaria cientificamente e politicamente a Geografia renovada. Mas não tardou muito para conferir a fragilidade desse suposto fundamento. Santos (1996a) avaliou em *Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia*, as possibilidades de uma “geografia marxista”. E ao avaliar também o Movimento de Renovação

¹⁵ Nesse processo, história da ciência, isto é, história da Geografia e história do pensamento geográfico tornaram-se indiscerníveis, haja vista as obras publicadas particularmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tais como: *Por uma geografia nova* (1978) de Milton Santos, possivelmente a mais emblemática desse período; *O que é geografia?* (1982) de Ruy Moreira; *Geografia: pequena história crítica* (1987) de Antonio Carlos Robert Moraes que contribuiu com a vulgarização da noção de Geografia crítica.

e a Geografia, constatou, em depoimento, que a ênfase conferida à crítica não foi motivo de avanço na renovação por que

quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização mas não a construção. A crítica deveria suceder a análise, mas o que acontece, na maioria dos casos, é que a necessidade de ser crítico opera como se o analítico fosse dispensável. Isto também é um fator de atraso. (SANTOS, 1996b, p. 172, grifos nossos).

Na história do marxismo a crítica e a economia política aparecem como elementos basilares na constituição da teoria social e na teoria científica da sociedade burguesa¹⁶. Um dos desdobramentos da influência marxista na Geografia pode ser encontrado na reformulação da Geografia Humana apoiada numa economia política de vertente marxista. E a outra, penso que se encontra no direcionamento dado a uma historiografia do pensamento geográfico brasileiro em que seu nível de cientificidade consiste em sua capacidade de identificar e revelar ideologias¹⁷. Herança do legado marxista acerca da relação entre ciência e ideologia que encontrou campo fecundo também na Sociologia do Conhecimento.

I.4. História do pensamento geográfico e Sociologia do Conhecimento

Uma das questões que aparece, quando se trata da temática do pensamento geográfico, diz respeito ao conceito de pensamento e as diferentes formas de concebê-lo, seja por meio da Sociologia do Conhecimento, da história do pensamento ou das ideias, além da Filosofia. A própria expressão pensamento, com o qualificativo geográfico, tornou-se denominação consagrada e de uso corrente para designar um campo de estudos da Geografia.

Parte expressiva das pesquisas ou dos estudos de história do pensamento geográfico se apóia em alguns dos procedimentos da Sociologia do Conhecimento e da Historiografia marxista, ou ainda, em distintas vertentes da história da ciência. Nelas podem-se identificar concepções estruturalistas e marxistas, com ênfase na análise de discurso, no desvelamento das ideologias, na discussão do caráter político e ideológico da atividade e do discurso científicos. Essas concepções, em certa medida, explicam a crítica enfática que as pesquisas evidenciam quanto à relação entre ideologia e pensamento geográfico, isto é, investigam e

¹⁶ A concepção que somente o estudo científico da estrutura econômica da sociedade poderia instrumentalizar, teoricamente, a ação revolucionária abriu caminho para que se buscasse na *Economia Política* (1989b), a primeira das Ciências Humanas a se constituir, a “anatomia da sociedade”, conforme havia postulado Marx em *O capital* (1996). Esse estatuto científico adquirido lhe permitiu transformar-se num dos paradigmas das Ciências Sociais e Humanas que foram se constituindo no século XIX. Ao tomar a Economia Política sob o crivo da crítica, Marx alargou os horizontes à cientificidade dessa ciência de tal modo que, ao lado da ciência da História, ela passou a balizar o “marxismo”.

¹⁷ Nas formulações de Quaini (1992) encontram-se proposições historiográficas, numa vertente marxista, para a Geografia Humana. Em Capel (1999) também há reflexões e informações sobre a história da ciência numa perspectiva marxista a configurar uma modalidade de historiografia das ciências.

“denunciam” as ideologias veiculadas pelos discursos presentes na história do pensamento geográfico e no pensamento social brasileiro. Os temas de pesquisa compreendem também a história de instituições, de personalidades públicas (intelectuais e políticos), de geógrafos considerados precursores da Geografia brasileira, grosso modo privilegiando a história do passado e as fontes escritas.

Os estudos que buscam o desvelamento das ideologias não raro dialogam com a Sociologia do Conhecimento, conforme Bray (1999), com a Historiografia e as teorias marxistas sobre ideologia, conforme Moraes (1996, 2002) e Machado (1995, 2000b), e numa versão híbrida de concepção marxista da história da ciência com noções da arqueologia focaultiana nas recentes publicações de Moreira (2008, 2009). É inegável o peso que o conceito de ideologia teve no discurso e nas análises geográficas, principalmente, a partir da década de 1970, no Brasil, e nas pesquisas em história do pensamento geográfico, tornando-o incontornável em qualquer abordagem marxista ou não desse tema. Todavia, a questão da ideologia tornou-se incontornável também pela sua presença na Filosofia e nas Ciências Sociais, como um tema do qual não se pode esquivar mesmo quando não constitui o principal problema de investigação. Tal problema consiste na oposição, fortemente acentuada pelo marxismo, entre ciência e ideologia, e a questão da objetividade nas Ciências Sociais. Na Sociologia do Conhecimento encontra-se um campo fecundo de orientações metodológicas, mas há também problemas relacionados à ideologia em relação com as Ciências Sociais e a teoria social.

Pela forma que a questão da ideologia se faz presente na história do pensamento geográfico, tornou-se oportuno um estudo das proposições de Mannheim (1893-1947) e de seu livro *Ideologia e utopia* (1986) tornado clássico sobre esse tema¹⁸. Esse autor, considerado um dos criadores da Sociologia do Conhecimento, além de sua origem húngara, partilhava da amizade e das ideias de Lukács de quem teria recebido forte influência marxista. Naquela obra se encontram fecundas formulações atinentes à temática dessa investigação: uma concepção sociológica do conceito de pensamento e de sua relação com a ideologia. Distinto da Lógica e da Filosofia, o conceito de pensamento que interessa a Mannheim (1986,

¹⁸ A compreensão da elaboração e da estrutura desse livro implica em se fazer uma leitura não sequencial de suas partes, considerando-se os momentos distintos em que foram redigidas e o formato final que adquiriu na edição inglesa de 1960, a edição brasileira é a tradução dessa edição. Tendo em vista a elaboração e a estrutura da obra, optei por fazer a exposição das ideias nele contidas, aquelas que têm relação direta com a investigação aqui proposta, tendo por referência a ordem cronológica em que os textos foram elaborados. As reflexões de Mannheim não podem ser ignoradas pela pertinência delas em relação ao campo temático e os sujeitos dessa investigação, mesmo discordando de algumas de suas formulações como, por exemplo, sobre o papel social dos intelectuais.

p. 29, grifos nossos) é: “*como ele realmente funciona na vida pública e na política como instrumento de ação coletiva*”. Em decorrência dessa concepção de pensamento, o ponto de partida da concepção sociológica do conhecimento não é o indivíduo isolado, mas os modos de pensamento no “contexto da ação coletiva”. Sendo assim,

a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. *Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum.* (MANNHEIM, 1986, p. 31, grifos nossos)

Mannheim procura mostrar que ideias, atitudes, valores e teorias são indissociáveis da posição social ou do interesse de um grupo ou classe social e procura formular e oferecer uma orientação científica para a vida política, além de fornecer um fundamento às Ciências Sociais. Mas para que a Sociologia do Conhecimento seja científica, ela deverá distinguir-se da “teoria da ideologia”. Por isso encontra-se uma ampla discussão sobre a ideologia, na qual os estilos de pensamento mantêm estreita dependência da posição social a que pertence o indivíduo ou grupo, o que condiciona a estrutura da consciência e a visão de mundo do grupo.

A ideologia comporta dois significados distintos: o significado “particular” e o significado “total” de ideologia. O primeiro significado denota a posição cética que adotamos diante das ideias e representações apresentadas por um “nosso opositor”. Tal posição se justificaria pela percepção de que tais ideias e representações são disfarces, dissimulações ou mentiras, mais ou menos conscientes. O segundo significado refere-se a uma concepção mais ampla da ideologia, conforme destaca Mannheim (1986, p. 82): “[...] à ideologia de uma época ou de um grupo histórico social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou desse grupo”. Esses dois significados tem elementos em comum, mas também elementos distintos. Um elemento em comum

parece consistir no fato de que nenhuma delas [as duas concepções de ideologia] depende exclusivamente do que foi efetivamente dito pelo opositor para atingir uma compreensão de seu significado real e intenção. *Ambas se voltam para o sujeito, seja indivíduo ou grupo, procedendo a um entendimento do que foi dito pelo método indireto de analisar as condições sociais do indivíduo ou de seu grupo. As ideias expressadas pelo indivíduo são dessa forma encaradas como funções de sua existência. Isto significa que opiniões, declarações, proposições e sistemas de ideias não são tomados por seu valor aparente, mas são interpretados à luz da situação de quem as expressa.* Significa, ainda mais, que o caráter e a situação de vida específica do sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações. (MANNHEIM, 1986, p. 82, grifos nossos)

A relatividade do conhecimento, portanto, não reside apenas em seu caráter histórico, mas nas condições sociais vigentes que determinam a consciência social, ou seja, o ser social. Enquanto o “significado particular” se detém num nível psicológico de análise, tendo por referência o conteúdo dos enunciados do opositor, o “significado total” põe em questão a visão de mundo total do opositor, isto é, tenta compreender seu aparato conceitual como decorrente da vida coletiva compartilhada pelo indivíduo, grupo ou classe. Nesse sentido, Mannheim vê na abordagem particular uma análise que “opera no nível psicológico”. Nesse nível, há a pressuposição de que expositor e adversário “partilham de critérios comuns de validade”, o que possibilita refutar mentiras, corrigir erros, mas o indivíduo é a referência e o seu interesse é a causa de uma mentira ou ilusão. Mas essa forma de análise é limitadora por que

jamais conseguiremos captar, em sua totalidade, a estrutura do mundo intelectual de um grupo social, em uma dada situação histórica. [...]. *Sendo uma totalidade, o sistema de pensamento é integrado sistematicamente, e não é um mero ajuntamento casual de experiências fragmentárias dos membros isolados de um grupo.* (MANNHEIM, 1986, p. 84, grifos nossos)

Segundo essa compreensão, a soma dos indivíduos não é suficiente para se demonstrar a estrutura do mundo intelectual. Diferentemente, a abordagem total opera no “nível psicológico” e, nesse nível, a análise possibilita o acesso à totalidade daquela estrutura do mundo intelectual, porque, segundo Mannheim (1986, p. 85): “O objetivo da análise neste nível é a reconstrução da base teórica sistemática subjacente aos juízos isolados do indivíduo”. Feitas as devidas ressalvas quanto às análises que as concepções de ideologia possibilitam, Mannheim procura o fundamento histórico da ideologia. Para que essas concepções de ideologia pudessem surgir, as noções de descrença e de suspeita já se haviam instalado na vida cotidiana, “no trato cotidiano com assuntos políticos”, nas relações dos homens entre si. Mas, é quando historicamente tornam-se explícitas e reconhecidas metodicamente que se poderá falar de uma “coloração ideológica nas afirmações dos outros”. Assim, não é qualquer análise que nos permite desvelar o elemento ideológico nos discursos dos homens, mas uma interpretação ideológica que seja metódica.

Somente quando buscamos, mais ou menos conscientemente, descobrir a fonte de sua inverdade em um fato social é que estamos propriamente fazendo uma interpretação ideológica. Começamos a tratar as noções de nossos adversários como ideologia somente quando não mais as consideramos como mentiras calculadas e quando sentimos em seu comportamento total uma insegurança que encaramos como uma função social em que se encontra. A concepção particular de ideologia é, portanto, um fenômeno intermediário entre, num pólo, a simples mentira e, no outro, o erro, que é o resultado de um aparato conceitual destorcido e defeituoso. (MANNHEIM, 1986, p. 87, grifos nossos)

A passagem de um sentido particular de ideologia a um sentido total pressupõe que, histórica e socialmente, haja um mundo em transformação no qual é possível a emergência de conflito intelectual, isto é, “quando os valores básicos dos grupos contendores constituem mundos à parte” afirma Mannheim (1986, p. 91), porque aí despontam-se estilos de pensamento distintos. Com essas proposições, Mannheim visou cimentar o percurso que o conduziu à formulação da Sociologia do Conhecimento como uma ciência. Ademais, mostrou os estágios principais da emergência da concepção total de ideologia no que ele denominou de níveis “noológico” e “ontológico”. O primeiro estágio consistiu no desenvolvimento de uma “filosofia da consciência”, ou seja, na proposição de que a consciência é uma unidade coerente, num mundo variado e confuso, no qual ela procura uma organização da experiência, unidade garantida pelo sujeito consciente. Nesse estágio, ainda se estava diante de uma concepção embrionária de ideologia, que foi superada no segundo estágio, quando a perspectiva histórica permitiu uma concepção total. A filosofia hegeliana tem importante papel nessa realização ao postular que a unidade do mundo é concebível com referência a um sujeito cognoscente e que essa unidade está em processo histórico contínuo de transformação. Esse processo histórico se realizava no espírito de um povo, de uma época, de uma nação, porque para Hegel era a razão se realizando na História e nas instituições sociais. Mas, o terceiro estágio se completou quando a noção de “classe” tomou o lugar do *folk* ou da nação, quando a classe apareceu como a portadora da consciência historicamente em evolução, o que abriu caminho para a emergência da noção de “ideologia de classe”.

O impacto da noção de consciência repercutiu nas Ciências Sociais, no século XIX, pois era sabido que a consciência varia de acordo com os períodos históricos, as nações e classes sociais. Desde então não se podia mais isolar um ou outro elemento dos assuntos humanos, pois, cada fato ou acontecimento de um período histórico não podia ser explicado se não em termos de significado, da interdependência de significados. Mas a investida (primeiro Napoleão e depois Marx) contra os ideólogos trouxe um elemento novo à questão da ideologia, o da “falsa consciência”. A emergência da questão da falsa consciência e a depreciação da ideologia, por Napoleão, colocou em pauta o fundamento ontológico e epistemológico da ideologia. Essa redefinição da palavra ideologia, a partir de um novo significado atribuído pelo político, fez emergir o “problema da natureza da realidade”, cujo fundamento ontológico passou a ser derivado da experiência política. Além desse problema, pode-se dizer que para as “filosofias da consciência”, calcadas no racionalismo crítico, o fundamento do erro só podia residir na experiência, segundo o argumento de que os sentidos são a fonte de nossos erros, mas não a razão ou a consciência. Esse problema diz respeito à

relação entre teoria e prática e o valor que se lhes atribui. Nesse sentido, Marx foi tributário de Napoleão e Mannheim reconhece no marxismo a ultrapassagem do sentido particular de ideologia ao sentido total, como também o fato de ter invertido a lógica de prioridade entre ambas. Desde então, o problema da natureza da realidade não pode ser dissociado da experiência da atividade política.

A noção de “falsa consciência” adquiriu assim um novo significado. [...]. *O pensamento marxista atribuiu à prática política, juntamente com a interpretação econômica dos acontecimentos, uma significação tão decisiva que estas duas se tornaram os critérios definitivos para separar o que não passasse de ideologia dos elementos do pensamento mais relevantes para a realidade.* (MANNHEIM, 1986, p. 100, grifos nossos)

Esse novo significado de ideologia, no século XIX, tornou-se por demais amplo e permitia a análise do pensamento nesses termos. Porém, ao se tornar um instrumento de análise inicialmente utilizado pelos marxistas não tardou a ser utilizado também por seus opositores. A partir de então os problemas da “falsa consciência” e da “natureza da realidade” tiveram como consequência uma profunda transformação na esfera não só da ontologia e da epistemologia, como também na axiológica. A concepção total e genérica de ideologia fez surgir uma espécie de auto-análise ideológica, tarefa, é claro, destinada à Sociologia do Conhecimento, que por sua natureza difere da teoria da ideologia.

O que anteriormente constituía o arsenal intelectual de uma das partes se transformou em um método de pesquisa da história intelectual e social em geral. [...]. Assim, *torna-se a tarefa da história sociológica do pensamento analisar, sem considerar tendências partidárias, todos os fatores da situação social efetivamente existente que possam influenciar o pensamento.* (MANNHEIM, 1986, p. 104, grifos nossos)

Diante dessa tarefa por realizar, a Sociologia do Conhecimento deveria assumir, como procedimento de análise, uma posição e combiná-la com uma epistemologia definida, para tanto havia duas alternativas de abordagem: o relativismo e o relacionismo. O relativismo, segundo Mannheim (1986, p. 104), apesar de reconhecer que “todo pensamento histórico se acha ligado à posição concreta de vida do pensador”, desconhece o “intercurso entre as condições de existência e os modos de pensamento”, e permanece preso a uma antiga teoria do conhecimento. De outro modo, o relacionismo parte de uma teoria moderna de conhecimento, considera que “todo conhecimento histórico é um conhecimento relacional”, isto é, só pode ser formulado se tiver por referência a posição do observador, se considera que todo pensamento humano ocorre num “meio social definido”, afirma Mannheim (1986, p. 104). No entanto, o relacionismo não é isento da tarefa de discriminar os “elementos falsos dos verdadeiros” no conhecimento. Mesmo um conhecimento relacional se vê diante da impossibilidade de constituir uma visão de conjunto, sendo assim, os pontos-de-vista

precisam ser corrigidos pelo entrelaço com outros pontos-de-vista opostos. Há que se considerar: a existência de modos de pensamento em culturas diferentes, modos diferentes de pensamento num mesmo período histórico e em diferentes períodos históricos.

Com o relacionismo, Mannheim pretendeu superar o relativismo presente no historicismo e conferir validade às Ciências Sociais. Tal validade assenta-se no reconhecimento de que há juízos ontológicos implícitos na concepção não-valorativa de ideologia e na solução que ele aponta ao problema da “falsa consciência”. Para Mannheim (1986, p.120), o perigo da “falsa consciência” estava no fato de “obstruir a compreensão de uma realidade que é o resultado da constante organização dos processos mentais que compõem os mundos que vivemos”. Em tal noção faltava um sentido histórico a partir do qual se pudesse conceber um conceito dinâmico de ideologia e realidade.

As noções de encobrimento, falseamento, distorção, ocultamento qualificam uma “falsa consciência” e o conhecimento ideológico. Com efeito, Mannheim deslocou o critério de realidade, da prática e da experiência política, para o novo sentido histórico, a dimensão histórica da realidade em sua dinâmica constante. Assim, o campo categorial e conceitual em que se move o observador social, e de onde lhe é possível teorizar, é um meio social que é histórico em permanente mutação. Ao se furtar a essa dinâmica, permanecendo num quadro de referência social e histórico estáticos, o indivíduo, o grupo ou a classe social fica enredada pela ideologia, pois a teoria não corresponde à prática ou à realidade social vigente. De outro modo, a Sociologia do Conhecimento é a que possibilitava avaliar como os estilos de pensamento, as visões de mundo, as posições intelectuais se ancoram e retroagem na realidade histórico-social, em relação com o sistema econômico e as relações de poder. Além de ser um ramo da Sociologia, a Sociologia do Conhecimento se distingue da teoria da ideologia, ainda que com ela esteja relacionada¹⁹. Conforme definiu Mannheim (1986, p. 286), como teoria, a Sociologia do Conhecimento “procura analisar a relação entre conhecimento e existência; como pesquisa histórico-sociológica busca traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade”.

Pode-se fazer algumas objeções às formulações de Mannheim. A primeira delas diz respeito à subordinação, ou melhor, à determinação do indivíduo e de sua experiência de pensar ao grupo ou à classe social, como se fosse impossível ultrapassar tal determinação, a não ser pela existência de indivíduos “sem” classe social definida, como por exemplo, os

¹⁹ Distingue-se também da história das ideias. Haveria limitações da história das ideias na medida em que ela se ocupa em analisar as correntes de pensamento que predominam em determinadas épocas, cuja divisão teria por referência essas correntes de pensamento.

intelectuais. Paradoxo dos paradoxos: todo conhecimento é social e é condicionado pela origem social do indivíduo, grupo ou classe, mas para que haja um conhecimento objetivo acerca da sociedade e da política há de se presumir a existência de indivíduos cujo condicionamento social é “relativizado”. Como é necessário formular uma ciência com métodos rigorosos, que permita fundamentar as Ciências Sociais e a intervenção política, tal ciência deve pressupor a veracidade de suas formulações segundo um nível de objetividade. Mas como isentar o cientista social do caráter axiológico de suas formulações, isto é, da ideologia, se todo pensamento sofre as determinações sociais de onde se origina o indivíduo, o grupo, ou a classe social? Para solucionar esse problema, Mannheim concebeu os intelectuais enquanto indivíduos que constituem um extrato social sem classe definida. Eles não constituem uma classe, mas oscilam e tem liberdade de optar por uma ou outra delas. É essa indefinição que lhes permite transitar pelas classes, oscilar quanto aos posicionamentos e visões de mundo, e, sobretudo, de realizar a síntese das visões de mundo antagônicas. Por serem desvinculados socialmente, pode-se supor que não há nenhuma “homogeneidade” social possível aos intelectuais. Todavia, há um “elemento comum” nesse extrato social:

Embora sejam por demais diferenciados para que se os considere como uma classe, existe, no entanto, entre todos os grupos de intelectuais, um vínculo sociológico de unificação, ou seja, a educação, que os enlaça de modo surpreendente. *A participação em uma herança cultural comum tende progressivamente a suprimir as diferenças de nascimento, status, profissão e riqueza, e a unir os indivíduos instruídos com base na educação recebida.* (MANNHEIM, 1986, p. 181, grifos nossos)

A constituição tanto desse vínculo sociológico comum, a instrução, quanto à liberdade de escolha e de posicionamento dos intelectuais é possível a partir da “vida moderna”, quando esse extrato social pode ser “recrutado em uma área mais extensa da vida social”. Ou seja, a vida moderna é dinâmica e permite a emancipação desse extrato, o que outrora era uma atividade baseada na autoridade do clero, agora é atribuição dos intelectuais.

Duas são as linhas de ação efetivamente adotadas pelos intelectuais desvinculados como saída para esta posição a meio caminho: uma, que corresponde à voluntária filiação a uma ou outra das várias classes antagônicas; outra, *o exame de suas próprias raízes sociais e a tentativa de cumprir sua missão de defensores predestinados dos interesses intelectuais do todo.* (MANNHEIM, 1986, p. 183, grifos nossos)

Apesar das críticas que se pode fazer aos intelectuais justamente por sua mobilidade, liberdade e ausência de um vínculo social de classe definido, Mannheim apresentou de forma positiva a condição social deles a partir dessas “duas linhas de ação”, e, supondo ter encontrado nesse extrato a solução para o problema da determinação social do conhecimento, postulou a capacidade dos intelectuais em formular a síntese a que ele próprio almejava para garantir a objetividade do conhecimento científico.

Essa concepção de Mannheim tem o mérito de nos advertir sobre a impossibilidade de ignorar o condicionamento social do pensamento e de contornar a complexa questão que envolve a relação entre ciência e ideologia. E, no entanto, não se sabe de qual instrução, isenta de ideologia, provém a formação e o vínculo comum dos intelectuais. As proposições de Mannheim deixam brechas às aporias que envolvem a relação entre ciência e ideologia, a questão da objetividade nas Ciências Sociais e o papel, ou missão, dos intelectuais numa sociedade de classes. Se considerarmos, sem questionar, essas formulações de Mannheim, nelas encontraremos indicações de procedimentos de análise do pensamento geográfico cuja tarefa em nada se distinguiria de um exercício de Sociologia do Conhecimento, isto é, caberia à análise e à teoria geográficas a superação da ideologia no plano do pensamento. Mais que isto, deveremos postular a existência de um “lugar não ideológico” de onde os intelectuais observam a sociedade e do qual retiram critérios para definir o que é falso e o que é verdadeiro no domínio social-histórico. É inevitável não estabelecer aproximações entre as proposições de Mannheim e as formulações de geógrafos brasileiros quanto às relações entre: ideologia e Geografia, ideologia e pensamento geográfico.

Diante do exposto, ainda é possível procurar uma brecha nesse labirinto do pensamento por onde outras abordagens possam surgir, e prosseguir. Neste sentido, vale observar algumas das formulações de Ricoeur (1983) quando se trata de buscar caminhos alternativos para compreender a relação entre interpretação e ideologia, e para abordar a história do pensamento geográfico.

I.5. Uma abordagem hermenêutica e crítica acerca da ideologia²⁰

Paul Ricoeur (1913-2005) foi denominado como “o filósofo do sentido” e um fenomenólogo hermeneuta, que buscava o sentido e interpretar o homem contemporâneo, pois considerava que a ação do homem deixa vestígios que nos dizem o que é o humano²¹. Essa busca o levou a se aventurar para além da Filosofia em direção ao estudo dos mitos, dos símbolos e da poesia, como também da História e da Psicanálise.

Para efeito dessa investigação, me interessa a abordagem da ideologia como fenômeno. A abordagem da ideologia inicia com advertências sobre as “armadilhas” que a discussão pode conduzir. Uma dessas armadilhas, afirma Ricoeur (1983, p. 64): “consiste em

²⁰ Comumente se pensa que toda abordagem hermenêutica estabelece o primado da interpretação e da compreensão em detrimento da explicação e da análise críticas. No entanto, não é essa a concepção e a proposta de Ricoeur.

²¹ Foi Japiassu, filósofo brasileiro, que conferiu essa denominação a Ricoeur, sendo um dos principais disseminadores das ideias desse filósofo no Brasil.

aceitarmos como evidente uma análise em termos de classes sociais”. De início esse ponto de partida nos obriga a tomar posição a favor ou contra o marxismo, o que invariavelmente torna-se uma discussão estéril porque indecível. Uma possibilidade de contornar essa armadilha pode ser encontrada num pensamento “a-marxista”, isto é, que procure mais que combatê-lo, colocá-lo em suspenso a partir de um modo de abordar o “fenômeno ideológico”. Sem essa perspectiva, que é também uma alternativa, de abordar a história do pensamento geográfico – passado ou atual – incorre-se nos mesmos procedimentos que se critica e nos quais se percebe muitas limitações.

A segunda armadilha consiste em “definir, inicialmente, a ideologia por sua “função de justificação”, não somente dos interesses de uma classe, mas de uma classe *dominante*” (Ricoeur, 1983, p. 65)²². Ricoeur propõe uma inversão do problema, ou seja, passar da discussão da dominação ao problema da *integração social*, mais amplo que a de dominação que é apenas uma dimensão do problema. Essa inversão é necessária porque podemos tomar a ideologia, pela função de dominação, como um fenômeno essencialmente negativo e, por conseguinte, enveredarmos pela discussão sobre o erro e a mentira, a ilusão. Neste sentido, a ideologia é considerada uma falsa representação da realidade, e incorre-se numa abordagem *particular* da ideologia, sob o aspecto psicológico, conforme vimos em Mannheim (1986), que situou esse problema na passagem da *abordagem parcial* da ideologia e pensou tê-lo superado com a *abordagem total* e valorativa da ideologia, mas retornou à questão do inconsciente, desta feita, o “inconsciente coletivo”, em termos mais amplos²³. Há também nessa teoria da ideologia o que Ricoeur denomina de “estratégia da suspeita” e a questão do estatuto epistemológico da teoria das ideologias.

Admite-se com muita facilidade que o homem da suspeita está isento da tara que ele denuncia: a ideologia é o pensamento de meu adversário; é o pensamento do outro. Ele não sabe, eu, porém, sei. Ora, a questão é a de saber se existe um ponto de vista sobre a ação que seja capaz de escapar à condição ideológica do conhecimento engajado na práxis. A essa pretensão acrescenta-se uma outra: não somente há um lugar não-ideológico, mas este lugar é o de uma ciência [...]. (RICOEUR, 1983, p. 65, grifos nossos)

Se relembrarmos as formulações de Mannheim (1986), não só havia essa ciência, esse “lugar não-ideológico”, a Sociologia do Conhecimento, como os intelectuais seriam seus

²² Definição de ideologia que teve ampla disseminação no pensamento geográfico renovado, como se os próprios propositores da renovação da Geografia não buscassem também uma justificação para suas proposições. Como se existisse uma classe, a dominante, que conhecendo a verdade de tudo fizesse para ocultá-la, e outra classe, a dominada, “sujeito da história”, que resgataria aquela verdade, porque sua “missão” já estaria determinada em sua origem.

²³ Essa noção também diz respeito à teoria do conhecimento, quando se considera o conhecimento como um reflexo da realidade, tal como Lênin (1965) havia formulado em *Materialismo e empiriocriticismo*.

porta-vozes. A enorme distância que separa Ricoeur de Mannheim não está apenas na formulação do problema, mas também no fato daquele buscar na relação entre ideologia e ciência o sentido desses termos, procurar um modo de “cruzar” o marxismo, no sentido de que a descrição do fenômeno ideológico não parta, de início, da análise em termos de classes sociais ou de uma classe dominante. Seu ponto de referência eram os conceitos de “ação social” e de “relação social” formulados por Weber, com o objetivo de compreender a função geral da ideologia²⁴.

Ricoeur (1983) descreveu os conceitos de ideologia com destaque para a “função geral da ideologia”; a “função de dominação”; a “função de deformação”. Na função geral, ele identificou alguns traços: a função da distância; o dinamismo da ideologia, isto é, a relação entre ideologia e teoria da motivação social; a simplificação e o esquematismo. Ao precisar o nível epistemológico da ideologia, Ricoeur apresentou a “opinião” como sendo esse nível. Nesse nível, quanto mais as ideias perdem em rigor, mais se disseminam e são recebidas sob a forma de opinião. Além disso, ressaltou o que denominou de “código interpretativo”, no qual se expressam as características negativas que vinculamos à ideologia. Segundo Ricoeur, isso ocorre porque a ideologia comporta alguns traços e um deles diz respeito à ideologia como “função da distância”. Traço que veremos aparecer também na relação entre escrita e oralidade na Historiografia, conforme a apreciação crítica de Certeau (2000, 2007), e sobre distância e perspectiva histórica, conforme analisa Ginzburg (2001). A função de distância opera num nível

que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. *Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar sua energia inicial para além do período de efervescência. É nessa distância, característica de todas as situações post factum, que intervêm as imagens e as interpretações. Sempre é numa interpretação que o modela retroativamente, mediante uma representação de si mesmo, que um ato de fundação pode ser retomado e reatualizado. E talvez não haja grupo social sem essa relação indireta com seu próprio advento. É por isso que o fenômeno ideológico começa demasiado cedo: porque, com a domesticação, pela lembrança, começa o consenso, mas também se iniciam a convenção e a racionalização.* Neste momento, a ideologia deixou de ser mobilizadora para tornar-se justificadora; ou antes, só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora. (RICOEUR, 1983, p. 68, grifos nossos)

²⁴ Na interpretação de Ricoeur (1983, p. 67): “Para Max Weber, há ação social quando o comportamento humano é significativo para os agentes individuais e quando o comportamento de um é orientado em função do comportamento de outro. A ideia de relação social acrescenta a esse duplo fenômeno de significação de ação e orientação mútua a ideia de uma estabilidade e de uma previsibilidade de um sistema de significações. [...] é nesse nível de caráter significativo, mutuamente orientado e socialmente integrado da ação, que o fenômeno ideológico aparece em toda a sua originalidade. Está ligada a necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”.

Essa função aparece também na história da ciência, em geral. Mas pretendo ressaltar as possibilidades de identificar esses traços do fenômeno ideológico também no pensamento geográfico brasileiro que se anuncia com o Movimento de Renovação da Geografia. Vejamos brevemente algumas formulações nas quais se pode encontrar esses traços. O Encontro Nacional de Geógrafos, em 1978, em Fortaleza, tornou-se um acontecimento emblemático, um acontecimento fundador, do Movimento de Renovação, apresentado reiteradas vezes, principalmente, no depoimento e na memória daqueles que lá estiveram ou vivenciaram seus desdobramentos. Acontecimento fundador que teria marcado uma ruptura.

Tomei parte, meu caro Orlando, na agitada Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1978, em Fortaleza. O debate político, em torno de um fundamento do documento metodológico, elaborado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ante uma platéia de 1.500 jovens geógrafos e estudantes, marcou as exéquias da “Geografia Quantitativa” no Brasil. (VALVERDE, 1984, p. 15, grifos nossos)

Foi um momento de crise e de crítica acerca do pensar-fazer-dizer dos geógrafos e da Geografia. A necessidade de uma transformação radical da sociedade, por dentro e por fora, dava a tônica da motivação que animava a renovação.

Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdade social e ao mesmo tempo reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais. [...] trata-se de reestruturar a sociedade e de dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao tempo que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social. (SANTOS, 1980, p. 45, grifos nossos)

Era necessário renovar a Geografia perscrutando também o passado por meio de uma história do pensamento geográfico em retrospectiva, uma “crítica histórica”, que resgatasse geógrafos importantes “esquecidos” por essa história, como também estabelecer uma crítica epistemológica que operasse um “corte epistemológico” como postula Moreira (1980, p. 23): “Nenhum campo de saber opera um salto qualitativo em seus fundamentos epistemológicos, se este salto não for o produto de um mergulho crítico em seus fundamentos históricos”. Mas renovar ancorando-se numa Filosofia, que figurasse como autoridade, de modo a oferecer um método seguro e uma possibilidade de unidade para o objeto de estudo geográfico.

[...] o problema de método se colocaria, a meu ver, sob duas formas: primeira: a questão da teoria do valor em Geografia; diferente de uma teoria do valor em Economia Política, por ex. E um problema metodológico fundamental seria a questão da determinação, na essência do discurso geográfico. Entendendo determinação como o elemento que daria sentido à explicação geográfica, explicação essa que seria imanente ao objeto. (SILVA, 1986, p. 110, grifos nossos)

Retomemos a interpretação de Ricoeur e sua consideração de outros traços da função geral da ideologia ou do fenômeno ideológico. Não basta mobilizar e justificar, é preciso também dinamizar e, é esse o segundo traço da ideologia que pode ser identificado pelo seu dinamismo, ou seja, pelo seu vínculo a uma “teoria da motivação social”.

Ela é, para a práxis social, aquilo que é, para um projeto individual, um motivo – motivo é ao mesmo tempo aquilo que justifica e que compromete. Da mesma forma, a ideologia argumenta. Ela é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é. (RICOEUR, 1983, p. 68, grifos nossos)

Nesse sentido, pode-se compreender um dos aspectos não só da ideologia, como também do Movimento de Renovação, tal como ele foi justificado por sua radicalidade e pelo modo como mobilizou transformações na instituição fortemente representativa dos geógrafos, na qual ocorreu parte significativa dos embates²⁵.

A força do encontro de [19] 78, em Fortaleza, veio exatamente desta movimentação, deste rio subterrâneo, e não das academias, tanto que quanto nos encontramos em [19] 79 na assembléia para mudar o estatuto da AGB, mudamos com aquela radicalidade toda, porque não foram os professores universitários que criaram a radicalidade de 78. (MOREIRA, 1999, p. 107)

Nessa concepção, o grupo, portanto, que liderou a renovação possuía uma identidade outra que não aquela dos “professores universitários”. Mesmo porque a AGB era vista como uma entidade elitista, no sentido de que pertencia aos geógrafos da academia e uma das formas de alterar essa institucionalidade e garantir uma nova legitimidade passava pela reformulação de seu estatuto. Mas para isso era necessário mobilizar e justificar a renovação. Esse relato nos põe em contato com as formas de justificação da ideologia, pois justificação e projeto constituem o “caráter gerativo” da ideologia, uma vez que ela constitui-se também como “justificação e projeto” e seu caráter gerativo, segundo Ricoeur (1983, p. 69): “exprime-se no poder fundador de segundo grau que ela exerce com referência a empreendimentos, a instituições, que dela recebam a crença no caráter justo e necessário da ação instituída”. Além desses traços, pode-se identificar outro, o modo operante da ideologia por meio da “simplificação” e do “esquematismo”.

Ela é uma grelha, um código, para se dar uma visão do conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do mundo. Esse caráter “codificado” da ideologia é inerente à sua função justificadora. Sua capacidade de transformação só é preservada com a condição de que as ideias que veicula tornem-se opiniões, de que o pensamento perca rigor para aumentar sua eficácia, como se apenas a ideologia pudesse mediatizar não somente a memória dos atos fundadores, mas os próprios sistemas de pensamento. É dessa forma que tudo pode tornar-se ideológico: ética, religião, filosofia, [ciência]. “Essa mutação de um sistema de pensamento em sistema de crença”, diz Ellul, é o fenômeno ideológico. A idealização da imagem que

²⁵ Entrevista de Ruy Moreira a Scarim, em 27 de agosto de 1999.

um grupo faz de si mesmo é apenas um corolário dessa esquematização. De fato, é através de uma imagem idealizada que um grupo se representa sua própria existência; e é essa imagem que, por contra-reação, reforça o código interpretativo. (RICOEUR, 1983, p. 69, grifos nossos)

Por esse percurso de interpretação, tal como nos indica Ricoeur, podemos compreender algumas das motivações ou aspectos que alimentaram o projeto de renovação da Geografia brasileira, por meio dos depoimentos e representações expressos no discurso de seus coetâneos.

Nossa preocupação era criar uma práxis, uma teoria que fosse práxis, quer dizer uma teoria que contivesse a possibilidade da sua prática efetiva mudando a sociedade como um todo, mas que tivesse um mínimo de comprometimento epistemológico com o campo em que esta teoria estava sendo construída, daí nossa preocupação com conceituar o espaço, paisagem, território, região, preocupação típica de quem está querendo construir uma geografia como teoria social, mas com cara própria, cara de geografia, uma teoria social com cara de geografia [...]. (MOREIRA, 1999, p. 117)

Assim, compreende-se porque o nível epistemológico da ideologia é a opinião, nesse nível, Ricoeur (1983, p. 69-70) destaca a presença das “máximas”, dos *slogans*, mas também da retórica, como a arte do provável e da persuasão, e por isso “[...] esse esquematismo, essa idealização, essa retórica, são o preço a ser pago pela eficácia social das ideias”.

Se tomarmos o discurso do Movimento de Renovação pelo avesso como propôs Moreira (1987) acerca do discurso geográfico, nele encontraremos muitas das funções da ideologia: a motivação para revolucionar a sociedade e a Geografia; a disseminação, ao preço da vulgarização do marxismo; as denominações de “Geografia Crítica”, “Geografia Nova” em oposição à “Geografia Tradicional”, – considerada acrítica, velha e ultrapassada – que funcionaram como *slogans*. A constituição de uma imagem, uma representação do Movimento e da atuação de seus líderes. Líderes que desempenharam uma função mobilizadora, mas que não estavam isentos de verem suas ações convertidas em outras funções da ideologia, tais como a *simplificação* e o *esquematismo*.

[...] *pode se dizer que o movimento de renovação, atualmente em curso na Geografia, com suas duas vertentes [Pragmática e Crítica], reproduz, ao nível desse campo específico do conhecimento, o embate ideológico contemporâneo – reflexo, no plano da ciência, da luta de classes na sociedade capitalista. Os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a da transformação da ordem social. Buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens.* (MORAES, 1987, p. 127, grifos nossos)

Assim, a noção de crítica, tornada um *slogan*, deve ser entendida em sua dupla face, conforme explicam Moraes e Costa (1996, p. 112): “a adjetivação de *crítica* refere-se a uma postura frente ao real, mas também frente ao pensamento geográfico estabelecido”. Era esse o

sentido atribuído aos *slogans* que funcionavam ao mesmo tempo como justificção do Movimento. Além da motivação revolucionária, o que daria unidade à Geografia Crítica? O fato de que ela representava para Moraes e Costa (1996, p.113): “uma relativa unidade *ética*, porém instrumentalizada em diferentes *epistemologias*”. A superação da crise demandava uma unidade intelectual mais ampla, apoiada no marxismo, pois: “a superação da crise implica [...] não apenas a constituição de uma Geografia Nova ou mesmo de uma Geografia crítica, mas a elaboração de uma Geografia marxista”, conforme Moraes e Costa (1996, p. 114). Sem dúvida houve esforços no sentido de uma reflexão teórica rigorosa e bem fundamentada no marxismo, como também dos limites e das possibilidades de sua vinculação à Geografia, como se pode verificar, por exemplo, em Santos (1996a). Não se trata, portanto, de fazer um juízo moral dos geógrafos “renovadores”, mas de demonstrar a impossibilidade de serem isentos de qualquer posicionamento ideológico. Ainda mais se considerarmos que o marxismo havia se tornado uma ideologia do Estado e do Partido nos países que realizaram a “revolução proletária”.

Adicione-se aos traços anteriormente apresentados outro, ao qual o filósofo do sentido denomina de “código interpretativo”. Por meio dele se expressam características negativas que associamos à ideologia, pois, segundo Ricoeur (1983, p. 69, grifos do autor), ele “é mais algo *em que* os homens habitam e pensam do que uma concepção *que* possam expressar”. O “código interpretativo” deve ser compreendido por meio do modo operante e não pelos temas que a ideologia veicula, pois

uma ideologia é operatória, e não temática. Ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos. *É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela.* A possibilidade de dissimulação, de distorção, que se vincula, desde Marx, à ideia de imagem invertida de nossa própria posição na sociedade, procede dela. *Ora, talvez seja impossível a um indivíduo e, mais ainda, a um grupo, formular tudo, tematizar tudo e propor tudo como objeto de pensamento. É essa impossibilidade [...] que faz com que a ideia seja, por natureza, uma instância não-crítica.* (RICOEUR, 1983, p. 70, grifos nossos)

Esse traço característico da ideologia pode ser encontrado na forma como o Movimento de Renovação, por meio de seus integrantes, alimentaram a ideia de uma teoria geral para a Geografia, uma teoria geral que desse conta da totalidade a partir do espaço. Mas impressiona o fato de o código interpretativo não ter ficado evidente nem para os indivíduos e nem para o grupo. Mais de dez anos se passaram, e o problema da relação entre ideia e teoria, no âmbito de um fenômeno ideológico como foi o Movimento de Renovação, ainda confundia a percepção e a interpretação do que ocorreu.

[...] eu creio que a minha promessa de uma teoria mais ampla geral, não se realizou de uma maneira, digamos, explícita. Eu não sentei para escrever uma teoria geral; pode

ser que aqui e ali tenha aparecido a vontade de fazer uma coisa mais unitária... Mas as pessoas ainda têm que realizar esse trabalho, que é complicado. (SANTOS, 1996b, p. 174)

Há nesse depoimento duas constatações importantes: uma delas é que não se passa da ideia à teoria, isto é, a ideia como promessa e a teoria como a realização dessa promessa; a outra constatação, é da impossibilidade de uma teoria ser formulada por um único indivíduo com a abrangência pretendida. Há no depoimento de Santos uma avaliação dos motivos pelos quais considera que sua liderança no Movimento “foi abortada”. Para Gonçalves (1999, p. 83) havia certa desconfiança acerca do modo como o marxismo se apresentava na reflexão de Milton Santos, porque “para ser revolucionário tinha que ser marxista”²⁶. E para Oliveira (1999, p. 19) o livro *Por uma geografia nova*, de Santos (1978), teve uma influência menor, em termos de formação, no ambiente geográfico, em relação ao livro *Geografia: pequena história crítica*, de Moraes (1981)²⁷. Essas diferenças de influências seriam relativas à densidade teórica do primeiro livro, e ao esquematismo e simplificação, para efeito de vulgarização, do segundo. Com efeito, os modos de recepção de obras são sempre indicadores da configuração intelectual de uma época, seja pela aceitação ou rejeição de novas ideias. Todavia, se considerarmos o fenômeno ideológico na vida coletiva – em grupos e instituições – haveremos de considerar outras percepções e interpretações que atribuem outros sentidos e representações aos acontecimentos que marcaram a renovação.

Na linha de argumentação de Ricoeur há uma impossibilidade de reflexão total, seja de um indivíduo ou grupo social, não apenas lógica ou epistemológica, mas ontológica. Se considerarmos as formulações de Mannheim (1986), comparando-as com as de Ricoeur, veremos que são invalidadas quanto à “abordagem total” de ideologia, como também quanto à “missão” que ele atribui aos intelectuais.

Outro traço característico da função geral da ideologia é o modo como se estabelece a relação entre o “novo” e o “típico”, ou seja, o aspecto *temporal* específico da ideologia.

Significa que o novo só pode ser recebido a partir do típico, também oriundo da sedimentação da experiência social. Aqui pode ser inserida a função de dissimulação. [...] Todo grupo apresenta traços de ortodoxia, de intolerância à marginalidade. Talvez nenhuma sociedade radicalmente pluralista, radicalmente permissiva, seja possível. Em algum setor há algo de intolerável, a partir do qual surge a intolerância. A intolerância começa quando a novidade ameaça gravemente a possibilidade, para o grupo, de reconhecer-se, de reencontrar-se. (RICOEUR, 1983, p. 71, grifos nossos)

²⁶ Entrevista de Carlos Walter Porto Gonçalves a Scarim, em 27 de agosto de 1999.

²⁷ Entrevista de Ariovaldo Umbelino de Oliveira a Scarim, em 20 de agosto de 1999.

Com o advento da Geografia crítica, ou Radical, houve, num primeiro momento, a eliminação do estudo dos fenômenos naturais ou físicos sob a alegação de que a Geografia era uma ciência social. Parte significativa dos embates entre Geografia Humana e Geografia Física teve lugar em torno da concepção que se tinha de Geografia, do que ela era enquanto ciência, e da posição que a relação sociedade-natureza passou a ocupar nessa nova configuração da reflexão geográfica. Tema clássico na história do pensamento geográfico, no Brasil, a relação entre o discurso geográfico renovado confrontou-se com o típico, o tradicional, num embate ideológico que tinha a ver com a nova configuração intelectual dos renovadores em relação aos “antigos”. O depoimento de Valverde expressa uma percepção singular das formas de sociabilidade no interior da “comunidade” geográfica à época²⁸.

Em consequência dessa atitude [eliminação do estudo dos fenômenos naturais], os adeptos dessa corrente [a Geografia crítica] se tornaram incapazes de fazer Planejamento Regional, pois além dos problemas sociais, eles precisavam conhecer os recursos naturais da área em estudo, para que ela pudesse desenvolver-se harmoniosamente. O conhecimento da diferenciação regional da Terra, das relações da sociedade com o meio ambiente e dos homens entre si é apanágio do geógrafo e dá à Geografia seu caráter científico. *Hoje em dia muitos reconhecem isso; mas, por causa dessa postura, sofri também certa discriminação: quando fui eleito presidente da A.G.B., entre 1984 e 1986, o Grupo Radical, que compunha a minha diretoria, não aceitou absolutamente.* Houve verdadeira sabotagem à minha atividade. (VALVERDE, 1992, p. 237, grifos nossos)

Numa outra obra, Ricoeur (2005) adverte sobre a forma que assume a “herança da violência fundadora”, ou seja, lembrando que não existe “comunidade histórica” que, em sua origem, não apresente algum traço ou relação de violência. Não é porque os homens são violentos por natureza ou por determinação natural ou social. Trata-se das relações entre identidade e alteridade, em relação com a “memória arquivada”, para Ricoeur (2005, p. 95, grifos nossos): “São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima, *sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão*”. Mas, ainda há um outro aspecto que aparece de forma, às vezes, implícita e outras explicitamente nos depoimentos e relatos daqueles geógrafos que vivenciaram a emergência, o apogeu e o arrefecimento da renovação, trata-se de atos violentos no âmago do acontecimento fundador que foi o Movimento de Renovação.

Com efeito, a terminologia que adoto para essa interpretação advém das indicações de Ricoeur, não se encontrando, portanto, nos depoimentos essas mesmas denominações. Tenciono mostrar que as brigas, rompimentos afetivos, isolamento de grupos ou indivíduos podem ser mais bem compreendidos a partir da suspensão de nossos pré-conceitos acerca do

²⁸ Entrevista de Orlando Valverde a *Revista GEOSUL*, 1992.

fenômeno ideológico, numa perspectiva hermenêutica e crítica. Nesse sentido, cabem mais algumas considerações acerca da relação entre acontecimentos fundadores, violência e memória.

O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente [...]. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas. (RICOEUR, 2005, p. 95)

Num contraponto aos discursos e representações de Santos (1996b), Moreira (1999) e Valverde (1992), pode-se situar o depoimento de Costa (2007, p. 19): “numa trajetória muito comum, eu e Tonico [...], acho que o que nos caracterizou desde o início é que a gente faz uma ruptura, mas não faz uma ruptura como luta entre geógrafos”²⁹. Quanto à percepção da violência intrínseca ao acontecimento fundador que foi a renovação, Costa (2007, p. 19) declara: “Veja, toda revolução comete exageros e injustiças. Isso é normal”. E comparativamente às revoluções francesa e russa “a nossa pequena revolução dentro da Geografia também”. Em seu depoimento, relata ter presenciado as atitudes dos “revolucionários” para com os “conservadores”:

houve uma assembléia da AGB para se fazer uma revolução na AGB, uma democratização da AGB, que estava nas mãos dos conservadores, que a AGB era dominada pelo IBGE, pelos conservadores de São Paulo, pela direita, como se diria. [...] eu vi, por exemplo, nessa assembléia, vitupérios e até desrespeito dos jovens revolucionários, enfim, a pessoas como o Araújo, como o Petroni [Pasquale], como o próprio Manoel Correia [de Andrade] [...]. Mas eu e o Tonico nos diferenciamos muito porque a gente fez a ruptura, mas a nossa ruptura não foi uma briga entre geógrafos. A nossa briga era uma coisa diferente. A gente brigava contra a vulgaridade. [...]. A vulgaridade, isto é, o empirismo, a recusa à teoria, o desprezo pelo método, pela reflexão. E principalmente o que sempre nos chocou e me choca cada vez mais é a falta de cultura acadêmica. (COSTA, 2007, p. 19)

Ainda quanto à função geral, Ricoeur (1983, p. 71-72, grifos nossos) descreve o que considera o “efeito de usura” na e da ideologia, o que resulta num paradoxo inerente à função da ideologia. Pois ela é, simultaneamente “efeito de usura” e “resistência à usura”: *“Este paradoxo está inscrito na função inicial da ideologia que é a de perpetuar um ato fundador inicial segundo o modo de ‘representação’.* *É por isso que a ideologia é ao mesmo tempo interpretação do real e obturação do possível*”. Não há interpretação que não se produza num campo limitado. Mas o que a ideologia faz é estreitar o campo de referência quanto às possibilidades de interpretação “que pertencem ao *élan* inicial do evento. É neste sentido que podemos falar de enclausuramento ideológico e, até mesmo, de cegueira ideológica. [...] É

²⁹ Entrevista realizada pela autora com Wanderley Messias da Costa, em 09 de dezembro de 2007. Ver a entrevista na íntegra no Volume II.

impossível que uma tomada de consciência se efetue de outra forma que não através de um código ideológico”.

Outra noção que Ricoeur introduz na descrição do fenômeno ideológico é a de “acavalamento político”, isto é, a ideologia relaciona-se com o poder e cada poder imita e repete um poder anterior. O “acavalamento político” vincula-se à função de dominação da ideologia que é indissociável das outras funções, pois,

a função de dissimulação é claramente predominante quando se produz a conjunção entre a função geral de *integração*, [...], e a função particular de *dominação*, que se vincula aos aspectos hierárquicos da organização social. [...] a cristalização do fenômeno em face do problema da autoridade. O que a ideologia interpreta e justifica, por excelência, é a relação com as autoridades, o sistema de autoridade. (RICOEUR, 1983, p. 71-72, grifos do autor)

Desse modo, a ideologia também é um sistema justificativo da dominação que se vincula à noção de autoridade. E toda autoridade se estabelece procurando legitimar-se. Daí porque podemos distinguir os sistemas políticos conforme suas formas de legitimação. Mas como assegura Ricoeur (1983, p. 72): “[...] se toda pretensão à legitimidade é correlativa a uma crença, por parte dos indivíduos, nessa legitimidade, a relação entre a pretensão emitida pela autoridade e a crença que a ela corresponde é essencialmente dissimétrica”. Essa é outra característica da ideologia que o Movimento de Renovação e, por conseguinte, a Geografia crítica não contornou ou não foi capaz de ultrapassar, pois, uma vez instituída nas universidades, na AGB e nas escolas tornou-se legítima, oficial. Sua autoridade, poder e prestígio assumiram a posição anteriormente ocupada pela “geografia teórica e quantitativa” e pela “geografia tradicional”. Vejamos a interpretação de Santos (1996b, p. 174) acerca do que ele próprio representou como liderança: “dos que eram meus aliados no início dos anos 80, poucos o são hoje, na verdade eram aliados pela mobilização. É nesse sentido que eu digo que a liderança intelectual se reduziu. Não é só o meu caso, mas também o de outras pessoas com preocupações de uma busca epistemológica”. Segundo ele, as clivagens entre os grupos dentro das universidades reduzem o “trânsito das pessoas e das ideias”. Esse teria sido o problema institucional que fez também arrefecer a renovação.

Numa percepção um tanto próxima a de Santos, com a diferença do “olhar” militante, Moreira faz uma interpretação crítica da institucionalidade da Geografia no período pós-renovação, ou seja, a institucionalidade como um dos desdobramentos do Movimento de Renovação e uma das possíveis consequências de seu arrefecimento.

Talvez pela segunda razão [...], de quem acaba assumindo a hegemonia do movimento que emerge em [19] 78, que eram os colegas de esquerda, mas que faziam parte da academia. Que levaram para dentro do movimento de renovação, ou de um casamento entre o marxismo e a geografia todas as brigas, disputas, que são próprias da

academia. Não foram na verdade então militantes, partidários [...] que trabalhando na geografia tentaram criar uma geografia de comportamento marxista, foram professores universitários, viventes da academia, do ambiente da academia que buscaram juntar a sua formação marxista com a sua formação de geógrafo, mas emprestando a este processo todos os vícios da academia. (MOREIRA, 1999, p. 109-110, grifos nossos)

Mas não houve também “vícios” da “militância” e da “academia” no Movimento de Renovação? A ortodoxia, o centralismo democrático leninista, a disputa pelo poder sob as posições político-partidárias, a revolução como teleologia e superação do capitalismo, certamente não são todos considerados vícios. Ideológicos são os discursos dos outros, jamais o daqueles que se pronunciam em nome do marxismo. Com efeito, houve outras formas de perceber o Movimento de Renovação. Na avaliação Moraes (1999, p. 135): “o que já tinha era uma estruturação partidária que impedia ações suprapartidárias em grande parte”. Esse teria sido um dos motivos das dificuldades de organização e de coesão do Movimento de Renovação, pois houve iniciativas, como as de Milton Santos, que “faz a proposta explícita da gente manter a frente de esquerda com uma plataforma comum da Geografia, independente das opções partidárias. Essa reunião não dá em nada, já não há condições” (MORAES, 1999, p. 135). Trata-se de uma reunião que aconteceu, por iniciativa de Milton Santos, na casa dele, no Rio de Janeiro, em 1982, durante o Congresso da *União Geográfica Internacional* (UGI), cujo objetivo era organizar uma “frente de esquerda” e definir “rumos à Geografia”. Por mais de uma ocasião esse geógrafo fez intervenções políticas efetivas juntamente com a dimensão teórica presente em suas obras. Ainda sobre o sentido da questão político-partidária, em seus desdobramentos no Movimento de Renovação, ponderava Moraes (1999, p. 136, grifos nossos):

fica difícil fazer uma aliança na Geografia se de repente eu encontro com colegas que num congresso da ANDES, por exemplo, são meus adversários. Ou seja, aquela frente que havia sido composta ao longo dos anos [19] 70 não resiste à entrada dos anos 80, ela se rompe e se rompe até mais por esses motivos externos. Internamente a discussão até flui. Mas o que acontece é que conforme se organizam os partidos começa um uso na lógica partidária das instituições, aí a própria discussão acaba sofrendo em função disso, porque as pessoas começam realmente a caminhar numa lógica mais claramente partidária.

Todavia, pode-se encontrar muitos outros traços da função geral da ideologia na constituição ou nos desdobramentos do Movimento de Renovação e na história do pensamento geográfico a partir dele, mas ora será necessário acompanhar um pouco mais a abordagem de Ricoeur. Lembremos que para ele há, ainda, a “função de deformação” que está no cerne do conceito de ideologia, o mais próximo à concepção marxista, pois nele pode-se

identificar vínculos com a noção de inversão, isto é, a ideologia deforma, distorce porque inverte a relação entre a aparência e a essência, dito de outro modo, conforme Ricoeur (1983, p. 73), “A ideia de uma distorção, de uma deformação por *inversão*”.

A inversão, segundo Marx, ocorre justamente na relação entre o real e o imaginário, quando tomamos o reflexo, a imagem do real, pelo que é original. Apesar de tentar “cruzar” o conceito marxista de ideologia, Ricoeur (1983, p. 74) não deixou de reconhecer a contribuição de Marx, pois o que ele “fornece de novo destaca-se sobre esse fundo prévio de uma constituição simbólica do vínculo social em geral e da relação de autoridade em particular”. Marx teria acrescentado “essa ideia de que a função justificadora da ideologia aplica-se, por privilégio, à relação de dominação oriunda da divisão em classes sociais e da luta de classes”. Ao contrário do que comumente se critica em Marx, Ricoeur vê a limitação do conceito marxista de ideologia não no vínculo com a ideia de classe dominante, mas porque há, nessa formulação, a tomada de um conteúdo específico, a religião, por aquilo que é sua função. Com efeito, as formulações de Marx se dão num contexto de embate com o idealismo alemão, como também com Feuerbach, mas a tese marxiana permaneceu, propagou-se e, de certo modo, foi retomada num outro patamar, mais amplo, pelos franckfurtianos. Segundo Ricoeur (1983, p. 75), “A tese marxista se aplica, de direito, a todo sistema de pensamento possuindo a mesma função. [...]. Também a ciência e a tecnologia, em certa fase da história, podem funcionar como ideologias”.

Porém, a tese fundamental de Ricoeur (1983, p. 75) é que a ideologia é “um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagem e representações, do próprio vínculo social”. Essa tese fundamental não ignora duas outras questões também fundamentais: qual é o “estatuto epistemológico do discurso sobre a ideologia” e se “Existe um lugar não-ideológico, de onde seja possível falar cientificamente da ideologia?” Se considerarmos a Sociologia do Conhecimento como concebia Mannheim, pode-se supor uma resposta afirmativa a essas questões, pelo que considera atribuição da Sociologia do Conhecimento e a “missão dos intelectuais”. De outro modo, se se considera as “ideologias geográficas”, no âmbito do pensamento geográfico, e sua tarefa em desmascará-las, também há de se supor uma resposta afirmativa àquelas questões. Mas se continuarmos nessa outra via de interpretação, indicada por Ricoeur, certamente há de se concluir que não há um “lugar não-ideológico” de onde se possa visar, cientificamente, a ideologia.

Afirmar que não há um lugar não-ideológico de onde se possa visar a ideologia não esgota o problema da relação entre ciência e ideologia. Além disso, permanece impreciso o

sentido de ciência que se opõe à ideologia. Definir ciência e ideologia por meio de uma oposição entre termos não parece nos conduzir muito longe na elucidação do problema. Pode-se supor que tudo aquilo que não é mistificador e nem falso, que não toma o real pelo imaginário ou fictício é científico e o contrário de tudo isso é ideológico. Tal concepção do que é científico ou ciência pode ser encontrada na perspectiva positivista e assim os sentidos que delas temos são precisos e explícitos.

Mas como definir as Ciências Sociais, segundo o critério de cientificidade positivista, de modo a poder distingui-las da ideologia? Em que medida as Ciências Sociais obedecem aos critérios de cientificidade positivista: objetividade, generalização, experimentação (ainda que indireta), verificação, poder explicativo, demonstração ou prova de seus enunciados, teoria global? Se for possível afirmar o atendimento desses critérios, então a tarefa das Ciências Sociais ou da teoria social será sempre depurar o conhecimento de toda e qualquer contaminação ou invólucro ideológico, e assim torná-lo “mais científico”. Porém, sabe-se que há teorias sociais com alcance explicativo, mas que não podem ser verificadas e não provêm de generalizações. Desse modo, o problema se torna mais complexo quando está em discussão a teoria social ou as Ciências Sociais. Essa discussão nos interessa diretamente, sobretudo, pela proporção que assumiu o debate entre Geografia e ideologia, teoria social e pensamento social, nos estudos de história do pensamento geográfico, especificamente, a partir do Movimento de Renovação que incorporou enfaticamente a concepção marxista de ideologia.

Seguindo sua linha de argumentação, Paul Ricoeur (1983, p. 80) convida “a procurar outros critérios de cientificidade para a teoria social, diferentes do critério de capacidade explicativa, associada à prova de falsificação”. O que se observa, não só com a teoria social que nem mesmo pode ser considerada uma ciência, é o risco de sermos imobilizados teoricamente por um paradoxo quando aceitamos os critérios de cientificidade positivistas para a ciência, ou quando aceitamos a oposição entre ciência e ideologia. Mas quando os abandonamos suprime-se a disjunção entre o científico e o ideológico e, por conseguinte, “tudo” pode ser ideológico. O que estou denominando de uma solução paradoxal para o problema apresentado pode ser mais bem compreendida pela formulação de Ricoeur (1983, p. 80-81):

Não podemos abandonar o modelo positivista da ciência para conferir um sentido aceitável à ideia de teoria social e, ao mesmo tempo, conservar o benefício desse modelo para instituir entre a ciência e a ideologia um verdadeiro corte epistemológico. Infelizmente, é o que ocorre com muita frequência nos discursos contemporâneos sobre a ideologia.

Uma outra opção proposta por Ricoeur, apesar de trazer dificuldades, é dar uma acepção crítica ao termo ciência em relação à ideologia. Nesse sentido, a crítica torna-se mais que um qualificativo à teoria social. Ela daria substância à teoria social de modo a lhe conferir um estatuto não-ideológico. Ricoeur (1983, p. 81) propõe ao mesmo tempo em que questiona se “a teoria social, concebida como crítica, pode aceder a um estatuto inteiramente não ideológico?” Inicialmente ele localiza a modificação do termo crítica realizada pelos “hegelianos de esquerda”, em relação à acepção kantiana, isto é, eles “exigiam uma crítica verdadeiramente crítica”. Marx empregou o termo, nessa acepção, em mais de uma de suas obras. Com algumas variações, Lênin, ao interpretar o marxismo, conferiu à crítica o estatuto de uma “ciência combatente”. E a partir dessa interpretação pôde traçar uma linha de demarcação entre uma “ciência do partido” e a “ciência burguesa”³⁰. Por motivos outros, os frankfurtianos Adorno e Horkheimer também atribuíram a crítica à sua teoria, a “teoria crítica” em oposição à “teoria tradicional”³¹.

As questões que Ricoeur nos propõe constituem seu modo de abordar o fenômeno ideológico e o problema da relação entre ciência e ideologia na perspectiva de uma “hermenêutica crítica”. Quanto ao estatuto da crítica para legitimar-se sob a forma de uma ciência, marxista ou uma ciência partidária, o risco de que ela própria se convertesse em ideologia não é mera especulação filosófica, pois

a oficialização da doutrina pelo partido provoca outro fenômeno terrível de ideologização: assim como a religião é acusada de ter justificado o poder da classe dominante, da mesma forma o marxismo funciona como sistema de justificação do poder do partido enquanto vanguarda da classe operária, e do poder do grupo dirigente no interior do partido. *Essa função justificadora em relação ao poder de um grupo dominante explica o fato de a esclerose do marxismo fornecer o mais surpreendente exemplo de ideologia nos tempos modernos. O paradoxo é que o marxismo, depois de Marx, é o mais extraordinário exemplo de seu próprio conceito de ideologia enquanto expressão mantida da relação com o real e enquanto ocultamento dessa relação.* (RICOEUR, 1983, p. 82, grifos nossos)

O que também confere complexidade à discussão da ideologia são os aspectos por meio dos quais ela é considerada: o aspecto ontológico, quando se põe em relação a consciência e a realidade, ambas aparecem de tal modo distanciadas que a realidade é tomada

³⁰ Lênin foi herdeiro dessa concepção que vinha se consolidando desde a morte de Marx, sob a liderança de Kautsky (1854-1938), segundo a qual o marxismo era a “ciência do proletariado”. E tentará não só reafirmar a cientificidade do marxismo como também fundamentar uma teoria do partido revolucionário, de tal modo que a teoria científica da sociedade e da História orientasse as ações do partido como vanguarda da classe trabalhadora. Quanto a Kautsky, era um dos líderes proeminentes do Partido Social Democrata alemão que, em *As três fontes do marxismo* (s.d), pretendeu demonstrar a importância do marxismo para o pensamento científico à época: ele estava para as Ciências Humanas no mesmo nível de importância que a teoria de Darwin estava para as Ciências Naturais. Segundo Haupt (1983, p. 366): “ Os termos marxistas e marxismo têm para Kautsky e o grupo reunido em seu redor um valor programático e serve como instrumento de luta ideológica e política”.

³¹ Ver a reflexão detalhada sobre a teoria social em relação com a Geografia Humana no capítulo III.

pelo fictício, o imaginário e o ideal, donde o movimento da consciência em direção à realidade resulta na “falsa consciência”. Sob o aspecto prático-político a ideologia é confrontada com a realidade efetiva e assim pode ser “desmascarada” e “combatida”. E quanto ao aspecto epistemológico, a ideologia é posta em confronto com a ciência, daí a perspectiva marxista conferir à crítica um estatuto de cientificidade que a eleva a um nível superior de conhecimento capaz de invalidar a ideologia.

Esse percurso feito, em grande parte sob a direção de Ricoeur, é uma opção teórica e metodológica alternativa às abordagens da ideologia em relação com o pensamento geográfico. É, sem dúvida, uma apresentação esquemática e simplificada se comparada à amplitude e densidade da reflexão que o filósofo se propôs.

Preferi a via longa e difícil de uma reflexão de tipo epistemológico sobre as condições de possibilidade de um saber sobre a ideologia e, em geral, sobre as condições de validação do discurso explicativo nas ciências sociais. Tentei então descobrir, do interior, pelo fracasso do projeto de reflexão total ou de saber total das diferenças ideológicas, a necessidade de outro tipo de discurso, o da hermenêutica da compreensão histórica. (RICOEUR, 1983, p. 91-92)

Ricoeur não reproduz esse discurso ao final da reflexão, mas apresenta proposições que possibilitam atribuir um “sentido aceitável ao par ciência-ideologia”. A primeira proposição trata do “saber objetivante e a relação de pertença”. Em outros termos, a pretensão a um saber objetivante, a uma reflexão total, nos põe diante da relação de pertença, ou seja, a condição que não escolhemos.

Antes de qualquer distância crítica, pertencemos a uma história, a uma classe, a uma nação, a uma cultura, a uma ou a tradições. *Ao assumir essa pertença que nos precede e nos transporta, assumimos o primeiro papel da ideologia, o que descrevemos como função mediadora da imagem, da representação de si.* Pela função mediadora das ideologias, também participamos das outras funções da ideologia: funções de dissimulação e de distorção. (RICOEUR, 1983, p. 92, grifos nossos)

Todavia, mesmo precedendo o saber objetivante, a relação de pertença não é uma clausura. Entre eles se interpõe o distanciamento e assim, esse saber objetivante poderá constituir-se numa “relativa autonomia”. O distanciamento é o tema da segunda proposição³². Tomado num sentido positivo e pertencendo à relação de historicidade, o distanciamento não é somente distância temporal, pois como o concebe Ricoeur (1983, p. 93, grifos do autor): “Compete à condição de uma *consciência exposta à eficácia da história* só compreender com a condição da distância, do distanciamento”. Nesse sentido, “o distanciamento, dialeticamente

³² Para nós, geógrafos, pode parecer estranho que a “distância” possa se constituir em tema de reflexão filosófica, sociológica e historiográfica, tão habituados estamos com essa noção a partir de uma lógica espacial ou mesmo cartográfica como referência à localização. Para outra reflexão acerca da distância ver a teoria do discurso por Ricoeur (1983) e Ginzburg (2001) sobre a noção de distância na Historiografia, no capítulo II.

oposto à pertença, é a condição de possibilidade de uma crítica das ideologias, não fora ou contra a hermenêutica, mas na hermenêutica”.

A terceira proposição consiste em refutar a ideia de um saber total fundado a partir da crítica das ideologias. Ora, como todo saber está baseado num interesse, nesse aspecto Ricoeur está de acordo com Habermas, há de se considerar que também a teoria crítica das ideologias está fundada num interesse que pode funcionar como ideologia ou utopia. O caráter indistintamente ideológico ou utópico do interesse que funda a crítica das ideologias vincula-se a outros tantos interesses. Desse modo, assegura Ricoeur (1983, p. 94): “a crítica das ideologias, fundada por um interesse específico, jamais rompe seus vínculos com o fundo de pertença que a funda. Esquecer esse vínculo inicial é cair na ilusão de uma teoria crítica elevada ao nível de saber absoluto”.

Por fim, Ricoeur (1983, p. 94-95) chama de *deontológica* sua quarta e última proposição, porque ela se refere ao “bom uso” da crítica das ideologias. E, no entanto, “a crítica das ideologias é uma tarefa que devemos sempre começar, mas que, por princípio, não podemos concluir”. O caráter inconcluso dessa tarefa se deve ao fato de que “O saber está sempre em vias de se arrebatrar à ideologia, mas a ideologia sempre é aquilo que permanece a grelha, o código de interpretação, mediante o qual não somos intelectuais sem pontos de apoio [...]”.

Essas proposições são um mote para as considerações finais acerca da temática proposta e desenvolvida até o momento. Se me sirvo das formulações de Ricoeur é pelo fato de partilhar de muitas delas. Mas também pelo alerta que ele fez quanto ao risco de incorreremos naquela postura a que denominou de “arrogância da crítica” e assim perdermos a noção de nossa condição histórica.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS PARA UMA “HISTORIOGRAFIA” DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Nosso assunto é filosófico, não “epistemológico”, como diriam o pudor e a pusilanimidade contemporâneos. Não há “epistemologia” que se sustente, se não for igualmente investigação sobre o objeto e o sujeito do saber. Ora, essa investigação é, desde as origens, parte central do trabalho da filosofia.
(CASTORIADIS)

Nesse capítulo proponho considerar a história do pensamento geográfico a partir de outros aportes que os anteriormente apresentados no capítulo I. Por outra via pretendo demonstrar duas vertentes de trabalho: uma que é aquela da busca incansável do discurso geográfico, da história do pensamento geográfico, em dialogar com uma Filosofia, disposição que considero essencial à elucidação do pensamento geográfico. De acordo com essa vertente e considerando-se esse aspecto, esta proposta se insere, portanto, numa forma tradicional de historiar o pensamento geográfico. Todavia, indago não apenas sobre o que é o território e sua presença no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, mas, sobretudo, quando e como ele passa a desempenhar um papel histórico nesse pensamento. A outra vertente consiste em dialogar com a ciência da História, particularmente, a Historiografia, tendo em vista criar um modo de abordagem da história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, no qual procedimentos teórico-metodológicos inusitados possam constituir-se numa alternativa historiográfica¹. Desse modo, os pontos de discussão são aqueles que muitas vezes aparecem em versões dicotomizadas ou opostas, a saber, história da ciência-história do pensamento, história do passado-história do presente, oralidade-escritura.

Nesse sentido, essa proposta consiste em reconstituir os fundamentos epistemológicos da história do pensamento geográfico brasileiro, pois, a história de um saber ou de uma ciência é inseparável da instituição de um imaginário científico que também é social. Essa proposta é tributária do imperativo sempre presente de elucidação de nossa experiência de pensar e teorizar. Penso que há uma necessidade premente de revermos as concepções que

¹ Não me deterei em discussões que visam demarcar campos disciplinares específicos quanto à Geografia e a História no conjunto das Ciências Humanas. O diálogo com os historiadores e filósofos que desenvolveram uma reflexão sobre a História é muito mais no sentido de aprender com eles como se pode pensar e contar uma história. A consciência das intenções e dos procedimentos, bem como do caráter híbrido da investigação, me conduziu a leituras sobre os diferentes métodos entre história da ciência, das ideias, do pensamento ou da “arqueologia” focaultiana. Como essa investigação se deu nas fronteiras com essas abordagens, foi necessário demarcar minimamente as especificidades dessa investigação situando-a nas convergências e divergências com aquelas abordagens.

temos de teoria, imaginação e imaginário, ou seja, compreender que eles tornam os atos possíveis, expressam e evocam significações, valores, sentimentos, experiências, acontecimentos, e, em seguida permitem que sejam aceitos, permitem agir sobre os comportamentos, influenciá-los, suggestioná-los. Permitem criar o ainda inexistente. Postular a possibilidade de uma história do pensamento geográfico que se perfila como história da Geografia é imaginar – ainda que circunscrita ao tempo presente, e à Geografia Humana – a impossibilidade de concebê-los isoladamente.

II.1. O diálogo com a “filosofia da criação humana”

Retomo, de Castoriadis (1987b), o tema da relação entre Ciência e Filosofia, em epígrafe, tendo encontrado reflexões sugestivas em: *Ciência moderna e interrogação filosófica; Alcance ontológico da história da ciência*. Não é da ciência, de modo geral, que me ocupo, mas da Geografia em particular. E apesar dela não figurar entre as ciências presentes nas reflexões desse filósofo, penso que a partir delas se possa refletir. Diante dessa tarefa, indago sobre o que é a Geografia e sobre o que ela nos dá a pensar. E me deparo com uma expressão comum: a Geografia é uma ciência e também uma instituição. Suponho que ela nos dá a pensar o domínio social-histórico, para usar a terminologia de Castoriadis. Sendo ela uma ciência humana, seu objeto, seja o espaço, o território ou a região, é compartilhado com todas as outras “disciplinas antropológicas”, pois se referem ao “campo social-histórico”.

Quanto ao pensamento geográfico, na maioria das vezes, apresenta-se ou se manifesta como um pensamento sobre as coisas, das coisas, e, raramente se questiona seu modo operante, seu sentido mais profundo. A história do pensamento geográfico é quase sempre a história do passado, de seus precursores, na qual tem lugar um ou outro geógrafo, um ou outro cientista social. Um dos momentos de autoquestionamento do modo operante desse pensamento, da natureza da atividade dos geógrafos, da natureza do objeto geográfico, da funcionalidade estratégica de seu saber e, portanto, da própria história da Geografia teve lugar na segunda metade do século XX, acentuadamente nas três últimas décadas. Tal momento foi identificado e denominado como uma “crise”.

Alardeada por alguns e vista com parcimônia por outros, o certo é que a crise da Geografia não foi percebida como “o estado permanente (mais ou menos aberto, mais ou menos larvado) da ciência” como destaca Castoriadis (1987a, p. 11) referindo-se à crise no “domínio das chamadas ciências exatas”. As disciplinas desse domínio acumularam resultados num ritmo fantástico e sua evolução criou ou fez aparecer “falhas”, “antinomias” e

questionamentos sobre a não evidência dos postulados metafísicos em que elas apoiavam suas atividades. Alguns cientistas compreenderam o conteúdo da crise e as questões filosóficas que a atividade científica deles levanta: “questão da natureza da atividade científica, do seu objeto, da relação de ambos”, segundo Castoriadis (1987a, p. 12). Pode-se pensar essas questões num quadro de referência específico da epistemologia de cada disciplina, mas estão além da epistemologia particular de cada disciplina.

A interrogação filosófica surgiu, assim, de novo e explicitamente, do próprio cerne da atividade científica. Mas também, e pela primeira vez, de uma outra forma: como interrogação que tem por objeto a história e a historicidade da ciência. As ilusões das aproximações sucessivas, da acumulação dos resultados, da conquista gradual e sistemática de uma ordem racional simples preexistente no mundo, dissipam-se. Há questão filosófica (e não simplesmente “epistemológica”) que tem por objeto o fato de uma história da ciência. Questão que faz parte da questão filosófica da história em geral, mas que não se deixa simplesmente dissolver nesta. (CASTORIADIS, 1987a, p.11-12, grifos nossos)

Castoriadis mostra que as questões colocadas à história da ciência são indissociáveis da questão filosófica da história. Assim, é fato que há sucessão das teorias científicas, mas na sucessão não se pode identificar nem a ordem, nem a desordem. Há teorias que se revelam “falsas” ou não são verdadeiras como se acreditava no momento de sua formulação; às vezes, as teorias novas não são melhores aproximações, mas têm outra estrutura lógica, com pressupostos metafísicos diferentes das anteriores e assim, elas não se acrescentam às anteriores, mas as refutam e as suprimem. E assim se coloca também a relação entre ruptura e continuidade.

[...] nos casos importantes, as teorias passadas não são pura e simplesmente “falsas”. Tudo acontece como se elas correspondessem, e correspondem sempre, de maneira não trivial, a uma parte ou extrato do objeto, formal ou real – a qual, entretanto, não se deixa integrar sem problema nas partes mais amplas às quais as teorias subseqüentes têm acesso. As rupturas são muito mais profundas do que se crê habitualmente; mas uma estranha continuidade também. (CASTORIADIS, 1987a, p. 12, grifos nossos)

Por essas formulações percebe-se como as questões se multiplicam e abarcam a natureza da atividade científica, quanto ao que ela é, e dizem respeito à história da ciência, na qual se coloca a questão do erro e da verdade, como também à História em sentido amplo, em que se desponta também a questão da “identidade e da alteração da experiência no ponto em que esta apresenta as mais extremas antinomias”, conforme observa Castoriadis (1987a, p. 12). Ora, todas essas questões reanimam a interrogação filosófica. E, no entanto, Castoriadis censura ao positivismo e ao estruturalismo o fato de quererem eliminá-la. Não exime nem mesmo Heidegger, personalidade destacada da fenomenologia, ao incorrer na mesma posição

daquelas duas vertentes quando supunha a supressão da interrogação filosófica pela tecnicização da ciência.

Com efeito, Castoriadis (1987a, p. 159) observa que a atividade “científico-técnica”, movida pelo desejo de saber e de poder, ampliou consideravelmente sua eficácia sobre o domínio natural. Todavia, além de fazer ressurgir a interrogação filosófica, por meio de sua crise, revelou o “contraste brutal” entre o poder que tal atividade conquistou e a “impotência total dos homens face a seus próprios assuntos”. Se considerarmos as “disciplinas antropológicas”, sua situação atual, nelas não se poderá verificar nem atraso e nem progresso a partir da adoção das ideias que nortearam as Ciências da Natureza. Porém, quaisquer que sejam as constatações ainda não compreendemos o que se passa, mas podemos pensar a partir delas.

A existência de uma história da ciência diz algo sobre a própria ciência. Mas, uma vez que o que sucede há vinte e cinco séculos não é uma coorte de nuvens dissipando-se sem sombras, ela diz também algo sobre o seu objeto. É preciso que este seja (seja feito) de uma certa forma para que o compreendamos assim e não de outro modo, para que haja a possibilidade dessas apreensões sucessivas dele, frequentemente tão fecundas e sempre parciais – e cuja sucessão não forma sistema nem progressão lógica, se bem que possuindo o seu próprio gênero, aliás indescritível, de continuidade. (CASTORIADIS, 1987a, p. 12, grifos nossos)

Essas formulações originaram-se de uma reflexão sobre temas que envolvem diretamente a relação entre a Ciência e a Filosofia, a questão da possibilidade de uma epistemologia da “alma” a começar pela Psicanálise; como também sobre: *A crise da ciência moderna e o progressismo científico; O problema da história da ciência; O problema da unificação das disciplinas; a Situação social-histórica da ciência contemporânea*, temas que compõem a maior parte de *As encruzilhadas do labirinto 1* (1987a). A reflexão sobre esses temas tem como substrato aquela relação, isto é, a interrogação científica como interrogação também filosófica, e a interrogação filosófica que já não pode mais ignorar o horizonte da interrogação científica. Destaco o problema da história da ciência como um dos temas que aparecem naquela obra, como também em *As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem* (1987b), na qual esse problema é considerado a partir das limitações da tradição filosófica e científica herdada, mas juntamente com as possibilidades de elucidação num quadro teórico propositivo sobre a *imaginação* e o *imaginário*, no texto: *Alcance ontológico da história da ciência*.

No prefácio de *As encruzilhadas do labirinto 1*, encontra-se uma concepção de pensamento, e, portanto, de história do pensamento que não se limita a uma abordagem filosófica do pensamento, mas que se estende à história da ciência: “Pensamos a história do

pensamento (e da ciência) como uma criação; e se a pensamos verdadeira, o nosso próprio pensamento é criação, que tem relação com o que é e o seu ‘objeto’ – neste caso: o pensamento de outrora e o seu ‘objeto’ [...]” (CASTORIADIS, 1987a, p. 20). Por essas encruzilhadas, talvez seja possível pensar uma história do pensamento geográfico que seja, simultaneamente, história da Geografia, inseparáveis não só pelo método de abordagem, mas, sobretudo, por seu conteúdo comum. Isto é, a disjunção analítica que fazemos entre história do pensamento geográfico e história da Geografia pode ser ultrapassada se as questões de forma não se sobrepuserem às questões de conteúdo. E assim, por esse caminho, talvez possamos encontrar os cientistas, geógrafos, como sujeitos a e sujeitos da história do pensamento e, portanto, da própria Geografia.

Certa vez uma geógrafa, Silveira (2006), afirmou numa conferência: “A geografia nunca foi um pensamento, uma reflexão sobre o pensamento, mas um pensamento sobre as coisas, das coisas”. Consideradas as circunstâncias e o contexto em que tal afirmação foi enunciada, será preciso refletir um pouco sobre a relação da ciência geográfica com o pensamento e a experiência, a teoria, a epistemologia e a ontologia. De imediato essa declaração evidencia, de forma crítica, a tradição empiricista do saber geográfico, como também os preconceitos em relação às noções de pensamento e de teoria. Essa tradição crê, ingenuamente, no correlato pensamento-evidência-pensamento. Mas será isto o pensamento?

O que é é pensável e não o é exaustivamente. E o pensamento não é transparente para si próprio. Tem, é claro, frequentemente a ilusão disso: supõe a sua reflexividade absoluta. Mas o pensamento é, em si mesmo, *fenômeno*: revela-se – e esconde-se. Não se trata do “impensado”: o pensamento não está totalmente junto de si próprio, não há *autopresentificação* do pensamento. (CASTORIADIS, 1987a, p. 19, grifos do autor).

Se considerarmos a concepção de pensamento apresentada por Castoriadis, o que se pode esperar de uma ciência que ignora uma de suas atividades essenciais que é pensar e teorizar? Que sendo um pensamento sobre as coisas crê que o pensamento nelas está? Que visa às coisas, que coisifica seu objeto, ignorando os sentidos que lhes atribui? Talvez uma das possibilidades de fazer com que ela seja um pensamento sobre o pensamento esteja justamente na elucidação de sua história, na história de seu pensamento singular e coletivo, científico e ordinário.

De outro modo, podemos perguntar se existe “ciência pura”, contemplativa e sobre a credibilidade de um saber científico que se nega a “descer” ao mundo das coisas para se acomodar na “pura contemplação” das ideias. Penso que há, na origem de declarações como aquela que Silveira denuncia, um pressuposto básico segundo o qual, pensar e teorizar são tarefas específicas dos filósofos e, portanto, da Filosofia; e, experimentar, manipular, prever e

intervir, atividades de cientistas e, por conseguinte, da Ciência. Há uma questão maior que diz respeito ao modo de concebermos a teoria, o pensamento e a experiência do pensamento. Seria incoerente prosseguir na investigação de um campo denominado de história do pensamento geográfico se recusamos a ideia do pensamento como fenômeno, a possibilidade da experiência do pensamento, do mesmo modo atribuir à teoria o valor de um saber prévio, exaustivo e pragmático a nos instrumentalizar as ações “sobre” a realidade.

Há um fazer teórico, que só emerge em um dado momento da história. Uma atividade, uma empresa humana, um *projeto* social-histórico: o projeto de teoria. Dar conta e razão – *logon didonai* – de tudo: do mundo, dos objetos que nos cercam, das suas “leis”, de nós mesmos, desta própria atividade. E dizer isso é ainda estar na teoria – nesse projeto e prosseguir nele. Perguntar-se: o que quer dizer dar conta e razão, por que é necessário dar conta e razão – é ainda querer dar conta e razão. Isso é um puro fato; não podemos fazer de outra forma. Não podemos fazer de outra forma, desde que a questão foi levantada. (CASTORIADIS, 1987a, p. 15).

Tomaremos, portanto, a emergência do pensamento e da teoria como uma atividade humana, social e historicamente situada; e não o pensamento em si mesmo, sob o ângulo da lógica ou da psicologia cognitiva, mas a experiência do pensamento como tema de nossa reflexão e a teoria como um projeto inacabado. Mudar os pressupostos, entender a inseparabilidade entre pensar e teorizar, é também tornar possível a formulação de outras questões. É certo que em nossa experiência ordinária não estamos teorizando o tempo todo, como também é certo que percebemos coisas, mas perceber não é pensar; pelo menos não no sentido que aqui é concebido. Se pensar não é mera contemplação, mas um dos modos de ser da atividade humana, criação incessante, como quer Castoriadis (1987a, p. 21); então a ciência deve ser capaz de ser um pensamento também sobre as coisas e sobre si mesmo. E se este pressuposto vale para a ciência em geral, vale também para a Geografia, em particular².

Quando, no final da década de 1970, a Geografia entrou em crise o que estava em questão eram seus postulados, o seu objeto, a teoria e o saber geográfico, a natureza da atividade dos geógrafos, e, por conseguinte, sua legitimidade científica perante as outras ciências. Tais questões e a dificuldade em respondê-las constituíam o cerne da crise que foi percebida e enfrentada de maneiras e atitudes várias: alguns a perceberam como um

² Se considerarmos algumas das concepções da história da ciência existentes, tais como as polêmicas concepções de Popper (1972) e Kuhn (1992), cujos modelos têm por referência as Ciências Naturais, são difíceis de serem adotados para a história das Ciências Humanas em conjunto ou separadamente. Encontra-se em Johnston (1986) e em Capel (1981, 1999) reflexões metodológicas dessa natureza, isto é, sobre os modelos de história da ciência, tendo em vista seus objetivos de historiar a Geografia, e de outro modo temos as abordagens de Claval (1974) e Quaini (1983) quanto à história da Geografia Humana. Entre os geógrafos brasileiros, a diversidade de modos de abordagem da história da Geografia ou do pensamento geográfico não é menor, conforme se pode constatar pelos trabalhos de Santos (1978), Moraes (1983, 1988, 2002), Moreira (1992, 2007), Gomes (1996), Monteiro (2002) e Sposito (2004).

obstáculo; outros a aplaudiram, como Gonçalves (1978): “a geografia está em crise, viva a geografia”, porque a crise, nesse sentido, era a abertura à renovação.

A crise vivenciada pela Geografia não foi identificada com a crise mais ampla e profunda que afetou as Ciências Humanas na segunda metade do século XX. Vivida e percebida como uma crise interna, os geógrafos procuraram se ancorar em distintas vertentes filosóficas a partir de suas respectivas teorias do conhecimento ou teorias sociais, sempre com a preocupação da operacionalização metodológica da teoria. Entretanto, a crítica epistemológica nem sempre se fez acompanhar de uma reflexão que visasse à ontologia herdada³ e, por muito tempo, o que se considerava a dupla face da crise epistemológica, a ideológica, apoiou-se na distinção e oposição marxista, indecível, entre ciência e ideologia⁴. A crítica ideológica acerca da funcionalidade estratégica do conhecimento geográfico configurou-se como uma disputa intestina entre geógrafos acerca das questões: para que serve e a quem serve o conhecimento geográfico, mas não chegou a questionar o próprio marxismo como doutrina, filosofia, ideologia ou ciência.

A busca por soluções passou pela redefinição do objeto de estudo, pela busca de métodos próprios, e, sobretudo, de uma teoria que fosse sistêmica, isto é, que expressasse o objeto geográfico como um sistema. Por meio de uma teoria que articulasse as categorias e os conceitos geográficos de modo sistemático, superando as distinções entre uma “geografia geral” e uma “geografia regional”, ou ainda, a fragmentação em várias geografias.

[...] a minha proposta atual, produto de propostas anteriores, é que nos interessa trabalhar sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço seria o conjunto dessas duas coisas. Isso daria uma visão de território, de paisagem, de lugar, e acrescentaria à visão dos outros cientistas sociais uma visão de materialidade que não constitui apenas um teatro da ação, mas é condição para a ação. *O geógrafo interviria no processo de fazer história, não de interpretá-la.* E o faria através de uma visão desse processo interativo entre objetos que são hoje extremamente dotados de intenção. (SANTOS, 1996b, p. 177, grifos nossos)

Além da proposta de Santos, o ponto de apoio do projeto de renovação foi buscado tanto na fenomenologia quanto no marxismo, em suas variadas vertentes, mas assentou de modo mais evidente nas teorias: da história, da sociedade e da ação política, do conhecimento e da Economia Política presentes na filosofia marxista. Todavia, não foi apenas no momento dessa crise que os geógrafos buscaram amparo na Filosofia, mas durante toda a história da

³ Um esforço de crítica nesse sentido pode ser encontrado num artigo de Souza (1988) que, no entanto, não teve uma repercussão no sentido de redefinir os rumos da renovação geográfica. Os esforços foram empregados mais no sentido de buscar na história da Filosofia fundamentações que possibilitassem pensar o espaço como objeto de estudo da Geografia, tal como se encontra em Santos (1988), como veremos no capítulo V.

⁴ Como vimos no capítulo I.

Geografia encontram-se momentos e nuances dessa busca e a história da sociedade ou das sociedades particulares constituiu o estofado da história singular da Geografia. Implícita ou explicitamente, o tema da coexistência na e das sociedades se fez presente na abordagem geográfica sobre o território ou a região, o espaço ou a diferenciação de áreas.

Frequentemente nos esquecemos ou não queremos questionar a crença na racionalidade da ciência e da técnica; que as experiências individuais e coletivas nela têm lugar e que é preciso interrogá-la, constantemente, quanto às significações imaginárias que ela veicula e ajuda a proliferar. Isto não quer dizer que a “morada” da razão seja, por excelência, a Filosofia. E aqui não se pretende estabelecer uma disputa entre Ciência e Filosofia quanto ao primado da razão. Pelo contrário. Trata-se de demonstrar que apesar de distintas, são inseparáveis, quanto às interrogações que endereçam à sociedade e ao mundo. E se possível retomar e recolocar a experiência individual – que sempre se efetiva coletivamente – como um dos focos dessa investigação.

Tão afeito quanto Castoriadis a evitar a disjunção entre Ciência e Filosofia, Merleau-Ponty (1908-1961) convida a interrogar, ou melhor, a por em suspensão a experiência do pensamento que anima a ciência moderna e contemporânea.

É preciso que o pensamento de ciência – pensamento de sobrevôo, pensamento do objeto em geral – torne a se colocar num “há” prévio, na paisagem, no solo do mundo sensível e do mundo trabalhado tais como são em nossa vida, por nosso corpo, não esse corpo possível que é lícito afirmar ser uma máquina de informação, mas esse corpo atual que chamo meu, a sentinela que se posta silenciosamente sob minhas palavras e sob meus atos. É preciso que com meu corpo despertem os *corpos associados*, os “outros”, que não são meus congêneres, como diz a zoologia, mas que me frequentam, que frequento, com os quais frequento um único Ser atual, presente, como animal nenhum frequentou os de sua espécie, seu território ou seu meio. Nessa historicidade primordial, o pensamento alegre e improvisador da ciência aprenderá a ponderar sobre as coisas e sobre si mesmo, voltará a ser filosofia... . (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 14-15, grifos do autor)

Tarefa árdua essa a que nos convoca Merleau-Ponty. E, no entanto, não conseguimos recusá-la, silenciar diante dessa provocação, evitar a interrogação da experiência do pensamento. Em nosso cotidiano, constantemente, pedimos conselhos, opiniões, explicações aos cientistas, isto é, que assumam uma posição diante de um fenômeno, acontecimento, um fato; que nos digam que atitude tomar, o que fazer. Como disse Merleau-Ponty (2004, p. 15) acerca do escritor e do filósofo, “eles não podem declinar as responsabilidades do homem que fala”, não admitimos que eles assim procedam. Em grande parte, pensamos o “homem de ciência” como uma personalidade estranha e acima do cidadão e o intelectual como sendo

dotado de uma superioridade de quem “vê” mais longe ou aquele que “vê” o que os outros não “vêem”.

Questionar o mito da racionalidade científica, o mito da autoridade intelectual e a noção de pensamento como puro devaneio é necessário. Todavia, para uma história do pensamento que se perfila como história da ciência; que considere a experiência individual e coletiva do pensamento – e com ela tanto a memória, quanto o esquecimento – é preciso dispor-se ao diálogo, a escutar, a compartilhar experiências, seja por meio do depoimento, da narrativa⁵. Perceber onde se instala o sentido e as proposições de mundo no pensamento de um autor e compreendê-lo⁶. Tal é o preceito das ideias que se buscará a seguir.

II.2. O pensado e o impensado: as aporias do mar sem fim

Castoriadis (1987a, p. 16) escreveu: “os cientistas só interessam à história da ciência. Certamente eles devem nos interessar, não pelas patentes de suas invenções ou descobertas; não como gênios incompreendidos ou heróis nacionais, mas por serem humanos, demasiadamente humanos, como também por participarem dessa instituição, a Ciência, como uma das significações imaginárias centrais das sociedades ocidentais modernas e contemporâneas.

Por ora, posso adiantar que uma história do pensamento geográfico no tempo presente deve acatar positivamente o caráter inacabado desse pensamento. Esse caráter inacabado do pensamento que se desdobra e se manifesta no discurso, no diálogo, e no discurso como obra, deve nos interessar por pelo menos dois motivos. Um dos motivos desse interesse pode ser mais bem compreendido quando se considera que quase sempre procuramos o aspecto sistemático das obras, sua lógica interna e sua coerência. Mas não deveríamos procurar também suas incongruências, seus impasses, paradoxos, desvios, num percurso que parecia previamente traçado pelas certezas? Penso que também por essa via de interpretação se pode compreender as novas ideias que despontam no pensamento de um autor; as interrogações mais ou menos explícitas que o movem; a partir de qual perspectiva se move o pensamento e se anuncia o obscuro do autor. Se acatamos como válida essa via de interpretação, devemos

⁵ A opção pela metodologia da História Oral e pela História Contemporânea foi se constituindo a partir da tomada de posição em realizar as entrevistas como modalidade de “colher” depoimentos dos geógrafos. Nesse sentido, as entrevistas se configuraram mais como um “diálogo”, como forma de compartilhar experiências, entre entrevistadora e entrevistado, mais do que um “inquérito”, apesar desse sentido estar associado à ideia de “depoimento”, ou ao “paradigma indiciário” com o denominou Ginzburg (2001). Com efeito, a experiência a ser compartilhada provém em grande parte da trajetória do entrevistado.

⁶ Veremos no capítulo V como os geógrafos brasileiros relatam seu “encontro” com a Geografia por meio de relações mais afetivas e emocionais do que racionais. Para uma visão abrangente da forma que o diálogo assumiu, consultar as entrevistas realizadas pela autora, na íntegra, no Volume II.

considerar o “inacabamento”, o “impensado” como uma dimensão comum ao autor da obra e ao interprete da obra, ou do “discurso como obra”, para usar a expressão de Ricoeur. Esse é outro motivo pelo qual o impensado deve nos interessar.

Num estudo sobre Merleau-Ponty, Chauí (2002, p. 23) afirma que ele considerava que “pensar não é possuir uma ideia, mas circunscrever um campo de pensamento”. Ora, o abandono da ideia de posse de um autor, de seu pensamento, da primeira e última palavra sobre ele, não é um procedimento metodológico, é uma convicção e o reconhecimento do impensado como uma dimensão do pensamento. Como constatação isso não deve nos frustrar, antes, deve nos livrar da crença e da pretensão de tudo pensar, de tudo dizer. Nesse sentido, ao contrário da aceção negativa atribuída ao que se considera ser o impensado, encontramos as formulações positivas de Merleau-Ponty sobre esse termo.

o impensado não é o que não foi pensado, nem o que tendo sido pensado e não soube ser dito, nem muito menos o que teria sido pensado e não pôde ser proferido. Não é o “menos”; é o excesso do que se quer dizer e pensar sobre o que se diz e se pensa. É o que, no pensamento, faz pensar e dá o que pensar [...]. (CHAUÍ, 2002, p. 39, grifos nossos)

Se, na Filosofia, o impensado pode ser visto também como obstáculo, que se supera pela formulação de um sistema filosófico, na Ciência, a pretensão de explicar racionalmente o mundo pode ser frustrante, ao protelar o enfrentamento por meio do discurso das aproximações sucessivas das teorias em relação com a realidade. Dispor-se a considerar o impensado é uma das condições necessárias a uma história do pensamento, pois não se pode ignorá-lo ou mesmo, reconhecendo-o, supor que o contornaremos.

O impensado não é o que estaria ausente como privação, mas aquilo cuja ausência é promessa e antecipação. Como todo invisível, o impensado é uma ausência que conta no mundo porque não é um vazio, mas ponto de passagem. Não é buraco. É poro. Não é lacuna que preenchemos, mas trilha que seguimos. Ausente estando presente na trama cerrada de um discurso, sem entretanto oferecer-se sob a forma de teses completamente determinadas, é aquilo que sem o tecido atual desse discurso não poderia vir a ser pensado por um outro que o lê. Pensar é uma experiência que nos inicia às significações iniciando-se no campo criado pelo pensamento de outrem. (CHAUÍ, 2002, p. 40, grifos nossos)

Estamos habituados a separar pensamento e experiência. A tomar o pensamento por uma atividade mental, apenas cerebral, às vezes, identificado e empregado como sinônimo de raciocínio, modo operante da razão. Não raro concebemos a experiência como algo limitado ao sentir e perceber, apartada do pensamento. Merleau-Ponty nos instiga a sair desse “lugar-comum”, no qual pensamento e experiência não se encontram. Para ele a experiência não é um conceito, uma representação, um experimento científico; pelo contrário, é o modo do ser, ser no mundo; dito de outra forma, é a maneira de sermos no mundo, de relacionarmos com o

mundo. Nesse sentido é que se pode entender a experiência do pensamento, como uma forma de experiência.

II.3. O diálogo como atitude, princípio e método

O trabalho com história oral, por meio da realização de entrevistas, com o objetivo de “colher” depoimentos, nos põe diante da narrativa, do relato do depoente, ao mesmo tempo numa situação de diálogo. Todavia, conforme lamentou Benjamin, nem sempre narrativa e diálogo se encontram.

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. *Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.* (BENJAMIN, 1994, p. 197-198, grifos nossos)

No ensaio *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, de 1936, Benjamin fala da extinção da figura do narrador, da dificuldade de intercambiar experiências, de retomar o sentido e a memória das experiências na tradição da narrativa. É certo que o contexto é outro, aquele do período entre guerras, mas é certo também que a dificuldade de intercambiar experiências persiste em nossa época atual. Não é sem motivo a persistência dessa dificuldade. Ela é indissociável de um fenômeno percebido pelo filósofo e descrito num outro ensaio: *Experiência e pobreza*, de 1933, no qual ele nos convida a refletir sobre a decadência do significado de experiência. Tal decadência ou enfraquecimento da *Erfahrung* está no cerne da problemática que une a extinção da figura do narrador à dificuldade de *intercambiar* experiências. Num mundo dominado pela técnica, em que a organização social comunitária é cada vez mais solapada, a tradição e a memória perderam importância diante do novo, do instantâneo e do efêmero. Nesse sentido, é compreensível a figura do indivíduo solitário, angustiado e melancólico. Daí também nossas dificuldades contemporâneas em estabelecer um diálogo mesmo como membros de uma mesma comunidade científica⁷.

Ainda quanto ao diálogo, não é difícil identificar-se com a concepção de Todorov (1993) porque nela se pode encontrar o diálogo como princípio e como método, ainda que em sua obra o diálogo seja feito por meio da escrita, diferentemente desta proposta metodológica, na qual o diálogo se efetiva por meio da oralidade.

[...] *acho que a palavra que melhor caracteriza meu projeto (ou mesmo sua realização) é “diálogo”. Isto quer dizer, antes de tudo, que não me interessa apenas*

⁷ Com pelo menos cinco dos possíveis entrevistados, previamente, selecionados para a pesquisa não houve, da parte deles, disponibilidade de agenda para que se realizassem as entrevistas. A despeito das explicações acerca da necessidade do depoimento oral, do contato pessoal entre entrevistado e entrevistadora, como um procedimento respaldado numa perspectiva historiográfica, as iniciativas nesse sentido não obtiveram sucesso.

pelo sentido dos textos de meus autores (minha linguagem não é uma “metalinguagem” radicalmente diferente de uma “linguagem-objeto”, uma falando do texto e a outra, do mundo), mas também por sua verdade; não me basta ter reconhecido seus argumentos (este é o primeiro passo – obrigatório – do trabalho), busco também saber se posso aceitá-los: falo também do mundo. Na medida do possível, situo esses diálogos na história, onde os projeto. (TODOROV, 1993, p. 16, grifos nossos)

O diálogo também se configura como atitude, disposição e abertura ao discurso do outro, sobretudo, quando o outro ou os outros são nossos contemporâneos. Quando a história do tempo presente permite cambiar experiências de trajetórias que se encontram na vivência de uma temporalidade que nos é comum. Por mais que se possa invalidar esse procedimento de investigação, sob a alegação de subjetivismo, há de se concordar que o diálogo implica uma escolha.

Escolher o diálogo quer dizer também evitar dois extremos que são o monólogo e a guerra. Que o monólogo seja do crítico ou do autor, pouco importa: trata-se, a cada vez, de uma verdade já encontrada, a que só resta ser exposta; [...] prefiro buscar a verdade do que possuí-la. A guerra nos textos também existe, e, ademais, nem sempre a evitei: quando não se tem nada em comum com o autor a sua frente, e quando só se sente hostilidade por suas ideias, o diálogo se torna impossível e é substituído pela sátira ou pela ironia; a compreensão dos textos sofre com isso [...]. (TODOROV, 1993, p. 16, grifos nossos)

O diálogo que acontece numa situação de depoimento oral nos põe em contato com o que denominei a “fala de si”, em alusão à “escrita de si”, ou seja, nos põe diretamente em contato com o discurso do outro. Se tomarmos a apreciação, de Ricoeur (1983), do discurso como evento e como significação, que se manifesta como oralidade; e o discurso como obra, que se realiza por meio da escrita; pode-se entender os vínculos entre diálogo e discurso. Com efeito, interessa-me não só o diálogo e o discurso oral dos geógrafos, como também o discurso como obra, daí a recorrência à produção intelectual escrita dos entrevistados. Antes, porém, vejamos as perspectivas mais amplas das discussões que orientam as vertentes historiográficas contemporâneas e com elas a “operação historiográfica”.

II.4. Experiência do tempo e da História

Um dos objetivos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa visava, ao considerar a problemática, avançar na formulação de procedimentos teóricos e metodológicos que possam se constituir em referenciais para estudos e pesquisas em história do pensamento geográfico. Tendo em vista as possibilidades de uma “historiografia geográfica” tornou-se inevitável uma breve incursão na discussão sobre tempo, História e Historiografia. Os esforços teórico-metodológicos para a formulação de procedimentos nesse campo de pesquisa

podem ser mais bem compreendidos se se considera que não há, na Geografia, as distinções entre espaço, Geografia e discurso geográfico tal como se pode encontrar na história as distinções entre tempo, história e historiografia.

Estamos habituados à ideia de que nossa percepção do espaço é mais evidente do que a do tempo. Supomos que assim ocorre também com a experiência e a representação do espaço em relação ao tempo. No entanto, são dos nossos hábitos e suposições que emergem as questões sobre a natureza de nossas experiências de tempo. No que consiste nossa experiência do tempo e qual a possibilidade de representá-lo? Temos dificuldade em formular respostas, mas nem o ceticismo e o empirismo mais rudimentares, que precedem o esforço do pensamento filosófico e científico, resistem ao imperativo manifesto de nossa experiência individual e coletiva do tempo com o mundo, por meio da atividade humana, prática e ordinária. Esse fundamento comum, a atividade humana, é incontestável. E a invenção de variados tipos de registro e medida do tempo, como os relógios e os calendários, expressa as significações sociais e culturais que povos e sociedades instituem de suas experiências do tempo.

Basta lembrar, entre primitivos e civilizados, as cronometrias, firmando medidas reguladoras das tarefas do dia-a-dia [...] como também as cronologias [...] possibilitam estabelecer padrões de datação. Das cronometrias derivam os relógios, que contam ou medem o tempo em unidades estáveis, e das cronologias os calendários, que o distribuem em períodos. *Estes e aqueles já nos oferecem duas distintas experiências do tempo, quantitativa no caso dos relógios, quantitativa e qualitativa no caso dos calendários, que combinam a repetição de intervalos fixos com diferentes eventos por eles localizados. Os calendários fornecem a base de organização do tempo cronológico, igual para todos, o tempo público [...] socializado em que se situam os eventos uns em relação aos outros, na ordem do antes e do depois, ou seja, da sucessão, prolongável tanto para trás, do presente ao passado, quanto para frente, do presente ao futuro.* (NUNES, 1994, p. 127, grifos nossos)

Da experiência temporal coletiva, compartilhada, advém a noção de tempo “objetivo”, que nos parece irreversível em seu curso e duração, cuja objetividade está nos eventos e acontecimentos que manifestam essa experiência. Porém, desponta outra noção, a de tempo “subjetivo”, originário da vivência individual, amparado, qualificado e recobrado pela memória. A elaboração teórica e conceitual do tempo separa-o, por abstração, das diferentes formas de experiência, coletiva e individual (duração, sucessão e simultaneidade, irreversibilidade, permanência e aceleração), para elevá-lo ao posto de categoria. Assim, é problematizado e investigado, como se possuísse uma essência, um em si, que se traduziria nas filosofias e teorias da história.

É certo que essa elaboração constitui uma tentativa de representação de nossa experiência do tempo, sem a qual não seria possível a “instituição filosófica do tempo” e a

“instituição científica” do tempo. A questão da representação do tempo em relação às diferentes sociedades, as denominadas sociedades “históricas” e as “sem-história”, cujas distintas formas de experiência temporal correspondem a modos diferentes de temporalidade e historicidade. Se isso ocorre é porque existe algo que denominamos social-histórico, domínio no qual estabelecemos a conexão entre tempo e história e sociedade. Consideremos, pois, essa conexão na época moderna.

Nascida sob a égide do trabalho, da ciência e da política, a sociedade moderna se efetiva com o imbricamento entre a produção de objetos materiais, o desenvolvimento das técnicas e a apropriação dos recursos que a natureza pode oferecer. No século XVII, o desenvolvimento da arte, da técnica e da ciência, recobrado pelo renascimento urbano, comercial e marítimo, começava a delinear novas experiências temporais com a valorização da atividade laica, a instituição de um tempo social, público e profano que, paulatinamente, era regulado pelos relógios mecânicos em substituição à regulação pelas horas das liturgias das igrejas, abadias e mosteiros que unificava experiência temporal e prática social da religião. Essas transformações encontraram sua expressão mais contundente no modo de perceber e de datar o tempo, marcado pelo contraste entre o tempo da natureza e o tempo mecânico do relógio.

O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço. Um relógio não era apenas útil; conferia prestígio ao seu dono, e um homem podia se dispor a fazer economia para comprar um. (THOMPSON, 1998, p. 279)

A partir das revoluções, industrial e francesa, no século XVIII, se consolidou, no pensamento filosófico, a concepção de revolução como necessidade histórica, como movimento irresistível, sobre o qual os homens não podiam exercer nenhum controle. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, essas ideias nortearam as formas de ação e os projetos políticos, desdobrando-se em reflexões que se vinculavam à filosofia da História e ao ideário dos revolucionários, que postulavam a necessidade da conquista da liberdade e igualdade entre os homens. Embora o conceito de revolução estivesse carregado da concepção de retorno e movimento cíclico, conforme era usado na Astronomia e na Astrologia, ao ser vinculado ao conceito de história, já não pôde mais se furtar à dialética da necessidade-liberdade, contingência-determinação.⁸ Ora a História podia ser interpretada como o processo

⁸ Segundo Marramao (1995, p. 57): “É no interior desta insuprimível tensão que vem à luz a ideia ‘tipicamente construtiva’ do Progresso como *Stufenbau*, como temporalidade cumulativo-irreversível (embora internamente diferenciada e ‘complexa’), que representa a dimensão própria do moderno processo de secularização. O tempo como mudança e transformação constante – ou seja, como original experiência de aceleração – torna-se assim a

real da atividade humana perseguindo seu *telos*, constituir-se numa determinação temporal linear e irreversível, ora como contingência dos feitos humanos.

II.4.1. O sentido da História e a atribuição da Historiografia

Segundo Arendt (1988, p. 41-42), é com Hegel que nasce, como consequência da Revolução Francesa, o moderno conceito de História.

A ideia verdadeiramente revolucionária de Hegel foi a de que o antigo Absoluto dos filósofos revelara-se no domínio dos assuntos humanos, isto é, precisamente naquele domínio das experiências humanas que os filósofos haviam unanimemente excluído como fonte de origem de padrões absolutos. [...] o fato de que havia abandonado a esfera da mera especulação e buscado formular uma filosofia que correspondesse conceitualmente às mais novas e reais experiências da época.

Embora predomine o aspecto especulativo, na *Filosofia da história*, Hegel (1995, p. 16) se propõe a demonstrar, empiricamente, a realização da razão na História. “Temos de tomar a história como ela é. Devemos proceder historicamente – empiricamente”. A razão é soberana do mundo e a Filosofia, ciência das ciências, fornece à análise os conceitos que correspondem aos “dados”, às “realidades de fato”. Mais que uma faculdade que possibilita ao homem compreender o real existente, a razão é a totalidade que exprime os conceitos e os princípios objetivos universais. É uma força histórica se revelando na História como totalidade e unidade da diversidade do que, aparentemente, é pluralidade e diferença. A história universal é o modo de ser da razão.

Mediante o conhecimento especulativo, comprova-se que a razão [...], a substância como força infinita, é em si mesma a matéria infinita de toda forma de vida natural e espiritual, e também a *forma infinita*, a realização de seu próprio conteúdo. A substância é, pois, aquilo que através do qual e no qual toda realidade tem o seu ser e sua existência. [...] Ela é o conteúdo infinito, toda essência e verdade, a própria matéria que ela fornece à elaboração de sua própria atividade, pois ela não carece, como o ato finito, de materiais externos e de meios dados que lhe ofereçam alimentos e objetos. Ela se nutre de si mesma, é seu próprio pressuposto, e seu objetivo final absoluto. Assim, ela própria realiza sua finalidade e a faz passar do interior para o exterior, não penas no universo natural, mas também no universo espiritual – na história universal. (HEGEL, 1995, p. 17)

A evolução do espírito⁹ em busca de sua realização plena, a história universal, aparece como progresso e evolução da consciência rumo à liberdade. Na história universal os homens

Forma por excelência da modernidade: não um seu atributo, mas a distinção ‘soberana’ da qual em última análise dependem as próprias categorias fundamentais da ciência e da política”.

⁹ A filosofia de Hegel, mais precisamente sua *Filosofia da história*, contribuiu no sentido de pensarmos o processo histórico de constituição da humanidade e da sociedade como sendo um processo dialeticamente determinado pelo movimento da razão. Pois, segundo Marcuse (1988, p. 23): “A palavra que designa a razão como história é Espírito (*Geist*): o mundo histórico considerado em relação ao progresso racional da humanidade

não eram livres, enquanto não tomaram consciência de que a essência do homem consiste em ser livre. Assim ocorreu com os orientais, com os gregos e os romanos até a época moderna, quando o espírito universal atingiu o apogeu de sua concretização: até esse momento, havia a concepção de que um único homem era livre (o sujeito singular), e consciência de que alguns homens eram livres. Mas como a liberdade não era apreendida como conceito, que compreende o universal, esta não era real.

O desenvolvimento do espírito se dá num processo evolutivo e se expressa em três níveis: como indivíduo humano (o singular), como espírito de um povo (o particular, sob forma da cultura) e como espírito universal, em que os outros níveis estão subsumidos e superados¹⁰. A História é o movimento do espírito, que tem o poder de autodeterminar-se, buscado seu *telos*, que é a liberdade. Todavia, para que a liberdade se efetive é necessário que o sujeito do conhecimento seja também o sujeito da ação ética e moral. O espírito universal é a substância da qual se constitui o mundo e transforma-se no sujeito do conhecimento e da moral por sua atividade, isto é, o sujeito é o homem real, empírico e histórico. Não é o homem isolado que faz história, mas a humanidade, o homem na sua forma universal. Nessa concepção de história, liberdade e ação humana são inseparáveis.

A verdadeira liberdade requer a co-autoria do homem, no transcurso e na determinação do sentido da história. O caminho a ser trilhado pelo homem não pode estar previamente determinado, mas deve incluir também a sua livre escolha e participação. Dessa forma, o sentido da história será dado pela ação humana. (WEBER, 1993, p. 227)

A história como progresso fundamentava, no século XIX, a crítica filosófica à ordem social vigente, entendida como a pré-história da humanidade, que prendia o homem à condição de ser ignorante e servil, sem liberdade e autonomia para pensar e agir. Nesse sentido, Hegel é herdeiro da concepção de que história é progresso, em vigor desde o século XVIII¹¹.

– o mundo histórico que não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades da humanidade”.

¹⁰ Ao comentar as críticas a Hegel, que partem de uma interpretação equivocada de sua *Filosofia da história*, Lebrun (1988, p. 21) afirma a importância de se compreender o pensamento hegeliano: “O movimento do Espírito consiste, pois, em furtar-se perpetuamente a *si mesmo*, enquanto se finitiza, em renegar suas próprias fixações. E por aí compreendemos o que irá distinguir a *historicidade* e *evolução orgânica*: esta é elaboração de si por si, tendo a forma da calma diferenciação de um princípio; naquela, ao contrário, ‘o Espírito opõe-se a si em si mesmo; é ele que constitui o verdadeiro obstáculo que ele próprio tem de vencer; se na natureza o desenvolvimento é uma produção (*Hervorgehen*) pacífica, no Espírito ele é um combate árduo e infinito contra si mesmo”. É necessário, portanto, não confundir aquelas noções com princípios ou fundamentos das Ciências Naturais e Humanas, como se houvesse uma identidade original entre historicismo hegeliano e evolucionismo darwinista.

¹¹ Mas como adverte Weber (1993, p. 230): “A ideia de progresso (em Hegel) deve ser entendida a partir do ‘impulso da perfectibilidade’ [...] do homem, ou seja, ele tem a possibilidade e a necessidade de tornar-se cada

Numa linhagem que remonta a Hegel, para Marx a História é a história da luta de classes, da contradição ente “exploradores” e “explorados”, “detentores dos meios de produção” e “despossuídos”; é a alienação do homem perante a natureza, na medida em que os objetos e os meios de vida que dela retira, transformando-a, não lhe pertencem. Pelo contrário, se voltam contra o próprio homem como se fossem objetos estranhos à sua atividade, constituindo-se em forças que o dominam.

Essa atividade pela qual o homem se faz homem é o trabalho que se caracteriza pelo poder de transformação da natureza em bens necessários à vida humana. Nesse sentido, Marx demonstra ser tributário do pensamento moderno, para o qual a natureza em si mesma, se não for trabalhada, não gera valor. Assim, aquilo que o homem produz mediante o trabalho traz o signo de sua essência mesma, que é sua atividade como ser que se autoproduz. A propriedade é legítima desde que seja fruto do trabalho de quem o realizou. Quando não se apropria daquilo que produz, portanto, não se percebendo como sujeito ativo, o homem encontra-se alienado. O fundamento dessa alienação reside na propriedade privada dos meios e dos objetos de produção, na separação do sujeito em relação ao objeto que ele produz e dos meios que lhe são necessários para produzir e reproduzir sua vida.

Se na *A ideologia alemã*, Marx esboça sua teoria da história como sendo a história da luta de classes, luta essa em torno da propriedade privada que se manifesta primeiramente como propriedade dos instrumentos de trabalho avançando até os meios de produção, quando assume a sua forma plena na sociedade capitalista; nos *Manuscritos econômico-filosóficos* apresenta a relação intrínseca entre a alienação e a propriedade privada.

Só no derradeiro ponto de culminação do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela o seu segredo, a saber, por um lado, que ela é o *produto* do trabalho alienado e, por outro, que ela é o *meio* através do qual o trabalho se aliena, a *realização da alienação*. (MARX, 1989a, p. 169, grifos do autor)

A História, em Marx, é o processo real e efetivo dos homens produzindo sua própria vida através do trabalho, mas é também a história da luta entre os homens pela posse do que é produzido socialmente. Disso resulta que os homens distinguem-se pela posse dos meios e dos instrumentos de trabalho colocando-se em luta constante, ao longo da história, pela socialização dos meios e dos instrumentos de trabalho, bem como pela sua reconciliação com a natureza da qual são parte integrante.

A revolução que pode superar o problema da alienação e da emancipação humanas há de instituir uma forma nova de relação do homem com a natureza e dos homens entre si.

vez mais perfeito. Isto se reflete em nível individual, em nível de espírito de um povo e em nível de espírito universal”.

Trata-se, portanto, da revolução comunista que haveria de instituir o Comunismo como um novo modo de vida e de organização social. Para Marx essa revolução compete ao proletariado, por constituir-se na sociedade capitalista como a classe mais explorada e da qual depende toda a produção da vida material da sociedade.

O comunismo enquanto naturalismo integralmente evoluído = humanismo, enquanto humanismo plenamente desenvolvido = naturalismo, constitui a resolução *autêntica* do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objectivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. *É a decifração do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução.* (MARX, 1989a, p. 192-193, grifos nossos)

A concepção de revolução em Marx é indissociável da sua concepção de história e do sujeito histórico. A história, como atividade humana, constituindo-se a si mesma tem por fundamento a luta de classes e mais precisamente a contradição, determinante, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. A revolução, portanto, deve emergir da atividade humana como uma necessidade histórica, superação dessas contradições.

Esta concepção mostra que o objectivo da história não consiste em resolver a “Consciência de si” enquanto “Espírito do espírito”, mas que deveremos antes verificar a existência em cada estágio da evolução de um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são por um lado modificadas pela nova geração mas que, por outro lado, lhe ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um carácter específico; por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária. (MARX e ENGELS, 1974, p. 49)

Em *A ideologia alemã*, Marx havia esboçado em linhas gerais a concepção materialista da história, ainda que seu objetivo fosse proceder à crítica à “esquerda hegeliana”, na figura de seus expoentes alemães. Nesse texto, que em muito se assemelha à *Filosofia da história*, de Hegel – quanto ao método empírico e à concepção de que a história avança por “saltos” e constitui o progresso¹² –, encontramos uma caracterização das formas de propriedade ao longo dos modos de produção, até a propriedade privada dos meios de produção na sociedade capitalista, quando, então, assume sua forma equivalente: o trabalho alienado. É também nesse texto que encontramos o conceito de classe social e das lutas de classes como “motor” da história, a saber, as formas de propriedade representam a um só e mesmo tempo a divisão social do trabalho e a estrutura classista que lhe corresponde.

¹² Há, porém, em Marx uma concepção de progresso que oscila entre um sentido positivo, o desenvolvimento técnico e científico da humanidade e outro, negativo, na medida em que o processo civilizatório faz degenerar o que ele denominou de “natureza humana”. Mas percebendo o sentido ideológico conferido a essa expressão, Marx a substituiu pela “condição humana”.

A propriedade coletiva dos meios e instrumentos de trabalho desaparece à medida que se aprofunda a divisão social do trabalho. Assim, a propriedade, coletiva ou privada encontra sua equivalência na divisão social do trabalho que, em sua essência é expressão da existência da separação, no seio da sociedade, entre proprietários e não proprietários, entre o trabalho como atividade teórica e como atividade prática. As classes sociais, portanto, se definem pela posição que ocupam no processo produtivo e pela forma da propriedade dos meios de produção. A história se mostra como uma sucessão de modos de produção em que a contradição fundamental consiste na relação entre as forças produtivas e as relações de produção. É por meio dessa contradição essencial que desponta uma classe explorada e despossuída que traz consigo o germe da revolução.

[...] nasce no decorrer desse processo de desenvolvimento [do modo de produção e das forças produtivas] uma classe que suporta todo o peso da sociedade sem desfrutar das suas vantagens, que é expulsa do seu seio e se encontra numa oposição mais radical do que todas as outras classes, *uma classe que inclui a maioria dos membros da sociedade e da qual surge a consciência da necessidade de uma revolução*, consciência essa que é a consciência comunista e que, bem entendido, se pode também formar nas outras classes quando se compreende a situação dessa classe particular. (MARX; ENGELS, 1974, p. 47, grifos nossos)

Marx, ao referir-se à “consciência da necessidade de uma revolução”, a define como sendo a “consciência comunista” que pressupõe a consciência de uma classe que se encontra alienada e luta pela supressão da alienação. Todavia, a classe explorada e que encontra na revolução a forma de superação dessa exploração deve ter se constituído numa maioria explorada, de tal modo que seu projeto de construção de uma nova sociedade expresse os anseios dessa maioria. Essa classe, portadora de uma consciência revolucionária, é a classe trabalhadora (o proletariado), que deve querer suprimir toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, portanto, deve agir com base num princípio universal. De outro modo não conseguiria adesão à ação revolucionária. Marx reitera sucessivas vezes a necessidade da revolução como uma subversão radical da sociedade.

[...] a revolução é, pelo contrário, dirigida contra o *modo* de actividade anterior — *suprime o trabalho e acaba com a dominação de todas as classes pela supressão das próprias classes* — pois é efectuada pela classe que, no âmbito da actual sociedade, já não é considerada como uma classe dentro dessa sociedade e constitui a expressão da *dissolução de todas as classes*, de todas as nacionalidades, etc. *Torna-se necessária uma transformação maciça dos homens a fim de criar em massa essa consciência e para levar a bom termo esses objetivos; ora uma tal transformação só pode ser efectuada por um movimento prático, por uma revolução*; esta não será então apenas necessária pelo facto de constituir o único meio de liquidar a classe *dominante*, mas também porque só uma revolução permitirá à classe que *derruba a outra* aniquilar toda a podridão do velho sistema e tornar-se apta a *fundar a sociedade sobre bases novas*. (MARX; ENGELS, 1974, p. 48, grifos nossos)

A revolução aparece como uma subversão radical da sociedade existente, das classes que a compõem, da divisão social do trabalho e da propriedade privada e assim começará a história efetiva, real, em oposição à “pré-história” da humanidade. Todavia, a revolução não é somente uma atividade prática capaz de instaurar uma nova sociedade, mas, é sobretudo a condição da emancipação humana. Nesse sentido, o *télos* da revolução não consiste na conquista da liberdade em relação à propriedade e ao direito (em sua manifestação política) e à liberdade de expressão. Em *A questão judaica*, Marx (1989a, p. 47) estabelece a distinção entre emancipação política e emancipação humana: “A emancipação *política* representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constituí, porém, a forma final da emancipação humana, mas é a forma final da emancipação humana *dentro* da ordem mundana até agora existente”.

Marx (1989a, p. 47-48) advertiu que: “ninguém deve iludir-se quanto aos limites da emancipação política”, pois a “cisão do homem em pessoa pública e pessoa privada”, representa a “*consumação* da emancipação política”, mas é também a expressão da cisão entre a sociedade política e a sociedade civil. Essa cisão entre o público e o privado, entre a sociedade civil e a sociedade política que corresponde à distinção entre o cidadão e o homem genérico, aparece, como uma questão teórica e prática: a vida política aparece sob o invólucro teórico como sendo “apenas a garantia dos direitos do homem, dos direitos do homem individual” segundo Marx (1989a, p. 59). Entretanto, seu pressuposto é o direito humano à liberdade, a liberdade de ter propriedade, e tão logo esse direito (universal) possa ser exercido praticamente entra em contradição com o homem, como ser individual, cidadão. A liberdade e a propriedade, como direitos universais entram em conflito no plano empírico da vida humana quando se depara com a propriedade privada. Porque “nos momentos da sua especial autoconsciência, a vida política procura abafar os próprios pressupostos – a sociedade civil e os seus elementos – e estabelecer-se como genuína e harmoniosa vida genérica do homem” (MARX, 1989a, p. 48). À emancipação política chega-se através da revolução política.

A revolução política dissolve a sociedade civil nas suas componentes sem *revolucionar* estas componentes e as submeter à crítica. Essa revolução considera a sociedade civil, o mundo das necessidades, o trabalho, os interesses privados e a lei civil como a base da sua própria existência, como um pressuposto inteiramente subsistente, portanto, como a sua base natural. (MARX, 1989a, p. 62, grifos do autor)

A revolução política, portanto, apreendida como um fim que tende à emancipação política, não satisfaz a Marx (1989a, p. 63, grifos do autor), para quem esta, em si mesma, “é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo *independente* e *egoísta* e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral”. Ora, a revolução como atividade prática não tem por finalidade a emancipação política, a revolução política é um meio pelo qual se pode

chegar à emancipação humana. É a revolução comunista que faz desaparecer as classes sociais e a propriedade privada, o Estado e a oposição entre sociedade civil e sociedade política.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças *sociais*, de maneira a nunca mais separar de si essa força social como força *política*. (MARX, 1989a, p. 63, grifos do autor)

A emancipação humana, em Marx, aparece como um problema simultaneamente teórico e prático que é a expressão da autoalienação do homem relativamente a si mesmo e à natureza. Se na religião e na filosofia o mundo aparece invertido na consciência é porque o homem alienou-se em relação à natureza e a si mesmo de tal modo que sua consciência representa essa relação com o mundo de forma ilusória. Mas é possível, ao homem, superar a religião.

A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo e, assim, à volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira à volta do homem enquanto ele não circula em torno de si próprio. (MARX, 1989a, p. 78)

De outro modo, apresenta-se a História e a Filosofia quanto à tarefa que devem desempenhar, “*a tarefa da história*, depois que *o outro mundo da verdade* se desvaneceu, é restabelecer a *verdade deste mundo*. A imediata *tarefa da filosofia*, está ao serviço da história, é desmascarar a autoalienação humana nas suas *formas não sagradas* [...]” segundo Marx (1989a, p. 78, grifos do autor). Contudo, Marx reconhece que a atividade prática, tampouco a crítica teórica não é capaz de revolucionar o modo de vida dos homens. O que se põe como desafio é a efetivação da teoria e da prática tendo por finalidade a revolução, assim a atividade humana pode se tornar a verdadeira *práxis*. Nesse sentido, a revolução deixa de ser algo externo e abstrato para ser interiorizada na consciência como sendo a mediação necessária entre a desalienação e emancipação humanas.

É possível encontrar certa ruptura e uma continuidade específicas no pensamento de Marx quanto à necessidade histórica da revolução, seus meios e sua finalidade. Nos escritos em que expressa com maior evidência a influência hegeliana, a revolução aparece como mediação entre a emancipação humana e a efetivação da liberdade. Nesse sentido, o sujeito histórico – o proletariado –, assume uma importância fundamental em todo o processo, pode-se afirmar que toda atividade teórica e prática de Marx constituem seu projeto político

visando instrumentalizar a classe trabalhadora para a construção do comunismo. No entanto, à medida em que, paulatinamente, Marx estabelece os princípios da sua concepção materialista da história e da sociedade, seu pensamento vai adquirindo contornos de um determinismo e um evolucionismo histórico cada vez mais acentuado.

Ao conferir à revolução a determinação das leis históricas e sociais, fazendo-a depender da insuportável miserabilidade generalizada da classe trabalhadora, ora da contradição entre o desenvolvimento técnico-produtivo e as relações de produção, Marx oscila entre a exaltação do sujeito como ser criativo e sua anulação diante daquelas determinações externas. A fronteira entre a capacidade do sujeito em transformar as determinações históricas e sociais ou de se submeter a elas é paradoxal em Marx: de um lado a crença no poder do sujeito e de outro a profecia da autodestruição do capitalismo por si mesmo.

De certo modo, o homem, o sujeito da atividade humana, é determinado pelas condições naturais de onde provém sua sobrevivência e, de outro, se encontra enclausurado nas estruturas de dominação e poder que criou. Assim, a liberdade comporta um duplo sentido e finalidade: tornar possível a autonomia do homem perante a natureza, entenda-se o “reino da necessidade”, bem como promover o autogoverno sobre si mesmo, o poder de decidir sobre suas próprias ações. Nesse sentido, Marx faz depender da História, do desenvolvimento técnico-científico e da política a efetivação da liberdade. Porém, seu conceito de necessidade prende-se à ideia naturalista que faz da vida humana um processo de manutenção da sobrevivência, daí a sua concepção do homem produtor. É nessa concepção de homem e de vida, como “processo vital”, que se evidencia uma das fragilidades de Marx.

E uma vez que ele, ao contrário de seus predecessores da Idade Moderna, mas muito à semelhança de seus mestres da Antiguidade, *equipara a necessidade aos impulsos compulsivos do processo vital*; acabou por enfatizar, mais do que qualquer outro, a doutrina politicamente mais perniciosa da Idade Moderna, ou seja, que a vida é o bem maior, e que o processo vital da sociedade é o próprio centro do esforço humano. *Dessa forma, o papel da revolução não seria mais libertar os homens da opressão de seus semelhantes, nem muito menos instituir a liberdade, mas libertar o processo vital da sociedade dos grilhões da escassez*, e fazê-lo avolumar-se numa torrente de abundância. A abundância, e não a liberdade, tornara-se agora o objetivo da revolução. (ARENDRT, 1988, p. 51, grifos nossos)

Embora seja pertinente a crítica de Arendt sobre os pressupostos da teoria da revolução em Marx, preocupada que está em denunciar, veementemente, toda e qualquer forma de violência em nome de causas libertárias, é preciso sublinhar que, do *Manifesto do partido comunista* ao *O capital*, Marx desloca suas reflexões filosóficas para o campo da

economia política e procura substituir a concepção utópica do socialismo por uma teoria científica da sociedade.

As questões, portanto, que se poderia por a Marx seriam assim formuladas: o que se pode esperar de uma sociedade que desenvolvendo suas forças produtivas, satisfazendo as necessidades materiais dos homens, nega a necessidade do trabalho como princípio dessa mesma sociedade, como quer o Comunismo? Deve-se esperar que se livrando do reino da necessidade, só então e a partir disso, pode o homem desenvolver sua espiritualidade? Não se trata, portanto, de cobrar a Marx uma teoria do que está por vir. Trata-se de fazê-lo dizer, pelo que silencia, o que nela há de mais problemático quanto a seus pressupostos e projeto. Ao se referir a um estágio em que o homem, suprindo suas necessidades e dispondo de um tempo livre, poderia dispor de sua vida conforme seu prazer, Marx, permanece prisioneiro da concepção que visa superar, ou seja, a utopia. Suprimir a utopia em nome da ciência acaba por tornar-se no seu contrário e redundante em sacralização de uma teoria.

Ainda que se queira recuperar o marxismo ou o próprio Marx de suas contradições, ao postular que o trabalho deve ser negado porque se tornara no seu oposto, de atividade autoprodutora à alienante na sociedade capitalista, não é possível fazer desaparecer a insistente concepção das determinações naturais, sociais e históricas, como leis, sobre o indivíduo humano. Essa posição, ao contrário do que se pretende – reafirmar a necessidade histórica do comunismo e da teoria marxista – não faz mais que apresentá-la na sua vulnerabilidade e contradição. Num momento a vida e atividade humana são a expressão da *práxis* e noutro instante faz com que esta dependa, para se efetivar, da satisfação plena das necessidades naturais. Assim permanece presa de uma posição ontológica em que as determinações pesam mais que a autocriação do sujeito, ou ainda, que toma a *práxis* como determinação e não como criação.

Daquilo que Marx herdou da filosofia hegeliana, o que menos parece ter lhe chamado a atenção foi o conceito de vontade. Preferindo sustentar a sua teoria da revolução sobre as leis objetivas que determinam a História e a sociedade, Marx relegou o papel da vontade como força histórica do sujeito que se quer livre e autônomo. O que resultou num paradoxo, para os revolucionários de formação marxista, a relação entre condições objetivas e subjetivas à efetivação da revolução. Subordinar a revolução à teoria da história, a partir de suas leis, é insuficiente para definir o papel do sujeito e particularmente do sujeito histórico. É preciso pôr em questão a nossa forma de compreender a relação entre história e sociedade:

A partir do momento em que se pode perceber que a história (não mais, aliás, do que qualquer outra coisa) não pode ser pensada através da visão tradicional segundo a qual

ser significa ser determinado; mais particularmente, *a partir do momento em que se toma a história como criação e a sociedade sempre como instituinte e ao mesmo tempo instituída [...]; portanto, a partir do momento em que se considera a história como esta autocriação, auto-instituição incessante da sociedade –, somos a princípio levados a repudiar radicalmente a concepção herdada do sentido de ser [...]; e também a afastar completamente o problema político e a política do quadro no qual eles eram tradicionalmente pensados.* (CASTORIADIS, 1982, p. 230, grifos nossos)

No século XIX, às noções de progresso agregaram-se as noções de processo, desenvolvimento, evolução e revolução balizadas por concepções historicistas. Essas noções passaram a qualificar as experiências da temporalidade e da História, a despeito de podermos indagar se o tempo não seria redutível à História e se não haveria distinção entre a “ordem do tempo” e a “ordem da história”.

[...] a consciência da aceleração da história dá lugar [...] a uma espécie de vertigem, à suspensão do devir e à paralisação da história – que é outra forma de negação da história e do desejo velado de integrar o tempo da história ao tempo do mundo. Desta sorte não escapa nem mesmo Braudel, em que pese o seu esforço para figurar o tempo da história, com seus ritmos e cadência, a quem, no entanto, falta uma distinção firme entre tempo e história, o que o leva a confundir aceleração da história com aceleração do tempo (!!), a assimilar o tempo da história ao tempo da geografia e, assim, a perder o tempo propriamente histórico e a substância do histórico enquanto tal. (DOMINGUES, 1996, p. 76)

Ainda que História e Geografia, como disciplinas científicas, tenham sido contemporâneas quanto ao processo de institucionalização, o mesmo não ocorreu com o processo de ampliação de suas concepções. No século XIX, delinearam-se as concepções de História que ainda são atuais, ou seja, a dupla significação com as quais empregamos a palavra. De um modo, a conexão entre tempo e história, por meio da ação, dos feitos humanos – o que ocorreu no passado e o que pode vir a ser no futuro, a temporalidade da ação – constitui a História como uma dimensão da realidade e, por conseguinte, a busca do “sentido da história”, a existência de uma “consciência histórica”. De outro modo, a investigação dos feitos humanos no passado, sob a forma da perspectiva histórica, deu origem à ciência da história; o “discurso escrito” da História, como se escreve a história, originou a Historiografia.

O adjetivo “histórico” passara a qualificar um regime de conhecimento, extensivo à Filosofia e às ciências em geral, nas duas escalas, a natural e a humana, tanto na direção do passado quanto na do futuro. O desdobramento semântico por que então passou a palavra *história*, significando daí por diante tanto a disciplina historiográfica, o relato escrito sobre o passado, quanto à realidade histórica [...]. (NUNES, 1994, p.125, grifos do autor).

Esse processo característico da disciplina História não encontrou seu equivalente na Geografia, ou seja, não temos, em Geografia, uma vertente filosófica (uma filosofia da História) que se assemelhe ao Historicismo, nem o adjetivo espacial logrou a mesma

amplitude que o adjetivo histórico, tal como ocorreu com a História¹³. Além disso, o conceito de espaço como conceito basilar e objeto específico de estudo da Geografia é recente, se considerarmos sua emergência e ascensão a essa posição apenas em meados do século XX. Não temos também uma esfera de reflexão que tenha por objeto o discurso escrito ou oral do saber geográfico, isto é, não temos uma noção ou metodologia equivalente à Historiografia¹⁴. Cabe, portanto, indagar sobre qual é o papel da Historiografia no cerne da relação entre tempo e História. As respostas de filósofos e historiadores são, às vezes, divergentes, como por exemplo, na visão crítica de um filósofo.

Quando a historiografia fala do tempo da história fala na realidade da história (dinastias, guerras, intrigas, agentes, motivações, mentalidades etc.) e não do tempo (mesmo quando fala do tempo: ciclos, sucessões, rupturas, avatares, repetições etc., fala com efeito do tempo do mundo, do tempo da alma, do tempo da geografia, do tempo calendário, e não do tempo da história). Daí a elucidação de seu impedimento ou de sua impossibilidade de fazê-lo: simplesmente, quando é elaborada a experiência do tempo e da história, o elemento próprio dessa experiência e também do tempo histórico (o acontecimento) é recalcado (ao ser integrado na série de causas e

¹³ Os conceitos de tempo e temporalidade, de história e historicidade que se pode encontrar em várias reflexões filosóficas, isto é, nas filosofias da História, não são comuns à Geografia, talvez com exceção de Kant que associava os conceitos de tempo e espaço à História e à Geografia respectivamente, em sua filosofia. Nesse sentido, ora Kant é invocado como o fundador da Geografia moderna, daí sua legitimidade filosófica e científica, por ser ele um dos filósofos mais proeminentes da modernidade, ora é responsabilizado pela disjunção entre Geografia e História, e pela concepção de Geografia como ciência de síntese. Para uma reflexão sobre a influência de Kant na Geografia, ver Gomes (1996, p. 138-148). Entretanto, pretendo explicitar que a ausência de uma filosofia da Geografia, por analogia às filosofias da História, a partir da qual se poderia conferir prestígio à Geografia, aparece, no pensamento geográfico contemporâneo, simultaneamente, como busca e como rancor. Um dos exemplos dessa busca vimos em Moraes (2002), mas considerando não ser ele o único, pois, o debate sobre as possibilidades de uma Geografia assentada no marxismo alimentou parte significativa da produção geográfica, em nível mundial, ver Lacoste (1989) e Soja (1993), e, no Brasil, ver Corrêa (1991), Oliveira (1996), Santos (1996a). Há ainda que mencionar a acentuada influência do filósofo marxista Henri Lefebvre, na Geografia brasileira. Quanto ao rancor, pode-se constatar sua existência e uma de suas procedências deve-se a ausência de referências à Geografia em obras de filósofos que se ocuparam do espaço ou das Ciências Humanas. Assim, constata-se que Husserl (2002) em *A crise da humanidade europeia*, título de uma conferência proferida, fez uma crítica pública contundente à humanidade europeia e ressaltou a responsabilidade dos filósofos e dos cientistas diante do irracionalismo e da crise que indicava o advento da Segunda Guerra mundial. Apesar de o conhecimento geográfico ser considerado um poderoso instrumento do imperialismo europeu, não há referências à Geografia nas formulações do criador da Fenomenologia. O mesmo ocorreu em Merleau-Ponty (1978) *As ciências do homem e a fenomenologia*, obra constituída de suas lições e do programa de seu curso no período de 1949 a 1952. Em Foucault (1995) *As palavras e as coisas*, bem como em outras reflexões desse filósofo, como *A arqueologia do saber*, edição francesa de 1969, não há referências à Geografia. O rancor de que falo é explicitado na entrevista inquiridora de Foucault a *Hérodote*, intitulada: *Sobre a geografia*, publicada em *Microfísica do poder*, a edição brasileira é de 1979. Apesar da relevância do espaço em sua teoria do poder, do tema da “arte de governar” e sua associação ao território, o diálogo de Foucault com a disciplina histórica e com os historiadores é inversamente proporcional ao seu silêncio em relação à Geografia. Em Castoriadis (1987a, 1987b), também, não há referências à Geografia no âmbito de sua reflexão sobre *Ciência moderna e interrogação filosófica*, tampouco, há uma reflexão sistemática sobre o espaço. Penso que tal “rancor” procede, mas não se justifica como reivindicação de fundamento, supostamente encontrado na Filosofia ou, mais especificamente, numa de suas disciplinas, a filosofia da ciência. Esse tema merece maior aprofundamento, o que escapa aos objetivos dessa investigação no momento, mas permanece a intenção de aprofundamento num ensaio posterior a essa pesquisa.

¹⁴ Para se compreender as distinções e relações entre História e Historiografia, ainda que brevemente, pois constituem uma complexidade maior do que se pode aprofundar aqui, ver Caire-Jabinet (2003) e Tétart (2000).

subsumido no sistema de leis); o tempo é abolido e o devir, anulado. (DOMINGUES, 1996, p. 77)

Na visão de um historiador, como Braudel, que saiu em defesa da história, da “nova história” e da “longa duração”, chegou o momento dos historiadores darem sua contribuição às Ciências Sociais.

Falarei, pois, longamente da história, do tempo da história. E menos para os historiadores que para os nossos vizinhos, especialistas nas outras ciências do homem [...], de cujas experiências e investigações nos fomos informando durante muitos anos, porque estávamos convencidos – e ainda estamos – de que a história, rebocada por eles ou por simples contacto, se havia de clarificar com a nova luz. *Talvez tenha chegado a nossa vez de ter algo a oferecer-lhes. Uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo vai abrindo caminho – consciente ou não, aceite ou não – a partir das experiências e tentativas recentes da história.* (BRAUDEL, 1978, p. 9, grifos nossos)

Toda a revolução das concepções e noções, quanto ao tempo breve, ao documento, a narrativa, promovida pela nova história parece não ter esgotado o problema da irredutibilidade do tempo à história. À noção de longa duração veio juntar-se a noção de estrutura, que passou a dominar os problemas da longa duração.

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e transportar. *Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites [...] dos quais o homem e as experiências não podem emancipar.* (BRAUDEL, 1978, p. 14, grifos nosso)

Aquilo que inicialmente apareceu como uma solução converteu-se, posteriormente, num problema. Tornou-se difícil refutar as críticas endereçadas a essa historiografia. Estabilidade, permanência, determinação, limites, apoios e obstáculos, palavras cujos nexos compõem um vocabulário mais próximo de uma concepção geológica, do que de uma “dialética da duração”, como pretendeu Braudel (1978). Nesse sentido, pode-se indagar se há um sentido da História que a precede e lhe seja subjacente, isto é, um *a priori*, ou uma determinação¹⁵. Podemos pensar diferente. Pensar que o sentido da História advém de nosso

¹⁵ Conforme observa Nunes (1994, p.147-148, grifos nossos): “não conhecemos previamente a realidade histórica antes da História, ou seja, antes da investigação do passado, que se concretiza na escrita da História. A História textual, escrita, a Historiografia elabora a realidade histórica. *Tal elaboração, a expensas do tratamento metodológico dos vestígios do que outrora ocorreu, condicionada está à situação temporal do historiador, da qual depende o acesso ao passado e às fontes, pois que só lhe permite discerni-lo na perspectiva da época e da sociedade em que se encontra e trabalha.* Por outro lado, esse discernimento é seletivo: recorta porções de mundos passados. E assim também alcança, em vez do tempo contínuo, uniforme, progressivo, único – diferentes medidas temporais que configuram esses mundos”.

modo, no presente, de visar o passado: do sentido que atribuímos ao passado, no presente, cuja tarefa parece ser, para alguns historiadores, atribuição da Historiografia.

O que é a historiografia? *Nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre o seu passado. E que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa [...]. Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projecta para trás de si a sua própria imagem.* (CARBONELL, 1987, p. 6, grifos nossos)

Há, nessa definição, aspectos que merecem destaque porque neles podemos vislumbrar algumas controvérsias da Historiografia contemporânea. Uma das controvérsias refere-se à fusão entre História e Historiografia – a Historiografia como história do discurso, testemunho, registro acerca do passado. Outra controvérsia concerne ao discurso escrito, em oposição à oralidade, que se desdobra na distinção entre “história escrita” e “história oral”. Uma outra controvérsia está implicada na ideia de Historiografia como testemunho, registro sobre as outras e a nossa própria cultura, razão da problemática dos limites entre objetividade e subjetividade do conhecimento histórico. Por fim, mais remete à questão da projeção, da perspectiva e do anacronismo que permeiam a atribuição de sentidos e significações ao passado tendo por referência o presente. Assim, como desdobramento da primeira controvérsia pode-se indagar se há somente história do passado, se a história do presente ou contemporânea seria possível nesses termos. Quanto à segunda polémica, cabe destacar uma avaliação crítica acerca da autonomização da escrita perante a oralidade.

A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. [...]. No Ocidente moderno, não há mais um discurso recebido que desempenhe esse papel, mas um movimento que é uma prática: escrever. *A origem não é mais aquilo que se narra, mas a atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produzir a sociedade como texto. O “progresso” é de tipo escriturístico. De modos os mais diversos, define-se portanto pela oralidade (ou como oralidade) aquilo de que uma prática “legítima” – científica, política, escolar etc. – deve distinguir-se. “Oral” é aquilo que não contribui para o progresso; e, reciprocamente, “escriturístico” aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição.* (CERTEAU, 2000, p. 224, grifos nossos)

Quanto à relação entre passado e presente, a clivagem entre eles e as implicações metodológicas que daí resulta chama a atenção para o modo de proceder da historiografia.

Inicialmente a historiografia separa seu presente de um passado. Porém repete sempre o gesto de dividir. Assim sendo, sua cronologia se compõe de “períodos” (por exemplo, Idade Média, História Moderna, História Contemporânea) entre os quais se indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então (o Renascimento, a Revolução). Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que

se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem interpretadas). (CERTEAU, 2007, p. 15, grifos nossos)

Dessa clivagem decorrem também as noções de resgate, reconstrução, reconstituição, do passado, e a busca e o esforço de interpretação das rupturas (“o corte”) e continuidades que constituem o processo histórico. Numa operação que pressupõe escapar às ideias de linearidade, causalidade e determinação. Mas também as noções de distância e de perspectiva histórica estão associadas àquela cisão entre passado e presente, como metáforas visuais e cognitivas, atitude e método de investigação histórica.

nem os gregos nem os judeus tiveram jamais a noção comparável à de perspectiva histórica, que nos é tão familiar. Somente um cristão como Agostinho [...] pode formular a ideia que, através do conceito hegeliano de *Aufhebung*, se tornou um elemento crucial da consciência histórica, a saber: *a ideia de que o passado deve ser compreendido seja em seus próprios termos, seja como anel de uma corrente que, em última análise, chega até nós.* (GINZBURG, 2001, p. 188, grifos nossos)

Segundo Ginzburg, aquelas metáforas expressam a tensão entre a dimensão subjetiva – os “pontos de vista”, a “distância intelectual” ou a proximidade emotiva, o vínculo entre memória e experiência vivida – e as “verdades objetivas e verificáveis”, que alimentam o debate na Historiografia contemporânea acerca do conhecimento histórico, da relação entre História e memória e esquecimento, e das tentativas de inserir a memória na abordagem historiográfica. Para Ginzburg, a memória coletiva é irredutível à História. Enquanto a memória mantém um vínculo vital com o passado, a História supõe uma reflexão explícita, tarefa da Historiografia, sobre a distância que dele nos separa. Distância e perspectiva estariam arraigadas em nossa tradição intelectual, tais como os modelos elaborados por Agostinho, no século V, por Maquiavel, no século XVI e por Leibniz, no século XVII, estariam na Historiografia contemporânea, se os compreendermos a partir das reelaborações neles promovidas, por Hegel, Marx e Nietzsche, e que chegaram até a época atual.

Como se mostrou, as perspectivas historiográficas não estão isentas de aporias e não há de se supor que será muito diferente com a história do pensamento geográfico. Se se consideram as formulações acerca da história do pensamento geográfico, sua legitimidade como campo de conhecimento, pode-se levantar a hipótese de que se está formulando uma espécie de historiografia: a geográfica. Se tal hipótese se confirmar, essa reflexão poderá contribuir para a epistemologia da história do pensamento geográfico que ponha em questão: o sentido das dimensões temporal e histórica na abordagem de fenômenos sociais e no pensamento geográfico, a natureza do fazer geográfico (o que os geógrafos faziam e como faziam), o modo pelo qual as teorias geográficas atingiram um alcance econômico, político e cultural no domínio social e histórico. Enfim, será necessário que nos interroguemos sobre a

existência de categorias próprias do pensamento geográfico, isto é, circunscritas a esse pensamento; sobre a natureza do objeto geográfico, o ofício do geógrafo e o próprio significado de geográfico como tal, isto é, como entendimento epistemológico e ontológico operante. É certo que não nos tornaremos historiadores pelo fato de nos ocuparmos com a história do pensamento geográfico, como é certo também que não poderemos ignorar as aporias do ofício do historiador, apenas por sermos geógrafos; como se para a Geografia houvesse uma forma específica e original de reconstruir sua história indiferente à discussão e as concepções de Historiografia, ou ainda, à história das ideias, do pensamento ou da história intelectual¹⁶.

Assim, o pesquisador interessado em história do pensamento geográfico se depara com a abrangência da temática e com a imensidão da tarefa a realizar. Não só em termos de periodização, de acesso a fontes e documentos, mas, sobretudo, pela série de problemas que ela envolve, quanto às distinções e correlações entre tempo, História e Historiografia; história do pensamento e história das ideias. As distinções, conexões e correlações desses elementos constituem uma parte da problemática desse campo de investigação.

Se as distinções e correlações entre tempo, História e Historiografia nos enredam em aporias, quando dizem respeito aos feitos humanos, o que se há de esperar quando se trata de sistemas de pensamento ou de ideias? É preciso considerar as dificuldades de definição, quanto ao conteúdo e à forma, quando se trata de história do pensamento ou de história das ideias, ou, ainda, dos sistemas de pensamento. Sobre essas abordagens e concepções, singular é a posição assumida por Todorov (1993, p. 15-16):

História do pensamento: para mim, este termo se distingue tanto da história das ideias como da história (ou estudo) das obras. O próprio do pensamento é proceder de um sujeito individual. A história das ideias [...] examina as ideias anônimas situando-as não no contexto sincrônico em que foram concebidas por alguém, mas na série diacrônica, composta de outras formulações da mesma ideia. A história das obras [...] liga-se à descrição e à interpretação de textos particulares, não do pensamento de conjunto de um autor. Essas distinções, no entanto, indicam mais uma tendência do que uma escolha exclusiva. Antes de poder analisar um autor, tive de evocar o seu contexto intelectual geral; [...] faço assim mais uma história das ideias do que uma história do pensamento. Da mesma forma, certas obras particularmente importantes

¹⁶ Denominação empregada por Dosse (2004). Segundo ele, devido ao grande sucesso da história das mentalidades, na década de 1970, a história das ideias ou história intelectual se desenvolveu de forma marginal na área de história literária, na França. Destaca ainda, as propostas e influências de Koyré e Guérout no modo de formular a história do pensamento. O primeiro, especialista em história do pensamento científico, se aproximou dos *Annales* priorizando o vínculo entre história das ciências e história das mentalidades. O segundo, pretendia evitar que a história da Filosofia fosse absorvida pela Psicologia, a Sociologia ou a Epistemologia. Dosse (2004, p. 287) considera Michel Foucault um herdeiro do programa de Guérout: “Foucault pretende portanto diferenciar-se radicalmente da história das ideias para fazer prevalecer um procedimento estrutural de arqueologia do saber”. Para as divergências entre história das ideias e a descrição arqueológica, ver Foucault (1986).

em minha perspectiva [...] obrigaram-me a me interrogar sobre sua própria estrutura. A história do pensamento é simplesmente a forma dominante tomada por minha análise.

Esse relato de Todorov mostra as distinções e os procedimentos analíticos de uma investigação que percorre um fio tênue quando se trata de história do pensamento ou história das ideias. Entendemos que entre a história da Geografia e a história do pensamento geográfico há uma relação de reciprocidade; o “historiador” do pensamento geográfico compreende a história da Geografia e o fazer geográfico, pensando como geógrafo, e, ao mesmo tempo, compreende-se a si mesmo por referência à história do pensamento geográfico. Nesse sentido, o diálogo com os geógrafos não é apenas uma exigência metodológica, mas uma necessidade. A partir dessas considerações se poderá compreender a opção teórica e metodológica pela história oral.

II.4.2. Convergências da história oral com a história do tempo presente

O entendimento de história oral como metodologia, aqui expresso, tem por referência as concepções de Amado e Ferreira (2006, p. VIII), para as quais: “a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo”. A impressão inicial que se tem de história oral é a de um estudo que privilegia a oralidade, isto é, a oralidade como fonte de pesquisa e remissão ao passado e à memória dos excluídos da história escrita. No entanto, os estudos de história oral têm avançado significativamente e, no Brasil, a criação da *Associação Brasileira de História Oral*, desde 1994, tem estimulado discussões, organizado eventos nessa área, divulgado estudos e pesquisas, programas e grupos de trabalho. As autoras (2006, p. X) destacam duas características da situação da história oral, no Brasil, na década de 1990, a presença da “comunidade acadêmica”, em sua maioria, e de historiadores; além de temas “ainda pouco explorados, como movimentos intelectuais, burocratas, militares e instituições”. Voldman (2006, p. 248) procura dar uma definição mais precisa à noção de história oral e de suas fontes: “[...] procuraremos reservar a expressão ‘história oral’ para o método que consiste em utilizar palavras gravadas. Quaisquer que sejam os modos de registro e as finalidades [...], a expressão ‘fonte oral’ designará esse material, que se distingue, por seu suporte, da fonte escrita”. Apesar de compartilhar o mesmo entendimento dessas autoras, há questões sobre tal denominação e sua metodologia.

Há coerências e convergências dessas definições de história oral e de fonte oral. No entanto, ao se considerar o relato de vida como testemunho de uma existência, de uma época

ou de um fato ou acontecimento, deve-se assumir também os sentidos que o vocábulo designa: o de prova, indício, vestígio; prova a favor ou contra alguém, podendo ser falso ou verdadeiro, ao que Ginzburg (2001) denominou de “paradigma indiciário”. O relato de vida como testemunho de uma existência, de uma trajetória de vida, no sentido restrito, nos remete também a desafios metodológicos que instigam a tomar decisões quanto aos desdobramentos da investigação e a considerar que¹⁷

A fonte oral, seja provocada por aquele que irá servir-se dela para sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem *a priori* um *status* de fonte. Essa diferença radical (em relação à fonte escrita) não dispensa, contudo, um tratamento crítico (contexto geral e particular, data, forma, natureza, etc.) do testemunho solicitado. (VOLDMAN, 2006, p. 249)

Paira sobre a história oral, sua metodologia e a invenção das fontes orais, variadas suspeitas quanto ao rigor de seus procedimentos: as armadilhas da palavra gravada e as atitudes persuasivas das testemunhas; o impacto ambíguo entre o fascínio e a negação que os arquivos orais exercem sobre o historiador; o *status* das testemunhas (a escolha e a credibilidade delas), a veracidade de seus testemunhos; o arquivamento e a conservação dos documentos – o que implica na decisão de transcrever os depoimentos ou mantê-los sob a forma oral. Diante de tais suspeitas, mas considerando-se os objetivos, decidi desenvolver a pesquisa tendo por referência alguns dos procedimentos da história oral e procurei fazer dessas suspeitas, balizas, advertências metodológicas para a investigação. Procurei conceber as entrevistas como momentos mais de diálogo e menos de inquérito. Há, no diálogo, a suposição da descoberta do ainda não sabido, da expressão e comparação de opiniões, interpretações, como também a busca de compreensão dos sentidos expressos na fala.

Ao optar pela história oral, assumi o desafio de trabalhar com as “fontes vivas” e, por conseguinte, com a história do tempo presente, entenda-se a história contemporânea do pensamento geográfico brasileiro¹⁸. Tal opção implicou no esforço de conjugar oralidade e escritura, em estabelecer diálogos, em tentar contornar a distinção clássica entre “sujeito e objeto” de pesquisa, como também adentrar em discussões que perpassam a Historiografia contemporânea.

Não obstante as suspeitas que pairam sobre a história oral, a história do tempo presente, como a denomina Chartier (2006, p. 215), tem sido objeto de inveja para o historiador modernista, pois, é a “inveja de uma pesquisa que não é uma busca desesperada de

¹⁷ Além das entrevistas realizadas, foram utilizadas várias entrevistas disponíveis como fonte, sempre que se relacionavam com o tema da investigação.

¹⁸ A expressão história do tempo presente começou a fazer parte do vocabulário dos historiadores na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, e sua re-valorização data do final desse mesmo século.

almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas. Inveja também de recursos documentais que parecem inesgotáveis”. Ao descrever o sentimento do historiador modernista, o autor apresenta as diferenças metodológicas entre História moderna e contemporânea quanto à relação sujeito-objeto.

[...] o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. [...] Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores histórico, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (CHARTIER, 2006, p. 216, grifos nossos)

Além dessa característica, a história do tempo presente inventou um grande tema e uma nova forma de relacionar passado e presente nos estudos históricos, “ [...] seja qual for o período de sua predileção: o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades e, logo, na configuração social das classes, dos grupos e das comunidades que as constituem” segundo Chartier (2006, p. 216). Ainda mais, a história do tempo presente retomou, de modo peculiar, questões que envolvem o ofício dos historiadores, a saber, as relações entre contingência e necessidade, determinação e liberdade, isto é, “a articulação entre a parte voluntária e consciente da ação dos homens e os fatores ignorados que a circunscrevem e a limitam”. E, além disso, como a concebe Chartier (2006, p. 216-217): “propicia uma reflexão essencial sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que têm uma mesma formação ou configuração social”.

Outra característica metodológica da história do tempo presente diz respeito aos fundamentos do saber histórico e de sua identidade: a questão da verdade e da relação entre História e ficção.

[...] a história do tempo presente manifesta com peculiar pertinência a aspiração à verdade que é inerente a todo trabalho histórico. [...] mais do que todas as outras, mostra que há entre ficção e história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. (CHARTIER, 2006, p. 217, grifos nossos)

Próxima a essa linha de argumentação, encontra-se a reflexão do filósofo do sentido.

A história do contemporâneo, chamada também de história do tempo presente, constitui um observatório notável para medir as dificuldades que surgem entre a interpretação e a busca da verdade na história. Essas dificuldades não se devem principalmente à inevitável intervenção da subjetividade da história, mas à posição temporal entre o momento do acontecimento e do da narrativa que o relata. *Com essa espécie de história contemporânea, o trabalho nos arquivos continua sendo ainda confrontado com o testemunho dos vivos, que são muitas vezes, sobreviventes do acontecimento considerado. (RICOEUR, 2007, p. 350, grifos nossos)*

Ao optar pela história do tempo presente, altera-se, por conseguinte, o modo de visar o conhecimento histórico, no sentido de que ela não se confunde com a narrativa da ficção, como também não é constituída de crônicas. E, no entanto, dessa apreciação de Chartier nada faz supor substanciais objeções à história do tempo presente. Porém, conforme descreve Ferreira (2000), da posição central que a “história recente” ocupava na Antiguidade Clássica muito se perdeu no século XIX, no momento de sua institucionalização como atividade científica e de especialistas. As dificuldades de sua legitimação não são tão distintas de outras disciplinas humanas: a definição de seu objeto e de suas metodologias, as limitações de sua investigação: a acusação de incorrer no subjetivismo e as dificuldades de estabelecer recortes cronológicos.

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriu novos caminhos para o estudo da história do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história pode oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado. (FERREIRA, 2000, p. 118, grifos nossos)

Os problemas e desafios postos à história oral e à história do tempo presente podem ser mais bem compreendidos se considerarmos o ideal de objetividade e de cientificidade, os critérios de legitimidade e validade aos quais as Ciências Humanas deveriam se conformar. O que presenciamos, no século XX, são questionamentos e posicionamentos contrários àqueles do século XIX, a busca de outras concepções e de outros modos de atividade científica no âmbito das Ciências Humanas, mais atinentes às suas especificidades.

Outra vertente historiográfica que despontou no século XX, foi a “história imediata” como a denominou Lacouture (1990). As características dessa história, afeita a enquadramentos e classificações, podem ser mais bem compreendidas quando se considera que seu objeto se manifesta como um período recente, isto é, há uma proximidade temporal entre a interpretação, a obra e o fenômeno social ou político a ser interpretado pelo autor. Lacouture (1990, p. 216) assim apresenta a noção de proximidade como característica metodológica dessa abordagem histórica: “Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada – tal seria a operação histórica que queremos considerar aqui”. Tal proximidade manifesta-se sob a forma de “imedição temporal”. O foco da história imediata detém-se no instantâneo, no acontecimento em seu curso, no tempo presente. Daí sua semelhança com os procedimentos jornalísticos, isto é, a proximidade entre acontecimento e interpretação, mas dessa semelhança não se poderá concluir que sejam idênticos os procedimentos da pesquisa

histórica e os do jornalismo. Ainda que ambos compartilhem dos meios de comunicação de massa.

Tal como a história contemporânea, a história imediata comporta “fraquezas” e “forças”. Uma de suas fraquezas consiste na impossibilidade, por vezes, esperada do historiador, de fazer previsões, isto é, predizer os desdobramentos de um acontecimento. Mas essa suposta fraqueza de outro modo constitui sua força, pois ao fazer de seu relato uma interpretação do instantâneo, do acontecimento em sua imediação, pode-se fazer com que outras possibilidades de intervenção despontem onde não eram percebidas. Para efeito dessa investigação, sirvo-me também da concepção de Dosse e da terminologia quanto à definição de história do presente, no sentido de precisar a perspectiva adotada.

[...] a história do presente é animada por motivações mais profundas que aquelas de um simples acesso ao mais contemporâneo. *É a busca de sentido que guia suas pesquisas tanto quanto a recusa do efêmero.* Um sentido que não é mais um telos, uma continuidade pré-construída, mas uma reação à “acronia contemporânea”. (DOSSE, 2003, p. 394, grifos nossos)

II.5. A “fala de si” nas encruzilhadas do discurso

Diante das “vantagens” das perspectivas historiográficas apresentadas e diante das “suspeitas” que pairam sobre elas, optei pelas fontes vivas, isto é, contemporâneas e pela entrevista como meio de “colher” depoimentos dos geógrafos brasileiros contemporâneos, acerca do território¹⁹. Esse percurso investigativo tem como corolário o desvelamento do depoimento do entrevistado, sua presentificação no diálogo como aquele que “fala de si”, expressão que formulei para sublinhar a semelhança com a “escrita de si”. Essas expressões não são metáforas ou elementos retóricos, antes, a “escrita de si” é definida como:

A escrita autorreferencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. (GOMES, 2004, p.10)

¹⁹ Um de meus procedimentos destinou-se à formulação dos critérios de seleção dos entrevistados. Para a definição da lista de entrevistados, foram estabelecidos os seguintes critérios: geógrafos que têm o território como objeto de pesquisa e de produção científica ou intelectual (dissertação, tese, artigos, ensaios, livros, orientações); além de sua relevância intelectual, o papel desempenhado nos diversos processos de institucionalização da Geografia, no Brasil, ou na região de sua origem e de atuação; presença no debate público ou político nacional que envolva questões relacionadas com território, cultura, sociedade e estado, ou seja, a expressividade do geógrafo no período estudado e o reconhecimento pelos seus pares. Pressupondo-se que o indivíduo “fala” a partir dele mesmo, mas também das instituições às quais está vinculado: a Ciência, a Universidade, a categoria dos profissionais de Geografia. Esse critério teve em conta os geógrafos que participaram do Movimento de Renovação da Geografia no Brasil, ou que fazem parte da primeira geração que absorveu os desdobramentos desse movimento. De certo modo, se pode dizer que houve um critério geracional. Mas era fundamental proceder a uma “escolha estratégica” dos entrevistados sem que o critério geracional ou o levantamento estatístico da produção intelectual, ainda que importantes, se tornassem os critérios determinantes da escolha.

A “escrita de si” (cartas, diários, autobiografias, memórias) é parte de um conjunto mais amplo de “práticas de produção de si” que visam colocar em evidência a forma como o indivíduo e grupos atribuem sentido ao mundo por meio de suas próprias vivências, destacando-as e atribuindo-lhes um valor histórico. A divulgação dessas práticas, a escrita de biografias e autobiografias, data do século XVIII e atingem seu apogeu no século XIX, perdurando durante todo o século XX. Há pelo menos dois aspectos centrais dessas práticas que se pode identificar: a busca do indivíduo moderno em constituir uma identidade para si e a “ideia de que a vida é uma história”, a história de vida, que merece ser contada e por isso permanecer na memória de si e dos outros.

Pretende-se destacar que a “escrita de si” tem sido considerada uma nova modalidade de fonte de pesquisas, o que tem exigido a elaboração de novas metodologias e categorias de análise que possibilitem o tratamento da dimensão subjetiva característica dessa documentação. Um dos traços da dimensão subjetiva dessa documentação encontra-se na concepção de “verdade como sinceridade”, isto é, o documento e/ou depoimento atestam sua veracidade quanto “mais sincero” for o indivíduo, na autobiografia, ou o entrevistado, no depoimento. O que implica em reconsiderar, mais uma vez, a noção de verdade do conhecimento histórico.

uma documentação construída nessas bases exige deslocamentos nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira”, [...], do texto sob exame. Nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de saber “o que realmente aconteceu”(a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. *O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.* Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. (GOMES, 2004, p.15, grifos nossos)

As implicações metodológicas dessa documentação proveniente da “escrita de si” não são muito distintas das implicações provenientes do que denominei a “fala de si”, que se manifesta por meio do depoimento oral na entrevista, de forma explícita, e, de modo sutil, nos textos acadêmicos, pelo emprego oscilante entre a primeira pessoa do plural e a primeira pessoa do singular. Considerando o perfil dos entrevistados, os geógrafos brasileiros contemporâneos – as fontes orais – me deparei com as dificuldades de tratamento da fala de si nas entrevistas, tanto quanto com a “escrita de si”. Minha opção foi tomar o *Currículo Lattes* do entrevistado como critério de seleção e de veracidade de sua trajetória profissional e

intelectual²⁰. Além dessas fontes, foram utilizadas, abundantemente, entrevistas publicadas em periódicos e jornais de circulação nacional, livros de entrevistas com geógrafos e profissionais de outros campos do conhecimento, sempre que se apresentassem como uma referência e modalidade de diálogo. Concebi a entrevista como um momento de diálogo no qual o “falar de si” é parte da relação de intersubjetividade entre entrevistado e entrevistadora, e não uma modalidade de “inquirição”, na acepção jurídica do termo.

Nesse sentido, julguei oportuno partilhar das preocupações de historiadores e sociólogos, entendendo-as também como advertências metodológicas no tratamento das fontes: a “ilusão biográfica”, o “efeito de verdade” que a escrita de si (e a “fala de si”) produzem no pesquisador. O indivíduo que narra sua história tende a lhe atribuir coerência, ordem, continuidade e um sentido preexistente para suas ações, a sinceridade com que se expressa visa atestar a veracidade dos acontecimentos. Essa advertência não exime nenhum tipo de documento, escrito ou oral, mas aparece de modo contundente nesta modalidade de pesquisa.

Outra advertência, relativa ao estatuto da “escrita de si”, dirige-se às relações entre o texto e seu autor. Considero-a válida também para a fala de si, no que diz respeito ao discurso e seu autor, isto é, sobre as formas que essa relação assume nesse tipo de fonte.

De um lado, haveria a postulação de que o texto é uma “representação” de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma “invenção” do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora. Uma dicotomia que tem sido apontada como um falso paradoxo, mas que pode ser útil para se entender a dinâmica própria da escrita de si [e da fala de si]. Nessa questão, começa a ganhar terreno a posição que considera que o indivíduo/autor não é nem “anterior” ao texto, uma “essência” refletida por um “objeto” de sua vontade, nem “posterior” ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. *Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constituída da identidade de seu autor e do texto, que criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu”.* (GOMES, 2004, p. 15, grifos nossos)

²⁰ Tendo em vista os critérios estabelecidos, a principal fonte utilizada para selecionar os entrevistados foi a Plataforma Lattes, pois, o *Currículo Lattes* é certificado por seu autor e inviolável, de modo a garantir a veracidade das informações registradas. A Plataforma Lattes do CNPq visa à integração de bases de dados de currículos e de instituições da área de ciência e tecnologia em um único sistema de informações. O *Currículo Lattes* registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores. Desde meados da década de 1980 que há a preocupação em utilizar um formulário padrão para registrar os currículos dos pesquisadores brasileiros. Na década de 1990, o CNPq desenvolveu um formulário no meio acadêmico e mais formulários para automatização eletrônica dos programas de bolsas à pós-graduação e habilitação de orientadores. No final dos anos 1990, houve a necessidade de se desenvolver uma única versão de currículo capaz de integrar as já existentes. Em agosto de 1999, foi padronizado o *Currículo Lattes* como sendo o formulário de currículo a ser utilizado no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia e CNPq. No final de 2002, após o desenvolvimento de uma versão em língua espanhola do *Currículo Lattes*, o CNPq juntamente com a Bireme/OPAS criou a rede SCIENTI, formada por Organizações Nacionais de Ciência e Tecnologia e outros organismos internacionais. O CNPq licenciou o *software* para países da América Latina, Colômbia, Equador, Chile, Peru, Argentina, além de Portugal, Moçambique. Em julho de 2005, a presidência do CNPq criou a Comissão para Avaliação do Lattes pela Portaria n. 117 de 27 de julho de 2005.

Considerando pertinentes essas advertências metodológicas quanto às fontes escritas e orais, desenvolvemos o percurso dessa investigação. Acrescento, apenas, que nenhum indivíduo detém o controle absoluto sobre o que escreve ou fala de si mesmo, menos ainda sobre as representações que dele outros possam ter. Esse procedimento de investigação, que ora se apresenta, buscou contornar as abordagens que visam “desvendar” ou “revelar” apenas a dimensão ideológica presente no discurso de um ou outro autor no âmbito do pensamento geográfico²¹.

No entanto, quando se opta pela realização de entrevistas como um meio de obter depoimentos, há de se compreender que o depoimento é uma forma de discurso, uma forma de “falar de si”, e, como tal, demanda o labor de sua interpretação. Existem algumas referências metodológicas e procedimentos para interpretar os depoimentos, por meio da *teoria da análise do discurso*. Uma primeira exigência de definição conceitual faz-se necessária ao trabalho de interpretação ou de análise, trata-se do significado de discurso e sua presença marcante nas Ciências Sociais e na teoria literária. Tendo em vista que esse conceito se disseminou por vários campos de conhecimento, um pouco de sua história é necessária para que se possa compreender a pertinência de seu emprego nessa investigação.

Da mesma forma que a ideologia e a conceituação não-referencial da significação, o conceito de discurso foi transposto para os estudos literários a partir de disciplinas que costumavam ser consideradas não-literárias. Enquanto a ideologia deriva do marxismo e as especulações sobre o signo provêm das teorias estrutural e pós-estrutural da linguagem, *a noção de discurso surgiu em grande parte de um amálgama de história, historiografia e estudos culturais associado à obra de Michel Foucault*. (FREADMAN; MILLER, 1994, p. 213-214, grifos nossos).

Em Foucault pode-se encontrar um método e uma teoria do discurso. Em sua aula inaugural no *Collège de France*, que deu origem a: *A ordem do discurso*, Foucault (2006, p. 36) indica o modo de se fazer a análise dos procedimentos de limitação dos discursos: o princípio do autor, do comentário, da disciplina.

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras. Tem-se o hábito de ver a fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva.

Nessa perspectiva, não há análise de discurso que não passe pela concepção de disciplina, como é delineada pelo filósofo do poder, como também por sua arqueologia.

²¹ Não se trata de negar a dimensão ideológica presente em qualquer forma de discurso, mas de considerar outras concepções e formas de abordagem acerca da ideologia, como apresentada no capítulo I e como se verá quanto à teoria do discurso.

Assim, o diálogo com Foucault, com sua “epistemologia genealógica”, não está isento dos obstáculos e das contradições de uma erudição singular e de uma filosofia ímpar, que exige uma leitura atenta, ainda que breve, do percurso desse filósofo. No que se refere à questão do discurso em relação com a historicidade, Foucault oscila ou dá pouco ênfase à teoria do discurso em obras que são consideradas mais históricas como *Vigiar e punir* e *História da sexualidade*.

Nessas obras, Foucault está claramente tentando escrever histórias reais. No entanto, a noção de historicidade implicada distingue a teoria do discurso, por um lado, das obras convencionais no campo da História das Ideias e, por outro, de determinados tipos de abordagens estruturalistas e marxistas. [...] *sua distinção da História das Ideias reside em sua ênfase nas condições de possibilidade para o pensamento em uma determinada época*. Por outro lado, sua distinção em relação ao estruturalismo é evidente em sua concepção mais dinâmica de formas expressivas e culturais: diferente do tipo estruturalista que vê a cultura como um conjunto estático e atemporal de estruturas, *o teórico do discurso foucaultiano vê qualquer época como contendo uma miscelânea dinâmica e conflitante de discursos*. A diferença em relação ao marxismo é clara: os teóricos do discurso não estão enredados na trama central histórica de opressão e emancipação de classes proposta por Marx. (FREADMAN; MILLER, 1994, p. 216-217, grifos nossos)

Além da questão da relação entre discurso e historicidade, outra questão que se põe é a da relação entre discurso e conhecimento, ou seja, qual o lugar do sujeito em relação ao conhecimento e destes em relação ao poder? Os termos dessa relação são assim concebidos por Foucault: “Cada ponto no exercício do poder é um local onde o conhecimento é formado. Inversamente, cada parcela estabelecida de conhecimento permite e assegura o exercício do poder” (FOUCAULT, apud FREADMAN; MILLER, 1994, p. 218). Essas formulações evidenciam que o conhecimento não reside, não se localiza no sujeito, tal como o poder, que também dispõe de autonomia em relação ao sujeito. Essas formulações são expressas nas passagens nas quais Foucault salienta a “rarefação dos sujeitos que falam”, a rarefação como um procedimento que permite o controle dos discursos, pois,

ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 2006, p. 36-37).

Essa aparente clareza da concepção de Foucault quanto à relação entre poder e conhecimento indica um problema fundamental quando se pretende dialogar com a teoria do discurso na elucidação de fenômenos sociais. Tal como o poder, que provém de toda parte, o conhecimento também mantém uma posição externa ao sujeito e torna difícil estabelecer parâmetros de sua objetividade, pois, se ele não está no sujeito, está em toda e qualquer parte.

As inferências a partir dessa problemática conduzem às questões sobre a relação entre realidade e discurso, discurso-poder-conhecimento e realidade. A ausência de especificidade quanto à proveniência ou a localização do poder e do conhecimento não só desautorizam o sujeito como suscitam questões lógicas e ontológicas sobre a relação entre realidade-conhecimento e verdade, sobre a relação entre significado e verdade.

A questão mais geral a esse respeito é que logo que o teórico do poder do discurso introduz a noção de realidade em algum nível, e logo que distingue entre realidade e discurso sobre o conhecimento dessa realidade, então a verdade objetiva e a falsidade entram necessariamente no quadro teórico. Isto é, *o discurso será objetivamente verdadeiro se o mundo for da maneira que o discurso diz que ele é; de maneira oposta, ele será objetivamente falso se o mundo não for da maneira que ele diz ser.* (FREADMAN; MILLER, 1994, p. 220, grifos nossos).

Ainda que Foucault procure superar a relação causal entre conhecimento e sujeito, desautorizando o primado do sujeito do conhecimento e mude o foco de nossas concepções de verdade – como adequação, em relação ao conhecimento e à realidade – o que resta são antinomias, sobretudo, se intencionamos compreender as “práticas comunicativas” por meio de sua filosofia e de seus conceitos.

[...] no que diz respeito às práticas comunicativas, precisamos distinguir entre significado e verdade. *É uma condição definidora do discurso que possua significado. Entretanto, não é uma condição definidora do discurso que ele seja verdadeiro. [...] A importância dessa distinção é que da mesma forma que a noção de verdade traz consigo a noção de um mundo objetivamente existente, a noção de significado traz consigo a noção de sujeito.* (FREADMAN; MILLER, 1994, p. 221, grifos nossos).

O fato de o poder ser difuso, de estar em toda parte, de ser indefinido, não invalida sua importância como dimensão das relações sociais e componente das práticas comunicativas, apenas não pode ser absolutizado. Neste sentido, pode-se entender os motivos dessa incursão na abordagem foucaultiana do discurso e breve interlocução, apesar dessa teoria do discurso não constituir, nessa investigação, a referência teórica e metodológica quanto ao trabalho com os depoimentos. Se de fato tais antinomias existem, nessa teoria da análise do discurso, como proceder à análise do discurso sem anular o “sujeito”? É nesse limite que se estabelece a ruptura com essa concepção de discurso²². Tendo em vista a intenção de compreender como os sujeitos que produzem o conhecimento científico, os indivíduos, encarnam e veiculam o

²² De início, pensei que havia a necessidade de fazer uma *genealogia* ou *arqueologia* da Geografia, no Brasil, era o momento e a ocasião de desenvolvê-la em relação à história do pensamento geográfico, e, desse modo, tomar como referência para a análise dos depoimentos uma teoria do discurso de inspiração foucaultiana. Do contato com os textos de Foucault (1986, 2006): *Arqueologia do saber* até *A ordem do discurso* as expectativas só se confirmavam, mas logo foram frustradas por dois problemas metodológicos insuperáveis. O primeiro deles diz respeito à posição que o discurso ocupa na filosofia foucaultiana, e, o segundo, ao fato de não haver pontos de contato entre as concepções desse filósofo e as de Castoriadis: a filosofia, a teoria social, a teoria da História, a concepção de história da ciência, as dimensões ontológicas e epistemológicas que não são convergentes.

imaginário científico, e, portanto, também o imaginário social, a concepção foucaultiana de discurso não se coaduna com os objetivos dessa pesquisa. Daí a opção pela concepção de Ricoeur (1983).

Diante dos objetivos dessa investigação, a teoria do discurso adotada tem por referência a abordagem hermenêutico-fenomenológica. Faz-se necessário, portanto, aprofundar o que se entende por escrita, discurso, oralidade, autor e obra, na perspectiva de uma “hermenêutica do sentido” conforme propõe Ricoeur (1983).

II.5.1. Oralidade e escritura na convergência da hermenêutica com a dialética

Retomo dois pontos de discussão que, apesar das opções pela história oral e pela história do tempo presente, se apresentam como questões epistemológicas na historiografia contemporânea e constituem reflexões a balizar os procedimentos dessa pesquisa, são eles: o tema do distanciamento e da relação entre oralidade e escritura. Para efeito dessa discussão, refiro-me a contraposição de Ricoeur (1983) à proposição de Gadamer (1997).

Ricoeur (1983, p. 43) vê na obra de Gadamer uma antinomia que constitui um ponto de referência para sua elaboração própria do problema hermenêutico, a saber: “a oposição entre distanciamento alienante e de pertença”. O distanciamento alienante a que se refere Gadamer é aquele que se expressa na atitude das Ciências Humanas ao postularem um nível de objetivação que condiciona o estatuto científico dessas ciências. Esse distanciamento provoca a “degradação que arruína a relação fundamental e primordial que nos faz pertencer e participar da realidade histórica que pretendemos erigir em objeto”.

O que Ricoeur recusa é assumir uma posição entre “distanciamento alienante ou participação por pertença” porque considera que tal posição “suscita uma alternativa insustentável”. E coloca outra problemática: “a do texto, pelo qual, com efeito, reintroduz-se uma noção positiva e [...] produtora do distanciamento”. O texto é “muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana: é o paradigma do distanciamento na comunicação. Por esta razão, revela um caráter fundamental da própria historicidade da experiência humana, a saber, que ela é uma comunicação na e pela distância” afirma Ricoeur (1983, p. 44). É a partir dessa concepção que organiza sua problemática em torno dos seguintes temas: a efetuação da linguagem como discurso; a efetuação do discurso como obra estruturada; a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso (tema que interessa direta e particularmente a essa pesquisa); a obra de discurso como projeção de um mundo; o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si. Esses traços, considerados em

conjunto, constituem o que Ricoeur denomina de “critérios da textualidade”. Será a partir da situação da escrita que se poderá distingui-la do texto e perceber que não constitui a única problemática do texto. Nesse sentido, se põe em outros termos a relação entre texto e escrita, como também entre escrita e fala. A questão posta é, pois, a de saber por que não podemos identificar texto e escrita? Por várias razões:

a) em primeiro lugar, *não é a escrita enquanto tal que suscita um problema hermenêutico, mas a dialética da fala e da escrita*; b) em seguida, *essa dialética se constrói sobre uma dialética de distanciamento mais primitiva que a oposição da escrita à fala, e que já pertence ao discurso oral enquanto ele é discurso; portanto, é no próprio discurso que se deve procurar a raiz de todas as dialéticas ulteriores*; c) enfim, entre a efetuação da linguagem como discurso e a dialética da fala e da escrita, pareceu-me necessário intercalar uma noção fundamental: a da efetuação do discurso como obra estruturada. *Pareceu-me que a objetivação da linguagem, nas obras de discurso, constitui a condição mais próxima da inscrição do discurso na escrita.* (RICOEUR, 1983, p. 44, grifos nossos)

Mesmo o discurso oral apresenta um traço primitivo de distanciamento e pode ser caracterizado pela “dialética do evento e da significação”, ou seja, “o discurso se dá como evento: algo acontece quando alguém fala”. A noção de discurso como evento considera “a passagem de uma linguística da língua ou do código a uma linguística do discurso ou da mensagem” que repousam sobre as distinções entre língua e fala; esquema e uso. Sua teoria do texto parte da “linguística da frase que suporta a dialética do evento e do sentido” afirma Ricoeur (1983, p. 45).

O que significa conceber o discurso como evento e o que se entende por evento? Entender o discurso como evento é entender que “o discurso é realizado temporalmente e no presente, enquanto que o sistema da língua é virtual e fora do tempo”, ou seja, “o discurso remete a seu locutor, mediante um conjunto complexo de indicadores, tais como os pronomes pessoais”; quer dizer que “a instância do discurso é auto-referencial” (RICOEUR, 1983, p. 46). Mas resta saber como o discurso se manifesta enquanto evento.

O caráter de evento vincula-se, agora, à pessoa daquele que fala. O evento consiste no fato de alguém falar, de alguém se exprimir tomando a palavra. [...] o discurso é sempre discurso de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar. O evento, [...], é a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso. [...] a língua não é senão a condição prévia da comunicação, à qual ela fornece seus códigos, é no discurso que todas as mensagens são trocadas. [...] só o discurso possui, não somente um mundo, mas o outro, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige. Neste último sentido, o evento é o fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo, que pode travar-se, prolongar-se ou interromper-se. (RICOEUR, 1983, p. 46, grifos nossos)

Em seu conjunto, esses traços constituem o discurso como evento e “aparecem no movimento de efetuação da língua em discurso, na atualização de nossa competência

linguística em *performance*” afirma Ricoeur (1983, p. 47). Uma vez compreendida a relação entre linguagem, língua e discurso como evento, resta ainda um outro atributo do discurso, a saber, a significação. É a dialética do evento e do sentido que possibilita a teoria do texto: “Porque é da tensão entre esses dois pólos [evento e sentido] que surgem a produção do discurso como obra, a dialética da fala e da escrita, e todos os outros traços do texto que enriquecerão a noção de distanciamento” conforme pretende Ricoeur (1983, p. 46-47). Ao introduzir essa dialética, ele pretende compreender a significação que permanece do evento, posto que é fugidio, mas a significação, não. Assim, será preciso compreender o discurso como evento e como significação.

Assim como a língua, ao articular-se sobre o discurso, ultrapassa-se como sistema e realiza-se como evento, da mesma forma, ao ingressar no processo da compreensão, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação. Essa ultrapassagem do evento na significação é típica do discurso enquanto tal. [...]. Se a linguagem é um *meinen*, uma visada significante, é precisamente em virtude dessa ultrapassagem do evento em significação. [...] o primeiro distanciamento é o distanciamento do dizer no dito. (RICOEUR, 1983, p. 48, grifos nossos)

Assim, “é na lingüística do discurso que o evento e o sentido se articulam um sobre o outro. Esta articulação é o núcleo de todo o problema hermenêutico” (Ibid, p. 48. A elucidação do problema hermenêutico deve recorrer à linguística do discurso e à teoria do *Speech-Act*, cujas referências são Austin e Searle. O que retém a atenção de Ricoeur nesses autores é o modo como eles “identificam níveis no ato do discurso”, a saber: o ato *de* dizer (nível do ato locucionário ou proposicional); aquilo que fazemos *ao* dizer (nível do ato ou da força ilocucionário); aquilo que fazemos *pelo* fato de falar (nível do ato perlocucionário). Esses atos e a descrição do discurso permitem desenvolver procedimentos de articulação entre o depoimento oral – as entrevistas –, a transcrição e sua articulação com os textos dos entrevistados que constituem o complemento necessário à elucidação dos sentidos atribuídos à significação território. Por ora, esses atos remetem ao discurso oral, mas veremos também o “discurso como obra”. Como aqueles atos vinculam-se ao discurso, precisamos atentar para o fato de que “o ato perlocucionário constitui o aspecto menos inscritível do discurso, e caracteriza, preferencialmente, o discurso oral. Mas a ação perlocucionária é justamente aquilo que, no discurso, é o menos discurso. *É o discurso enquanto estímulo*” (Ibid, p. 47). Vejamos em que consiste essa ação.

Neste caso, o discurso age, não pela truçagem do reconhecimento, por meu interlocutor, de minha intenção, mas, de certa forma, de um modo energético, por influência direta sobre as emoções e as disposições afetivas do interlocutor. Assim, o ato proposicional, a força ilocucionária e a ação perlocucionária tornam-se aptos, numa ordem decrescente, à exteriorização intencional que torna possível a inscrição pela escrita. Por isso torna-se necessário entender por significação do ato de discurso,

ou por *noema* de *dizer*, não somente o correlato da frase, no sentido estrito do ato proposicional, mas também o da força ilocucionária e, mesmo, o da ação perlocucionária [...]. (RICOEUR, 1983, p. 49, grifos nossos)

Ao descrever o discurso oral como o distanciamento mais primitivo, Ricoeur (1983, p. 49) apresenta também a compreensão do discurso como obra. A noção de obra comporta três traços distintos, isto é, a obra “é uma sequência mais longa que a frase, e que suscita um problema novo de compreensão, relativo à totalidade finita e fechada constituída pela obra enquanto tal”. Além disso, ela “é submetida a uma forma de codificação que se aplica à própria composição e faz com que o discurso seja um relato, um poema, um ensaio, etc. É essa codificação que é conhecida pelo nome de gênero literário” (Ibid, p. 49). Por fim, “uma obra recebe uma configuração única, que a assimila a um indivíduo e que se chama de estilo”. Esses traços são o que comumente conhecemos como sendo as características do discurso como obra, são eles: a composição, a pertença a um gênero literário, o estilo individual. Essa concepção do discurso como obra traz consigo, na noção de obra, particularmente, as categoria da produção e do trabalho, em sentido amplo.

Impor uma forma à matéria, submeter a produção a gêneros, enfim, produzir um indivíduo, eis outras tantas maneiras de considerar a linguagem como um material a ser trabalhado e a ser formado. Dessa forma, *o discurso se torna o objeto de uma práxis e de uma techné. A este respeito, não há oposição radical entre trabalho do espírito e o trabalho manual.* (RICOEUR, 1983, p. 49-50, grifos nossos)

É desse modo que identificamos a obra como o resultado de um trabalho que organiza a linguagem. Vejamos como isto se revela na relação entre o discurso como obra, a significação e a obra individual.

Ao trabalhar o discurso, o homem opera a determinação prática de uma categoria de indivíduos: as obras de discurso. É aqui que a noção de significação recebe uma especificação nova de ser transferida para a escala da obra individual. *Por isso há um problema de interpretação das obras, irreduzível à simples inteligência das frases isoladamente. O fato de estilo ressalta a escala do fenômeno da obra como significante, globalmente enquanto obra.* (RICOEUR, 1983, p. 50, grifos nossos)

Resta saber como se articulam o discurso como evento e o discurso como obra, ou seja, como a dialética do evento e do sentido permite a inserção da noção de obra, posto que o discurso é efetuado como evento, mas compreendido como sentido, o que Ricoeur havia denominado de “paradoxo do discurso”. Será necessário, portanto, introduzir na dimensão do discurso as categorias próprias à ordem da produção e do trabalho considerando-as na descrição do discurso como obra.

a noção de obra aparece como uma mediação prática entre a irracionalidade do evento e a racionalidade do sentido. O evento é a própria estilização, mas essa estilização está em relação dialética com uma situação concreta complexa apresentando tendências,

conflitos. A estilização surge no seio de uma experiência já estruturada, mas comportando abertura, possibilidades de jogo, indeterminações. Aprender uma obra como evento é captar a relação entre a situação e o projeto no processo de estruturação. (RICOEUR, 1983, p. 50-51)

Esta descrição da obra, como mediação entre o discurso como evento e como sentido, se completa com a noção de estilo, a relação entre indivíduo, obra e estilo, e, a noção de sujeito de discurso. Com efeito, essa teoria abre possibilidades previsíveis e imprevisíveis à metodologia da história oral, da “pesquisa sobre a “escrita de si” à “fala de si”, como tenho aventado.

O estilo é a promoção de um *part pris* legível numa obra que, por sua singularidade, ilustra e enaltece o caráter acontecimental do discurso. Mas este acontecimento não deve ser procurado alhures, mas na forma mesma da obra. Se o indivíduo é inapreensível teoricamente, pode ser reconhecido como a singularidade de um processo, de uma construção, em resposta a uma situação determinada. (RICOEUR, 1983, p. 51)

Ao se considerar, nestes termos, o estilo, a obra e o indivíduo, pode-se estender essa abordagem de Ricoeur à questão levantada por Gomes (2004), também em relação à questão do sujeito de discurso e à noção de autor. Para Ricoeur (1983, p. 51, grifos nossos): “Quanto à noção de sujeito de discurso, recebe um estatuto novo quando o discurso se torna obra. *A noção de estilo permite um novo enfoque da questão do sujeito da obra [...] a noção de autor, que aqui vem qualificar a de sujeito falante, aparece como o correlato da individualidade da obra*”. Essa descrição oferece uma via de interpretação que possibilita a convergência da hermenêutica fenomenológica com a dialética, mas esta última não no sentido desenvolvido por Marx. Nessa relação autor, obra e estilo aparecem indissociáveis, mas o estilo marca a obra e é a marca do autor, conforme destaca Ricoeur (1983, p. 52): “Porque o estilo é um trabalho que individualiza, vale dizer, que produz o individual, também designa, retroativamente, seu autor”. Ora, “a categoria do autor é uma categoria da interpretação, no sentido em que é contemporânea da significação da obra como um todo” (Ibid, p. 52). A noção de composição é uma consequência da introdução da categoria obra, isto é, do discurso como obra. A efetuação do discurso na obra, o caráter estrutural da composição, e o distanciamento pela escrita, não permitem mais que se aceite, sem questionar, a oposição entre compreender e explicar, como categorias do método hermenêutico. Essas categorias também não podem ser desvinculadas da descrição e da interpretação.

A objetivação do discurso, numa obra estruturada, não suprime o traço fundamental e primeiro do discurso, a saber, que é constituído por um conjunto de frases onde alguém diz algo a alguém a propósito de alguma coisa. [...] Mas este discurso não se dá alhures: ele se verifica nas estruturas da obra e por elas. Consequentemente, a interpretação é a réplica desse distanciamento fundamental constituído pela

objetivação do homem em suas obras de discurso, comparáveis à sua objetivação nos produtos de seu trabalho e de sua arte. (RICOEUR, 1983, p. 52, grifos nossos)

Com efeito, uma das contribuições que se encontra na abordagem hermenêutico-dialética é a da relação entre fala e escrita. Tendo optado pelo depoimento, sob a forma de entrevistas, como modalidade de fonte oral, mas não pretendendo dissociar oralidade e escritura, encontrei em Ricoeur indicações que servem como orientações para procedimentos de trabalho com os depoimentos e deles em relação com as obras dos entrevistados. Uma das questões formuladas acerca do trabalho com as fontes orais, no que se refere à passagem da oralidade para escrita, também pôde ser encontrada em Ricoeur (1983, p. 53): “O que ocorre com o discurso quando ele passa da fala à escrita?”. Tal questão nos remete ao que comumente percebemos e que parece ser o problema que aflige historiadores e arquivistas. Segundo Ricoeur (1983, p. 53): “À primeira vista, a escrita parece introduzir apenas um fator puramente exterior e material: a fixação, que coloca o evento do discurso ao abrigo da destruição”. Mas a fixação é apenas sua aparência externa. Isto ocorre porque “a escrita torna o texto autônomo relativamente à intenção do autor. O que o texto significa, não coincide mais com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal, vale dizer, textual, e significação mental, ou seja, psicológica, são doravante destinos diferentes” (RICOEUR, 1983, p. 53).

Essa autonomia do texto é reconhecida, por Ricoeur, como uma significação positiva acerca da distância, ao contrário de Gadamer que a considera uma significação negativa, como uma degradação, a “coisa” do texto teria sido subtraída do “horizonte intencional finito de seu autor”. Para Ricoeur (1983, p. 53, grifos do autor) é “graças à escrita, [que] o ‘mundo’ do *texto* pode fazer explodir o mundo do *autor*”. A autonomia do texto é um efeito correlato do distanciamento necessário a essa explosão do mundo do autor porque nela se efetiva a transcendência da obra. Assim, “o texto deve poder, tanto do ponto de vista sociológico quanto psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar numa nova situação: é o que justamente faz o ato de ler” (Ibid, p. 53). Aquele que recebe o texto, o leitor, goza de uma liberdade diante do texto equivalente à libertação do autor em relação a seu próprio texto, o que não ocorre numa situação dialogal. Diferentemente, “o discurso escrito suscita para si um público que, virtualmente, se estende a todo aquele que sabe ler. A escrita encontra, aqui, seu mais notável efeito: a libertação da coisa escrita relativamente à condição dialogal do discurso. O resultado é que a relação entre escrever e ler não é mais um caso particular da relação entre falar e ouvir” (Ibid, p. 53). Esta compreensão da autonomia do texto configura-se como uma consequência hermenêutica importante, porque o distanciamento não é concebido como um efeito da metodologia, como algo provocado pelo

leitor – ao que me parece tanto no caso da relação leitura-escrita; quanto no caso da passagem do depoimento oral à escrita pelo pesquisador, pois, o distanciamento é imanente.

Ele é constitutivo do fenômeno do texto como escrita; ao mesmo tempo, também é a condição da interpretação; a *Verfremdung* não é somente aquilo que a compreensão deve vencer, mas também aquilo que a condiciona. Estamos, assim, em condições de descobrir, entre *objetivação* e interpretação, uma relação muito menos dicotômica e, por conseguinte, muito mais complementar que a que havia sido instituída pela tradição romântica. (RICOEUR, 1983, p. 54, grifos do autor)

Com efeito, Ricoeur compreende a relação entre fala e escrita de uma forma diferente daquela que vimos, como questionamento, enfrentada pela *história oral* e, por conseguinte, das discussões sobre o arquivamento das fontes orais. No entanto, a preocupação dos historiadores com a passagem da fala à escrita é legítima se considerarmos que ela afeta o discurso. Fenômeno que também é percebido por Ricoeur (1983, p. 54): “A passagem da fala à escrita afeta o discurso de vários modos; de uma maneira especial, o funcionamento da referência fica alterado quando não nos é mais possível mostrar a coisa de que falamos como pertencendo à situação comum aos interlocutores do diálogo”. A questão que se põe é sobre a referência ou denotação do discurso, do sentido e da referência quando se considera que o discurso se opõe à língua, mas também quando o discurso se torna texto.

É aqui que a escrita, mas, sobretudo, a estrutura da obra, altera a referência, a ponto de torná-la problemática. *No discurso oral, o problema se resolve, [...], na função ostensiva do discurso. [...] a referência se resolve no poder de mostrar a coisa de que falamos, pelo menos podemos situá-la relativamente à única rede espaço-temporal à qual também pertencem os interlocutores. Finalmente, é o “aqui” e o “agora”, determinados pela situação do discurso, que conferem a referência última a todo discurso. Com a escrita, as coisas começam a mudar. Não há mais, com efeito, situação comum ao escritor e ao leitor. Ao mesmo tempo, as condições concretas do ato de mostrar não existem mais.* (RICOEUR, 1983, p. 55, grifos nossos)

Outra questão que se põe diz respeito ao sentido da interpretação. Para Ricoeur (1983, p. 56, grifos do autor): “interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado *diante* do texto”. Pois, “o momento do ‘compreender’ responde dialeticamente ao ser em situação, como sendo a projeção dos possíveis mais adequados ao cerne mesmo das situações onde nos encontramos” (Ibid, p. 56). Da leitura que fez da obra de Heidegger, *Ser e Tempo*, no que se refere à teoria da compreensão, advém a ideia de “projeção dos possíveis mais próximos”, aplicada na interpretação de um texto e empregada por Ricoeur (1983, p. 56, grifos do autor): “o que deve ser interpretado, num texto, é uma *proposição de mundo*, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios. É o que chamo de o mundo do texto, o mundo próprio a *este* texto único”.

Certamente o mundo do texto de que fala Ricoeur não é o da linguagem ordinária, cotidiana. É o da linguagem que efetua uma nova maneira de distanciamento entre “o real e si mesmo”. Assim, “Ficção e poesia visam ao ser, mas não mais sob o modo do ser-dado, mas sob a maneira do poder-ser. Sendo assim, a realidade cotidiana se metamorfoseia em favor daquilo que poderíamos chamar de variações imaginativas que a literatura opera sobre o real” (RICOEUR, 1983, p. 57). Se esse distanciamento ocorre por meio da ficção e da poesia, ele não ocorreria também ao nível do discurso científico, isto é, o mundo do texto e o distanciamento ao nível do discurso como obra, nos quais a composição tem a ver com uma maneira de visar o mundo a partir da ciência? Nesse caso, o mundo da ciência, num sentido amplo, e o mundo da Geografia, particularmente. Pode se pensar que tal fenômeno ocorre também com o discurso e o texto científicos, sobretudo, quando se considera que tal discurso não é destituído de imaginação, como pode nos fazer crer uma concepção positivista de ciência.

CAPÍTULO III

GEOGRAFIA HUMANA E TEORIA SOCIAL NAS ENCRUZILHADAS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O que denomino elucidação é o trabalho pelo qual os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam.
(CASTORIADIS)

Pode-se questionar a existência de uma Geografia Humana em oposição a uma Geografia Física para além dos modismos, debates e reflexões acadêmicas, ou seja, a legitimidade própria desse campo de saber. E pode-se encontrar respostas a essa questão percorrendo os caminhos da institucionalização da Geografia, como um campo científico de conhecimento, por meio das tentativas de definição de um objeto de estudo e de um método de investigação próprios, das ramificações em subáreas de conhecimento e das especializações, como expressões da divisão do trabalho intelectual.

No entanto, é possível demarcar alguns traços constitutivos dessa área de conhecimento e de sua história concernentes a temática investigada – o território no pensamento geográfico contemporâneo, na perspectiva da Geografia Humana – não sem antes procurar revelar alguns de seus traços e vínculos com a teoria social, nas versões que esta assumiu na época moderna e contemporânea.

Todavia, não há a pretensão de traçar a evolução histórica da Geografia Humana. Penso que é possível identificar momentos emblemáticos de sua constituição que se confundem com a própria história da Geografia, em sentido amplo, com a história do pensamento geográfico e com a teoria social: seus vínculos mais ou menos explícitos a configurar uma noção do social e de sociedade. O que denomino de vínculos com a teoria social refere-se ao conteúdo ou às temáticas da Geografia Humana que se cruzam e se encontram com conteúdos e temáticas da teoria social, a saber, a questão da coesão ou do conflito social, da instituição da sociedade e de suas instituições particulares, das diversas formas de sociedades que coexistem numa época, com noções de temporalidade e de espacialidade distintas entre si. E talvez a questão mais contundente: a questão da mudança social, isto é, como as sociedades aparecem, desaparecem ou permanecem tais como são, ao mesmo tempo em que a diferença e o novo irrompem, não se sabe com precisão de onde provêm.

Conforme se verá, em vários momentos de sua constituição, a Geografia Humana dedicou muito de seus esforços a responder àquelas questões. Mas sua atenção principal, na maioria das vezes priorizou a descrição mais que a análise, a ênfase de seus estudos recaiu nas relações entre o homem e a natureza, mais que na relação dos homens entre si. Desse modo, o homem foi situado na natureza mais por obra da evolução, do que por sua criação. Dito de outro modo, o homem e a sociedade, com suas instituições, eram concebidos como sendo determinados por leis naturais (ou físicas) ou por determinações históricas ou econômicas em que essas leis também atuam.

III. 1. A constituição da Geografia Humana

Apesar das aproximações quanto ao que compreendemos atualmente por Geografia, e Geografia Humana, a noção moderna tem quase dois séculos de história. Inicia-se no final do século XIX, com a instituição da Geografia científica.

La definición que los geógrafos dieron de su ciencia en el último tercio del siglo XIX sólo coincidía parcialmente con lo que se entendía por geografía hasta el siglo XVIII. Faltaban aspectos que antes habían formado parte de esta ciencia; y se incluyeron, en cambio, otros que hasta entonces habían estado ausentes. En concreto, la afirmación de la geografía como una ciencia integradora de fenómenos físicos y humanos que se dan en la superficie terrestre significaba una auténtica novedad. Era, de hecho, la creación de una ciencia nueva, que – por razones que pueden y deben explicar-se – recibió el nombre de geografía como podía haber recibido otro diferente. (CAPEL, 1981, p. 80, grifos nossos)

Ainda que não houvesse uma intenção precípua de formular uma ciência com essa denominação, Friedrich Ratzel (1844-1904) assumiu o projeto e a tarefa de formulação dessa “ciência integradora” num contexto cultural e intelectual não muito receptivo a essa concepção de ciência. Ratzel é contemporâneo de uma época que lhe possibilitou vivenciar o recrudescimento do romantismo e do idealismo alemão e, simultaneamente, a emergência e a difusão do positivismo e do naturalismo. Quando as pretensões científicas iam desde as perspectivas de elaboração de “sínteses globais” até o estudo de casos particulares, sob a influência do empirismo e do método experimental como definidores da atitude científica. É essa contemporaneidade, e a vivência que dela teve Ratzel, que possibilita uma das muitas vias de interpretação acerca da origem de *Antropogeografia*.

A Antropogeografia, portanto, se traduzia por um universo de preocupações que iam das considerações de conteúdo para uma nova proposta disciplinar, aos cuidados com a forma e as atitudes do procedimento científico. Assim, a Antropogeografia de Ratzel refletia os estímulos e demandas presentes no contexto e na ambientação das últimas décadas do século XIX, mas não poderia em hipótese nenhuma ser considerada

previsível, já que resultou de uma espécie de síntese cumulativa da trajetória pessoal de F. Ratzel, que carregou para sua fase de amadurecimento em Leipzig as posturas e os interesses cultivados nos mais diversos contextos que ele vivenciou. (CARVALHO, 1998, p. 51)

Essa afirmação tem um sentido de advertência ao leitor se considerarmos que há incongruências no interior das formulações próprias de Ratzel e mais ainda na interpretação de seus críticos e opositores. Porém, Carvalho (1998) fez uma interpretação que pretende conjugar o contexto da produção, a biografia e a trajetória pessoal de Ratzel. E desse modo compreender a amplitude dos conhecimentos, a concepção e a prática científica de Ratzel, como também as variações de seu pensamento, o modo como ele se encaminhou do “natural para o social” e de como pretendia estabelecer uma concepção que denominava de *hologeica*. Essa abordagem interessa não pelos mesmos objetivos de Carvalho, mas porque sua pesquisa propõe uma forma inusitada de interpretação acerca da história da Geografia e do pensamento geográfico em sentido amplo e, sobretudo, sobre a instituição da Geografia Humana.

Foi no âmbito das formulações da *Antropogeografia* que se constituiu uma “teoria” do território, uma concepção da relação homem-meio, do escopo da Geografia Política, bem como os desdobramentos do que, posteriormente, passou a se designar por Geografia Humana. Mesmo, atualmente, quando identificamos os traços característicos da concepção ratzeliana de Geografia e de território, tem sido muito mais para criticá-la do que entendê-la. As críticas que se tem feito a Ratzel, não só quando da publicação de sua *Antrophogeografie* no século XIX, mas também durante todo o século XX, consistem num ataque frontal ao que se denominou de “ideologia nacionalista” a serviço do “expansionismo alemão” e de determinismo ao conceber a relação homem-meio. Uma simplificação grosseira tendo em vista a complexidade de que se reveste o pensamento social, à época, e do qual Ratzel não era indiferente imune. É essa compreensão, contida na tese de Carvalho (1998), que deveria anteceder as críticas feitas a Ratzel.

Numa refutação ao que denominou de mitos na história do pensamento social, Giddens (2001) avalia as relações entre o conservadorismo e as relações entre ideologia conservadora e teoria, além de identificar diferenças entre a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. Segundo Giddens, autores britânicos e norte-americanos têm atribuído demasiada importância ao significado do “individualismo utilitarista”, ao discutirem o pensamento social europeu do século XIX. Tanto na França quanto na Alemanha, por fatores diferentes, houve limitações à penetração do “individualismo utilitarista”. Na Alemanha, “a limitação da penetração se deve à inclinação fortemente histórica para a filosofia e as ciências econômicas”

segundo Giddens (2001, p. 208). O sentido do “conservadorismo”, nesse país, está ligado a alguns fatores que lhe conferem uma singularidade.

O desenvolvimento da sociedade alemã no século XIX foi sobretudo condicionado por três conjuntos de fatores: o fracasso em se concretizar uma “revolução burguesa” em 1848 e o conseqüente prolongamento da dominação de uma elite autocrática proprietária de terras que se estendeu até o século XX; o fato de a unificação alemã ter sido conquistada mediante o papel hegemônico ocupado pela Prússia, cujo poder se estabeleceu com base na posição dessa elite; e o advento de um período de desenvolvimento industrial tardio, porém muito rápido, cujos efeitos se concentraram no período que se seguiu imediatamente à unificação do país. *Esses fatores produziram diversas correntes de pensamento social, algumas bastante peculiares à Alemanha, envolvendo antigas fusões entre filosofias “conservadoras” e “progressistas” [...]. “Conservadorismo” aqui, contudo, representa primordialmente uma ligação nostálgica e romântica à comunidade (idealizada) da aldeia pré-industrial.* (GIDDENS, 2001, p. 208, grifos nossos)

Essa distinção entre o pensamento social na Alemanha e na França auxilia na compreensão do debate que se travou entre o “determinismo”, representado pela geografia ratzeliana; e o “possibilismo”, representado pela geografia lablachiana. Toda a complexidade do pensamento social naqueles dois países foi reduzida a um maniqueísmo teórico, na história do pensamento geográfico, que criou obstáculos à elucidação de algumas questões fundamentais, tal como as compreendo, a saber: a constituição do pensamento social e da teoria social; a relação entre a sociedade e o Estado; Estado e território (no caso alemão); como também Estado e região (no caso francês) e a relação intrínseca entre sociedade, Estado, território e o desenvolvimento do capitalismo. Comparativamente à Alemanha, o conservadorismo na França apresentou alguns traços singulares.

A história da França do século XIX, [...] foi marcada por uma volatilidade política superficial, que mascarou um conjunto profundamente enraizado de divisões econômicas que sobreviveram à Revolução de 1789 ou foram por ela engendrados. *A nação mais revolucionária da Europa revelou-se tudo exceto revolucionária no que tange à efetiva criação da sociedade burguesa proclamada em seus slogans. O “conservadorismo” na França esteve sempre relacionado com o catolicismo e com as reivindicações de proprietários de terra enfraquecidos, porém dotados de tenacidade militante, de arrendatários – e do campesinato independente.* (GIDDENS, 2001, p. 208-209, grifos nossos)

Além dessas especificidades destacadas por Giddens acerca do pensamento social¹, há que se ter em conta os desdobramentos e as variações que o positivismo comteano assumiu no

¹ Giddens (2001, p. 209) apontou outra diferença marcante entre a França e a Alemanha: “Embora para os pensadores alemães da geração de Max Weber o problema maior fosse o dos antecedentes e das conseqüências do ‘capitalismo’ (analisados aqui, basicamente, em termos de destruição de valores tradicionais por meio da disseminação da ‘racionalização’ da cultura), na França o debate girou em torno do problema do ‘individualismo’ em face das reivindicações da hierocracia católica”.

pensamento de Durkheim e a conversão da *Antropogeografia* – proposta por Ratzel – em Geografia Humana, na França².

III. 1.1. Da *Antropogeografia* à Geografia Humana: a teoria social clássica

É certo que os desdobramentos da *Antropogeografia* de Ratzel ultrapassaram os limites da Geografia, alcançando as Ciências Sociais, como destaca Carvalho (1998, p. 54, grifos do autor): “Mas, costumeiramente esse reflexo é visto apenas no âmbito da chamada *geografia humana*, como uma espécie de tradução literal e simplista da *Anthropogeographie* [...]”. Essa crítica à indistinção entre a *Antropogeografia* e a Geografia Humana se deve, segundo Carvalho, em grande parte à tradução feita pelo historiador francês Lucien Febvre do termo em alemão para o francês, como também pela forma como historiou a Geografia. Se Geografia Humana não é sinônima ou equivalente à *Antropogeografia*, cabe indagar acerca da concepção de Ratzel e do percurso histórico do pensamento geográfico ou da história da Geografia que nos conduziu a tomar aquelas duas denominações por um mesmo campo de conhecimento.

As formulações de Capel (1981) e de Carvalho (1998) apresentam aspectos essenciais do pensamento de Ratzel, a saber, sua oposição ao enfoque científico que separa os diferentes aspectos da vida e do planeta, sua obstinação em reforçar um princípio de unidade que opera em tudo o que existe sobre a Terra, por meio de conexões e, ao mesmo tempo, proceder à análise sem descuidar da síntese. Interdependência, conexão e reciprocidade na relação entre “natureza e humanidade” configurariam a Geografia científica tal como a concebia o geógrafo alemão.

Bem, a nossa ciência deve estudar a Terra *ligada* como está *ao homem* e, portanto, não pode separar esse estudo do da vida humana, tampouco da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexos entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas. (RATZEL, 1990, p. 32, grifos do autor)

Todavia, o homem a que se refere Ratzel é o homem em sua forma coletiva, social: as sociedades ou coletividades humanas como parte integrante de um “complexo único” ou “complexo Terra”, como traduziu Carvalho (1998, p. 64), que se refere à “ideia da existência de conexões entre sistemas ou organismos dos mais diversos tipos. Tais conexões não se

² Veremos mais adiante, ainda nesse capítulo, como a teoria social se despreendeu da Filosofia, convertendo-se em Sociologia, na perspectiva positivista. Mas também, a constituição do ideário positivista, do qual se encontram muitos traços na *Antropogeografia* de Ratzel. Pode-se afirmar, na verdade, que os traços da teoria social de vertente positivista estão presentes na origem do que concebemos por Geografia Humana.

compreendem, tampouco se verificam, sem a consideração da componente espacial”. O homem como organismo é o que maior influência exerce sobre a superfície, a “fisionomia” da vida na Terra. O estudo da transformação dessa fisionomia e a difusão da vida orgânica sobre a Terra constituíam o escopo da Biogeografia da qual a *Antropogeografia* era parte integrante.

Nesse sentido, a Geografia é concebida como uma Ecologia que visa à compreensão das dinâmicas humanas, isto é, das sociedades humanas em conexão com outros organismos. Haveria, portanto, uma “ecologia humana”. Ratzel efetuou a mesma forma de aproximação e de delimitação das interfaces não só entre a Geografia e a sua “ecologia”, em relação à Ecologia de Haeckel, como também entre a Biologia e a Biogeografia. A Biogeografia apresenta-se como uma “ciência mais geral”, da qual fazem parte a “geografia do homem” ou *Antropogeografia*, a Fitogeografia e a Zoogeografia. A distinção elementar, acentuada por Ratzel, entre a Biologia e a Biogeografia consistia no fato de aquela ter compreendido e considerado a vida orgânica separadamente da Terra; a segunda, por sua vez, visava estabelecer-se como conjunto em que a vida não pode ser isolada da Terra, nem dos organismos existentes entre si, sob pena de desconsiderar a unidade terrestre. Por essa via, chega-se ao problema da influência que a natureza exerce ou pode exercer sobre o homem. Ao perseguir esse problema, Ratzel não só se aproximou da Biologia e da Ecologia, como também da História e da Etnografia, mas aproximou-se para melhor fundamentar sua *Antropogeografia*, ao mesmo tempo em que enfatizou as diferenças de abordagens dessas ciências.

Na concepção de Ratzel, uma Geografia do homem é inseparável da história da humanidade, ou seja, as influências que a natureza exerce sobre a sociedade se expressam mediante condições econômicas e sociais e devem ser avaliadas considerando-se a dinâmica temporal, essencial à avaliação de interações entre ritmos e dinâmicas distintas. Na interpretação de Carvalho (1998), o trabalho aparece, em Ratzel, como mediação na relação entre o homem e a natureza, mas não lhe dá autonomia. Apenas revela os “atributos naturais da dinâmica humana”. A aparência de autonomia ou de independência do homem em relação à natureza é “errada”, vincula-se a uma noção de civilização que Ratzel também refutou.

Alguns etnógrafos têm sustentado que o progresso da civilização não consiste em outra coisa que não seja uma maior libertação, das pessoas, das condições naturais do território; contrariamente a isso, *nós podemos afirmar que a diferença entre povos primitivos e civilizados não reside no grau, mas sim no tipo de vínculo existente entre o homem e a natureza. A civilização é independente da natureza não no sentido de um completo afastamento, mas sim no sentido do estabelecimento de vínculos mais diversos, mais vastos e menos imperiosos.* (RATZEL, 1990, p. 73, grifos nossos)

O projeto de formulação da *Antropogeografia* se desenvolveu numa dupla frente: numa delas, a tentativa de manter a ideia de conjunto entre as distintas disciplinas, com as quais dialoga, sem atribuir-lhes hierarquia; numa outra frente, fundamentar uma abordagem geográfica que considerasse a unidade terrestre, a influência da natureza sobre o homem numa dimensão espacial, territorial. É esse o procedimento que se observa em Ratzel ao estabelecer relações com a Etnografia, a Ecologia e Biologia, como também com a História e a Sociologia. Vejamos, portanto, como se definem as tarefas da Geografia.

Ao especificar as *Tarefas da geografia do homem e sua tríplice divisão*, Ratzel nos apresenta várias proposições: uma delas se refere à compreensão do papel que o homem ocupa na Terra e o método adequado para se estudar a *difusão humana*, o mesmo adotado no estudo da difusão das plantas e dos animais. Assim, para Ratzel (1990, p. 83, grifos do autor): “a geografia do homem, do mesmo modo que a zoogeografia e a fitogeografia, deverá descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem, separando a parte da Terra que é por ele habitada, ou *ecúmeno*, daquelas que não o são”. A segunda tarefa destinava-se a responder à questão acerca de como se formou uma área de difusão, ou seja, sobre os “movimentos do homem *na sua dependência do território*”. Nesses movimentos do homem, de expansão ou expulsão, era preciso considerar a influência da Terra como elemento ativo. Ao estudar o *fenômeno da difusão*, a Geografia se aproxima da História ao mesmo tempo em que dela se diferencia, pois, conforme definiu Ratzel (1990, p. 84): “Também a história considera a humanidade em movimento, embora não costume avançar através do estudo desta até o exame do território, enquanto a geografia, ao contrário, não ignora jamais sua presença”. Desse modo, ele refutou a ideia que a Geografia seria uma ciência auxiliar da História, concepção que também manteve acerca da relação entre Geografia e Sociologia. Em que pesem as relações da Geografia com as Ciências Humanas, à época, Ratzel procurou justificar o elemento humano na Geografia. Por fim, a terceira tarefa refere-se “ao estudo das influências *que a natureza exerce sobre o corpo e sobre o espírito dos indivíduos, e daí sobre os povos*”, segundo Ratzel (1990, p. 84).

Resta ainda especificar a dimensão humanista na Geografia do homem. Em as *Razões práticas que determinam a afirmação do elemento humano na geografia*, Ratzel assegura que a Geografia sempre considerou o homem antes de tudo, dito de outro modo, “o homem no princípio é tudo”. Só aos poucos essa idealização cede lugar ao “objeto efetivo do estudo” e encaminha-se à “investigação objetiva”. A Geografia desde há muito tempo se ocupava e privilegiava o homem e suas obras, o que pode ser verificado na forma como se estudava as regiões terrestres. Para Ratzel, essa predileção pelo humano era também um risco, uma

ameaça à cientificidade da Geografia, pois, tal como as outras ciências, poderia perder o foco da unidade terrestre, a relação homem-natureza, e, assim tornar-se fragmentária.

Outra razão prática pode ser identificada pelo modo como se descrevia os territórios e os povos, isto é, sem dissociá-los. Isso mostra como os elementos naturais desapareciam quando se atribuía maior predileção aos elementos humanos. Tal fato constituía mais uma razão para a Geografia se ocupar do elemento humano. A Geografia do homem afirmava-se por considerar toda a grande quantidade de fenômenos relativos ao homem, mas que foram abandonados pelas outras ciências. Todavia, isso não implica subordinação ou dependência da Geografia. No que se refere à relação entre a Geografia e a História, as tarefas estavam bem demarcadas. Vínculo entre elas existe, mas são de interdependência, ainda que em algumas formulações se insinue uma preponderância da Geografia, pois

a tarefa mais importante da geografia continuará sendo sempre a de estudar, descrever e representar a superfície terrestre. Porém, *mesmo atribuindo à história o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo, à geografia as condições de fato do território, não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda história possui seu teatro. Tudo que hoje constitui o presente será história amanhã; por isso o material da geografia vai passando ininterruptamente pelas mãos da história.* (RATZEL, 1990, p. 90-91, grifos nossos)

Apoiando-se na concepção de Herder quanto à relação entre Geografia e História, Ratzel advertiu sobre os riscos que se corre quando não se consideram os vínculos intrínsecos entre elas; pode-se incorrer numa concepção imperfeita, isto é, numa “simples descrição corográfica” uma vez que

a introdução à história de um país não deve ser uma simples descrição corográfica [...] ela contudo não atingirá minimamente o seu objetivo se não examinar além disso a relação geográfica entre esse país e a *inteira* superfície terrestre e não nos mostrar que as influências recíprocas que se exercem entre povo e território e entre este e o Estado são ininterruptas e governadas por uma lei de necessidade. (RATZEL, 1990, p. 91)

Se à Geografia não é concedida a fragmentação e a negligência com a unidade terrestre, tampouco, à História. Uma história que se pretenda universal deve abarcar toda a Terra. Nesse sentido, Ratzel enfatizou que a união entre Geografia e História deveria ultrapassar os limites que as circunscrevia mutuamente, à época, à Europa e aos países mediterrâneos. Uma história universal da civilização deverá não só acolher conteúdos da Etnografia, como também considerar a existência de outros povos. Sem considerá-los perde-se em compreensão a influência política que os chamados “povos privados de história” exerceram sobre a história universal. Essa desconsideração aparecia na filosofia da história, tal como a percebe Ratzel (1990, p. 91): “Um erro fundamental que falseia a consideração filosófica da história é, e tem sido sempre, o desprezo ao elemento geográfico, desprezo que

significa também uma visão histórica limitada”. Teria sido outra, portanto, a filosofia da história alemã se maior importância tivesse sido atribuída aos elementos geográficos. E Ratzel destaca as conclusões absurdas a que chegaram filósofos como Fichte, Schelling e Hegel, numa linha de pensamento que remonta a Kant, não só por desconsideraram o elemento geográfico como também por se limitarem à história da Europa civilizada. Essa crítica era também uma forma de acentuar sua concepção do lugar do homem na Terra. Sua concepção de ciência e da relação entre História e Geografia, sobretudo, o ideal científico de um conhecimento que aspirava a universalidade³. O estofado dessas formulações manifestava-se à medida que ele apresentava a Geografia do homem.

A história universal, tal como é entendida pelos nossos escritores de história, está ainda muito longe de ser uma história da humanidade; mas também a história particular, que deveria tomar em grande consideração as observações de caráter topográfico, raramente consegue tirar partido dos meios que a ciência irmã lhe poderia fornecer. (RATZEL, 1990, p. 92, grifos do autor)

Ratzel não fez “previsões”, advertiu sobre o partido que a História poderia tirar dos meios oferecidos pela *Geografia do homem*, foi mais crítico do que pretendeu. No entanto, os historiadores dos *Annales*, nas primeiras décadas do século XX, puderam e souberam tirar partido dos meios que a Geografia oferecia, ao custo de tê-lo colocado na berlinda e enaltecido a Geografia Humana lablachiana⁴.

Em *Tarefas e métodos da geografia do homem*, Ratzel se propõe a definir essa Geografia e mostrar seu alcance científico. A *Geografia do homem* é definida como uma ciência descritiva. Mesmo não sendo suficiente ao conhecimento científico, a descrição prepara o caminho para as “conclusões” de uma ciência, a mais simples torna-se paulatinamente mais completa com o avanço dos conhecimentos. Assim, a “boa descrição” pressupõe que o conhecimento do objeto a ser descrito e dos “objetos afins mais ou menos próximos, com os quais esse tem muitas características em comum”, como esclareceu Ratzel (1990, p. 94) vai avançando e tornando-se mais completa. A descrição aparece como uma etapa no estudo científico e pressupõe a classificação na continuidade de um conhecimento

³ A modernidade científica, desde o século XVII, estabeleceu como critério de cientificidade a definição do objeto e do método de investigação para os saberes que almejassem o reconhecimento como conhecimento científico, segundo um ideal de objetividade baseado nos métodos das Ciências Naturais. Às Ciências Humanas coube o desafio de legitimarem-se tendo por referência as Ciências Naturais ou então de demonstrarem suas especificidades e cientificidade. A Geografia moderna, institucionalizada como ciência no século XIX, foi influenciada pelos embates epistemológicos entre as Ciências Naturais e Humanas e a Geografia Humana, portanto, marcada por um cisma que merece destaque pela posição que os geógrafos lhe conferiram.

⁴ Ao historiar a *Escola dos Annales*, Dosse (1992) oferece importantes contribuições acerca da história da Geografia, na França, e de sua apropriação desde os fundadores dos *Annales*, de Febvre e Bloch até Braudel. Esse último, de tal modo soube “tirar partido” da Geografia que parece inconcebível sua “operação historiográfica” sem os recursos da Geografia que soube converter em sua “geo-história”.

que se pretende científico. Entre a descrição e a classificação intervém a analogia – que possibilita encontrar semelhanças, isto é, as características – e a comparação de modo a poder classificar objetos e fenômenos que têm muitas características em comum. Segundo Ratzel (1990, p. 96, grifos nossos): “*para a geografia do homem a classificação mais óbvia e mais natural é a que se baseia em distinções geográficas, isto é, na posição e na natureza do território habitado*; e estabelecer esta classificação é precisamente uma de suas tarefas fundamentais”.

O método indutivo é, por conseguinte, o método da Geografia. E como o trabalho de classificação constitui-se juntamente com o processo de comparação, Ratzel (1990, p. 96) conclui que “a antropogeografia é uma ciência comparada”. Entretanto, essa definição ainda não é suficiente para refutar a noção de Geografia como uma ciência dedutiva. Foi preciso reafirmar essa definição e especificar o lugar da dedução.

[...] se é verdade que o geógrafo tem os olhos voltados constantemente para toda a Terra e está sempre pronto a passar das considerações de um fenômeno, isto é, do procedimento analítico ao sintético, esta disposição todavia não significa exatamente a renúncia ao método indutivo, mas simplesmente que usa como recurso um segundo procedimento, do qual a geografia pode, em alguns casos, tirar proveito. (RATZEL, 1990, p. 96-97)

Ratzel justificou a necessidade do procedimento comparativo na Geografia, pois considerava que as possibilidades do estudo experimental não eram tão amplas como nas outras ciências. Se mesmo para Geografia Física o método experimental é de difícil aplicação, aos fenômenos da vida é impossível a experimentação. Diante dessa impossibilidade resta a alternativa do “experimento indireto”⁵.

Para o estudo destes fenômenos [os da vida] só pode servir o *experimento que nos apresenta a natureza mesma* mediante o repetir-se de processos análogos em condições diversas de posição, de espaço e geográficas em geral. Do que se deduz que a geografia deve realizar um amplo trabalho de comparação sem deixar de examinar um só ângulo da Terra. (RATZEL, 1990, p. 97, grifos do autor)

A Geografia apresentava uma característica peculiar que a distinguia das outras ciências, mais pelo método do que pelos fenômenos que estudava, ou objeto como diríamos atualmente, tal como a concebeu Ratzel (1990, p. 97): “por esta sua tendência natural a ampliar seu ângulo de visão, a realizar uma observação que eu diria *hologeica*, isto é, que abarca toda a Terra. [...] a antropogeografia tende constantemente a representar os povos como um todo, como conjunto compacto; [...] é portanto essencialmente unitária”. Define-se, portanto, o trabalho do “antropogeógrafo” que abarca desde o estudo dos povos até a

⁵ Essa alternativa do “experimento indireto” foi concebida por Comte como forma de equacionar o método experimental nas Ciências Humanas.

humanidade, numa concepção superior. E a comparação culmina na síntese como uma necessidade do estudo geográfico que é chamado a dar conta da “difusão de alguns fenômenos para toda a Terra, ou pelo menos para grande parte desta”. Há um critério que orienta o estudo geográfico de cada um dos problemas antropogeográficos, ao qual Ratzel denominou de *critério hologeico*. Esse critério conferia à Geografia mais uma especificidade em relação às outras ciências, à época.

Em uma época como a nossa, na qual, em consequência da especialização, cada ciência se fraciona em um grande número de pequenos estudos particulares, é uma verdadeira felicidade que na ciência geográfica este fracionamento não seja todavia muito acentuado, de tal modo que o estudo aqui possa ser sempre iniciado e conduzido sobre bases de amplitude geral, permanecendo a possibilidade de descobrir materiais de estudo completamente novos. O que porém não nos pode levar a esquecer que o método natural da pesquisa antropogeográfica é sempre aquele que é impulsionado pela determinação exata dos fenômenos singularmente considerados. (RATZEL, 1990, p. 97, grifos nossos)

O estudo de determinado problema antropogeográfico deve considerar que não há “objetos absolutamente independentes”. Há nexos que são constituídos por uma ligação determinada pela continuidade, como, por exemplo, o território ou as camadas terrestres. Mas há nexos que são determinados pela posição que o objeto ocupa numa grande cadeia de relações e pela alternância de posição nessa cadeia, como por exemplo, um país, que pode passar de “órgão” a “organismo”.

A geografia do homem deve estudar precisamente este alternar-se dos dois aspectos toda vez que tomar em sentido amplo o aspecto territorial. Disso se segue que ela não deve considerar os povos como elementos inertes e muito menos como elementos fechados e encerrados em si mesmos. (RATZEL, 1990, p. 99, grifos nossos)

Há ainda que considerar, no estudo dos povos, a relação deles com toda a Terra, especialmente com a evolução da Terra. Ritter procurou mostrar os vínculos existentes entre os fenômenos geográficos da natureza inorgânica com os fenômenos da humanidade, mas ele não havia se dado conta do nexos mais profundo “representado pela correspondência entre as evoluções dos dois elementos, que têm ambos sua raiz na Terra [...] uma espécie de parentesco telúrico” segundo Ratzel (1990, p. 99). Esse nexos não se dá a conhecer e não se expressa em termos de coexistência⁶. Termo insuficiente para dar conta do problema. A resposta encontra sua melhor expressão na palavra evolução.

Toda a história da humanidade é uma contínua evolução sobre a Terra e com a Terra; e não se trata de uma simples coexistência, mas humanidade e Terra vivem, sofrem, progridem e envelhecem juntas. Basta pensar que ligações profundas devem nascer de um tal gênero de coexistência para se dar logo conta de como é supérfluo

⁶ Veremos mais adiante como o tema da coexistência aparecerá numa outra formulação em La Blache associado à noção de “modos de vida” ou “gêneros de vida”.

toda pergunta que ponha em dúvida a existência ou não de nexos entre Terra e homem, a influência ou não que o território e todo o ambiente físico exercem sobre a história, sobre os povos, sobre os Estados, sobre a sociedade humana. (RATZEL, 1990, p. 100, grifos nossos)

Uma vez definidas as tarefas e o método da *Geografia do homem*, Ratzel preocupa-se em definir seus limites. Limites que são definidos por seu objetivo que é “puramente científico”, ou seja, trata-se de um objetivo que demarca a esfera de estudo antropogeográfico naquilo que se refere precisamente ao homem, para Ratzel (1990, p. 101): “terão interesse científico apenas aqueles atributos que têm vínculo muito estreito com o ser que os possui e os difunde, cuja difusão valha para iluminar a difusão do homem”⁷. Esses limites podem ser mais bem compreendidos na relação que se estabelece entre a Geografia Física e a *Geografia do homem*, como as concebeu Ratzel (1990, p. 101, grifos nossos): “A geografia física é base e premissa da geografia do homem; o que, porém não significa que esta deva fazer seus todos os resultados daquela. *A geografia física se ocupa de uma grande quantidade de pesquisas cujo fruto não resulta em nenhuma vantagem para a antropogeografia*”.

Desse modo, os limites da *Geografia do homem* não foram impostos ou determinados pelas outras Ciências Sociais, das quais ela se aproxima e mantém relações, tampouco pela Geografia Física, conforme vimos. Esses limites também decorrem das Ciências Naturais, pois a *Geografia do homem* tem em comum com elas o método científico. Há uma ordem de limitações que não se referem especificamente à *Antropogeografia*, que a ultrapassa como a todas as outras ciências. Trata-se das “condições que a Terra impõe à existência humana” e que limitam a “vontade dos povos”. Há povos que, por sua vontade, podem atenuar ou suportar, mas não abolir as limitações impostas à existência humana. Desse modo, as “leis antropogeográficas” não podem ser descobertas ou expressas em fórmulas matemáticas, elas encontram-se e definem-se no território.

Hoje a geografia do homem deve estudar os povos *em relação às condições naturais às quais eles estão sujeitos*, isto é, considerá-los sempre *unicamente sobre seu território*. É sobre este que a geografia do homem vê além disso se definirem as leis que regulam a vida dos povos; leis que precisam ser expressas em forma geográfica. Assim ela considera o incremento e a decadência dos povos pela sua expansão territorial [...]. (RATZEL, 1990, p. 102, grifos do autor)

⁷ Segundo Lebon (1976, p. 30), o método geográfico sofreu a influência de Darwin e o impacto de sua obra foi marcante nas Ciências Sociais à época: “Pois agora uma concepção inteiramente nova do lugar do homem na natureza teve que ser postulada. O homem não é uma criação isolada, uma criatura arbitrariamente *sui generis*, colocada entre outras coisas vivas para cumprir seu destino divino. É o produto mais recente do lento desabrochar da vida sobre este planeta durante centenas de milênios. Como outros animais – entre os quais ele é um dos mais especializados – vive mediante a manutenção de uma teia de relações com o seu ambiente, que compreende tanto o ambiente físico – a terra – como o restante do mundo da vida”.

As noções de extensão, posição e configuração fornecem, segundo Ratzel, os elementos para avaliar a vida dos povos e os territórios aos quais pertencem. Se se considera apenas o território, esses elementos permanecem constantes, mas, às vezes, mudam quando se considera os povos em contato com o território. Posição, amplitude e configuração são elementos de base das limitações que a natureza coloca à História. Será preciso, portanto, “fixar bem” os elementos quando se avalia a influência que as condições naturais exercem sobre a história dos povos.

Essa apresentação esquemática e simplificada da concepção de Ratzel visa fornecer indicações que possibilitem identificar as aproximações e diferenças entre a *Antropogeografia* e a Geografia Humana, tal como a concebemos atualmente. A distância que nos separa das concepções do geógrafo alemão não é apenas cronológica, mas de sentido e de ideal de cientificidade. Cabe avaliar se a teoria social subjacente à *Antropogeografia* de Ratzel ainda encontra muitas correspondências com as teorias sociais que informam a Geografia Humana contemporânea. E assim, concordar ou discordar dos argumentos de uma “tradição inventada”⁸ que atribui a Ratzel o papel de precursor da Geografia Humana, Geografia Cultural, Geografia Política e de seu vínculo com a Geopolítica.

A partir de Ratzel, a *Antropogeografia* desenvolveu-se, na Alemanha, com as contribuições de geógrafos expressivos como Schlüter, Meitzen e Hahn. Conforme destaca Claval (1999, p. 24): “para Schlüter, [...] os grupos humanos modelam o espaço em que vivem, impondo à paisagem as marcas de suas atividades”. Esses geógrafos, considerando-se as devidas especificidades de suas formulações, conferiram ao pensamento geográfico algumas características gerais que se tornariam emblemáticas no desenvolvimento posterior das concepções geográficas sobre os fenômenos humanos e as expressões culturais. Da “geografia alemã” à Escola de Berkeley, destacando-se os trabalhos de Sauer, cuja ênfase recaía, além de outros temas, na abordagem etnográfica, permaneceu a tônica nos estudos da paisagem. É na paisagem que se destacam as marcas da atividade humana sobre o meio

⁸ Para Hobsbawm (2002, p. 9-10, grifos nossos): “O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. [...]. Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, numa continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. [...] elas são reações a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”.

natural, como objeto privilegiado de investigação⁹. Em Ratzel a Geografia Humana era, na expressão de Sauer (1996, p. 02): “[...] em seu sentido restrito, um conjunto de categorias do meio físico – ordenadas a partir de conceitos abstratos de posição e espaço até os de clima e litoral – e sua influência sobre o homem”.

III. 1.2. A invenção da Geografia Humana na França¹⁰

Um elemento comum parece ligar La Blache a Ratzel quando se lê o prólogo do *Tableau de la géographie de la France*, o tema da relação entre história, território e organização social.

La historia de un pueblo es inseparable del territorio que habita. Sólo se puede representar al pueblo griego en torno a los mares helénicos, al inglés en su isla, al americano en los amplios espacios de los Estados Unidos. Se ha intentado explicar en estas páginas de qué manera ha ocurrido lo mismo con el pueblo cuya historia se ha incorporado al territorio francés. (LA BLACHE, 1982, p. 250)

Seguindo esse princípio metodológico, já preconizado por Ratzel, La Blache fez a descrição geográfica da França que ele admirava. Mas em sua descrição o território vai cedendo lugar, paulatinamente, à região e a paisagem como noções explicadoras dessa ruralidade francesa variada que ele visava descrever.

He intentado hacer revivir, en la parte descriptiva de este trabajo, una fisionomía que me ha parecido variada, amable, acogedora. Me gustaría haber conseguido plasmar algo de las impresiones que he sentido al recorrer en todas las direcciones esta región profundamente humanizada, pero no envilecida por las obras de la civilización. Sentimos en ella una llamada a reflexión, pero volvemos sin cesar, como a una fuente de causas, al espectáculo, a veces risueño y a veces imponente, de esos campos, de esos montes y de de esos mares. (LA BLACHE, 1982, p. 251)

Foi essa França rural, ainda pouco transformada pelas obras de civilização, que provocou a admiração de La Blache. Em meio à variedade, nela procurou certa unidade, o modo de vida francês constituído em meio a campos, montes e mares dessa paisagem acolhedora e convidativa à reflexão.

⁹ Sauer (1996, p. 3) localiza em Ratzel a origem do que se convencionou designar por “Geografia Humana” e, por conseguinte, as ideias embrionárias do que viria, posteriormente, constituir também a Geografia Cultural: “Aparentemente Ratzel não considerava sua *Antropogeographie* mais que um estímulo e uma introdução a uma Geografia Humana que devia fundamentar-se em um estudo da cultura”. Na divisão do saber geográfico, a Geografia Humana foi definida como o estudo da relação homem-meio, isto é, de um tipo de relação cujo sentido visava à adaptação do homem ao meio físico, natural. Diferentemente, conforme Sauer (1996, p. 4): “a Geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”.

¹⁰ A denominação de Geografia Humana é eminentemente francesa e está diretamente relacionada com seu “criador”, Paul Vidal de La Blache, conforme se verá nas páginas seguintes.

Diferentemente de Ratzel, Paul Vidal de La Blache (1845-1918) concebia a Geografia Humana como um dos “ramos”, recentes, à época, que “brotou” da Geografia. Para ele o humano é um elemento essencial na Geografia. A presença desse elemento na Geografia é mais antiga do que se supõe, ou seja, não é uma novidade no pensamento geográfico, pois, como observa La Blache (1921, p. 27, grifos nossos): “o homem interessa-se principalmente pelo seu semelhante, e, desde que se abriu a era das peregrinações e das viagens, *o espetáculo das diferenças de organização social, associado à diversidade dos lugares, nunca deixou de despertar atenção*”.

A primeira constatação acerca das diferenças de organização social põe em destaque sua associação com a diversidade dos lugares, sem que se explique a instituição da organização social, ou seja, tal constatação não é precedida por uma teoria geográfica da organização social. Antes, a teoria social que alimentava o pensamento social à época oferecia uma teoria (explicativa) já disseminada no meio intelectual francês. O apoio nessa teoria não se deu de forma completamente explícita ou sem variações. Mais que ruptura ou “corte epistemológico”, prefiro procurar variações e variantes nas quais se pode localizar a erupção também de elementos novos, quanto ao que se denominou de Geografia Humana, na França; em relação à *Antropogeografia*, na Alemanha.

Tal como o elemento humano, para La Blache (1921, p. 27): “a ideia de região é inseparável da ideia dos seus habitantes”. Desta forma, se não é pelo novo, como identificar a singularidade da Geografia Humana ou como defini-la? A resposta do historiador e geógrafo francês não se encontra numa definição por oposição, isto é, a Geografia Humana não se define em oposição a uma Geografia não humana, mas se situa num campo mais amplo e impreciso.

A Geografia humana não se opõe, portanto, a uma Geografia que não se preocupe com o elemento humano; aliás, tal ideia só poderá ter germinado no espírito de alguns especialistas intolerantes. *Traz porém, uma nova concepção das relações entre a Terra e o Homem, concepção sugerida por um conhecimento mais sintético das leis físicas que regem a nossa esfera e das relações entre os seres vivos que a povoam. É a expressão de um desenvolvimento de ideias e não o resultado directo, e por assim dizer material, da extensão dos descobrimentos e dos conhecimentos geográficos.* (LA BLACHE, 1921, p. 27, grifos nossos)

Assim, define-se a Geografia Humana e delinea-se um esboço de periodização, não muito preciso porque referente ao desenvolvimento do pensamento social e científico, cujo nascimento poderia ser datado no século XVI, não fosse o fato de não haver ainda se constituído um “princípio de classificação geográfica”, ou um “espírito preocupado com a classificação científica” (LA BLACHE, 1921, p. 28). Houve, portanto, um acúmulo de pelo

menos dois séculos de descobrimentos e um pensamento científico preocupado com as influências que o meio físico podia exercer sobre a ação, as sociedades humanas, no que se refere ao “temperamento dos habitantes”. O acúmulo de conhecimentos e de observações acerca das sociedades tornou possível a compreensão das influências que se podia atribuir às “causas geográficas”. Mas essas causas não são separáveis do “princípio de unidade terrestre” e da “noção de meio”. Dessa forma, La Blache (1921, p. 30) tentou mostrar como eles estão conectados: “A ideia que domina todo o progresso da Geografia é a da unidade terrestre. A concepção da Terra como um todo, cujas partes estão coordenadas e no qual os fenômenos se encadeiam e obedecem às leis gerais de que derivam os casos particulares [...]”. E nesse aspecto sua referência explícita a Ratzel é expressiva do reconhecimento que conferia ao geógrafo alemão: “Cada vez mais se reforçou a noção de factos gerais ligados ao organismo terrestre e, com justificada razão, F. Ratzel insiste nesta concepção, que lhe serviu de pedra angular na sua Antropogeografia” (Ibid, p. 30).

Por meio do “princípio de unidade terrestre” e da noção de meio chega-se à de “factos de Geografia Humana”, ou seja, ao lugar que ela ocupa no âmbito da Geografia, pois, para La Blache (1921, p. 30) esses fatos “ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas”. Essa noção de meio, como resultado de combinações físicas, teve sua origem na Geografia botânica que possibilitava uma visão de conjunto do povoamento vegetal de uma região, não tardando que esse procedimento comparativo fosse aplicado ao povoamento humano – em relação com o meio – de uma região. Desse modo, estava aberto o caminho à compreensão e à definição de região.

Em suma, o que ressalta nitidamente destas investigações [relatadas no texto] é uma ideia essencialmente geográfica: a de um meio composto, dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca. Esta noção parece ser a própria lei que rege a geografia dos seres vivos. Cada região representa um domínio, onde se reuniram artificialmente díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum. (LA BLACHE, 1921, p. 34)

O apelo à Ecologia não é sem motivo e suas ideias centrais são incorporadas por La Blache. Se a Ecologia é tal como a definiu seu criador, citado por La Blache (1921, p. 35): “a ciência que estuda ‘as relações mútuas de todos os organismos que vivem num único e mesmo lugar, e a sua adaptação ao meio que os rodeia’. [...] é vidente que estas relações não abrangem só as plantas. [...] os animais dotados de locomoção e o homem com a sua inteligência estão melhor apetrechados para reagir contra os meios ambientes”. A região configura-se, portanto, por meio de um processo de adaptação e de coabitação de seres vivos

(planta, animais e o próprio homem) em que se destaca o elemento humano. Os dados da Geografia Humana nos levam a essa conclusão. Distintamente dos outros seres vivos, o homem em sua ação, presença e expansão pela Terra, influenciou o mundo vivo.

Dado que desde tão cedo a espécie humana se expandiu pelas regiões mais diversas, teve necessariamente de submeter-se a casos de adaptações múltiplas. Cada grupo encontrou no meio especial onde deveria assegurar a sua vida, tanto auxiliares como obstáculo: os processos a que recorreu por via de uns e outros representam outras tantas soluções locais do problema da existência. [...] As influências do meio unicamente se nos denunciavam através de um amontoado de contingências históricas que as velava. (LA BLACHE, 1921, p. 36, grifos nossos)

A descoberta das influências do meio no desenvolvimento variado da humanidade foi possível graças às explorações científicas e sua observação sistemática. O desvelamento das contingências históricas deixou em evidência as influências do meio sobre o desenvolvimento variado da humanidade, ao mesmo tempo em que colocava a necessidade de se compreender “os modos de existência”.

*A visão directa de modos de existência estreitamente relacionados com o meio, eis a novidade que devemos à observação sistemática das famílias mais isoladas, mais atrasadas da espécie humana. Os serviços que há pouco assinalávamos terem sido prestados à Geografia botânica pela análise de floras extra-europeias, são precisamente os mesmos que a Geografia Humana deve ao conhecimento de povos que ficaram próximo da natureza, os *Naturvölker*. Ainda que se observem mudanças, é impossível não reconhecer neles um carácter vincado de autonomia, de endemismo – e só por este podemos compreender como certos homens, colocados em certas e determinadas condições de meio e agindo conforme a própria inspiração procederam para organizar a sua existência. (LA BLACHE, 1921, p. 36, grifos nossos)*

Nos modos de existência, ou melhor, nos “gêneros de vida” está a chave de compreensão das diferentes formas de organização social. Os estudos sobre a mobilidade e a densidade de população eram também de suma importância para se compreender as formas de ocupação da superfície terrestre, pois,

a existência de um denso agrupamento de população, de uma coabitação numerosa de seres humanos num mínimo de espaço, mas que todavia garante à colectividade meios seguros para viver, é, se bem reflectirmos, uma conquista que só pôde realizar-se graças a raras e preciosas circunstâncias. (LA BLACHE, 1921, p. 37)

Esses estudos analíticos poderiam ajudar a compreender a gênese dos agrupamentos atuais, à época, que remontam de um passado longínquo, sua complexidade e a ausência de homogeneidade de uma população numa mesma região. A heterogeneidade dos grupos numa mesma organização social também impressionou La Blache. Estava, portanto, colocado o problema da coexistência na organização social¹¹. Mas a resposta não foi encontrada numa

¹¹ Retomarei a discussão desse tema na teoria social subjacente à Filosofia da criação humana de Castoriadis no capítulo IV.

perspectiva historicista se a compararmos com as características que definem o historicismo como movimento filosófico: a distinção entre as Ciências da Cultura (ou do espírito) e as Ciências da Natureza com seus métodos e objetos próprios, a concepção teleológica da História, a ênfase na dimensão subjetiva das Ciências Humanas. A teoria social que alicerça a concepção de sociedade em La Blache advém da teoria social de vertente positivista, amenizada e incorporada por meio das variações que sofreu no pensamento social francês.

[...] *grupos heterogêneos combinam-se numa organização social que da população de um país, considerada no seu conjunto, faz um corpo. Acontece, por vezes, que cada um dos elementos que entra nesta composição adoptou um modo de vida particular [...]. A maior parte das vezes [...] a influência soberana do meio, nas sociedades da Europa, tudo ligou a ocupações e costumes análogos; e marcas materiais assinalam essas analogias. Tal é a força moldadora que prevaleceu sobre as diferenças originais e as combina numa adaptação comum. As associações humanas, do mesmo modo que as associações vegetais e animais, compõem-se de elementos diversos submetidos à influência do meio: não se sabe que ventos os trouxeram, nem donde, nem em que época; mas coexistem numa e mesma região que, pouco a pouco, os marcou com seu cunho.* (LA BLACHE, 1921, p. 39, grifos nossos)

Adaptação como meio, evolução por princípio, solidariedade de necessidades por fim constituem as noções com as quais La Blache procurou compreender a coexistência das diferentes e complexas formas de organização social e dos agrupamentos humanos. Corpo, órgão e organismo também são conceitos empregados para nomear a população, a instituição e a organização social. O procedimento de análise implicava a observação, a descrição, a comparação e analogia e seu recorte analítico é a região. Se em Ratzel encontramos o território como recorte de análise, em La Blache a região assumiu esse papel como substrato natural a conferir unidade ao diferente. O homem aparece como “factor geográfico”, posto que, “Ele é, ao mesmo tempo, activo e passivo – pois, segundo a sentença bem conhecida, *«natura non vincitur nisi parendo»* [Não se vence a natureza senão obedecendo-lhe]”, como concebeu La Blache (1921, p. 41). A civilização é a expressão da luta que os grupos humanos travam com os obstáculos do meio, seja modificando-o ou adaptando-se a ele¹². É que a Terra é “algo vivo”, ou seja, um organismo vivo no qual ocorre a vida.

¹² Segundo Claval (1999), Vidal de La Blache comungava das ideias dos geógrafos alemães e americanos quanto à pertinência do fato cultural na Geografia, ou seja, a dimensão cultural da atividade humana sobre o meio deve ser compreendida levando-se em consideração as técnicas e os instrumentos que as sociedades utilizam, cujas marcas modelam a paisagem. A compreensão dos elementos que atuam na transformação do meio e na conformação da paisagem tem por referência os gêneros de vida. Estes se caracterizam pelas técnicas, formas de *habitat* e de organização espacial de um povo, na sua dimensão material. A paisagem e a região expressam a dimensão material desses gêneros distribuídos pela superfície terrestre. Sendo assim, a paisagem se constituiria como objeto central das pesquisas em Geografia Humana e, por conseguinte, da Geografia Cultural. O pensamento desses geógrafos evidencia os vínculos e as distinções da Geografia Humana com a Geografia Cultural, estabelecidos a partir da relação homem-meio. Das polarizações em torno de um dos elementos dessa relação surgiram também as distinções entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”.

A vida, transformada na passagem de organismo em organismo, circula através de uma multidão de seres: uns elaboram a substância de que se alimentam os outros; alguns transportam germes de doenças que podem destruir outras espécies. *Não é exclusivamente graças ao auxílio de agentes inorgânicos que se verifica a acção transformadora do homem*; este não se contenta em tirar proveito, com o arado, dos materiais em decomposição do subsolo, em utilizar as quedas de água, devidas à força da gravidade em função das desigualdades do relevo. *Ele colabora com todas estas energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio. O homem entra no jogo da natureza.* (LA BLACHE, 1921, p. 42, grifos nossos)

As sociedades, as formas de organização social, no máximo mudam por sua própria evolução, mas o imperativo revolucionário está ausente de qualquer horizonte de transformação social. Em Ratzel a dimensão política se fez presente, em relação estreita com o território, mas em La Blache é quase ausente se considerarmos outras de suas obras¹³. No quadro que ele traçou da Geografia Humana, a dimensão política é quase invisível. A ação humana resume-se numa relação metabólica com a natureza, pois é o homem que nela entra. Mesmo se fosse o contrário, a “natureza entrando no homem” por meio de sua própria ação, ainda assim seria uma relação metabólica. A ação humana não era tematizada num domínio social-histórico em que a criação pudesse abrir brechas na evolução ou ultrapassá-la como elemento explicativo da coexistência e da organização sociais.

As primeiras décadas do século XX foram cruciais para a legitimação da Geografia científica. Ocupados que estavam em conferir legitimidade e garantir um estatuto científico à Geografia no seio das ciências, os geógrafos passaram ao largo da crise das Ciências Humanas e, sobretudo, da atenção e do “olhar” dos filósofos. Preocupados em conferir uma identidade própria à Geografia, os geógrafos se viram às voltas com as questões de método e de objeto de estudo da ciência geográfica, com a dicotomia entre Geografia geral e Geografia regional e as dificuldades de reconhecimento de uma Geografia Humana diante de uma Geografia Física até então concebida como Geografia geral.

Cuando a finales del siglo XIX comienza a desarrollarse la geografía humana, esta nueva rama no fue fácilmente aceptada, y encontró, sobre todo, grandes dificultades para su reconocimiento en el país donde la ciencia geográfica había alcanzado un mayor nivel, Alemania. Los testimonios de esta resistencia al reconocimiento son numerosos y coincidentes. El mismo Ratzel afirma explícitamente en el prólogo de la segunda edición del volumen I de su *Anthropogeografie* (1899) que “mientras que en Alemania, la patria de Carl Ritter, se discute aún si debe considerarse que la antropogeografía forme parte de la ciencia geográfica”, en otros países la acogida de la obra había sido favorable; entre estos países cita concretamente Francia, Inglaterra,

¹³ Segundo Dosse (1993, 2 v, p. 348): “Por ocasião do Congresso Internacional de Geografia que se realiza em Paris em 1931, a hora é do triunfalismo para essa escola francesa de geografia que se vê consagrada em sua preeminência pelos geógrafos do mundo inteiro. [...]. Terminada a guerra e reconquistada a Alsácia-Lorena, a geografia vidaliana vai fazer escola ao se desembaraçar dessa perspectiva patriótica e furtar-se à dominação do estado. Deixa então o político, conquista a liberdade de ir e vir, e passa a percorrer o país de *lés a lés*. Os mentores dessa escola são, na época, Albert Demangeon e Emmanuel de Martonne”.

Italia, Estados Unidos y Hungría, donde la Academia de Pest había realizado ya una traducción de su obra.(CAPEL, 1984, p. 13-14).

Ainda que a Geografia Humana tenha encontrado dificuldades em ser reconhecida, essas dificuldades não foram tematizadas no contexto mais amplo da crise das Ciências Humanas, quando a veemência do prestígio da Geografia Física, cuja legitimidade amparava-se nas Ciências Naturais, desacreditou a pertinência de uma Geografia que visasse os fenômenos humanos e sociais. Tal fato ocorreu desde a Alemanha, na França, até a Grã-Bretanha, como indica Capel (1984, p. 17): “En Gran Bretaña la división fundamental a fines del siglo XIX y principios del XX, parece establecerse también en un sentido muy semejante al de la división de Vareño, es decir, entre una geografía física y geografía regional”.

Havia as dificuldades da Geografia em realizar a travessia entre os domínios da natureza e do social, em posicionar-se no quadro das classificações que distinguiu as Ciências Naturais das Ciências Humanas, uma vez que a noção de ciência de síntese parecia ser uma resposta plausível e coerente às questões relativas ao seu objeto, aos métodos que emprega e a sua identidade. Questões que acompanham e são reiteradas constantemente na história dessa ciência. Contudo, as respostas a essas questões configuram um leque variado de concepções sobre o objeto, o método e a definição de Geografia. Nesse contexto, a afirmação da Geografia Humana não se fez de modo contínuo e sem retrocessos.

La expresión geografía humana aparece como nombre de una sección por primera vez en el congreso internacional de geografía de 1895 (“Geografía humana y Etnografía”), para desaparecer inmediatamente y reaparecer tres decenios más tarde, en el congreso de 1928 y los siguientes. (CAPEL, 1984, p. 20)

Assim, diferentes epistemologias e ontologias serviram-lhe de fundamento como um conhecimento científico, seja pelo viés empirista, seja pelo viés racionalista ou por tentativas de aproximação com outras abordagens alternativas¹⁴. Segundo Claval (1974), a Geografia Humana era concebida como “Geografia Social”, cuja denominação remonta a Camille Vallaux, já em 1908, tal denominação havia sido utilizada também por Elisée Reclus. Essa denominação tinha por referência os estudos clássicos e a análise de tipos de sociedades, de grupos, modelos de vida. Entretanto, apresentava limitações quanto à dimensão social dos fenômenos estudados. A Geografia clássica pressupunha um nível de percepção das coisas no interior de suas observações e pensava que descrever era reproduzir o objeto como um dado bruto, empírico e em sua imediaticidade.

Se trata realmente de una incursión de la geografía en el ámbito social, aunque de una incursión limitada. El geógrafo clásico busca inspiración en las ciencias sociales,

¹⁴ Conforme historia Gomes (1996).

pero no pretende de ellas grandes principios de explicación de las distribuciones y combinaciones que observa, y se limita como máximo a introducir en ella “la fuerza de la costumbre [...]”. (CLAVAL, 1974, p. 163, grifos nossos)

Uma das vias possíveis de interpretação da história da constituição da Geografia Humana e de suas limitações pode ser trilhada percorrendo-se os vínculos que ela estabeleceu com a teoria social moderna e contemporânea. Ao estabelecermos relações entre as correntes filosóficas e a epistemologia da Geografia, na maioria das vezes, esquecemos que métodos, conceitos e categorias filosóficas não são introduzidos diretamente no campo científico por simples menção ou identificação de procedimentos. No campo das Ciências Humanas, a relação entre estas e a corrente filosófica específica ou em questão é mediada pela teoria social que essa filosofia traz em seu bojo. Nesse sentido, a teoria social pode ser mais bem compreendida se a concebermos distinta da Filosofia e de uma ciência em particular, mas que mantém com elas vínculos fundamentais.

III. 2. Filosofia e teoria social

Tal referência não explica a relação entre teoria social e Filosofia, ou seja, como se passou da Filosofia à teoria social, relação que antecede o aparecimento da Sociologia científica com Augusto Comte (1798-1857) e Emile Durkheim (1858-1917).

A transição da filosofia do âmbito do estado e da sociedade fora parte intrínseca do sistema de Hegel. Suas ideias filosóficas básicas se haviam tornado efetivas sob a forma histórica específica que o estado e a sociedade tinham assumido, e esta última passou a ocupar o centro de um novo interesse teórico. Desta maneira, a filosofia passou à teoria social. (MARCUSE, 1988, p. 231)

Marcuse localiza essa passagem no século XIX, com a filosofia hegeliana e mostra que a história tradicional da filosofia hegeliana – aquela que se centrou em retratar a “escola hegeliana” cindida em dois grupos, o de “esquerda” e o de “direita” –, é muito esquemática e elimina algumas distinções importantes, sobretudo, quando se considera que essa filosofia não ficou circunscrita àqueles dois grupos e renasceu, depois de um período de recrudescimento, nas últimas décadas do século XIX. Ainda que tenha sido para colocá-la de “ponta a cabeça”, a dialética hegeliana se tornou parte da teoria marxista e depois da interpretação leninista da história, seus desdobramentos talvez mais conhecidos, como também alguns conceitos da filosofia hegeliana, foram incorporados na Sociologia, na Jurisprudência e na História. Ou seja, a teoria social marxista manteve as tendências críticas da filosofia hegeliana, enquanto em outras perspectivas houve uma “luta *contra* Hegel”.

O sistema de Hegel levou a termo o período da filosofia moderna que começara com Descartes e dera corpo às ideias básicas da sociedade moderna. Hegel foi o último a interpretar o mundo como razão, a sujeitar a natureza e a história aos critérios do pensamento e da liberdade. *Ao mesmo tempo, ele identificou a ordem política e social efetuada pelos homens com a base sobre que se devia realizar a razão. Seu sistema trouxe a filosofia ao limiar da negação da filosofia, constituindo por isso o único elo entre as formas velha e nova da teoria crítica, entre filosofia e a teoria social.* (MARCUSE, 1988, p. 232, grifos nossos).

Execrado por alguns, venerado por outros, o certo é que por mais que se tenha tentado reduzir Hegel e sua filosofia ao jargão de “idealismo racionalista”, não se pode ignorar a reviravolta provocada por ele na Filosofia, na Política, na concepção de História e de Ciência, na dialética e na relação entre elas e realidade social. O trabalho de negação, operado pelo método dialético desenvolvido por Hegel, respondia pela denominação de “filosofia negativa” conferida ao seu sistema filosófico. É por meio do impacto desse sistema filosófico na teoria social moderna que se pode avaliar a influência de Hegel não só na teoria social marxista, como também nas teorias sociais que refutavam o hegelianismo sob a forma de contracorrentes, como a “filosofia positiva” e até mesmo no pensamento contemporâneo.

O método, porém, que funciona neste sistema, tinha alcance muito mais amplo do que os conceitos que produziu. Pela dialética a história fora incorporada ao próprio conteúdo da razão. *Hegel demonstrara que os poderes materiais e intelectuais da humanidade haviam se desenvolvido o bastante para convocar a prática social e política a realizar a razão. A própria filosofia requeria, pois, diretamente, a teoria e a prática sociais, não a título de forças externas, mas como suas legítimas herdeiras. Se fosse possível qualquer progresso para além da filosofia este deveria ser um progresso para além da filosofia como tal e, ao mesmo tempo, para além da ordem social e política a que a filosofia havia ligado seu destino.* (MARCUSE, 1988, p. 236, grifos nossos)

Ao ressaltar o impacto e a passagem da filosofia hegeliana pela teoria social, Marcuse (1988) destacou o trabalho de negação efetuado sobre essa filosofia, de um modo, pela inversão operada por Marx: os conceitos filosóficos tornaram-se categorias econômicas e sociais na teoria marxista; enquanto que as categorias econômicas e sociais são conceitos filosóficos no sistema hegeliano. Feuerbach teve importante papel no desenvolvimento dos conceitos de Hegel até Marx. O trabalho de negação da Filosofia em sua dimensão especulativa também foi alvo da crítica de Marx, para o qual a realidade social devia ser revolucionada praticamente. Por esses motivos pode se tentar compreender não só a relação entre Filosofia e teoria social, como também a concepção de teoria social como uma forma de intervenção política, de que nos fala Gregory (1996).

A relação entre a filosofia hegeliana, a teoria social e a teoria social marxista não responde por um desdobramento único. Após a morte de Hegel sua filosofia foi duramente

criticada, a “filosofia negativa” como fora denominado o sistema hegeliano, e abriu caminho para uma tendência oposta, a “filosofia positiva” que, no início do século XIX, não havia ainda adquirido a feição madura do positivismo comteano, outro modo de negação da filosofia hegeliana. Aquela filosofia apresenta algumas características que se opunham à “filosofia negativa”, a saber, a restauração da autoridade da experiência, isto é, a valorização do empirismo; a luta contra o racionalismo crítico; o entendimento de que na sociedade imperam leis universalmente válidas como na natureza e os fenômenos sociais não são criações do trabalho histórico dos homens e da razão. A uma sociedade fundada no conflito, na luta dos contrários, como assegurava Hegel, deveria sobrepor-se a ideia da sociedade assentada na ordem e na coesão social. Assim, durante o século XIX, a teoria social foi estimulada pelo positivismo, que assumiu sua feição mais bem acabada em Comte.

Comte separou a teoria social da sua ligação com a filosofia negativa e colocou-a na órbita do positivismo. Ao mesmo tempo abandonou a economia política como raiz da teoria social, e fez da sociedade objeto de uma ciência independente, a sociologia. As duas fases estão correlacionadas: a sociologia se tornou uma ciência por renunciar ao ponto de vista transcendente da crítica filosófica. A sociedade passava agora a ser tomada como um complexo mais ou menos definido de fatos, governados por leis mais ou menos gerais – uma esfera a ser tratada como qualquer outro campo de investigação científica. Os conceitos que explicam este domínio deveriam ser derivados dos fatos que o constituem, enquanto que as decorrências, de maior alcance, dos conceitos filosóficos deveriam ser excluídas. (MARCUSE, 1988, p. 309, grifos nossos)

Essa “revolução” na relação entre teoria social e Filosofia, promovida por Comte, trouxe desdobramentos para a teoria social a começar pela variação semântica. O vocábulo “positivo” passou a significar uma oposição à “filosofia negativa”, assentada no racionalismo crítico, e uma transformação nas relações entre teoria filosófica e teoria científica. Se o racionalismo crítico da filosofia negativa concebia a sociedade e a História por meio da contradição, do conflito, da dialética que lhes são imanentes; a “filosofia positiva”, ainda que ancorada num tipo de racionalismo, apregoava o predomínio da ordem, da harmonia e da observância das leis naturais que regem também a sociedade e a História¹⁵. Não sem motivo,

¹⁵ Segundo Giddens (2001), Comte tinha como preocupação visceral a “anarquia moral” e a “fé na ciência”. Ele buscava a formulação de uma filosofia moral que, frente à suplantação do feudalismo, evitasse a dissolução completa da ordem moral, que fornecesse critérios únicos para a obtenção da verdade em oposição à religião e à metafísica. Buscava a formulação de um meio exclusivo, científico, para que os seres humanos, compreendendo as condições de sua existência, pudessem controlá-las racionalmente.

portanto, pôde se denominar a Sociologia de “física social”¹⁶. Desde então, a fronteira entre teoria social e ciência social, a Sociologia, tornou-se quase indiscernível¹⁷.

Estamos usando a palavra sociologia no seu exato sentido, para designar o tratamento da teoria social como uma ciência especial, com um objeto, uma estrutura conceitual e um método próprio. *A teoria social é tomada como “a ciência da sociedade”, investigando de modo particular as relações sociais entre os homens e as leis e tendências que nela operam.* (MARCUSE, 1988, p. 337, grifos nossos)

Giddens (1998) identifica o nascimento da moderna teoria social em Comte e compreende o positivismo em dois sentidos: o específico e o geral. No primeiro, o termo se aplicaria àqueles que se autodenominaram positivistas ou aos seus escritos. Nesse sentido, pode-se identificar duas grandes fases de desenvolvimento do positivismo: uma centrada na teoria social e outra mais voltada especificamente à epistemologia. Na primeira fase o domínio é o das obras de Comte. Mas o termo pode também ser empregado de forma mais ampla e difusa; a segunda fase, para se referir aos escritos dos filósofos que adotaram um conjunto de perspectivas conexas, tais como o “fenomenismo” que apregoava a ideia de que a realidade consiste em impressões sensíveis, na aversão à metafísica, a concepção da filosofia como método de análise, a aceitação da dualidade entre fato e valor, e a noção de unidade da ciência.

Na segunda fase, há uma ampliação do positivismo para além da Sociologia comteana. Mas na qual há uma permanência de alguns traços que constituem o fundamento intelectual dos escritos de Comte, tais como: o ataque frontal à metafísica subjacente à filosofia do século XVIII. Comte incorporou, formalmente, a fase metafísica na evolução da humanidade como estágio superado pelo advento do positivismo e quanto à crítica à religião compartilhava do ideário iluminista, mas a concebia como uma fase que antecede o estágio metafísico na “lei dos três estágios”, como etapa da evolução social como destaca Giddens (1998, p. 170).

Conforme avalia esse autor, Comte preservou o termo progresso, oriundo dos iluministas, depurando-o do radicalismo presente na filosofia iluminista, uma vez que haveria subserviência da sociedade às leis naturais do desenvolvimento. No *Curso de filosofia positiva*, Comte estabeleceu uma relação de tipo novo entre a Filosofia e a Ciência: “o fato de

¹⁶ Conforme afirma Giddens (2001), de início Comte usou o termo “física social” para designar a nova ciência que formulara. Mas logo sentiu a necessidade de distinguir sua concepção dos estudos de “estatística social” de Quételet, daí ter substituído o termo inicial por Sociologia.

¹⁷ Com efeito, para os frankfurtianos: Marcuse, Adorno, Horkheimer e Habermas, o positivismo se tornou uma visão de mundo, ou seja, uma filosofia muito mais ampla do que aquela formulada por Comte e que estava em estreita relação com o ideário iluminista. A formulação da noção de “teoria tradicional” advém dessa concepção e o seu contraponto foi a formulação do que Adorno e Horkheimer denominaram de “teoria social crítica” ou apenas “teoria crítica”. Voltarei a essas denominações quando tratar da proposta de Soja (1993) acerca de uma “teoria social crítica” do espaço.

que esse trabalho realmente declarou o fim da Filosofia tal como era praticada anteriormente: como empreendimento independente, distinto das conquistas das ciências”, isto é, reduziu “a filosofia a expressar a síntese emergente do conhecimento científico”, como analisa Giddens (1998, p. 173). O termo positivo tornou-se equivalente de “espírito científico” que pode ser caracterizado pela orientação para a ‘realidade’ e para a ‘utilidade’, o espírito positivo apresentaria um caráter construtivo em oposição ao espírito metafísico que seria incapaz de organizar e limita-se a criticar; certeza e precisão; ‘tendência orgânica’ e uma ‘perspectiva relativista’, rejeição ao absolutismo. Na interpretação de Comte por Giddens (1998, p. 173): “as leis que governam a co-variação dos fenômenos sempre conservaram um caráter condicional, na medida em que eram passíveis de indução com base nas observações empíricas, em vez de serem afirmadas como ‘essências absolutas’”.

Todavia, Giddens evidencia a importância de Comte e de Marx para o século XIX, suas obras *Curso de filosofia positiva* e *O capital*, respectivamente, influenciaram significativamente também o pensamento social contemporâneo; havendo pontos em comum, apesar de distinções fundamentais, entre esses dois pensadores, pois eles

compartilharam as preocupações do século XIX com as crises desencadeadas pela revolução política e pelo advento do industrialismo. *E cada um voltou-se para as conquistas da ciência natural ao procurar desenvolver o entendimento social que permitiria aos seres humanos utilizarem com sucesso as forças assim liberadas para o autoaprimoramento. Tanto para Comte como para Marx, o desenvolvimento dessa autocompreensão surge como extensão lógica do sucesso da ciência natural, em que a desmistificação do mundo físico pela primeira vez torna possível e, na verdade, necessária a compreensão científica das fontes da própria conduta humana.* (GIDDENS, 2001, p. 218-219, grifos nossos)

É certo, porém, que Marx via a superação da Filosofia pela Política, conforme ele mesmo enfatizou nas *Teses sobre Feuerbach*. Diferentemente, Comte estabeleceu uma hierarquia das ciências que se expressa na “lei dos três estágios”. Essa hierarquia compreende tanto o sentido analítico quanto o histórico.

As ciências formam uma hierarquia de generalidade decrescente, mas de progressiva complexidade; cada ciência mantém dependência lógica das outras abaixo dela na hierarquia e, apesar disso, lida simultaneamente com uma ordem emergente de propriedades que não podem ser reduzidas àquelas com as quais as outras ciências estão envolvidas. (GIDDENS, 2001, p. 219)

A formulação da Sociologia, isto é, de uma ciência própria à conduta humana, é inseparável do progresso do pensamento humano, em que o estágio teológico é ultrapassado pelo metafísico e este pelo estágio positivo. No século XIX, Comte pensava que ainda estávamos numa fase “pré-científica” no que se refere à compreensão da sociedade humana. A tarefa dessa nova ciência não se limitava a analisar “a transmutação do pensamento humano

pela ciência, mas, em essência, completá-la”, como assegura Giddens (2001, p. 220). Portanto, a Sociologia tinha uma finalidade prática. No *Curso de filosofia positiva*, Comte se ocupou em precisar a necessidade de se conciliar a ordem com o progresso. Desse modo, visava distinguir sua “filosofia positiva” da “metafísica revolucionária”, que buscava o progresso à custa da ordem, ou seja, a subversão de qualquer forma de governo como tal; e da teoria política da “escola retrógrada” (do conservadorismo católico), que queria a ordem, mas era contra o progresso ao defender a volta à hierocracia feudal.

Importa reter, desse breve e esquemático histórico da relação entre Filosofia e teoria social, o diálogo inevitável que se é instigado a estabelecer quando se assume uma determinada posição teórica e uma perspectiva metodológica. Importa também considerar que, resguardada a necessidade desse diálogo, o que se pretende é identificar os traços da teoria social na constituição da Geografia Humana. Não só em Ratzel, mas ao longo de sua constituição, a Geografia Humana tem se alimentado de ideias, noções, conceitos e métodos de variadas vertentes da teoria social¹⁸.

A vertente francesa da Geografia Humana prosperou por pelo menos três motivações: a continuidade e as variações que os discípulos de La Blache nela efetuaram; o vínculo e a forma de integração que os historiadores dos *Annales* estabeleceram com Geografia lablachiana e a relação pacificadora que os geógrafos estabeleceram com os sociólogos.

III. 3. A Geografia lablachiana por seus discípulos: continuidades e variações

Emmanuel de Martonne (1873-1955) organizou e publicou os textos e as anotações de La Blache que constituem o livro: *Princípios de geografia humana*, obra póstuma do pensamento lablachiano. De Martonne foi um dos destacados geógrafos que promoveram a institucionalização da Geografia vidaliana e, além de membro da *Revista dos Annales*, foi também mediador entre os historiados e os sociólogos durkheimianos. Desde 1891 que os geógrafos tinham uma revista oficial, os *Annales de Géographie*, e ocupavam grande parte do cenário acadêmico em Paris e nas províncias. Assim, nas décadas de 1920-30, a Geografia francesa prosperou institucionalmente por meio do empenho De Martonne que “funda a

¹⁸ O diálogo entre Geografia e Filosofia é tão vital quanto o da teoria social com a Filosofia, pois, é nele que, na maioria das vezes, encontramos uma teoria social a balizar nossas formulações acerca de uma epistemologia específica para a ciência que pretendemos reformular. O risco que se corre é o de reduzir a identidade própria seja da Filosofia ou da ciência ou de confundi-las pela eliminação de qualquer singularidade. O que mantém a vitalidade desse diálogo é o fato de, em algum nível, a interrogação científica compartilhar da interrogação filosófica. Esse esclarecimento é necessário à compreensão do sentido que a relação entre teoria social e Filosofia tem para esse estudo e da afirmação de uma teoria social presente na Filosofia de Castoriadis que indica possibilidades de se conceber o território como uma *significação imaginária social*.

Associação dos Geógrafos Franceses, consegue a abertura do Instituto de Geografia de Paris em 1923, preside em 1921 a criação do Comitê Nacional de Geografia e lhe confiam a organização do Congresso Internacional de Paris em 1931 pela União Geográfica Internacional” segundo Dosse (1992, p. 33).

Jean Brunhes (1869-1930) foi aluno e discípulo de Vidal de La Blache, tendo publicado, em 1910, seu livro: *Geografia Humana* que foi apresentado por La Blache, em sua primeira edição, à *Académie des Sciences Morales et Politiques*. Essa apresentação é um testemunho do apreço que La Blache sentia por este seu discípulo, como também um reconhecimento da importância dessa obra para a Geografia Humana, na França. Para Lebon (1976), Brunhes foi influenciado pela escola alemã, por A. Penck e O. Schlüter, quanto à análise da paisagem visível. Sua concepção de Geografia Humana foi também comentada por Deffontaines (1962, p. 9) que prefaciou a edição brasileira daquela obra.

Para Jean Brunhes, este novo ramo da Geografia deveria demonstrar esses vínculos que a prendiam ao homem, até mesmo através do seu próprio nome. Foi ele quem impôs a denominação “Geografia Humana”, em lugar da de Antropogeografia; entretanto, era esta uma denominação que se revestia de uma singular audácia: nenhuma outra ciência ousou atribuir a si própria um tal qualificativo, nem mesmo a História – a qual não se declara humana, embora tenha a seu lado uma história dita natural.

Além da paternidade da denominação, Brunhes parece ter sido o primeiro a introduzir a noção de fato¹⁹ na Geografia Humana, mais precisamente a noção de “fatos essenciais” que constituem a atividade do homem sobre a Terra, classificou-os em três grupos: *Fatos de ocupação improdutiva; Fatos de conquista vegetal e animal; Fatos de economia destrutiva*. Ao precisar o que é a Geografia Humana, Brunhes conduz, de início, às “relações gerais entre

¹⁹ Noção oriunda da Sociologia durkheimiana na qual tem um sentido fundamental, a saber: os fatos sociais são o objeto de estudo da Sociologia e podem ser distinguidos por três características: a *coerção social* (a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, levando-os a conformar-se às regras da sociedade em que vivem, independentemente de sua vontade e escolha). O grau de coerção dos fatos sociais se torna evidente pelas *sanções* a que o indivíduo estará sujeito quando tenta se rebelar contra elas. Os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, são ao mesmo tempo *coercitivos* e dotados de existência exterior às consciências individuais. A *generalidade*, é fato social todo fato que é geral, que se repete em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Manifestam sua natureza coletiva ou um estado comum ao grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral. A generalidade distingue o essencial do fortuito e especifica a natureza sociológica dos fenômenos. A sociedade apresenta estados *normais* e *patológicos*: O fato social *normal* é assim considerado quando se encontra generalizado pela sociedade ou quando desempenha alguma função importante para sua adaptação ou sua evolução. É aquele fato que não extrapola os limites dos acontecimentos mais gerais de uma determinada sociedade e que reflete os valores e as condutas aceitas pela maior parte da população. A *generalidade* de um fato social, isto é, sua unanimidade, é garantia de normalidade na medida em que representa o consenso social, a vontade coletiva, ou o acordo de um grupo a respeito de determinada questão. Um fato social *patológico* é aquele que se encontra fora dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente, como as doenças, são considerados transitórios e excepcionais, conforme sintetiza Costa (1997).

a Geografia Humana e a Geografia Física”, esta última aparecendo como a base natural àquela. E em seguida especifica os estudos geográficos.

O campo próprio dos estudos geográficos é constituído por uma zona dupla: a zona inferior do envoltório atmosférico de nosso planeta e a zona superficial da crosta sólida. Em todos os pontos em que essas duas zonas concêntricas entram em contato, produzem-se e são encontrados três grupos de fenômenos primordiais. (BRUNHES, 1962, p. 25)

Esses três grupos de fenômenos compreendem o calor solar, fonte de vida, que incidindo sobre “a superfície de aquecimento da atmosfera é a própria superfície terrestre”, os fenômenos atmosféricos são responsáveis pelos “fatos geográficos” (como por exemplo: “águas correntes e geleiras”) que deles resultam e que atuam modelando o relevo, e por fim, há a zona inferior da atmosfera, parte superficial do globo, onde se concentram todos os fenômenos da vida (vegetal, animal e humana). Brunhes (1962, p. 26) destacou a particularidade dos seres humanos, da forma de vida humana, em sua ocorrência na superfície terrestre entre as “camadas de rocha ou de água e a camada de atmosfera”. Sem o entendimento daqueles fenômenos não se compreende a ocorrência da vida e, tampouco, o âmbito de estudo da Geografia Humana, pois, “Esse *lugar*, onde se superpõem e se misturam todos esses fatos essenciais, circunscreve o teatro de observação dos geógrafos: é o domínio, por excelência, da Geografia” afirmava Brunhes (1962, p. 26). Da Geografia em sentido amplo. No entanto, os seres humanos são simultaneamente *fenômenos de superfície* e *fatos geográficos*, tais como, por exemplo, cidades, estradas, etc. Por essa via de formulação é que Brunhes (1962, p. 27) define a Geografia Humana: “O conjunto de todos esses fatos de que participa a atividade humana é um grupo verdadeiramente especial de fenômenos superficiais: ao estudo dessa categoria de fenômenos geográficos, damos o nome de Geografia Humana”. Diferentemente de La Blache, Brunhes faziam distinções rígidas entre a Etnografia e a Geografia Humana, pois julgava que os “fatos etnográficos” desviariam a atenção dos “fatos essenciais” da Geografia Humana.

O método de Brunhes é complementar ao de La Blache. Ao invés de um processo completo unificando a História, a Etnografia e a Geografia, verifica-se uma concentração nos ‘Fatos Essenciais da Geografia Humana: 1. A Ocupação Improdutiva do Solo – Casa e Rodovias; 2. A Conquista dos Mundos Vegetal e Animal; 3. A Ocupação Destrutiva do Solo, inclusive a Exploração de Minerais’. Fundamentalmente [...] *a Geografia Humana estuda as realizações materiais do homem, preparando o caminho para o estudo dos grupos e raças da humanidade*. (LEBON, 1976, p. 44, grifos nossos)

Lebon vê uma relação de complementaridade da abordagem de Brunhes com a de La Blache. Com efeito, a terminologia e as metáforas empregadas por Brunhes nos remetem mais

ao modo de percepção do mundo e da natureza pela Física, ainda que em estreita relação com a Biologia e a Botânica. Sua concepção de dinâmica terrestre, de movimento é emblemática de sua concepção de Geografia. Essa concepção pode ser mais bem compreendida quando consideramos os dois princípios formulados por Brunhes (1962, p. 27), o de *atividade* e o de *conexão*. O *princípio de atividade* requer que se considere que “os fatos geográfico, físicos ou humanos são fatos em transformação perpétua e devem ser estudados como tais”. Esse princípio se faz presente em todos os fenômenos terrestres e expressa essa percepção física integrada na formulação de vertente geográfica.

Regressão e progressão. Esses fenômenos humanos, como todos os fenômenos terrestres, nunca permanecem idênticos a si mesmos. Todos são animados por determinado movimento; é necessário estudá-los como se estudam os corpos em movimento: *precisar o ponto do espaço e o movimento do tempo em que se produzem; depois, indicar o sentido e observar a rapidez do próprio movimento*. (BRUNHES, 1962, p. 32, grifos do autor)

O princípio de conexão não é menos importante que o de atividade. Ele explica a idéia do “todo terrestre”, pois “os fatos da realidade geográfica estão intimamente ligados entre si e devem ser estudados em suas múltiplas conexões”, tal como o concebe Brunhes (1962, p. 32). Na formulação desse princípio revela-se um traço característico do pensamento geográfico do final do século XIX que é o princípio da unidade terrestre. A ele conjuga-se também a noção de *meio geográfico* que será mais bem elaborada por Albert Demangeon (1872-1940) que o distingue de *meio físico*.

Brunhes foi aluno também de Ratzel do qual teve acentuada influência. Via relações de determinação e influência dos fenômenos físicos – como o clima, a situação, a configuração e a estrutura de uma região – sobre o desenvolvimento histórico da organização social de um povo. Brunhes (1962, p. 41) fez menção a um “determinismo complexo harmônico hierarquizado”, expressão formulada por Claude Bernard, e preferiu a noção de “máquina terrestre” a de “organismo terrestre”, afirmando que “há, entre todos estes fenômenos [detalhados anteriormente] da máquina terrestre, uma solidariedade orgânica ou social”. Em sua concepção, a Geografia moderna não se contentava mais em apenas descrever a superfície terrestre, tratava-se de explicar os fenômenos, porque essa Geografia, doravante, estava dominada pelas ideias “capitais” de atividade e de conexão. Portanto, não se tratava mais de realizar um inventário, mas uma história; não mais uma enumeração, mas um sistema. A finalidade da Geografia moderna para Brunhes (1962, p. 43): “Tem como fim duplo observar, classificar, explicar os efeitos diretos das forças atuantes e os efeitos complexos destas forças associadas”.

Para Demangeon, contemporâneo de Brunhes, o surgimento da Geografia como ciência podia ser datado a partir do final do século XVIII. Até esse século, o que era considerado Geografia era a observação e a descrição dos diferentes costumes entre os homens na superfície terrestre. Não havia distinção entre Geografia e Geografia Humana.

Hasta entonces el estudio de los hechos que actualmente agrupamos bajo el nombre de Geografía humana: modos de vida del hombre en la superficie de la tierra, modos de agrupación, consistía en una simple descripción considerada principalmente como un conocimiento de carácter utilitario y práctico o como una imagen pintoresca de las costumbres y diferentes maneras de ser de los pueblos”. (DEMANGEON, 1956, p. 9)

Não havia ordem nesse conjunto de conhecimentos, tampouco explicação e um caráter científico, pois lhes faltavam organização, sistematização e classificação científicas. Os progressos da Geografia Humana estavam diretamente vinculados ao progresso do conhecimento científico do final do século XVIII, segundo Demangeon (1956). Esse progresso devia-se à atividade dos exploradores nas viagens de descobrimento e colonização que teriam possibilitado um acúmulo de conhecimentos sobre o globo terrestre. Esses conhecimentos possibilitaram comparar as sociedades humanas, verificar os graus de civilização alcançados por elas e dar-lhes um sentido de generalidade.

O método utilizado por Demangeon para definir o objeto da Geografia Humana é o das “aproximações sucessivas”, tal como ele o definiu. Ao defini-la, ele considera insuficiente afirmar que a Geografia Humana estuda as relações dos homens com o “meio físico”, primeiro porque interessa ao geógrafo o estudo dos homens em coletividade, as sociedades humanas; segundo, porque a noção de meio físico não dá conta da complexidade do meio produzido socialmente. Por isso Demangeon (1956, p. 12) preferiu falar de “meio geográfico” para distingui-lo de meio físico: “La expresión de medio geográfico es más comprensiva que la de medio físico; abarca no solamente las influencias naturales que pueden ejercerse, sino también una influencia, que contribuye a formar el medio geográfico, el contorno entero, la influencia del mismo hombre”.

A ação humana, por meio da iniciativa e da inteligência humanas, teria se estendido e transformado de tal modo as paisagens naturais, por vastas regiões, tornando a noção de meio físico insuficiente à compreensão geográfica daquela ação. Os avanços da ciência teriam amplificado a capacidade da ação humana em entender seu domínio sobre a natureza. Posto isto, podia se definir a Geografia Humana como estudo das relações das agrupações humanas com o meio geográfico. Tal definição permitia demarcar o objeto e seus limites. Ainda insatisfeito com essa definição, Demangeon (1956, p.13-14) se ocupou em apresentar o que denominou de quatro grandes grupos de problemas que resultam das relações das sociedades

humanas com o meio geográfico. No primeiro grupo, “existe el aprovechamiento por las sociedades humanas de los recursos que les proporciona la naturaleza o que han conquistado sobre ellas”. Trata-se dos modos de vida e a modelagem das zonas e regiões na superfície terrestre. No segundo grupo, “existe la elaboración progresiva por las sociedades a lo largo del tiempo y a través del espacio, de los diferentes procedimientos por los cuales ellas, para su subsistencia, han sacado partido de los recursos naturales, desde los más elementales a los más complicados [...]”. Nesse grupo intervêm dois elementos importantes: o tempo e a evolução do tipo de civilização. No terceiro grupo, “existe la distribución de los hombres en función misma de las condiciones de la naturaleza y de los recursos criados para su explotación: la extensión de la humanidad, su efectivo, su densidad, sus movimientos y sus emigraciones”. E por fim, no quarto grupo, “existe las instalaciones humanas, es decir, los modos de ocupación de la tierra desde las formas más simples hasta las agrupaciones más complicadas, desde la casa y la aldea hasta las ciudades y estados”. Estavam, portanto, demarcados os grupos de problemas que constituem o conteúdo da Geografia Humana e o seu trabalho de investigação se daria dentro desses amplos quadros.

Essa concepção de Geografia Humana e desses grupos de problemas está na origem do que atualmente identificamos com as especialidades ou “geografias setoriais”, as geografias: urbana, da população, econômica ou da indústria e comércio, agrária etc. E diante desse vasto quadro de problemas, Demangeon se propôs a formular um método que abarcasse ao mesmo tempo em que mantinha os limites traçados para a Geografia Humana. Estabeleceu, por conseguinte, o que denominou de “princípios de método”. O primeiro princípio considera que por sua vontade e iniciativa, o homem é uma causa que traz perturbações no que pode aparecer como uma ordem natural. Nesse sentido, é o grau de civilização que determina o meio geográfico, as possibilidades são postas pela iniciativa e vontade humanas, segundo Demangeon (1956). Sua concepção de civilização se equipara a de La Blache. O segundo princípio de método traz um diferencial em relação à concepção lablachiana e se aproxima mais da abordagem ratzeliana, referindo-se ao trabalho da Geografia Humana ou de suas tarefas como especificou Ratzel. Para Demangeon (1956, p. 15, grifos nossos): “*La geografía humana debe trabajar apoyándose sobre una base territorial. Dondequiera que viva el hombre, su modo de existencia implica una relación necesaria entre él y el substrato territorial. Es precisamente la consideración de este vínculo territorial lo que diferencia la geografía humana de la sociología*”. Esse trabalho da Geografia Humana se justifica por sua própria especificidade.

[...] la propio de la geografía humana es comprobar que el hombre no puede ser estudiado sin el suelo que habita y que el suelo es el fundamento de toda sociedad. Se puede decir incluso que cuanto más amplia y rica es esta base más profunda es la relación entre ella y sus habitantes. Cuanto más fuerte es la densidad de población y más intensiva la explotación de la tierra, más estrechos son estos lazos. (DEMANGEON, 1956, p. 15)

O território aparece como a base material, o substrato natural, que confere unidade e coesão numa sociedade humana. A utilização de um mesmo território criaria uma “solidariedade social” mais forte e duradoura do que os “laços de sangue”, tal como exemplifica Demangeon com as tribos de caçadores. Essa solidariedade ele pensa ter encontrado em várias partes da superfície terrestre e dentre elas destaca a América do Norte, onde as famílias constituídas se mantêm unidas mais pelo domínio de um mesmo território do que pelos laços de parentesco. Os exemplos de territórios coletivos também podiam ser encontrados em “povos agrícolas”. De Sanderson, Demangeon retira a noção de “princípio territorial”. A noção de território como base geográfica é uma das ricas formulações desse geógrafo francês que tenta conciliar a noção de território, numa perspectiva que remonta a Ratzel, e a de região, tal como a concebia La Blache.

Estos habitats en que los nombres se agrupan, donde trabajan, tiene dimensiones muy desiguales que pueden ir de la localidad elemental al gran territorio. Forman el marco en cuyo interior se distribuyen los hechos geográficos y, por sus caracteres propios, imprimen una originalidad a la humanidad que allí se reúne. (DEMANGEON, 1956, p. 16)

Esses *habitats* constituem as regiões como unidades que expressam os modos de vida. E a função da Geografia era compreender e descrever estas unidades regionais (sua personalidade). Aqui se desponta a dualidade complementar entre uma Geografia geral e uma Geografia regional, esta servindo de ponto de apoio àquela. Para se chegar à Geografia geral devia-se passar pela análise desses conjuntos particulares de que são as regiões, como pensa Demangeon (1956, p. 16): “A menudo se pueden captar myor las relaciones que unem a los hombres con su médio, por el análisis de los caracteres que componen la fisionomia de una región”.

O terceiro princípio do método trata da relação entre Geografia Humana e História, isto é, para ser compreensiva e explicativa aquela deve recorrer a esta. Mesmo considerando o estado atual das coisas, a Geografia Humana devia remontar ao passado para examinar a evolução. Assim se justifica a necessidade da História que aparece tão evolutiva quanto as próprias sociedades humanas. A evolução abarcando a todas, pois, segundo Demangeon (1956, p.17): “La historia abre vastos horizontes sobre el pasado que há visto sucederse tantas experiencias humanas. Esta noción de tiempo, de evolución, es indispensable. Sin Ella, la

razón de lo que existe se nos escaparía a menudo”. A fronteira entre a Geografia Humana e a Geografia Histórica parece indiscernível. E ao contrário dos *Annales*, Demangeon (1956, p. 17, grifos nossos) pressupõe a História como base da Geografia Humana: “*Todo el estudio de esta conquista del suelo se hace a base de historia. He aquí por qué los trabajos de geografía humana contienen siempre muchas investigaciones históricas [...]*”²⁰.

O que todos esses autores apresentados têm em comum, que subsiste como fundamento mais amplo, é o reconhecimento da necessidade de conferir à Geografia Humana uma cientificidade que não lhe deixaria nada a dever às outras ciências da época. A teoria social que constitui o estofado do pensamento geográfico é de vertente positivista, mesmo quando consideramos as variações introduzidas por Durkheim na concepção comteana.

O ideal de formulação de um meio exclusivo, científico, para que os seres humanos compreendessem as condições de sua existência e assim pudessem controlá-las racionalmente fazia parte da mentalidade da época. Segundo Giddens (2001, p. 227), “O fato de os modos de teorização social – em que os seres humanos são apresentados como meros objetos para si mesmos, como simples receptores de ações – terem sobrevivido por tanto tempo constitui uma marca da influência dessa tradição”. É possível localizar esse ideal numa tradição intelectual que remonta de Comte a Durkheim, qual seja, a de pretender que o positivismo e a Sociologia gerassem um *ethos* moral. A questão da possibilidade de realização desse ideal se fez presente em toda sua contundência nas décadas iniciais do século XX.

As três primeiras décadas do século XX, no continente europeu, foram marcadas por uma busca acirrada, no campo filosófico, de reformulação dos fundamentos das ciências, sobretudo, as humanas. Filósofos e cientistas formam agrupamentos para a realização de pesquisas e estudos acerca de uma realidade social densa em complexidade a desafiar a interrogação filosófica e a interrogação científica. É quando se constituem: o *Círculo de Viena*, o *Instituto de Teoria Social* ou *Escola de Frankfurt*, como ficou conhecido, e Husserl formula as linhas básicas da Fenomenologia. A Geografia e, por conseguinte, a Geografia Humana passam ao largo da crise das ciências e destas em relação com a Filosofia. Com efeito, pode-se afirmar que tanto na França quanto no Brasil a Geografia ainda não estava em crise.

De um lado, a tentativa do *Círculo de Viena* de resgatar princípios básicos do positivismo e de reformular o ideal de cientificidade, num confronto direto com a dialética e com o historicismo. De outro lado, o *Instituto de Teoria Social* buscando reformular o

²⁰ Veremos no capítulo V como variações dessa mesma proposição aparecem no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, particularmente, com Moraes (2002).

marxismo e resgatar a dialética, a dialética hegeliana, juntamente com os aportes da Psicanálise²¹. Numa perspectiva inovadora, Husserl formulava a Fenomenologia e procedia à crítica às “ciências do homem” e a “a crise da humanidade europeia”²². Todavia, os desdobramentos desses movimentos intelectuais que colocaram novamente em pauta a interrogação científica juntamente com a interrogação filosófica tardaram a ressoar no pensamento geográfico, sobretudo, a “teoria crítica”²³ e a “fenomenologia”²⁴. O positivismo

²¹ Além das tentativas de compreender a situação mundial e alemã nas décadas iniciais do século XX, como destaca Giddens (1998, p. 210): “Os filósofos de Frankfurt tentaram diagnosticar o início do ‘marxismo positivista’ nos escritos do próprio Marx”. Essa revisão do marxismo atacava pelo menos três pontos principais: o materialismo e a negação da intervenção ativa do sujeito na história, o materialismo monista e a visão da mudança como interveniência de ocorrências naturais, a noção de trabalho reduzida à transformação material da natureza. Tal como esclarece Giddens (1998, p. 211): “Na teoria crítica, o ‘positivismo’ tem um sentido mais amplo e mais difuso do que para a maioria dos outros autores, até mesmo mais ampliado do que aquele que atribui à ‘filosofia positivista’. Esse uso do termo tem que ser entendido contra o pano de fundo das tentativas dos filósofos de Frankfurt para efetivar uma crítica ambiciosa da tendência do desenvolvimento da cultura ocidental após o Iluminismo e, na verdade, em alguns aspectos básicos, desde os períodos clássicos. Os pais do Iluminismo provocaram um desencantamento do mundo quando substituíram o mito pelo conhecimento solidamente fundado e aplicaram esse conhecimento à tecnologia”.

²² Se o século XIX pode ser considerado o século da ascensão do homem a objeto científico e da emergência das Ciências Humanas como guardiãs desse “objeto”, o século XX pode ser considerado o século da crise da concepção moderna de sujeito e da crise dessas ciências. O conteúdo da crise, nas primeiras décadas do século XX, revelava-se na pretensão das Ciências Humanas em tratar do homem, como objeto e sujeito do conhecimento e de tudo aquilo que se refere ao humano com o mesmo estatuto de cientificidade de que se arrogavam as Ciências Naturais, já constituídas e embasadas em modelos hipotético-indutivos experimentais de versão empirista e determinista. Não obstante esse aspecto da crise, um outro aspecto veio juntar-se à questão da legitimidade das Ciências Humanas: sua relação com a Filosofia. Até o século XIX, pode-se dizer que tudo quanto se referia ao homem, ao humano, era estudado pela Filosofia. O conflituoso reconhecimento das Ciências Humanas passava também pela distinção e explicitação do que lhes cabia, na partilha do conhecimento, em relação à Filosofia. Em que pese os tropeços das Ciências Humanas, ora procurando pautar-se nas Ciências Naturais, ora procurando seu próprio caminho, elas se desenvolveram de forma gradativa e suscitaram novas questões à Filosofia que culminaram numa crise de grandes proporções: crise interna das Ciências Humanas, crise interna da Filosofia e crise das Ciências Humanas em relação com a Filosofia. Um dos elementos dessa crise pode ser encontrado na velha oposição das categorias objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade como distinção entre os domínios das ciências e da Filosofia: às primeiras caberia o estudo do que pode ser considerado objetivo e à segunda o estudo da subjetividade. A situação de crise era comum tanto à Filosofia quanto às Ciências Humanas. Foi, portanto, nessa situação de crise que Edmund Husserl (1859-1938), partindo da insatisfação com sua formação, inicialmente era matemático, e com as disciplinas científicas, desenvolveu sua pesquisa filosófica na tentativa de encontrar um fundamento novo para as ciências. Seu esforço filosófico destinava-se a resolver as crises: das ciências, das Ciências Humanas e da Filosofia, repensar seus fundamentos e os da racionalidade. Esse esforço traduziu-se numa nova Filosofia, a Fenomenologia, e, por conseguinte, numa nova ontologia.

²³ Sem dúvida a teoria crítica é mais complexa do que essa definição comparativa dada por Giddens (1998, p. 212): “A teoria crítica é uma defesa daquelas mesmas tradições da filosofia que os positivistas lógicos desejam mostrar como consistentes, em larga medida, com a metafísica vazia. Não é surpreendente que as duas escolas tenham se mantido armadas uma contra a outra por tanto tempo, e que sua influência recíproca fosse, de fato, muito pequena”. Mas nos permite ter uma noção do embate que se travava no campo intelectual no início do século XX.

²⁴ A inserção da abordagem fenomenológica na Geografia, na década de 1970, apresentava-se sob muitas perspectivas como: instrumento de crítica ao método racionalista vigente, possibilidade de fundamentar a explicação geográfica das “experiências vividas”, um meio de promover a aceitação da dimensão subjetiva nos estudos geográficos, e para se rever os conceitos de espaço, lugar, paisagem, meio, dentre outros. A síntese dos desdobramentos dessa inserção encontra-se particularmente nas formulações de Relph (1979) e Tuan (1980, 1983), e apresenta-se permeada de ambiguidades e ecletismo.

renovado teve maior aceitação e precedência no pensamento geográfico contemporâneo, particularmente, na Geografia Humana.

III. 4. A Geografia Humana entre a História e a Sociologia

A criação da *Escola dos Annales*, em 1929, o ano da grande crise, marcou um novo momento na constituição da Geografia Humana durante a primeira metade do século XX. É prudente considerar o projeto dos fundadores dessa Escola e o modo como se estabeleceu o vínculo da História com a Geografia. Na interpretação de Dosse (1992), a década de 1930 foi marcada pelos grandes temas “anti”, ou seja, pela negação que esse radical indica. A *Escola dos Annales* se opunha à Historiografia dita positivista, questionando o evolucionismo e o progressismo; e negava o político tal como ele se apresentava na Historiografia vigente. Sua ênfase recaía no econômico e no social em detrimento do político. A História lança seu olhar, doravante, em direção às outras Ciências Sociais, num deslocamento em direção a Geografia e a Sociologia, nesse primeiro momento. No entanto, o projeto de Bloch e Febvre não é menos ambicioso do que aquele que Ratzel projetava para a Geografia ou o de Durkheim (1858-1917) para a Sociologia²⁵.

O nascimento da Sociologia, na França, deu-se no final do século XIX e é incompreensível sem o papel que nele desempenhou Durkheim que foi “encarregado do primeiro curso de sociologia, enquanto tal, na Faculdade de Letras de Bordéus, em 1887” conforme Dosse (1992, p. 26), apesar das afirmações de reconhecimento atribuídas a Comte como seu criador. Essa incumbência e a forma como Durkheim a desempenhou lhe possibilitou criar uma “escola” e à Sociologia disputar uma posição hegemônica em relação às outras Ciências Sociais. A estratégia de Durkheim, na avaliação de Dosse (1992, p. 26): “consistiu em ganhar terreno em uma guerra de movimento, de conquista no território das ciências vizinhas, propondo-lhes relações de interdependência e a oferta de serviços”.

Durkheim morreu em 1917, mas os durkheimianos continuaram o debate com a Geografia criticando-a – pois pretendiam substituí-la pela “morfologia social” – e ao trabalho dos geógrafos por suas monografias regionais, representantes da geografia lablachiana, que não configuravam uma visão geral da sociedade. Criticavam o determinismo dos geógrafos e

²⁵ No Brasil, Santos (1926-2001) alimentou um projeto similar para a Geografia, no sentido de fundamentá-la com uma ontologia e uma epistemologia próprias, assegurando a legitimidade científica e acadêmica dessa ciência. A Geografia Humana tem sido, particularmente, exitosa com relação a esse projeto, ao constituir-se em referência para se pensar o espaço, o território e a globalização no final do século XX, como também o território brasileiro.

privilegiavam a pesquisa das causalidades num confronto aberto com a “escola geográfica vidaliana” no “apogeu da glória”. Nesse confronto, os durkheimianos viram os historiadores dos *Annales* saírem em defesa da Geografia, sobretudo, Lucien Febvre. No período entre-guerras eles se isolaram na *École Pratique des Hautes Études* e criaram em 1924 o *Instituto Francês de Sociologia*.

Quando, em 1913, foi publicado o artigo *Des caracteres distinctifs de la Géographie*, nos *Annales de Géographie*, La Blache não só deu uma resposta à crítica dos sociólogos como também definiu o escopo da Geografia perante as Ciências Sociais ao afirmar que a “Geografia é uma ciência dos lugares e não dos homens”²⁶. É nesse contexto de embate acadêmico e de disputa pelo poder que se pode também compreender essa definição de Geografia dada por La Blache. Nesse embate, Febvre interveio a favor da “escola vidaliana” numa dupla frente de “combate”: numa frente contra os durkheimianos e noutra contra a “escola alemã” de Geografia, representada, à época, pela *Antropogeografia* de Ratzel, à qual se denominou de “determinista” em oposição ao “possibilismo” da “escola francesa” de Geografia. Assim, criou-se uma dupla definição para a Geografia: ciência dos lugares e possibilista.

Porém, essa defesa da Geografia pelos historiadores se assentava num projeto mais amplo, como afirma Dosse (1992, p. 28): “Lucien Febvre e Marc Bloch retomaram o programa dos sociólogos e, sobretudo, a estratégia de tudo absorver”. Tal como fizeram com a Geografia, os durkheimianos também lançaram um desafio aos historiadores e o projeto dos *Annales* tanto foi impulsionado por esse desafio quanto pela apropriação dos procedimentos dos geógrafos. Ora, a Geografia vidaliana se encaixava, não só pelo prestígio que gozava à época, como pelos meios que oferecia para levar mais adiante o projeto dos *Annales*. O fato de essa Geografia pretender eliminar o político e o acontecimento, se atendo mais às permanências – apoiando-se na Geomorfologia e valorizando as estruturas estáveis da paisagem – e ao privilegiar o social e o econômico oferecia vários pontos de contato com o projeto dos *Annales*. Mas não só. Há que se destacar a personalidade de La Blache e o contexto europeu à época.

Paul Vidal de La Blache, no início historiador, volta-se a partir de 1872, depois da derrota francesa, para geografia, a fim de responder ao desafio da Alemanha, mais voltada do que a França para o mundo contemporâneo. Sua sistematização do objeto geográfico vai servir de modelo à futura escola dos *Annales*. A geografia, que nasce por volta dos anos de 1880, na França, se consagra, como mais tarde os *Annales*, na reação contra o positivismo da escola historiográfica. (DOSSE, 1992, p. 30)

²⁶ Ver a tradução desse artigo em *Perspectivas da geografia*, livro organizado, no Brasil, por Christofolletti (1985).

Além daqueles pontos de contato, a Geografia vidaliana apresentava ainda mais afinidades com o projeto dos *Annales*, a saber, a desconfiança em relação a toda construção teórica muito rígida preferindo a descrição e a observação. Uma ciência atenta ao tempo atual, a tudo que se mantém no presente, pelas permanências que formam as paisagens, que se apóia em metáforas oriundas de noções também da Biologia, tais como, meio, organismo, “modo de vida”, cotidiano, aspirante a ser uma ciência do concreto e do observável. É essa Geografia que interessa ao projeto dos *Annales*. As monografias regionais serviram de modelo à “escritura dos *Annales*”. Os procedimentos de investigação dos geógrafos e o objeto geográfico também se apresentavam como pontos de apoio à história que almejava um lugar de destaque e a liderança diante das outras Ciências Sociais, pois, a Geografia tinha uma penetração universitária mais vantajosa que a Sociologia, a garantir uma base institucional mais bem estruturada.

A ordem do discurso vidaliano corresponde à ordem das coisas no processo de identidade. Compreender, para Vidal de La Blache, é apenas localizar e comparar. A geografia vidaliana se afirma, então, como disciplina do presente contra a história historicizante. (DOSSE, 1992, p. 32)

A construção da Geografia Humana, por La Blache, tinha por base esses procedimentos e aquelas noções e conceitos inspirados na Biologia, mas que, no entanto, interessava ao projeto dos *Annales*. Afirmar que essa Geografia era historicista, isto é, que se apoiava no historicismo mais que no positivismo parece ser um abuso de linguagem²⁷.

A força do vínculo entre os *Annales* e a Geografia se dava também por meio de um ponto forte, a saber, a ligação com o poder e a reflexão sobre a crise. Tal como Dosse (1992) os percebe, os historiadores dos *Annales* não só estabeleciam uma aliança com as outras Ciências Sociais e seus especialistas como integravam seus método e conceitos, de modo a absorvê-las para melhor constituir-se e afirmar-se. Constata-se que mesmo o embate com os durkheimianos não impediu Bloch de realizar uma ruptura historiográfica ao mesmo tempo em que adotava o conceito durkheimiano de “fato social”, como “ferramenta do percurso histórico”. De modo análogo, Febvre integra o percurso geográfico no horizonte histórico e, em assim o fazendo, integra e limita o campo da Geografia, tornando-a auxiliar à História.

Sem dúvida, os *Annales* operaram uma “ruptura historiográfica” quanto à concepção de história, a inovação da “história-problema”, quanto ao modo de conceber a relação entre

²⁷ Com efeito, há alguns traços característicos do historicismo na Geografia lablachiana, mas um exame mais acurado nela não encontrará as distinções fundamentais do historicismo, nem o de Hegel, como vimos no capítulo 2, tampouco o de Dilthey quanto a distinção entre Ciências da Natureza e Ciências da Cultura, ver Löwy (1992).

passado e presente, quanto à ênfase no social e no econômico. Mas essa ruptura não se fazia apenas internamente, isto é, com a história vigente, se fazia também por meio de um processo antropofágico em relação com as outras ciências.

Na primeira metade do século XX, a Geografia foi a ciência que mereceu uma atenção significativa dos *Annales* ao ponto de se ver surgir um “novo paradigma”, o da “geo-história”, segundo Dosse (1992, p. 79): “novo paradigma muito fecundo que servirá de quadro obrigatório para todos os estudos monográficos do período pós-Segunda Guerra Mundial. [...] nasceu do reencontro entre a proposta de Vidal de La Blache e a dos *Annales*”. As razões desse “casamento”, segundo Dosse (1992, p. 79), podem ser mais bem compreendidas quando se considera a situação da França, à época: “revalorização da região, da província nessa França em que se começa a perder a consciência, [...], da grande centralização. Isso contribuiu para o sucesso da geo-história, que escolheu como eixo a região e o questionamento da especificidade de cada uma”. Assiste-se, portanto, a uma forma nova de concepção de historicidade, a “historicidade geográfica”.

Fixar a escritura histórica na permanência, na longa duração, em contato com a geografia e, ao contrário, mostrar em que a natureza é levada a se modificar no curso de sua história; assim é a dupla perspectiva na qual se inscreve a ruptura dos Annales, que pensa as relações entre historicidade e geografia em termos complementares e em termos de solidariedade necessária. (DOSSE, 1992, p. 80, grifos nossos)

Essa integração da Geografia na História não se deu sem contestação. Camille Vallaux e Demangeon reagiram contrariamente às limitações da Geografia perante a História em nome da pretensa defesa de Febvre. Mas não foi uma reação suficientemente forte para evitar os rumos que a integração tomava, pois, de certo modo, trazia benefícios aos geógrafos. Era uma das formas de propagar e manter viva a Geografia lablachiana. Uma dessas formas pode ser encontrada na institucionalização da Geografia, no Brasil, na década de 1930, sobretudo pela iniciativa e colaboração de geógrafos franceses²⁸.

A “geo-história” é o resultado do vínculo entre a “escola francesa” de Geografia e a História dos *Annales* renovada por Fernand Braudel (1902-1985). Renovação que consiste no alargamento do percurso do historiador que passa a abarcar do social ao estudo da civilização, este último termo parece ter sido inspirado por Marcel Mauss, sobrinho e continuador da “escola sociológica” francesa criada por Durkheim. Braudel também se inspira e é influenciado pela Geografia de Demangeon e De Martonne. A noção de meio, usada também como sinônimo de espaço, é uma das noções que serviu de fundamento para a “geo-história”

²⁸ A institucionalização da Geografia, no Brasil, particularmente, a Geografia Humana foi fortemente influenciada pelos geógrafos franceses Deffontaines e Monbeig, nas décadas de 1930-40.

de Braudel. Nela, a Geografia aparece como suporte da História e a noção de “longa duração” encontra no “espaço” dos geógrafos seu suporte teórico e metodológico. O espaço aparece como um fator explicativo na constituição diversa das civilizações. Mas uma das mudanças mais emblemáticas dessa renovação historiográfica e geográfica é a relação entre temporalidade e espacialidade, ou geograficidade²⁹. Segundo Dosse (2004, p. 128, grifos nossos): “*A temporalidade transforma-se assim em espacialidade até desaparecer por completo, e não é de espantar que a história, nesse processo de naturalização, se imobilize no solo*”. Boa parte das críticas feitas a Braudel têm por argumento essa imobilidade da História.

História das estruturas, história do meio, preocupação em não incorrer na superficialidade da história dos acontecimentos, da curta duração, e a tentativa de demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades não livraram Braudel da crítica por não ter mostrado a sua “geo-história” em movimento. No entanto, isto não impediu o reconhecimento de suas contribuições quanto à transformação das noções de tempo e espaço, e quanto ao modo de manejar o tempo, seu intento “de dividir o tempo histórico em tempo geográfico, tempo social e tempo individual”, enfatizando o tempo geográfico e a longa duração, conforme registra Burke (1991). Mas tão logo a voga estruturalista se alastrou, a História, e não apenas a “geo-história”, teve que prestar contas às exigências que o movimento estrutural lançou às Ciências Sociais.

Desde a década de 1930 até a de 1960, a Geografia conheceu uma ascensão patrocinada em grande parte pela *Escola dos Annales*, como historia Dosse (1992, 1993), e se reconciliou com a Sociologia, que cada vez mais trouxe ao cenário de discussão o tema do “espaço social”. Em que pese o intenso debate sobre a situação e a identidade própria da Geografia no interior das Ciências Humanas, tal como se verificou no debate com a Sociologia³⁰, nem sempre essas relações foram conflituosas, como destaca Claval (1974, p.

²⁹ Numa apreciação crítica das influências recíprocas entre Braudel e a Geografia, bem como de sua obra, Lacoste (1989b, p. 185) avaliou em que sentido pode-se afirmar que Braudel foi mais geógrafo do que historiador, como também as noções de historicidade e geograficidade: “Da mesma forma que a história feita pelos historiadores traduz em grande medida a concepção que eles têm de *historicidade* (ou seja, o que é digno de ser relatado e estudado pelos historiadores) – sendo a historicidade muito diferente segundo a época e as escolas –, o mesmo acontece com a geografia, as representações dos geógrafos existem em função de concepções muito diferentes do que eu chamo de *geograficidade*, aquilo que segundo ele é ‘geográfico’, ou seja, as categorias dos fenômenos que eles acham digno de interesse e dependentes de suas competências. Se, em princípio, todos os fenômenos que podem ser cartografados dependem do raciocínio geográfico, os geógrafos, na verdade e sem o dizer, têm uma concepção mais ou menos ampla da geograficidade [...]”.

³⁰ Conforme Carvalho (2004), esse debate tornou-se emblemático pelas análises críticas que Durkheim fez das obras de Ratzel, contrapondo à “antropogeografia” a “morfologia social”. E na História, as posições de Febvre e La Blache. Este último estabeleceu uma caracterização da Geografia em relação à Sociologia e à História que se tornou emblemática no texto: *As características próprias da geografia*, publicado em 1913 nos *Annales de Géographie*. Gomes (1996) destaca também o desprestígio que Bourdieu conferiu à Geografia escolar por

170): “Algunos sociólogos y geógrafos llevan a cabo incrementados intentos para averiguar como las representaciones colectivas del espacio pueden influir en la aparición de los equilibrios geográficos”. Max Sorre (1880-1962) e Pierre George foram geógrafos que aproximaram e estabeleceram interlocução com a Sociologia. Mas também se preocuparam em definir o campo, os métodos e os conceitos de ambas as disciplinas, além de definir a originalidade da Geografia, cujos estudos se dariam num plano horizontal dos dados examinados pelas outras Ciências Sociais, dentre elas a Sociologia, cujos estudos se dariam no plano vertical³¹.

A geografia, definida como “ciência humana”, tem por objeto o estudo global e diferencial de tudo que condiciona e interessa à vida das diversas coletividades humanas que constituem a população do globo. Ela ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, *definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às virtualidades destas coletividades*. (GEORGE, 1969, p. 12, grifos nossos)

George (1969, p. 18-19) procurou mostrar os vínculos temáticos e as distinções metodológicas entre os trabalhos dos geógrafos e dos sociólogos. No interior da Sociologia há uma diferença de temas (por exemplo, sociologia rural e sociologia urbana) em que “As especificidades metodológicas não colocam em questão a unidade da pesquisa”. No entanto, na pesquisa em Geografia, por sua dispersão “essencial”, não há mais unidade de método. Diversos campos de estudos comportam diversos métodos. Além do mais, segundo George (1969, p. 19): “[...] em uma situação geográfica, é preciso levar em conta forças de naturezas diferentes, umas originárias do contexto natural que obedece a leis físicas, outras decorrentes do contexto econômico e social, a sociologia deve considerar unicamente os afrontamentos de vetores da mesma espécie”. Nessa aproximação cautelosa, George aproxima-se dos sociólogos, dentre eles destaca-se Gurvith, tentando identificar os pontos de oposição ou de complementaridade. Uma questão num subtítulo é emblemática dessa forma de aproximação.

ocasião da Reforma do Ensino na França. E o próprio Bourdieu (1998) não poupou os geógrafos de sua crítica quanto ao conceito de região.

³¹ Geógrafos como Gregory (1992), Johnston (1986) e Quaini (1992), ao historicizar a institucionalização da Geografia reconhecem as distinções e as cisões, ao mesmo tempo em que oferecem um painel dos temas e dos referenciais teóricos com os quais a Geografia estabeleceu interfaces e formas de conceber o objeto e o método de estudo, desde o século XIX até o XX. A divisão intelectual do trabalho, no campo das Ciências Humanas e no interior da própria Geografia, não se fez sem a ilusão de que seu objeto também podia ser dividido, metodologicamente, por meio da “análise geográfica”, como também a de que ele podia ser reconstruído pela síntese, tendo por referência a concepção da Geografia como uma “ciência de síntese”. No entanto, mesmo a percepção de que o “objeto geográfico” é um objeto compartilhado com todas as ciências que têm por foco o campo social-histórico, não evitou os esforços em estabelecer rígidas demarcações das fronteiras entre Geografia Humana e as outras Ciências Humanas. Além disso, toda divisão social e intelectual do trabalho apresenta, como desdobramento, algum nível de especialização. Na Geografia as especializações também são uma realidade da atividade científica dos geógrafos.

Para Georges Gurvith, a geografia humana participa do estudo do fenômeno social, estabelecendo os limites, a extensão, e colocando-o em contexto natural, econômico, político. Nesta apresentação das relações respectivas da sociologia e da geografia, a sociologia situa-se exatamente no plano vertical, seu objeto é a totalidade social, a sociedade global; a geografia situa-se no plano horizontal, seu objeto é o espaço ocupado por um tipo de sociedade global ou um conjunto de relações sociais. (GEORGE, 1969, p. 22)

Todavia, a teoria social que fundamenta essa Geografia Humana flerta abertamente com o funcionalismo da “escola sociológica” durkheimiana, cuja visão de sociedade e de organização social está submetida às leis naturais, para a qual os fatos sociais devem ser tratados como “coisas” de modo a não se deixar influenciar por prenoções ou preconceitos e assim garantir a neutralidade científica.

Segundo Giddens (2001), o pensamento de Comte reviveu em Durkheim, apesar das críticas e divergências que este tinha quanto ao pensamento daquele. Esses traços comuns consistem no apelo à ciência natural da sociedade, na defesa de que os fatos sociais podem ser estudados com a mesma objetividade nas ocorrências naturais, na diferenciação entre “estática” e “dinâmica” (em Comte) e entre “análise funcional” e “histórica” (em Durkheim). Enfim, a crença de que a Sociologia podia separar racionalmente o que contribui para a ordem social daquilo que promove a desintegração e é patológico. Giddens destaca a forma como os escritos de Comte foram utilizados por Durkheim e a extensão das ideias neles contidas que foram mantidas no pensamento deste. Assim como alguns traços permaneceram, outros foram abandonados, como a teoria global da mudança histórica e a rejeição do “positivismo” por Durkheim preferindo o “naturalismo”. Para Giddens, quanto mais Durkheim pretendia separar seu pensamento do de Comte, mais nele se enfronhava.

Exatamente do mesmo modo que a ciência natural nos mostrou que o desenvolvimento do conhecimento só poderia ser conquistado de modo gradual, assim também a sociologia nos mostrou que toda mudança social progressiva só ocorria cumulativamente. A dependência mútua entre progresso e ordem é tanto um tema dos escritos de Durkheim quanto dos de Comte. O antagonismo de Durkheim à revolução era a continuação do de Comte e, da mesma forma, afirmava estar cientificamente fundamentado: a revolução política expressava a inabilidade da sociedade em gerar mudança progressiva, em forjar um possível instrumento de transformação social segura. Entretanto, [...], ao identificar o que é normal e o que é patológico na sociedade contemporânea e, desse modo, ao identificar a tendência imanente do desenvolvimento social, Durkheim se afastou substancialmente de Comte. (GIDDENS, 1998, p. 180, grifos nossos)

A Geografia Humana que se desenvolveu na França, até a década de 1960, apesar de seus vínculos com a História dos *Annales* prestou tributos ao funcionalismo da “escola sociológica” francesa. E a crise da Geografia Humana, no final da década de 1950, se deve

também à falência explicativa dessa teoria social numa França em transformação, no pós-guerra, quando as questões sociais estavam na pauta do dia. A História, premida pelo embate decorrente dos avanços da “desconstrução estrutural” e da crítica ao historicismo já não podia mais sustentar-se a si própria e à ciência que tinha por auxiliar, a Geografia. Max Sorre se aproximou também da Sociologia e reformulou a Geografia Humana como uma “Ecologia Humana”, amparado numa Sociologia que se robustecia também de Ecologia.

Los geógrafos emplearon el concepto de sistema y ecosistema para el estudio de la tradicional relación hombre-medio, sobre todo después de que Edward Ackermann reformulara en 1963 el problema clave de la geografía [...]. A partir de entonces, al mismo tiempo que los geógrafos físicos estudiaban los ecosistemas naturales de la superficie terrestre, los geógrafos humanos acometían el de los ecosistemas rurales, el de ecosistemas naturales afectados por actividades no agrarias [...] o el de la ciudad considerada como un ecosistema. (CAPEL, 1984, p. 66)

Desde sua tese de doutorado sobre *Os Pirineus mediterrâneos* (1913), Sorre vinha seguindo uma concepção de vertente ecológica, de tal modo que sua obra maior, *Os fundamentos de geografia humana* (1943-1952), foi assumindo a forma de uma “ecologia do homem”, tal como ele a concebia. Tal como George, Sorre aproximou-se da Sociologia, nela buscando pontos de contato, mas precisando o âmbito de atuação da Geografia em relação à Sociologia.

Na década de 1960, a Geografia Humana passou por grandes transformações, ampliando seus temas de reflexão e métodos de investigação, revendo suas concepções de objeto de estudo, avançando nas discussões epistemológicas específicas da ciência geográfica e se dispondo ao diálogo com outras ciências, além de incorporar vertentes filosóficas como o neopositivismo e o marxismo-estrutural de versão althusseriana. Um dos desdobramentos dessas transformações resultou na “virada espacial”, promovida na França, sobretudo, pelo estruturalismo e, em seguida, pelas convergências entre o estruturalismo, o sistemismo e o formalismo matemático.

Essas transformações merecem destaque porque até década de 1960, pode-se afirmar que a Geografia se ausentava de muitos dos debates teóricos e epistemológicos que afetavam as Ciências Humanas e as sociedades contemporâneas, conforme apontam Lacoste (1989a) e Dosse (1993)³². Não é de se estranhar, portanto, que nas décadas de 1970 e 1980, a atitude crítica e autocrítica dos geógrafos, em relação ao seu ofício, tenha conjugado avaliação

³² Segundo Dosse (1993): “Uma consciência planetária, topográfica, reprime a consciência histórica. A temporalidade cai na espacialidade. O distanciamento da ordem natural dá lugar a uma pesquisa das lógicas invariantes oriundas da junção natureza/cultura. Em face de um futuro fechado, o olhar volta-se para a busca da imutável natureza humana percebida em suas constantes: circuitos mentais, ecossistema, longa duração, estruturas, extensão do conceito de geograficidade [...]”. Era, pois, a “morte” anunciada do evolucionismo, como também do historicismo.

epistemológica com a crítica à ideologia vigente. Considerando-se as devidas especificidades históricas e sociais, essas transformações da ciência geográfica fizeram-se presentes em pelo menos dois continentes, abarcando alguns ou vários países: na América do Norte e na Grã-Bretanha, segundo demonstram os estudos de Gregory (1996) e Johnston (1986); na França, conforme relatam Lacoste (1989a) e Dosse (1993, 1v., 2v.); na Itália, segundo as pesquisas de Saquet (2007), e, no Brasil, conforme avaliam Moreira (1982, 1987, 1992) e Moraes (1987, 1996, 2002).

III. 5. Geografia Humana e teoria social marxista

As aproximações entre Geografia Humana e Ciências Sociais não é recente, conforme se vê. Tampouco com a teoria social como vimos. Nem sempre a teoria social foi concebida como sinônimo da Sociologia.

[...] proponho tratar a teoria social como uma série de discursos sobrepostos, argumentativos e contraditórios que procuram de várias maneiras, e com variados propósitos, ponderar explicitamente e mais ou menos sistematicamente sobre a organização da vida social, tornar inteligíveis as práticas sociais e intervir em sua conduta e consequências. Isto é uma caracterização esquelética, mas ela não limita a teoria social a uma determinada disciplina [...]. (GREGORY, 1996, p. 91, grifos nossos)

Importa, pois, destacar a relação entre Geografia Humana e teoria social, conforme a concepção de Gregory³³. Com efeito, essa concepção é formulada num contexto de intenso debate entre “geografia teórica e quantitativa”, fortemente influenciada pelo neopositivismo ou positivismo lógico, e a “geografia radical”, de inspiração marxista. O espaço dedicado à concepção desse geógrafo, nessa tese, deve-se também à importância que ele confere à teoria social para a investigação intelectual e a intervenção política.

Falar de teoria social como um discurso é ingressar numa arena complicada, mas para uma primeira aproximação o discurso se refere a todas as maneiras pelas quais nos comunicamos uns com os outros: àquela vasta rede de sinais, símbolos e práticas por meio das quais tornamos nosso (s) mundo (s) significativo (s) para nós mesmos e para os outros. É um termo que atrai a atenção para a integralidade da investigação intelectual na vida social: para contextos e invólucros que dão forma a nossos conhecimentos locais, não obstante serem imperiosamente globais suas pretensões de

³³ Concepção que se aproxima em grande parte de Giddens e Turner (1999, p. 7): “Não consideramos a teoria social propriedade de nenhuma disciplina, pois as questões referentes à vida social e aos produtos culturais da atividade humana permeiam as ciências sociais e as humanidades”. Esses autores elencam algumas das questões trabalhadas pelos “teóricos sociais”, a saber: o *status* das ciências sociais em relação à lógica das ciências naturais; a natureza das leis ou generalizações que podem ser estabelecidas; a interpretação da ação humana, bem como sua diferenciação dos objetos e eventos da natureza; o caráter ou forma das instituições sociais. Apesar dessas questões, há problemas em definir o que é a teoria social e há dificuldades de encontrar um consenso quanto aos seus objetivos, pois não há um quadro unificado como ponto de partida. No entanto, é possível identificar as principais tendências e tradições da teoria social, tal como os autores apresentam nessa obra.

conhecer, e nas consequências práticas de compreender [...] o mundo mais como isto do que aquilo. Como a interpreto e a uso, a teoria social não é um tratado expositivo sobre a vida social, mas, mais exatamente, uma *intervenção* na vida social. (GREGORY, 1996, p. 91, grifos do autor).

Esta aproximação da Geografia com a teoria social se justifica pelo contexto à época e pelos objetivos de Gregory que procurou fazer uma “geografia histórica”, particularmente, da produção geográfica realizada na Grã-Bretanha e na América do Norte, no período que abarcou o final da década de 1960 até os primeiros anos da década de 1990. Sua abordagem procurou fornecer um panorama da crise da Geografia Humana, da “ciência espacial”, tal como a denominou Hartshorne e do interesse dos geógrafos pelo materialismo histórico, isto é, pela teoria social marxista. No momento em que emergia a “geografia radical”, ainda muito centrada nas teorias econômicas, mas buscando uma compreensão dos fenômenos sociais. Assim ele descreveu esse momento:

[...] a geografia humana analisava agora panoramas de acumulação de capital produzidos por processos sociais em espaços concretos; era desesperadamente importante saber o que eram essas “coisas”. [...] assim como Marx havia descrito a modernidade capitalista como um mundo em que tudo o que é sólido se desmancha no ar, as treliças congeladas da ciência espacial começaram a se partir, mover-se e soçobrar. O equilíbrio era agora considerado problemático, ilusório até; crise e contradição eram conectadas à produção e reprodução de espaço; e as transformações não eram mais meras operações topológicas, mas as complexas consequências de processos sociais e conflitos sociais. (GREGORY, 1996, p. 102-103, grifos nossos)

Essa descrição dá, em parte, a medida do que foram as expectativas de reformulação da Geografia Humana, sobretudo, aquelas referentes às relações do espaço com a sociedade, em sua aproximação do materialismo histórico e dialético. Gregory ainda nos apresenta as influências da teoria da estruturação³⁴ e da teoria feminista na Geografia Humana, as questões e os problemas que tal aproximação e influências suscitaram.

Na França, as tentativas de reformulação da Geografia, e particularmente da Geografia Humana, encontram na teoria social de vertente estrutural-marxista, sobretudo de vertente althusseriana, o estofamento para a discussão da questão epistemológica que é colocada na ordem de prioridade dos geógrafos franceses. Na década de 1960, a Geografia regional francesa é abalada pelo processo de modernização da França rural, pondo em questão o objeto

³⁴ Na apreciação da teoria da estruturação, Cohen (1999, p. 395) destaca: “Uma das contribuições mais significativas da teoria da estruturação, para além da reconciliação entre ação e coletividades, é a de desembaraçar a teoria social dos dilemas que são inerentes tanto ao positivismo quanto às teorias da ação social que têm absorvido a atenção dos estudiosos, sem jamais serem resolvidos, ao longo de boa parte do século XX”. Ainda segundo esse autor, Giddens assumiu como preocupação da teoria da estruturação a “constituição ontológica da vida social”, diferentemente do princípio ontológico que a teoria social positivista havia incorporado, qual seja, “o princípio da uniformidade, que presume a existência de regularidades trans-históricas”.

geográfico por excelência, a região. É quando se iniciam o contato com a Geografia anglo-saxônica, os contatos com geógrafos francófonos da Suíça, do Canadá e da Bélgica. Num movimento que resultou no que se denominou de *Nova Geografia*. Segundo Dosse (1993, 2 v.), Paul Claval desempenhou um papel importante na difusão da Nova Geografia.

Na década de 1950, houve tentativas de estabelecer um debate em torno da Geografia, quando, em 1953, de 28 a 29 de junho em Ivry, realizou-se um colóquio organizado por geógrafos comunistas com essa finalidade, mas a iniciativa não teve repercussão em termos de grandes transformações, porque

Essa geografia tradicional vai se conciliar com uma abordagem marxista que registra substancial avanço no pós-guerra, graças à influência e a penetração que certo número de geógrafos comunistas adquiriu: Pierre George, Jean Dresch, eleitos para a Sorbonne, e Jean Tricart, para a Universidade de Estrasburgo. (DOSSE, 1993, 2 v., p. 349)

As iniciativas desse grupo, a geração formada por Pierre George, Bernard Kayser e Raymond Dugrand, não conseguiram retirar a Geografia de sua posição periférica no ambiente intelectual francês, colocando-a na esfera da discussão epistemológica em que se encontravam as Ciências Sociais, premidas pela voga estruturalista³⁵.

Num primeiro momento, é a Nova Geografia que rompe com o descritivismo da Geografia tradicional, que transforma a linguagem geográfica – deixando de ser concebida como gênero literário – com os aportes da linguagem matemática e da formalização. É o momento em que a Geografia volta-se para as Ciências Econômicas e Sociais que haviam avançado numa conceituação do espaço. Essa abertura para as matemáticas se faz acompanhar de interrogações epistemológicas, de tal modo que, em 1971, forma-se um grupo de trabalho, constituído por “jovens geógrafos”, do sudeste da França, preocupados em suprir deficiências de formação quanto aos conhecimentos em matemática e informática. Receberam o apoio do grupo Dupont e, em 1972 realizaram, em Besançon, o primeiro colóquio de matemática aplicada à Geografia. Publicou-se também uma nova revista *L'Espace géographique*. Segundo Dosse (1993, 2 v, p. 351): “Este título revela a vocação da nova geografia para instalar-se, graças ao conceito de espaço, no coração das ciências sociais”. Estava iniciada a “virada espacial” da Geografia, na França.

Lacoste denunciou o estado de crise da Geografia regional lablachiana, isto é, a crise de seu discurso, sua inépcia teórica e a prática profissional dos geógrafos, que há muito tempo já não correspondiam ao projeto unitário tão propagado por sua disciplina. Lacoste refutou ainda a ideia de que a renovação da disciplina geográfica adviria da formalização matemática

³⁵ Para se contrapor à Geografia aplicada, George (1980) e seu grupo criam a chamada *Geografia Ativa*.

e denunciou o que denominou de a “geografia dos saberes estratégicos”, a dos professores; e a “geografia dos estados-maiores”, a Geografia sob o comando do poder estatal. Sua proposta procurou “atacar em várias frentes de combate”: retomar os estudos metódicos dos espaços, desvelando a lógica das funções e do poder exercido pelo aparelho de estado, rever a definição das diferentes escalas de conceituação e assim repensar o “espaço enquanto objeto real e o espaço enquanto objeto de conhecimento”. A referência epistemológica de Lacoste é Althusser, segundo Dosse (1993, 2 v., 352): “A geografia terá sido, portanto, o último continente a ser influenciado pelo althusserianismo”. Enquanto isso, em 1976, a “corrente modernizadora denominada *Géopoint*” realizou seu primeiro colóquio sobre o tema: “Teorias e geografia”, na Universidade de Genebra. A noção de que não basta descrever, mas é preciso explicar teoricamente os fenômenos geográficos, dão a tônica do debate dessa nova Geografia. Essa Geografia logo se abriu para o *sistemismo*, ou seja, para a *Teoria Geral dos Sistemas* publicada na França, cujo modelo é originário das Ciências da Natureza e da termodinâmica.

Em 1976, Lacoste fez uma série de intervenções no sentido de avançar na renovação da Geografia: publicou *A geografia- isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra* e lançou a revista *Hérodote*. Desse modo, visava, conforme Dosse (1993, 2v., p. 354): “[...] tornar visíveis as estratégias ocultas que têm o espaço por objeto de suas operações e de seus lances, em mostrar no que se observa a imbricação de diferentes conjuntos espaciais em coerências não percebidas”. Lacoste lança, assim, uma “geografia da crise”: crise do capitalismo dos países desenvolvido como também dos países colonizados. Era preciso entender as transformações dos diversos espaços que abarcavam desde o local ao nível planetário. A renovação da Geografia se fazia, sobretudo, por meio da crítica epistemológica, do “corte epistemológico”, e da crítica ideológica numa declarada aproximação das ideias de Althusser e de sua leitura de Bachelard. O projeto de Lacoste tinha uma amplitude que implicava situar a Geografia no quadro mais amplo das Ciências Sociais que também buscavam uma reflexão renovada acerca do espaço.

Assim é que o grupo de discussão de *Hérodote* está composto de geógrafos, mas também de etnólogos, de urbanistas, de filósofos e jornalistas. *Hérodote* retoma, portanto, o projeto crítico do paradigma estruturalista sobre o declínio, e as estratégias revisitadas devem permitir decifrar o terceiro termo do subtítulo da revista: as ideologias. (DOSSE, 1993, 1 v, p. 354, grifos nossos)

Em razão de tal projeto, iniciou-se uma busca das disciplinas e de filosofias que, de algum modo, trataram do espaço numa abordagem próxima da reflexão geográfica. No livro *A geografia- isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Lacoste avaliava se havia uma

teoria do espaço em Marx que subsidiasse uma teoria geográfica marxista do espaço. Porém, a aproximação do grupo de *Hérodote* se fez em direção a um dos filósofos que mais atenção deu à História, apesar de sua terminologia caracteristicamente geográfica, Michel Foucault. Na entrevista que concedeu à *Revista Hérodote*, Foucault reconheceu a proximidade de sua filosofia com a concepção geográfica do espaço. Estava aberto o caminho para as reflexões geográficas acerca das relações entre espaço e poder, como se pode verificar também em obras que trazem em seu título a marca emblemática dessa relação³⁶.

Outro foco de renovação da Geografia francesa é formado por “jovens geógrafos da seção de história-geografia da ENSET”, como historia Dosse (1993, 1v., p. 355). A insatisfação desse grupo é com a Geografia tradicional, com o saber no qual haviam sido formados e “vão reiniciar a batalha que ocorreu em maior escala entre os seus antecessores nos anos de 1966-68, na Sorbonne, contra as humanidades clássicas em nome da ciência”, relata Dosse (1993, 1v., p. 355). O meio de divulgação dessa insatisfação foi um boletim que circulou na Seção de História-Geografia, publicado em 1975, com o título de *EspacesTemps*. O estopim do debate foi um artigo de Jacques Levy criticando o dicionário geográfico dirigido por Pierre George, o *Dictionnaire de géographie*. O embaraço ocorreu com a publicação do segundo número do boletim que foi embargado devido à proporção que a polêmica assumiu. A reação dos membros da revista foi imediata, segundo Dosse (1993, p. 1 v, 356-357): “Os membros da revista iniciam uma campanha, recolhem numerosas assinaturas que subscrevem uma petição de protesto e recebem importantes apoios, como o de Milton Santos”. Desse movimento resulta um acordo e a publicação da revista, que passou de boletim a revista, tornando-se independente.

Em 1976, a revista logo publicou, em seu n. 4, um manifesto emblemático de seu programa de renovação: “Pensar a geografia; refletir a história; intervir no ensino; interrogar as ciências sociais”, conforme historia Dosse (1993, 1 v, p. 357). A influência marxista é explícita e com ela vem junto as interrogações epistemológicas que ecoam o estruturalismo dos anos 1960, acentuadamente a influência das teses de Althusser. Os temas em pauta nos debates circulam em torno das fronteiras disciplinares, a crítica das aparências enganadoras, a necessidade de depurar o saber geográfico de seu invólucro ideológico, a necessidade de fundamentar cientificamente a ciência geográfica, de promover o “corte epistemológico” e fazer advir a teoria, a necessidade de se construir rigorosamente o objeto de estudo. Havia, também, por parte do grupo que animava a revista, a preocupação de não se limitar a pensar a

³⁶ Veja-se, por exemplo, as obras de Claval (1979) e Raffestin (1993).

Geografia. Partidário da interdisciplinaridade, nela via um lugar bem demarcado com uma posição firme ocupada pela Geografia entre as Ciências Sociais.

Por essa apresentação esquemática, pode-se vislumbrar parte dos rumos que a Geografia Humana trilhou a partir de uma teoria social que conjugava estruturalismo com marxismo, análise “dialética” da estrutura e das instituições sociais, a lógica dos espaços com o poder e o aparelho estatal, a cientificidade em contraposição à ideologia. A noção de estrutura animava os discursos e relacionava-se fortemente às discussões em torno das mudanças sociais. A oficialidade acadêmica e científica de um marxismo que se pretendia revolucionário foi paulatinamente assumindo o campo da práxis.

Na Itália, a reformulação da Geografia Humana sob a ótica de uma teoria social marxista foi proposta por um de seus mais expressivos geógrafos. Em Quaini (1991, 1992), geógrafo italiano, encontra-se a intenção de formular uma Geografia Humana marxista e uma história crítica da disciplina. O fundamento epistemológico reside na “consciência histórica” como denomina Quaini, que, em 1974 publica, na Itália, *Marxismo e geografia*, e *A construção da geografia*, obras cuja unidade temática se assenta no marxismo no qual buscou fundamentar suas proposições.

Em *A construção da geografia humana* encontra-se uma crítica à história da constituição da Geografia Humana, bem como à história das Ciências Sociais, que, segundo Quaini (1992), apresentam fortes descontinuidades, diferenças entre as ideias enunciadas e sua difusão e um cruzamento de linhas que negam a evolução linear ou progressiva. Além disso, a obra de Marx ofereceria sugestões valiosas para o “historiador das ideias geográficas”, sobretudo, pelos significados que as considerações e proposições de Marx podem ter para o “geógrafo militante”.

[...] elas contêm um duplo convite. Um convite a considerar a geografia humana como uma ciência em *construção* – em particular como uma ciência que deve ainda construir grande parte de suas bases teóricas, epistemológicas, como se reconhece cada dia mais – é ao mesmo tempo um convite a reconhecer, com igual modéstia; que se pode chegar a uma história crítica da geografia somente partindo de uma concepção de história das formações culturais e científicas muito mais complexa do que aquela até agora utilizada pelo geógrafo. (QUAINI, 1992, p. 16)

Insatisfeito com as formas de contar a história da Geografia, e da Geografia Humana em particular, Quaini não fez concessões ao criticar geógrafos italianos, nem mesmo o francês Paul Claval, a quem atribuiu uma história estruturalista da Geografia e o fato de ter começado a citar o filósofo Michel Foucault com o propósito de fundamentar uma história do pensamento geográfico renovada. Para o geógrafo italiano, a renovação da história do pensamento geográfico só pode ser feita a partir “da reconstrução do objeto da geografia”, da

qual, “deriva, de fato, a reconstrução de sua história” (QUAINI, 1992, p. 16). Essa afirmação é precedida pela proposição de que uma história da Geografia Humana deve rever seus marcos iniciais e questionar a noção de precursores, e antes de tudo procurar ser uma “história-problema”, noção que compartilha com os historiadores dos *Annales*, especificamente Febvre. Na avaliação de Quaini, os geógrafos não souberam aproveitar a proposta do historiador dos *Annales*, quanto à Geografia Humana ser herdeira da história.

A partir das críticas e proposições, Quaini (1992) apresenta uma proposta de periodização da história da Geografia Humana, a “história-problema”, como alternativa às outras abordagens. Ao estabelecer a crítica a outros geógrafos “historiadores” da Geografia, ele identificou algumas ideias em comum e estabeleceu três momentos ou fases dessa história.

O que nos parece importante é, [...], verificar o tipo de resposta dada ao problema da *explicação* das diferenciações espaciais, a partir do corpo conceitual que o evolucionismo positivista nos permite alcançar e, portanto, reconstruir uma primeira periodização com base nos princípios da explicação mais essenciais que se sucederam em torno do mesmo problema das desigualdades regionais. Está claro que, interessando-nos pela evolução da geografia humana, nos referimos não às diferenciações “naturais” da superfície terrestre, mas aos desequilíbrios regionais que o geógrafo encontra a partir, grosso modo, da metade do séc. XIX como resultado da revolução industrial e da grandiosa redistribuição da população, dos recursos, dos centros de produção e de mercado, etc. (QUAINI, 1992, p. 43)

Uma história das ideias geográficas que se apresenta como a superestrutura numa história econômica e social que se ocupa da infraestrutura, essa parece ser a proposição de uma “historiografia geográfica” em Quaini. Quanto à periodização, o geógrafo italiano concorda com Claval, que a primeira fase da institucionalização científica da Geografia é a “fase do determinismo ou ambientalismo”. O problema dos “desequilíbrios regionais” que eram vistos como fatos naturais, isto é, a explicação geográfica que é dada ao problema é construída sobre um fundamento natural. Quando o “problema é histórica e socialmente determinado”. Assim, “A geografia determinista, mesmo ao nível universitário, continuou a desempenhar um papel ideológico preciso, que consiste em *evitar a reflexão política sobre os desequilíbrios territoriais e em mascarar as escolhas de política territorial efetivas dos grupos dominantes*” (QUAINI, 1992, p. 44, grifos nossos).

Um dos méritos dessa proposta de Quaini foi o de introduzir a temática acerca da relação entre território e política no âmbito da história da Geografia Humana e de apresentar essa noção de “política territorial”³⁷. Uma temática e noção comumente encontradas na Geografia Política. Porém, a intenção de Quaini (1992, p. 45) era demonstrar a relação entre o

³⁷ Noção que, conforme veremos, foi desdobrada por Costa (1989) no Brasil, numa perspectiva de reconstrução histórica e geográfica da formação territorial do Brasil.

determinismo ou ambientalismo e a mentalidade capitalista à época: “[...] porque a visão determinista ou ambientalista é perfeitamente funcional à ideologia e à concepção do mundo e da sociedade que dominam na época capitalista”. Os desdobramentos dessa visão e sua funcionalidade ideológica operaram como uma “mistificação teórica” como a denomina o geógrafo italiano. Os desdobramentos dessa mistificação recaíram também sobre a visão do território.

A mistificação *teórica* consiste, portanto, em interpretar uma relação social como relação natural, uma natureza social como sociedade natural ou ecossistema e implica portanto a renúncia, ou melhor, a incapacidade para penetrar no aspecto das coisas que assumem as relações sociais (isto é, a alienação) e a denunciar, portanto, a mistificação *real* que o modo de produção capitalista realiza, separando e contrapondo os indivíduos e as relações sociais, o trabalho e as condições do trabalho e tornando, portanto, também o território, construído pelo trabalho humano, uma objetividade natural que domina os homens. (QUAINI, 1992, p. 47, grifos do autor)

A segunda fase dessa periodização, também em concordância com outros historiadores-geógrafos, é a do possibilismo, que se refere “principalmente à geografia humana”, tal como a formularam os franceses. Nela Quaini (1992, p. 47) não vê uma ruptura com o “ecologismo positivista”, mas uma continuidade que daquele toma de empréstimo a “concepção de ambiente ou *milieu*”, tal como a empregou La Blache. Os impasses dessa concepção não tardaram a mostrar suas incongruências.

Diante da desorientação e das dificuldades produzidas por uma abordagem totalmente possibilista, não é raro, portanto, que a hierarquia indispensável dos possíveis fatores se reconstitua em moldes nitidamente deterministas ou que o problema se contorne através de uma geografia meramente descritiva, nada ou quase nada responsável diante dos problemas sociais. Neste último sentido é significativo, também, o maior interesse pelos temas de geografia agrária mais do que os de geografia industrial, o estudo das “personalidades” regionais, mais do que dos desequilíbrios regionais, o estudo das paisagens agrárias, [...]. (QUAINI, 1992, p. 49, grifos nossos)

Por fim, a terceira fase, “a fase da superação definitiva do ecologismo e de um novo papel social da geografia humana”, nela Quaini (1992, p. 50) vê a “superação definitiva do determinismo geográfico”, ressalva que pelo menos quanto à “área cultural italiana e francesa” se podia fazer essa afirmação. Tal superação se deu por dois caminhos: o primeiro, com o “encontro da geografia humana com a história”, a história dos *Annales*, particularmente na obra e pela pessoa de Febvre; e o segundo, se deu na reformulação do conceito de ambiente, tornando-o uma realidade histórica e material originado do trabalho. Para Quaini, (1992, p. 50): “O segundo caminho é o que se abriu em seguida a um novo encontro entre geografia e sociologia e que caracterizou algumas das mais interessantes correntes da geografia humana italiana e principalmente francesa”. Essa interpretação de Quaini parece um

tanto otimista se considerarmos a visão crítica que Dosse (2004) apresenta da relação entre a Geografia regional francesa e a *Escola dos Annales*, o que se acentua com o “paradigma da geo-história” formulado por Braudel. Talvez seja prudente indagar acerca de quem mais se notabilizou com essa relação a Geografia Humana ou os *Annales*? Quanto ao retorno do vínculo da Geografia com a Sociologia, numa relação pacificadora, cabe também indagar se essa relação não teria cedido lugar ao funcionalismo, variante do positivismo, sob o viés de uma teoria social conhecida já de longa data.

Quaini (1992, p. 54-56) considera, portanto, que a reconstrução da Geografia Humana é um processo teórico-prático e a desmistificação do conhecimento só pode realizar-se plenamente no terreno da “práxis social libertadora”. É preciso considerar “a doutrina do materialismo como doutrina do *humanismo positivo*” pois ele “É a condição principal para que a geografia humana possa realizar sua vocação de ‘ciência subversiva’”, assegura Quaini (1992, p. 56).

Todavia, é preciso destacar a atenção que grupos de geógrafos italianos deram ao conceito de território numa perspectiva teórica e prática, em relação com a realidade social e política na Itália, acentuadamente no final da década de 1960. O movimento operário italiano, de um lado, reivindicava melhores salários e participação na gestão do trabalho fabril nas cidades; de outro, os estudantes italianos se organizavam academicamente, sob a forma de seminários, para discutir o “uso capitalista do território”, como relata Dematteis (2005). A teoria social marxista estava na pauta intelectual, premida pela situação social e política italiana, da Geografia italiana, com essa peculiaridade de ter posto, enfaticamente, a atenção no território; quando em outros países a tônica recaiu no espaço. Na Itália, o grupo de geógrafos marxistas criou um movimento que foi denominado de “Geografia Democrática” e segundo o depoimento de Dematteis (2005, p. 17):

nos anos 1970, a interpretação neomarxista do território foi nossa teoria de referência, sendo que a prática era efetivada através da colaboração dos ‘*Consigli di zona*’ dos sindicalistas [...], para a elaboração da plataforma de reivindicações relativas à habitação, transporte e serviços sociais[...]. Também trabalhamos muito com nossos estudantes [...]. Em Milão havia a escola de Lucio Gambi, um grande geógrafo que, no final dos anos 1950, tinha contestado duramente a geografia tradicional, colocando-se em posição historicista radical. Em Gênova, havia Massimo Quaini [...], em Nápoles, o grupo de P. Coppola; em Bologna, Franco Farinelli; Vincenzo Guarrasi, em Palermo e outros, em torno de 30 no total, com os quais organizamos encontros e seminários em diversas localidades da Itália. [...] constituímos um grupo informal e aberto, chamado ‘Geografia Democrática’.

A teoria social crítica aparece nas reflexões de Quaini já nos anos iniciais da década de 1970, mas é na década de 1990, numa obra declaradamente afirmativa do primado do espaço

como objeto da Geografia Humana, que o geógrafo norte-americano Soja avalia o tratamento e o lugar ocupado pelo espaço na teoria social, postulando a necessidade da reafirmação do espaço e defendendo um materialismo histórico, dialético e geográfico. Segundo Soja (1993), o marxismo teria demorado mais a se desenvolver na França, relativamente, se comparado com a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos. Porém, na avaliação de Soja (1993, p. 60), foi na França que o marxismo “cresceu com menor tendenciosidade antiespacial do que a já enraizada nos marxismo nacionais mais ‘avançados’ dos outros países industrializados do Ocidente”. Haveria em Marx uma tendência arraigada no historicismo que, ao inverter a dialética hegeliana, resultou num antiespacialismo.

Ao basear a dialética hegeliana na vida material, Marx não apenas reagiu ao idealismo hegeliano, negando o norteameritismo e a determinação espirituais da história, como também rejeitou sua forma espacial particularizada, o Estado territorialmente definido, como sendo o principal veículo espiritual da história. Assim, colocar a dialética hegeliana ‘de pé’ foi uma negação do idealismo e uma rejeição específica do fetichismo territorial ou espacial, uma hermenêutica em que a história era determinada por uma consciência espacial inatamente dada, quer se concentrasse no Estado, no nacionalismo cultural, no regionalismo ou no coletivismo local. Na dialética marxista, o tempo revolucionário foi restabelecido, fundamentando-se sua força propulsora na consciência de classe e na luta de classes, despojadas de todas as mistificações espaciais. (SOJA, 1993, p. 61, grifos nossos)

Desse modo, portanto, a introdução do marxismo na Geografia, na década de 1970, se fazia por meio de um debate, segundo Soja (1993, p. 72), sobre o espaço como elemento que faz a “diferença na interpretação da materialista da história, na crítica ao desenvolvimento capitalista e na política de reconstrução socialista”. Estava em questão as relações entre espaço e sociedade, uma teoria social que considerasse a dimensão espacial da sociedade. O que Soja pretende, portanto, é a reconstituição da “Geografia Humana Crítica”, ou dito de outro modo, “uma espacialização da teoria crítica e a construção de um novo materialismo histórico-geográfico” que, “mal começou, mas promoverá a passagem da Geografia para a pós-modernidade” (SOJA, 1993, p. 77).

Para Soja, Lefebvre, Foucault, Berger e Mandel afirmaram a importância da espacialidade para o capitalismo, no período da crise econômica global, quando o surto de crescimento do pós-guerra deixava ver seus melhores momentos findarem. Nessa avaliação pelo menos os três primeiros daqueles pensadores haviam construído seus argumentos reconhecendo que o espaço, mais que o tempo, “oculta as coisas de nós, de que a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentação do poder é a chave para dar um sentido prático, político e teórico à era contemporânea” (SOJA, 1993, p. 78).

Na história de constituição da Geografia Humana, seus objetos de estudo variavam de acordo com a teoria social de que se revestiram: seja a relação homem-meio, o território, a região ou o espaço. Talvez se possa indagar, como Burke (2002, p. 181) o fez com a História, se existe uma teoria da mudança social? Tal como na História, na Geografia, os geógrafos descobriram a teoria e a teoria social se fez presente no horizonte de reflexão dessa Geografia que pretendia descrever ou transformar a ordem social. Pode-se refutar a existência de uma teoria da mudança social, no sentido habitual que damos ao termo teoria: como programa ou reflexão iluminadora do que deve ser a prática. Mas pode-se propor uma teoria social que conceba a mudança a partir da criação, criação entendida como a imanência do novo, do papel do imaginário no domínio social-histórico³⁸.

³⁸ Essa é a discussão de que trata o capítulo IV.

SEGUNDA PARTE

O IMAGINÁRIO E AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS

Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma, vivo, e demonstrando, em ato, que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.

Castoriadis

CAPÍTULO IV

O IMAGINÁRIO E A FILOSOFIA DA CRIAÇÃO HUMANA

A história é essencialmente *poiésis*, e não poesia imitativa, mas criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer dos homens. Este fazer e este representar/dizer se instituem também historicamente, a partir de um momento, como fazer pensante ou pensamento se fazendo. (CASTORIADIS)

IV.1. O retorno a Castoriadis¹

O ponto de referência dessa investigação é o imaginário como núcleo ontológico da *Filosofia da criação humana* de Cornelius Castoriadis (1922-1997). Nessa filosofia encontra-se a constituição de uma teoria social, de questões que interessam às Ciências Humanas, um percurso de elucidação que configura modos de elucidação do imaginário científico e da história da ciência. No âmbito das Ciências Humanas situo a Geografia Humana. Assim, o que está em questão nessa interpretação é a possibilidade de conceber o território como uma *significação imaginária social* em seu vínculo com a história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, em particular, e com a história da Geografia, em sentido amplo. Considerei, portanto, a impossibilidade, em termos metodológicos, da disjunção rigorosa entre história do pensamento e história da ciência como instâncias independentes ou coisas distintas e bem demarcadas.

Quanto ao modo de abordar Castoriadis e sua filosofia, procurei não me deter numa cronologia de suas obras nem em sua biografia com a mesma ênfase que se encontra em

¹ Tive contato com a Filosofia de Castoriadis em meados da década de 1990. Desde então fui me aproximando de sua obra, percebendo sua densidade e riqueza de proposições. Ao longo dessa década, houve constantemente a intenção de retomar os estudos da obra desse filósofo de forma sistemática e, assim, dar continuidade à reflexão sobre práxis, emancipação e autonomia, iniciada no período do curso de mestrado. À época, percebi apenas uma faceta de Castoriadis, o “filósofo político”, e não me detive na proposição ontológica ampla e complexa de sua filosofia em *A instituição imaginária da sociedade* e a posição central que o imaginário aí ocupa, como estofado de sua ontologia, e, por conseguinte, na reflexão e na sua trajetória de vida. A originalidade da reflexão de Castoriadis e o modo articulado com que reconstituiu o sentido da “filosofia prática”, no século XX, em relação aos temas que lhe eram contemporâneos: a História e a crise da ciência, a Psicanálise, a Economia e a Política, me fizeram constatar o quanto meu recorte inicial de sua obra fora limitado. Tal recorte foi condicionado pela natureza e pelo que se concebia como uma dissertação de mestrado, mas, sobretudo, pelo desconhecimento da amplitude e densidade das formulações e proposições de Castoriadis. Nos anos finais da década de 1990, quando a descrença num marxismo militante e revolucionário ou teórico contribuiu para turvar a reflexão, a obra de Castoriadis apareceu como um novo ânimo e interesse pela interrogação filosófica, política e científica. A insatisfação com uma Geografia alheia, na maioria das vezes, à reflexão teórica e crítica acerca do marxismo não era animadora ou suscitava a interrogação filosófica. O encontro com Castoriadis é tributário desse momento, quando nos sentimos dentro de um labirinto onde os caminhos parecem não levar a lugar algum. Ao contrário do que se pode supor, a *Filosofia da criação humana* não mostra o caminho da saída, nos convida a procurá-la com a certeza de não estarmos sozinhos nesse percurso.

estudos já realizados sobre o filósofo, posto que a presente investigação não tem a mesma finalidade daqueles estudos. Assim, retorno a Castoriadis não para o exame da coerência interna de sua obra, das rupturas e continuidades em seu pensamento ou em sua biografia intelectual, mas pelo que ele me dá a pensar: pelo caráter provocante de sua obra, pela fecundidade de sua experiência do pensamento, na Filosofia, na Ciência, na Política, na Psicanálise e, sobretudo, pelas questões quanto à criação humana e ao projeto de uma sociedade e de indivíduos autônomos. Meus objetivos podem ser expressos por meio da busca de respostas a duas questões essenciais: como se configura ontologicamente o imaginário na *Filosofia da criação humana* e na teoria social que ela contém? As respostas a estas questões remetem, no âmbito dessa investigação, a outra questão: é possível conceber o território como uma significação imaginária social? A intenção de encontrar respostas afirmativas norteia meu modo de pensar a filosofia de Castoriadis. No entanto, nenhuma delas será respondida em definitivo e os caminhos que me possibilitam respondê-las são constituídos de vários itinerários. Para o início desse percurso, detenho-me na obra de Castoriadis procurando compreender os sentidos do imaginário e das significações imaginárias sociais, necessários à compreensão da instituição imaginária da sociedade e, por conseguinte, do território na perspectiva proposta.

Com efeito, pode-se identificar um núcleo essencial no pensamento de Castoriadis: a busca da elucidação dos processos por meio dos quais a autonomia se efetiva no domínio social-histórico. Busca que é indissociável do projeto de elucidação da criação humana. As balizas que sustentam esse núcleo, como uma trama a lhe dar sustentação, são a Política, a Filosofia e a Psicanálise. Elas não são vestígios de atividades realizadas numa trajetória profissional; antes, constituiu a trajetória de uma vida, a experiência individual de uma ação social e de um projeto intelectual. O valor, maior ou menor, de uma ou outra dessas balizas é indiscernível na conformação da filosofia de Castoriadis, tampouco se deixam apreender numa cronologia das publicações, no período de militância, na fase das atividades acadêmicas ou da atividade psicanalítica. Talvez fosse mais prudente falar de referências e não de balizas para evitar a suposição de que o pensamento de Castoriadis é uma derivação de outros pensadores. Tal suposição impede que se perceba a radicalidade desse pensamento.

Os intérpretes e comentadores de Castoriadis (seus admiradores ou críticos) enfatizaram uma ou outra daquelas referências, tomando-a como ponto de partida e adicionando-a as outras duas com uma ênfase, às vezes, menor. Assim, temos, a título de exemplo, as teses: *Socialismo e autonomia: Castoriadis e a instituição imaginária da sociedade* (1987), de Maciel, um dos estudos pioneiros sobre o filósofo no Brasil; *Castoriadis*

e a questão da práxis: da crítica das relações de produção capitalistas à elucidação do social-histórico (2003), de Ortellado. Ambas têm em comum o fato de priorizar a militância política de Castoriadis, numa interpretação político-filosófica de sua obra, ou seja, acentuam mais a discussão sobre o socialismo, a autonomia e a práxis relativamente à atuação política na confluência com o pensamento de Castoriadis.

Numa outra interpretação apresenta-se a dissertação: *Psicanálise e imaginação: uma introdução ao pensamento de Castoriadis* (2004), de Lobo, na qual sobressai o arcabouço psicanalítico da imaginação e do imaginário no pensamento de Castoriadis. Desse modo, os estudos estabelecem uma cronologia evolutiva ou constituída de rupturas e continuidades na biografia do filósofo que expressam, como características de sua obra, uma fase mais militante e o rompimento com o marxismo; a fase da atividade acadêmica, o traço mais intelectual do filósofo, no período que abarca suas atividades de ensino; e a atividade como psicanalista. Todas essas formas de interpretação são pertinentes se consideramos a intenção de compreender a constituição de um pensamento em relação a uma trajetória de vida, ou quando atribuímos um valor maior a uma das referências supondo-se que ficou obscurecida.

Um crítico contumaz da filosofia de Castoriadis e da teoria social nela presente foi Jürgen Habermas. Postulando o esgotamento do paradigma da filosofia da consciência, apresentou o paradigma do “entendimento recíproco”. Neste “é fundamental a atitude performativa dos participantes da interação que coordenam seus planos de ação ao se entenderem entre si sobre algo no mundo”² afirmou Habermas (2002, p. 414). Foi numa avaliação, no âmbito da história da filosofia moderna, e num diálogo com o neoestruturalismo, que Habermas afirmou constatar a emergência da modernidade como tema filosófico. Ao fazer a apreciação desse tema, ele avaliou as teorias sociais e dentre elas a de Castoriadis, contrapondo-a a sua “teoria da ação comunicativa”. O núcleo desta teoria consiste numa reavaliação da práxis, no âmbito do marxismo.

Na teoria da ação comunicativa o processo circular que entrelaça o mundo da vida e a práxis comunicativa do cotidiano ocupa o lugar de mediação que Marx e o marxismo ocidental reservaram à práxis social. Nesta práxis social, a razão historicamente situada, corporalmente encarnada e confrontada com a natureza deveria mediatizar-se com o seu outro. Se agora a ação comunicativa deve assumir as mesmas funções de mediação, a teoria da ação comunicativa atrai sobre si a suspeita de apresentar apenas uma *outra variante* da filosofia da práxis. De fato, ambas devem resolver a mesma tarefa: conceber a práxis racional como uma razão concretizada na história, na sociedade, no corpo e na linguagem. (HABERMAS, 2002, p. 440, grifos do autor)

² A primeira edição alemã data de 1985, a partir da qual foi feita a tradução e a primeira edição brasileira, pela Martins Fontes, em 2000, e a segunda tiragem data de 2002, (nossa referência).

De início já se pode perceber a força das divergências que animam a teoria social presente na filosofia da criação humana em relação à teoria da ação comunicativa. Primeiro porque Castoriadis não parte de Marx e do marxismo, senão para ultrapassá-lo; segundo, porque não colocou o imaginário como um fundamento, e terceiro, porque sua concepção de práxis ultrapassa a concepção que Marx lhe atribuiu em sua teoria da História. Habermas (2002, p. 441) afirmou que “Castoriadis pode prosseguir a filosofia da práxis de maneira ousada”. Mas questionando essa forma de “prosseguir”, Habermas constrói sua crítica a partir do que supõe dever ser esse prosseguimento. Este não pode ser isentado de um fundamento, no caso dele, Habermas, trata-se de uma recuperação da “razão concretizada na história”. Vejamos, portanto, o teor da crítica a Castoriadis.

[Castoriadis] A fim de restituir ao conceito de práxis social sua força revolucionária e um conteúdo normativo, já não concebe mais a ação de modo expressivista, mas de maneira poético-demiúrgica – como criação, privada de origem, de formas absolutamente novas e singulares, na qual cada uma delas abre um horizonte incomparável de sentido. *A garantia do conteúdo racional da modernidade – da consciência de si, da auto-realização autêntica e da autodeterminação em solidariedade – é representada como uma força imaginária criadora de linguagem. No entanto, esta se aproxima perigosamente do Ser que opera sem fundamento. Por fim, entre a “instituição” voluntarista e a “destinação” fatalista resta apenas uma diferença retórica.* (HABERMAS, 2002, p. 441-442, grifos nossos)

A crítica que Habermas endereça a Castoriadis demonstra a dificuldade, para não dizer impossibilidade, na maioria das vezes, de se pensar a História e o domínio sócio-histórico para além do horizonte da ontologia tradicional herdada. O que o filósofo da *teoria da ação comunicativa* mais censurou no filósofo da criação humana foi a ausência de fundamento, para não dizer, determinação, tal como se constitui a concepção de práxis no marxismo, mesmo em suas variadas versões.

Retomemos, portanto, as influências na constituição do pensamento de Castoriadis. É possível identificar referências e influências explícitas, a saber, na política a influência do marxismo³ e do trotskismo na fase inicial da militância, bem como a crítica radical a que

³ Numa entrevista a Philippe Nemo, Castoriadis (2009, p. 41) relatou sua trajetória de vida e a relação com o marxismo ainda numa fase precoce de sua vida: “Sim, é muito difícil falar de sua própria vida, isto deveria ser a coisa no mundo que compreende mais claramente e é talvez a coisa no mundo que menos se compreende quando se faz a inspeção com os anos que passam. Além de que isto não seja muito interessante, salvo pela maneira com que delimita, isto dá as linhas de um percurso de trabalho e de pensamento. Mas, de qualquer forma, para não ter de retornar a isto, direi uma ou duas coisas. Em princípio, não é exato que comecei pela política e que cheguei à filosofia, é antes o contrário: adolescente, já estava desperto em relação à filosofia em uma idade precoce, e foi esta preocupação filosófica que me fez encontrar Marx e o marxismo; aí acreditei encontrar na época – em certo sentido encontrei alhures – o que sempre me preocupou. Ou seja, ao mesmo tempo uma pesquisa da verdade, uma pretensão à verdade, e depois também, e sobretudo, uma preocupação com o destino dos homens na sociedade – na época, vivia-se na Grécia sob a ditadura de Metaxas. É isto que me tornou na época marxista, ousou dizer no bom sentido do termo, e que fez com que sob a ditadura de Metaxas, tinha apenas quinze anos, aderisse à Juventude comunista...”

submeteu essas duas correntes; como também ao leninismo; ao “socialismo real”, ao qual Castoriadis denominou de “sociedade burocrática”. E, no entanto, sua fonte de aprendizado era a atuação do movimento operário contemporâneo⁴ e a convivência com operários e intelectuais no grupo *Socialismo ou Barbárie*. Com efeito, Castoriadis descobriu na sociedade várias formas de autoatividade, da classe trabalhadora, inicialmente, mas, sobretudo, dos movimentos sociais que não se organizavam do mesmo modo que a classe trabalhadora.

Na Filosofia, Castoriadis identificou em Aristóteles a descoberta da imaginação, e formulou sua concepção de imaginação e imaginário como noções ontológicas da criação humana, ao mesmo tempo em que denunciou o ocultamento dessas noções pela ontologia herdada⁵. Ocultamento que visava manter a heteronomia na sociedade e obscurecer o projeto de autonomia coletiva e individual por meio da *lógica conjuntista-identitária*. Seus estudos conduziram-no às origens da imaginação e do imaginário, a rever a história da filosofia, como ocultação dessa descoberta, nela identificando filósofos e momentos de redescoberta e de ocultação como em Kant, Husserl, Heidegger, dentre outros. Reconhece em Merleau-Ponty, em *A instituição imaginária da sociedade*, a formulação mais completa sobre a práxis, um de seus contemporâneos mais admirado, pois não há muitas referências de que tenha dialogado tanto com seus contemporâneos quanto com os filósofos antigos e os modernos. É certo também que estudou sistematicamente a história da Grécia antiga, nela buscando e encontrando referências para sua concepção de democracia, Filosofia e autonomia. Durante alguns anos dedicou-se ao estudo daqueles que designava pelos “quatro grandes”: Platão, Aristóteles, Kant e Hegel, como os denominava Castoriadis.

Nas Ciências Humanas, Castoriadis tinha grande apreço por Max Weber e manifestou a intenção de realizar um estudo mais sistemático sobre a obra do sociólogo que, segundo ele, não separava sociedade e história. Apesar de tal apreço não lhe poupou das críticas⁶. Em história, desfrutava da amizade e admirava Pierre Vidal-Naquet.

Na Psicanálise, Castoriadis foi um rigoroso leitor e intérprete de Freud, tendo, às vezes, por sua interpretação e pelos desdobramentos de sua reflexão, demonstrado tê-lo ultrapassado quanto à questão da instituição da sociedade. Todavia, não poupou Lacan de sua crítica contundente, considerado por muitos o pensador que mais desenvolveu as ideias de

⁴ Ver, para efeito dessa informação, a seleção de textos de Castoriadis publicada no Brasil pela Brasiliense, na década de 1980, mais precisamente, 1985, sob o título: *A experiência do movimento operário*.

⁵ Ademais, como veremos, Castoriadis também foi influenciado pela concepção romântica da imaginação, ainda que dela tenha se diferenciado.

⁶ Para a apreciação de Castoriadis acerca de Weber, ver: *Indivíduo, Sociedade, Racionalidade, História*, em *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Obra publicada no Brasil pela Paz e Terra em 1992. p. 43-75.

Freud. Sabe-se que Castoriadis compartilhava de algumas ideias comuns com Melaine Klein e Winnicott. Porém, uma das maiores influências que recebeu da Psicanálise, depois de Freud, foi de sua mulher, Piera Aulagnier, e de seu próprio processo de análise, ao qual se submeteu durante seus estudos e sua prática profissional como psicanalista. Contudo, em mais de uma ocasião declarou-se freudiano. Castoriadis descobriu também, por meio da Psicanálise, a capacidade criadora, imaginativa, do ser humano e defendeu uma ética da Psicanálise que deve visar à consecução da autonomia pelo “paciente”. Mas no meio psicanalítico, ele não foi um psicanalista referenciado, à época, como observa Lobo (2004).

Por essas características da trajetória do *filósofo da criação humana* já se pode perceber as dificuldades que os intérpretes se deparam ao tentar classificá-lo ou periodizar sua obra tendo por pressuposto um único critério ou referência. Aliadas a essas dificuldades encontram-se também a originalidade e a radicalidade com que formulava questões e enunciava proposições. Além disso, Castoriadis foi um marxista, talvez o único, que se pôs essa questão: “continuar marxista ou revolucionário”? Decidiu-se por continuar sendo revolucionário⁷. Formulada nesses termos, tal questão implicava numa atitude, simultaneamente, política (a defesa do projeto de autonomia individual e coletiva) e intelectual (considerar a revolução a partir da criação humana).

IV.2. A trajetória singular de um revolucionário

Castoriadis nasceu em 11 de março de 1922, em Constantinopla, e em julho do mesmo ano sua família mudou-se para Atenas. Sua inserção na política ocorreu em sua juventude, aos 15 anos de idade aderiu à *Juventude Comunista*, no último ano de liceu, em Atenas, mas havia descoberto a filosofia e o marxismo desde os 12 anos⁸. Em 1941, participou como co-fundador do grupo clandestino e da *Revista Nea Epochi* e visava promover reformas no interior do próprio Partido Comunista Grego. Em 1942, ele adere à organização trotskista cujo dirigente era Spiros Atinas. Sua relação com esse líder político permanecerá até a morte de Castoriadis em 1997. Ainda na década de 1940, mais precisamente em 29 de dezembro de 1945, Castoriadis chegou à França e no ano seguinte criou, juntamente com Lefort, a tendência trotskista *Chaulieu-Montal*, dentro do Partido Comunista Internacionalista (PCI).

⁷ Numa entrevista realizada em 26 de janeiro de 1974 pela equipe da APL (*Agence de presse Libération*) de Basse-Noemandie, Castoriadis avaliou sua atuação política-intelectual até a dissolução do grupo *Socialismo ou Barbárie*, com destaque para os pontos de discordância não só ao regime socialista russo, como também à teoria marxista. Essa entrevista foi revisada por Castoriadis e publicada no *Bulletin hebdomadaire*, como suplemento, da Agência. Minha referência é essa entrevista, intitulada: Por que não sou mais marxista, em *Uma sociedade à deriva*, publicada no Brasil pela Ideias & Letras em 2006. p. 25-62.

⁸ Tal como relata em entrevista à Olivier Morel, em 18 de junho de 1993. Publicada em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*, no Brasil, pela Paz e Terra, em 2002. p. 95-118.

Socialismo ou Barbárie surgiu de uma tendência que se constitui, no verão de 1946, dentro do Partido Comunista Internacionalista (PCI), o partido trotskista francês. Eu tinha desenvolvido uma crítica da concepção trotskista do stalinismo no fim de 1944-começo de 1945, a partir de minha experiência do golpe de Estado stalinista de dezembro de 1944-janeiro de 1945 na Grécia. (CASTORIADIS, 2006, p. 25)

Conforme relata o próprio Castoriadis, foi durante as discussões preparatórias do *II Congresso da IV Internacional*, no PCI, que conheceu Lefort e com ele manteve amizade e parceria intelectual até a dissolução do grupo *Socialismo ou Barbárie*⁹. Assim Castoriadis (2006, p. 27) descreve esse encontro: “Constatamos rapidamente que nossas opiniões eram parecidas e constituímos com alguns camaradas uma tendência dentro do PCI, os primeiros documentos dessa tendência foram difundidos a partir de agosto de 1946”. No entanto, o rompimento com o PCI não tardou, agravado pela conjuntura à época, mas também pelas características próprias da concepção trotskista do partido e sua interpretação da situação russa e do movimento operário. Castoriadis discordou radical e frontalmente dessas concepções, expressando essa discordância por meio de vários artigos na revista e no grupo *Socialismo ou Barbárie*.

[...] tanto os acontecimentos – greves de 1947 na França, evolução dos países do Leste Europeu, começo da guerra fria – como o desenvolvimento de nosso trabalho teórico nos faziam ver a enorme distância que separava os discursos trotskistas do que era pertinente na luta de classes, na história mundial contemporânea e na própria teoria revolucionária. *Uma vez que se levasse até o fim a análise e a crítica da experiência da revolução russa, tornava-se necessária uma reconsideração fundamental da pergunta: “que é o socialismo?”*, e essa reconsideração só podia partir da ideia da ação autônoma do proletariado como ideia teórica e prática central da revolução e chegar à definição do socialismo como gestão operária da produção e como gestão coletiva de todas as atividades sociais por todos aqueles que delas participam. (CASTORIADIS, 2006, p. 27, grifos nossos)

Essas ideias foram consideravelmente repensadas e ampliadas de tal modo que a crítica de Castoriadis ao trotskismo o levou a radicalizar e refutar as concepções de planificação e nacionalização como medidas política para a consolidação da revolução; bem como sobre o poder integral que o partido havia assumido na revolução e na instauração de uma burocracia ampliada a toda a sociedade. O que Castoriadis denominou de “sociedade burocrática”. Porém, essa crítica radical empreendida ao trotskismo não era conjuntural em si mesma, avançou até a concepção de teoria revolucionária e do papel do partido na condução

⁹ Mesmo depois da dissolução do grupo, Castoriadis não desistiu da política, como afirmam alguns de seus comentaristas, mas procurou novas formas de atuação, tal como relatou numa entrevista, em 1993, a Olivier Morel: “Desde o fim de *Socialismo ou Barbarie* não tenho mais me ocupado direta e ativamente da política, salvo por um breve momento, em Maio de 68. Tento permanecer presente como uma voz crítica, mas estou convencido de que a falência das concepções herdadas (seja o marxismo, o liberalismo ou as visões gerais sobre a sociedade, a história, etc.) torna necessária uma reconsideração de todo o horizonte de pensamento no qual situou-se, há séculos, o movimento político de emancipação. E é a este trabalho que venho me dedicando desde então” (1993, p. 97).

da revolução, tal como os concebeu Lênin, na linha de uma tradição que remontava a Marx. Não demorou a aparecer, portanto, a crítica radical que Castoriadis empreendeu da teoria social, da teoria revolucionária e da História tal como Marx as concebeu. A expressão mais emblemática do início desse enfrentamento político-existencial e teórico pode ser encontrada em *Marxismo e teoria revolucionária*, publicado pela primeira vez em 1964, depois incorporada e abrindo toda uma reflexão em *A instituição imaginária da sociedade*, publicada em 1975. O projeto intelectual de Castoriadis orientou-se, então, por uma concepção política que estava na origem e acompanhou todo o percurso de seu pensamento. Ele mesmo se manifestou sobre como a questão política se fez presente em sua vida e nos assuntos de que se ocupava¹⁰.

Não creio que haja antinomia entre essas três atividades: não digo que sejam uma mesma coisa, nem que uma conduz à outra, mas apesar disso são solidárias. *Filosofia e psicanálise, em particular, são fortemente solidárias. A psicanálise permite que a filosofia veja novos campos, e a filosofia acaba sendo necessária para a reflexão sobre os fundamentos da psicanálise. O nexos entre psicanálise e política também é muito importante. Não se trata de transformar os pacientes – os analisandos – em militantes; mas o objetivo da psicanálise é tornar os indivíduos autônomos tanto quanto for possível, assim como o objetivo da política é tornar os indivíduos e as coletividades autônomos.* E a psicanálise permite esclarecer alguns aspectos da política e das dificuldades que podem surgir no trabalho e na luta pelo projeto coletivo de uma sociedade autônoma, constituída por indivíduos autônomos. (CASTORIADIS, 2006, p. 269, grifos nossos)

Para Castoriadis a questão política central era a da autonomia como projeto social e histórico, coletivo e individual. Essa questão apareceu muito cedo em sua reflexão e o acompanhou durante toda a vida, desdobrando-se em questão filosófica, e se revelou em sua atividade como psicanalista e no ensino¹¹. Diferentemente de outros pensadores de sua época, Castoriadis jamais aderiu ou fez concessões à política liberal, ao totalitarismo de esquerda ou de direita; não defendeu o capitalismo, nem apelou à ortodoxia marxista.

Permitam-me, agora, fazer uma digressão pela minha história pessoal. *Em meu trabalho, a ideia de autonomia aparece bem cedo, na verdade já desde o começo, e não como ideia “filosófica” ou “epistemológica”, mas como ideia essencialmente política, cuja origem é minha constante preocupação com a questão revolucionária, a questão da autotransformação da sociedade.*

Grécia, dezembro de 1994: minhas ideias políticas são, no fundo, as mesmas de hoje em dia. (CASTORIADIS, 1987b, p. 422-423, grifos nossos)

¹⁰ Esse posicionamento foi expresso numa entrevista: Uma trajetória singular, em *Uma sociedade à deriva*, a edição brasileira é de 2006, p. 269-277, que Castoriadis concedeu a Lilia Moglia em 01 de março de 1997. Foi publicada uma versão em espanhol, no suplemento *Página/12*, em 1997, de *Radar*, em Buenos Aires, Argentina.

¹¹ Em 1981, Castoriadis já havia avaliado sua trajetória e afirmou publicamente como se punha a questão política em sua vida em: *A lógica dos magmas e a questão da autonomia*, em *As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem*, publicada no Brasil pela Paz e Terra, em 1987. p. 394-428. Texto dedicado à memória de Claude Chevalley, inicialmente apresentado num seminário dirigido pelo próprio Chevalley em maio de 1981. Castoriadis também o apresentou no Colóquio de Cerisy, em maio de 1981, com algumas supressões, e depois o texto foi publicado nas atas do Colóquio em 1983 pela editora *Du Seuil*.

A militância junto aos operários e intelectuais na *Revista* e no grupo *Socialismo ou Barbárie*, a percepção do desenvolvimento do socialismo na Rússia, de um lado; e do capitalismo na França e no mundo¹², de outro, forneceram o estofamento necessário ao pensamento de Castoriadis para empreender a crítica rigorosa ao marxismo. Sua teoria social advém em grande parte desse enfrentamento visceral com o marxismo confrontado à realidade da época, como também da refutação das concepções funcionalistas e estruturalistas no meio intelectual europeu¹³. Apesar de reconhecer a grandeza de um pensador do porte de Marx, Castoriadis submeteu à avaliação todo o núcleo essencial do marxismo: a teoria da história, o determinismo econômico e a luta de classes, a teoria do conhecimento e a relação sujeito-objeto, a lógica e a ontologia presentes no marxismo como uma das formas da tradição ontológica herdada, a teoria revolucionária, as concepções de práxis, teoria e revolução e refutou a validade de um retorno à ortodoxia marxista. Numa época em que nem mesmo o retorno a Marx, para depurá-lo dos “revisionismos”, conseguiria “salvá-lo” de seu “destino histórico”, o destino de ser ultrapassado pela história.

Importa observar também o método de elucidação e crítica desenvolvido por Castoriadis, bastante próximo, em alguns momentos, de Aristóteles; em outras situações, bastante similar a Merleau-Ponty. Nuances do estilo desses dois filósofos aparecem de modo explícito em Castoriadis em mais de uma obra. Mas essas indicações visam ressaltar a complexidade de sua filosofia e evitar classificações ou rotulações do filósofo como se ele estivesse vinculado a um sistema de pensamento definido e definitivo.

Castoriadis não só ressignificou ontologicamente o imaginário, mostrando seu poder criador, como instiga a pensar e a desejar nossa própria autonomia e o advento de uma sociedade autônoma. Trata-se de um projeto, não de um programa, como nos adverte o filósofo. Tampouco é uma tarefa a ser desempenhada ou liderada apenas por filósofos, segundo a *República* de Platão, ou por “cientistas-revolucionários”, como Marx e Lênin. Castoriadis afirmava que (1982, p. 22): “Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis”. E acrescento: uma sociedade autônoma deve instituir territorialidades autônomas, dar-se, também, a si mesma um território autônomo. Mas não se deve entender essa proposição como

¹² Após o V Congresso do PCI, em julho de 1948, a tendência rompe com o movimento trotskista e no mesmo ano, em novembro, Castoriadis inicia seu trabalho na *Organização Europeia de Cooperação Econômica* (OECE), transformada, em 1960, em *Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE).

¹³ Lefort e Castoriadis foram, de modos diferentes, críticos da voga estruturalista que se alastrou no *metiè* intelectual à época. E, no entanto, Castoriadis foi bem menos reconhecido na história do estruturalismo e do pós-estruturalismo, na qualidade de um de seus maiores críticos, como se pode constatar em Dosse (1993) pelas escassas referências a ele e pela ausência de referências em Cusset (2008).

uma gestão coletiva do território como as noções correntes de “planejamento participativo”, da defesa da soberania nacional ou do reordenamento territorial com a participação popular. Uma sociedade heterônoma só pode instituir-se e constituir-se por meio de espaços e territórios heterônomos. Mas se queremos uma sociedade e indivíduos autônomos, essa proposição deve assumir a radicalidade que tal concepção e projeto de autonomia demandam.

Num primeiro momento, dei ao conceito de autonomia estendido à sociedade o sentido de “gestão coletiva”. Sou levado agora, a lhe dar um conteúdo mais radical, que não é mais simplesmente a gestão coletiva (autogestão) mas a *auto-instituição permanente e explícita da sociedade*; ou seja, um estado em que a coletividade sabe que suas instituições são sua criação própria e se tornou capaz de vê-las como tais, retomá-las e transformá-las. (CASTORIADIS, 2006, p. 58, grifos do autor).

A concepção de autonomia não pode ser compreendida em sua radicalidade, se ignorarmos os sentidos de *theoria*, *poiesis* e *praxis* no conjunto das proposições do filósofo, o que demanda não só o labor da interpretação, como também a disposição em mudar o modo habitual de pensarmos. Tal disposição requer que pensemos a teoria como “um fazer, a tentativa sempre incerta de realizar o projeto de uma elucidação do mundo”; a *poiesis* como “criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer dos homens”, ou seja, “a história é essencialmente *poiesis*”. A *praxis* é “este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (CASTORIADIS, 1982, p. 91-94). Ao propor a práxis como projeto que se coloca no horizonte da autonomia, o filósofo da criação humana retoma Aristóteles quanto à discussão da atividade humana, dele diferenciando sua concepção e avançando na crítica à concepção marxista.

A práxis é, por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar (não podendo justificar-se pela invocação de um tal saber – o que não significa que ela não possa justificar-se). Ela se apóia sobre um saber, mas este é sempre fragmentário e provisório. É fragmentário, porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história; ele é provisório, porque a própria práxis faz surgir constantemente um novo saber, porque *ela faz o mundo falar numa linguagem ao tempo singular e universal*. É por isso que suas relações com a teoria, a verdadeira teoria corretamente concebida, são infinitamente mais íntimas e mais profundas do que as de qualquer técnica ou prática “rigorosamente racional” para a qual a teoria não passa de um código de prescrições mortas não podendo nunca encontrar o sentido daquilo que maneja. [...] Elucidação e transformação do real progridem, na práxis, num condicionamento recíproco. É exatamente esta dupla progressão que é a justificação da práxis. Porém, na estrutura lógica do conjunto que formam, a atividade precede a elucidação; porque, para a práxis, a última instância não é a elucidação, e sim a transformação do dado. (CASTORIADIS, 1982, p. 95-96, grifos do autor)

Todavia, a autonomia como projeto é inconcebível sem a elucidação da alienação e de ambas relativamente à instituição da sociedade. Nesse sentido, Castoriadis não só examinou

criticamente as teorias sociais nas vertentes funcionalista, estruturalista e, sobretudo, a marxista, como as refutou tendo por divisa o *imaginário social* e a conversão ontológica que este implica para a elucidação da instituição imaginária da sociedade. E, no entanto, conforme se verá, não há uma teoria do imaginário e da imaginação conforme advertiu Castoriadis.

Castoriadis refuta a ideia de que a alienação é inerente à história, de que ela é a forma de existência da instituição. E ainda que a alienação se manifeste “como encarnada na estrutura de classe e o domínio por parte de uma minoria”, ela não se reduz a esses traços. Mesmo que se manifeste assim nas “sociedades históricas”, há que se considerar que a alienação existiu “em sociedades que não apresentavam uma estrutura de classe, nem mesmo uma importante diferenciação social; e porque numa sociedade de alienação, a própria classe dominante está em situação de alienação”, afirmou Castoriadis (1982, p. 139), refutando a interpretação marxista da alienação. Nesse sentido, o equívoco dos “marxistas ingênuos” consiste em pensar que a classe dominante, por meio da ideologia, mantém uma relação de exterioridade e de instrumentalidade com as instituições, como se, ao mistificar a sociedade, como classe dominante, ela estivesse imune a essa mistificação.

O fenômeno da alienação manifesta-se, segundo Castoriadis (1982, p. 139-140), como a “alienação da sociedade às suas instituições”, isto é, “como *autonomização* das instituições com relação à sociedade”. Esse fenômeno é constatado e nos impele a tentar compreender como, por que e o que se autonomiza, o que implica inevitavelmente em questionar as visões correntes acerca da instituição. Não só a funcionalista e a estruturalista foram questionadas por Castoriadis, mas também o marxismo, no qual ele vê a mesma valorização do componente funcional das instituições, sendo uma variante daquelas duas concepções. A “visão econômico-funcional [...] que “quer explicar tanto a existência da instituição como suas características (idealmente, até os mínimos detalhes) pela *função* que a instituição preenche na sociedade e as circunstâncias dadas, por seu papel na *economia de conjunto* da vida social” (CASTORIADIS, 1982, p. 140, grifos do autor). Contesta nessa visão o fato de ela reduzir as instituições à funcionalidade, limitando, portanto, a compreensão das instituições pelo papel que a função nelas desempenha. Embora reconheça que “as instituições preenchem funções vitais sem as quais a existência de uma sociedade é inconcebível” (CASTORIADIS, 1982, p. 141). Seu ponto de partida “é a maneira de ser sob a qual se constitui a instituição –, a saber, o *simbólico*”; cujo papel, apesar de reconhecido, raramente tem reconhecida a sua importância pela visão funcionalista. O simbólico é um dos modos de ser da instituição, ainda que ela não se reduza a ele, nem possa dele prescindir.

Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais e coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica. [...] As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião [um território] existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. (CASTORIADIS, 1982, p. 142, grifos nossos)

Mas se esta é a compreensão de Castoriadis, na visão funcionalista o simbolismo apenas recobre, adorna, um conteúdo ou um substrato real e racional das relações sociais. E ainda que reconheça no simbólico uma lógica própria, a visão funcionalista lhe confere uma importância menor na constituição das instituições. A essa visão do simbolismo, como adequação a um real racional, como revestimento, se opõe Castoriadis (1982, p. 147, grifos nossos)

O simbolismo não pode ser neutro, nem totalmente adequado, primeiro porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos. Isso é evidente para o indivíduo que encontra sempre diante de si uma linguagem já constituída, e que se atribui um sentido “privado” e especial a tal palavra, tal expressão, não o faz dentro de uma liberdade ilimitada mas deve apoiar-se em alguma coisa que “aí se encontra”. Mas isso é igualmente verdadeiro para a sociedade, embora de uma maneira diferente. A sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição não é “livre”. Ela também deve tomar sua matéria no “que já existe”. Isso é primeiro a natureza – e como a natureza não é um caos, como os objetos naturais são ligados uns aos outros, isso acarreta consequências.

A lógica do simbolismo não é, portanto, aleatória, mas também não é determinada por uma base racional. Os significantes, quando se trata da linguagem ou das instituições, não são completamente subordinados pelo conteúdo que eles deveriam veicular. Segundo Castoriadis (1982, p.148), “eles pertencem a estruturas ideais que lhes são próprias, que se inserem em relações quase-rationais”. A lógica do simbólico situa-se, portanto, na fronteira entre o racional e as “estruturas ideais”. Castoriadis adverte que a lógica simbólica e a ordem racional, que em parte lhe corresponde, põem problemas à teoria da história. Quer isto dizer que, quando uma sociedade “se dá” uma instituição, essa instituição não se dá integralmente instituída por sua funcionalidade, racionalidade e revestida de uma lógica simbólica que seja o reflexo de ambas. Esse é o ponto de referência, ou seja, o “ideal de interpretação” da visão econômico-funcional da instituição, mas como não é possível determinar o lugar por onde passará à fronteira do simbólico, tal interpretação torna-se insustentável, porque não consegue fazer derivar da funcionalidade a lógica simbólica. A relação entre o simbolismo e a

instituição, a sociedade, não se dá a conhecer por uma relação de causalidade, nem de determinação, nem de uma suposta independência ou “liberdade absoluta”, tampouco, “como racionalidade transparente”.

Se as visões apresentadas não dão conta de elucidar o que é a instituição, a questão permanece e só nos resta procurar por outros caminhos as possibilidades de sua elucidação. Tal é o projeto de Castoriadis. Todos esses traços marcaram sua trajetória e seu estilo de pensamento cuja *filosofia da imaginação* e do *imaginário* apresentou inusitados aportes à teoria social contemporânea.

IV.3. A ontologia tradicional e a concepção de Ser

Em *O imaginário: a criação no domínio social-histórico*, Castoriadis (1987b, p. 225) apresenta cinco asserções sobre o Ser; asserções que visam refutar a ontologia herdada e demonstrar o imaginário como criação no domínio social-histórico.

“o Ser” não é um sistema, não é um sistema de sistemas e não é um “grande encadeamento”. O Ser é Caos, ou Abismo, ou o Sem-Fundo. Caos dotado de uma estratificação não regular: isto é, que comporta “organizações” parciais, sempre específicas dos diversos estratos que descobrimos (descobrimos/construímos, descobrimos/criamos) no Ser.

O grande equívoco da ontologia tradicional foi o de ter pensado o Ser como ser determinado; alocado *no* tempo e o tempo como sucessão ou como uma “quarta dimensão espacial supranumérica”. Para Castoriadis (1987b, p. 225): “Em essência, o Ser é Tempo. [...] o Ser está, essencialmente, por-Ser”. Sendo assim, como o tempo não é uma externalidade ao Ser, o Tempo é criação, ou seja, “[...] criação autêntica, criação ontológica, criação de novas Formas ou novos *eidè* [...]”. A elucidação do domínio social-histórico foi obstaculizada pela ontologia tradicional porque o Ser, o Tempo e a Criação foram sempre concebidos “por meio da hipercategoria fundamental da *determinidade* (*péras*, em grego; *Bestimmtheit*, em alemão)”. Quais foram as consequências que essa hipercategoria implicou à elucidação do domínio social-histórico e para a ciência?

A determinidade leva à negação do tempo, à atemporalidade: se algo está verdadeiramente determinado, está determinado desde sempre e para sempre. Se esse algo se modifica, os modos de sua mudança e as formas que essa mudança pode produzir estão já determinados. *Os “acontecimentos” não são, então, nada mais que a realização de leis, e a “história” nada mais que o desdobramento, ao longo de uma quarta dimensão, de uma “sucessão” que não passa de uma simples coexistência [...].* (CASTORIADIS, 1987b, p. 226, grifos nossos)

Ora, por meio da ontologia tradicional não há possibilidade de se pensar o indeterminado, o aleatório, o novo, a diferença, a criação e, portanto, o Ser enquanto “por-

Ser”. Os desdobramentos dessa ontologia na concepção de história já os vimos, a história como o movimento da razão, do espírito absoluto, como sucessão de formas cada vez mais superiores; ou as leis que imperam sobre as necessidades humanas naturais que determinam a produção material da sociedade até que a produção possa suplantar as necessidades e o “reino da liberdade” possa se instalar nesse mundo, como pensava Marx. Nem Hegel, nem Marx escapam dessa ontologia até porque a ideia de Ser com a qual operaram não os distingue dela, antes, foram algumas de suas variantes.

Para essa ontologia, a negação do Tempo como possibilidade permanente da emergência do Diferente é uma questão de vida ou morte. E são também razões profundamente ligadas a esse diferencial de determinidade que levam a ontologia tradicional a limitar os tipos possíveis de ser a três, e somente três categorias: substância (na verdade, “coisas”), sujeitos e conceitos ou ideias — e os conjuntos, combinações, sistemas e hierarquias de conjuntos possíveis de substâncias, sujeitos e ideias. (CASTORIADIS, 1987b, p. 226)

Apesar da força da tradição dessa ontologia, há questões que emergem e que não podem ser silenciadas, ignoradas, uma vez que foram enunciadas: “Que é, naquilo que conhecemos, que provém do observador (de nós) e que é que provém daquilo que existe?” Questão que, segundo Castoriadis (1987b, p. 226), “permanecerá para sempre indecidível”. “Que é uma forma, como ela *emerge*?”. São questões que podem interessar às “ciências duras”, mas Castoriadis tentou pensar respostas mostrando como elas aparecem no domínio social-histórico, no domínio humano, “o domínio do homem”. Por que o homem e não apenas a natureza? Ele nos adverte: “O homem deve nos interessar porque, dado tudo que sabemos, o fantástico nó de questões ligadas à existência do homem e ao tipo ontológico de ser por ele representado não é redutível à física ou à biologia” (CASTORIADIS, 1987b, p. 227). Às teorias que concebem o homem como um animal racional, ser determinado pelo seu substrato biológico ou um elemento a mais na natureza, Castoriadis endereçou contundentes refutações de modo a demonstrar que o homem é um ser cuja forma deve ser procurada no domínio social-histórico. Porque “O homem só existe na e pela sociedade – e a sociedade sempre é histórica. A sociedade como tal é uma *forma*, e cada sociedade dada é uma forma particular e mesmo singular. A forma implica a organização, [...], a ordem (ou, se assim preferir, a ordem/desordem)” (CASTORIADIS, 1987b, p. 228, grifos nossos). Porém, essas formulações não cobriram as questões sobre o que mantém uma sociedade coesa? O que faz surgir formas de sociedade diferentes e novas? Questões que formulou e para as quais as visões tradicionais de sociedade e de história, como o funcionalismo, o estruturalismo e o marxismo, não lhe satisfizeram; porque “na quase totalidade das vezes, essas doutrinas concebem a sociedade como uma coleção ou reunião de ‘indivíduos’ ligados entre si e todos juntos ligados às

‘coisas’ ”. Ele se dispôs a procurar o que podia se configurar como esse fundamento, e ao longo desse percurso encontrou ou redescobriu, desvelou, o que a ontologia tradicional obscurecia: a instituição imaginária da sociedade.

Aquilo que mantém uma sociedade reunida é evidentemente sua instituição, o complexo total de suas instituições particulares, aquilo que chamo a “instituição da sociedade como um todo” – tomando aqui a palavra instituição no sentido mais amplo e mais radical: normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas e ainda, é claro, o próprio indivíduo, tanto em geral como no tipo e na forma particular que lhe dá a sociedade considerada [...]. (CASTORIADIS, 1987b, p. 229)

Assim considerada a instituição da sociedade, o indivíduo nela aparece como um ser social por excelência, isto é, a instituição faz emergir do domínio social os indivíduos porque ela os produz, seja de modo coercitivo, impondo sanções; seja por adesão, consenso, crença, legitimidade. Castoriadis afirmou que, em sua constituição biológica, o homem é a única espécie inapta para a vida e não sobreviveria não fosse a instituição da sociedade. Não há nada no indivíduo que não seja social.

A instituição produz indivíduos conforme suas normas, e estes indivíduos, dada sua construção, não apenas são capazes de, mas obrigados a, reproduzir a instituição. A “lei” produz os “elementos” de tal modo que o próprio funcionamento desses “elementos” incorpora e reproduz – perpetua – a “lei”. (CASTORIADIS, 1987b, p. 230)

IV.3.1. A ontologia herdada e o imaginário radical

No texto *A descoberta da imaginação*¹⁴, Castoriadis (1987b) se dispôs a discutir duas ideias fundamentais: a concepção de história da Filosofia tendo como vertente central a elaboração da razão, e, por conseguinte, a postulação do Ser como ser determinado; e a concepção de indeterminação como privação, *déficit* de determinação, de ser, ou uma origem transcendente e inacessível a toda determinação. Dessas duas ideias centrais desdobraram-se as noções de história da Filosofia como a história do desenvolvimento e do progresso da razão, como também a de que, sendo o Ser determinado, a indeterminação se manifesta como um acidente de percurso na rota do Ser, que foi, é e será essencialmente tal como se configura

¹⁴ Esse texto foi publicado inicialmente em *Libre*, nº 3, em 1978. Originário de uma obra em preparação *L'Élémentaire imaginaire*, o primeiro volume, histórico, teria uma parte dedicada à descoberta da imaginação. Foi publicado, juntamente, com outros textos em *As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem*, em 1985. A edição brasileira dessa obra foi publicada em 1987 pela Paz e Terra, é ela minha referência. Conforme prefacia Castoriadis, em *As encruzilhadas do labirinto 1*, publicado em 1978; foram compostos de textos escritos entre os anos de 1968 a 1977, agrupados tendo em vista o assunto e a época, como um cortejo, eles a “preparam, acompanham e seguem”, em *A instituição imaginária da sociedade* (1964-1965; 1974). *As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem* foram compostos de textos elaborados entre os anos de 1974 e 1985, cuja finalidade era preparatória a duas obras que ele esperava publicar em breve.

desde sua origem. Assim, compreende-se a afirmação de Hegel: “tudo que é real é racional” e tudo que “é racional é real”. E sendo o ser determinado, ele só pode manifestar-se como sempre idêntico a si mesmo, seja por meio da sucessão ou da repetição. A questão central é a de saber o que se oculta com essas noções.

Esta postulação acarretou, desde o início, o encobrimento da alteridade e de sua fonte, da ruptura positiva das determinações já dadas, da criação como não apenas indeterminada mas determinante, ou seja, como instauração de novas determinações. Em outras palavras, *ela acarretou, sempre, a ocultação do imaginário radical e, correlativamente, a ocultação do tempo enquanto tempo de criação e não de repetição.* (CASTORIADIS, 1987b, p. 335, grifos nossos)

Essa ocultação é também a ocultação da dimensão social-histórica do imaginário radical, a imaginação social ou a sociedade instituinte. E fez prevalecer a visão da autoinstituição da sociedade como sendo o exercício da razão. A Filosofia não podia “deixar de recuperar” a dimensão do *imaginário radical*, sua dimensão psíquica, a *imaginação radical* do sujeito. Nesse aspecto, a ocultação não pode ser radical, mas ela se fez sobre o caráter radical da imaginação, no sentido de que a reduziu a um papel subalterno, visto como perturbador e negativo, às vezes, auxiliar e instrumental à razão. O que Castoriadis destaca é que “em essência, a imaginação é rebelde à determinidade”, e esse traço permanece como inexplicável segundo o que concebemos por explicação, seja na filosofia ou na ciência: “ela será, na maior parte do tempo, simplesmente obscurecida, ou relegada à ‘psicologia’ [como uma faculdade mental], ou ‘interpretada’ e ‘explicada’ a partir de seus produtos, mediante superficialidades flagrantes, como a ideia da ‘compensação’ da necessidade ou do desejo insatisfeitos” (CASTORIADIS, 1987b, p. 336). Sem dúvida, há relação entre imaginação e desejo, mas não como compensação, pelo contrário, “a imaginação não é, evidentemente, efeito, mas condição do desejo”, como tentará mostrar Castoriadis (1987b, p. 336), indicando que até mesmo Aristóteles disso já sabia, ao afirmar que não há desejanse sem imaginação.

Na avaliação de Castoriadis (1987, p. 336), a questão sobre a imaginação aparece na história da Filosofia ligada ao papel que ela tem “em relação com um Verdadeiro/Falso, [como em Aristóteles]; Belo/Feio [a estética romântica]; Bem/Mal [Santo Agostinho], supostos como já dados e determinados por outras vias”. Assim, é compreensível que mesmo Kant, tendo com ela se deparado, reconhecido, retornou a obscurecê-la.

E mesmo quando o papel criador da imaginação for reconhecido, quanto Kant chegar a ver na obra de arte “produzida” pelo gênio a instauração indeterminada e indeterminável de novas determinações, haverá ainda “instrumentalidade” de um nível superior, subordinação da imaginação a algo diferente dela, que fornece o padrão de medida de suas obras. O estatuto ontológico da obra de arte, na Crítica do Juízo, é reflexo ou derivado de seu estatuto de valor, que consiste no fato de que são

apresentadas, na intuição, Ideias das quais a Razão não pode, por princípio, fornecer representação discursiva. (CASTORIADIS, 1987b, p. 336)

Por duas vezes esse recobrimento foi rompido na história da Filosofia, e nessas duas vezes a ruptura foi “difícil, antinômica, criadora de aporias insolúveis”, porque “aquilo que é descoberto, a imaginação, não se deixa reter nem conter, nem pode ser situado e posicionado em uma relação clara, unívoca e determinável com a sensibilidade e o pensamento”, afirmou Castoriadis (1987b, p. 337). Nas duas vezes a ruptura será “imediatamente seguida de um total e estranho esquecimento”. Ele descobre em Aristóteles “duas imaginações”, às quais denomina de “imaginação primeira” e “imaginação segunda”, a partir de seus estudos sobre a obra *De anima*, do filósofo estagirita. Tal descoberta pode ser encontrada no *Livro III* desse tratado. Descoberta que foi ignorada pelos intérpretes, comentadores e estudiosos de Aristóteles e que na interpretação de Castoriadis (1987b, p. 337): “virtualmente faz explodir a ontologia aristotélica, isto é, a própria ontologia”. A “imaginação primeira” teria uma função muito mais radical que a “imaginação segunda”, mas foi esta que se tornou convencional e prevaleceu até os dias de hoje. A “imaginação primeira” foi ignorada também pela história da Filosofia que reteve apenas a “imaginação segunda” e seu recobrimento da “imaginação primeira”.

Em Kant e Fichte, Castoriadis identificou outra vez a questão da imaginação, ou seja, “a questão da imaginação recolocada, renovada, aberta de maneira bem mais explícita e ampla – embora igualmente antinômica, inapreensível e incontível”, e, logo um novo recobrimento da questão se fez acompanhar. Para logo em seguida ser novamente descoberto, desta feita com Hegel que teria radicalizado o movimento inaugurado por Kant e Fichte.

Em Hegel, “a imaginação, [...], não é um ‘termo médio’, mas ‘aquilo’ que é primitivo e originário”¹⁵. O fato é que esses escritos hegelianos, *Fé e saber*, permaneceram “inéditos ou desconhecidos”, escreve Castoriadis (1987b, p. 337-338). Além disso, a ausência do tema ou do termo imaginação na *Fenomenologia do espírito*, o deslocamento da ênfase da imaginação para a memória, “à qual ele transferirá as obras ‘objetiváveis’ da imaginação”, promoveu um novo recobrimento. Hegel censurará os Antigos por terem rebaixado a memória ao grau de imaginação, na *Enciclopédia*. Na *Propedêutica* e na *Enciclopédia*, o que Hegel chamará de *imaginação ativa* e *imaginação criadora* “não será de fato [...] nada mais que uma recombinação seletiva de dados empíricos guiada pela Ideia. Assim, Hegel, simultaneamente, restaura e restabelece a “tradição vulgar”, dominante, reprodutora da primeira exposição de

¹⁵ Castoriadis traduziu Hegel do alemão para o grego em 1946 e há registro de um artigo que teria elaborado sobre o filósofo alemão que permaneceu desconhecido, conforme destacou Maciel (1987).

Aristóteles, qual seja: “expulsão da imaginação para a ‘psicologia’, fixação de seu lugar entre a sensação e a inteligência”, segundo a interpretação de Castoriadis (1987b, p. 337-338).

Ao percorrer a história da Filosofia com suas rupturas e continuidades no que concerne à descoberta e ao recobrimento da imaginação e do imaginário, Castoriadis encontrou em Heidegger o restabelecimento, e também o recobrimento da “questão da imaginação como questão filosófica”. Nem mesmo Merleau-Ponty foi isento desse percurso¹⁶. No entanto, Castoriadis destacou suas tentativas e retomou proposições importantes do filósofo francês em mais de uma ocasião. Ao contrário de seu silêncio com relação às concepções de imaginário de Bachelard e Sartre que, à época, já haviam publicado obras conhecidas, no ambiente francês, sobre a imaginação e o imaginário. Sobre Merleau-Ponty ele escreveu:

*Mais perto de nós, os sinais das dificuldades e das aporias suscitadas pela questão da imaginação e do imaginário persistem em O visível e o invisível de Maurice Merleau-Ponty. Como compreender de outro modo essa hesitação que às vezes faz do imaginário um sinônimo da ficção irreal, do puro e simples inexistente, e às vezes chega quase a descobrir a distinção entre o imaginário e o real? *Aí vemos Merleau-Ponty indo muito longe em seu esforço para apagar “as antigas clivagens” – ao mesmo tempo em que algo o puxa para trás: sem dúvida, a persistência do esquema da percepção, no sentido mais amplo, do qual ele não chega a se desvencilhar totalmente, percepção agora tornada experiência ou recepção ontológica.* (CASTORIADIS, 1987b, p. 338, grifos nossos)*

O conceito obstáculo da percepção teria impedido que Merleau-Ponty avançasse mais além em direção à redescoberta da imaginação e, portanto, do imaginário. Mas Castoriadis reconheceu, em *A instituição imaginária da sociedade*, as dificuldades quando se trata das relações entre o imaginário, o real e o simbólico; como também quando se trata da questão das significações e suas formas de correspondência.

Estabelecemos pois que existem significações relativamente independentes dos significantes e que desempenham um papel na escolha e na organização desses significantes. Essas significações podem corresponder ao *percebido*, ao *racional* ou ao *imaginário*. As relações íntimas que existem entre esses três pólos não devem fazer com que se perca de vista sua especificidade. (CASTORIADIS, 1982, p. 169-170)

As dificuldades com a linguagem também não são menores, conforme veremos com a noção de *magma*. E a admissão dessas dificuldades apareceu numa reflexão de Castoriadis sobre a significação imaginária reificação, em que afirma haver significações imaginárias que nem a realidade, nem a racionalidade, nem as leis do simbolismo podem explicar por que

¹⁶ Ver *A instituição imaginária da sociedade*, publicada em língua francesa em 1974, e *O dizível e o indizível*, em homenagem a Maurice Merleau-Ponty, publicado em 1981, em *As encruzilhadas do labirinto 1*, no Brasil, pela Paz e Terra, em 1987. p. 135-157.

não tem necessidade de ser explicitada nos conceitos ou nas representações para existir, que age na prática e no fazer da sociedade considerada como sentido organizador do comportamento humano e das relações sociais independentemente de sua existência “para a consciência” desta sociedade. (CASTORIADIS, 1982, p. 171)

Além de toda a ocultação da imaginação pela ontologia tradicional, conforme vimos, há um problema maior, ou como afirma o filósofo, o que torna o problema mais difícil, razão pela qual sempre foi visto parcialmente, advém de nossas dificuldades em

diferenciar os registros e a ação do simbólico e do imaginário, não são somente os preconceitos “realistas” e “racionalistas” [...] que impedem de admitir o papel do imaginário, o significado ao qual remete o significante é quase inapreensível como tal, e por definição seu “modo de ser” é um modo de não-ser. *No registro do percebido (real) “exterior” ou “interior” a existência fisicamente distinta do significante e do significado é imediata: ninguém confundirá a palavra árvore com uma árvore real, a palavra raiva ou tristeza com os afetos correspondentes. No registro do racional, a distinção é menos clara: sabemos que a palavra (o “termo”) que designa um conceito é uma coisa e o próprio conceito outra. Mas no caso do imaginário, as coisas são menos simples.* (CASTORIADIS, 1982, p. 172)

O caráter indeterminado e indeterminável do imaginário não torna a elucidação de seu papel no campo social-histórico mais fácil nem para aqueles que são considerados como “grandes pensadores”, como Merleau-Ponty, por exemplo. Essa ontologia do imaginário, conforme Castoriadis, também não torna mais fácil nossa compreensão do papel do imaginário em sua teoria social. Mas podemos nos aproximar dela, empreender um esforço em elucidá-la, mas jamais contorná-la¹⁷.

IV.3.2. A lógica conjuntista-identitária e os magmas

Em *A lógica dos magmas e a questão da autonomia*, Castoriadis (1987b, p. 394) trata de seis grandes temas: a teoria dos conjuntos, a noção de magma, o poder da lógica conjuntista-identitária, as teses ontológicas, as interrogações acerca do vivente, a questão da autonomia. E faz referência a um texto que lhe chamou a atenção e tornou-se também emblemático em sua formulação quanto à lógica conjuntista-identitária e a noção de *magma*. O texto é uma carta de Cantor a Dedekind, de 1899, e dela Castoriadis (1987b, p. 394) destacou uma frase que muito o impressionou: “Toda multiplicidade é ou uma multiplicidade inconsistente ou um conjunto”. A partir dessa carta, Castoriadis desdobrou consequências inestimáveis à formulação de sua ontologia. E apresentou um relato do percurso de seu pensamento.

Essas multiplicidades inconsistentes – inconsistentes do ponto de vista de uma lógica que se quer consistente ou rigorosa – passaram a ocupar minha atenção a partir do

¹⁷ Voltarei a essa questão mais adiante quando tratar da relação entre o imaginário e o real. Para uma discussão das dificuldades de apreensão do imaginário ver também Ruiz (2003).

momento (1964-1965) em que me apercebi da importância, no mundo humano, daquilo que chamei o imaginário radical. (CASTORIADIS, 1987b, p. 394-395, grifos nossos)

Castoriadis havia constatado que o psiquismo humano não podia ser explicado com base em “fatores biológicos, nem considerado como um autômato lógico”; tampouco a sociedade podia ser “reduzida a determinações racionais-funcionais” quaisquer que elas fossem: econômicas ou sexuais. Nessa época ele já havia iniciado sua incursão pela Psicanálise. Esse delineamento do percurso de seu pensamento, tendo por princípio a negação do que considerava como base insuficiente de qualquer explicação, “indicava que era preciso pensar em algo diferente, e pensar de maneira diferente, para poder compreender a natureza e o modo de ser específico desses domínios, o psíquico de um lado, o social-histórico de outro” (CASTORIADIS, 1987b, p. 395). Era preciso avançar na formulação do *imaginário radical* para que essa noção assumisse a consistência que Castoriadis pretendia. Ele tinha consciência de que seu desafio implicava na elaboração de uma proposta, simultaneamente, lógica e ontológica.

Não bastava introduzir simplesmente um tipo novo de ser, inaudito, impensado até então, que seria o ser da psique e do social-histórico. Esta proposta só poderia adquirir conteúdo se chegássemos a dizer alguma coisa sobre a especificidade, não apenas fenomenológica e descritiva, mas lógica e ontológica, desses dois estratos, o psíquico e o social-histórico. Notemos de passagem que essa especificidade já se exprime em seu singular modo de coexistência: o psíquico e o social são ao mesmo tempo radicalmente irreduzíveis uma ao outro e absolutamente indissociáveis, impossíveis um sem o outro. (CASTORIADIS, 1987b, p. 395, grifos nossos)

Com esse desafio Castoriadis (1987b, p. 395) se viu obrigado a encontrar uma noção para designar “esse modo de ser, e a organização lógico-ontológica que ele traz consigo”; e assim chegou ao termo *magma*. Depois de tê-lo formulado, Castoriadis descobriu que esse mesmo termo havia sido empregado nas edições de *Álgebra* de N. Bourbaki, na década de 1970, numa acepção distinta daquela que ele lhe conferira, mas como se prestava a expressar o sentido que ele lhe atribuiu, resolveu mantê-lo. O sentido que o termo tem para Castoriadis é em tudo distinto daquele empregado em álgebra. Mas noção de *magma*, tal como a concebeu, era de tal modo inexplicável que ele convidou a “imaginá-la”.

Que cada qual pense na totalidade das representações de que é capaz: tudo o que se pode apresentar, e ser apresentado, como percepção presente da “realidade”, como lembrança, como imaginação, como devaneio, como sonho. E que cada qual tente refletir sobre a questão: pode-se mesmo, dentro dessa totalidade, separar, recortar, classificar, ordenar, contar – ou, ao contrário, tais operações são tão absurdas quanto impossíveis em vista daquilo de que se trata?

[...]

Para o que tenho a dizer dos magmas, a oposição pertinente não é finito/infinito, mas determinado/indeterminado. Ora, todas as entidades matemáticas são perfeitamente determinadas. (CASTORIADIS, 1987b, p. 397-398)

Por esse percurso pode se depreender que a noção de *magma* para Castoriadis distingue-se da concepção matemática como também não se deixa formalizar segundo o racionalismo. Uma posição contrária pode ser encontrada na *lógica conjuntista-identitária* e em seu modo operante, ou melhor, em seus traços essenciais,

aqueles que considero os traços essenciais, [...], as “categorias” ou operadores lógico-ontológicos que são necessariamente postos em ação pela lógica conjuntista-identitária, quer esta se exerça na atividade de um matemático ou na atividade de um selvagem que classifica os pássaros, peixes e clãs de sua propriedade. Os principais desses operadores são: os princípios de identidade, de não-contradição e do terceiro excluído; a equivalência propriedade \equiv classe; a existência plenamente admitida de relações de equivalência; a existência plenamente admitida de relações de boa ordem; a determinidade. (CASTORIADIS, 1987b, p. 398)

Ao discorrer sobre esses operadores, Castoriadis nos remete ao universo do modo de pensar matemático, tomando por referência a *teoria dos conjuntos*. E ao discorrer sobre seu modo operante, nos remete à lógica conjuntista-identitária. Por mais paradoxal que seja, só chegamos à noção de *magma* tendo por divisa a lógica dos conjuntos. Deparamo-nos com as dificuldades em exprimir uma noção que não se deixa formalizar por meio da linguagem habitual, ainda que tenhamos de nos exprimir por meio dessa linguagem que dispomos. Todavia, a lógica conjuntista-identitária encontra uma “base natural” que lhe permite um alto nível de formalização.

A formalização da teoria dos conjuntos, e da lógica conjuntista-identitária; exige necessariamente o emprego de categorias e operadores da “lógica natural”, vale dizer, da lógica conjuntista-identitária já imanente na linguagem enquanto uma de suas dimensões. A “construção” da lógica conjuntista-identitária *pressupõe* a lógica conjuntista-identitária (e, com certeza, outra coisa mais: o imaginário radical). (CASTORIADIS, 1987b, p. 400, grifos do autor)

Na concepção de Castoriadis a determinidade aparece e opera como uma “hipercategoria” a constituir o “esquema primordial” da lógica conjuntista-identitária, ela opera em toda a história da Filosofia, e da lógica, de maneira “implícita ou oculta”, mas sempre como uma “exigência suprema”. Entre os gregos antigos, ela se encontra “menos oculta”: “o *péras* (o limite, a determinação) que eles opõem ao *ápeiron* (“indeterminado”) é, a seus olhos, a característica decisiva de qualquer coisa da qual se possa verdadeiramente falar, isto é, que verdadeiramente exista” (CASTORIADIS, 1987b, p. 401). Entre os modernos se poderá encontrá-la de modo menos explícito, com Hegel, “no outro extremo da história da filosofia”, como destaca Castoriadis. Engana-se, porém, quem supõe que toda essa discussão

trata apenas de uma discussão sobre lógica. Para Castoriadis (1987b, p. 401): “Há uma *decisão ontológica* – claramente afirmada, desde os primórdios da filosofia, por Parmênides – e uma constituição/criação”. Assim, tornou-se inconcebível pensar que em algum momento da história de qualquer reflexão filosófica, a lógica pôde ser concebida fora de uma ontologia, ou seja, sem vínculos ou implicações ontológicas. Contudo, interessa ainda acompanhar esse percurso interpretativo de Castoriadis quanto à lógica conjuntista-identitária e a ontologia herdada, em seus desdobramentos, conforme se verá não só na Filosofia como também na ciência.

Por meio das categorias ou operadores mencionados, constitui-se uma região do ser – e, ao mesmo tempo, decide-se que seja que ela esgota o ser (o racionalismo integral, o idealismo absoluto ou o reducionismo mecanicista-materialista não passam de distintas formas dessa atitude) seja que ela representa o paradigma do verdadeiro existente (*ontos on*), sendo o resto apenas acidente, ilusão e erro, ou imitação deficiente, ou “matéria” amorfa e essencialmente “passiva”. (CASTORIADIS, 1987b, p. 401)

A impossibilidade, portanto, de se “falar” dos *magma*s a não ser na linguagem comum, implica em descrevê-los utilizando os recursos da lógica conjuntista-identitária até mesmo para introduzir algo que a ultrapassa e transgride. Em *A instituição imaginária da sociedade*, Castoriadis (1982, p. 388) apresentou uma definição de magma: “Um magma é aquilo de que se pode extrair (ou: em que se pode construir) organizações conjuntistas em número indefinido, mas que não pode jamais ser reconstituído (idealmente) por meio de uma composição conjuntista (finita ou infinita) dessas organizações”. A tentativa de tornar essa noção compreensível visava tornar concebível a existência do *imaginário* e da *imaginação*, e das *significações imaginárias sociais*. Ainda que Castoriadis tenha recusado a ideia e refutado a possibilidade de uma teoria do imaginário, projeto que não se propôs, havia a necessidade de postular, de recolocar o indeterminado e indeterminável, a alteridade da determinação, na esfera de nossa experiência de pensar, e, sobretudo, de recolocá-lo no campo da existência humana como criação e autocriação individual e coletiva no domínio social-histórico.

Se não é pela definição que se consegue entender o que é o *magma*, talvez a questão – o que mantém a instituição coesa, o que lhe confere unidade, mas também a diferença e a diversidade de instituições particulares que coexistem – nos leve a outro percurso que nos dê acesso a ele.

A instituição da sociedade, no sentido geral que atribuo aqui a esse termo, é feita, evidentemente, de muitas instituições particulares. Estas formam, e funcionam como, um todo coerente. Mesmo nas situações de crise, em meio a conflitos e guerras internas as mais violentas, uma sociedade é ainda *essa mesma* sociedade; se ela não o fosse, não haveria nem poderia haver nela uma luta em torno dos mesmos objetos, ou objetos comuns. Há, portanto, uma *unidade* da instituição total da sociedade;

observando-a mais de perto, descobrimos que essa unidade é, última instância, a unidade e coesão interna de tecido imensamente complexo de *significações* que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e todos os indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem. Esse tecido é o que eu chamo o *magma das significações imaginárias sociais* trazidas pela instituição da sociedade considerada, que nela se encarnam e, por assim dizer, a animam. (CASTORIADIS, 1987b, p. 230, grifos do autor)

As *significações imaginárias sociais* são criações do *imaginário radical* e mantêm esse vínculo indissolúvel com as instituições; estão tanto em sua origem, quanto as acompanham e sustentam. O *magma* é inconcebível separado das *significações imaginárias sociais*, pois elas constituem um “tecido”, um tipo de organização, presente em toda e qualquer sociedade instituída e instituinte. Para Castoriadis (1987b, p. 236): “[...] as significações imaginárias sociais em uma dada sociedade nos apresentam um tipo de organização desconhecido até aqui em outros domínios. Chamo esse tipo de um *magma*”. Esse tipo de organização não é derivado nem comparável “às noções habituais de ordem e organização em matemática, em física e mesmo em biologia – ao menos do modo como essas noções têm sido até agora concebidas” (1987b, p. 237). Mesmo quando se faz comparações ou se procura semelhanças entre aquelas formas de organização e a organização assumida pela sociedade, nos deparamos com a diferença radical irreduzível do domínio social-histórico, porque “o social-histórico *cria* um novo tipo ontológico de ordem (de unidade, coesão e diferenciação organizada)” (1987b, p. 237).

À questão da origem ou da fonte desse magma e de sua unidade, Castoriadis (1987b, p. 231) assegura que: “Nenhum ‘sujeito’ ou ‘indivíduo’ (ou ‘grupo’ de sujeitos e indivíduos) poderia jamais ter sido essa origem”, tampouco, “podemos encontrar essa origem na ‘coisa’ ”¹⁸. As refutações de Castoriadis sobre a questão da origem, raiz ou fonte desse magma, visavam não recair na ontologia tradicional, pois essa ontologia e a lógica que lhe é correlata operam por meio da determinação e da redução, incompatíveis à elucidação do domínio social-histórico e de suas instituições. Conforme Castoriadis (1987b, p. 231): “tampouco podemos reduzir as diferentes instituições das sociedades que conhecemos e as correspondentes significações a ‘conceitos’ ou a ‘ideias’ ”. Tentativa frustrada que se incorre

¹⁸ Esse postulado não só invalida as teorias contratualistas e liberal da origem da sociedade, como também a noção de “contrato social” e a coesão por meio de um “pacto social”, racionalmente estabelecido. Invalida ainda a tese marxista do “sujeito histórico” e, por conseguinte, de uma classe historicamente revolucionária como portadora dessa “missão”. As sociedades não são “fundadas”, são instituídas e autoinstituídas, mesmo quando depositam nos mitos sua fundação. Por essa época, Castoriadis já não operava tanto com a questão das classes, isto é, com a classe operária como sendo a classe revolucionária por excelência. Apesar do destaque que Ortellado (2003) confere às lutas da classe operária na concepção de autonomia de Castoriadis, sabe-se, porém, que ele se dedicou com afinco ao estudo da Filosofia e da história da antiguidade clássica grega e dela advém muito do sentido que confere à atividade humana em suas dimensões: a *theoria*, a *poiésis* e a *práxis*.

ao tentar transformar o imaginário também numa “coisa” ou “substância”. A relação entre imaginário, criação, práxis e autonomia constituíam o tema privilegiado de reflexão do filósofo.

Castoriadis retoma Aristóteles, por várias vezes, seja quanto à concepção de atividade humana, seja quanto ao desvelamento do imaginário e da imaginação na história da Filosofia, na ontologia tradicional. E ao fazê-lo, ultrapassa-o, conferindo um novo sentido à imaginação e ao imaginário; à *theoría*, à *praxis* e à *poiesis* como formas da atividade humana, e pela reabertura de uma nova ontologia que ele inicia. Se o Ser, na ontologia tradicional, era pura determinidade – no tempo, na história e na sociedade – uma vez que seu sentido é transformado não procede mais falar de “sujeito histórico”, a quem caberia a missão de revolucionar toda a ordem social vigente; como também não procede separar Ser e Tempo, História e Sociedade.

Devemos reconhecer que o campo social-histórico é irreduzível aos tipos tradicionais de ser, e que nós observamos aqui as obras, a criação do que eu chamo o *imaginário social* ou a sociedade *instituinte* (por oposição à sociedade instituída) – tomando muito cuidado para não fazermos dela mais uma “coisa”, mais um “sujeito”, ou mais uma “ideia”. (CASTORIADIS, 1987b, p. 231-232, grifos do autor)

Se a formulação do termo *magma* demandou alguns itinerários, resta ainda indagar sobre a noção de *significações imaginárias sociais* e seu papel na organização e na coesão da sociedade. De início, Castoriadis nos põe em contato com alguns exemplos de significações imaginárias: “espírito, deuses, Deus; *pólis*, cidadão, nação, Estado, partido; mercadoria, dinheiro, capital, taxas de juros, tabu, virtude, [...]”. Vejamos o porquê dessa denominação.

Denomino imaginárias essas significações porque elas não correspondem a – e não se esgotam em – referências a elementos “racionais” ou “reais”, e porque são introduzidas por uma *criação*. E as denomino sociais pois elas somente existem enquanto instituídas e compartilhadas por um coletivo impessoal e anônimo. (CASTORIADIS, 1987b, p. 231, grifos do autor)

A conversão ontológica operada pela *Filosofia da criação humana* e a teoria social que dela emerge é de tal modo original que não se conhece formulações precedentes similares nas Ciências Sociais. E, no entanto, quando supúnhamos certa acomodação, seja na teoria social marxista, positivista ou hegeliana, somos arremessados a um labirinto que nós mesmos criamos e do qual nos fala Castoriadis, como quem fez do labirinto uma aventura do pensamento. Sem essa aventura tal conversão ontológica não seria possível. Sem percorrer as encruzilhadas do labirinto não encontramos o imaginário, ali, onde ele se deixa entrever e se esconde ao mesmo tempo em que quer se mostrar. Somos, portanto, instigados a não mais

pensar o social como distinto e separado do histórico, ou melhor, como instigados a elucidar o imaginário no “domínio social-histórico”.

A criação, contudo, enquanto obra do imaginário social, da sociedade *instituente* (*societas instituans*, e não *societas instituta*), é o modo de ser do campo social-histórico mediante o qual esse campo *existe*. A sociedade é autocriação que se desdobra como história. E é claro que reconhecer isso e deixar de colocar questões privadas de sentido acerca dos “sujeitos” e das “substâncias”, ou das “causas”, requer uma conversão ontológica radical. (CASTORIADIS, 1987b, p. 237, grifos do autor)

Essa concepção de criação pode ser mais bem compreendida se consideramos que Castoriadis não só põe novamente em cena o papel criador do imaginário, como também refuta as concepções fisicalistas, sistêmicas e causalistas da sociedade e da história, ou melhor, do domínio social-histórico. A criação e a autocriação constituem não só um tipo de organização social, sua coexistência, sua unidade, como também sua diversidade, pois

o social-histórico não cria apenas, de uma vez por todas, um novo tipo ontológico de ordem, característica do gênero “sociedade”. Esse tipo é, a cada vez, “materializada” por meio de diferentes *formas*, das quais cada uma encarna uma *criação*, uns novos eídos de sociedade. Afora a existência de instituições e de significações imaginárias sociais, e outras trivialidades que se pode pôr de lado, nada há de substancial em comum à moderna sociedade capitalista e a uma sociedade “primitiva”. E, se o que se disse até aqui é verdadeiro, não há nem pode haver “leis” ou “procedimentos” determinados mediante os quais uma forma dada de sociedade possa “produzir” uma outra sociedade ou “causar” sua aparição. (CASTORIADIS, 1987b, p. 237, grifos do autor)

Ao compreendermos o imaginário no domínio social-histórico algumas das ideias centrais, nucleares, do marxismo perdem sentido e sustentação na teoria social de Castoriadis. Ao refutar a ideia de ser como ser-determinado e ao demonstrar a instituição imaginária da sociedade e sua autoinstituição, já não se pode mais sustentar uma teoria da história cuja sucessão de formas sociais é assentada numa dialética presa à determinidade. Ao postular que o ser é tempo e que o tempo é criação, não se pode mais pensar a história como sucessão de formas determinadas, mesmo que seja pelo “movimento contraditório” do real. Assim, também se faz necessário repensar nossas prenoções de tempo e de criação histórica, isto é, o imbricamento, a relação entre o passado e o presente.

Há sempre uma massa fantástica e fantásticamente complexa de coisas existentes e de condições parciais, e é em seu interior que tem lugar a criação histórica. E há, ainda, uma investigação útil e rica de sentido, investigação imensa e de fato interminável, sobre a questão: o que havia no “antigo” que, de um modo ou outro, “preparava o novo” ou se referia a ele? Aqui, porém, o princípio de “clausura” intervém com toda a força. [...] *o antigo entra no novo com a significação que o novo lhe dá, e não poderia entrar nele de outra maneira.* (CASTORIADIS, 1987b, p. 238, grifos do autor)

Essa é uma das maneiras de conceber a emergência de novas formas sociais-históricas. Resta ainda compreender como Castoriadis (1987b, p. 235) concebe a organização da

sociedade caracterizando-a de maneira intrínseca e positiva: “A instituição da sociedade e as significações sociais que nela estão incorporadas desenrolam-se sempre em duas dimensões indissociáveis: a dimensão conjuntista-identitária (‘lógica’) e a dimensão estritamente ou propriamente imaginária”. Não se pode desconsiderar o modo operante da dimensão conjuntista-identitária, pois ela não é suprimida ou superada pela dimensão imaginária.

Há vinte e cinco séculos, o pensamento greco-ocidental se constitui, se elabora, se amplia e se aprimora sobre esta tese: ser é ser algo de determinado (*einai ti*), dizer é dizer algo de determinado (*ti legein*); e, obviamente, dizer verdadeiramente é determinar o dizer e o que se diz pelas determinações do ser ou então determinar o ser pelas determinações do dizer e, finalmente, constatar que umas e outras são a mesma coisa. Esta evolução, trazida pelas exigências de uma dimensão do dizer e equivalente ao domínio e à automatização desta dimensão, não foi nem acidental nem inevitável; foi a instituição, pelo Ocidente, do pensamento como Razão. (CASTORIADIS, 1982, p. 259)

Ademais, como ele adverte, a lógica identitária constituiu-se em dimensões que ultrapassam a da linguagem, abarcando toda atividade social e a vida. Mesmo quando a questionamos, nosso discurso está vinculado e seus contornos são dados por ela. Seu modo de expressão é o

Legein: distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer: condição e ao mesmo tempo criação da sociedade, condição criada por aquilo que ela mesma condiciona. Para que a sociedade possa existir, para que uma linguagem possa ser instaurada e funcionar, para que uma prática refletida possa desenvolver-se, para que os homens possam relacionar-se uns com os outros de outra maneira que não no fantasma, é preciso que de uma forma ou de outra, em determinado nível, em determinada camada ou estrato do fazer e do representar social, tudo possa tornar-se congruente [...]. Para poder falar de um conjunto ou pensar um conjunto, é preciso poder distinguir-escolher-estabelecer-juntar-contar-dizer objetos. A natureza destes objetos importa pouco, a universalidade é aqui – assim como a universalidade potencial e efetiva da linguagem – absoluta: estes objetos podem originar-se da percepção ou da sensação externa ou interna, do pensamento no sentido estrito ou da representação no sentido mais amplo deste termo. (CASTORIADIS, 1982, p. 262)

Desse modo, a lógica identitária opera por meio da separação e da discreção, da identidade e da unidade do diferente, ou “unidade idêntica” (como denomina Castoriadis). Nesse sentido, ela elimina as diferenças internas sobrepondo-lhes a ordem do conjunto. Todavia, essa lógica é obrigada a se confrontar com a alteridade da determinação porque “a sociedade não é nem conjunto, nem sistema ou hierarquia de conjuntos (ou de estruturas); ela é magma e magma de magmas” afirma Castoriadis (1982, p. 266). Contudo, há algo que pode ser “conjuntizável”, que se deixa revelar pela lógica conjuntista-identitária, segundo ele: “não podemos abrir mão da tentativa de estabelecer, na medida do possível, as conexões regularidades “causais” ou “quase-causais” que aparecem no domínio social-histórico,

trazidas pela sua dimensão conjuntista-identitária” (CASTORIADIS, 1987b, p. 238, grifos do autor).

Vimos os operadores da lógica conjuntista-identitária, a lógica natural com seu substrato, e seu vínculo com a ontologia herdada, isto é, a “decisão ontológica” da qual ela é tributária. Essa lógica encontra-se disseminada em toda a sociedade, e não apenas na teoria dos conjuntos ou no imaginário científico. A sociedade opera, sustem, instituindo-se por meio dessa lógica.

Dizer que toda sociedade que conhecemos pôde existir instituindo uma lógica identitária, é dizer que existe uma camada ou estrato daquilo que é, que se dá ou se apresenta efetivamente como podendo conduzir a uma organização conjuntista. Neste estrato, o primeiro estrato natural, *o que existe presta-se interminavelmente a um tratamento que nele constitui elementos distintos e definidos, podendo sempre ser reunidos em coleções demarcáveis, possuindo sempre propriedades suficientes para definir classes, conformando-se sempre aos princípios de identidade e do terceiro excluído, classificáveis em hierarquias e justaposições ou cruzamentos não ambíguos de hierarquias*. Este estrato possui um representante formidável na pessoa do ser vivo, vegetal e animal, com o qual, desde sua origem, a sociedade lida imediata e inevitavelmente e que compõe, também imediatamente, sua própria matéria. (CASTORIADIS, 1982, p. 267, grifos nossos)

Esse substrato natural fornece um ponto de apoio à sociedade, um estímulo para essa ou aquela instituição da significação. Mas a instituição das significações opera uma transformação do “fato natural” que lhe dava suporte, isto é, por obra do *imaginário radical*, as *significações imaginárias sociais* desdobram-se, separam-se como uma “criação” que daquele estrato restam os vestígios. A dimensão imaginária da instituição da sociedade e das *significações imaginárias sociais* “opera” na “contramão” da lógica conjuntista-identitária. Porém, a “força” dessa lógica se mantém porque esse substrato natural é “conjuntizável”.

é ineliminável, não somente enquanto condição física e biológica (trivial) da existência da sociedade, mas como suporte lógico, ponto de inserção da conjuntização efetiva implicada pela instituição da sociedade, fixação dos termos de demarcação, sem os quais as significações imaginárias não encontrariam pontos de referência. Qualquer que seja, por exemplo, o teor da significação imaginária ser-criança, suas articulações e suas ramificações, é preciso saber cada vez *quem* é criança, a que classe pertence etc. [...] é preciso sempre que o *legein* social tenha podido fixar, de maneira unívoca, os termos de referência e de demarcação, permitindo distinguir e juntar, nos atos e nos discursos, os elementos das classes instituídas, ou seja, permitindo designá-las sem ambiguidade. Ora, *esta possibilidade só existe porque o primeiro estrato natural é conjuntizável – porque podemos recortar e fixar acontecimentos singulares no fluxo do devir, porque a periodicidade natural de certos fenômenos fornece um suporte à demarcação conjuntista e mensurável do tempo instituído etc.* (CASTORIADIS, 1982, p. 269, grifos nossos)

Ademais, os esquemas operativos do *légein* estão implicados no *teúkhein*; no falar-dizer-representar está implicada uma forma de juntar-ajusta-fabricar-construir, são os aspectos do *teúkhein* e sua implicação no *légein*.

Teukhein significa: juntar-ajusta-fabricar-construir. É pois: fazer ser como... a partir de... de maneira apropriada a... e com vistas a... O que se denominou *techné*, a palavra deriva de *teukhein* e que deu origem ao termo *técnica*, é apenas uma manifestação particular do *teukhein* concernente a aspectos secundários e derivados deste. Por exemplo, “antes” que seja possível cogitar de uma “técnica” qualquer, é preciso que o imaginário social se junte-ajuste-fabrique-construa como sociedade e *esta* sociedade, a partir de si mesmo e do que “existe” de maneira apropriada a e com vistas a ser sociedade e *esta* sociedade. O *teukhein* está implicado no instituir como o *legein*. (CASTORIADIS, 1982, p. 301, grifos do autor)

Assim, a criação de um instrumento não é mera produção técnica ou tecnológica, mas a criação de um *eídōs*, isto é, de uma forma, “cujas instâncias ou exemplares concretos *se equivalem* como instâncias deste *eídōs*, que permite sua reprodução indefinida. E estes instrumentos *valem como* instrumentos, na medida em que *valem para* fazer aquilo que permitem fazer” (CASTORIADIS, 1982, p. 302). Nesse sentido, sua concepção de criação, de instituição imaginária da sociedade e de técnica estava muito distante da concepção marxista de produção social e econômica. Mas resta ainda, retomar uma das formas de vinculação do *légein* com o *teúkhein*.

Há um esquema operativo central do *légein* que não aparece como tal no *teúkhein*: a relação signitiva em sentido estrito. Também um esquema operativo central do *teúkhein* não aparece no *legein* como tal: a relação de *finalidade* ou *instrumentalidade*, referindo aquilo que é ao que não é e poderia ser. O *qui pro quo* não é mais aqui algo *em lugar* de algo diferente, mas algo *com vistas a* algo diferente (“meio” e “fim”, “instrumento” e “produto” ou “resultado”). Esta relação excede de muito o simples *valer para...*; o instrumento, na verdade, *vale para...* – mas *para fazer ser* o que *não é*. Seu “valor de uso” é muito mais do que valor de “uso” – porque é valor de *produção* ou de *transformação*. Assim o *teúkhein* constitui e se constitui em e por uma universalidade que tem um caráter diferente da do *légein*. [...] O “instrumento” é o que é a partir do que *ele* não é, e *do que não é*, a partir do que ele *pode* fazer ser. (CASTORIADIS, 1982, p. 303, grifos do autor)

Por meio desse percurso Castoriadis mostra a concepção herdada que temos da instituição da sociedade e da realidade, por que: “Assim como o *legein* encarna e faz *ser* a dimensão identitária-conjuntista da linguagem, e de maneira mais geral, do representar social, o *teukhein* encarna e faz *ser* a dimensão identitária-conjuntista do fazer social”. Nesse sentido, somos provocados a indagar sobre como podemos ter conhecimento do imaginário, sendo que ele não tem causa ou fundamento, mas é o transformar-se em outro da determinação. Ficamos com uma possível explicação de Iser (1996, p. 248): “O imaginário desenvolve-se como postulação, ruptura e transformar-se-em-outro (*Anderswerden*), de modo que toda

determinação se comprova sempre como fenômeno produzido, e não originário”. Essa explicação tem um aspecto também de advertência no sentido de evitar que tomemos o imaginário como um conceito ou categoria de análise a ser instrumentalizado segundo a mesma lógica das teorias sociais tradicionais. Ainda que o modo operante da lógica conjuntista-identitária manifesta-se de modo contundente nas Ciências Naturais, ela também se manifesta nas Ciências Humanas, à medida que a lógica da determinidade, a condição que o substrato natural oferece em ser conjuntizável, é desdobrada nessas ciências, sobretudo, nas ciências modernas e contemporâneas¹⁹. De suporte, o substrato natural passa a ser o determinante e a sociedade passa a ser concebida como uma criação extrahumana, e não como obra da criação humana. As leis que regulam, cerceiam, reprimem a vida em sociedade aparecem como determinações à sociedade e ao indivíduo como se lhes fossem exteriores, eis a heteronomia em estado bruto, em sua transparência, mas vivida como um obstáculo à autonomia.

Todavia, conforme vimos, Castoriadis nos incita a elucidar a instituição da sociedade mostrando que há, além da dimensão conjuntista, a dimensão imaginária, sem a qual a instituição da sociedade não seria possível, pois o homem é uma espécie inata para a vida. Não fosse o imaginário social, a criação, a instituição da sociedade não seria possível. Se a sociedade se instituísse e operasse apenas segundo a dimensão conjuntista viveríamos como nossos congêneres animais e vegetais. Ora, quando aparece a exigência da significação, a dimensão conjuntista deixa de ser uma explicação coerente mesmo para aquilo que em nós aparece de modo banal, corriqueiro: porque comemos e procriamos dessa maneira e não de outra? Questões simples que, se consideradas, não permitem que nos contentemos com a noção de necessidades naturais, como resposta. É preciso, senão acreditar, pelo menos supor a existência de outra dimensão que nos dê a indicação do que pode ser a criação. Portanto, será necessário considerar a possibilidade da existência da dimensão imaginária, por que

na dimensão imaginária, a existência é a significação. As significações podem ser situadas, mas não são plenamente determinadas. Estão indefinidamente ligadas umas às outras mediante um modo de relação que é a remissão [...]. As significações não são bem distintas e bem definidas, não estão ligadas entre si por contradições necessárias e suficientes, e não podem ser reconstruídas de maneira “analítica”. É inútil tentar descobrir “átomos de significação” a partir dos quais se poderia, recombinação-os, elaborando-os, etc., reconstituir o mundo de significações de nossa sociedade ou de uma sociedade primitiva: esses edifícios de significação não são reconstruíveis por

¹⁹ Veremos, no capítulo V, a significação imaginária social território na dimensão conjuntista, sobretudo, com Ratzel e a polêmica questão do território como “solo” e ao mesmo tempo como “espaço vital”; como suporte da sociedade e do Estado. Certamente, Ratzel não foi o único a conceber o território no campo da lógica conjuntista-identitária, filósofos como Foucault (1979), por outra via, mas geógrafos contemporâneos também, mesmo quando supõem estar isentos da lógica conjuntista-identitária. Na mediada em que vêem nas teorias do território apenas o “manto ideológico em que ele se encontra adornado”.

meio de operações lógicas. *É também por isso que organização e ordem sociais não são redutíveis às noções matemáticas, físicas ou biológicas de ordem ou de organização. O que importa, porém, não é essa negação e sim a afirmação positiva: o sócio-histórico cria um novo tipo de ordem, trata-se de uma criação ontológica.* (CASTORIADIS, 2006, p. 71, grifos nossos)

A conversão ontológica promovida por Castoriadis acerca do imaginário oferece inestimáveis referências para elucidarmos a sociedade contemporânea, as formas que a heteronomia adquire, pois a teoria social que emana dessa filosofia não só abala nossas crenças teóricas, científicas e políticas, como também nos incita a pensar, no sentido mais amplo desse termo. É uma filosofia que não se apresenta sob a forma de vulgatas, não pede adesão e não se constitui como doutrina.

IV.4. Filosofia da criação humana e teoria social

Não há, a rigor, uma teoria social na filosofia de Castoriadis, no sentido de que possa ser destacada autonomamente do contexto e do conjunto de sua obra e dos conceitos que criou. Há um pensamento filosófico que não ignorou as dimensões e as interrogações humanas – a criação e a autonomia – e que não se furtou a pensar radicalmente a política, a sociedade, a história, a ciência. O que também não se pode ignorar é o núcleo comum e volitivo de sua trajetória e de seu pensamento como fio condutor da complexa articulação entre filosofia, política e psicanálise: a criação humana e o projeto de autonomia, a inseparabilidade dessas dimensões humanas, e entender as noções de imaginação e de imaginário radical, como criação. Por isso, a obra desse filósofo constitui-se na referência teórica maior dessa investigação. Nela encontram-se os conceitos fundamentais de imaginário, instituição, criação, pensamento, teoria, práxis, autonomia, magma, significação imaginária e tantos outros que constituem essa filosofia e sua teoria social.

No entanto, não há em Castoriadis reflexões sistemáticas sobre espaço ou território em que se possa ancorar uma teoria geográfica científica. É certo que não a procuro neste sentido. O que há é uma ontologia e uma lógica intrinsecamente imbricadas, mas distintas em grande parte das filosofias hegeliana e marxista²⁰. Minha aproximação desse filósofo não é, com certo exagero de linguagem, tanto pelo que ele pensou, mas pelo que *dá* a pensar. Tal escolha se justifica pelo vigor da sua reflexão, sobretudo, pelas questões que põe e nos instiga a pensar.

²⁰ Apesar das reflexões filosóficas sobre o imaginário que lhe são contemporâneas, como as de Sartre e Bachelard, Castoriadis tem por referência Aristóteles porque vê no estagirita um núcleo de elucidação, mas também de ocultação do papel da imaginação e do imaginário na criação humana. Sobre a influência de Aristóteles em pensadores do século XX, ver Berti (1997).

O tema do imaginário e da imaginação fecunda o pensamento filosófico, as Ciências Sociais e a teoria social contemporâneos. Desde as primeiras décadas do século XX temos presenciado a intensidade do emprego e a disseminação do vocábulo imaginário. O termo aparece na Filosofia, com Bachelard (1968, 1996, 2001, 2005), Sartre (1996, 2008)²¹ e Castoriadis (1975, 1978). Nas Ciências Humanas, em História, o tema é abordado, por exemplo, por Vovelle (1991) e na Antropologia por Durand (2002). Na Sociologia encontram-se reflexões sobre o imaginário e a representação não só em seus “fundadores”, mas também nas obras dos contemporâneos como Maffesoli (2007), para citar apenas um autor. Na Geografia anglo-saxônica encontramos referências à noção de imaginação²², e na Geografia brasileira há estudos que visam relacionar imaginário e política, conforme Castro (1992, 1997, 2001), imaginário, espaço e paisagem, sobretudo, aqueles desenvolvidos no âmbito da Geografia cultural, a partir da década de 1990, conforme as sistematizações de Rosendahl e Corrêa (2001). Na teoria literária, as reflexões sobre imaginário relacionam-no com a ficção, como aponta Iser (1996)²³. O conceito de imaginário, apesar de sua polissemia e emprego na Literatura, na Antropologia, na História, na Sociologia e na Psicanálise, é empregado nessa tese conforme a concepção de Castoriadis (1982, p. 13, grifos nossos):

o que denomino o imaginário, nada tem a ver com as representações que circulam correntemente sob este título. Em particular, isso nada tem a ver com o que algumas correntes psicanalíticas apresentam como “imaginário”: o “especular”, que, evidentemente, é apenas imagem *de* e imagem refletida, ou seja, *reflexo*, ou, em outras palavras ainda, subproduto da ontologia platônica (*eidolon*), ainda que os que utilizem o termo ignorem sua origem. O imaginário não é a partir da imagem no espelho ou no olhar do outro. O próprio “espelho”, e sua possibilidade, e o outro como espelho são antes obras do imaginário que é criação *ex nihilo*. [...]. O imaginário de que falo não é imagem *de*. É criação incessante e essencialmente indeterminada (*social-histórica e psíquica*) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.

Diante da profusão de estudos e abordagens que têm o imaginário como sua referência maior, a concepção de Castoriadis é a que mais se coaduna com a proposta dessa investigação e com as questões de nossa época. Ao aceitar os termos e as proposições da *Filosofia da criação humana*, faz-se necessário repensar o que tradicionalmente entendemos por imaginação e imaginário.

²¹ Para uma compreensão do imaginário na obra de Sartre, ver a tese de Coelho (1978).

²² O vocábulo imaginação aparece em Harvey (1980) pela influência da noção de “imaginação sociológica” de Mills (1965). Haveria, portanto, também uma “imaginação geográfica”. E aparece também em Lowenthal (1985) numa acepção mais próxima à Geografia humanista.

²³ Com essas indicações pretende-se apenas demonstrar a importância e a amplitude das abordagens e perspectivas acerca do imaginário.

Segundo Iser (1996) há uma longa história da constituição e das variações pelas quais passaram os conceitos de imaginação e de imaginário, na maioria das vezes vinculada à fantasia e ficção ou ao fictício desde Aristóteles até Castoriadis. Em vários momentos da constituição desses conceitos, os vínculos se fizeram a partir de uma reflexão epistemológica, ou seja, no âmbito de uma teoria do conhecimento. Iser reconstituiu parte dessa história, diferentemente do modo como vimos em Castoriadis.

É pois a imaginação que ocupa o lugar vazio básico da epistemologia empirista e isso significa que ela é o *completing power*, como mais tarde pareceria à Hume, apesar de todas as reservas quanto à sua cognoscibilidade. A imaginação, enquanto atividade combinatória, é identificada com a função a ela atribuída; essa, contudo, resulta menos da própria imaginação do que da necessidade de tornar plausível de que maneira o conhecimento é adquirido a partir da experiência. (ISER, 1996, p. 212)

Para Iser, essa desvalorização da imaginação na epistemologia empirista se deve ao fato de que ela era vista como uma capacidade da mente em combinar dados da percepção, mas ocupando um lugar inferior na hierarquia das faculdades, tal como a fantasia era inferior à razão. Desse modo, mesmo para Locke, à imaginação era atribuída a capacidade combinatória na formulação do conhecimento. Ao século XVIII foi legada essa concepção que encontrou um campo fértil na “psicologia de associação”.

Enquanto se entendia no século XVIII a imaginação como atividade combinatória – e isso vale sobretudo para a primeira geração dos adeptos da psicologia de associação – ela ainda é determinada em grande parte pela estrutura padrão do conhecimento empírico; ela é vista como uma quantidade que opera mecanicamente e inter-relaciona dados existentes. Desse modo, ela se converte em um tipo de explicação original do conhecimento mas ainda sem fornecer explicações suficientes sobre o que a habilita a desempenhar tal papel. *Essa é agora uma meta central da segunda geração dos representantes da psicologia de associação, que descrevem a ação da imaginação como processo de um fluxo dinâmico que leva à fusão do heterogêneo e, por fim, àquele ‘entrelace’.* A imaginação, deste modo, se revela como faculdade de síntese. (ISER, 1996, p. 213, grifos nossos)

A segunda geração de representantes da psicologia de associação, ainda na versão empirista, promoveu a imaginação a uma condição um pouco menos inferior à que ocupava à medida que a descrevia como uma faculdade capaz de possibilitar a explicação do modo como as ideias se associam, isto é, como os dados recebidos na mente são ligados de modo a formar as ideias complexas, porém sem saber ao certo seu modo de operar e o que ela era. Especulava-se sobre as funções da imaginação e a que tipo de experiência ela nos remetia. Ao final do século XVIII essas questões permaneciam e “Herder acreditava que a imaginação constituía uma das faculdades da mente humana e a menos explorada, muito embora constituísse na verdade a ligação de corpo e mente” avalia Iser (1996, p. 213). De outro modo,

“Fichte, por fim, considera a imaginação uma ponte entre razão e sentidos” (ISER, 1996, p. 214). Tanto do ponto de vista empirista quanto do idealista, a imaginação estava a caminho de tornar-se o fundamento do conhecimento. Todavia, a resposta à questão sobre o que ela era parecia ter uma única resposta: é uma faculdade.

A resposta é antiga mas perene: uma faculdade. Essa designação tem a tradição mais duradoura, embora a imaginação fosse entendida desde Aristóteles até os começos da era moderna como apenas uma faculdade subordinada. Por isso, suas designações originais como *phantasia* e *imaginatio* se confundem às vezes, de modo que só no tardio Iluminismo se pode notar um esforço maior por uma distinção mais exata. (ISER, 1996, p. 214)

A imaginação, em sua manifestação, deixava entrever uma de suas facetas mais realçadas, a saber, o seu poder de criar imagens ideais, de fazer com que coisas ausentes se tornassem presentes por meio de seu poder criativo, ou seja, coisas que nunca existiram ou que possivelmente jamais existirão. Assim, se dá também a relação da imaginação com o passado e o futuro, inscrevendo-a numa dimensão temporal. Essa constatação e seus desdobramentos possibilitaram a mudança da concepção de imaginação.

Tal visão coletivamente aceita fez com que o conceito de imaginação, definido pela psicologia de associação, se tornasse obsoleto; pois esse conceito se baseava na teoria empírica da percepção passiva, que concebia tudo o que se encontra na mente como algo para lá trazido através dos sentidos. *De acordo com esse entendimento, a produtividade da imaginação não podia chegar à mente, mas antecederia a tabula rasa, já que a imaginação era capaz de produzir ‘imagens’ de coisas que não existiam como objetos. Além disso, a combinação contemplava uma constelação de coisas sem correspondência real.* (ISER, 1996, p. 215, grifos nossos)

Há três paradigmas centrais na história da imaginação, e o primeiro deles é assim apresentado: “O *discurso* fundante relacionava a fantasia a algo outro, sem que fosse possível decidir se ela é o meio que permite ao outro aparecer ou se ela necessita do outro para que ela mesma possa aparecer” tal como os identifica Iser (1996, p. 219). Esse paradigma, originário desde a Antiguidade clássica, apresenta-se numa linha divisória entre ontologia e epistemologia. Num outro paradigma:

A atividade combinatória, atribuída à imaginação pelo empirismo, serve para eliminar um déficit de explicação na concepção da associação de ideias; deriva daí a pergunta se a imaginação é sempre invocada quando a razão se confronta com seus limites ou se ela necessita do déficit para desenvolver a si mesma. (ISER, 1996, p. 219)

Esse paradigma foi fortemente desenvolvido pela psicologia de associação, originária de uma epistemologia empirista. E o terceiro paradigma toma a imaginação “Como *faculdade* independente, ela se torna a diferenciação crescente de si mesma, mostrando-se ora como várias faculdades, ora como a fusão de todas as outras, ora como a mudança do que ela

mesma produz” afirma Iser (1996, p. 219). Mais próximo da visão idealista, esse paradigma já anuncia alguns traços da imaginação, a saber, seu poder criativo e a questão de sua indeterminação. Assim “a diversidade de paradigmas revela portanto que a indeterminação da imaginação não resulta unicamente da insuficiência do discurso, mas também do fato de a imaginação não ser capaz de se determinar por si mesma; pois enquanto tal ela é de todo indeterminada” (ISER, 1996, p. 219).

Na fase em que predominou a crítica do conhecimento, a imaginação era concebida como uma faculdade, na maioria das vezes, misteriosa ou inacessível ao conhecimento. Posição que foi modificada com o surgimento do romantismo, da questão do sujeito e de sua autorrealização, quando houve uma redefinição dos termos em que se pensava a imaginação. Alçada à posição principal na hierarquia das faculdades, a imaginação decaiu quando do questionamento do sujeito. Mas quando tal ocorreu, já havia um esforço histórico em conceituá-la, mesmo quando sua captação ou formulação por meio de conceitos era insuficiente.

Nas manifestações mais decisivas de uma faculdade que constantemente se matiza, as determinações dos conceitos se evaporam em metáforas; essas se evidenciam como tais precisamente porque exibem essa “força” em uma série de imagens de atividades funcionais, em grande parte avessa à captação conceitual. A abundância de metáforas também ilumina a diferenciação crescente da faculdade, que prolifera em tantas formas que sua história precedente precisa ser incorporada e reorganizada. (ISER, 1996, p. 220)

As várias tentativas de conceituação da imaginação evidenciam preocupação e busca de sentido para o imaginário, isto é, “O que conhecemos como percepção e ideia, como sonho e sonho diurno, como fantasma e alucinação, constituem diferentes experiências que evidenciam um imaginário, independente daquilo que o estimulou” (ISER, 1996, p. 220). Há esforços para apreender o imaginário por meio ou sob a forma de produtos, ou ainda quando procuramos a imaginação e o imaginário na percepção, na ideia ou no sonho. As tentativas em conceitualizar ou encontrar a origem ou fundamento do imaginário fracassaram como transparece em sua história, na maioria das vezes. A mudança da denominação de imaginação à imaginário tem a ver com a influência que o romantismo exerceu na história desse conceito.

Se o Romantismo ainda entendia a imaginação como uma faculdade que necessitava porém de diferenciação para poder corresponder à sua importância, a substituição subsequente da terminologia até então empregada pelo termo imaginário mostra claramente que *ele começava a ser visto como ato básico por intermédio do qual nos relacionamos com o mundo*. (ISER, 1996, p. 223, grifos nossos)

Assim, o romantismo abriu caminho para as concepções mais contemporâneas que se tem do imaginário, dentre elas a influência que exerceu na concepção de Castoriadis que a

ressignificou a partir de seu fundamento ontológico e de sua conversão em teoria social. A história dos conceitos de imaginação e imaginário conforma pelo menos três concepções que ainda nos são atuais.

A faculdade, o ato e o imaginário radical orientarão portanto nossa tentativa de balizar manifestações do imaginário que resultam das diferentes ativações. É certo que aqui também se trata de discursos, mas eles visam menos a definir conceitos do que a esclarecer o que sucede a essas atividades. Esse evento (*Geschehen*) assume feições diferentes, em função do fato de ser ativado pelo *sujeito* (faculdade), pela *consciência* (ato) ou pela *institucionalização social* (imaginário radical). Enquanto sequência histórica, essa linha comprova a importância crescente do imaginário, que muda de poder para ato que aniquila o mundo e, por fim, para uma espécie de *matéria-prima*. Mudam, ao mesmo tempo, os horizontes a partir dos quais o imaginário é concebido desde o Romantismo: idealismo filosófico (faculdade), psicologia fenomenológica (ato) e teoria social (*Gesellschaftstheorie*) (imaginário radical) caracterizam estágios dessa sequência. (ISER, 1993, p. 223, grifos do autor)

Conforme vimos, nesse breve histórico do conceito de imaginário, Castoriadis o alçou à condição de teoria social, não só revendo a ontologia herdada, mas também se contrapondo às ideias correntes na Psicanálise e no romantismo. Pois, no lugar da concepção romântica de sujeito e da *consciência tética*, Castoriadis colocou a globalidade do imaginário na institucionalização da sociedade, ultrapassando o horizonte de uma “filosofia do sujeito”. Nesse sentido, a institucionalização da sociedade, suas instituições encontram sua origem no imaginário social, como também na ação consciente. Portanto, será preciso responder à indagação de porque repensar esses conceitos e não outros. Fiquemos, por ora, com essa breve justificativa.

Imaginário porque a história da humanidade é a história do imaginário humano e de suas obras. História e obras do imaginário radical, que surge a partir do momento em que há uma coletividade humana: imaginário social instituinte que cria a instituição em geral (a *forma* instituição) e as instituições particulares da sociedade considerada, imaginação radical do ser humano singular. (CASTORIADIS, 2004, p. 127).

Neste sentido, podemos pensar a ciência como uma instituição e a racionalidade científica como criações do imaginário social, e tantas outras dimensões da instituição social-histórica. Indagar acerca de como a Geografia participa da instituição imaginária da sociedade é nosso ponto de partida. Como ciência, a Geografia e aquilo que constitui sua identidade, seu objeto, a relação homem-natureza, o espaço ou o território, em nada pode ser isolado da instituição imaginária da sociedade, isto é, do social-histórico, como também do “imaginário radical do ser humano singular”, para usar a terminologia de Castoriadis. Há ainda que precisar brevemente a concepção de território como uma significação imaginária social. Por ora, pode-se adiantar que as significações imaginárias não são nem representações, nem conceitos, ainda que possam manter com eles relação.

Por que chamar essas significações de “imaginárias”? *Por que não são nem racionais (não podem ser derivadas das coisas); não correspondem a “ideias racionais”, e tampouco a objetos naturais. E porque procedem do que todos nós consideramos como estando relacionado com a criação, isto é, a imaginação, que aqui evidentemente não é a imaginação individual, mas o que chamo o imaginário social. É também por esse motivo que as chamo sociais: criações do imaginário social, não são nada se não forem compartilhadas, compartilhadas, por esse coletivo anônimo, impessoal, que a sociedade também é a cada vez.* (CASTORIADIS, 2006, p. 66, grifos nossos)

Conceber o território como uma significação imaginária social e compreender sua instituição, como uma criação do imaginário social, é parte de nosso problema. Quais os sentidos e as significações que os geógrafos brasileiros contemporâneos atribuem ao território? Quais são as questões histórico-sociais, políticas, científicas e culturais que suscitam a elucidação dos sentidos e das representações acerca do território? Responder a essas indagações constitui alguns dos objetivos dessa pesquisa. Dispomos de alguns pontos de referência e indicações de Castoriadis, sobretudo, quanto às relações entre a instituição e o imaginário, entre o simbólico e o imaginário.

Um território instituído ou vários territórios instituídos existem também socialmente como sistemas simbólicos sancionados, seja o “território usado”, na expressão de Santos e Silveira (2001), sejam as “territorialidades móveis” de que nos fala Souza (1995), são criações do imaginário social instituído. A abordagem da instituição imaginária do território, bem como de suas significações, não pretende ser “a verdadeira” interpretação, no sentido de objetiva ou absoluta, por oposição às concepções que fazem a crítica da ideologia do estado-territorial. Importa reconhecer que a ideologia, as mentalidades participam do imaginário (“radical” ou “efetivo”), sem que o imaginário se reduza a elas. E cabe refletirmos sobre as relações entre o simbolismo e o imaginário.

As profundas e obscuras relações entre o simbólico e o imaginário aparecem imediatamente se refletirmos sobre o seguinte fato: *o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “exprimir-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais.* O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens” mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, função simbólica. *Mas também, inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é.* Entretanto, na medida em que o imaginário se reduz finalmente à faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são (que não são dadas na percepção ou nunca foram), *falaremos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico.* (CASTORIADIS, 1982, p.154, grifos nossos)

Se refletirmos sobre a relação do simbolismo com o imaginário e sobre as concepções que temos de território, o simbolismo presente nessas concepções, veremos aparecer as

noções de relações sociais, poder, uso, domínio, apropriação, ocupação, mas não encontraremos o território como objeto sensível de nossa experiência ordinária, tal como encontramos árvores, casas, ruas na paisagem. Tampouco, podemos dizer que ele é uma área, a não ser em sentido matemático, ou uma abstração de nossas relações sociais e de poder. Nossas tentativas de representar o território por meio de mapas, cartas, croquis, envolvem sofisticados manejos de signos convencionalmente sancionados, e, não raro, ele se confunde novamente com a noção de área. O que não significa afirmar ser impossível imaginá-lo ou tomá-lo como “objeto” de reflexão. Mesmo que se possa conceber o território como depositário de recursos naturais, meio de desenvolvimento econômico, condição de soberania e autonomia de um povo ou grupo social, de uma comunidade, sociedade ou nação, é ainda no plano das significações imaginárias que nos movemos. Por mais que essas significações tenham um componente funcional, esse componente não exclui o simbolismo e o imaginário, são constitutivos da instituição.

A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. *Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto.* (CASTORIADIS, 1982, p. 159-160, grifos nossos)

No plano do imaginário científico também se pode instituir e fazer desaparecer noções, conceitos e teorias. A ciência é uma significação imaginária que se encarna como instituição e impulsiona nossa vontade de saber e de poder, nossa crença no progresso e no desenvolvimento. Como instituição, a ciência cria procedimentos que permitem conhecer, representar e intervir na realidade. De outro modo, a ciência também cria teorias, discursos e representações a partir de experiências individuais e coletivas que condicionam modos de ser e de viver em sociedade e, assim, participa do imaginário social. A particularidade da Geografia dentre as outras Ciências Humanas consiste, justamente, em sua capacidade de questionar, permanentemente, as práticas espaciais e territoriais de sociedades, comunidades e grupos. É preciso pensar a história do pensamento geográfico como percepção e como imaginação dos geógrafos acerca do mundo, e, de seu “próprio mundo”. Conceber o território como uma significação imaginária social e a ciência como uma instituição, da qual a Geografia é parte integrante, implica em pensar a relação entre instituição e significações imaginárias sociais. O imaginário desempenha papel essencial nessa relação porque é a

capacidade de por novas formas, de “criar e recriar” nosso “próprio mundo” e o mundo. No entanto, cabe a seguinte advertência:

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam ou se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-la ou substituí-las radicalmente por outras. (CASTORIADIS, 2004, p. 130, grifos nossos).

Por meio dessa teoria social talvez se possa compreender a polissemia do território ao longo da história em relação à instituição imaginária das sociedades e de grupos sociais, como também em relação à sociedade e aos grupos sociais atuais, pois, o presente diz algo sobre o passado. Essa teoria deixa entrever possibilidades para se compreender o território no entrelaçamento com a política, a economia, a técnica, o desenvolvimento, a cultura e, sobretudo, a ciência geográfica. As formas discursivas e de representação, presentes no pensamento geográfico, expressam, veiculam e atuam no processo de instituição do território e da sociedade brasileira, além de constituírem o estofado desse pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. As formas de participação e atuação situam-se para além da legitimidade científica conferida às políticas públicas ou estatais, das filiações ideológicas e de engajamento político dos geógrafos. Elas existem e se manifestam como um modo de ser do imaginário científico, por meio da ciência, inseparável da sociedade instituinte, pois, as significações do território estão disseminadas por toda parte e não são mais ou menos verdadeiras que as ideologias.

Nesse caso particular, a Geografia como ciência é inseparável da sociedade instituinte e do imaginário científico, da ciência como instituição por meio da qual ele se encarna e se efetiva. Quando se questiona a instituição, nesse particular a ciência geográfica, é todo um imaginário científico presente em sua história e em seu pensamento que são questionados. De outro modo, quando esse mesmo imaginário é questionado emergem formas de institucionalizar e legitimar tal instituição, seja por meio da atividade de seus cientistas ou, sobretudo, pelo discurso da funcionalidade estratégica de seu saber.

É certo que as significações imaginárias sociais não podem ser racionalizadas, analisadas e explicadas como se fossem “coisas”, “ideias” ou “substâncias”, conceitos ou representações ou um objeto empírico sensível, tampouco, reconstruídas logicamente. Não são também “representações” armazenadas no psiquismo de um ou outro indivíduo em particular. Mas o sentido da instituição, onde as significações imaginárias se “encarnam”, pode ser elucidado, e, é por meio dessa elucidação de sentido que se pode entrever o

imaginário como criação e as significações sociais que dele emanam. Não é a reconstrução histórica de um conceito o que proponho, mas a história de um pensamento – o geográfico – que é inseparável da instituição imaginária da sociedade, nela se faz presente, e da história da própria Geografia Humana. Nesse sentido, faz-se necessário advertir de que não se pretende formular uma teoria do imaginário científico e, por conseguinte, geográfico. Porque se entende que há no pensamento geográfico tanto a dimensão imaginária quanto a dimensão que poderíamos denominar de dimensão conjuntista-identitária, para empregarmos a expressão de Castoriadis.

Não foi apenas uma teoria social que encontrei na filosofia de Castoriadis, como um elemento que se possa isolar de sua ontologia, lógica, teoria do conhecimento, teoria política e psicanalítica. O que chama a atenção na reflexão desse filósofo são as questões que pôs e se dispôs a responder; o caminho que percorreu e as proposições que nos legou. Mas uma delas tornou-se emblemática para essa investigação:

Há portanto a pergunta que eu fazia: o que mantém junta uma sociedade? [...] O sentido de minha pergunta é antes o seguinte: *como é que em meio a essa extraordinária multidão de instituições particulares, de instrumentos, de jeitos de fazer, de particularidades da linguagem, de significações expressas por essa linguagem assim como por todos os atos dos humanos socializados, como é que em meio a tudo isso se molda, de maneira coerente, essa fantástica unidade de diferentes mundos sociais [...].* (CASTORIADIS, 2006, p. 65, grifos nossos)

Essa questão está na origem da *filosofia da criação humana* e do estatuto ontológico do imaginário como criação do “domínio social-histórico”. As respostas que o filósofo formulou não o conduziram a reflexões sistemáticas sobre o espaço, tampouco sobre o território, conforme se percebe nessa breve passagem:

No caso das classes, ou de grupos sociais, *não se trata do solo concreto*, mas é preciso haver problemas que sejam de certo modo comuns, e esses problemas só existem num mundo construído pela instituição. Qual é, portanto, a origem dessa unidade? Não é possível responder efetivamente a essa pergunta; mas podemos aprofundá-la, constatando que *essa própria unidade decorre da coesão interna de um tecido de sentido, ou de significações que penetram toda a vida da sociedade, dirigem-na e a orientam: o que chamo as significações imaginárias sociais. São elas que estão encarnadas nas instituições particulares e as animam [...].* (CASTORIADIS, 2006, p. 65, grifos nossos).

Todavia, é em sua ontologia do imaginário, na qual há uma teoria social, que procuro referências que me possibilitem pensar a proposição segundo a qual o território é uma significação imaginária social. Mesmo que Castoriadis não tenha pensado a instituição imaginária da sociedade relativamente ao território, afirmo a necessidade de tal pensamento como contributo à história do pensamento geográfico brasileiro e à epistemologia da Geografia.

Todavia fazem-se necessárias algumas advertências preliminares. O que denominei a “instituição imaginária” do território não se refere aos conceitos de formação territorial ou de ordenamento territorial, ou ainda de reconstrução histórica da formação do território brasileiro, como área de Estado ou uma rede de relações sociais, isto é, não tem conotação jurídico-política ou refere-se a representações cartográficas, ainda que elas sejam parte das representações que temos de território. Essas formas de representação são criações das significações imaginárias instituídas também pelo pensamento geográfico. É imprescindível, portanto, compreender os intrincados vínculos entre imaginário, representação e discurso geográfico. Pretendo demonstrar que o território é uma significação imaginária social – não o confundindo com representação, conceito ou categoria de análise – inseparável da instituição da sociedade, como também da dimensão conjuntista-identitária e da dimensão imaginária.

Por fim, o posicionamento ético e profissional que orienta essa pesquisa. Segundo esta concepção, as teorias não são “pura” expressão dos interesses individuais de seus autores, mas formas históricas e sociais, criações do imaginário social. Os discursos são formas coletivas e individuais de expressão de saberes e de relações de poder numa sociedade, num dado momento histórico. O tema desta investigação é, de um modo, uma “invenção” no sentido de que é construído intelectualmente; e, de outro, uma escolha, pois, impõe-se pela história recente e atual da Geografia brasileira.

Penso que há uma necessidade premente de revermos as concepções que temos de teoria, imaginação e imaginário, ou seja, compreender que eles tornam os atos possíveis, expressam e evocam significações, valores, sentimentos, experiências, acontecimentos, e, em seguida permitem que sejam aceitos, permitem agir sobre os comportamentos, influenciá-los, suggestioná-los. Permitem criar o ainda inexistente. Postula-se a possibilidade de uma história do pensamento geográfico, que se perfila como história da Geografia, é por que a imagino, ainda que circunscrita ao tempo presente e à Geografia Humana, como a história da significação imaginária social território.

CAPÍTULO V

DA INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE À SIGNIFICAÇÃO IMAGINÁRIA TERRITÓRIO

O presente tornou-se a categoria pesada que
paira acima de nosso espaço de experiência e convida
a uma releitura memorial e simbólica do passado.
(DOSSE)

É possível questionar a capacidade elucidativa das teorias sociais que serviram de estofo à Geografia Humana, uma vez que fomos introduzidos na reflexão sobre o imaginário, no âmbito da *filosofia da criação humana* e nela identificamos outra vertente de teoria social. Assim, podemos aventar a possibilidade de pensar sob uma nova forma, mas sem a pretensão de constituir uma nova história da Geografia Humana. Podemos pensá-la a partir de temas que lhe são tradicionais, como o da coexistência e do território, que configuram aspectos do pensamento geográfico contemporâneo que merecem ser elucidados.

Neste capítulo pretendo demonstrar duas vias de abordagem, uma filosófica e outra geográfica, sobre a instituição do território. A primeira delas foi elaborada na segunda metade do século XX, que poderíamos denominar de uma “filosofia do poder”, pelo filósofo Michel Foucault que muito influenciou a Geografia Humana francesa renovada. A segunda foi elaborada na segunda metade do século XIX, na perspectiva da Geografia Política num cruzamento com a *Antropogeografia*, pelo geógrafo Friedrich Ratzel. Desse modo, demonstrar a instituição do território como um momento da instituição da sociedade moderna, a partir do século XVI ao XIX, e sua ressignificação na contemporaneidade na segunda metade do século XX. Nesses momentos o território esteve vinculado a outras significações imaginárias, ao poder, ao Estado, à nação, e foi tematizado na Filosofia, na Economia Política e na Geografia. Criações também do imaginário social, essas disciplinas nos interessam pela forma de encarnar, manter ou reformular, e disseminar aquelas significações imaginárias sociais.

Pode-se pensar a Ciência como uma instituição e a racionalidade científica como criações do imaginário social e, particularmente, a participação da Geografia na instituição imaginária da sociedade. Para elucidar essa participação, tomo por referência o território como uma das significações imaginárias sociais. Entendendo-as na acepção de Castoriadis (2006, p. 66), as significações imaginárias “procedem do que todos nós consideramos como

estando relacionado com a criação, isto é, a imaginação, que aqui evidentemente não é a imaginação individual, mas o que chamo o imaginário social”.

O imaginário científico constitui parte do imaginário social. Estudar o território como uma significação imaginária social, inseparável da instituição da sociedade e, por conseguinte, de outras significações imaginárias sociais, constitui um dos objetivos específicos desta investigação, bem como elucidar sua relevância no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, seu revestimento pela lógica conjuntista-identitária. Por essa via de interpretação busco compreender a polissemia do território na história recente desse pensamento em relação à instituição imaginária da sociedade.

Nesse sentido, deve-se entender essa concepção de pensamento geográfico numa perspectiva da historiografia do tempo presente, ou melhor, como uma história intelectual, na qual o foco temático é o território. A polissemia do território advém das concepções e interpretações que os geógrafos brasileiros lhe atribuíram e da forma que ele assumiu na teoria e no discurso geográficos. Essa história do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, que ora se apresenta, é, portanto, mais temática que cronológica. Por fim, tenciono mostrar quando e como emergiram as concepções de território, nas últimas décadas do século XX, que ainda nos são atuais. Nessas últimas décadas foram se configurando reflexões sobre o Movimento de Renovação e novas maneiras de refletir, mudando as categorias e os conceitos; as formulações teóricas, as temáticas, as formas de abordagem, enfim o próprio fazer-pensar-dizer da Geografia.

V.1. O legado de uma tradição: o território estatal¹

Cabe indagar sobre a origem da noção de “Estado territorial” e do processo social-histórico que culminou na noção de “transnacionalização do território”, tema bastante presente no final do século XX. Será necessário, portanto, remontarmos ao século XVI, prenúncio dos estados territoriais que se expressa na literatura jurídico-política e filosófica mais como uma “questão de governo”, do que propriamente quanto à origem do Estado ou do território em si mesmos. Não é sem motivo que Maquiavel continua sendo um dos interlocutores privilegiados das discussões acerca dessa temática, precisamente pelo impacto

¹ A inversão dos termos que expressam a relação entre território e Estado visam questionar a tradição geográfica, na qual a existência do Estado territorial resultou em abordagens do território como sinônimo para o Estado nacional, daí se falar em “território brasileiro” ou “território nacional”. No entanto, é o Estado nacional moderno que se territorializa, mas nem todo território é estatal. Com efeito, parece não ser difícil pensar que todo Estado é territorial, porém, o mesmo não ocorre quando se trata de pensar em “territórios não-estatais”, territórios instituídos fora e em contraposição às formas de territorialização do Estado. O que se verá nas formulações de Foucault é o processo de instituição do Estado territorial, e, em Ratzel, o território estatal.

de sua obra *O Príncipe*. É o filósofo francês, Foucault, que oferece uma singular interpretação da época, do impacto e da importância histórica e política daquela obra em relação às concepções de governo. Sem dúvida que o projeto de investigação de Foucault tinha uma amplitude maior do que aquela que recortamos aqui, com o objetivo de compreender a gênese do Estado territorial. Sua preocupação era saber “como surgiu historicamente o problema específico da população, o que conduziu à questão do governo: relação entre segurança, população e governo” (FOUCAULT, 1979, p. 277). Por meio dessa preocupação, ele nos remete a um longo período de tempo que se inicia no século XVI e abarca até o final do século XVIII, quando se desenvolveram uma série considerável de tratados que visavam a “arte de governar”. Em que consistia essa arte e quais problemas pretendia solucionar?

De modo geral, o problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo, [...], problemas do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problemas do governo das crianças, [...]; *enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc.* (FOUCAULT, 1979, p. 277-278, grifos nossos).

Para compreendermos o surgimento desses “problemas” é preciso situá-los na convergência dos processos que solaparam a ordem feudal e o início da instituição dos grandes Estados territoriais, por meio da colonização e do processo que culminou com a *Reforma* e, na sequência, com a *Contra-Reforma*, cujo questionamento visava o modo de dirigir espiritualmente as almas rumo à salvação. Nesses processos, identifica-se a diversidade, mas também a convergência de princípio da mesma questão: a arte de governar.

Por um lado, movimento de concentração estatal, por outro de dispersão e dissidência religiosa: é no encontro destes dois movimentos que se coloca com intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática geral do governo em geral. (FOUCAULT, 1979, p. 278)

Na tentativa de elucidar o que se entendia por “governo de Estado”, o governo em sua forma política, Foucault toma por referência *O Príncipe*, de Maquiavel, como obra emblemática da literatura de governo que se descortinou do século XVI ao século XVIII. Reverenciada pelos seus contemporâneos e sucessores imediatos, essa obra também fez surgir uma vasta literatura anti-Maquiavel, predominantemente, de origem católica. Nessa literatura, o príncipe é caracterizado por uma relação de exterioridade e transcendência em relação ao seu principado: como o principado pode ter se originado de uma herança, de uma aquisição ou conquista, portanto, oriundo da violência, da tradição, da cumplicidade ou aliança com outros príncipes, os vínculos entre o príncipe e o seu principado são frágeis e estão sempre sob a ameaça da conquista ou da reconquista. Assim, o poder deveria ser exercido com o objetivo

de conservar, assegurar e garantir a proteção do principado, ou seja, o principado como uma “relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos”. O que conta é a arte de manipular as relações de força que possibilitem ao príncipe manter seu principado. O que aquela literatura pretendia desqualificar era a habilidade que visava à manutenção do principado em oposição à valorização da arte de governar.

A arte de governar, [...], deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado? *A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo.* (FOUCAULT, 1979, p. 281, grifos nossos).

Desse modo, identificou-se um dos traços fundamentais do Estado moderno: a arte de governar, o que nos remete à economia política, pois, segundo Foucault (1979, p. 281), “governar um Estado significa portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família”. Assim, ele chama a atenção para as mudanças de sentido que o vocábulo economia passou a designar: no século XVI, uma forma de governo; no século XVIII, um nível de realidade. O governo foi concebido como aquele que tem por tarefa a disposição correta das coisas conforme sua conveniente finalidade, contrariamente ao que postulava Maquiavel.

No *Príncipe* de Maquiavel, o que caracteriza o conjunto dos objetos sobre os quais se exerce o poder é o fato de ser constituído pelo território e seus habitantes. [...] *Neste sentido, pode-se dizer que o território é o elemento fundamental tanto do principado de Maquiavel quanto da soberania política do soberano, tal como a definem os filósofos e os teóricos do direito. O território pode ser fértil ou estéril, a população densa ou escassa, seus habitantes ricos ou pobres, ativos ou preguiçosos, etc., mas estes elementos são apenas variáveis com relação aos territórios, que é o próprio fundamento do principado e da soberania.* (FOUCAULT, 1979, p. 282. grifos nossos).

Diferentemente, na literatura anti-Maquiavel, era outra a concepção de governo e a definição que dele se tinha não se referia ao território, mas ao “governo das coisas”.

O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo, fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, e mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar etc. *Portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo.* (FOUCAULT, 1979, p. 284, grifos nossos).

Esse deslocamento da concepção de governo e da arte de governar pôs em outros termos a relação do governo com a lei e a soberania, com o território e a população:

no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. *Isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma da lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige*, deve ser procurado na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (FOUCAULT, 1979, p. 284, grifos nossos).

As interpretações de Foucault indicam que a teoria da arte de governar vinculava-se, no século XVI, ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial, ao aparecimento dos aparelhos de governo, à formulação de saberes que tiveram desdobramentos no século seguinte, enfim, relacionava-se também com o “mercantilismo e o cameralismo”. Essa arte de governar procurou seu correspondente num Estado que se dá a si mesmo os princípios racionais de sua própria razão de existir². É assim que se pode entender o aparecimento da “Razão de Estado”. Ora, esse Estado que, tal como a natureza tem sua própria racionalidade, ainda que diferenciada, viu a arte de governo bloqueada no contexto das crises que abalaram o século XVII. No entanto, a superação dos obstáculos se deu por meio “da expansão demográfica do século XVII, ligada à abundância monetária e por sua vez ao aumento da produção agrícola [...] o problema do desbloqueio da arte de governar está em conexão com a emergência do problema da população” (FOUCAULT, 1979, p. 287-288).

Podemos entender, então, a emergência de saberes acerca da população, tornada “fim e instrumento do governo”, população essa que é “sujeito de necessidades” e “objeto nas mãos do governo”, isto é, entender a constituição de uma ciência, a Economia Política, no decurso do século XVII ao XVIII. A Geografia, por sua vez, foi tributária desses processos, ao se institucionalizar como ciência na segunda metade do século XIX, e, sobretudo, ao

² Segundo Fassó (1995, p. 655-659): “O Jusnaturalismo é uma doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’ [...], ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Este direito natural tem validade em si, é anterior e superior ao direito positivo e, em caso de conflito, é ele que deve prevalecer. [...] é, por isso, uma doutrina antitética à do ‘positivismo jurídico’, segundo a qual só há um direito, o estabelecido pelo Estado, cuja validade independe de qualquer referência a valores éticos. [...] entre o Jusnaturalismo antigo, medieval e moderno [...] existe uma substancial continuidade. [...] o Jusnaturalismo moderno ressalta fortemente o aspecto subjetivo do direito natural, ou seja, os direitos inatos, deixando obumbrado seu correspondente aspecto objetivo, o da norma [...]. É precisamente devido a essa característica que o Jusnaturalismo moderno, isto é, o dos séculos XVII e XVIII, molda profundamente as doutrinas políticas de tendência individualista e liberal, expondo com firmeza a necessidade do respeito por parte da autoridade política daqueles que são declarados direitos inatos do indivíduo. O próprio Estado é considerado pelo Jusnaturalismo moderno mais como obra voluntária dos indivíduos do que como instituição necessária por natureza [...]. Para os jusnaturalistas modernos, os indivíduos abandonam o Estado de natureza [...] e fazem surgir o Estado politicamente organizado e dotado de autoridade, a fim de que sejam melhor tutelados e garantidos os seus direitos naturais; o Estado é legítimo na medida em que e enquanto cumpre esta função essencial, que lhe foi delegada mediante pacto estipulado entre os cidadãos e o soberano (contrato social). [...] o contrato social se desdobraria assim em dois momentos, pacto de união e pacto de sujeição. Direitos inatos, estado de natureza e contrato social, [...] são os conceitos característicos do jusnaturalismo moderno [...]”.

procurar explicar a relação entre território, Estado e população. A centralidade da população no processo de constituição do Estado moderno e da arte de governar, instituída por e a partir da população e do território, levou à constituição de alguns saberes.

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia”. A economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. *Aprendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre população, o território, a riqueza, etc., se constituiria uma ciência, [...], e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característica do governo: a intervenção no campo da economia e da população.* (FOUCAULT, 1979, p. 290, grifos nossos)

Atualmente, nós, geógrafos, diríamos que a intervenção não se deu apenas no campo da economia e da população, mas de ambas, conjugadas ao território. Porém, desse saber instituído no século XIX que conjugou esses elementos, a Geografia, não tratou o “filósofo do poder”. Não se pode censurá-lo pelo esquecimento, tampouco se trata de uma lacuna em sua filosofia, posto que ele não visava problemas ou questões que consideramos geográficas. Se Foucault chegou a conclusões sobre “as grandes economias de poder no Ocidente” e à criação do conceito de “governamentalidade”, foi porque sua arqueologia do poder constituía o escopo de sua investigação como projeto e método. Com ele pode-se dialogar mesmo quando discordamos de sua afirmação sobre a existência de “um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e *em que o território que ela ocupa é apenas um componente.*” (FOUCAULT, 1979, p. 293, grifos nossos).

Quando e onde Foucault terá encontrado um Estado de governo em que o território tenha sido “apenas um componente” da população que o ocupa? Mesmo durante os séculos XVII, XVIII e XIX, o domínio europeu nos territórios coloniais não se exerceu apenas sobre os corpos da população ou a riqueza das populações nativas, mas sobre seus corpos e, simultaneamente, seus territórios, instituídos alheios à lógica europeia, até a chegada dos colonizadores. O domínio disciplinar sobre os corpos, as mutilações, por meio da catequização e do trabalho, resultou na dizimação de povos, na extinção e na apropriação de seus territórios, marca indelével do domínio europeu. Os territórios coloniais assumiram cada vez mais a imagem e semelhança dos colonizadores, numa economia política de deliberada anulação do outro: o diferente³. O que estava se constituindo eram Estados territoriais, muito

³ Segundo Bornheim (1998, p. 7-8): “a descoberta da alteridade deve ser vista enquanto escopo definitivo do próprio projeto da modernidade. Porque, nem se duvide, há um projeto – ainda que por vezes tonto de si mesmo, ainda que afoito e até visionário, ou mesmo que perpassado por uma lucidez que tudo tem a ver com a melhor das transparências. [...]. O desígnio fundamental de todo descobrimento é sempre o outro, está na demolição de

mais do que territórios estatais. Os territórios não estatais não foram concebidos como territórios. Assim, não se concebia a possibilidade de existência de outros territórios que não fossem estatais.

V.2. O território e a lógica conjuntista-identitária

Pode-se afirmar que todo Estado é territorial, mas nem todo território é estatal; a arte de governar é um exercício de poder e consiste em governar coisas e pessoas numa dada configuração espacial. Se o poder é uma relação social, é também uma relação cuja conformação, limites e controle são espaciais. No século XIX, o geógrafo alemão concebeu o território como o fundamento da sociedade e do Estado⁴.

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem seu território, assim *também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a Terra.* (RATZEL, 1990, p. 73, grifos nossos)

A instituição do território antecede o Estado, é condição de existência e sobrevivência de um povo ou de uma sociedade. Quando a sociedade procura manter a posse do território sobre o qual ela sobrevive, organizando-se com esse objetivo, ela transforma-se em Estado. A instituição do território e da sociedade é uma necessidade natural. A instituição do Estado é uma consequência dessa necessidade natural, que é também política, porque implica, por parte do Estado, a proteção, legal ou pela força, da propriedade do território da sociedade. Doravante, território e Estado constituem a “razão” da existência da sociedade: o primeiro, pela satisfação das necessidades humanas elementares, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento ou pela decadência da sociedade; o segundo, pela proteção e garantia de posse do território. Sendo assim, vejamos como a Geografia moderna concebeu a relação entre Território e Estado, tal como a formulou inicialmente Friedrich Ratzel, no século XIX:

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana a Terra. *É certo porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele que se exerce. Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que*

fronteiras, no desalojamento das próprias raízes da abrangência da mesmidade do mesmo [...]. A nudez do outro, finalmente presente, inóspita e sedutora, a demarcar ambições e cobiças, a reinventar pés e mãos, o solo e o teto, e a dizer dos percalços de um deslumbramento que permite vislumbrar, quiçá, os alicerces de qualquer coisa como a morada definitiva”.

⁴ Foi no início da década de 1990 que os geógrafos brasileiros tiveram acesso às traduções de textos de Ratzel em português, por meio da Coleção *Grandes Cientistas Sociais*, uma publicação da editora Ática.

regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas em compensação a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade. (RATZEL, 1990, p. 73, grifos nossos).

Nas formulações de Ratzel a instituição do território antecede o Estado, mesmo que não se possa conceber uma sociedade sem ambos. O território aparece como condição de existência e sobrevivência de um povo e de uma sociedade, pela via de seu desenvolvimento ou de sua decadência.

Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio de sua decadência futura. [...]. *Em meio a muitas variações que se sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas necessidades de habitação e de alimentação.* (RATZEL, 1990, 74, grifos nossos).

As determinações naturais são necessidades e não deixam dúvida quanto à teoria social que as fundamenta, aquela que se apóia no “substrato natural” para explicar as relações sociais e políticas, numa perspectiva acentuadamente funcionalista. A tarefa do Estado é a de proteger o território, a propriedade do território dessa sociedade que, vinculada ao solo por suas necessidades de alimentação e moradia, dele não pode mais dispor: “A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado” (RATZEL, 1990, p. 76).

Nessa concepção, o Estado surge com a necessidade de legitimar uma organização territorial e de conservar um ordenamento político. Entretanto, como pensava Ratzel, pode ocorrer também que, na relação entre Território, Estado e Sociedade, o Estado entre em confronto com a Sociedade. Isto ocorre, sobretudo, quando o desenvolvimento natural da sociedade questiona o isolamento ou o crescimento territorial do Estado. Esse confronto caracteriza-se por um desequilíbrio na relação entre população e território, colocando em risco o *espaço vital*: “Em cada estágio do desenvolvimento político as relações que intercedem entre a sociedade e o território exercem a sua influência sobre a natureza do Estado” (RATZEL, 1990, p. 76). Ora, quanto mais sólidos ou tênues são os vínculos da sociedade com o solo e mais desigual ou uniforme for a repartição da propriedade, “do terreno”, tanto mais exerce influência sobre a natureza do Estado, além de resultar em distintas formas de governo. Conforme Ratzel (1990, p. 79) pensa constatar, “mesmo nos estágios mais avançados do desenvolvimento político se observa sempre a mesma subdivisão do trabalho entre a

sociedade, que usa o território para ter moradia e alimento, e o Estado, que garante através da força coletiva a proteção deste”.

Nessa tríade, território-sociedade-Estado, o geógrafo alemão vislumbrava o progresso. No entanto, o território “representa em si e por si um elemento universal”. Ele é o fundamento das “formas sociais e políticas”, é ele que está na origem das guerras, cuja vitória, com a aquisição de novos territórios, revigora os povos e exercem sobre eles o sentido da emancipação. Haverá, pois, em Ratzel uma ontologia do território? É certo que, suprimido o território, não se pode mais conceber a sociedade e o Estado. O fundamento que deu origem à sociedade reside no território, pois ele é princípio, meio e fim da existência da sociedade. Reificado na Geografia clássica alemã do final do século XIX, marginalizado na Geografia teórica e quantitativa em meados do século XX, e, reabilitado pela Geografia renovada no final do século XX, o território recebeu novas abordagens a partir de outras dimensões, que não aquela do Estado nacional: da dimensão técnica do território ao “território usado”; da dimensão cultural no território aos “territórios alternativos” ou “territórios do cotidiano”; do território nacional aos “territórios móveis”, “multiescalares”, “territórios-rede”.

V.3. Renovação e tradição na Geografia Humana brasileira

Na Geografia mundial e, particularmente, na Geografia brasileira, na década de 1970, verificou-se uma intensa crise interna que pôs novamente na ordem das questões a redefinição do escopo dessa ciência: o que ela é, o que e como a Geografia estuda, a quem serve esse saber. As respostas, amparadas em diferentes matrizes teóricas, constituíram variadas perspectivas metodológicas, no sentido de rever seus métodos e conceitos. Um dos desdobramentos dessa crise consistiu de uma declarada adesão à dialética de versão marxista, na qual se acreditava encontrar os aportes de uma crítica que pretendia ser, simultaneamente, epistemológica e ideológica. O método dialético se apresentou como possibilidade de superação das dicotomias entre sociedade e natureza e, por conseguinte, da dualidade entre Geografia Física e Geografia Humana. Permitiu, ainda, pensar a relação sociedade-natureza, mediada pelo trabalho, como condição de produção e reprodução do espaço social. Nesse sentido, entende-se a prioridade que foi dada ao conceito de espaço – tornado objeto por excelência da Geografia – como produto e condição de reprodução da sociedade, campo de luta das classes sociais, campo das relações de poder, enfim, condição de existência da sociedade e por meio do qual se revela a contradição fundamental entre o capital e o trabalho⁵.

⁵ Tal como vimos no capítulo I.

Era necessário, portanto, denunciar a alienação da classe trabalhadora, as mazelas e o empobrecimento dos povos que foram colonizados, tomar consciência de que as promessas de igualdade, liberdade e fraternidade jamais poderiam ser cumpridas pelo capital. Compreender que a superação desse estado de existência humana só poderia se efetivar por meio da revolução, social e política, que superasse o modo de produção vigente e, sobretudo, o espaço da cidade, do campo, ainda que por meio das reformas urbana e agrária. Na década de 1980, momento em que a derrocada do “socialismo real” e a suposta vitória do capitalismo, em escala global, suscitava novos desafios à participação política e ao referencial teórico-metodológico das Ciências Sociais, estas questões estavam na ordem de prioridade do discurso geográfico brasileiro.

V.3.1. Da crítica à renovação teórica: para além da crítica ideológica

Nos dez anos que transcorreram de 1978 a 1988 houve um considerável avanço em relação ao debate renovador que se estabeleceu no interior da Geografia brasileira, ao tempo em que a mobilização de vários setores da sociedade civil foi uma reação com vistas a recuperar a dimensão democrática na vida social e política brasileiras. Desses dez anos de avaliação, crítica e autocrítica, de renovação, avanços e recuos, o texto: *Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil 1978-1988)*, de Moreira (1992), e a entrevista *Espaço, mundo globalizado, modernidade*, de Santos (1996b)⁶ são emblemáticos. Em meio à contestação e à crítica delinearam-se reflexões com pretensão teórica com vistas a constituir outros fundamentos para a Geografia renovada, não assentados na Geografia tradicional, de vertente francesa clássica, ou da nova Geografia, apoiada no neopositivismo⁷. A década de 1990 foi pródiga em novas formulações e proposições, haja vista os sentidos que essa década apresenta como baliza de final do século XX e como prenúncio do XXI.

⁶ Como vimos no capítulo I. No início da década de 1980 houve esforços em avaliar os desdobramentos do Movimento de Renovação, cujos textos de Valverde (1984) e Silva (1984) são significativos.

⁷ A Geografia científica e acadêmica foi instituída no Brasil pela iniciativa de Deffontaines e Monbeig na década de 1930, que trouxeram a genuína Geografia lablachiana, conformando-a com a realidade nacional que aqui encontraram. O vigor dessa Geografia perdurou até meados do século XX, quando então começou a declinar. Todavia, a nova Geografia ou Geografia teórica e quantitativa teve um curto período de apogeu no final da década de 1950, durante toda a década de 1960, pois já no início da década de 1970 encontrava-se em franco processo de questionamento. Diante da inexistência de uma obra brasileira sobre a história da constituição da Geografia Humana, no Brasil, mas pela relevância dessa história que se encontra dispersa em várias obras e artigos, remeto às seguintes referências: Deffontaines (1949), Azevedo e Silveira (1949), Monbeig (1957), Bernardes (1982), Corrêa (1992), Petrone (1993, 1994), Ab’Saber (1994), Andrade (1994), Faissol (1978, 1997), Ferreira (1998), Dantas (2005), Salgueiro (2006) e Machado (2009). Todas essas referências consultadas destinavam-se à composição de um capítulo específico sobre a constituição da Geografia Humana brasileira, porém essa composição foi protelada diante da amplitude da pesquisa a ser desenvolvida para sua efetivação, o que significaria extrapolar os objetivos propostos para essa tese. Permanece, portanto, a intenção de realizar esse projeto em outra oportunidade.

Todavia, cabe indagar especificamente sobre a natureza e os propósitos do Movimento de Renovação. A Geografia crítica propôs um programa, uma teoria ou ambos? Qual era o projeto da Geografia renovada? Na década de 1990 vários geógrafos questionaram os resultados do Movimento de Renovação. Seus protagonistas ou contemporâneos deixam entrever um misto de frustração, resignação ou a intenção de recusar aquilo que foi perdido. Cabe o questionamento sobre o que se perdeu. De um lado a teoria que deveria vir impregnada de “totalidade”; de outro, uma suposta mudança de rota no acompanhamento ou quanto à fidelidade ao marxismo. Com efeito, os “paradigmas” da Geografia regional francesa, da Geografia teórica e quantitativa, da Geografia crítica, sucederam-se sem se eliminarem mutuamente; as ênfases se deslocaram dos conceitos de região ao de espaço e deste ao de território; a relação homem-meio, sociedade-natureza e sociedade-espaço foi reinterpretada; a conservação ou preservação das noções de unidade terrestre, o princípio de unidade ao princípio de totalidade na perspectiva da teoria social e do conhecimento – positivista ou marxista – mantiveram o monismo materialista.

A concepção do espaço como objeto da Geografia alimentou parte significativa da produção teórica na Geografia Humana visando, sobretudo, conferir-lhe simultaneamente estatuto ontológico e epistemológico. Um dos textos mais expressivos dessa proposição é *O espaço geográfico como categoria filosófica*⁸. Nele conjuga-se uma definição da Geografia: “Desde, porém, que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988a, p. 10, grifos nossos); e uma definição de técnica: “As técnicas são aqui consideradas como o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza [...]” (p. 10).

O tema do trabalho já aparecia em Ratzel, segundo Carvalho (1998), e o da técnica, vinculado aos “gêneros de vida”, em La Blache (1921). Mas em Santos (1988a), a técnica assumirá o estatuto teórico e metodológico do que viria a ser a Geografia renovada e, por conseguinte, a Geografia Humana. As técnicas devem, então, ser estudadas

na sua coabitação em um lugar, mas também na sua sucessão. Aqui, uma vez mais, as noções de espaço e de tempo se conjugam. *Isto é fundamental para podermos interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma*

⁸ Esse texto foi originalmente apresentado no *V Encontro Nacional de Geógrafos* (ENG), realizado em Porto Alegre, em 1982, sob a forma de comunicação. Passou por modificações e foi publicado na *Revista Terra Livre*, n. 5, em 1988.

determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade e um espaço. (SANTOS, 1988a, p. 10, grifos nossos)

A referência para a fundamentação da Geografia como uma “filosofia das técnicas” não se encontrava apenas na filosofia marxista, apesar de sua importância na criação de novos conceitos e categorias. As referências de Santos vão desde Sartre – num existencialismo conciliado com o marxismo – até o filósofo francês Simondon, ao qual fez constantes menções, sobretudo, quanto à técnica. No entanto, essas referências não devem nos induzir ao equívoco de procurar subordinar a Geografia à Filosofia. Tal epistemologia do espaço humano não devia se confundir com o que disseram os filósofos sobre o espaço. Não será este o caminho da Geografia, advertiu Santos. O caminho para essa formulação deve partir de dentro da própria Geografia, ou seja, do contato com a própria realidade, segundo Santos (1988a, p. 11): “A teoria geográfica tem de ser buscada no seu domínio próprio: o espaço. A filosofia pode ser um guia, mas os filósofos não nos oferecem resposta *a priori*”. Além daquelas definições e de prescrever o método e a teoria, ele apresentou uma concepção de espaço.

O espaço resultado da produção, e cuja evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação. (SANTOS, 1988a, p. 12)

Nesse texto, *Elementos para a construção de uma filosofia da geografia*, Santos (1988a, p. 12) afirma a necessidade de se trabalhar com a noção de totalidade, pois, “uma filosofia da geografia deve-se alimentar, em primeiro lugar, da noção de totalidade”. Noção que os geógrafos clássicos, alemães e franceses, tornaram de uso consagrado por meio da noção de “unidade terrestre” como uma “noção filosófica de natureza”, que podemos afirmar assentar-se numa visão monista. Porém, na concepção miltoniana, a noção adquire sentido de um monismo materialista dialético, trata-se de uma totalidade que é vista como: “o conjunto de todas as coisas, conjunto coerente, onde ordem e desordem se confundem nesse processo de totalização permanente pelo qual uma totalidade evolui para tornar-se outra” (SANTOS, 1988a, p. 12). Nessa Geografia, tornada “filosofia do espaço do homem”, não se pode desconsiderar o princípio de totalidade. Pelo contrário. Ele é básico nessa elaboração porque “Ele envolve a noção de tempo e isso nos permite reconhecer a unidade de movimento, responsável pela heterogeneidade com que as coisas se apresentam diante de nós” (SANTOS, 1988a, p. 12-13). Esse princípio abarcaria as noções de continuidade e descontinuidade bem como os de unidade e multiplicidade. Quanto ao tempo, o princípio de totalidade, além de

abarcando essas noções, permitiria transitar entre o passado, o presente e o futuro em sua articulação com o espaço. Assim, no espaço humano, conforme Santos (1988a, p. 13): “Passado e presente nele se dão as mãos, através de um funcionamento sincrônico que elimina a pseudocontradição entre história e estrutura”⁹. Nesse sentido também se impõe a noção de escala pois

a Natureza não se apresenta, jamais, de forma homogênea e deixa perceber suas frações: território nacional, região, lugar. *Sem a noção de escala e sua base epistemológica que tanto deve à ideia de tempo, não saberíamos o que fazer diante do todo social espacializado e que nos chega todavia em forma fracionada, como subespaços.* (SANTOS, 1988a, p. 13, grifos nossos)

Quanto à relação entre espaço, tempo e escala, destacam-se as proposições de Santos e as aproximações que nelas se pode perceber com a história da “longa duração”. Em *Espaço e método* (1985) encontramos, juntamente com o conceito de “rugosidade”, as categorias de análise geográfica: processo, estrutura, função e forma, como uma proposição metodológica para compreendermos o espaço. Mas foi a partir de meados da década de 1990 que os estudos sobre o território conjugaram-se aos estudos do espaço, social e historicamente construído, não só por Santos, como também por uma plêiade de geógrafos com perspectivas e concepções distintas. Momento paradoxal esse do “retorno do território” quando se decretava o fim da história e da bipolaridade entre socialismo e capitalismo, o advento da era da globalização e o fim dos estados nacionais territoriais, a crise das identidades sociais e culturais assentadas na nação e na nacionalidade¹⁰. Desde então, tornou-se inconcebível pensar o território, seja em escala nacional ou em outras escalas, sem uma dimensão temporal, ainda que predominassem as abordagens de território na escala nacional. Apesar de haver em outros artigos e obras de Santos as noções de acontecimento e cotidiano, em sua análise e reflexão sobre o espaço, a noção de rugosidade mereceu mais atenção de seus intérpretes do que aquelas outras noções.

As tentativas de não recair no empirismo impulsionaram as reflexões em torno da teoria, mas a recusa da abstração, em nome de uma noção do concreto, o visível-sensível, também se fez presente na renovação do pensamento geográfico. O desafio de se chegar ao “concreto pensado”, reivindicado pelo marxismo, comportou tanto a ambição quanto a resistência à formulação teórica. Daí algumas das dificuldades em discernir, com pretensões a

⁹ Temática que, conforme visto, aparece de forma contundente nas críticas endereçadas a “geo-história” de Braudel. Ver capítulos II e III da Primeira Parte. Veremos mais adiante como Santos se aproximou, em vários momentos de sua reflexão, da concepção de “longa duração” proposta por Braudel em sua articulação com o espaço.

¹⁰ Para essa discussão ver as posições antagônicas de Badie (1996) e Haesbaert (2004).

definições, onde, de fato, se localizam as continuidades e as discontinuidades do Movimento de Renovação. Mais problemática ainda torna-se, então, o emprego da noção de “corte epistemológico” para caracterizar tal renovação. Noção que alimentou o debate na década de 1980; “corte” entre ciência e ideologia, entre alienação e práxis transformadora. Com efeito, a crítica é necessária à formulação teórica, mas não se origina da espontaneidade do discurso crítico.

Afirmava-se a necessidade de “exorcizar” o empirismo que predominava na Geografia a despeito da Geografia teórica e quantitativa, em sua vertente neopositivista, já ter feito a defesa da necessidade de se passar da descrição à explicação em direção a uma teoria do espaço. Afirmava-se a necessidade de avançar em direção à teorização por que

temos de encontrar os instrumentos de trabalho adequados, para dar conta da parte sem desintegrar a totalidade. *As noções de estrutura, processo, função e forma, essas velhas categorias filosóficas e velhas categorias analíticas devem ser retrabalhadas para que, neste particular, possam prestar serviços à compreensão do espaço humano e à constituição adequada de sua respectiva ciência. Ademais, esses instrumentos nos permitem tomar como ponto de partida o concreto das coisas, sem nos deixar todavia ofuscar pelos nossos sentidos. Da forma à estrutura e desta, de novo, à forma, temos o caminho que conduz a uma fenomenologia do espaço e à sua construção teórica. A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social.* (SANTOS, 1988a, p. 13, grifos nossos)

A importância da explicação consiste em tornar inteligível aquilo que não nos é dado de forma “imediatamente sensível”, aquilo que se refere aos “fatores invisíveis”, como advertiu Santos (1988a). Do mesmo modo que as determinações do objeto não são descobertas sem o trabalho da abstração e da análise, é na busca da formulação de uma teoria do espaço que se pode compreender essas proposições, e esses procedimentos que constituem o método da ciência geográfica.

Chegamos, assim, à abstração sem partir de nossa razão individual, mas do concreto das coisas realmente existentes. E nesse caminhar, sem fim, do lugar ao conjunto dos lugares, e da natureza como um todo a cada uma das frações, seguimos o curso do tempo e podemos, desse modo, interpretar, em seu justo valor atual, cada pedaço do espaço. (SANTOS, 1988a, p. 13)

Quanto a menção à fenomenologia do espaço, não se trata de uma metodologia fenomenológica, mediante uma *redução eidética*, tal como a conceberam Husserl ou Merleau-Ponty, ou até mesmo Sartre, que era admirado por Santos. A noção de fenomenologia empregada, mencionada por Santos remete à concepção de fenomenologia tal como a

concebia Hegel, conforme declaração numa entrevista, em resposta à questão sobre a pertinência do método fenomenológico no estudo do espaço¹¹.

Quando falei com marxistas geógrafos sobre a utilização da fenomenologia, me disseram; “Não pode, não pode! Marxismo e fenomenologia não se dão bem” [risos]. Naquele momento pensei: “É capaz deles terem razão”. *Mas continuei a ler e descobri alguns livros sobre o materialismo de Hegel e fui constatando que é possível construir uma outra fenomenologia.* (SANTOS, 1996b, p. 182-184, grifos nossos)

A década de 1990 comporta, além de outras, três posições que não são excludentes, mas tendências convergentes no âmbito do pensamento geográfico brasileiro: crítica e autocrítica acerca da Geografia crítica ou da Geografia nova; reconhecimento da necessidade de formulação teórica e metodológica acerca desse objeto, o espaço, tornado hegemônico no discurso geográfico¹²; a necessidade de formulação de uma teoria geográfica, na qual se reabilita o território, para se pensar a realidade brasileira e fundamentar um projeto nacional. As posições e tendências perante esses imperativos da ação política e científica doravante serão forjados mediante a institucionalidade acadêmica da Geografia, quando se impõem de modo mais premente. A despeito das críticas à academia, é nela que se efetiva o desafio de se fazer ciência, mais que política ou militância partidária. É quando também circula, implícita ou explicitamente, a questão sobre qual é o “lugar” do discurso geográfico em meio às várias formas de se fazer Geografia.

Nos primeiros anos, 1978-1988, intensos do Movimento de Renovação, impôs-se, predominantemente, o discurso da vinculação do espaço com o econômico, o político e o social. O econômico comandando a produção e a reprodução do social, retirando do social qualquer nuance de autonomia na instituição de seus modos de ser, porque sempre produto das determinações econômicas. E o político em sua subordinação ao econômico e ao poder, e não como participação efetiva da população nas decisões que afetam a sociedade. No entanto, não se encontra uma conceituação sistemática ou articulada acerca da noção ou conceito de social nessa Geografia renovada, sobretudo, na Geografia Humana que emerge da renovação crítica e da teoria social marxista concebida como uma “história territorial”.

¹¹ O apreço de Santos pela personalidade intelectual de Sartre foi explicitado em mais de uma ocasião. A despeito desse apreço e do emprego de algumas categorias filosóficas tomadas de empréstimo a Sartre, tais como a de *prático-inerte* e *situação*, esta atualmente mais bem desenvolvida por Silveira (1999a, 2006a), Santos não empregou ou desenvolveu uma concepção fenomenológica na Geografia, deteve-se num dos aspectos mais debatidos da filosofia sartreana: a integração do marxismo pelo existencialismo. Nesse sentido, o existencialismo que Santos apreciava não estava em conflito com o marxismo. As obras de Sartre, nas quais a fenomenologia existencial é mais emblemática, como: *O ser e o nada*, *O imaginário*, *Imaginação* não tiveram repercussão ou não foram incorporadas com esse sentido na Geografia formulada por Santos.

¹² Naquilo que concerne à ciência geográfica, os estudos sobre o espaço, como conceito, numa dimensão social, são recentes se considerarmos a emergência deles na segunda metade do século XX, conforme retrata Corrêa (1996).

Com efeito, houve por um breve momento que antecedeu a renovação geográfica, no Brasil, uma aproximação entre Geografia e marxismo nas décadas 1940-50. Mas não foi suficiente para promover a renovação tal como aconteceu no final da década de 1970. Houve dificuldades, sobretudo, ideológicas, nessa aproximação¹³ por que

na época, não havia marxistas para serem citados na Geografia. [...]. Mas o fato era que o marxismo estava fora da Geografia. E naquela época, eu me lembro, havia dúvidas no marxismo quanto a Geografia Humana como ciência. Do mesmo modo, que havia no marxismo postura contrária à psicanálise [...]. Quanto a Geografia Humana, seria uma parte da Economia Política. (GEIGER, 2001, p. 120)

Conforme relatou Geiger, a despeito dessa primeira aproximação entre Geografia e marxismo não ter sido exitosa, a renovação geográfica se empenhou para que ela fosse efetiva, nas décadas finais do século XX. Porém, ao recusar a noção de “espaço” numa perspectiva sociológica, os geógrafos declinaram também do desafio de elucidar o social, tal como requer uma ciência que se propõe a ser uma “ciência social”¹⁴. Na década de 1990, quando o marxismo e também a Geografia entraram em crise, as noções de classes sociais e de luta de classe, como autoreferência do social, não foram suficientes a um repensar radical do marxismo e da teoria social que essa filosofia comporta.

V.3.2. As vozes dissonantes: o território entre a tradição e a renovação

Desde os anos iniciais da década de 1980 já se podia verificar a existência de algumas “vozes dissonantes” se pronunciando, criticamente, acerca da Geografia crítica e da premência que o espaço nela ocupava. Essa Geografia se viu diante do desafio de pensar a realidade brasileira e propor uma teoria geográfica, de ultrapassar a posição da crítica para ser propositiva em termos de um projeto nacional para um país que recuperava a democracia como um valor social após um longo período de ditadura. Uma dessas dissonâncias pode ser encontrada em críticas contundentes.

Fundada na imanência do capital e de seu espaço, a chamada “Geografia Crítica” tem apenas se restringido em procurar interpretar o mundo a partir do conflito básico entre capital e trabalho; reduzindo ao esquecimento a luta política e econômica que a propriedade do capital e da terra cria no interior da classe dominante. Desse modo, inexistente o conflito nacional ou regional já que o interesse dos capitalistas seria homogêneo em toda a superfície da terra, ou pelo menos naquela porção onde o socialismo não é o modo de produção dominante. (EGLER, 1983, p. 73, grifos nossos)

¹³ Entrevista de Pedro Pinchas Geiger a *Revista GeoUERJ*, 2001.

¹⁴ Não raro, aparecem nas proposições acerca do objeto de estudo da Geografia, seja o espaço ou o território, uma dupla função desse objeto que se configura, simultaneamente, como sujeito à medida que imprime suas determinações no modo de ser da sociedade ou no modo de acontecer dos processos sociais. Esse é um dos aspectos da crítica que Souza (1988) endereçou à “espaciologia”, com o qual estamos de acordo, como se verá mais adiante.

No início da década de 1980, a crítica de Egler fez questionamentos que apareceram de forma imperativa na década de 1990, juntamente com o discurso dos “fins”: dos estados territoriais modernos ou estados nacionais, da história, do socialismo real, das utopias, da região. Essa crítica enfatizou o problema da questão nacional, no Brasil. Questão era polêmica no interior da teoria marxista, e não foi respondida satisfatoriamente com o “internacionalismo proletário”, tampouco com o stalinismo, ao pregar o socialismo num só país e a afirmação de que na URSS não mais havia classes sociais. Todavia, a crítica de Egler é endereçada aos geógrafos brasileiros, marxistas ou não, que pareciam ignorar as transformações ocorridas nas três décadas finais do século XX.

A “Geografia Nova” tem sido incapaz de analisar e compreender as profundas transformações que se processaram nos últimos trinta anos no quadro político-territorial do mundo contemporâneo, quando as grandes empresas, embora possuam estratégias espaciais a nível internacional, expressam na materialização dos investimentos uma política territorial que garanta, através da propriedade efetiva de largas proporções do globo, a valorização dos capitais aplicados. (EGLER, 1983, p. 74, grifos nossos)

Nessa apreciação crítica da Geografia nova há também uma provocação que chama a atenção para a ausência de uma reflexão, no pensamento geográfico à época, sobre a situação nacional e o real conteúdo da crise da Geografia brasileira.

Negando o caráter nacional, regional ou local do conflito político, “pasteurizando” o espaço em escala mundial, as novas tendências do pensamento geográfico têm sistematicamente deixado de lado a análise da realidade concreta, territorialmente definida. Demonstrando que, antes de uma crise da geografia, o que existe é uma crise dos geógrafos, incapazes que têm sido de compreender a real dimensão da dinâmica capitalista em nível mundial. (EGLER, 1983, p. 74)

A crítica de Egler provoca uma inversão nos termos em que vinha se dando grande parte da produção geográfica brasileira, na medida em que, sem abandonar as categorias de análise marxistas, conclamava os geógrafos a dar mais atenção às formas que a materialidade do espaço assumia ao final do século XX. E colocava o território no cerne da teoria geográfica e do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

A materialidade do espaço se manifesta no território, que é sujeito à apropriação privada, à luta pela sua posse e de seus recursos naturais. É o uso e a apropriação do território que desnudam o caráter do capitalismo e trazem à tona as relações concretas de produção. Cenário ativo da luta de classes, da concorrência entre os detentores dos meios de produção, o território é a determinação concreta das contradições do modo capitalista de produção. (EGLER, 1983, p. 75, grifos nossos)

Houve avanços na Geografia brasileira com o advento da Geografia nova, pois: “ao se propor a analisar o espaço, enquanto categoria básica, rompe com a tradição empirista da geografia tradicional” (EGLER, 1983, p. 75). Esse rompimento com uma característica

definidora da geografia tradicional é visto positivamente no âmbito da renovação geográfica, mas outra dimensão daquela Geografia havia se perdido. Um elemento perdido da tradição desvalorizava essa Geografia nova, pois “ao perder de vista a dimensão territorial dos fenômenos espaciais, a geografia corre o risco de transformar-se em ‘espaciologia’, diluindo sua eficácia enquanto ciência e enquanto instrumento de análise e transformação da realidade” (EGLER, 1983, p. 75). Nem tudo na tradição podia ser negado, sob pena de perder a identidade da própria Geografia, porque “*A geografia nasceu como ‘ciência do território’, entendendo o território como a porção da superfície da Terra sujeita à apropriação pelas formações sócio-econômicas nos diferentes estágios de desenvolvimento*” (EGLER, 1983, p. 75, grifos nossos).

Em todo o desenvolvimento histórico da Geografia, sua relação com o capitalismo permeou as formas de sua constituição mútua; “Sua maturidade enquanto ciência ocorreu durante o século XIX, quando o capitalismo consolida as fronteiras nacionais e procura identificar os limites do Estado-Nação com os do território sob dominação da burguesia mercantil e industrial” (EGLER, 1983, p. 75). Nesse contexto se delineou um dos traços característicos do saber geográfico como saber estratégico a instrumentalizar ações sobre o território em relação à nação e ao Estado: “Sob a expansão imperialista, *a geografia assumiu papel importante enquanto instrumento dos monopólios na partilha territorial do globo*” (EGLER, 1983, p. 75, grifos nossos). O território aparece, então, como um elemento identitário na história de constituição da Geografia e do pensamento geográfico.

Parte significativa da produção teórica em Geografia sobre do território se fez no âmbito da Geografia Política ou na Geopolítica¹⁵. E a Geografia Humana brasileira, fortemente influenciada pela geografia regional francesa, não pôs o território em primeiro plano na reflexão, como objeto privilegiado de estudo, até a segunda metade do século XX. Na apreciação crítica de Egler à Geografia nova destaca-se também o momento histórico da ruptura dos estudos acerca do território e a emergência do espaço.

Após a Segunda Guerra, a reestruturação econômica mundial sob a hegemonia norte-americana levanta a bandeira da descolonização e, das cinzas do conflito e com a marca do passado colonial, emerge um mundo pulverizado em nações, na maioria das quais o poder político é dócil para com os interesses das grandes corporações multinacionais. *Neste quadro, a geografia rompe com a tradição de análise do território para lançar-se na arquitetura do espaço; e se no primeiro momento se volta para a modelização e a quantificação para construir um paradigma de análise, a*

¹⁵ Na Geografia Humana, na versão francesa, foram poucos os autores que destacaram o território. Esse conceito foi historicamente tematizado na Geografia Política e na Geopolítica. O fato de ser abordado na Geografia Humana brasileira, além da Geografia Política, confere uma singularidade ao pensamento geográfico brasileiro somente comparável ao italiano, no qual o território teve acentuada importância, conforme se pode verificar em Dematteis (2005) e Saquet (2007).

seguir busca na dialética e na “especialização” dos fatos políticos e sociais um instrumental que restitua sua identidade como ciência. (EGLER, 1983, p. 74-75, grifos nossos)

Nesse contexto é a Geografia teórica e quantitativa que, primeiramente, imprime novos rumos à análise geográfica lançando a ideia da Geografia como uma ciência espacial, buscando uma teoria geográfica acerca do espaço e, por conseguinte, refutando a descrição e a observação empíricas como procedimentos metodológicos válidos cientificamente. Desse modo, a Geografia teórica e quantitativa antecedeu a Geografia nova no que se refere às rupturas com a tradição geográfica. Apesar das distinções entre essas duas “geografias”, o alvo da crítica é a Geografia nova por que

procura, com um discurso aparentemente radical, tornar-se distinta e independente da análise espacial levada a efeito pelos escritórios e planejamento das empresas transnacionais e dos estados-maiores dos países capitalistas. Alegando isenção, ou mesmo vinculação com as classes dominadas, a “Geografia Crítica” não percebe que a estratégia espacial dos conglomerados econômicos possui uma nítida manifestação territorial. (EGLER, 1983, p. 76, grifos nossos)

O discurso da Geografia nova expressava certa ingenuidade e, voluntária ou involuntariamente, resultaram num afastamento “da análise das políticas territoriais das grandes empresas e do Estado, renunciando a participar do controle sobre o progresso técnico dos instrumentos de análise e processamento de informações [...]” (EGLER, 1983, p. 76). Ademais, na história da constituição da Geografia brasileira duas foram as matrizes básicas: a tradição acadêmica, de origem francesa, que foi instituída na Universidade de São Paulo, na década de 1930; e a vertente que se originou com a criação do Conselho Nacional de Geografia, que procurou oferecer uma “base científica à política territorial do Estado Nacional que emerge com a Revolução de 1930” (EGLER, 1983, p. 77). A história dessas duas matrizes, a partir daquelas respectivas instituições, mostrava em parte, no início da década de 1980, em que direção havia se desdobrado a tradição geográfica brasileira e seus impasses, sobre os quais Egler chamava a atenção da Geografia nova.

Hoje a USP constitui apenas mais uma escola de Geografia, com um bom número delas que existe no país. O IBGE reduziu o C.N.G. à Superintendência de Estudos Geográficos, cuja produção resume-se a algumas coletâneas de textos e ajustes esporádicos na divisão regional para fins censitários ou para a apuração de indicadores sócio-econômicos. O IBGE transformou-se em uma máquina de produzir estatísticas e a política territorial é hoje administrada diretamente por órgãos ligados à chamada Segurança Nacional. É o serviço Nacional de Informação, o GETAT, o GEBAN e o recém-criado Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, cuja função principal é a de implementar linhas programáticas de ação territorial definidas nos gabinetes fechados de Brasília. (EGLER, 1983, p. 77)

A avaliação crítica de Egler se estendeu, portanto, da Geografia nova à história do pensamento geográfico moderno, ao mesmo tempo em que avaliava a situação da Geografia brasileira na década de 1980. Todavia, é uma crítica que conclama os geógrafos brasileiros a intervir no cenário nacional. Se a expansão da formação acadêmica de geógrafos, no Brasil, era um fato incontestável, a ausência de um fórum ou espaço de debate no qual os geógrafos pudessem intervir nos rumos da política territorial do Estado brasileiro também era incontestável.

Naquele momento, após dezoito anos de ditadura militar e seus desdobramentos na economia brasileira, havia chegado a ocasião para se debater sobre as “perspectivas futuras de desenvolvimento da economia brasileira”, tal como vislumbrava Egler (1983, p.78). Tais perspectivas não podiam ser desvinculadas de uma “política territorial do Estado” brasileiro, na qual cabia aos geógrafos importante papel e tarefa.

Cabe aos geógrafos participação ativa na formulação desta nova linha de ação territorial, seja na definição das políticas de povoamento, exploração de recursos minerais e florestais ou de desenvolvimento urbano e regional. É fundamental que os geógrafos procurem influir, através de todos os mecanismos possíveis, na busca de diretrizes alternativas que privilegiem a justiça social e a preservação do meio ambiente. (EGLER, 1983, p. 78)

Estava, portanto, lançado o desafio aos geógrafos brasileiros. Mas outras vezes dissonantes fizeram críticas à Geografia renovada. Uma delas atacava frontalmente o que havia se tornado o primado do espaço na Geografia crítica, a “espaciologia”. Termo mencionado por Egler (1983), mas que foi mais bem desenvolvido no âmbito da crítica de Souza (1988). Para Souza, o espaço social era uma categoria conhecida no campo das Ciências Humanas, dentre elas na Geografia Humana e na Sociologia, mas não havia sido tão destacada como naquelas décadas finais do século XX. Sua valorização recaí, sobretudo, no uso que dela os geógrafos passaram a fazer, constituindo uma “corrente espacialógica”.

A “corrente” espacialógica, na verdade, consiste no alçamento a um plano epistemológico (fundação de uma nova ciência) da *proposição de autonomia do Espaço perante as relações sociais*, a qual é prenhe de equívocos, da parte dos espacialólogos e seus interlocutores, sobre a questão da natureza da totalidade social concreta onde se inscreve o Espaço. (SOUZA, 1988, p. 22, grifos do autor)

A objeção de Souza dirigiu-se à “matriz lógica e ontológica do saber espacialógico”, isto é, ao primado do espaço como sujeito ou instância da sociedade, cuja autonomia a ele conferida no plano do discurso espacialógico deixava entrever a falta de fundamento epistemológico e ontológico. Nessa objeção, Souza fez ressalvas de modo a que não se pensasse haver um “bloco homogêneo” de espacialólogos e nesse sentido distinguiu especificidades entre, por exemplo, Milton Santos e Henri Lefebvre.

Milton centralmente interessado em, na esteira de um prestigiamento do Espaço, vendo-o como uma *quarta instância* da Sociedade (ao lado da econômica, da política-institucional e da cultural-ideológica), assegurar um lugar para a Geografia entre as ciências humana; Lefebvre, com uma posição mais sutil e complexa, [...], de sua parte mostra-se menos referenciado por horizontes disciplinares. (SOUZA, 1988, p. 23, grifos do autor)

Apesar das objeções endereçadas à espaciologia, Souza (1988, p. 23) não deixou de reconhecer a importâncias de seus resultados: “A crítica que dirijo à Espaciologia é uma *crítica de contexto*. Não se trata de questionar *indiscriminadamente* a validade e a importância dos resultados que, sob o seu signo, têm sido obtidos no terreno da reflexão teórica sobre o papel do Espaço junto à dinâmica global da Sociedade [...]”. Não sendo uma crítica dos resultados dessa corrente, Souza (1988, p. 24) se dirigia “a abrangente problemática do caminho tortuoso por meio do qual eles têm sido obtidos”. Foi, então, nos “meios”, no “caminho tortuoso”, prisioneiro da lógica conjuntista-identitária, que a validade da crítica mostrou a necessidade de sua contundência. Amparado na filosofia de Castoriadis, mais precisamente na crítica desse filósofo à lógica e à ontologia tradicionais, Souza questionou o primado do espaço na Geografia renovada¹⁶.

Ao identificar no discurso espaciológico a lógica identitária-conjuntista, Souza questionou a concepção do espaço como “palco” e “ator” do acontecer social, por entender que essa é uma suposta autonomia ontológica do espaço que só encontra amparo naquela lógica. O impasse a que essa lógica conduz é o de confundir espaço com a sociedade ou de separá-los como dois entes autônomos. A valorização, por meio da autonomização, dessas duas categorias impede que se conceba a “dialética sócio-espacial” tal como ela é: “A dialética sócio-espacial é, enfim, somente um componente da dinâmica de todo o *Social-concreto*. Apartá-la de algum modo deste contexto, e é isso que sempre acontece ao se concebê-la segundo um projeto autonomizador, implica em esterilizá-la, formalizá-la” (SOUZA, 1988, p. 26, grifos do autor).

Para esse geógrafo, a lógica conjuntista-identitária fragmenta o todo social, desmembra espaço e sociedade e em seguida confere-lhes dinâmicas externas: ora como objetos, ora autonomizando o espaço como sujeito da sociedade. Desse modo, a totalidade é

¹⁶ A despeito da validade da crítica, Souza acreditava que ao criticar a “espaciologia”, a ontologia e a epistemologia que lhe serviam de fundamento, ele próprio se situava num lugar à parte da lógica conjuntista-identitária. A crítica aos meios, mas a legitimidade dos fins ou resultados dos estudos acerca do espaço manteve a crítica mais nos liames da retórica do que numa direção propositiva. A linha de desenvolvimento de sua produção teórica, posterior a esse texto de 1988, não incorporou o núcleo central da *filosofia da criação humana*, tampouco, uma teoria social fundada no imaginário, apesar de empregar algumas noções – como por exemplo, heteronomia e autonomia – da terminologia do pensamento de Castoriadis. Veremos, como no seu texto de 1995, Souza empregou a terminologia citada, mas manteve a crítica às concepções de território no âmbito da concepção marxista acerca da crítica ideológica.

fragmentada em compartimentos, as instâncias, resultando num formalismo que impede a compreensão da complexidade do social, isto é, que ele “seja efetivamente concebido como um complexo inteiro de agentes, movimentos, significações e ‘materiais’”, tal como objeta Souza (1988, p. 28). Ao refutar a autonomia do espaço, Souza refutou frontalmente a “dialética sócio-espacial”, tal como a concebiam os espaciólogos (Milton Santos, Henri Lefebvre e Edward Soja, dentre outros) que nomina em seu polêmico artigo à época.

É lastimável ver espaciólogos e alguns de seus interlocutores, divergências à parte, insistirem para que se acrescente, à atual lista de instâncias ou correlatos, mais uma, a *espacial*, o que se legitimaria em função de sua “autonomia relativa” perante os processos sociais, expressa através da dialética sócio-espacial (é bem verdade que o próprio Edward Soja, em seu principal ensaio, rejeita a ideia da “estrutura separa”, com leis próprias, mas, no final das contas, a sua percepção de uma “homologia dialética entre as estruturas espacial e social do modo de produção”, com o sentido de que os conflitos estruturais e as lutas de classe são homólogos aos conflitos e desigualdades “espaciais”, se faz por vias plenas de autonomizações ontológicas, na medida em que adota o marxismo como referencial). Embriagadas pelo caldo de cultura capitalístico, espaciólogos e interlocutores, longe de prestigiarem o Espaço nos marcos de um pensamento crítico, valorizam-no em bases falsas, a reboque de uma incompreensão do que seja o domínio social-histórico. (SOUZA, 1988, p. 38)

Souza questionava desse modo a autonomia ontológica e epistemológica do espaço e, portanto, seu estatuto epistemológico como objeto privilegiado da Geografia de modo a legitimá-la no interior das Ciências Humanas, tal como objetava acerca da posição de Milton Santos. Desse modo, Souza (1988, p. 39, grifos do autor) concebia o espaço “apenas como paciente da história (*note-se bem*, ainda que um paciente muito especial, cuja materialidade condiciona decisivamente os agentes)”. Portanto, o homem concebido como o único agente histórico, ao qual se pode atribuir uma ação transformadora.

V.3.3. Os descaminhos da renovação e o retorno do excluído

Outras vozes dissonantes também se fizeram presentes ao longo dos desdobramentos do Movimento de Renovação. Tomo-as a partir do “olhar retrospectivo” que dele têm alguns de seus protagonistas, sob a forma de depoimentos, mais de vinte anos após o emblemático evento de 1978, na cidade de Fortaleza. Além da ausência de consenso sobre a Geografia crítica ou nova também não houve consenso no que se refere ao primado do espaço como objeto de estudo da Geografia, sobretudo, no âmbito da Geografia Humana. Na qual os embates, não raro, eram contundentes em quaisquer que fossem as posições. Essa é uma das

vias pelas quais pode-se perceber a emergência, quase silenciosa, de estudos e reflexões acerca do território em meio à hegemonia do espaço¹⁷.

O estudo de Silva (1984) possibilita, em grande parte, constatar essa afirmação, pois, ao avaliar a renovação geográfica no Brasil, tornou público um esmerado estudo da produção geográfica brasileira, cobrindo o período de 1976 a 1983, tendo por critério a importância dessa produção na construção da teoria para a Geografia renovada. Quanto à “presença das categorias na linguagem”, o levantamento de Silva identificou e demonstrou a liderança, em termos absolutos e percentuais, da categoria espaço. Bem abaixo de paisagem, forma espacial, lugar, formação espacial, região, área, organização espacial, espaço social, espaço nacional, espaço produzido, localização, descentralização e meio, aparecem as categorias formação territorial, território e domínio territorial.

Em que pese a disponibilidade atual de procedimentos de pesquisa para a realização de levantamentos dessa natureza, é inegável a relevância desse estudo de Silva como fonte histórica para a compreensão do pensamento geográfico brasileiro no curso da renovação. Há que se destacar que o levantamento apresentado é precedido de avaliações, sob a forma de resenhas, das obras produzidas no período estudado. Além disso, as suas conclusões destacam o predomínio da terminologia do marxismo naquela produção.

As categorias mais utilizadas pelos geógrafos críticos e radicais em sua linguagem (até cinco ocorrências) – nesta amostra – são as seguintes: sociedade, classes sociais, homem, forças produtivas, trabalho, prática, urbanização, práxis, valor, valor do espaço, forma, processo, relação, determinação, movimento, objeto, teoria, ideologia, linguagem, método, real, totalidade, natureza, espaço, espaço geográfico, arranjo espacial, paisagem, forma espacial, lugar, formação econômico-social, modo de produção, capitalismo, produção, formação social, mercadoria, país subdesenvolvido, função, capital e Estado-Nação. (SILVA, 1984, p. 132)

Outras vertentes filosóficas ou políticas apareceram também no estudo em questão: liberalismo, positivismo e neopositivismo, funcionalismo, estruturalismo, naturalismo e existencialismo. Mas “a situação do discurso crítico radical é, então, a de uma frente ideológica polarizada pelas categorias do materialismo histórico e dialético”, conclui Silva (1984, p. 133). O estudo lembra ainda que “grande parte dessas categorias são ainda utilizadas apenas como *forma de definir uma linguagem*, mais própria dos geógrafos humanos do que dos geógrafos físicos, apesar da maior preocupação com o objeto do que com o sujeito”

¹⁷ Em relação ao espaço, o território não ocupou mais que uma página em *Por uma geografia nova* (1978). Em *Economia espacial: críticas e alternativas*, a primeira edição brasileira é de 1979, publicada pela Hucitec, o espaço ocupa o lugar central da análise. Em *Metamorfoses do espaço habitado*, de 1988b, aparece em não mais de uma página a noção de “configuração territorial. Na década de 1980, portanto, as análises acerca do território foram adquirindo uma posição menos marginal em relação ao espaço, até um destaque mais acentuado na década de 1990, não só nas obras mais elaboradas como também nos artigos de intervenção, conforme se verifica pela presença de Milton Santos na mídia brasileira (1997, 2002).

(SILVA, 1984, p. 133). Vejamos alguns dos deslocamentos, numa outra via de análise que não a do primado do espaço, que se pode identificar no curso da renovação do final da década de 1990 ao início do século XXI.

Houve outras formas de “retorno” do território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. Numa avaliação crítica e autocrítica de sua posição no Movimento de Renovação, Oliveira (1999, p. 26) comentou como foi sua adesão à renovação e a forma como rompeu com alguns pressupostos da Geografia crítica¹⁸. Sua tese de doutorado, defendida em maio de 1978, é considerada um marco da ruptura na Universidade de São Paulo (USP), pois apontava no sentido de uma abordagem dialética marxista. No encontro de um grupo de geógrafos com Milton Santos, na casa dele, Oliveira diz ter expressado sua discordância da concepção de que o espaço era uma instância, atribuindo essa concepção de espaço à influência de Althusser na obra de Santos.

[...] estabeleci os princípios filosóficos e metodológicos que iria seguir e não tinha porque fazer a mesma coisa no ponto de vista teórico porque entendo que a herança do marxismo são instrumentos teóricos que nós devemos incorporar e não “camisa de força”. Era com esse tipo de pensamento que eu estabeleci uma ruptura no plano filosófico e, portanto, metodológico, de que a dialética seria o caminho que iria seguir. A teoria eu iria tomar de Marx, tudo aquilo que fosse suficiente para explicar o mundo, mas também não teria nenhum problema incorporar novas concepções teóricas, evidente que no campo do marxismo, pois tinha feito essa opção já no doutorado. (OLIVEIRA, 1999, p. 26-27)

Nesse relato, seu texto *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética* é expressivo da ruptura que teria ocorrido. Com esse texto Oliveira visava demarcar sua postura teórica e metodológica em relação ao marxismo e sua ruptura com a tendência de privilegiar o espaço como objeto de estudo da Geografia. A percepção do impasse epistemológico a que conduzia uma ontologia do espaço, nos termos propostos pela Geografia crítica, teria suscitado uma posição que viria a reconstituir a relevância do território para o pensamento geográfico.

[...] já nesse momento [início da década de 1990] eu passo a trabalhar com a ruptura do ponto de vista do objeto. Eu abandono a ideia, embora [...] possa encontrar nos meus textos, o espaço, abandono a ideia de espaço e me coloco como projeto para construir, [...], elegi idealmente no começo o território, e vou investir na construção desse instrumental, de pensar esse objeto território que tinha uma implicação, primeiro de recuperar a geografia política e a geopolítica como produção científica da geografia, [...] e, como passo a admitir que geografia era uma ciência social [...]. (OLIVEIRA, 1999, p. 43)

O território aparece como uma categoria de análise que possibilita compreender a acumulação capitalista em relação às formas de reprodução da agricultura camponesa, pois o

¹⁸ Entrevista de Ariovaldo Umbelino de Oliveira a Scarim, em 20 de agosto de 1999.

capital agiria monopolizando territórios, num processo de territorialização do capital na agricultura que se diferencia da espacialização da luta pela terra no campo. Dessa forma, territorialização do capital e espacialização da luta pela terra constituem dois conceitos necessários à compreensão do espaço agrário brasileiro. Ao final da década de 1990, Oliveira ressaltava seus esforços no sentido de continuar nessa via teórica e metodológica.

até hoje não está claramente formulada uma concepção teórica do território como objeto da geografia. Até hoje isso não foi uma coisa feita [...]. [...] na minha aula de titular reforço esses dois processos da agricultura que eu chamo de *monopolização do território e territorialização do monopólio*, que já é um esforço de não mais trabalhar exclusivamente com as categorias específicas do marxismo, mas começar a pensar na construção de um conjunto de noções da geografia que tem dentro dela essa concepção embutida, mas é uma tarefa de gerações [...]. (OLIVEIRA, 1999, p. 44)

Esse projeto intelectual foi literalmente assumido por um de seus orientandos, Fernandes, sobre o qual Oliveira teve forte influência, mas que desdobraria sua reflexão numa frente de militância política e teórica que viria a redimensionar o estatuto do território no pensamento geográfico contemporâneo, por meio da Geografia agrária¹⁹.

Ao longo do percurso de constituição do Movimento de Renovação, temas como a relação homem-natureza, versão reformulada da relação homem-meio no sentido clássico, também se interpuseram entre a renovação e a tradição, podendo se conciliar com o espaço ou o território, ou com ambos simultaneamente. Um dos protagonistas da Geografia renovada, Gonçalves merece destaque pela posição que ocupa no pensamento geográfico contemporâneo. Sua trajetória pessoal e intelectual o aproximou da “questão ambiental” num momento em que as discussões na Geografia circulavam em torno da questão do espaço como objeto de estudo e do marxismo como referência teórica e metodológica da renovação. Momento em que também se acentuava a divergência entre a Geografia Humana e a Geografia Física. No relato de Gonçalves (1999, p. 75)²⁰: Eu desde o início me envolvo com a questão ambiental, valorizo-a, coisa que eu acho que a esquerda recusa, tem dificuldade de tratar, trata de maneira secundária [...]”.

O interesse de Gonçalves pela questão ambiental surgiu, inicialmente, numa situação de ensino suscitada pelos alunos que lhe pediram para elaborar um parecer técnico em favor dos pescadores contra a dragagem da Lagoa Feia, no limite entre Campos e Macaé, no Rio de Janeiro. Esse fato e a descoberta da “funcionalidade estratégica” da Geografia, juntamente com sua militância política e as leituras de obras marxistas, a descoberta da luta de classes e

¹⁹ Fernandes faz parte da primeira geração de geógrafos que herdou o legado do Movimento de Renovação, e qual foi fortemente influenciado pelas temáticas e referências teóricas e metodológicas, desdobrando-as em proposições originais, como veremos no capítulo VI.

²⁰ Entrevista de Carlos Walter Porto Gonçalves a Scarim, em 27 de agosto de 1999.

da ideologia desdobrou-se num interesse pela questão da relação homem-natureza: “Eu entro no debate dessa questão pelo lado dos trabalhadores percebendo como essa questão podia ser uma questão que ajudava no sentido da justiça social”, relata Gonçalves (1999, p.77).

O temário geográfico da renovação vinculava-se à questão da justiça social, da transformação social e da cidadania. Na Geografia brasileira, no auge da renovação, esse último tema teria sido em grande parte posto e estudado por Santos²¹, numa relação direta com a sua formação intelectual, tal como o percebe Gonçalves (1999, p. 81-82): “[...] eu acho que o Milton levantou para a Geografia por que ele não era formado em Geografia. Esta questão da Geografia com a cidadania, essa Geografia com a questão do direito, ele é formado em direito”. Essa percepção dos processos formativos em relação com um pensamento geográfico e uma teoria geográfica está no cerne da compreensão de Gonçalves acerca do que foi o Movimento de Renovação e dos temas que alimentaram o debate nas décadas de 1989-90.

A preocupação, seja com a cidadania ou com a transformação e justiça social, conduzia a uma reflexão sobre o papel do homem na Sociedade e, por conseguinte, na Geografia, que não encontrava respaldo teórico no “homem demográfico” dos estudos de população. Com a introdução do marxismo na Geografia, a noção de classes sociais e de luta de classes apresentava possibilidades de se pensar o homem como ser social para além da demografia. Mas também nas vertentes que o marxismo assumiu, podiam se encontrar ênfases distintas, segundo Gonçalves, seja nas relações de produção, acentuando mais a dimensão política; seja nas forças produtivas, acentuando mais a dimensão econômica. A ênfase numa ou outra dessas vertentes desdobrou-se em perspectivas diferentes, mas não necessariamente divergentes na Geografia, quanto à abordagem do espaço e do território.

Talvez tenha que raciocinar assim, pode ser que alguma vertente da Geografia vá valorizar muito mais a questão das forças produtivas. Mas também, você vai entender um pouco minha origem no Trotsky, nos trotskistas que vão pegar a questão da política, então [...], é como se você tivesse dois marxistas, o marxismo das forças produtivas, mais economistas, o marxismo das relações de produção. E acho que vai dar duas Geografias distintas, uma Geografia que vai privilegiar o espaço como categoria da Geografia, que vai pegar, não é a toa que o Milton vai ser o principal protagonista dessa tendência, que vai privilegiar a questão da técnica como uma questão central, e o marxismo das relações de produção, que vai privilegiar a categoria território. Acho que esta é a grande distinção. (GONÇALVES, 1999, p. 84, grifos nossos)

Jamais saberemos de todas as motivações que conferiram sentido à reabilitação do território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, mas podemos saber de

²¹ Ver: *O espaço do cidadão* (1. ed. 1987) , *A formação do geógrafo no terceiro mundo* (1. ed. 1978).

algumas delas. E desse modo, “localizar” e “mapear” tais motivações por meio das experiências e da memória que delas têm os geógrafos brasileiros que nos são contemporâneos, seja por meio de seus depoimentos ou mediante a compreensão da “proposição de mundo” que se encontra em suas obras escritas.

Vimos como Oliveira fez sua “ruptura” com o Movimento de Renovação e como esse deslocamento resultou numa Geografia Agrária fundamentada na dialética marxista. Vejamos como outros dos protagonistas da renovação geográfica fizeram o deslocamento da ênfase do espaço ao território. Costa, juntamente com Moraes, protagonizaram essa renovação, no Brasil, e ambos tinham um projeto teórico em comum, prevendo até mesmo publicações em parceria na sequência do livro: *A valorização do espaço*. Tal projeto não se efetivou por meio da parceria, mas individualmente, de certo modo. Costa, apesar, da formação assentada na “geografia regional francesa”, desenvolveu estudos e pesquisas no âmbito da Geografia Política, nela encontrando um campo fecundo de reflexões acerca do território, do espaço e de fronteira. Moraes, apesar da mesma formação, desenvolveu estudos e pesquisas acerca da história do pensamento geográfico, de teoria e método em Geografia, de história da Geografia e de Geografia histórica. Nessas frentes de atuação constata-se a presença acentuada do conceito de território. Vejamos, portanto, a trajetória desses dois geógrafos em relação ao “encontro” com o território.

O geógrafo sempre é um apaixonado muito grande, pelo seu lugar e pelo olhar que ele desenvolve sobre as diferentes escalas. E, nesse ponto, para concluir essa primeira aproximação, vem daí, também, a minha tendência de valorizar o território mesmo. Porque o território é uma forma de você humanizar a região. O território nada mais é que a humanização da região, do lugar e do espaço. O espaço é uma categoria analítica, uma categoria válida para você tentar refinar os encadeamentos que você tem em mente [...]. (COSTA, 2007, p. 7)

Essa “valorização” do território se configurou na relação também afetiva com a Geografia, tal como Costa significa sua formação intelectual e pessoal. Todavia, os desdobramentos, primeiro da Geografia teórica e segundo da Geografia crítica, apontavam a saturação dos conceitos de região e de espaço. O território os reabilitava e validava numa outra configuração teórica, daí a predileção pela Geografia Política.

Eu posso dizer que eu fui um dos brasileiros, geógrafos brasileiros, que redescobriu a Geografia Política. [...]. Mas por que eu descobri? Tinha esse olhar para a política nacional, eu tinha esse olhar com a nossa história, com o nosso futuro e esse ardor que eu tenho, essa compulsão de querer sempre estar metido nas coisas, de fazer alguma coisa pelo país [...]. (COSTA, 2007, p. 30, grifos nossos)

Mas além desse “olhar para política nacional”, havia também outra motivação e a identificação de características na Geografia Política que possibilitaram a Costa permanecer e

refletir no âmbito da Geografia, mesmo com o esgotamento do ímpeto teórico provocado pelo Movimento de Renovação. Desse modo, há uma explicação da opção pela Geografia Política, que se pretende coerente.

A Geografia Política é o campo de reflexões que te permite incorporar todos os conhecimentos particulares da Geografia e dá um sentido, um sentido de futuro para a Geografia. Você não fica naquela pasmaceira de ficar contando as coisas como elas são. [...] a Geografia Política, por obrigatoriamente trabalhar com o movimento, com o conflito, com as tensões, as flexões, os acordos, de ver o território em movimento, como produto de ação política, e não econômico propriamente dito, dá um colorido novo. Então, o território ganha sentido. Por que o território o que é? É o espaço politicamente dominado. (COSTA, 2007, p. 30, grifos nossos)

Numa linha de argumentação e por motivos diferentes dos de Costa, Moraes explicou porque não considerava o espaço como o objeto de estudo da Geografia.

Em minha opinião [...] o espaço não é objeto de nada. Ciência Social estuda a sociedade nas suas várias relações e a Geografia estuda a relação da sociedade com o espaço. Ou seja, é a relação que é o objeto, não o espaço. Penso que este seja um tema central, o cerne da questão. [...] uma série de pessoas mantém a ideia do objeto como espaço e vão trabalhá-lo como se fosse sinônimo de superfície da Terra, voltando, portanto, a uma visão muito próxima, no meu entender, da visão tradicional do objeto. (MORAES, 1999, p. 148, grifos nossos)

Ainda nesse depoimento, Moraes (1999) relata sua trajetória ao longo da renovação geográfica, porque inicialmente se ocupou com a categoria trabalho e relações de produção, mas ao perceber que a análise deveria ser política, e não econômica, começou a declinar da abordagem marxista economicista e da influência da Geografia econômica. Desde então, passou a se preocupar com a política e a cultura. O texto emblemático dessa “ruptura”, ou seja, dessa mudança de postura foi *Historicidade, consciência e construção do espaço*, apresentado no Encontro da UGI, no Rio de Janeiro, em 1982. Esse texto foi “a espinha dorsal” do livro: *Ideologias geográficas*, que “[...] salvo um pouco de megalomania ou de egocentrismo meu, talvez seja o primeiro a colocar com clareza essa demarcação: a questão da representação, a questão da consciência”, declarou Moraes (1999, p.148). A motivação subjacente à elaboração desse livro era a de que “se podia discutir cultura a partir do marxismo (Gramsci e Lukács) e não na fenomenologia”, conforme explicou (MORAES, 1999, p. 148). Sua tese de doutorado, na Geografia, fundamentada na História, visa compor uma interpretação geográfica do Brasil.

Ao optar por uma reflexão que prioriza o aspecto político, Moraes foi paulatinamente enfatizando o território em sua produção teórica. Ao optar por uma concepção de História numa das vertentes do marxismo, promoveu o cruzamento entre território e História como núcleo central de sua definição da Geografia Humana como uma “história territorial”.

Em meados da década de 1990, presenciamos grandes transformações no campo social-histórico, cuja importância e desdobramentos foram manifestados nas discussões e teorias oriundas das Ciências Sociais. E nelas, um conceito até então considerado próprio da Geografia assumiu significativa relevância. No Brasil, um grupo de geógrafos, liderados por Milton Santos juntamente com seus colaboradores, promoveu um grande evento cuja temática apareceu com título de Território, globalização e fragmentação. O texto a seguir foi apresentado na conferência de abertura do evento e se tornou emblemático pelas proposições que apresentou. Em *O retorno do território*, Santos (1994, p. 15, grifos nossos) afirma:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existencial individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

O que Santos anunciou foi o retorno de um conceito, o território, cuja relevância estava sendo reabilitada à época, e sua presença no pensamento geográfico contemporâneo se apresentava em plena vigor e ascensão. Seu retorno inaugura um novo momento das reflexões e concepções no campo das Ciências Sociais porque ele havia se tornado um tema privilegiado da atenção da política e da economia global. Desse modo, retornou para não ser mais o mesmo: aquele apêndice do poder, base física do Estado nacional. Conjugado a outras significações, o território foi conclamado, como categoria de análise, a dar conta das relações entre técnica, economia e desenvolvimento; das relações entre nação, cultura, identidade e diferenças; das relações entre economia, globalização e migrações; das relações entre Estado, política, globalização e economia nacional. A proposição de Santos põe uma questão que diz respeito à tradição de uma determinada forma de pensar o território, na acepção jurídico-política, vinculada ao Estado-nacional, o Estado territorial.

O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 1994, p. 15).

Tanto o evento quanto esse texto da conferência de abertura pode ser mais bem compreendido como uma iniciativa que revela como Milton Santos concebia a intervenção

política de um intelectual. Arroyo (2008, p. 102) mostra alguns aspectos históricos desse evento e de seu significado político²².

E eu digo que *O novo mapa do mundo* foi importante porque [...] teve um contexto do Brasil, na América Latina, no qual o discurso único começava a registrar aquele discurso neoliberal de que temos que pertencer ao “primeiro mundo”, de que a globalização veio para que todos possam, agora sim, entrar no “primeiro mundo”, então aquele discurso estava sendo gestado e estava sendo aplaudido pelos estados políticos, jornalísticos, e nos outros países, no Brasil também. [...]. Então o professor Milton junto com outros intelectuais aqui estava fazendo a crítica, mas provavelmente sem serem ouvidos, inclusive dentro da universidade. Então por que foi importante *O novo mapa do mundo*? Porque ele foi um evento que conseguiu trazer as discussões, as transformações efetivas que estavam experimentando no mundo, mas de uma forma crítica [...].

Ademais, esse texto expressa uma “proposta histórica e política”. Milton Santos tinha uma “grande exigência” ao preparar esse texto porque visava uma intervenção política, ao questionar o “pensamento único” e suscitar um debate teórico. Segundo Arroyo (2008, p. 104), Santos estava dizendo que “na Geografia temos um precioso conceito que ajuda a discutir essa conjuntura, ajuda a contestar essa conjuntura que estamos vivendo”. E este é o chamado. É um conceito que ele recupera para chamar a atenção à Geografia, primeiro, e ao resto das Ciências Sociais [...]”.

Milton Santos não teria começado a utilizar o conceito de território a partir da década de 1990, mais precisamente 1993. Pelo contrário, “embora seu conceito central seja o espaço geográfico, ele nunca deixou de contemplar a escala nacional [...]. [...] nas suas análises, nas suas críticas nunca deixou de configurar a escala nacional” na interpretação de Arroyo (2008, p. 104). Com efeito, o conceito de território sempre esteve presente numa ou noutra obra de Santos, mas não com a mesma ênfase que assumiu a partir da década de 1990, sob uma dupla forma de intervenção: reabilitando o conceito de território em relação com o Estado, daí a frente crítica ao “país distorcido” (o Brasil), ao neoliberalismo e à globalização; e em relação à ciência geográfica, ao reabilitar o conceito de território, conferir à Geografia legitimidade e prestígio teórico perante as outras Ciências Sociais.

O que fez com que o Território perdesse essa posição historicamente instituída? Podemos formular duas hipóteses sobre essa descentralidade do território: uma diz respeito às transformações pelas quais passou o Estado, desde o século XVI até as últimas décadas do século XX, quando foi profundamente reavaliado, minimizado no plano econômico e político; e, a outra, diz respeito ao fenômeno da globalização. Essas transformações se fizeram presentes em todas as dimensões da vida social, histórica, política e cultural; processos

²² Entrevista realizada pela autora com Mônica Arroyo, em 11 de dezembro de 2008. Ver essa entrevista na íntegra no Volume II.

interdependentes mutuamente se condicionaram, sem que se possa isolar uma de suas determinações, a evidenciar a crise do Estado nacional moderno. Não obstante o sentido e a importância dessas transformações, na redefinição do Estado, da política, da economia e da cultura, o Território passou a constituir-se num dos conceitos mais empregados nas Ciências Sociais e Humanas, como também na Ciência do Direito e na Filosofia. No pensamento geográfico esteve por muito tempo marginalizado em relação aos conceitos de região e espaço, ficando, quando muito, circunscrito à Geografia Política ou à Geopolítica. Conceito chamado a dar conta das práticas e relações socioespaciais das sociedades, ou se preferirmos, das territorializações das relações sociais.

Desde as últimas décadas do século XX, até o presente momento, os geógrafos brasileiros têm se dedicado a elucidar, com maior ênfase, a complexidade das sociedades contemporâneas por meio do território, de suas relações com o espaço e o tempo. O conceito de território é parte da tradição e da identidade da Geografia. Justamente, no final do século passado, quando se decretava o “fim” da história, das utopias e do socialismo, dos estados-nacionais e territoriais modernos, do território, pôde-se vislumbrar seu “retorno” nas análises e teorias geográficas²³.

V.4. O jogo das interações: concepção histórica do espaço e geográfica do tempo.

Além de Moraes (1996, 2000, 2002), Santos se aproximou da História incorporando em suas reflexões a dimensão temporal à espacial. Esses dois geógrafos brasileiros desdobraram suas proposições acerca do território e do espaço num diálogo com o historicismo marxista, ainda que em vertentes distintas de marxismo. É neste sentido que encontramos um esforço de análise e de periodização que permite compreender a sociedade brasileira por meio do território “território usado”.

Nosso propósito aqui é apresentar a sucessão de meios geográficos no Brasil. Assim, ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, *grosso modo*, ser identificados: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20)

A noção de duração, de tempo longo e de sucessão dos meios remete à concepção de “longa duração” de Braudel e à concepção de espaço que lhe é correlata. Não há referências, em Santos e Silveira (2001), à passagem dialética de um meio a outro, tampouco uma

²³ Sobre atitude crítica e rigor teórico, consultar Haesbaert (2004), contra o “mito da desterritorialização” e a apologia do “fim” do território.

explicação da coexistência dos distintos meios numa mesma época. Quando essa coexistência aparece é porque há uma expansão, um desenvolvimento desigual da técnica pelo território. Todavia, há que se considerar a importância dessa obra no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, sobretudo, pela intenção que a animava²⁴:

[...] eu acho que ele [o livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*] teve um papel de introduzir um debate e de mostrar a operacionalidade de uma proposta teórica. Estou cansada de ouvir e você também, se fala muito que a teoria do Milton é interessante, mas não é aplicável. Eu acho que é uma falta de entendimento da teoria, porque ela contém um método. Isso me parece que ficou claro no livro porque quando a gente fala da técnica como conteúdo institucional e normativo do espaço, está fazendo uma proposta de método, isto pode ser dito, isto pode ser aplicado no Brasil. *É esta ideia de fazer “falar a nação pelo território”*. (SILVEIRA, 2008, p. 67, grifos nossos)

A despeito das críticas que se pode fazer à história imóvel de Braudel e a Santos e Silveira quanto à relação entre técnica, tempo e história, há que se reconhecer os esforços no sentido de compreender a dimensão temporal em relação com a dimensão espacial.

As influências de Braudel na Geografia brasileira, certamente, são mais amplas do que sugerimos aqui e demandariam uma investigação que ultrapassa nossos objetivos no momento. Importa tomar como elemento de reflexão as formulações de Santos grifos nossos) em avaliar criticamente as relações entre tempo, tempo histórico e a concepção geográfica da relação espaço-tempo:

Na Geografia, a questão do tempo pode ser trabalhada ao menos segundo dois eixos – um é o eixo das sucessões e o outro é o eixo das coexistências. O tempo flui e, por conseguinte um fenômeno vem depois de outro fenômeno. Assim, há sucessão de fenômenos ao longo do tempo. [...] Esta é uma das dimensões com que podemos trabalhar em Geografia e que nos leva a ideia de pedaços do tempo ou, em outras palavras, da sequência no acontecer, uma espécie de ordem temporal. A cada momento se estabelecem sistemas do acontecer social que caracterizam e distinguem tempos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Esse é o eixo das sucessões. Temos também, o eixo das coexistências, da simultaneidade. Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. [...] No espaço, para sermos críveis, temos de considerar a simultaneidade das temporalidades diversas. (SANTOS, 1996b, p. 163-164, grifos nossos)

Neste texto, no qual aparecem de forma contumaz o conceito de espaço como sistema de objetos e de ações e a relação entre tempo, técnica e espaço, Santos apresenta uma reflexão teórica que, apesar das consequências metodológicas para os estudos geográficos, não enfatiza diretamente o território. No entanto, ele prossegue sua apreciação crítica quanto à dimensão

²⁴ Entrevista realizada pela autora com Maria Laura Silveira, em 10 de dezembro de 2008. Ver essa entrevista na íntegra no Volume II.

temporal no estudo geográfico, crítica que apareceu na segunda edição daquele texto, como também no livro *A natureza do espaço*:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como a base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. *O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.* (SANTOS, 1996c, p. 127, grifos nossos).

Importa também destacar esse diálogo crítico de Santos, com as concepções de tempo histórico em relação com o espaço e a Geografia, a trajetória de sua produção intelectual que incorporou, num crescendo, a partir do início da década de 1990, o território em relação ao espaço e o tempo²⁵. Em mais de uma ocasião, sob a forma de depoimento nas entrevistas que concedeu a geógrafos, jornais, revistas e programas televisivos, Milton Santos (1996b, p. 165) descreveu momentos no processo de elaboração de seu método geográfico: “Um método se modifica ao longo da vida. Por isso, já fiz várias propostas de análise. Uma destas é a que privilegia os fixos e os fluxos”. Além dessa proposta, não desvinculava método, teoria e objeto de análise procurando ser coerente com sua visão de mundo.

Um método é um conjunto de proposições – coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade. *Nenhum método é eterno. Modifiquei o meu próprio várias vezes, em função da minha experiência e da dos outros, mas sobretudo em função de como o mundo se apresenta, já que não posso inventar o mundo: invento uma forma de interpretação, pois o mundo existe independentemente de mim. Eu vejo o mundo constituído de fixos e fluxos, por uma paisagem e relações sociais; como um conjunto de lugares onde o acontecer simultâneo dos diversos agentes supõe o uso diferenciado do espaço.* (SANTOS, 1996b, p. 166, grifos nossos)

Nessa forma de ver o mundo e de propor análises, explicitava o que considerava o papel do geógrafo e seu próprio papel como intelectual: “O meu papel como geógrafo é de entender como as ações e os objetos se mantêm em processo interativo” afirmava Santos (1996b, p. 166). Em decorrência dessa visão de mundo, a dimensão temporal apresenta-se como uma necessidade em suas análises, pois “O tempo é a base para o entendimento do espaço. Se as ações sobre um conjunto de objetos se dessem segundo tempos iguais não

²⁵ Conforme observa Moreira (1992), já em 1978, em *Por uma geografia nova*, Milton Santos havia descoberto a historicidade do espaço e desde então se tornou inconcebível pensar o espaço sem a dimensão histórica, a dimensão temporal.

haveria história; o mundo seria imóvel. Mas o mundo é móvel, em transformação permanente – formando uma totalidade em processo de mudança [...]”, tal como reafirmava Santos (1996b, p. 166-167).

De início, nossa interpretação desses textos vislumbra neles traços característicos da “geo-história” de Braudel, sob a crítica da concepção de tempo como sucessão. Contudo, o retorno do território e, particularmente, a necessidade de um pensamento geográfico do território brasileiro evidenciam e nos põe em contato com uma proposta de periodização acentuadamente histórica, numa perspectiva de “longa duração”, mediada pela técnica.

Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 11, grifos nossos)

Ora, o objetivo maior que norteia tal empreendimento intelectual consiste, sobretudo, em compreender a sociedade brasileira por meio do território, compreendê-la geograficamente. Mas como se configura, além da sucessão, a coexistências dos meios num mesmo período histórico? Como encontrar um denominador comum para as duas dimensões: a temporal e a espacial. Santos concebia a escala, sobretudo, a escala temporal como sendo esse denominador.

A despeito das aproximações que se pode encontrar entre Santos e Braudel, é preciso considerar as formulações de Ricoeur (2005) quanto ao sentido que a escala tem para os historiadores e o momento em que ela passa a configurar uma escolha metodológica. Na concepção de Ricoeur (2005, p. 220) há uma hierarquia das durações em Braudel, mas

a preferência dada à leitura de cima para baixo da hierarquia das durações não era como tal tematizada, a ponto de podermos conceber uma mudança de escala e considerar a própria escolha de escala como um poder discricionário do historiador, com todas as liberdades e restrições resultantes dessa escolha.

Essa conquista será conseguida na segunda metade do século XX, especificamente nas três últimas décadas, quando então se põe, no âmbito da História, a questão da *variação de escalas*. Para Ricoeur (2005, p. 221, grifos nossos): “A ideia chave ligada à ideia de variação de escalas é que *não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos de escala, mas conexões que passaram despercebidas na escala macro-histórica*”. Nesse sentido, a noção de escala em cartografia, a mais usada por geógrafos, comporta sentidos diferentes da noção de escala em história, não sendo, portanto equivalentes quando se intenta unir espaço e tempo. A escala em cartografia trabalha com um “referente externo, o território

que o mapa representa; além disso, as distâncias medidas pelos mapas de escalas diferentes são comensuráveis segundo relações homotéticas” segundo Ricoeur (2005, p. 221), ou seja, é possível falar em redução de um terreno conforme se passa de uma a outra escala. Altera-se a informação em relação ao “nível de organização”, mas na mudança de escala ou de um mapa a outro, “o espaço é contínuo e o território é o mesmo”, não havendo, portanto, oposição entre escalas. O que se perde é em detalhes ou em complexidade, por conseguinte, “Esse traço duplo – proporcionalidade das dimensões e heterogeneidade na informação – não pode deixar de afetar a geografia, que deve tanto à cartografia” (RICOEUR, 2005, p. 221). Assim, a noção de escala para os historiadores difere da dos cartógrafos e geógrafos.

O que a noção de escala comporta de próprio no uso que dela fazem os historiadores, é a ausência de comensurabilidade das dimensões. Ao mudar de escala não vemos as mesmas coisas maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos [...]. Vemos coisas diferentes. Não se pode mais falar de redução de escala. São encadeamentos diferentes em configuração e causalidade. O balanço entre vantagens e perda de informação aplica-se a operações de modelização que envolvem formas diferentes do imaginário heurístico. (RICOEUR, 2005, p. 222, grifos nossos)

A questão da relação entre espaço, tempo e escala reaparecerá em várias outras obras de Santos (1996a, 1996b) seja em formulações mais teóricas ou de modo a empiricizá-la como em sua noção dos “meios”, como referência para uma periodização do território brasileiro, com se encontra em Santos e Silveira (2001).

Santos instiga à reflexão sobre as mudanças do mundo contemporâneo, particularmente, sobre a globalização, e, por conseguinte, o território. Em sua concepção, o território é indissociável do fenômeno técnico. Trata-se de fenômeno que constitui, tal como o concebemos nessa investigação, uma das significações imaginárias sociais das épocas moderna e contemporânea, como também do imaginário geográfico, isto é, já não se pode compreender o território desvinculado das significações imaginárias das quais se constitui e reveste.

Diferentemente de Ratzel, que vivenciava a formação do Estado e do expansionismo alemão, Santos vivencia uma “modernidade completa”, uma “pós-modernidade”. Suas indagações constituem o estofamento de sua trajetória intelectual e compreendem questões essenciais e indissociáveis umas das outras: a pertinência da noção de espaço para a compreensão do fenômeno técnico, a importância desse fenômeno na produção e transformação do espaço geográfico; a possibilidade de formulação de conceitos geográficos, como o de meio técnico-científico informacional, capazes de fundamentar epistemologicamente a análise e a teoria geográficas; e, por conseguinte, de compreender e explicar a sociedade brasileira por meio do território.

Enquanto geógrafo, acreditamos que a elaboração da realidade espacial tenha dependência estreita com as técnicas. [...] pelo fato de que, no presente período histórico, o espaço geográfico pode ser considerado como aquilo que estou denominando de Meio Técnico-Científico. Podemos dizer que o Meio Técnico-Científico é a resposta geográfica ao processo de globalização. (SANTOS, 1996b, p. 10).

Trajetória intelectual e projeto de vida, questões metamorfoseadas em objetivos, para o geógrafo cabia à Geografia dar sua contribuição à ciência e à sociedade brasileira. Para isso, toma-se a ciência como elucidação e instrumento de política teórica.

As grandes empresas escolhem os lugares que lhes interessam, deixam o resto para as outras, que vão, na respectiva ordem, escolhendo outros lugares. E o Estado não deseja participar do processo de disciplinamento do território. Bom, *há nessa desordem a oportunidade intelectual e política de nos deixar ver como o território revela o drama da nação porque ele é, eu creio, muito mais visível através do território do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade. A minha impressão é que o território revela as contradições muito mais fortemente. Se se pudesse falar em um cotidiano nacional, este seria mostrado pelo território. A grande desordem atual do Brasil é muito mais visível a partir do território, o que está dando à geografia um papel importante na interpretação e, mais tarde, na tarefa de reconstrução do país.* (SANTOS, 2000, p. 20-21, grifos nossos).

O fenômeno técnico assume tal importância nessa reflexão que doravante será impossível ignorar a técnica ou o “conjunto técnico” inseparável de “fato geográfico”. O fenômeno técnico sempre foi pensado mais como um fato histórico do que geográfico, porque a dimensão espacial não era levada em conta; espaço e território não eram considerados como “instâncias” da sociedade, mas como substrato físico, material da sociedade. O fenômeno técnico, significando fato geográfico, é o princípio que orienta Santos na concepção do território, “território usado”, com preferiu denominar, e da sociedade brasileira.

O que me preocupa não é a técnica em si, mas o fenômeno técnico. [...]. Creio que o trabalho, hoje, é condicionado pela técnica e graduado, avaliado, em função do que se admite ser a graduação da técnica, mas na verdade o é pelas relações sociais. *Na medida em que a técnica é uma autorização para fazer, e o trabalho é um fazer, ele passa a ser autorizado pela técnica.* Por conseguinte, é a técnica, isto é, o conjunto de instrumentos objetivos à minha disposição, o que indica qual o trabalho posso fornecer. E minha graduação, minha avaliação, na vida social está relacionada com a disponibilidade desses instrumentos, que mudam ao longo do tempo. Quer isso dizer que a cada época se instala uma nova graduação, que é ideológica, determinando o que vale e o que não vale. *Gosto de lembrar que no trabalho há uma parcela técnica e uma parcela política. A parcela técnica oferece a possibilidade nua de fazer e a parcela política atribui valor a esse fazer. Esse é um dado da contradição, em que vamos trabalhar e viver, ou seja, com a parcela técnica não há muito o que tergiversar, pois seus instrumentos são objetivos, mas a parcela política depende de fatores que não comando e que desafiam meu entendimento lógico, pondo em sobressaltos meus sentidos.* (SANTOS, 2000, p. 36-37, grifos nossos).

Como podemos notar, as proposições de Santos não superam as significações imaginárias em relação à técnica, ao território e à política. Questionar nossas significações

imaginárias, no âmbito da ciência ou da filosofia, significa dar um passo em busca da superação.

A concepção marxista de ideologia impregnou-se no discurso e na concepção que os geógrafos têm do território, de tal modo que não se vislumbra os limites dessa concepção que, em essência e princípio, opõe frontalmente ciência e ideologia. A crença nessa concepção se faz presente mesmo no pensamento de geógrafos considerados mais “lúcidos”. Veremos como, por meio da denegação e da crítica ideológica, muito do pensamento geográfico acerca do território foi expurgado ou enfrentado de forma enviesada. Como se tudo o que é ideológico não merecesse esforço de elucidação, mas de denúncia e crítica.

Retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado gestor por excelência do território nacional, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em defesa do território “pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...]. No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, [...] dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também poder ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”. (SOUZA, 1996, p. 81, grifos do autor)

Não se trata de “despir” apenas o território do “manto de imponência”, mas de elucidar as significações imaginárias que o revestem: a técnica e o desenvolvimento, por exemplo, são algumas delas. Se considerarmos a teoria do desenvolvimento e a do desenvolvimento desigual e combinado, nela não encontraremos análises ou explicações que nos possibilitem superar as significações instituídas, tampouco pensar o “problema da sociedade e seu problema político”.

[...] durante a maior parte do tempo, a opinião pública contemporânea, corrente ou sábia, permanece embargada na antítese da técnica como puro instrumento do homem (talvez mal utilizado atualmente) e da técnica como fator autônomo, fatalidade ou “destino” (benéfico ou maléfico). *Por conseguinte, o pensamento continua o seu papel ideológico: fornecer à sociedade o meio de não pensar seu problema verdadeiro e de furtar-se à responsabilidade diante de suas criações.* (CASTORIADIS, 1987a, p. 236, grifos nossos)

Essas reflexões de Castoriadis datam das duas últimas décadas do século XX. A derrocada do “socialismo real”, os avanços tecnológicos, a globalização, a crise ambiental e a emergência de novos movimentos sociais não eram temas indiferentes à reflexão do filósofo do imaginário. Como vimos, não se trata, porém, de “reciclar” nossas concepções de técnica e

de desenvolvimento “acoplando” um ou outro conceito filosófico de autonomia, mesmo que seja o de Castoriadis, porque, se queremos pensar radicalmente, devemos assumir a radicalidade do pensamento desse filósofo e os conceitos que balizam suas proposições e sua ontologia do social-histórico.

Na tradição geográfica não só predominou a concepção de território estatal, a área de um país, como também a concepção de território como parte da superfície terrestre dotada de recursos naturais necessários à sobrevivência de um grupo social, comunidade ou sociedade. Tais concepções de território além de não considerarem o processo político instituinte dos territórios, ignoram os sujeitos que os instituem sob a denominação genérica “população”. Os sujeitos só aparecem à medida que representam um obstáculo à modernização ou ao desenvolvimento territorial nacional. Essa lacuna se faz presente não só nas políticas territoriais e nas análises geográficas, mas, sobretudo, nas ideologias e nas significações imaginárias do desenvolvimento. Modernizar e desenvolver um país, uma nação, significa ocupar o território, dotá-lo de equipamentos técnicos e complexos sistemas de engenharia, ampliar a infraestrutura, exercer o controle político sobre sua população e valorizá-lo economicamente. Veja-se exemplos emblemáticos da História e da Geografia brasileiras.

[...] o primeiro governo Vargas, notadamente no período do Estado Novo, opera a adequação do aparato estatal para realizar tal tarefa, com a criação de órgãos, programas e normas dedicados à execução de políticas territoriais. [...]. Entre os elementos a se destacar nas ideologias geográficas do Estado Novo *salienta-se a mitologização da hinterlândia e a emergência da temática regional como central na interpretação do Brasil. [...] a inovação valorativa dada ao interior do país*, que passa a ser visto – não mais como o sertão bárbaro – mas como a matriz da brasilidade e o santuário do verdadeiro caráter nacional. (MORAES, 2002, p. 121-122, grifos nossos)

Nessa apreciação crítica, Moraes avalia também outro momento emblemático aquele que situa-se em meados do século XX, quando o discurso desenvolvimentista se corporificou no governo de JK. O sentido de modernização e desenvolvimento, por meio da tecnificação e da industrialização, se revestiu de um vasto simbolismo ainda presente no imaginário social instituído da sociedade brasileira, cujas marcas e sinais fincaram raízes no território.

O governo JK e o Plano de Metas expressam um momento onde o ajuste entre as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado é total e explícito. O discurso e a materialização física das metas caminham em consonância, com a tarefa estatal de construir o país objetivando-se em agressivas políticas territoriais, num esforço de produção de espaços ímpar na história brasileira. A objetivação do velho projeto geopolítico de interiorizar a capital, associado a um extenso plano viário, completam no interior o esforço industrializante operado nas áreas centrais do país. (MORAES, 2002, p. 125).

As décadas de 1950-1960 viram surgir, ao lado das teorias desenvolvimentistas, também a teoria do subdesenvolvimento. Além da divisão do globo terrestre em dois grandes

blocos, o socialista e o capitalista, da divisão entre o “norte” industrializado e o “sul” não industrializado, houve ainda a complexa divisão e classificação dos países em *desenvolvidos*, *em desenvolvimento* e *subdesenvolvidos*. Países do *primeiro*, *segundo* ou *terceiro mundo*. Nível de industrialização, população e renda *per capita* consistiam alguns dos indicadores indispensáveis à complexa taxionomia dos países do globo terrestre. A realização da revolução industrial aparecia como um dos fatores históricos a balizar os países na ordem de classificação, aliado ao fato de alguns terem sido colônias da Europa. Mas o que dizer quando há colônias mais ou menos desenvolvidas? Algumas das respostas estariam nas formas históricas de ocupação e povoamento dos territórios coloniais: as “colônias de povoamento” e as “colônias de exploração”. Ironia da História e da Geografia mundiais. Paradoxal o desenvolvimento do próprio “desenvolvimento”: a população dos territórios coloniais que mais trabalhou pelo desenvolvimento das metrópoles era a mais penalizada pelo analfabetismo, pela fome e a desnutrição, pela falta de habitação, pelos insuficientes saneamento básico e assistência médica, enfim, pela pobreza em sua expressão mais contundente, a miséria. A resposta a esse questionamento, segundo a concepção liberal, o motivo das desigualdades internacionais estaria no atraso dos países subdesenvolvido em relação à revolução industrial. Superar a situação de subdesenvolvimento por meio da industrialização, eis a solução para o atraso econômico e social.

Como explicar a existência de países subdesenvolvidos sob o regime socialista? Marx não havia preconizado a necessidade do pleno desenvolvimento das forças produtivas como condição do comunismo? A intelectualidade, crítica do capitalismo, foi compelida a formular uma explicação. Procurando ser fiel aos postulados marxistas, encontrou na teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” o princípio explicativo das desigualdades entre as sociedades.

Não há produção do espaço sem produção da natureza e, portanto, “segunda natureza”. Considerando-se as formulações marxianas, a história é o processo contínuo, por meio do trabalho, de transformação da “primeira natureza” em “segunda natureza”. Nesse sentido, o espaço geográfico é inconcebível como sendo exterior à produção da natureza, pois, pode ser considerado “como o espaço da atividade humana, desde o espaço arquitetural, numa escala mais baixa, até a escala de toda superfície terrestre” conforme Smith (1988, p.110).

Reformulando a concepção de Geografia e de espaço geográfico e tendo por referência a filosofia marxista, Smith integrou a divisão social do trabalho no *corpus* explicativo da

teoria geográfica. Não há divisão social do trabalho que não se realize como divisão espacial e territorial do trabalho de modo desigual e combinado, sob a dinâmica do capital²⁶.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. Marx estava profundamente cômico disso, pois testemunhou, por sua frequentemente repetida [...] análise sobre a cidade e o campo, estar a criação de toda divisão do trabalho bem desenvolvida baseada na troca de mercadorias. (SMITH, 1988, p. 152, grifos nossos)

Todavia, há de se distinguir a divisão social do trabalho do desenvolvimento das forças produtivas, sob o modo de produção capitalista em relação aos modos de produção que o antecederam ou das condições de produção precapitalistas quando a localização geográfica das indústrias ainda considerava as condições naturais. No entanto, à medida que a acumulação do capital necessita reproduzir-se como tal, a aplicação do excedente retorna ao processo produtivo por meio do aperfeiçoamento e da introdução de novas tecnologias com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade. A inovação tecnológica impulsiona a expansão e o desenvolvimento do capitalismo, traduzindo-se num desenvolvimento desigual e combinado em escala local, regional, territorial e global. Nesse sentido, a divisão social do trabalho é também e, simultaneamente, divisão espacial e territorial do trabalho. O território havia se transformado em força produtiva?

O território aparece, em toda a história da ciência geográfica, como derivado desse substrato natural que é a natureza “bruta”, essa é uma das formas em que o percebemos segundo a lógica conjuntista-identitária. Na concepção marxista também ele é tratado como coisa ou externalidade que recebe os impactos da ação da sociedade, mais especificamente, do capital que, por meio dele, dota o espaço de infraestrutura (bens, equipamentos e serviços). Mas, ainda aqui, permanece a ideia do substrato natural como a “primeira natureza” transformada em “segunda natureza”. De todo modo, o território aparece como matéria trabalhada, conformada à sociedade de classes, em que o Estado – como instrumento da classe dominante – gere, administra, comanda e imprime sua marca no território. Sua relevância para o capital, também uma significação imaginária, consiste no fato de que é depositário de recursos naturais, de potencialidades naturais a serem transformadas em mercadoria.

Faz-se necessário realizar também uma conversão ontológica em relação ao território e elucidar sua impregnação pela lógica conjuntista-identitária, se se pretende ultrapassar em alguma medida os obstáculos que se põem à autonomia da sociedade, brasileira ou qualquer

²⁶ Esse autor teve forte influência no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo por suas formulações acerca da noção de “desenvolvimento desigual e combinado”.

outra considerada. Deve-se, portanto, procurar as brechas por onde se possa vislumbrar a “dimensão imaginária” instituinte da sociedade e, por conseguinte, do território. O problema maior não é o legado da tradição, mas a dificuldade em compreender que há um substrato natural na significação território e, no entanto, como significação imaginária social, ele não mais remete a esse substrato, mas ao *magma* das significações imaginárias sociais no qual se encontram inseparáveis: o Estado, a sociedade, a nação, o poder, a soberania, o desenvolvimento, a cultura, a técnica, a política. Por que é necessário ultrapassar a dimensão conjuntista-identitária? Porque ela é inseparável da heteronomia. E onde há a heteronomia deve advir a autonomia.

CAPÍTULO VI

O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS

Nenhum fazer humano é não consciente; mas nenhum poderia continuar nem por um segundo, se estabelecêssemos a exigência de um saber exaustivo prévio, de uma total elucidação de seu objeto e de seu modo de operar. (CASTORIADIS)

Vimos no capítulo V como o retorno do território, no pensamento geográfico brasileiro, se inseriu no jogo cambiante entre renovação e tradição, como também a polissemia que assumiu no discurso de geógrafos brasileiros.

Nesse capítulo, mostro como, na travessia do século XX para o XXI, há uma instituição científica do território no pensamento geográfico. Essa instituição configura-se como uma trama constituída pelo território em relação com a história, a economia, a política e a cultura. Essa trama é tecida no bojo de questões prementes que desafiam o pensamento social, em especial o tema da globalização, dos 500 anos do Brasil e da necessidade de uma teoria geográfica do Brasil. Elas constituem de tal modo um tecido denso de reflexões que as torna inseparáveis, como se fossem fios bem demarcados e distintos no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo; e nesse capítulo limitar-me-ei à discussão dessas três questões, que considero emblemáticas, tendo em vista identificar suas relações recíprocas com o território.

VI. 1. Globalização ou ascensão da insignificância

Castoriadis não viveu o suficiente para ver a travessia do século XX para o XXI, sua morte, em 1997, deixou inacabada uma obra de síntese acerca da *criação humana*. Todavia, sua reflexão jamais deixou de considerar criticamente a época em que vivia e pela qual se sentia instigado a pensar. Em *A crise das sociedades ocidentais*¹, Castoriadis (2002) identificou os elementos da crise dessas sociedades, destacando a decomposição dos mecanismos de direção, isto é, a burocratização dos aparelhos políticos, sobretudo os partidos, no regime totalitário de esquerda, e no regime supostamente “democrático” capitalista. A

¹ Esse texto foi redigido no início da década de 1980, publicado em *Politique Internationale*, n. 15, 1982. A referência aqui utilizada encontra-se em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*, publicada, no Brasil, pela Paz e Terra em 2002.

crise evidenciava também o desaparecimento gradual do conflito social e político, no qual a burocratização da sociedade e da política prosperava não só pela posição dos partidos políticos como pela atuação dos sindicatos, cujo “único objetivo dessa burocracia é sua auto-conservação”, como afirmou Castoriadis (2002, p. 15). Dessa crise não se podia isentar a educação, a cultura e os valores, pois numa sociedade em que predomina a busca insana do novo e da novidade, não há lugar para a tradição, a valorização do passado e de sua própria temporalidade. Assim, para Castoriadis (2002, p. 19): “A cultura passada não está mais viva em uma tradição, mas é o objeto de um saber de museu e de curiosidades mundanas e turísticas reguladas pelas modas. [...] no domínio da reflexão mesma, a história, o comentário e a interpretação substituem progressivamente o pensamento criador”. Tal situação histórica pode ser explicada pelo fato de vivenciarmos uma época de crise da criação histórica e de “destituição” das criações existentes.

Não assistimos atualmente a uma fase de criação histórica, de forte instituição. [...]. Destituir é expulsar alguém de algum lugar; [...] tem também o sentido de degradação [...]. *Entendemos por destituição o movimento do imaginário social que se retira das instituições e das significações imaginárias sociais existentes, pelo menos em parte, e as desinveste, as destitui, retirando-lhes o essencial de sua validade efetiva ou de sua legitimidade – sem por outro lado proceder à criação de outras instituições que tomariam seu lugar ou de outras significações imaginárias sociais.* O importante não é meu julgamento sobre isso, mas a possibilidade de ter acesso a essas noções, a essas duplas, criação/destruição, instituição/destituição, a partir do material mais próximo e mais rico que poderíamos ter, a experiência do mundo contemporâneo. (CASTORIADIS, 2007, p. 24, grifos nossos).

Ademais, o que constituía o cerne da crise era a ruína da autorrepresentação da sociedade. Diante desse fato incontestável só se podia vislumbrar em toda parte a *ascensão da insignificância* como advogava Castoriadis (2002, p. 19, grifos do autor): “Não pode haver sociedade que não *seja* alguma coisa para si mesma; que não se *represente como* sendo alguma coisa – o que é consequência, parte e dimensão do que ela deve *estabelecer* que é ‘alguma coisa’”. A autorrepresentação da sociedade está indissociavelmente ligada às suas significações imaginárias e às instituições nas quais estas se encontram “encarnadas”, posto que a autorrepresentação é constitutiva da autocriação das sociedades.

Essa “alguma coisa” não é simples “atributo” ordinário, nem “assimilação” a um objeto qualquer, natural ou não. A sociedade coloca-se como sendo alguma coisa, um ente singular e único, nomeado (reconhecível) mas, por outro lado, “indefinível” (no sentido físico ou lógico); ela se coloca, de fato, como uma substância sobrenatural mas suficientemente conhecida, detalhada, re-presentada por “atributos” que são a cunhagem das significações imaginárias que mantêm a sociedade – e *esta* sociedade – unida. “Para si mesma”, a sociedade não é jamais uma coleção de indivíduos efêmeros, substituíveis, vivendo em um dado território, falando uma mesma língua, praticando “exteriormente” os mesmos costumes. Ao contrário, esses indivíduos “pertencem” a esta sociedade *porque* eles participam de suas significações imaginárias

sociais, de suas “normas”, “valores”, “mitos”, “representações”, “projetos”, “tradições”, etc., e porque eles partilham (quer saibam eles ou não) a vontade de ser desta sociedade e de fazê-la ser continuamente. Tudo isso faz evidentemente parte dessa instituição em geral – e da sociedade a qual, em dado momento, nos referimos. (CASTORIADIS, 2002, p. 19-20, grifos do autor)

Nesse sentido, a crise da autorrepresentação é a da “sociedade como tal para o homem contemporâneo”, conclui Castoriadis (2002, p. 21). E apesar dessa ruína, há uma herança da cultura greco-ocidental que devemos fazer “reviver, avançar e fecundar as outras tradições”, que é o projeto de autonomia, proposta por Castoriadis (2002, p. 65) também num debate com Edgar Morin, no início da década de 1990². Nesse projeto, há uma responsabilidade coletiva e individual inseparáveis ontologicamente, pois, não há autonomia sem democracia, como não há autonomia individual distinta da autonomia coletiva: “não pode haver ‘criação de sentido’ para a vida do indivíduo que não estiver inscrito no quadro de uma criação coletiva de significações” (CASTORIADIS, 2002, p. 72)³. Sua proposição acerca da autonomia era inseparável de sua luta, contra a aceitação da heteronomia, ao nível da práxis e do pensamento.

O sentido pré-dado é heteronomia. Uma sociedade autônoma, uma sociedade verdadeiramente democrática, é uma sociedade que questiona qualquer sentido pré-dado, e na qual, por isso mesmo, está liberada a *criação de novas significações*. E, numa tal sociedade, cada indivíduo é livre para criar para a sua vida o sentido que quiser (e puder). Mas seria absurdo pensar que ele pode fazer isso fora de todo contexto e de todo condicionamento sócio-histórico. Considerando o que é, ontologicamente, o indivíduo, esta proposição é, na verdade, uma tautologia. O indivíduo *individuado* cria um sentido para sua vida ao participar das significações criadas por sua sociedade, ao participar de sua *criação*, seja como “autor”, seja como “receptor”(público) dessas significações. E sempre insisti sobre o fato de que a verdadeira “recepção” de uma obra nova é tão criadora quanto sua criação. (CASTORIADIS, 2002, p. 73, grifos do autor).

Para a efetivação desse projeto de autonomia, nossa herança e responsabilidade, não há amparo nas formas tradicionais e, por conseguinte, falidas que vigoravam no século XX. E apesar de constatar essa falência, o filósofo da criação não desistiu de tal projeto, mas

² Essa proposição de Castoriadis foi formulada numa discussão com Edgar Morin, publicada no jornal francês *Le Monde*, em 19 de março de 1991. A referência aqui utilizada é o texto “Entre o vazio ocidental e o mito árabe”, em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*, publicada, no Brasil, pela Paz e Terra em 2002.

³ O texto “A degradação do ocidente” é de uma conversa de Castoriadis com Olivier Mongin, Joël Roman e Ramin Jahanbegloo, publicada na revista *Sprit*, em dezembro de 1991. A referência utilizada encontra-se em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*. Nessa publicação encontra-se também um *Post-scriptum* que Castoriadis incluiu em 1995.

pretendia discutir outra forma de atuação, preocupação indissociável de sua trajetória de vida⁴.

Desde o fim de *Socialismo ou Barbarie* não tenho mais me ocupado direta e ativamente da política, salvo por um breve momento, em Maio de [19] 68. Tento permanecer presente como uma voz crítica, mas *estou convencido de que a falência das concepções herdadas (seja o marxismo, o liberalismo ou as visões gerais sobre a sociedade e a história, etc.) torna necessária uma reconsideração de todo o horizonte de pensamento no qual situou-se, há séculos, o movimento político de emancipação. E é a este trabalho que venho me dedicando desde então.* (CASTORIADIS, 2002, p. 97, grifos nossos)

A crise com a perda de sentidos e da capacidade de criar novas significações imaginárias sociais caracterizavam as décadas finais do século XX. E essa crise tinha uma história quando se considera as significações imaginárias que impulsionaram o Ocidente. Nessa história identificam-se algumas das características da crise do final do século passado.

O Ocidente moderno vem sendo, há séculos, impulsionado por duas significações imaginárias sociais inteiramente opostas, ainda que se tenham contaminado reciprocamente: o projeto de autonomia individual e coletiva, a luta pela emancipação do ser humano, tanto intelectual e espiritual como efetiva na realidade social; e o louco projeto capitalista da expansão ilimitada de um pseudodomínio pseudo-racional que há muito tempo parou de concernir somente às forças produtivas e a economia para tornar-se o projeto global [...] de um domínio total dos dados físicos, biológicos, psíquicos, sociais, culturais. (CASTORIADIS, 2002, p. 104, grifos nossos).

Nesse ponto de nosso percurso pela filosofia de Castoriadis faz-se necessário clarificar algumas de suas ideias sob pena de simplificarmos sua *filosofia da criação humana*. Como vimos no capítulo 4, as significações imaginárias sociais são criações desse anônimo coletivo ao qual denominamos de sociedade ou social-histórico. No entanto, as criações não são imutáveis ou fixas, tampouco, simplesmente boas ou ruins, nem sinônimas de indeterminação. Na acepção que lhes conferiu Castoriadis há um sentido muito peculiar sobre o que é o humano e por meio do que ele se denomina como tal: a criação. No sentido que lhe atribuiu Castoriadis não se trata de um fundamento racional, apenas presente no ser humano, tampouco tem um sentido teológico. Foi numa posição contrária a este sentido que Castoriadis reconstituiu a história da Filosofia, num esforço de ultrapassar a ontologia herdada⁵.

⁴ Relatou Castoriadis, em entrevista: “A ascensão da insignificância”, à Olivier Morel, em 18 de junho de 1993. Publicada em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*, no Brasil, pela Paz e Terra, em 2002.

⁵ Texto: “Antropologia, filosofia, política” elaborado para uma Conferência proferida na Universidade de Lausanne, em 11 de maio de 1989 e, posteriormente publicado em 1990, na série *Actes des colloques Du groupe d'études pratiques sociales et théories*, dessa mesma Universidade. Publicada em *As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância*, no Brasil, pela Paz e Terra, em 2002.

Faz quarenta anos que se vem repetindo que não existe natureza humana ou essência do homem. Essa constatação negativa é inteiramente insuficiente. A natureza – ou a essência do homem – é precisamente esta “capacidade”, esta “possibilidade” no sentido ativo, positivo, não predeterminado de *fazer existir formas outras* de existência social e individual, como podemos facilmente verificar ao considerarmos a alteridade das instituições da sociedade, das línguas ou das obras. Isso significa que existe de fato uma natureza ou uma essência do homem, definida por esta especificidade central que é a criação, pela maneira e pelo modo segundo os quais o homem cria e se autocria. E essa criação – constatação aparentemente banal, mas decisiva, cujas consequências nunca terminamos de observar – não acabou, em nenhum sentido do termo. (CASTORIADIS, 2002, p. 126, grifos do autor)

Nessa ontologia, o entendimento da importância que o imaginário nela tem é inseparável da noção de criação, seja no domínio social-histórico, seja a imaginação criadora do indivíduo. Tal noção se opõe não só à concepção teológica, à ontologia tradicional herdada, como também à noção marxista de produção ou de trabalho, da Economia Política. Nela não há lugar para a concepção de ser, como ser determinado.

Criação não significa indeterminação. A criação *pressupõe*, com efeito, uma indeterminação no ser; isto, no sentido em que o que é nunca o é de tal modo que exclua o surgimento de novas formas, de novas determinações. Em outras palavras, o que é nunca está *fechado* do ponto de vista mais essencial; o que é está aberto, o que é está sempre igualmente *por-ser*. (CASTORIADIS, 2002, p. 126, grifos do autor)

Essa proposição tem um alcance ontológico inestimável porque, doravante, precisamos pensar a existência de um ser que é capaz de criar outro, um ser que é “fonte de alteridade”, que altera a si próprio. Pensar outra origem para a criação do domínio social-histórico, os deuses, a natureza, a produção econômica, as leis da história, é incorrer na mais primitiva heteronomia. Essa ontologia comporta uma teoria do conhecimento cujas consequências epistemológicas invalidam concepções que postulam a origem do conhecimento na associação de sensações e percepções organizadas racional e logicamente, ou numa racionalidade que opera na história ou na natureza, por meio do homem, entendido como “animal racional”. Se aceitamos essa ontologia, devemos acolher os sentidos que têm a criação e o imaginário.

Criação: capacidade de fazer emergir o que não está determinado, ou não é derivável, de modo combinatório ou não, a partir do existente. *Pensamos imediatamente que é justamente esta capacidade que corresponde ao sentido profundo dos termos imaginação e imaginário quando abandonamos seus usos superficiais. A imaginação não é simplesmente a capacidade de combinar elementos dados para produzir outra variante de uma forma já dada; a imaginação é a capacidade de colocar novas formas. É verdade que esta nova forma utiliza elementos que já existiam; mas a forma como tal é nova.* (CASTORIADIS, 2002, p. 128, grifos nossos)

Quando aceitamos essa ontologia, compreendemos o que Castoriadis denominou de imaginário social, imaginário instituidor, porque a sociedade, o social, é essa autocriação

incessante de significações imaginárias sociais, de instituições, mesmo quando essa mesma sociedade não as percebe como criações suas, quando a heteronomia parece não deixar brechas por onde se possa inserir esforços de elucidação. A teoria social que ela comporta nos remete a um modo novo de conceber a sociedade, o indivíduo, o indivíduo em sociedade, a sociedade em relação com as instituições, que não se explicam por fundamentos lógicos ou racionais, seja na perspectiva hegeliana ou marxista⁶. A razão, tal como a concebe Castoriadis, é uma criação do imaginário social. Por essa via de elucidação também nossa concepção de homem e de indivíduo, amparadas no marxismo ou no funcionalismo, não resistem às fissuras introduzidas em nosso pensamento pela *filosofia da criação humana* por que

podemos colocar como característica essencial do homem a imaginação e o imaginário social. O homem é *psyché*, alma, psique profunda, inconsciente; e o homem é sociedade, ele só existe em e por meio da sociedade, de sua instituição e das significações imaginárias sociais que tornam a psique apta para a vida. *A sociedade também é sempre História: nunca existe, nem mesmo numa sociedade primitiva, repetitiva, um presente cristalizado; em outras palavras, mesmo na sociedade mais arcaica, o presente é sempre constituído por um passado que o habita e por um futuro que ele antecipa. Logo, trata-se sempre de um presente histórico.* (CASTORIADIS, 2002, p. 129, grifos nossos)

Castoriadis adverte que se investigássemos as sociedades constataríamos que quase sempre, nos períodos e épocas históricas, elas se instituíram no “fechamento do sentido e da significação”, e não na interrogação de suas próprias criações e instituições. A criação da filosofia e da democracia é emblemática desse momento histórico que emerge na cultura ocidental, quando a sociedade interroga a si mesma e às suas instituições. Dito de outro modo, “O questionamento dessas representações, significações e instituições equivale, pois, ao questionamento das determinações, das leis de seu próprio ser, realizado de modo refletido e deliberado. É o que ocorre com a filosofia e a política”, afirma Castoriadis (2002, p. 133). Desse modo, a existência de toda sociedade se faz mediante suas criações imaginárias sociais, que são o *impercebível imanente*. Para nós que vivemos numa sociedade mercantil, um carro é um objeto visível, mas é também uma mercadoria e, no entanto, jamais vimos uma mercadoria, apesar de, como significação imaginária social, ela fazer “funcionar” uma série de objetos tais como o carro. Nossa dificuldade em conceber as significações imaginárias sociais advém de nossa dificuldade em aceitar o *impercebível imanente* como criações sociais.

O impercebível imanente, criado pela sociedade, não existe em outras regiões do ser; e com este impercebível imanente, aparece a *idealidade*. Idealidade significa que a significação não se encontra rigidamente ligada a um suporte, e que ela ultrapassa todos os seus suportes particulares – embora não possa ficar sem um suporte qualquer,

⁶ Conforme vimos no capítulo II.

em geral. Todo o mundo pode falar por diferentes meios ou expressões, remetendo a signos ou símbolos, de Deus, da vida eterna, da *polis*, do partido, da mercadoria, do capital e do interesse [do território] – temos aí idealidades. Não se trata de *fetiches*. (CASTORIADIS, 2002, p. 134, grifos do autor)

As significações são validadas positivamente, de fato, pela sociedade que as cria, de tal modo que não são questionadas por essa mesma sociedade. Além dessa validade de fato, há outra maneira de validar tais significações, a *validade de direito*, isto é, direito no sentido filosófico, como justificação, explicação. Essa validade surge juntamente com a interrogação e as atividades filosófica e política, é quando “outra dimensão é criada: a definida pela ideia”, segundo Castoriadis (2002, p. 135). Assim, a *validade de fato* já não é mais suficiente e exige-se uma *validade de direito*, pois, como explica, “Nós não aceitamos uma representação, ou uma ideia, simplesmente porque a recebemos e, certamente, não devemos aceitá-la. Exigimos uma justificação, uma explicação, *logon didonai* [...]. E o mesmo vale para as nossas instituições” (CASTORIADIS, 2002, p. 135). A exigência da *validade de direito* emerge no e pelo sócio-histórico, pois é nele que a interrogação emerge rompendo o *fechamento* da significação. A atividade filosófica e política aparecem como exemplos emblemáticos (na Antiguidade clássica com os gregos) porque nelas se identifica essa interrogação e a emergência de outra forma de validade que não a de fato. O raciocínio filosófico e a instituição política constituem essa outra dimensão criada: a *validade de direito*, no sentido filosófico, como enfatizou Castoriadis. Podemos aventar a possibilidade de a ciência, na época moderna, configurar-se como um dos modos de validar também significações. É nesse quadro de referência que se pode situar a Geografia quanto à significação imaginária social território.

VI. 1.1. O domínio social-histórico e a questão do tempo e do espaço conídicos e imaginários

Em *A instituição imaginária da sociedade* Castoriadis (1982) dedica pelo menos um capítulo todo a explicitar sua concepção de *social-histórico* e a *instituição social e filosófica do tempo*, em demarcar o tempo imaginário do tempo identitário, assim, indica um caminho se não de elucidação, mas de interrogação do espaço. Apesar de não ter atribuído ao espaço a mesma importância que atribuiu ao tempo em suas obras.

Há uma impossibilidade lógica e ontológica de se pensar a sociedade por meio dos esquemas tradicionais da coexistência e a história mediante o esquema da sucessão porque, além de não podermos pensá-las separadamente, a “história não é sequência determinada do

determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial” (CASTORIADIS, 1982, p. 220). A noção de social-histórico significa que sociedade e história não são concebidas como entes isolados, porque não há instituição da sociedade sem a instituição do tempo, isto é, toda sociedade institui para si mesma uma temporalidade, estabelece uma relação intrínseca entre sua autoinstituição e o tempo como componente essencial. Todavia, a questão que se põe diz respeito ao fato de que, na tradição herdada, há uma separação entre tempo e sociedade, entre tempo e espaço. A questão consiste em sabermos por que o tempo instituído foi separado do espaço e de tudo “do que é aí” produzido.

De fato é claro que, desde que começamos a interrogar-nos, a possibilidade de distinguir absolutamente “tempo”, “espaço” e “o que” aí se encontra, torna-se das mais problemáticas, e é supérfluo lembrar que sua discussão percorre a história da filosofia de um extremo a outro, e mesmo a história do pensamento científico, cujos últimos cinquenta anos pulverizaram as certezas a respeito disso e de outras coisas. Existe o múltiplo – ou, como dizia Kant, o diverso; existe, então, dado da diferença ou da alteridade [...]. Porque, então, esta diferença ou alteridade é sempre colocada, pelo sujeito e pela sociedade, como dada *num* primeiro meio, o “espaço”, e também *num* segundo meio, o “tempo”, e também como separável daquilo no qual ela existe? (CASTORIADIS, 1982, p. 223, grifos do autor)

Segundo Castoriadis (1982, p. 223), para responder essa questão, seria necessário retomar ao “primeiro grande texto da filosofia no qual ‘espaço’, ‘tempo’ e ‘o que’ é foram explicitamente tematizados e discutidos”. Trata-se do *Timeu* de Platão no qual apareceu o problema daqueles termos e as implicações que perpassam o pensamento herdado. Castoriadis tinha a intenção de publicar um estudo sobre essa obra de Platão. Em *A instituição imaginária da sociedade* ele retoma, além de Platão, o pensamento de Leibniz e de Kant, mostrando como tempo e espaço aparecem separados, mas implicados, do que aí “é”; um tempo cíclico e um espaço receptáculo. Apesar das distinções, no pensamento desses filósofos, o que predomina é a ontologia herdada, na qual o ser é sempre determinado e não há lugar para a *alteridade radical*.

De nada vale criticar a “espacialização” do tempo, sua “redução à extensão”, se mantemos as determinações tradicionais do ser – isto é, o ser como determinidade. Pois, desde que o ser foi pensado como determinidade, ele necessariamente foi também pensado como a-temporalidade. Toda temporalidade só pode ser, desde então, modalidade secundária e derivada; a única questão que subsiste [...] é a possibilidade de determinações diferentes não anulando a identidade, portanto, do Plural; e para que isto seja (pensável) é necessário e basta que haja *chora* ou Espaçamento originário em e por que pode ser determinado o que é como determinidade [...]. (CASTORIADIS, 1982, p. 228)

O que Castoriadis censura no pensamento herdado é sua incapacidade de pensar o tempo como a *alteridade radical*, a criação de novos *eîdos*, ao reduzi-lo à ciclicidade do

mesmo que se repete e o espaço como sendo a coexistência da identidade e da diferença. Desse modo, no pensamento herdado, na lógica conjuntista-identitária, “o espaço é a possibilidade da diferença do mesmo com o mesmo, sem o que nada existe. Se o que é (pensado) deve ser (pensado) sob a forma da diferença do mesmo com o mesmo, é preciso e basta que haja espaço ou espaçamento originário” afirma Castoriadis (1982, p. 230). Ora, tal pensamento e “Todo sistema ‘rigorosamente lógico’, isto é identitário, isto é tautológico, é, enquanto tal e se pudesse ser somente isso, essencialmente ‘espacial’”. Nesse sentido, ressalta o fato de que a alteridade das formas, *eidos*, não se confunde com a diferença. O pensamento herdado pôde pensar a identidade e a diferença dadas pela posição que as coisas ocupam no espaço, o fato delas ocuparem um lugar no espaço já está implicada a noção de exterioridade. Para pensar numa outra lógica e ontologia, o tempo como alteridade, criação, será necessário romper com a lógica da determinidade, a saber, “o tempo – no sentido que damos aqui ao termo, o tempo como alteridade-alteração – implica certamente o espaço, já que é emergência de *figuras outras* e a figura, o Plural ordenado ou minimamente *formado*, pressupõe o espaçamento” (CASTORIADIS, 1982, p. 231, grifos do autor). Apesar dessa proposição, não encontramos a mesma distinção acerca do tempo – o identitário e o imaginário – para o espaço. Ainda que ele tenha afirmado essa possibilidade, a de um espaço imaginário, num outro texto: *Tempo e criação*. Neste texto, o tempo aparece como componente essencial de “todo ser para si”, ou seja, todo ser se autodesenvolve temporalmente. Assim, também ocorre com a sociedade, pois, é também um tipo de ser para si.

Ela cria a cada vez o seu mundo próprio, o mundo das significações imaginárias sociais incorporado nas suas instituições particulares. *Esse mundo – como é também o caso de todos os mundos criados por seres para si – aparece como a manifestação de dois receptáculos, o espaço social e o tempo social, plenos de objetos organizados segundo relações, etc. e investidos de significação. Por que receptáculos, e por que dois? Até onde eles podem ser separados do que recebe, e do sujeito ao qual aparecem como receptáculos? Questões que, finalmente, dizem respeito à multiplicidade do ser [...]. [...]. Do ponto de vista descritivo, encontramos sempre o tempo (e o espaço) social (público) instituído nos dois veios estreitamente entrelaçados.* (CASTORIADIS, 1992, p. 275, grifos nossos)

Todavia, esse entrelaçamento entre tempo e espaço aparece muito mais numa perspectiva da lógica conjuntista identitária, ou conídica como ele designou, do que numa perspectiva imaginária. Quanto ao tempo, em Castoriadis, são apresentadas as duas dimensões, identitária e imaginária, porém o mesmo não ocorre quanto ao espaço. Vejamos o tempo identitário, tal como formulou Castoriadis (1992, p. 275), “Sempre há, sempre deve haver tempo identitário (conídico), cuja coluna vertebral é o tempo calendário, que estabelece

pontos de referência e durações comuns e públicas, que pode ser medido em linhas gerais, e que se caracteriza essencialmente pela repetição, a recorrência, a equivalência”. Nesse caso, há que se considerar que toda sociedade sempre se apóia no “primeiro estrato natural”, o que é característico do modo de estabelecimento da dimensão identitária ou conídica. Isto porque há algo no mundo natural que é conjuntizável, ou seja, passível de ser conjuntizável. A partir desse apoio, a sociedade cria, institui formas que ela mesma toma como se não fossem criações suas, atribui a elas um fundamental natural ou religioso. Diferentemente, “o tempo [imaginário] nunca é instituído como um intermediário puro e neutro ao receptáculo permitindo a coordenação externa das atividades. O tempo é sempre dotado de significação” (CASTORIADIS, 1992, p. 276). Cabe, portanto, a indagação sobre como se cria e se manifesta, em meio à dimensão conídica, o tempo imaginário.

Isso se manifesta pela significância das escansões impostas ao tempo calendário (recorrência de movimentos privilegiados: festas, rituais, aniversários, etc.), pela instauração de balizas, de pontos-limites essencialmente imaginários para o tempo tomado como um todo, e pela significância imaginária cujo tempo no seu conjunto é investido por cada sociedade. Há o tempo da volta perpetuamente recorrente dos antepassados; o tempo das transformações intramundanas [...]. (CASTORIADIS, 1992, p. 276)

Nesse sentido, a dimensão conídica coexiste com a dimensão imaginária numa mesma e em todas as sociedades, caracterizando a forma como elas instituem sua própria temporalidade, sua relação com seu presente e passado. Vejamos, portanto, como se institui o tempo imaginário na “ontologia da multiplicidade”⁷.

O tempo imaginário é constituído de maneira não separável pelas três dermes (como eu gostaria de chamá-los, tomando esse termo da embriologia), cuja cobertura, interpenetração, e cruzamento tecem juntos a sociedade: as representações, os afetos e os impulsos socialmente instituídos. A ligação do tempo imaginário não somente com a criação de uma representação social do mundo propriamente dita, mas com os impulsos fundamentais de uma sociedade e seus afetos fundamentais (Stimmungen, moods) é evidente [...]. (CASTORIADIS, 1992, p. 276, grifos nossos)

Assim, o tempo identitário emerge da criação da sociedade que se apóia num mundo, no estrato natural, que “deve ser tolerante e indiferente com relação a todas essas criações”, segundo Castoriadis (1992, p. 278), isto é, com relação também às outras significações imaginárias sociais. Porém, a sociedade também cria o tempo imaginário porque possui, em si mesma, essa capacidade de criação incessante que funda o social-histórico. A aceitação dessa ontologia – e da teoria social que lhe é intrínseca – requer que aceitemos a tese essencial do

⁷ Expressão que ele utilizou numa entrevista: “A música abole o mundo” a Philippe Nemo, na France Culture, em 1982. A referência dessa entrevista encontra-se em *Janela sobre o caos*, publicada, no Brasil, pela Ideias & Letras, 2009.

imaginário como criação⁸:

É certo que, no que digo, é preciso aceitar como ponto de partida certo número de coisas: que há o novo; que o ser é caos no sentido que tentamos precisar; que tudo não é redutível... São coisas que podemos elucidar, sobre as quais vamos raciocinar; coisas que não podemos nem demonstrar nem fundar. Mas creio também que elas não criam o gênero de absurdo que cria necessariamente todo idealismo ou todo materialismo [...]. (CASTORIADIS, 2009, p. 125, grifos nossos)

Há dificuldades em tal aceitação para quem está habituado a pensar segundo os cânones do idealismo ou do materialismo, quer seja dialético ou marxista, respectivamente. Há outra ordem de dificuldades que dizem respeito à impossibilidade de operarmos em termos, não só ontológicos, mas, sobretudo, epistemológicos com o empirismo e o racionalismo. Posições que não têm lugar na *filosofia da criação*, tal como costumeiramente se vê na história de uma ciência como a Geografia, por exemplo. Faz parte também dessa outra ordem de dificuldades, a noção de sentido que Castoriadis emprega constantemente em toda sua obra fazendo questão em distingui-la da noção de racionalidade. Indagado sobre se assimilava “sentido” a “racionalidade”, ele respondeu:

Não, assimilo o sentido ao que experimentamos como sentido. Chamo sentido, como chamei significação para nós, o que combina três vetores: o que podemos nos representar, o que é para nós objeto de um desejo e o que é o objeto de um investimento, de um afeto positivo. Tomemo-lo sob a forma completamente tola – aliás, não é de forma alguma tola, não é por acaso se é assim –, pensem no fim das histórias que contamos às crianças: eles se casam, tiveram muitos filhos e viveram por muito tempo. É algo que ao mesmo tempo podemos representar, que nos parece desejável (em todo caso o aparece às crianças e ao comum dos mortais), e que gostaríamos de alcançar. Isto faz sentido. Isto não é racional, demonstrável. Isso faz sentido para nós. (CASTORIADIS, 2009, p. 128, grifos nossos)

A Física e a Matemática há muito se ocupam da dimensão identitária do mundo, sobretudo, do tempo identitário social como também do espaço⁹, como mostra Castoriadis ao questionar algumas das ideias fundamentais dessas ciências, tais como, as de reversibilidade, entropia e a da espacialização do tempo. Ele as refuta como satisfatórias quando se trata de compreender o tempo imaginário, ou seja, o tempo como criação de *eídos*. Naquilo que interessa diretamente a essa investigação, são breves as passagens nas quais podemos encontrar referências ao espaço na obra de Castoriadis. Vejamos como aparece a noção de espaço na dimensão conídica.

Falei do espectro da espacialização que é frequente na física. Com efeito, a questão é mais profunda. A espacialização do tempo na física é apenas uma consequência do fato de que a física, a física matemática, trata tudo, inclusive o próprio espaço, dentro

⁸ Texto: *Janela sobre o caos*, que dá título ao livro, originário da transcrição parcial de dois seminários ministrados por Castoriadis, em janeiro de 1992, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, na França.

⁹ Para efeito dessa discussão ver também “Notas sobre o espaço e o número”, publicado em *As encruzilhadas do labirinto VI*: figuras do pensável, no Brasil, pela Civilização Brasileira, em 2004.

do enquadramento conjuntista-identitário (conídico). (CASTORIADIS, 1992, p. 281, grifos nossos)

Ora, a Física matemática trata o “espaço abstrato” numa perspectiva matemática e, portanto, compatível com a lógica conjuntista-identitária, o que também é verdadeiro para a noção de tempo como uma quarta dimensão “de um espaço geométrico quadridimensional”. Formulada pela Física, mas também pode ser encontrada na Filosofia, a questão do tempo como alteridade não é concebível, tampouco o espaço, que no limite pode ser concebido como o “lugar” da coexistência do idêntico e do diferente, o espaço receptáculo como vimos anteriormente.

Por que o idêntico e o diferente não são expressivos de novos *eîdos*? Há que distinguir diferença de alteridade. Vejamos essa distinção e em seguida a relação de ambas com a questão do tempo e do espaço, na dimensão conídica. Quanto à diferença, explica Castoriadis (1992, p. 282), “Diremos que dois objetos são diferentes se existir um conjunto de transformações determinadas (‘leis’) permitindo a dedução ou produção de um a partir do outro. Se tal conjunto de transformações determinadas não existir, os objetos são outros”. Nessa perspectiva, a emergência do outro dá sentido à ideia de novidade. Porém, não é essa sua concepção de “novo”.

O novo não é o imprevisível, o imprezível, nem o indeterminado. Uma coisa pode ser imprezível (o número que vai sair da roleta) e ser sempre a repetição trivial de uma forma; ou então ser indeterminada, e ser ainda a simples repetição de uma forma dada (por exemplo, fenômenos quânticos). Alguma coisa é nova quando é posição de uma forma que não seja produzível nem deduzível a partir de outras formas. Alguma coisa é nova significa, portanto, que alguma coisa é a posição de novas determinações, de novas leis. Aí está o sentido da forma – *eîdos*. [...]. Como tal a nova forma, o novo *eîdos* é criação *ex nihilo*. Enquanto forma, enquanto *eîdos*, ele não é produzível ou deduzível do que “estava aí”. (CASTORIADIS, 1992, p. 282, grifos do autor)

O filósofo enfatiza o condicionamento que as novas formas trazem consigo do que já existe, mas a criação evidencia que as determinações relativas ao existente não são “fechadas” de modo a impedir a emergência de novas formas. Ao fazer tais distinções, toma o tempo e o espaço como distintos, tendo em vista mostrar como o *tempo imaginário* aparece constituído pela alteridade e o *espaço abstrato*, matemático, como constituído pela diferença.

Isso nos permite propor uma caracterização do tempo distinguindo-o do espaço (e do espaço-tempo) abstrato ou matemático. Podemos, em pensamento, fazer abstração do que é diferente e pensar a pura diferença como tal. Isso é possível – e o resultado dessa operação abstrativa é o espaço puro, abstrato. *Nesse espaço, todo ponto difere de todo outro ponto sem possuir nenhuma característica intrínseca, graças somente a alguma coisa que lhe é exterior, isto é, à sua posição “no” espaço. Dois cubos perfeitamente idênticos são diferentes se, e somente se, ocuparem lugares diferentes no espaço. O espaço abstrato é esse milagre, essa possibilidade fantástica da diferença do idêntico. Os pontos, os segmentos iguais, as figuras ou os sólidos podem ser distinguidos sem*

possuir nenhuma diferença “própria” – pelo fato de que é diferente a sua localização, a sua posição no espaço. (CASTORIADIS, 1992, p. 283, grifos nossos)

Nessa perspectiva, que é a da Matemática, a dimensão conídica opera unindo elementos diferentes segundo a organização em conjuntos e “unindo característica a conjuntos de elementos”, de tal modo que se pode pensar “uma multiplicidade infinita de elementos ‘idênticos’ ao longo de uma dimensão ou número qualquer de dimensões”, analisa Castoriadis (1992, p. 284). Nesse caso, “a diferença é infinitamente produtiva” e “torna possível a totalidade da matemática”. Pode-se falar em produção, no sentido de construção, pois é a partir de elementos dados e segundo leis dadas que pensamos a multiplicidade. Porém, “no caso da alteridade não podemos fazer abstração do que, a cada vez, é outro; não podemos pensar a pura alteridade como tal. Ela aparece de fato também no espaço, mas não há espaço puro, abstrato, da alteridade”, afirmou Castoriadis (1992, p. 284). Conclui-se, portanto, que no espaço abstrato, conídico, não há lugar para a alteridade como algo que lhe é intrínseco, se não para a diferença do idêntico. Dito de outro modo, “a diferença e o espaço abstrato são solidários; mas eles são exteriores ao que, a cada vez, é diferente: por exemplo, dois pontos” (Ibid, p. 285). Mas a solidariedade do tempo com a alteridade é outra, posto que, “*o tempo é o ser tanto como o ser é alteridade, criação e destruição. O espaço abstrato é o ser tanto como o ser é determinidade, identidade e diferença*” (CASTORIADIS, 1992, p. 286, grifos nossos).

Toda essa formulação crítica e analítica de Castoriadis visando o espaço na dimensão conídica, mostra os equívocos da física matemática, e da filosofia de Bergson que teria identificado, erroneamente, o “espaço abstrato com o espaço apenas” permanecendo preso “à dimensão conjuntista-identitária do espaço”. A despeito da digressão que Castoriadis apresenta, ficamos tentados a indagar sobre a possibilidade de uma concepção que visaria o espaço imaginário; tal como vimos quanto à distinção entre tempo identitário e tempo imaginário.

O tempo público usual, como o espaço público usual, são construídos pela sociedade e dotados de característica conídicas definidas (homogeneidade, repetição, diferença do idêntico, etc.), apoiando-se visivelmente em características conídicas do que é – além das quais há certamente uma multiplicidade mais vasta da qual, para começar, não conhecemos nada. *Mas também, o espaço abstrato está longe de esgotar o que temos para pensar o espaço. Nada nos autoriza a tratar o espaço todo como identitário. [...]. Falo sobretudo da manifestação do ser como manifestação de uma multiplicidade heterogênea de alteridades coexistentes. [...]. Devemos, portanto, pensar o espaço como comportando não somente uma dimensão conídica, mas também uma dimensão imaginária ou poética.* (CASTORIADIS, 1992, p. 286-287, grifos nossos)

Apesar das elucidações e da afirmação da possibilidade de se pensar o espaço numa

dimensão imaginária, ficamos mais com um desafio posto ao pensamento do que propriamente uma teoria do *espaço imaginário*, no âmbito da filosofia da criação humana. Desafio e tarefa que se pode propor àqueles, aos geógrafos, que tão ardorosamente fazem a defesa do espaço como objeto de sua ciência, com a condição de elucidá-lo para além da dimensão conídica.

VI. 2. O território e as significações imaginárias sociais na travessia do século XX para o XXI¹⁰

Vimos no capítulo III como se deu a instituição da Geografia Humana e a “virada espacial” na Geografia, seu desdobramento numa discussão acerca da importância que, historicamente, o tempo adquiriu em relação ao espaço. Ao final do século XX, com a globalização, o espaço tornou-se uma noção privilegiada não só em algumas abordagens filosóficas, como também nas Ciências Humanas. Em que pese as teorias sociais que informaram a Geografia Humana, na segunda metade do século XX, de vertente neopositivista, estruturalista ou marxista, nelas encontramos o espaço numa dimensão conídica, se as compararmos com as proposições da teoria social presente na *filosofia da criação humana* de Castoriadis e sua distinção entre tempo conídico e imaginário, tempo e espaço conídicos.

Na perspectiva neopositivista, o espaço abstrato da física matemática, conjugado à Economia, constituiu a abordagem geográfica da nova Geografia. Nas abordagens estrutural-marxistas, o espaço foi vinculado ao poder, noção que aparece com forte influência em Claval (1979) e Lacoste (1989), para citar alguns dos autores proeminentes no cenário intelectual francês que tiveram acentuada influência no pensamento geográfico brasileiro no período pós segunda mundial.

Ao historiar o movimento estruturalista, Dosse (1993, 2v., p. 475) ressalta o modo como tal movimento foi avesso à historicidade tendo feito predominar sobre ela uma “topológica”, isto é, numa aversão ao historicismo, o estruturalismo teria promovido “essa imobilização de um tempo que só se desenrola num infinito presente”. Desse modo, “o estruturalismo não faz mais do que exprimir essa ausência de peso histórico para além da criação de um método que se aplica mais à sincronia do que à diacronia” (DOSSE, 1993, p. 475). Essa opção metodológica, em relação à historicidade, teve fortes implicações na forma

¹⁰ Vimos no capítulo V como o território apareceu vinculado com as significações imaginárias: técnica e desenvolvimento, veremos a seguir suas vinculações com a história, a nação e a política, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

de conceber o tempo e o espaço nas Ciências Humanas.

Assistiu-se durante todo esse período a uma refutação do olhar que fora propenso até aí a privilegiar a dialética das temporalidades, a investigação das origens, e que doravante orienta-se para o desvendamento das lógicas espaciais, para os múltiplos jogos de posição e de localização dos limites das relações possíveis no espaço. (DOSSE, 1993, p. 485, grifos nossos)

Esse matrimônio entre estrutura e espaço resultou numa *topologia estruturalista* que promoveu a “desvitalização sem anestesia dos conteúdos transcendentais do espaço, substituindo-os por uma lógica dos lugares e de suas possíveis combinações” (Ibid, p. 485). Assim, “Os elementos da estrutura perdem todo o sentido singular e só recebem significação em seu jogo combinatório” (Ibid, p. 485). Estamos, portanto, nos distanciando do espaço da “geo-história” de Braudel à medida que, no âmbito da Geografia, articula-se a teoria dos sistemas à noção de estrutura, o que imprimiu uma acepção operacional ao espaço dos geógrafos, ainda que abstrata. Tal como o espaço, a própria noção de estrutura era vazia de sentido.

O espaço do estruturalismo é um espaço do fora, um alhures não redutível à sua atualização, é uma matriz a diferenciar, cujos efeitos secundários não se pode apreender. [...]. *A estrutura é essa falta de ser, esse buraco, essa hiância ou Coisa, esse Significante primeiro, esse grau zero jamais presente ao olhar, esse Ser que escapa ao ente, simples virtualidade. [...]. É a partir desse vazio inicial que se pode desenvolver um pensamento do espaço com seus limites, suas obras, seus lugares de conexão, instituindo uma relação entre a estrutura e sua atualização, e não mais a passagem de uma estrutura para outra, de um momento para um outro [...]. (DOSSE, 1993, p. 486, grifos nossos)*

Numa outra frente de atuação, contrária a essa concepção de espaço, se opôs Lefebvre, um dos adversários da voga estruturalista. Sua concepção do marxismo, à época, foi considerada como “revisionista”. Sua influência no pensamento geográfico brasileiro já foi mencionada anteriormente¹¹.

Ao retomar essa reflexão acerca da relação entre Geografia Humana e teoria social, pretendo mostrar a linha de continuidade que há desde uma concepção de *espaço conídico* até a de território, nas acepções que este recebeu no pensamento geográfico contemporâneo. Como significação imaginária social, tese aqui apresentada, o território foi quase sempre concebido pelo pensamento geográfico na perspectiva da dimensão conjuntista-identitária, ou seja, apoiado no “estrato natural”, característica dessa lógica, tal como se pode encontrá-lo na instituição científica que lhe confere a Geografia.

¹¹ Nos capítulos I e III.

VI. 2.1. A instituição científica do território

De tanto empregarmos as noções de pensamento e elucidação pode-se supor que toda criação começa com o pensamento. Diante da possibilidade de se entender essa noção num outro sentido que não é o perseguido até o momento, faz-se necessário algumas advertências ao leitor, tendo em vista a possibilidade de acompanhar a interpretação proposta. Castoriadis foi indagado sobre se a criação, tal como havia sido apresentada, começava no fato de pensar, e ele respondeu:

Não, digamos que ela começa em muitas coisas e em certo sentido no próprio fato de *fazer* coisas, porque o ser humano nunca faz coisas por simples reflexo ou por simples necessidade, e que no mais simples fazer humano já existe esta dimensão absolutamente central aos meus olhos, a dimensão imaginária: a capacidade de formar um mundo e de dar sentido, uma significação a este mundo e a si mesmo, ao que fazemos. O pensamento explícito ou o que chamamos de pensamento como pesquisa interminável, começa muito mais tarde. (CASTORIADIS, 2009, p. 51)

O ser humano sempre se põe questões explicitamente, muitas delas eram instrumentais, isto é, vinculados diretamente ao seu *fazer*. Mas ele também se põe questões não vinculadas diretamente a situações instrumentais ou inúteis quando comparadas a uma atividade instrumental, quando isso ocorreu, o pensamento se fez presente como criação. Certamente o homem do paleolítico se perguntava se haveria caça na floresta, uma questão instrumental, mas perguntar o que é uma substância, um objeto, é criar uma forma de relação com o mundo que escapa a instrumentalidade do fazer. Essa forma de interrogação, o pensamento como criação, se expressa na emergência da Filosofia, mas também quanto ao conhecimento, pois

Quando se fala de conhecimento, as teses em presença se reduzem finalmente a duas. Por um lado, nosso conhecimento corresponde ao real e no limite é um puro reflexo. Tese bem conhecida, graças entre outras à vulgata marxista. E uma outra tese que diz: não, nosso saber é o sujeito cognitivo, que se trate da consciência ou que se trate, aliás, de uma sociedade ou de uma época, pouco importa... (CASTORIADIS, 2009, p. 58)

Essas duas teses são insustentáveis quando se considera que “para que haja conhecimento é preciso uma estrutura, uma organização mínima daquilo que é e daquele que conhece” (CASTORIADIS, 2009, p. 59). Uma vez refutadas essas duas teses, cabe indagar sobre a validade do realismo e do idealismo comparativamente à *filosofia da criação* naquilo que concerne ao real e à epistemologia.

E chegamos à conclusão de que todo produto de nosso conhecimento, em tudo o que chegamos a conhecer, tem uma dimensão que vem de nós no sentido mais amplo do termo, e que é o que chamo de *esquemas imaginários fundamentais*, que são estruturantes do mundo e do conhecimento – mas que existe, também, alguma coisa quando se trata do saber, quem é o referente deste saber, e que este referente, de uma

maneira ou de outra, está sempre aí, ou seja, que nosso saber tenta sempre se reger sobre esse referente. (CASTORIADIS, 2009, p. 59, grifos do autor)

Esses esquemas imaginários fundamentais aparecem no conhecimento científico e o exemplo que Castoriadis dá é o da teoria newtoniana ao “visualizar o universo”, ou seja, de “o visualizar intelectualmente”, “a intuição intelectual” que nela está presente. O conhecimento não só encontra “alguma coisa”, mas encontra criando, pois, encontra “imaginando coisas: pondo novas *grandes imagens* – cuja diferença em relação às más imagens ou às pequenas imagens está em que elas tocam em algo” (CASTORIADIS, 2009, p. 60). Assim, no que se refere à ciência, ao conhecimento científico, encontramos em sua própria linguagem não só um “acordo sobre os termos que se utiliza”, ela “é trabalhada por categorias lógicas e por esquemas imaginários” (Ibid, p. 60). Por meio dessas referências podemos pensar numa instituição científica do território indissociável de sua instituição social.

Vimos, no capítulo 5, como o território foi concebido na Filosofia, com Foucault, e na Geografia, com Ratzel. E vimos também como, na década de 1990, emergiram os estudos acerca do território, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, isto é, como se deu seu “retorno”, cujo evento: *O novo mapa do mundo*, em 1992 consertar, foi um marco emblemático dessa ascensão. Com efeito, não se está afirmando que não houve reflexões sobre o território por geógrafos não brasileiros e anteriormente a esse momento histórico. Pretendo ressaltar a relevância que ele adquiriu nesse momento e os sentidos que foram lhe atribuídos desde então. Uma breve digressão sobre o território no pensamento de autores que influenciaram os geógrafos brasileiros pode ser ilustrativa do que se afirma.

A relevância do estudo do território, quer como conceito, quer como categoria de análise para a ciência geográfica é indiscutível na história do pensamento geográfico em nível mundial e, particularmente, no Brasil. Conjugado a outros conceitos como os de região, lugar e espaço, importantes para análise geográfica, o de Território é parte da tradição e da teoria em Geografia. Contudo, nas duas últimas décadas do século XX e no alvorecer do século XXI, os geógrafos têm-se dedicado a elucidar, com maior ênfase, por meio de pesquisas e da reflexão teórica, a complexidade das sociedades contemporâneas por meio do território e de suas relações com o espaço. A retomada desse conceito, basilar à compreensão geográfica do mundo, encontra respaldo e amplitude em outros campos de conhecimento, tais como na Filosofia, nas Ciências Sociais, como também na Etologia.

O vocábulo território é originário do latim *territorium*, derivado de terra, figurava nos tratados de agrimensura significando “pedaço de terra apropriada”. Sua difusão efetiva ocorre

na Geografia no final da década de 1970¹², numa variedade de acepções: como extensão considerável de terra; base geográfica do Estado sobre a qual exerce sua soberania e que abrange o solo, rios, lagos, mares, interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos; parcela geográfica que serve de *habitat* exclusivo a um grupo humano, animal ou um indivíduo; extensão de terreno dependente de uma autoridade, ou ainda, região ocupada por um país, cidade ou vila, uma área que está sob o controle de um Estado soberano, isto é, área continental ou marítima nas quais os Estados e/ou outras entidades políticas exercem uma forma de controle. A acepção da Etologia refere-se ao território dos animais, sendo condicionado por fatores de tipo climático, edafológico, botânico e, naturalmente, pelos outros animais, ou seja, caracteriza o domínio de uma espécie animal exercendo o domínio, numa determinada área, de forma intensa sobre outras espécies.

Nas Ciências Sociais, grosso modo, o emprego do termo aparece como objeto de reflexão relacionado à base material, ao desempenho do Estado e à existência e sobrevivência de um povo. Na Filosofia, como vimos em Foucault, o território aparece relacionado com a “arte de governar” e como noção jurídico-política, ou seja, aquilo que é controlado por certo tipo de poder, noção muito próxima de espaço. Ainda na filosofia francesa contemporânea, o termo aparece em Guattari e Rolnik (1986, p. 323), em um sentido amplo que ultrapassa a noção e o uso que dela se faz na Etologia.

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Em Ratzel, o território é uma dimensão espacial e uma instância material da existência de um povo, de uma sociedade e, sobretudo, do Estado. Vincula-se a dois conceitos fundamentais, solo e espaço vital. Nele encontra-se uma *intuição intelectual* inusitada no pensamento geográfico, ao vincular a instituição da sociedade moderna ao território e ao Estado-nacional. Com efeito, seu *esquema imaginário* recobre uma parte importante da instituição das sociedades modernas, nas quais foram instituídas os *estados territoriais*. Tal

¹² Segundo Capel (1999), a concepção de território como algo mensurável e pensável em termos técnicos tanto quanto econômicos, aparece para alguns autores entre o final do século XVII e o final do século XVIII. Nascida em Flandres e na Espanha, no século XVI, a aspiração a uma formulação exata e precisa do território, começa a tornar-se real.

fato não o isenta das críticas que recebeu, mas explicita a insuficiência das críticas que reduzem seu pensamento à ideologia apenas.

Um pouco mais próximo de nós, Raffestin (1993, p.) concebeu o território como “o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, ou seja, é o espaço onde se projetou o trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Nessa concepção, o território vincula-se aos conceitos de espaço, sistema territorial e territorialidade. Sendo que o “sistema territorial é a forma como os atores procedem à repartição das superfícies, a implantação de nós e a construção das redes” (Ibid, p.). E a “territorialidade é o conjunto de relações concebidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”. Raffestin (2006, p. 03) comentou, numa entrevista, sobre o contexto no qual o livro: *Por uma geografia do poder* foi elaborado¹³:

Quando eu escrevi o livro, o ambiente intelectual era particularmente estruturalista e a influência saussuriana não era negligenciável [...]. Eu sempre achei que a fraqueza da geografia enquanto *corpus* científico vinha de sua incapacidade de forjar conceitos que pudessem articular-se uns aos outros. Tomemos o exemplo do espaço e do território. Em uma certa época, a distinção não era feita e não parecia representar grande interesse.

Com efeito, naquela obra Raffestin (2006, p. 3) distinguiu os conceitos de espaço e território do seguinte modo: “Eu considerei o espaço, de forma axiomática, como aquilo que era dado e o território como o que era produzido, a partir do espaço, pela ação humana, o que restitui todo seu valor ao trabalho [...] e à cultura como programa complexo próprio a cada sociedade”. *Por uma geografia do poder* teve forte influência no pensamento geográfico brasileiro e o depoimento de Raffestin acerca dessa obra, expressou a importância da “geografia do poder”:

*Eu acredito que a lição que deve ser aprendida da geografia do poder é essencialmente das técnicas de invenção conceitual e as possibilidades de gerar, a partir de alguns elementos uma grande diversidade conceitual. Eu acho, em particular no que concerne à análise do poder a partir do pensamento de Foucault, a análise das línguas, das religiões etc., que convém aperfeiçoar, mas procurando sempre as relações que existem entre esses diferentes elementos de maneira que se possa criar um *corpus* utilizável para a geografia que não seja mais um *corpus* tirado da linguagem cotidiana, mas de processos analíticos renovados. A renovação da geografia passa pelos esforços de construção conceitual para poder elaborar diversas teorias sem a utilização das quais não se pode ter, aí, progressos reais. (RAFFESTIN, 2006, p. 4, grifos nossos)*

¹³ Entrevista de Claude Raffestin a Saquet, publicada na *Revista Formação*, 2006.

VI. 2.1.1. História e território no pensamento geográfico renovado

O fenômeno da globalização e seu debate no cenário intelectual mundial apresentaram uma dupla frente de intervenção para a Geografia: de um lado, a globalização, por meio da revolução tecnológica nas comunicações e nos transportes, teria inaugurado um novo período histórico, no qual o espaço adquiriu uma relevância expressiva maior que o tempo. Como a Geografia passou a advogar o direito de ser a Ciência Social, por excelência, a refletir sobre a relação entre espaço e sociedade, sua liderança dentre as outras ciências tornava-se incontestável. Entretanto, o fenômeno da globalização e o discurso neoliberal acenavam para a redução do papel do Estado, não só na economia como também na regulação da vida social, e com ele a discussão sobre o fim dos territórios nacionais modernos. Ora, a tradição da Geografia Política e da Geopolítica sempre fora alimentada pelas relações que as sociedades estabelecem com o território por meio do Estado e da política, de tal modo que a relação Estado-território passou a dar a tônica do discurso geográfico desde o século XIX.

Desse modo, o pensamento geográfico contemporâneo se vê diante da ascensão de um objeto, o espaço, que legitima a Geografia científica e de outro é chamado a reabilitar um conceito (o território) que, por sua tradição, não poderia ser aniquilado. Por sua trajetória, Milton Santos destaca-se como um dos geógrafos que atuou nessas duas frentes que se apresentaram à Geografia e ao mundo contemporâneo, na travessia do século XX para o XXI. Ao se posicionar teórica e politicamente, ele conferiu à Geografia *status* e prestígio até então desconhecidos em sua história. Conforme vimos anteriormente, o território sempre esteve presente em suas reflexões mesmo quando a premissa era o espaço. Em *Por uma geografia nova*, a despeito de ser uma obra que reconstituiu criticamente a história da Geografia e do pensamento geográfico, ao mesmo tempo em que propunha o espaço como objeto da Geografia, o território também está presente, e Santos (1978) procurou concebê-lo numa perspectiva que apontava um esforço em ultrapassar as concepções clássicas, a saber, a relação entre território, povo, soberania¹⁴. Com efeito, um fio liga o território ao espaço: o uso do território: “A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania” (SANTOS, 1978, p. 233). Além da dimensão relacional, o “território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa

¹⁴ Não se trata de reconstituir uma história do território no pensamento de Milton Santos, mas de identificar momentos e situações nas quais, como conceito, o território configurou-se como elemento de reflexão no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

um dado fixo”(Ibid, p. 233). Nessa concepção se percebe que o liame que define ou distingue o território do espaço é bastante tênue porque o território

[...] se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território. (SANTOS, 1978, p. 233)

Não só a história, como também as ações humanas e sociais balizam as concepções de espaço e território.

A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território por: a) o modo de produção dominante à escala do sistema internacional, sejam quais forem as combinações concretas; b) o sistema político, responsável pelas formas particulares de impacto do modo de produção; c) mas também pelos impactos dos modos de produção precedentes e dos momentos precedentes ao modo de produção atual. (SANTOS, 1978, p. 233).

Em *Metamorfoses do espaço habitado*, Santos (1988b, p. 75) fez distinções entre conceitos fundamentais da análise geográfica, dentre eles o de território e *configuração territorial*. Esta “é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”. A *configuração territorial* é condicionada pelo estágio de desenvolvimento, pela relação de interdependência entre as coisas naturais e artificiais, de tal modo que todo e qualquer país apresenta uma *configuração territorial*. Conforme define Santos (1988b, p. 75-76) ela “É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país” a define (SANTOS, 1988b, p. 75-76).

Enquanto a *configuração territorial* “é sempre um sistema”, ou melhor, uma totalidade, ainda que *inerte*; a paisagem é parcial e sempre dá uma visão fragmentada, setorial, do espaço ou do território, pois manifesta-se através da aparência que as coisas, em conjunto, se apresentam aos nossos sentidos e por isso mesmo a percepção dela nos engana. Mas tal não ocorre com a *configuração territorial* que “é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro [...] entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade”, como concebe Santos (1988b, p. 77). Há, sobretudo, o encontro entre a história, o modo de produção, a técnica e a ciência com o espaço, o que implica na metamorfose deste em *meio técnico-científico*. A fase atual da História caracteriza-se por seu advento.

A fase atual da história da humanidade, marcada pelo que se denomina de revolução científico-técnica, é frequentemente chamada de período técnico-científico [...]. Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência.

Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. O próprio espaço geográfico pode ser chamado de *meio técnico-científico* [...]. (SANTOS, 1991b, p. 8)

Para se compreender o espaço geográfico nesse período histórico atual, isto é, entender a realidade e o espaço, é preciso considerar o aparecimento de dois novos fenômenos que constituem a base de explicação dessa nova realidade. E porque “o período atual vem marcado por uma verdadeira unicidade técnica [...] pelo fato de que em todos os lugares [...] os conjuntos técnicos presentes são ‘grosso modo’ os mesmos, apesar do grau diferente de complexidade; e a fragmentação do processo produtivo à escala internacional se realiza em função dessa mesma unicidade técnica” (SANTOS, 1991b, p. 9). A realização histórica desse período atual evidenciaria o que Santos denominou de *empiricização dos universais*, pois, doravante, o conhecimento do planeta era um fato histórico e geográfico constatável empiricamente e não uma hipótese teórica a ser comprovado num futuro distante. Assim,

pela primeira vez na história do homem, os universais tornam-se passíveis de empiricização, o processo de totalização pode ser constatado empiricamente. Teríamos, desse modo, penetrado na era de ouro da teorização e do discernimento das perspectivas: era de ouro ou nada, se não pudermos utilizar os instrumentos que estão diante de nós para construir um novo pensamento. (SANTOS, 1991b, p. 11, grifos nossos)

O modo como expressou essa crença revela sua aproximação com a concepção filosófica de Marx que é, essencialmente, em seu conteúdo a inversão marxista da filosofia hegeliana, a saber, como mostrou criticamente Castoriadis (2009, p. 47): “o Espírito do mundo é encarnado nas forças produtivas. Esta técnica capitalista é a racionalidade encarnada da nossa época”. Do mesmo modo, a construção desse novo pensamento está implicada no desenvolvimento dessa dialética da História¹⁵. Na concepção de Marx, a explicação científica da realidade histórica podia ser encontrada, além de na história, na Economia Política tal como ele a concebeu, visando a lhe conferir um nível de cientificidade que ela não tinha nos teóricos que lhe antecederam, pois estava impregnada da ideologia burguesa. No entanto, consideradas as devidas especificidades, para Milton Santos a ciência chamada a dar conta, teórica e empiricamente, desse período atual, era a Geografia. A noção de período e de meio técnico-científico visava expressar essa *universalidade empírica*.

A fase atual, chamada também de período científico, do nosso ponto de vista particularista, é, em primeiro lugar, a fase na qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio científico-técnico, isto é, um momento histórico no qual a construção ou a reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica. (SANTOS, 1991b, p. 11)

¹⁵ Para retomar a referência dessa formulação rever o capítulo II sobre as teorias da história em Hegel e Marx.

Essa “universalidade empírica” é passível de ser constatada pelo modo como, na particularidade do fazer e acontecer do fenômeno técnico, ela se revela na escala do território. Do território produzido material e socialmente como obra da sociedade que o institui e da História, daí a noção de *território usado*.

O território hoje é possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. [...] os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de que são movidas por um único conjunto motor, a mais-valia ao nível mundial que é um última análise responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. (SANTOS, 1991b, p. 12-13, grifos nossos)

Comparativamente à década de 1980, Santos passou a enfatizar o território e a empregar a noção de território usado na década de 1990. Assim ele descreveu os motivos que o levaram a se inserir no debate intelectual em curso no cenário nacional, particularmente na Geografia¹⁶:

A questão do espaço tem a ver, nos anos [19] 70, com a minha relação com o mundo anglo-saxão, onde o espaço ganha uma força grande no vocabulário da disciplina. Daí eu o ter usado muito. *Chegando ao Brasil, onde acontece a geografia que fiz mesmo, vejo que ela quer ser uma geografia cidadã: quero ser um scholar e também um cidadão. Essa geografia cidadã me apontou para a forma de a gente se inserir no debate social.* (SANTOS, 2004, p. 34, grifos nossos)

Apesar de ter destacado essa relação com a Geografia anglo-saxônica, sabe-se que nas décadas de 1960-70, a noção de espaço como objeto da Geografia já se fazia presente no pensamento geográfico francês, como, por exemplo, com George, Lacoste, dentre outros¹⁷. Sabe-se do apoio de Santos ao grupo da revista *SpacesTemps*. No entanto, considerando a situação brasileira, à época, para tal inserção, a palavra território era mais contundente que a palavra espaço “sobretudo porque a palavra espaço você usa como quiser, e território tem uma força, tanto que eu recuso o debate da diferença entre uma coisa e outra” (Santos, 2004, p. 34). Podemos indagar sobre o que vem a ser um território usado, se haveria um território não usado.

A essa composição do território, tanto técnica como política – quer dizer, fluidez das rodovias, aeroportos praticáveis o ano inteiro, aparelhamento hoteleiro, mão-de-obra adequada ao que quero fazer, sindicatos dóceis ou menos dóceis, governos coniventes ou menos coniventes –, é que chamo território usado. (SANTOS, 2004, p. 34)

¹⁶ Para um entendimento mais amplo do retorno de Milton Santos ao Brasil e de sua recepção no ambiente geográfico, sob outra perspectiva que não a da “fala de si”, ver a entrevista de Maria Adélia A. de Souza à *Revista GEOSUL*, em 2003.

¹⁷ Tal como vimos no capítulo III.

Essa definição permitia não só a conjugação entre técnica e política como também captar e expressar o movimento do território. Santos (2004, p. 35) considerava que o território, em relação à Europa, onde o movimento era mais lento, no Brasil e na África se apresentava numa movimentação mais dinâmica que deveria ser expressa numa formulação dialética que lhe era intrínseca “[...] o que eu digo é que há uma situação e que a dialética se dá entre os homens, e os homens no território, e não entre os homens e o território como definido classicamente”. Questionado sobre o fato de ter empregado e abandonado algumas noções ou conceitos ao longo de sua produção teórica, tais como o de espaço e a categoria formação socioespacial, Santos explicou o sentido que elas tinham em sua reflexão.

Eu tinha a intuição de que o espaço era a instância, quando o espaço como nós aprendemos e ensinamos era materialidade e não materialidade mais ação. Então, meus colegas e outros marxistas tinham uma enorme dificuldade, pois se espaço é materialidade, como atua sobre a sociedade? *Ele estaria aí para ser atuado, a velha noção de espaço receptáculo, de espaço plano, consequência, reflexo.* (SANTOS, 2004, p. 29, grifos nossos)

Era essa a concepção que Santos visava superar. Projeto que perseguiu insistentemente em toda sua reflexão. Mas com o advento da globalização havia a necessidade de reabilitar o território no pensamento geográfico e por meio dele também repensar a identidade própria da Geografia.

Tal influência da globalização e do neoliberalismo alcança a própria geografia, quando esta aceita transformar-se em uma geografia sem território, como, aliás, está se tornando frequente e pode mesmo ser apontado como prática hegemônica em certos centros universitários. Exemplos dessa geografia sem território não se limitam ao discurso da disciplina para fins externos, mas se inserem no próprio âmago do trabalho científico e da formação de novos geógrafos, tanto na pesquisa como no ensino. São numerosos os temas que, por facilismo ou mera ignorância de seus portadores, invadiram os currículos. (SANTOS, 2004, p. 115-116, grifos nossos)

As consequências dessa “geografia sem território” se expressavam nos planos teórico e político, como também pedagógico, isto é, na formação de futuros geógrafos, daí a necessidade de reabilitar o conceito de território em sentido amplo, sob o risco de aniquilamento da ciência geográfica.

Uma geografia sem território é uma contradição que ajuda a explicar a ausência cada vez maior dessa categoria de análise e debate aprofundado da nação. Isso constitui para o país um retrocesso, e para a disciplina geográfica pode equivaler a uma espécie de suicídio. Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo *podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomada, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal.* (SANTOS, 2004, p. 116-117, grifos nossos)

Quais eram as implicações da globalização em relação ao território, no plano teórico e político? Num jogo entre aparência e essência, a globalização tinha implicações no plano do pensamento e no destino das populações, dito de outro modo, tal como formulou Santos (2004, p. 117, grifos nossos): “*Por mais que a realidade do território se revele, nessa fase da globalização, vingam numerosas confusões e mal-entendidos sobre a noção e a realidade desse elemento fundamental da vida dos povos*”. Essas confusões e os mal-entendidos referiam-se a uma noção, mas também a um dado da realidade: “A ideia de territorialidade, que é uma determinação, às vezes, se confunde com o fato do território, permitindo que definições controversas tomem o passo sobre uma realidade fungível, empiricamente constatável, sem a qual a vida das populações e das pessoas, nem a sua territorialidade [...] torna-se possível” (Ibid, p. 117). Os efeitos perversos da globalização se revelavam no território por meio da desordem, da fragmentação, do predomínio da instância econômica sobre a dimensão política das sociedades. O predomínio do sistema financeiro e do dinheiro, a ingovernabilidade dos governos nacionais que aceitavam, sem restrições, a globalização como um dado absoluto.

Neste último caso – o do Brasil –, um novo unitarismo, mais férreo e, ao mesmo tempo, mais desagregador é utilizado, não mais em defesa do território e da nação, mas para facilitar a todo custo a entrada da globalização. Trata-se de um vale-tudo, com a morte, se necessário, do sentimento e da prática da solidariedade e da própria ideia de nação. Daí as manifestações e a agravação das tensões no território brasileiro. (SANTOS, 2002, p. 85)

A despeito da perversidade da globalização, o território reagia sob a forma de revanche. “As tensões agora reveladas pelo território resultam de um conjunto de forças estruturais agindo nos lugares. Daí a desordem geral que se instala, como vingança do território contra a perversidade do seu uso”, conforme avaliava Santos (2002) nos anos finais da década de 1990. Assim, dar conta e razão desse novo período histórico era responsabilidade da Geografia e dos geógrafos, o que implicava numa tarefa teórica e, simultaneamente, política, incomensurável.

Agora, quando a constituição do território é um dado essencial na produção da história, nesta era da globalização, também não basta proclamar que o espaço geográfico existe como um dado inseparável do resto da vida social. *Lugares e regiões tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, o comércio, a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer o seu papel na elaboração do destino dos países e do mundo. O espaço geográfico torna-se algo dotado de grande autonomia no processo histórico, e é exatamente esse fato – essa maturidade histórica – que leva a uma reafirmação da geografia no rol dos saberes.* (SANTOS, 2002, p. 99, grifos nossos)

Essa dialética entre a desordem, provocada no território pela globalização, e a revanche do território resultava em possibilidades de síntese, no sentido dialético ao gosto da Geografia renovada, para o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

A geografia brasileira foi, certamente, a primeira a se aperceber da relação entre essa grande mudança histórica – a globalização – e necessidade profunda de se atribuírem novos fundamentos filosóficos e epistemológicos. Dessa forma é que, entre nós, nos dois últimos decênios, a disciplina, antes limitada às escolas e, às vezes, a certas áreas do governo, ganha ao mesmo tempo um público mais amplo que os seus limites disciplinares e obtém uma relevância política que a estabelece como intérprete autorizada da realidade nacional. (SANTOS, 2002, p. 100, grifos nossos)

Além da legitimidade que Santos acreditava ter a Geografia brasileira conquistado, nela o objeto de estudo tinha também a força do sujeito que atua na configuração da realidade histórica e social. A crença inabalável de Santos no poder de transformação da ciência, no caso específico a Geografia, como se pudesse ultrapassar a fronteira entre o científico e o político, era a expressão contundente de que seu pensamento se mantinha herdeiro de uma linhagem de pensadores, de Comte até Marx, crédulos na inseparabilidade entre teoria científica e política¹⁸. Ao final do século XX, Santos (2002, p. 100) acreditava num vasto campo aberto à ciência geográfica brasileira “[...] apesar de bolsões persistentes de resistência, vai permitir a constituição de uma geografia brasileira autônoma no fim do século 20”, ao mesmo tempo em que indicava as possibilidades reais de sua evolução.

Duas ideias-força são basilares na produção dessa evolução. De um modo geral, a geografia, tanto quanto o direito internacional e a ciência política, costumava trabalhar com uma noção de território como se ele fosse uma forma vazia, uma espécie de receptáculo, mesmo ao considerar o papel da população e seus movimentos, da produção e suas etapas e da lei. *Cuida-se agora de reconhecer a inseparabilidade estrutural, funcional e processual entre sociedade e espaço geográfico, no presente como no passado e no futuro. Desse modo o território é visto como um palco, mas também como um figurante, sociedade e território sendo simultaneamente ator e objeto da ação. Só desse modo a geografia pode alcançar um enfoque totalizador que autorize uma intervenção política interessando à maior parte da população.* (SANTOS, 2002, p. 100, grifos nossos)

Nos anos finais do século XX, Santos lançou um manifesto intitulado: *O papel ativo da Geografia* que foi bastante comentado no Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela AGB, na cidade de Florianópolis, em 2000. Numa linha de atuação que lhe era peculiar, publicou, em 2001, em co-autoria com Silveira, o livro: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, sobre o qual ele fez o seguinte comentário: “Interpretei o Brasil a partir do seu território. Ele é a personagem central dessa leitura. Quero mostrar que o território

¹⁸ Para efeito dessa afirmação retomo algumas das formulações acerca da teoria social apresentadas no capítulo III.

permite fazer falar a nação” (SANTOS, 2002, p. 69)¹⁹. Com essa obra, ele se aproximava de outros cientistas sociais brasileiros, tais como Sergio Buarque de Holanda e Celso Furtado, ao oferecer uma representação do Brasil por meio de seus campos disciplinares, como também pelo que representaram como intelectuais brasileiros. Santos (2002, p. 69) declarou: “[...] quero que um sujeito que leia essa obra no Japão ou na Cochinchina entenda o Brasil”. Indagado sobre a possível polêmica que o livro poderia causar, nessa entrevista ele comentou que esperava que fosse sobre a evidência da “ingovernabilidade da nação, dos Estados e das cidades” demonstrada pelo uso do território.

De acordo com o relato de Silveira (2008), a história da recepção desse livro demonstrou que algumas das motivações que lhe deram origem e que nele estão presentes, como seu conteúdo, não foram tão bem assimiladas, ainda que o impacto de sua publicação tenha sido “completamente positivo”²⁰. Apesar das críticas recebidas, quanto à metodologia (o excesso de dados estatísticos, a opção por trabalhar na escala estadual, etc.), foi possível demonstrar, empiricamente, que a teoria proposta por Santos tinha uma operacionalidade teórica e metodológica, que os conceitos podiam ser empiricizados e, sobretudo, enfatizar a proposição segundo a qual “o território faz falar a nação”. Essa obra juntamente com *Por uma outra globalização* foram as últimas publicações de Milton Santos antes de sua morte, em junho de 2001.

Não se poderá deixar de reconhecer, no pensamento de Milton Santos, duas características expressas em outros momentos dessa investigação. Uma delas, tomada como referência de Ricoeur (1983), diz respeito à noção de *proposição de mundo* que podemos encontrar na obra desse geógrafo brasileiro²¹. A outra, tomada de Castoriadis (2009), refere-se à noção de *esquemas imaginários* juntamente com as de *categorias lógicas*²², que se encontra no pensamento miltoniano.

Em que pese a existência atualmente de “várias geografias” ou subáreas, pode se constatar que o tema do território, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, consagrou, conscientemente ou não, a Geografia Humana, mesmo quando, na maioria das

¹⁹ Entrevista de Milton Santos a Machado, em 2 de fevereiro de 2001.

²⁰ Entrevista realizada pela autora com María L. Silveira, em 10 de dezembro de 2008. Além de co-autora, Silveira, geógrafa argentina, tem uma trajetória intelectual marcada pela influência de Milton Santos, desde a década de 1990, que foi também seu orientador, amigo e mentor intelectual. Influência que tem se desdobrado, atualmente, em abordagens inusitadas na produção teórica de Silveira (1999b, 2006b, 2006c).

²¹ Retomo aqui a teoria do discurso desse filósofo, acerca do discurso como obra e como significação. Constatase uma “proposição de mundo”, na oralidade e na escrita, pelos vários fragmentos aqui citados, tanto nas entrevistas realizadas com Milton Santos quanto em suas obras. Tal proposição consiste em “olhar” o mundo, a realidade, por meio do espaço social.

²² Com essa afirmação pretende-se enfatizar mais uma vez a coexistência da dimensão conídica e da dimensão imaginária também no pensamento científico, tal como temos acompanhado nessa reflexão com Castoriadis.

vezes, o termo Geografia genericamente parece tê-la suplantado. Na interpretação de Mamigonian (2004), Milton Santos renovou a Geografia Humana ao descobrir o paradigma de formação socioespacial, tomado emblematicamente em duas de suas obras essenciais: *Por uma geografia nova* (1978) e *A natureza do espaço* (1996c). Ademais, o que nos chama a atenção nessa apreciação de Mamigonian, acerca da formação e trajetória de Milton Santos, são o respeito e prestígio intelectual que este conquistou com seu trabalho, entre geógrafos e não geógrafos:

Quando faleceu em junho de 2001, aos 75 anos, Milton Santos era o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Naquela ocasião, Aziz Ab'Saber assinalou que Milton Santos havia sido um filósofo da geografia, tendo reunido o conhecimento do mundo do seu tempo para pensar as necessidades do Brasil como intelectual comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antonio Candido lembra que Milton Santos havia representado nas ciências humanas o que se pode chamar de ala combatente, como Florestan Fernandes, e nos seus trabalhos o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado, por sua vez, afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, maior do que de um cientista social, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade [...]. (MAMIGONIAN, 2004, p. 115)

A continuidade do pensamento miltoniano tem se renovado numa vasta produção geográfica, no âmbito da Geografia Humana e de outras ciências de difícil sistematização devido a sua amplitude. Todavia, considerei de grande relevância, para efeito da temática dessa tese, o trabalho das geógrafas argentinas Silveira e Arroyo. Ambas foram orientandas, colaboradoras e têm contribuído significativamente com o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

Silveira (1999a) formulou uma abordagem inusitada para a realidade argentina, empregando os referenciais teóricos e metodológicos propostos por Milton Santos, nela conjugando os conceitos de região, território e meio técnico-científico. Nessas quase três décadas de permanência no Brasil, sua produção intelectual tem feito avançar nosso entendimento da história da Geografia (1999b, 2006a, 2006b), nossa compreensão da importância da teoria e do método na constituição da ciência geográfica. Indagada sobre a existência e a especificidade da Geografia brasileira, Silveira (2008, p. 69) comentou sua impressão:

me parece que há uma Geografia brasileira no sentido de que de baixo para cima há uma vontade de explicar o movimento. [...] o que mais continua me impressionando no Brasil, é o movimento, é uma sociedade em permanente movimento. Acho que isto está de uma forma mais ou menos presente em tudo que se faz aqui na Geografia.

Comparativamente à Geografia em outros países, a Geografia brasileira se caracteriza positivamente, por uma particularidade:

Há, no Brasil, uma vontade de teorizar em Geografia, isto é, de pensar as categorias repensá-las, substituí-las, não é uma Geografia cristalizada, não é uma Geografia que tenha que obedecer a categorias instaladas como a gente pode ver nos clássicos [...]. Acho que também pelo fato de ser uma nação jovem, uma disciplina antiga mas que também é jovem, do ponto de vista de uma nação jovem, ela é menos obediente às coisas instituídas. Eu creio, na América Latina que é o que mais eu conheço, que no Brasil a Geografia é mais teórica do que nos outros lugares. (SILVEIRA, 2008, p. 69)

Arroyo (2001) assumiu a tarefa de pensar o território brasileiro na travessia do século XX para o XXI, numa linha de continuidade de estudos e pesquisa desde o curso de mestrado, cuja ênfase recaiu no MERCOSUL, nos processos de interação e integração nacional. Sua tese de doutoramento *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX* tece um quadro interpretativo do território brasileiro, nele identificando o papel que desempenha o comércio exterior, isto é, suas implicações na dinâmica e na configuração territorial brasileira, nas dimensões econômica e política. Na tese de doutorado, as motivações foram direcionadas para aspectos mais representativos do território nacional, num diálogo com a Economia, mas que apresentava a identidade própria da abordagem geográfica²³.

Muitos dos economistas, muitos dos cientistas políticos falavam do Brasil, da Argentina, como coisas homogêneas, então [...] justamente a Geografia me permitia ver que esses territórios nacionais são internamente desiguais [...]. Então foi se construindo o projeto de pesquisa com esta intuição e convicção, e justamente estudar um desses territórios como o Brasil na divisão internacional me permitia colocar em questão este conceito, a partir da Geografia, para mostrar um diferencial de tratamento que a Geografia tem em relação às Ciências Políticas. (ARROYO, 2008, p. 99)

Silveira e Arroyo fazem parte de uma geração de geógrafos herdeira dos desdobramentos do Movimento de Renovação sob a configuração intelectual que ele havia adquirido no pensamento miltoniano, ao qual a vivência delas, no Brasil, foi incorporando novos elementos e o modo de visar à cultura e a Geografia brasileiras.

VI. 2.1.2. Velhas e novas significações imaginárias, 500 anos depois

No final da década de 1990, às vésperas do aniversário secular do Brasil, presenciemos uma expressiva produção teórica pondo questões à nossa reflexão quanto às comemorações dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Questões que remetem aos conceitos de espaço, território e história, não em suas variações semânticas, mas quanto às suas significações imaginárias. Alguns diriam ideológicas. No entanto, preferimos aquela

²³ Entrevista realizada pela autora com Mônica Arroyo, em 11 de dezembro de 2008.

denominação a esta, por entendermos que nem tudo que os homens fazem, pensam e falam está encoberto pelo “véu diáfano” do discurso ideológico, sob o qual repousaria um fundamento verdadeiro.

Necessário se faz identificar e compreender as significações imaginárias, velhas e novas, que vigem em nosso presente e impelem a rever nosso passado. Tal reflexão é inseparável do diálogo da Geografia com a História e a Filosofia, daí o recurso à abordagem interdisciplinar com vistas ao que se pretende elucidar. Diálogo inconcluso, significações que sempre se renovam. Descobrimento, colonização, identidade, alteridade, autonomia, soberania, território-estatal, desenvolvimento, progresso, conceitos emblemáticos que nos instigam a pensar o Brasil por meio do espaço, do território e da história. País “emergente”, de dimensões “continentais”, de grande expressividade econômica e política na América Latina, com a qual compartilha uma herança histórica de “colonização”.

À Geografia das diferenças se impõe a particularidade de um continente. Nesse sentido, os 500 anos de “descobrimento” do Brasil, seu passado, presente e futuro, estão impregnados das significações imaginárias instituídas também acerca da América Latina. Ora, essa experiência histórica, como estofa de um passado comum, só tem sentido enquanto experiência de outras espacialidades e temporalidades. Como destacou Bornheim (1998, p. 13): “Todo o nosso mundo, o Mundo Novo, foi construído a partir de uma radical experiência de ruptura: o homem novo, que pelas navegações parece incompatibilizar-se com as suas próprias raízes, promete a si mesmo um mundo totalmente outro. Sua missão é nova: a construção de um mundo realmente inédito”. No entanto, no discurso do presente o que significa, portanto, pensar o “descobrimento” do Brasil ou o seu “redescobrimento?”

Redescobrir é olhar o mundo a partir do Brasil, de dentro para fora, pois os processos mundiais operam aqui dentro, afetando de forma diferenciada os países, enquanto muitos outros problemas são internos e têm sua possibilidade de solução também aqui dentro. *Redescobrir é olhar o passado com uma visão do futuro, rever e repensar nossas potencialidades e nossas limitações, que têm concretude no território. Redescobrir é olhar o papel do Brasil na atual conjuntura.* Enfim, é a base para entender e agir visando uma sociedade melhor. (BECKER, 1999, p. 11, grifos nossos)

Descobrir e redescobrir o Brasil são aspectos de um imaginário instituído que há muito alimentamos com nossas significações, se considerarmos que é próprio do imaginário inventar, criar, por formas/figuras onde ainda não existem. Mesmo quando pensamos que o ultrapassamos, é ainda nele que nos movemos. Ou, dito de outro modo, conforme Bornheim (1998, p. 52): “O imaginário inventaria por inteiro o principal índice de um mundo em transformação, e que se quer a si próprio enquanto transformação”. Antes era o mundo “europeu” em transformação que nos “olhava” a partir de si mesmo, de “dentro” para fora e

de “cima”, do “espaço fechado ao universo infinito”. Agora, havia chegado o momento de questionar a autorrepresentação da sociedade brasileira?

[...] cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais. (CHAUÍ, 2000, p. 7)

Desse modo, vivemos num campo de representações no qual os questionamentos apenas tocam a superfície. Há um conjunto de características que constituem uma crença generalizada por meio do qual se expressa uma forma de autorrepresentação. Porém, há que se deter nas características dessa representação, naqueles aspectos que interessa mais diretamente ao pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, isto é, nos aspectos que também foram tematizados nesse pensamento. Uma das representações que chama a atenção é aquela em que o Brasil é visto como

um “país dos contrastes” regionais, destinado por isso a pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte –, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo. (CHAUÍ, 2000, p. 8).

Chauí faz uma reflexão crítica que visa a História do Brasil, particularmente, naquele final de século, em uma perspectiva filosófica que põe em confronto as noções de “fundação” e de “formação”. Segundo a filósofa, há uma concepção de Brasil assentada num “mito fundador”, na qual está implicada uma sociedade autoritária que nele se apóia. O que vem a ser um “mito fundador”? Na definição de Chauí (2000, p. 9, grifos da autora): “*Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo*”. A relação que ele estabelece entre o passado e o presente toma o passado como uma origem que não cessa nunca e que, portanto, se conserva no presente, e desse modo, obtura o presente. Chauí avalia a noção de mito tanto na Antropologia quanto na Psicanálise. Nesta, a acepção de mito assume o seguinte sentido: “como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (CHAUÍ, 2000, p. 9).

A noção de mito fundador, tal como apresentada, serve para diferenciar as noções de “fundação” e de “formação”. Para os historiadores, a “formação” é pensada como referência “às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico,

mas também pensam em *transformação*, e portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos percebidos como processos temporais” (CHAUI, 2000, p. 9, grifos da autora). Nesse sentido, a “formação apresenta-se sob a forma de registro na “história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que ocultam (isto é, as ideologias)”. Numa outra vertente à da formação,

a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas e aspectos que pode tomar. (CHAUI, 2000, p. 9-10)

Desse modo, “a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana” afirma Chauí (2000, p. 10). É por isso que essa autora se refere à “fundação como mito”. Essa concepção de “formação” inscrita como “registro” na “história propriamente dita”, é uma vertente da Historiografia, tomada como referência por essa filósofa para efeito da interpretação que fez. Nessa interpretação, as noções de imaginário, representação e ideologia aparecem num jogo de prestidigitação retórica, no qual o imaginário aparece como equivalente à representação e como espectro da consciência. Cabe, portanto, indagar, por que essa concepção e sua discussão nos interessam? Ela nos interessa por pelo menos dois motivos. O primeiro deles, pela forma de conceber e abordar a nação, a pátria, o país, num cruzamento entre Antropologia (a noção de mito), História (a noção de formação e de uma perspectiva historiográfica que opõe mito e História), e Psicanálise (em uma de suas vertentes, na qual o imaginário é concebido como o espectro da consciência e o mito como seu correlato). O segundo, porque essa concepção de imaginário é oposta àquelas proposições que temos defendido ao longo desse percurso. Na acepção e no sentido que tem para Castoriadis, o imaginário não é um espectro da consciência, não equivale à representação ou pelo menos com ela não se confunde, tampouco com a ideologia²⁴.

Tudo o que circula hoje com o título de “imaginário” ou mesmo “imaginário social” refere-se, na melhor das hipóteses, àquilo que após 1964 chamei o imaginário *segundo*, um produto qualquer do imaginário instituinte. Além disso, pretende-se fazer do imaginário social um conjunto de “representações sociais”, um novo nome para a ideologia, e mais ao gosto da mídia; no melhor dos casos (que lástima), aquele que “dissimula” para os atores sociais o que eles são e o que fazem. Mas *que* são, afinal, esses “atores sociais”, que é que eles fazem, e quem lhes deu condições para ser o que são e fazer o que fazem? (CASTORIADIS, 1987b, p. 16, grifos do autor)

²⁴ Para efeito de uma reflexão mais ampla sobre a noção de imaginário na História, ver Vovelle (1991, 1997) e, sobretudo, na Antropologia, ver Durand (2002) e Pitta (2005), e na Sociologia, ver Legros *et al* (2007).

Para Castoriadis, Estado, nação, mercadoria, Deus, dentre outras, são significações imaginárias sociais, criadas e encarnadas nas instituições sociais. Elas não podem ser racionalizadas e nem deduzidas por sua “funcionalidade” e tampouco reduzidas a mero simbolismo²⁵. Mas voltemos a Chauí (2000) para descobrir como, nessa historiografia, se encontram mito e ideologia, na invenção da nação. Após expor a origem etimológica e as variações semânticas pelas quais passou o vocábulo semióforo, Chauí interpreta a “nação” como sendo um “semióforo”. O que é, portanto, um semióforo? Para Chauí (2000, p. 12.), “é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...] é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”. Há, ainda, outro aspecto dos semióforos, “são signos de poder e prestígio”. Além de existirem no mundo antigo e medieval, os semióforos existem também no mundo capitalista.

Embora um semióforo seja algo retirado do circuito da utilidade e esteja encarregado de simbolizar o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social. (CHAUI, 2000, p. 13)

Por conseguinte, existem também os detentores dos semióforos que disputam sua aquisição, quer seja na hierarquia religiosa, quer na hierarquia política. Assim, afirma Chauí (2000, p. 14, grifos nossos), “Dessa disputa de poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico”. Vejamos, portanto, como o poder político torna nacional o patrimônio histórico-geográfico e artístico:

[...] o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a *nação*. Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa. (CHAUI, 2000, p. 14).

Historicamente, a invenção da nação é recente, data do século XIX, aparecendo mais precisamente em torno de 1830, afirma essa autora. Nessa época, a nação era “entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal” (Ibid, p. 14). De origem latina, a palavra nação passou a designar os pagãos

²⁵ Como vimos no capítulo V.

como forma de diferenciá-los do “povo de Deus”. Segundo Chauí (2000, p. 15), essa mutação de sentido, do antigo para o medieval, foi promovido pela “Igreja Romana ao fixar seu vocabulário latino”. Ficou, portanto, a distinção entre povo e nação nos seguintes termos:

“povos” se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra “nação” significa apenas um grupo de descendência comum e era usado não só para referir-se aos pagãos, em contraposição aos cristãos, mas também para referir-se aos estrangeiros [...] e a grupos que não possuíam um estatuto civil e político (foi assim que os colonizadores se referiram aos índios falando em “nações indígenas”, isto é, àqueles que eram descritos por eles como “sem fé, sem rei e sem lei”). Povo, portanto, era um conceito jurídico-político, enquanto nação era um conceito biológico.

Tal como o vocábulo povo, a pátria designava uma “figura jurídica, definida pelo antigo direito romano”, vinculada à noção de poder patriarcal. A pátria “é o que pertence ao pai e está sob seu poder”, afirma Chauí (2000, p. 15). No século XVIII, houve uma mutação do sentido de pátria, passando a designar “o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente”, essa mutação foi promovida devido às revoluções ocorridas nesse século (a norte-americana, a holandesa e a francesa).

Tomando como referência a periodização proposta por Hobsbawm para a “invenção histórica do Estado-nação”, Chauí mostra como a nação apareceu no vocabulário político (em 1830), a noção de *princípio da nacionalidade* (no período de 1830 a 1880), quando se verifica a presença de *ideia nacional* (de 1880-1918) e quando começou a se falar em *questão nacional* (no período de 1918 até 1950-60). A configuração dessa periodização pode ser mais bem compreendida dessa maneira: “a primeira etapa vincula nação e território, a segunda articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas”, tal como apresenta Chauí (2000, p. 16) referenciada em Hobsbawm.

Resta ainda a origem desses discursos, “Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado” (CHAUÍ, 2000, p. 16). Mas falta um ponto a ser explicado nessa lógica do sentido da invenção da nação e das mutações pelas quais passou. A compreensão dessas mutações pode ser mais bem esclarecida quando se considera que

O ponto de partida dessas elaborações foi, sem dúvida, o surgimento do Estado moderno da “era das revoluções”, definido por um território preferencialmente contínuo, com limites e fronteiras claramente demarcados, agindo política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, e que precisava do consentimento prático de seus cidadãos válidos para políticas fiscais e ações militares. (CHAUÍ, 2000, p. 16, grifos nossos)

Chauí destaca a dificuldade do liberalismo em operar simultaneamente com a ideia de nação e de Estado nacional. Tal dificuldade se explicaria devido à ideologia liberal operar com *referências econômicas*: o indivíduo (unidade mínima) e a empresa (unidade máxima). A questão era como lidar com a economia apenas na escala nacional, o protecionismo, etc. Explica Chauí (2000, p. 17): “Os economistas liberais afirmavam por isso que a ‘riqueza das nações’ dependia de estarem elas sob governos regulares e que a fragmentação nacional, ou os Estados nacionais, era favorável à competitividade econômica e ao progresso”. Um contraponto aos economistas liberais pode ser encontrado em países (Alemanha, Estados Unidos ou o Brasil) que defendiam um Estado nacional protecionista:

Veio dos economistas alemães a ideia do “princípio de nacionalidade”, isto é, um princípio que definia quando poderia ou não haver uma nação ou um Estado-nação. *Esse princípio era o território extenso e a população numerosa*, pois um Estado pequeno e pouco populoso não poderia “promover à perfeição os vários ramos da produção”. *Desse princípio derivou-se uma segunda ideia, qual seja, a nação como processo de expansão, isto é, de conquista de novos territórios, falando-se, então em “unificação nacional”*. *Dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteira tornaram-se os princípios definidores da nação como Estado*. (CHAUÍ, 2000, p. 17-18, grifos nossos).

Além dos dois motivos apresentados para essa discussão, no início dessa digressão, outro deve ser levado em conta e refere-se ao modo como a questão nacional, a integração territorial, a questão da soberania e de um projeto nacional para o Brasil, dentre outras, foram tematizadas no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. Apesar de ter aparecido de forma mais acentuada na década de 1990 – quando emergiu a discussão sobre a globalização – também se faz presente nessa primeira década do século XXI, conforme vimos em Santos e como veremos mais adiante.

O fato é que a globalização, como fenômeno histórico-geográfico, promoveu fissuras nas concepções de nação e de nacionalidade, de soberania nacional, de unidade territorial, dentre outras. Ao fornecer também uma moldura para o discurso neoliberal, a globalização pôs em questão o sentido da revolução, da luta política e da realização da autonomia e da liberdade por meio do mercado. Como salientou Castoriadis (2002), ao final do século XX experimentamos a crise de duas significações imaginárias criadas pelo “ocidente moderno”, a da autonomia individual e a do domínio racional sobre o mundo. Com a crise dessas significações, entraram em crise também outras significações e as instituições nas quais elas se encarnavam. É neste contexto que se pode também pensar a emergência dos discursos do “fim”: dos Estados nacionais, da História, das ideologias, das utopias etc. Outras concepções viram na globalização a expressão da “crise das identidades” nacionais. Nesse sentido,

haveria uma crise dos “processos de identificação”. A crise das *significações imaginárias* traduzia-se no *processo de identificação*. Essa correspondência, no plano da crise, entre significações e processo de identificação poder ser mais bem compreendida à medida que se compreende que

Toda sociedade cria seu próprio mundo, criando precisamente as significações que lhe são específicas, este magma de significações [...]. *O papel dessas significações imaginárias sociais [...] é triplo. São elas que estruturam as representações do mundo em geral, sem as quais não pode haver ser humano. Essas estruturas são, a cada vez, específicas [...]. Em segundo lugar, elas designam as finalidades da ação, impõem o que está por fazer e por não fazer, o que deve ou não ser feito [...]. E, em terceiro lugar, que é certamente o ponto mais difícil de delimitar, elas estabelecem os tipos de afetos característicos de uma sociedade.* (CASTORIADIS, 2002, p. 146, grifos nossos)

Isto implica em aceitar a ideia segundo a qual os afetos são instituídos socialmente, (por exemplo, amamos o Brasil, o futebol etc.). E não há uma ordem racional ou dedução lógica na instituição dos afetos. Essa instituição tampouco pode ser atribuída a uma classe social que dissemina suas ideias como sendo as “ideias dominantes” numa época. Ideias às quais os “dominados” aceitariam passivamente. Ou seja, a instituição dos afetos não se dá por meio da ideologia, no sentido marxista do termo.

A instauração dessas três dimensões – representações, finalidades, afetos – vai, a cada vez, de par com sua concretização por todos os tipos de instituições particulares, mediadoras – e, bem entendido, pelo primeiro grupo que cerca o indivíduo, a família – , e depois, por toda uma série de vizinhanças topograficamente incluídas umas nas outras ou intersectadas, as outras famílias, o clã ou a tribo, a coletividade local, a coletividade do trabalho, a nação, etc. Por intermédio de todas essas formas, institui-se, a cada vez, um tipo de indivíduo particular [...]. (CASTORIADIS, 2002, p. 149)

É nesse sentido que se pode compreender o processo de identificação vislumbrado pelo lado do indivíduo. Mas tal processo não ocorre à parte, separado de outras significações que a sociedade institui. Há uma das significações que é de suma importância, aquela que “concerne à própria sociedade”, ou seja, que lhe permite instituir uma representação de si própria.

Todas as sociedades que conhecemos tiveram uma representação de si mesma como *alguma coisa* [...]: nós somos o povo eleito [...]. A esta representação está indissociavelmente ligado um *se querer* como sociedade e como *esta* sociedade, e um *se gostar* como sociedade e como *esta* sociedade, ou seja, um investimento ao tempo da coletividade concreta e das leis por meio das quais esta coletividade é o que é. Existe aqui, no nível social, na representação (ou no discurso que a sociedade mantém sobre si mesma) um correspondente externo, social, de uma identificação final de cada indivíduo que sempre é também uma identificação a um “nós”, “nós outros”, uma coletividade em direito imperecível [...]. (CASTORIADIS, 2002, p. 150, grifos do autor)

Nessa concepção não há nenhum recurso a uma teoria do mito ou da ideologia para explicar a crise das sociedades ocidentais contemporâneas. Há pressupostos filosóficos e psicanalíticos. Com efeito, há um pressuposto político que põe em questão as duas significações imaginárias modernas que constituíram o estofado do capitalismo: o domínio racional do mundo e a autonomia e liberdade individual. A crise da sociedade ocidental contemporânea é a crise dessas significações. Não é possível reconstituir as significações no *magma* em que elas se encontram no domínio social histórico. Mas podemos tentar elucidar o modo pelo qual o território é concebido e representado, na dimensão conídica, na trama com outras significações.

A questão a responder é sobre as significações imaginárias que, juntamente com o território, deram a tônica do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. A história dos excluídos, a Geografia das diferenças e das identidades territoriais, a economia global, o desenvolvimento, a política, constituíam as “novas” significações imaginárias na travessia de século? Como o discurso geográfico renovado geriu seu patrimônio intelectual nessas duas últimas décadas? Vimos as proposições de Santos, veremos a seguir as de Moraes. O que elas têm comum? A “invenção” do território na confluência com a História.

A abordagem que visa reconstituir a história da formação territorial do Brasil, na perspectiva da Geografia histórica contemporânea, encontra-se em Moraes (2000, 2002, 2009). Nela descobre-se o território como invenção da História e da política. No entanto, tal concepção é inseparável da trajetória deste geógrafo que foi um dos protagonistas da renovação geográfica, tendo apresentado objeções à noção de espaço como objeto de estudo da Geografia. Em mais de uma ocasião reafirmou esse pensamento, o que pode ser constatado em seu depoimento, no final da década de 1990²⁶.

O rompimento com a concepção geográfica assentada na economia e o direcionamento para a História, ocorreu ainda na década de 1990, cujo livro *Ideologias geográficas*, foi um marco para Moraes (1996), que tentou “estabelecer um campo de reflexão”, numa linha de ruptura que resultou na sua aproximação da História, como afirmou: “na minha tese, vou para a História. Minha tese é de História, que é outra dimensão que não pode ser perdida em hipótese alguma” (MORAES, 1999, p. 148).

O tema da História havia aparecido em seus trabalhos anteriores vinculado à história da Geografia e do pensamento geográfico, mas na tese de doutoramento assumiu outro nível de importância, a saber, “Minha tese, apesar de ser amplamente ancorada na História, é uma tese de Geografia. [...] *fui à História para discutir temas da Geografia*. [...]. *Era a tentativa*

²⁶ Entrevista de Antonio Carlos R. Moraes a Scarim, em 2 de setembro de 1999.

de ir compondo uma interpretação geográfica do Brasil” (MORAES, 1999, p. 159, grifos nossos). Nesse sentido, a relação entre história e território foi um desdobramento das motivações desse autor. O território aparece, portanto, como “uma articulação de processos sociais resultante de intervenções humanas nos lugares, criando materialidades e ordenamento no espaço terrestre”; vinculado ao conceito de território estatal e de formação territorial.

Na trajetória intelectual de Moraes, como também nessa via de trabalho assinalada com a tese, estavam implicados: o descontentamento com o marxismo e com a militância político-partidária, a insatisfação com a militância no âmbito da AGB, a opção por atuar na política acadêmica e por trabalhar com outras áreas de conhecimento (como a História e as Ciências Sociais). Por essa via de interpretação pode-se compreender a preocupação com o Brasil.

Daí essa coisa até talvez extemporânea minha hoje, que é esse corte nacional da minha análise. De vez em quando me sinto solitário nisso. Principalmente nesse fascínio da globalização. Eu quero explicar o Brasil. [...]. Estou mais preocupado em entender o Brasil. Se eu conseguir minimamente entender este país ou fornecer alguma contribuição estarei plenamente satisfeito. Estou convencido de que a Geografia é uma ferramenta muito boa para discutir o Brasil. [...]. A Geografia tem um papel central aqui, seja na política, seja na formação da sociedade, na cultura. É central. (MORAES, 1999, p. 163)

Com efeito, trata-se de um pensamento que tenta cruzar história, economia e política (esta constantemente referenciada às “ideologias geográficas”) na análise da formação territorial brasileira, na produção teórica de Moraes da década de 1990. A despeito de sua proclamada ruptura, ou “corte” na análise (resquílios da influência althusseriana?), Moraes não abandonou a economia política marxista e sua versão historiográfica, isto é, uma versão na qual a História é a expressão da produção material, entenda-se produção econômica, da sociedade com seu invólucro político e ideológico: “Tentar detectar quais leituras do espaço se hegemonizaram num país, quais influíram nas representações coletivas de uma nação, quais orientaram diretamente a produção de seu território”, segundo Moraes (1996, p. 93), era a tarefa da Geografia renovada. Ainda em meados da década de 1990, ele considerava que o território brasileiro não estava “plenamente construído” e, em sua interpretação, a história do Brasil era a história de sua formação territorial.

Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. Tal situação marca profundamente essa particularidade. Já em termos genéticos, a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial. (MORAES, 1996, p. 94)

Essa concepção de Moraes é compatível com a sua definição da Geografia Humana como “história territorial”. Ademais sua proposta visava um modo próprio de abordar a

Geografia brasileira sob a ótica do geógrafo crítico, tal como formulado, em *As ideologias geográficas*. Era necessário se contrapor ao “pensamento conservador” na Geografia que “dilui a nação no território” e “o país é pensado enquanto um espaço que tem os habitantes como atributos”, afirmou Moraes (1996, p. 146-147). Mesmo os geógrafos de “orientação liberal” não estavam isentos dessa forma de pensar o Brasil, mas teriam atenuado a subordinação da sociedade ao Estado. O fundamento do pensamento conservador ou liberal era basicamente a herança ratzeliana de conceber a relação entre território, estado e sociedade. O que distingue, portanto, o pensamento crítico?

O pensamento crítico em Geografia vai contrapor-se a estas visões, atacando frontalmente aquilo que elas têm em comum: a ótica de reduzir a nação à sua dimensão espacial. [...]. Para os geógrafos críticos, o território é visto como um produto social, um resultado histórico da prática humana sobre a superfície terrestre. Logo, o espaço não qualifica os processos sociais sendo, ao contrário, por eles definido. (MORAES, 1996, p. 148, grifos nossos)

No texto, “Uma nota de conjuntura: povo e território na constituinte”, que finaliza *Ideologias geográficas*, Moraes analisa o processo da Constituinte, nele identificando o predomínio de posições autoritárias, tanto no pensamento social e político brasileiro quanto no pensamento geográfico. Daí sua defesa do posicionamento crítico e as indicações das possibilidades reais de participação dos geógrafos no cenário nacional. Seu projeto intelectual, de elaborar uma Geografia histórica da formação territorial brasileira veio a público no último ano do século XX. Em *Bases da formação territorial do Brasil*, Moraes (2000) se dedicou a traçar a formação do território colonial brasileiro no século XVI. Nesse cruzamento entre a reconstituição do passado e um “olhar” no presente, ele perseguia esse projeto de uma “Geografia” que expressasse a sociedade brasileira em relação ao território e a nação.

O desafio posto para a reflexão de uma geografia democrática na atualidade é o de pensar o Brasil como uma sociedade, dando nova qualidade à abordagem do território nacional, este devendo ser entendido como patrimônio da nação (e não sua razão de ser). O espaço brasileiro, com a naturalidade e os equipamentos nele contidos, deve ser avaliado como *handicap* do país no jogo da política internacional e como a base para a construção de uma nação mais justa. A superação do espacialismo autoritário não deve ser a supressão do território no ordenamento do projeto nacional, mas seu equacionamento adequado ao ideal democrático. (MORAES, 2002, p. 131)

Essa perspectiva de trabalho tem dado a tônica de sua produção teórica, como se pode constatar numa de suas recentes publicações, *Geografia histórica do Brasil*, de 2009. Nessa obra, Moraes passou analisa algumas das mudanças (econômicas e políticas) ocorridas no Brasil, na década de 1990, em relação à globalização, como também enquanto desdobramentos da redemocratização do país.

Globalização e localismo articulavam-se no discurso hegemônico do imaginário geopolítico brasileiro, na década de noventa, que fundamentou uma ação profunda de transformação do aparato estatal substanciada na extinção de algumas instituições governamentais de planejamento e na adoção do modelo de agências na administração da esfera federal, aprofundando a tendência de fragmentação das políticas públicas. A desregulamentação de algumas atividades e a privatização de várias empresas e de serviços completou a reformulação do Estado oriundo da era varguista e do nacional-desenvolvimentismo, sendo o espaço aberto por tal iniciativa ocupado por agentes do mercado e por instituições do chamado “terceiro setor”. Uma forte disputa entre as unidades da federação com o intuito de atrair investimentos e o crescimento e a concentração do setor financeiro também ocorreram para compor o quadro geoeconômico da época. (MORAES, 2009, p. 132)

Apesar dessa conjuntura da década de 1990, a primeira década do século XXI apresenta uma nova conjuntura, na qual a redemocratização do país “se completou com a posse de um governo comandado por um partido de origem socialista nas eleições presidenciais de 2002 [...]” afirma Moraes (2009, p. 133). A recuperação econômica no Brasil era fato, ainda que lenta e de certo modo ameaçada pela “crise internacional em curso”. Nesse começo de século, tanto a dependência financeira, devido ao nível de internacionalização, quanto a gestão de nosso patrimônio natural, inspiram preocupação e cuidado. Apesar dos avanços conquistados, os problemas a serem enfrentados pela nação não podiam ser minimizados: “A meta do desenvolvimento sustentável e da participação popular na formulação dos planos encontra dificuldades de realização numa sociedade marcada por fortes clivagens, alta desigualdade social, variedade cultural, problemas federativos, disparidades regionais, etc.” (MORAES, 2009, p. 133). O que esse cenário oferece de possibilidades à ciência geográfica? Como pensar o território nessa conjuntura? Para Moraes (2009, p. 134): “Uma visão estratégica do território e das tendências da conformação territorial aparece como imperativa para a formulação de um projeto nacional na conjuntura incerta da atualidade mundial”. Nesse sentido, ele propôs a “elaboração de diretrizes geográficas para pensar o Brasil”. Nessas diretrizes há que se proceder à caracterização “dos quadros naturais”, numa perspectiva de interpretação da questão ambiental, ao estudo acerca das concentrações populacionais vinculados à problemática da urbanização, da estrutura e dos sistemas de produção e circulação, dentre outros, com vistas ao “estudo sintético do território na atualidade”. Essa é uma das posições que se originaram dos desdobramentos da Geografia crítica no século XXI.

VI. 2.1.3. Território e política na Geografia política renovada

No pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, a Geografia política, uma disciplina até então sem visibilidade emergiu nesse pensamento, impulsionada pela renovação, na década de 1990. Considerei emblemático dessa emergência, o pensamento geográfico de Costa (1989, 1999a, 1999b, 2005, 2008), Becker (1999a, 1999b) e Castro (1997a, 1997b, 2005). Apesar das especificidades do pensamento desses autores no que concerne às suas vinculações com a renovação geográfica, essa Geografia política que emerge no final do século XX não se ocupa em explicar apenas as relações internacionais, antes, volta seu olhar para a realidade interna brasileira num cruzamento entre território e região. As motivações pessoais que reabilitaram essa Geografia também são distintas conforme veremos. Segundo Costa seu interesse pela Geografia política teve as seguintes motivações:

Em primeiro lugar, porque me atraiu muito a possibilidade de lidar com conceitos e teorias acerca das relações entre território e política. Após anos de trabalho com outros temas, em geral voltados para a problemática econômica e seu comportamento espacial, interessou-me um campo de estudos que destaca o poder político (e suas manifestações) como um dos motores da formação e das mudanças territoriais. Além do mais, essa disciplina não tem tradição nos meios universitários brasileiros, o que é uma lástima, porque a nossa história de arranjos territoriais pelo poder público justifica um aprofundamento sobre esse tipo de tema. Finalmente, porque é preciso desenvolver uma alternativa ideológica, política e teórica à velha geopolítica de inspiração militar e focar a discussão Estado-território em sua vertente moderna, democrática e não expansionista. (COSTA, 1989, p. 10)

Nesse contexto, um dos temas mais debatidos era o impacto político da Constituinte na configuração territorial brasileira, a questão da divisão e da centralização territorial e do poder político, o sistema federativo, isto é, como a Constituinte afetaria as políticas territoriais e estas a vida da população brasileira.

Mais especificamente, a possibilidade de diminuição do nível atual de concentração do poder em mãos do Executivo. À medida que o Legislativo e o Judiciário disponham de independência e de maiores prerrogativas para o seu funcionamento, todas as questões nacionais, inclusive as de natureza territorial, poderão ser melhor debatidas e fiscalizadas, além de decididas de modo mais democrático. [...] a introdução de alguns dispositivos específicos, poderá quebrar em parte a nossa tradição autoritária no que toca a decisões que afetam as vidas regional, estadual e local da população brasileira. (COSTA, 1989, p. 12)

O tema da redivisão territorial e o impacto da Assembléia Constituinte foram também avaliados por Andrade (1989, p. 70) que questionou a redivisão territorial e a criação de novos estados: “Tudo isso nos leva a indagar se as pretensões à autonomia dessas áreas correspondem às aspirações de suas populações ou aos interesses das oligarquias que

controlam o poder nas mesmas”. O papel das oligarquias regionais na organização territorial brasileira, à época, já se havia constituído em um tema relevante de estudos no pensamento geográfico brasileiro, reabilitado, como veremos mais adiante, por uma nova formulação da Geografia Política. Ao analisar o impacto dos projetos de redivisão territorial, Andrade apontou uma alternativa:

O problema da divisão de velhos estados é, até certo ponto, traumático, e talvez haja, para muitos casos, problemas de inviabilidade, embora seja difícil manter a atual divisão territorial do Brasil. Haveria uma hipótese alternativa, ou seja, a criação de uma nova escala de divisão territorial de nível superior a municipal e inferior a estadual. Ela consistiria na criação de departamentos ou regiões administrativas nos vários estados, sobretudo nos de maior extensão territorial, que intermediariam os dois níveis de administração. (ANDRADE, 1989, p. 71-72)

Segundo essa proposta, a divisão em “regiões administrativas e ou departamentos”, a cada estado seria facultada a opção em dividir seu território desse modo ou não e poderiam eleger os municípios e a cidade que mais diretamente apresentasse funções de capital regional, ou subcapital. Assim, “atender-se-ia parcialmente às aspirações locais e dar-se-ia uma importância maior as aspirações regionais na política de desenvolvimento e na administração de obras e serviços” pensava Andrade (1989, p. 72). A reflexão e discussão desse tema era de fundamental importância para que o Brasil se transformasse “em um país moderno e desenvolvido”²⁷. Nesse final da década de 1980 e início da de 1990, o tema em questão apresentava um componente histórico do processo de formação do território brasileiro, como também tinha implicações na conformação do poder político, nas escalas nacional, regional, municipal ou local.

No caso brasileiro, que em seus quinhentos anos de história vem oscilando entre descentralização e centralização, pode-se admitir que a tendência ideal seria caminhar para uma descentralização, que desse aos estados uma maior autonomia, ou mesmo para uma redivisão político-territorial, que criasse novos estados em áreas bem povoadas e territórios em áreas de ocupação. Poder-se-á também atenuar a centralização, concedendo-se tanto maior autonomia aos estados dividindo-os em unidades menores ou departamentos e estes em municípios. A hierarquia ficaria assim constituída: a federação ou confederação dividida em estados, estados e regiões, províncias ou departamentos e, finalmente, estes em municípios. A dispersão de poder contribuiria para o equilíbrio da descentralização. (ANDRADE, 1994, p. 35, grifos nossos)

Em que pesem as questões implicadas nessa proposta, Andrade (1922-2007) foi um

²⁷ Ainda na década de 1990, o tema do desenvolvimento se fazia presente no pensamento geográfico brasileiro, modificado, mas presente e relacionado com a questão da sustentabilidade como se pode encontrar em Becker e Egler (1997), como uma questão de geopolítica, ou relacionado à questão da autonomia e do poder como apresentou Souza (1995).

dos geógrafos brasileiros mais atuantes nos cenários nacional e regional. Em meados da década de 1990, publicou *A questão do território no Brasil*, além dos vários artigos que o constituem, há que se destacar a descrição e a análise histórica que Andrade (1995) realizou sobre a formação do território brasileiro. Nessa obra também analisou a crise do federalismo brasileiro: “Como estudioso dos problemas de geografia política, venho detendo-me na análise e na reflexão deste problema, nos últimos quatro anos, desde 1990 [...]” (ANDRADE, 1995, p. 13). Participou ativamente na constituição da Geografia Humana brasileira, na AGB e no pensamento social brasileiro. Vivenciou o Movimento de Renovação posicionando-se criticamente contra aquilo que considerava seus excessos, como também foi um crítico rigoroso da Geografia teórica e quantitativa. Considerava-se como um homem de pensamento de “esquerda”. Foi preso durante o Estado Novo e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Atuou na política com Gilberto Freyre, sendo também por este influenciado intelectualmente. Trabalhou também na SUDENE, na superintendência de Celso Furtado, até 1985.

A importância desse geógrafo pernambucano para a história do pensamento geográfico brasileiro é inestimável, particularmente para a constituição da Geografia Humana e suas proposições acerca do território. Formado sob acentuada influência da Geografia francesa, ele sempre se preocupou com as questões nacionais, cuja reflexão não descuidava de estabelecer ligações entre as dimensões regional e territorial em relação à História. Preocupava-se, sobretudo, com a teoria e o método geográficos no âmbito da constituição do pensamento geográfico, tal como afirmou, em depoimento: “O meu centro de interesse é o estudo teórico da geografia, de um pensamento geográfico brasileiro baseado no conhecimento da realidade brasileira e preocupado em dar uma contribuição à solução dos problemas do país”²⁸ (ANDRADE, 1988, p. 147).

No início da década de 1990, Costa publicou suas teses acerca da Geografia política e Geopolítica, destacando a relação entre território e poder. Conforme destacou, nos anos finais da primeira década do século XXI, há uma linha de continuidade entre a Geografia regional francesa, na qual havia sido formado, e a Geografia política que renovava. Tal fato se deve ao modo como o Departamento de Geografia da USP se recusou a embarcar na “onda quantitativista”, mantendo-se, portanto, na perspectiva da tradicional Geografia regional francesa até o Movimento de Renovação.

[...] esse conservadorismo, este culto à velha Geografia Regional, era uma vantagem, porque nós passamos, o meu departamento passou diretamente da velha Geografia

²⁸ Entrevista de Manoel Correia de Andrade a *Revista GEOSUL*, em 1988.

regional francesa para, em parte, o marxismo, para a Geografia crítica, sem passar pela etapa da quantificação, o chamado neopositivismo. Nós não tivemos lá nenhum geógrafo neopositivista típico. Mas, eu diria que talvez tenha sido essa marca deixada em mim e nos meus colegas, vários colegas, por esses velhos mestres que eram os herdeiros, o repositório desse pensamento da velha Geografia Humana e da Geografia Regional de inspiração francesa humanista e historicista. É essa característica, essa trajetória é que garantiu, de certo modo, para nós, a possibilidade, de um lado, política e, de outro lado, epistemológica, de fazer a transição para uma Geografia, uma nova Geografia regional [...] a nova Geografia regional “barra” política ou Geografia política “barra” regional, *porque não há Geografia política sem Geografia regional e vice-versa. Não teria sido possível para um grupo de geógrafos, hoje, no Brasil – que não é grande, mas que, enfim, é do qual eu faço parte – se não houvesse, digamos, se não houvesse, de certo modo, essa continuidade.* (COSTA, 2007, p. 10, grifos nossos).

De outro modo, a Geografia regional teve implicações, negativas, quanto à ausência de uma teoria geográfica do Brasil, no pensamento geográfico brasileiro. Nesse sentido, a região foi, ao mesmo tempo, o “paraíso” e a “ruína” da Geografia.

[...] por que não se gerou um pensamento unificador sobre o Brasil? Quer dizer, uma visão do Brasil, uma interpretação do Brasil? *Do meu ponto de vista, por essa incidência, essa conjunção, dessa ambivalência da nossa formação.* Quer dizer, dessa ambivalência que se traduz um pouco entre o nosso paraíso e o nosso inferno, isto é, a força da Geografia regional *clássica*, que nos impede de fazer extrapolação. Eu diria que de um lado *a força desse pensamento regional clássico, que é uma camisa de força sob certa medida, porque impede o pensamento totalizante e a grande escala, a grande visão de um país como o Brasil; e de outro lado, que é mais grave, talvez, o peso do empirismo.* (COSTA, 2007, p. 17, grifos nossos)

A globalização, como fenômeno mundial, também se mostra com uma dupla face em relação ao território. Seus efeitos expressam essa dupla face no pensamento geográfico contemporâneo. De um modo, avalia Costa (2007, p. 34) “uma das manifestações mais, talvez, fascinantes da própria globalização é isso, é que ela dissolve velhas ideias, velhas práticas e velhos lugares, em alguns lugares, e recria outros, em outros lugares”. Esse efeito pode ser constatado porque “está havendo uma revalorização do nacional em muitos lugares. A ponto de que hoje você tem no mundo 2.000 nacionalidades que não têm Estado e que gostariam de ter. Para ter Estado precisa ter território nacional [...]. Então, o aspecto fascinante da globalização é esse”. Mas, de outro modo, comenta Costa (2007, p. 34): “O mundo está em processo de reconfiguração. O Brasil é também está em processo de reconfiguração. Tanto na “arquitetura” interna do território [...] ele está mais fluido, mais conectado, [...] quanto na sua configuração externa, as fronteiras estão mais vivas, hoje elas são espaços de interação”. Essa fluidez implica, na atualidade, na necessidade de se conhecer as fronteiras:

uma das condições, inclusive, para você diminuir o significado, aquele velho significado, remover o velho significado geopolítico das fronteiras é que você conheça

as fronteiras, as suas fronteiras. Então, nunca a Geografia política foi tão importante. Tem que conhecer. Você precisa revalorizar o seu território para negociar o amálgama dele com outros vizinhos. (COSTA, 2007, p. 34-35)

Essa valorização da Geografia política, em tempos de globalização, e com ela a do território e das fronteiras, é muito presente no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo²⁹. Nele também há uma concepção de região, uma região-território, que não é conflitiva com as noções de espaço e de lugar. Esse traço de uma abordagem que oscila entre região e território em suas articulações com o poder político pode ser encontrado também na concepção e produção teórica de Becker (2007), apesar das distintas formações. O interesse de Becker (2009, p. 121-122), tal como relatado em entrevista, pela Geografia e, sobretudo, Geografia política sempre fora uma constante na sua trajetória intelectual e prática científica, tendo se interessado mesmo antes da década de 1980 pelos temas da fronteira, do território e da Amazônia³⁰. Foi bastante influenciada por sua irmã Fani Davidovich, também geógrafa, por seus trabalhos de campo com Ruellan. Quanto ao Movimento de Renovação, o impacto da Geografia crítica não teria afetado a “geografia” que Becker vinha fazendo.

Ela foi enormemente impactante, não tanto em mim. Mas na Geografia brasileira foi enormemente impactante. Tão impactante que às vezes prejudicou. Porque todo mundo só queria fazer aquelas coisas da Geografia crítica. Então, de certa maneira tolheu até certas liberdades que as pessoas podiam ter. A mim não. A Geografia crítica não mudou o que eu fazia. Eu não deixei de fazer o que eu fazia. [...]. Eu sempre fiz trabalhos de campo com muita reflexão, não fazia nunca uma Geografia descritiva e nunca fiz uma Geografia crítica que se encaixava no sentido do modelito Marx. [...]. Eu sempre fui muito autônoma no meu pensamento geográfico e na minha forma de fazer Geografia, política. Geografia política desde o começo quando ninguém fazia. (BECKER, 2009, p. 123)

Conforme enfatizou, “Nunca fiz Geografia calcada no modelo marxista. Sempre fiz Geografia Política com pesquisa de campo” (BECKER, 2009, p. 121). O que ela considerava que havia feito (e continuava fazendo): “Eu desbravei a Amazônia geograficamente [...] sempre ligada à ideia da Geografia como uma ciência política [...] sempre a tônica das minhas pesquisas foram a fronteira e o território, não o espaço” (Ibid, p. 121). Becker, constantemente preocupada com a questão da soberania nacional e do papel que a Amazônia nela representa, destacou os impactos da globalização no território e a mudança na concepção de soberania.

A globalização traz muitos impactos sem dúvida, principalmente nas redes de comunicação, nos fluxos transfronteiras, isso é óbvio. Você tem as relações transfronteiriças e indiscutivelmente afetam o território nacional que perde a sua rigidez em termos de fronteiras, justamente de limites. Mas isso não tira o valor dos

²⁹ Para um desdobramento das formulações de Costa (2005), quanto aos efeitos da globalização em relação à política e ao território, ver sua tese de livre docência: *Política e território em tempos de globalização*.

³⁰ Entrevista realizada pela autora com Bertha K. Becker, em 11 de agosto de 2009.

territórios e dos estados nacionais. Os estados estão aí, por enquanto e por algum tempo. [...]. Essa ideia de estado mínimo gorou. Estão todos retornando com força, claro que não com a mesma natureza. É difícil destrinchar a natureza do estado hoje. Mas eles estão aí e têm o seu papel e o território nacional, evidentemente, que continua a ter um papel apesar dos fluxos e das transações serem transfronteiriças. (BECKER, 2009, p. 125-126)

Quanto à relação entre soberania, território e Estado, “são os próprios estados nacionais que querem participar dos fóruns internacionais, que assumem uma postura ambígua”, afirmou Becker (2009, p. 126). Tal ambiguidade se expressa na relação entre soberania, governança e ingerência externa no território nacional, pois, a “soberania mudou de natureza também. [...] criaram mais espaços para uma governança dual, ou seja, para entidades que passam a ter ingerência, influência nos territórios. Porque essa é uma decisão política dos próprios estados [...]” (Ibid, p. 126). Essa ambiguidade também demonstrou a fragilidade da noção de soberania, porque “hoje em dia tem gente que acha que a soberania deve ser entendida como autonomia, que é o melhor termo para mostrar a vulnerabilidade ou não de um estado e o grau de autonomia que ele tem, que seria ele ter ou não a influência, a ingerência de influências externas” (Ibid, p. 126). No entanto, o impacto da globalização nos territórios e estados nacionais tem também outra característica importante: o avanço tecnológico.

É claro que não é só a tecnologia que muda a percepção do espaço. [...]. A tecnologia é um elemento da globalização que não tem sido suficientemente explorado. Mas ele não é, absolutamente, o único. É um elemento entre outros. O que vale são os diferentes interesses, motivações, o modo como esses interesses e motivações se transmitem através de ações e como rebatem no espaço planetário e nos territórios. (BECKER, 2007, p. 23)

A Amazônia brasileira passou por profundas mudanças, sendo que as estruturais ocorreram nas décadas de 1970 e início da década de 1980. Até esse período ela estava praticamente “voltada para o exterior, desligada do território nacional”. Dentre as mudanças estruturais destacadas por Becker (2007, p. 23): “A mais importante, porém, é a conectividade pela rede de comunicações, que foi vital para a Amazônia, permitindo a conexão com o território nacional e com o exterior. Ela foi base de parcerias que se organizam hoje em várias escalas, do nível local ao regional, nacional e internacional”. Com efeito, as mudanças na economia, na estrutura do povoamento, na organização social também foram estruturais e alteraram as percepções que se tem da Amazônia. Quanto à percepção global, nela Becker identifica “duas raízes muito diversas”, a saber, “Uma que ocorre no nível simbólico-cultural, legítima, que vem da questão ambiental, da legitimidade dos ambientalistas, que se preocupam com a salvação do planeta”. Mas há outra, que é “econômica e geopolítica, ligada

à riqueza natural da Amazônia que, com as novas tecnologias, vem sendo valorizada como capital natural, de realização atual ou futura, ligado à biodiversidade [...]”. Nesse sentido, compreende-se porque a Amazônia “tornou-se uma região central para a ciência”, ressaltou criticamente Becker (2007, p. 25).

A questão da soberania no Brasil aparece de forma conflitiva em relação com a Amazônia, porque os interesses internacionais sobre a “floresta” e a “região” são muito fortes e foram acentuados quando se uniu a questão do clima com a floresta, comentou Becker (2009). O pensamento geográfico, a reflexão geográfica, recebe uma lição com a valorização da Amazônia, ainda pouco estudada pelos geógrafos brasileiros. A de que “as redes e fluxos de capital e de informação que sustentam a riqueza circulante do mundo hoje e a globalização, não eliminam o valor da riqueza [...] no território”, afirmou Becker (2007, p. 26). Assim, a questão da soberania nacional é percebida e enfrentada de forma ambígua ou enviesada. Quando se trata da defesa da soberania nacional, a Amazônia aparece desvinculada, desintegrada do território nacional, pela forma como é tratada no âmbito da política internacional; e quando aparece como elemento fundamental, como “patrimônio da humanidade”, é tomada também como desvinculada do território nacional, portanto, alheia à questão da soberania.

Todavia, a tematização do território nacional, a necessidade de um projeto nacional para o Brasil, não aparece apenas no pensamento desses geógrafos comentados anteriormente. A questão política, seja diretamente abordada pela perspectiva da Ciência Política ou da Geografia política, passou a dar a tônica em parte significativa do pensamento geográfico brasileiro nas duas últimas décadas. Na última década do século passado, Castro (1992) analisou o regionalismo nordestino num balizamento com o poder político e suas implicações no território nacional. Assim, a região tornava-se o “território de ação política”. A articulação lógica e conceitual de região, território e espaço assume a forma, no discurso geográfico, de um jogo cambiante, no qual as definições existentes são bastante móveis.

Sendo o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Assim, o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço-territorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza. (CASTRO, 1992, p. 29)

Castro (1992, p. 31) toma por referência a noção de *topofilia*, de Bachelard, como um “dado universal, mas para empregá-la na análise regional, “tendo em vista a identidade

territorial que consideramos fundamental ao conceito de região”³¹. Segundo essa perspectiva, a região não se reduz a mero produto da diferenciação de áreas, isto é, apenas uma categoria que sustenta a análise regional, antes, “a região permanece como uma escala de análise de inegável valor heurístico”. Nessa concepção, a região é um espaço-territorial que comporta a identidade e a diferença.

Como nossa questão central é a política, porém contextualizada no espaço regional, é necessário estabelecer um conceito de região que possibilite um recorte seguro para a análise do fato político de base regional. Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças. (CASTRO, 1992, p. 32)

Essa concepção destoava de outras formas de pensar a relação entre Geografia e política, naquela década ainda muito marcada pela visão da política na perspectiva marxista. Ou seja, o importante era pesquisar os movimentos sociais (urbanos ou rurais), a luta de classes em relação com o espaço, a pobreza etc. Conforme comentou Castro (2009), o dogmatismo marxista se fazia presente na Geografia crítica definindo também o que era e o que não era ideológico e relevante pesquisar, o sentido da abordagem política. Duas motivações fizeram com que Castro se distanciasse da renovação crítica: o dogmatismo excessivo desse marxismo que chegava à Geografia, porque nele via um conteúdo “religioso”, um dogmatismo científico equiparável ao religioso; e a vontade de fazer uma discussão geográfica da dimensão política³².

E para minha grande surpresa, descobri o território e o espaço na política, que a política não abre mão do espaço, do território. Mesmo que você tenha na Filosofia uma discussão mais teórica da política, na prática, a política não se faz, não se aplica sem uma base material, o espaço, o território. Então, todo trabalho em Ciência Política que busque uma aplicação prática da teoria, não pode abrir mão do território, do espaço. A questão do regionalismo, por exemplo, que é uma questão geográfica, eu tomei como uma questão fortemente política. A questão do regionalismo que é uma questão fortemente política e geográfica foi abandonada pela Geografia quantitativa, mas também pela Geografia crítica. Ou você tinha uma região despolitizada ou você tinha o marxismo na Geografia crítica para quem a região não existia. Porque a Geografia nesse momento não discutia regionalismo, a região desapareceu. (CASTRO, 2009, p. 143)

A preocupação em entender o território por meio do jogo do poder político da elite brasileira, do regionalismo, foi possível pela incursão no pensamento sociológico, da ciência política, da qual veio a noção de imaginário. Havia nesse pensamento uma abertura e

³¹ A noção de topofilia em Bachelard remete ao sentimento de pertencimento, de identificação do indivíduo com o espaço que habita. Essa noção foi introduzida na Geografia, mais especificamente na Geografia humanística, por Yi-Fu Tuan (1980).

³² Entrevista realizada pela autora com Iná E. de Castro, em 12 de agosto de 2009.

abordagem mais bem desenvolvidas que na Geografia, numa época em que nem mesmo a Geografia política era valorizada, confundida com a Geopolítica dos militares, conforme comentou Castro (2009).

Em meados da primeira década do século XXI, Castro (2005) tornou público um estudo, na perspectiva da Geografia política, abrangente, acerca das questões que atravessaram o século XX até o início do XXI. Em *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições* há, não só uma concepção do que vem a ser a tarefa da Geografia “compreender a produção, a organização e a diferenciação do espaço”, como também seus temas privilegiados, a saber, o problema das relações entre política e território, “componente essencial do processo histórico de formação das sociedades” (CASTRO, 2005, p. 15). Nessa concepção, a política é “expressão e modo de controle dos conflitos sociais” e o território “base material e simbólica da sociedade”. Para Castro (2005, p. 18), houve uma mudança significativa na Geografia política que se fazia no século XIX, que “interrogava o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia”, e a do século XX, concebida como “o estudo de como a Geografia é informada pela política”.

VI. 2.1.4. A pátria geográfica: quando novos personagens entram em cena

Numa perspectiva diferente da de Castro, mas também recuperando a noção de região e de território, apareceram, nas duas últimas décadas, os estudos de Haesbaert (1997, 2002, 2007). Em seus estudos destacam-se a discussão sobre identidade regional e territorial, e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização³³. Haesbaert tem sido um dos geógrafos brasileiros cujos trabalhos mais contribuem com uma reflexão teórica e conceitual sobre o conceito de território. Era ainda estudante quando da eclosão do Movimento de Renovação, tendo participado do *Encontro Nacional de Geógrafos*, na cidade de Fortaleza, em 1978, como relatou (1998)³⁴. Segundo esse autor (1998, p. 97): “A ‘região’ surgiu pra mim meio como o ‘pays’ de Vidal de La Blache. Cada vale da Serra era para mim uma grande descoberta. [...] Novas paisagens me marcavam muito”. Essa curiosidade e fascínio infantil desdobraram-se em temas de estudos e pesquisas: “A verdade é que duas grandes linhas atravessaram este percurso acadêmico: em nível teórico os conceitos de região e regionalização, nas múltiplas conexões local/regional/global e, em nível empírico, aquilo

³³ Noções que apareceram inicialmente em Raffestin (1993). No Brasil, também apareceu em Andrade (2004), a primeira edição data de 1995.

³⁴ Entrevista de Rogério Haesbaert a *Revista GeoUERJ*, em outubro de 1998.

que eu poderia denominar a saga dos gaúchos” (HAESBAERT, 1998, p. 98). Em “*Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*, Haesbaert (1997) analisa várias concepções de território não só na Etologia e na Geografia clássica, como também na Filosofia, concluindo que

Essa distinção entre território como instrumento do poder político (quase sempre de caráter estatal, ligado à questão da cidadania) e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas (defensores de uma “cidadania-mundo”, calcada ou não na territorialidade-padrão dos Estados-nações) e multiculturalistas (defensores do respeito às especificidades culturais, que pode incluir as diferentes concepções de territorialidade moldadas no interior de cada cultura). (HAESBAERT, 1997, p. 37).

Doravante, os termos da ciência geográfica se inscreveram na análise das formações identitárias e de seu contraponto, a diferença e a alteridade, concebidas em relação à região e ao território. Mesmo constatando essa distinção e o campo no qual ela se insere e insinua, Haesbaert fez desse debate um mote para a reflexão geográfica, na qual destacam-se a identidade regional, a territorial, a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização. Por essa via de interpretação, a região comporta uma multiplicidade de significações ou de sentidos, podendo ser definida como:

- um recorte espacial que manifesta a diferenciação do espaço geográfico enquanto território, apropriado/controlado de forma concreta (por meio de relações políticas, geralmente representativas de uma determinada divisão territorial do trabalho) e simbólica (por meio de uma identidade territorial);
- uma escala geográfica, intermediária entre o nível local ou cotidiano de relações e o nacional; e
- produto da conjugação entre, pelo menos, dois processos sociais específicos, o regionalismo político que organiza suas reivindicações fundamentado numa base territorial (“regional”, colocada diretamente frente ao Estado-nação), e a identidade territorial (igualmente numa escala intermediária entre as escalas local e nacional). (HAESBAERT, 1997, p. 52)

Com essa definição abrangente recuperam-se e reintegram-se os sentidos anteriores que esse conceito adquiriu em algumas das diferentes abordagens geográficas que lhe foram atribuídas na história do pensamento geográfico moderno e contemporâneo. Com um diferencial, agora inserido num debate mais amplo do que aquele travado no interior da própria Geografia, acerca de seu objeto e método de estudo. Nessa perspectiva, a região convive sem conflitos com os demais conceitos geográficos, tais como os de território e espaço.

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, [...],

conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escolas geográficas [...]. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções [...]. (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Há que se considerar os esforços desse autor em reformular a abordagem geográfica, nela introduzindo os aportes das Ciências Sociais e da Filosofia na análise de fenômenos sociais contemporâneos. Todavia, sua abordagem não está isenta de uma dimensão conídica quando se considera também sua história conceitual do território e a tipologia, pela qual classificou as várias concepções, apoiadas numa história da Filosofia acentuadamente dicotômica, a oposição entre idealismo e materialismo. Veja-se, como exemplo, sua proposta de sistematização dos conceitos geográficos, em Haesbaert (1999, 2002).

Ao final da década de 1990, Haesbaert também se ocupou da relação entre os temas da globalização, do território e das identidades. Para ele, em que pesem as concepções da globalização como um fenômeno que busca homogeneizar a economia, questiona as identidades nacionais e o papel do Estado. Havia outro traço que deveria ser considerado, o da fragmentação que se manifesta como uma forma de exclusão, sobretudo, de exclusão territorial. A globalização também promove desigualdades e num movimento de reação a ela, surgem novas territorialidades, como expressão da diversidade, afirma Costa (1999, p. 9): “A simples emergência de muitas novas-velhas territorialidades antepõe-se à ideia de globalização na medida em que, dialeticamente, enquanto a globalização remete à ideia de unidade do diverso muitas territorialidades que hoje emergem são *per se* a própria diversidade”. Para além da constatação dos efeitos da globalização, Haesbaert aventa a possibilidade da emergência de uma “nova territorialidade” que denominou de “território-mundo”.

Entre as novas territorialidades em gestação, talvez a mais surpreendente seja aquela que envolve a escala-mundo. É a sua existência, afinal, que de diversas maneiras coroar os processos de globalização, de certa forma legitimando-os, na medida em que a dimensão política da globalização, o controle político dos fluxos (especialmente de capitais), é a menos evidente. Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma *rede-território* toda a civilização planetária, que pela primeira vez (desde a Segunda Grande Guerra) coloca em risco sua própria existência na superfície da Terra. (HAESBAERT, 1999, p. 16)

Pode ser que tal possibilidade venha a se realizar, se considerarmos a disseminação da

chamada “questão ambiental”, ou “ecológica” e sua capacidade de mobilizar pessoas de vários credos religiosos, políticos e culturais. Terá a causa ambiental se tornado uma nova significação imaginária social a ocupar o lugar vazio deixado pela revolução, pela utopia e a práxis, como dimensões da política?!

O fato é que a emergência da globalização, como fenômeno contemporâneo, não silenciou as necessidades, tornadas demandas, dos excluídos, segregados e marginalizados da sociedade. Além de pôr em debate a devastação da natureza e a degradação ambiental, em escala também global, cujas consequências não afetam, no sentido restrito, apenas parcelas da população, mas a humanidade. Encontra expressão em manifestações de atores sociais distintos, cujo foco de luta não se identifica com a clássica oposição entre trabalho e capital. Crise ambiental, de identidade territorial-nacional, do princípio identitário de classe.

A globalização e a informacionalização, determinadas pelas redes de riqueza, tecnologia e poder, estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios. À medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política. (CASTELLS, 1999, p. 93-94)

Assim Castells traduziu esse momento. É contra essa “nova ordem global” que emergem os movimentos sociais, cujas necessidades, nela, não encontram satisfação, pelo contrário, escancara, sob a forma de crise, a degradação da existência humana. Seja no campo ou na cidade, na região, no território nacional ou em todo o globo terrestre, a degradação da condição humana confunde-se com a degradação da natureza. Essa condição traduz-se pelo sentimento de incerteza e desamparo.

À exceção de uma elite reduzida de *globalitanos* (meio seres humanos, meio fluxos), as pessoas em todo o mundo se ressentem da perda do controle sobre suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta. (CASTELLS, 1999, p. 93-94)

Em nada esse momento nos lembraria o Estado ratzeliano, não fosse pelo fato de que o Estado, cada vez mais sujeitado a ordem vigente, não oferece proteção nem à população e muito menos ao território. Aquele Estado territorial, do qual falava Ratzel, no século XIX, não se coaduna com a nova ordem de que fala Castells, no século XX. Pois esse estado não só não protege o território nacional, quando a soberania também é questionada, como ainda viabiliza os processos de usurpação de “territórios” das populações citadinas e campesinas. Esse Estado, cada vez mais sujeitado à lógica de reprodução do capital, não oferece

resistências à especulação imobiliária e à apropriação do solo urbano, o que em grande parte explica o crescente número de “sem tetos” e desabrigados nas cidades; como também não oferece obstáculos à apropriação e à concentração fundiária no campo, cujas consequências são visíveis pela grande quantidade de trabalhadores rurais “sem terra”³⁵. Disso resulta que a própria população se vê diante da necessidade de se organizar para reivindicar e reverter suas condições de existência, pois essa “nova ordem” é vivenciada cotidianamente como desafio à sobrevivência. Ainda que resguardadas suas especificidades, os movimentos sociais são portadores das insígnias de uma “nova ordem” que põe na pauta de discussões os temas da identidade, emancipação, autonomia e utopia.

Por suas demandas e reivindicações, formas de organização, projeto e estratégias de atuação política, os movimentos sociais suscitaram o interesse das Ciências Sociais e Humanas, no sentido de compreender o que eles são e a que visam³⁶. À Geografia, particularmente, coube ainda o desafio de dar conta das relações entre esses movimentos e o território, o espaço ou lugar. Conceitos híbridos e flutuantes, por muito tempo concebidos sem os sujeitos que lhes conferem sentido.

Para Castells (1999, p. 95): “os movimentos sociais devem ser entendidos por aquilo que dizem ser, por sua autodefinição, por suas práticas, sobretudo suas práticas discursivas”. Eles podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. Sua definição parte de três princípios: o de identidade, que se refere à autodefinição do movimento; o princípio do adversário, que se refere ao principal inimigo declarado pelo próprio movimento; e, por fim, a percepção própria do movimento, da finalidade de sua luta, ou seja, refere-se “à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que

³⁵ Para a compreensão do surgimento da degradação camponesa no Brasil e a formação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), ver Fernandes (1996).

³⁶ Na definição de Gohn (2006, p. 251-252) “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. [...]. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e de projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam”.

almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove”, o que o sociólogo denomina de “meta societal” (CASTELLS, 1999, p. 96).

Para a compreensão do que vem a ser movimento social, Castells não só oferece essa caracterização como também uma tipologia das identidades: legitimadora, de resistência, de projeto, étnica, territorial. A identidade aparece, assim, como categoria central para o entendimento dos movimentos sociais. No entanto, quando se trata da análise das identidades territoriais, há uma frágil sustentação da explicação sobre as relações e correlações entre espaço e cultura, espaço e política.

O provável argumento dos autores comunitaristas, coerente com minha própria observação intercultural, é que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. [...] faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos [...], pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum [...]. (CASTELLS, 1999, p. 70).

No decurso de sua análise, Castells circunscreve as “identidades territoriais” a “comunidade local” e esta ao espaço urbano, como se os movimentos sociais do campo, os movimentos sociais étnicos ou com outras identidades prescindissem de quaisquer outras formas espaciais para existirem.

[...] *sugeri que os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos)* estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. (CASTELLS, 1999, p.79, grifos nossos).

Com efeito, as identidades territoriais nada são se não se constituem a partir de uma comunidade local e, esta, uma vez constituída, torna aquela um obstáculo. Não há, portanto, transcendência que possa ser vislumbrada a partir da atuação política de uma “identidade territorial”, pois esta se encarcera numa “comunidade local”. Como não há transcendência, o que se constata é o surgimento do “paradoxo de forças políticas” entre o local e o global:

[...] (no final dos anos 70, início dos 80), projetando contudo minha visão para o futuro: *os movimentos urbanos estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos políticos pró-ativos [...] na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-conhecimento e organização autônoma: seu território.* Assim, surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, [...]. Contudo, essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrenchamento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do

incontrolável. Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarra-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformouse em sua identidade. (CASTELLS, 1999, p. 80, grifos nossos)

De onde se origina essa “vontade” ou “necessidade” de identidade? Será mesmo de onde indica Castells: da falta de controle das pessoas sobre suas próprias vidas, da fluidez, do desamparo que leva à sensação de serem indefesas? Guattari e Rolnik identificam outros aspectos da questão da identidade no mundo contemporâneo.

Estamos girando em torno da questão da identidade e do reconhecimento, o que aliás não é de se espantar: *a identidade está frequentemente vinculada ao reconhecimento*. [...] Ao meu ver, *o ponto em que as problemáticas do inconsciente se entrelaçam com as problemáticas políticas está exatamente na ideia de que não se trata apenas de subjetividades identificáveis ou identificadas, mas de processos subjetivos que escapam às identidades*. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 68, grifos nossos).

Guattari e Rolnik advertem sobre o arдил do discurso das identidades, sobre as diferenças entre identidade e singularidade e, ainda, sobre os processos de “subjetivação capitalista”. Para eles, outra compreensão do discurso das identidades é necessária, sobretudo, no plano da atuação política, se queremos reverter essa lógica, faz-se necessário compreendê-la. Nesse sentido, advertem sobre a distinção entre identidade e singularidade.

Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. [...] Em outras palavras, *a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável*. Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos como um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos como representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. O que é verdadeiro para qualquer processo de criação é verdadeiro para a vida. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.68-69, grifos nossos).

Todavia, Guattari e Rolnik, vêem no capitalismo um interesse específico com a singularização, pois *“o que interessa à subjetividade capitalística, não é o processo de singularização, mas justamente esse resultado do processo, resultado de sua circunscrição a modos de identificação dessa subjetividade dominante”* (1986, p. 69, grifos nossos). O que propõem é a compreensão necessária dos processos de “subjetivação capitalística”, como processos indissociáveis do modo de produção capitalista de nossa existência. E nesse processo, o Estado desempenha o papel de obstáculo aos processos que conduzem à autonomia.

[...] a concepção da luta social em diferentes etapas desemboca no fato de que a problemática da recomposição de um tecido social, a problemática da autogestão e da valorização social, é sempre retardada, sempre adiada. O que acontece é que essa

função de subjetivação capitalística, esses equipamentos de Estado que se instauram no conjunto do campo social, se fazem em proveito das novas castas burocráticas, das novas elites que não têm a menor intenção de se despojar de seu poder. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 147).

Assim, se consideramos as ideias desses autores, os movimentos sociais, as minorias de toda ordem, têm como desafio compreender a produção dessa subjetividade, seu ardil, e impedir a continuidade dos processos de sua constituição. Segundo essas formulações, há que se desenvolver outra forma de relação com o território, concebê-lo de forma ampliada, e, assim, compreender o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323)

De outro modo, avessa à desterritorialização encontra-se a reterritorialização que “consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” alertam Guattari e Rolnik (1986, p. 323). Esses autores consideram que “O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando ‘recapitular’ os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais” (Ibid, p. 323). Essa concepção tem sido referência para a reflexão que se faz atualmente no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo acerca daquelas noções. Assim, ao lado das formulações de Raffestin convive também esta³⁷.

Nessas perspectivas destacam-se diferentes concepções de Território e de Estado, da relação entre eles e deles com a Sociedade. Nelas a concepção e o lugar da dimensão política também são diferentes, o que evidencia certo declínio do ideário político marxista, tal como propagado na década de 1980. Entretanto, encontram-se variantes do marxismo, no que se refere à relação entre território e política, sobretudo na abordagem de movimentos sociais, que merecem nossa atenção. Uma delas integra elementos e posições contraditórias do marxismo num cruzamento entre movimentos sociais e território de forma híbrida, refiro-me às formulações de Fernandes (1999, 2005, 2006, 2009). Esse geógrafo faz parte da primeira geração que se despontou após o Movimento de Renovação e com ele manteve laços de identificação temática. Mas também procurou dele se diferenciar como um pensamento que articula movimento social e território, ou, dito de outro modo, que tem se ocupado em

³⁷ Para ver as concepções daquelas noções em torno da temática das identidades, ver Araújo e Haesbaert (2007).

formular uma “teoria geográfica” dos movimentos sociais. Nesse intento de formulação o território e o espaço são as balizas dessa proposta.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (FERNANDES, 2005, p. 28)

Essa distinção entre espaço e território, por meio de fio tênue, deixa entrever a influência de Raffestin (1993) ao diferenciar esses dois conceitos. Mas, as noções de conflitualidade, intencionalidade, liberdade e dominação, expropriação e resistência remetem a outras referências. Antes, porém, cabe indagar das motivações que conduziram Fernandes a se ocupar da temática dos movimentos sociais em relação ao território. Em depoimento ele relatou.³⁸

Eu comecei a trabalhar com a questão dos sem-terra em 1984, quando ainda estava na Pastoral da Juventude. Era um trabalho de apoio, a partir das comunidades urbanas. Meu envolvimento mais científico e político começou em 1986. Eu participava das reuniões, desde as de base até as reuniões das coordenações. [...]. Com livre trânsito por dentro da forma de organização do MST, eu fui assumindo compromissos, trabalhando com a formação de professores, dando aulas nas escolas do MST. (FERNANDES, 1998, p. 126-127)

Quando da elaboração de sua tese de doutoramento, essa relação e o interesse em pesquisar o papel desse movimento no âmbito da questão agrária já havia se constituído em tema de pesquisa e espaço de atuação política: “eu acho muito difícil separar o pesquisador do intelectual, porque ambos formam o pensador. E como afirmei, anteriormente, os pensadores têm que dialogar com a realidade e o distanciamento não contribui”, afirmou (FERNANDES, 2008, p. 40-41)³⁹. Decorridos quase vinte e cinco anos, assim ele avalia sua trajetória:

Minha contribuição para a construção desses conceitos, para a discussão do conceito de território, está na compreensão do processo de territorialização e desterritorialização; na tentativa da construção de uma Geografia dos movimentos camponeses como movimentos socioterritoriais. Essa eu acho que é a minha contribuição. (FERNANDES, 2008, p. 50-51)

³⁸ Entrevista de Bernardo M. Fernandes à *Revista GeoUERJ*, em junho de 1998.

³⁹ Entrevista realizada pela autora com Bernardo M. Fernandes, em 20 de maio de 2008.

Além da análise da questão agrária no Brasil, Fernandes tem se preocupado em formular uma teoria geográfica dos movimentos sociais, pois está convencido de que existem métodos geográficos, de que “nós temos teorias geográficas, temos uma metodologia geográfica”. Essa convicção tem sido uma das motivações de suas pesquisas acerca do MST.

Tudo isso é tão objetivo para mim que procurei, na minha produção, fazer um trabalho sobre os movimentos sociais a partir de um método geográfico, ou seja, o meu investimento, quando comecei a me interessar pelo tema dos movimentos sociais, foi de fazer uma “leitura” desse objeto a partir de um método geográfico. E tudo que li e aprendi na construção do conhecimento geográfico foi tentar entender os espaços e os territórios produzidos por esses movimentos, que é um processo que ainda estou desenvolvendo. (FERNANDES, 2008, p. 44)

Ao historiar a emergência dos estudos sobre os movimentos sociais, Fernandes observa que sua história foi mais desenvolvida na Sociologia e a Geografia, sobretudo a brasileira, só despertou para a problemática na década de 1980. Até então esses estudos eram escassos no pensamento geográfico brasileiro. Diante disso, o que se constata é uma acentuada abordagem sociológica dos movimentos sociais, mesmo nos estudos geográficos, a qual se atem mais “às formas e relações e não chegam até o espaço e ao território” (FERNANDES, 2008, p. 44). Sua crítica também se direciona ao uso que outras ciências, como a Economia, a Antropologia e a Ciência Política, por exemplo, fazem dos conceitos geográficos, segundo Fernandes, eles são empregados numa versão conservadora desses conceitos. Além dessas ciências, questiona a relevância que o conceito de território assumiu na atualidade, sobretudo, nas políticas territoriais, fato que ele vincula com a emergência da globalização e do pensamento neoliberal.

Qual a razão que levou o território a ser conceito central hoje nas políticas de desenvolvimento. Por que é que o território ganhou esse *status*? *E aí eu vejo duas explicações para isso. De um lado, o uso banal do conceito principalmente pelas agências multilaterais e pelos governos. Poderíamos chamar de região, poderíamos chamar de espaço, mas chamam de “território”. E o uso do conceito de território pelos movimentos camponeses mais no sentido próprio do território, que é o sentido da soberania.* Então, o uso do conceito de território pelas instituições governamentais e multilaterais não está muito vinculado à ideia de soberania, mas está muito mais vinculado à ideia de área econômica para expansão das políticas neoliberais. Então, *o território para eles é sinônimo de “espaço geográfico”, somente, ou seja, é uma área, uma superfície, um espaço onde eu vou executar uma política para desenvolver o capitalismo.* (FERNANDES, 2008, p. 50-51, grifos nossos)

Diferentemente da utilidade que tem o conceito de território nas políticas territoriais, se expressa um outro sentido, aquele que lhe atribui os movimentos sociais.

Enquanto para os movimentos populares, os movimentos camponeses, o conceito de território está vinculado à ideia de vida, de propriedade para todos, está vinculado à ideia de nação, à ideia de autonomia, de hegemonia e resistência, de soberania, de poder. Não se encontra nos documentos do Banco Mundial, dos ministérios

governamentais de qualquer país referência ao conceito de território como poder, referência à classe, à hegemonia. [...]. É uma discussão dissimulada, é a discussão do consenso para o consenso. Então, essas são duas características do uso do território hoje nesse mundo globalizado. O território utilizado como uma expressão banal, onde serviria qualquer outro, e o território como uma expressão crítica, ou seja, é a questão da conquista, é a questão de se manter, de existir, é a questão de defender o território. Então eu vejo que esse debate está muito presente hoje nesse mundo globalizado, pelo Fundo Monetário [Internacional, o FMI], pelo Banco Mundial, pela FAO, pela ONU [Organização das Nações Unidas], pelas empresas transnacionais, pelos governos de diferentes países. (FERNANDES, 2008, p. 51)

Essas duas formas de “uso” do território se opõem no âmbito da “questão agrária” porque “em seu conteúdo, a questão agrária é, antes de tudo, a questão da terra, da democratização da propriedade da terra”, defende Fernandes (1999b, p. 224), ao final da década de 1990, numa avaliação histórica da “questão agrária” no Brasil. Quanto à democratização da propriedade da terra, “é a solução do problema fundiário e o estabelecimento de um projeto socioeconômico e político camponês, o ponto de partida para a transformação da questão agrária”. Desse modo, Fernandes visava recuperar conceitual e politicamente uma “classe social”, o camponês, menosprezada em grande parte do pensamento marxista como mero coadjuvante do proletariado. Para esse geógrafo, a questão agrária está saturada e tal saturação se expressa no aumento das ocupações de terras e na violência no campo, o que explica a estratégia de luta do MST.

As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST. A espacialização é um processo ininterrupto e tem como princípio a constituição do espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilita a construção do espaço de luta e resistência [...]. Acampados na terra que não cumpre a sua função social, resistem pelo enfrentamento contra os latifundiários e o Estado. [...]. *Espacializam-se pelas estradas e avenidas, do campo à cidade, em caminhadas, marchas, ocupando prédios públicos e espaços políticos. Esses sujeitos formam-se em um movimento sócio-espacial e, com suas práticas, procuram superar as interpretações da realidade que os excluem. Desse modo, garantem a terra como fração do território e espaço político para reproduzirem os processos de espacialização e territorialização. E, desse modo, tecem uma rede de luta e resistência em quase todo o país, organizados estrategicamente em todas as regiões e nos principais Estados, constituindo-se em movimento socioterritorial.* (FERNANDES, 1999b, p. 225, grifos nossos)

Nessa descrição da atuação do MST aparecem as noções de “movimento sócio-espacial” e “movimento socioterritorial”. Na primeira década do século XXI, as formulações de Fernandes (2009) avançaram no sentido de estabelecer uma “tipologia” em meio à diversidade de acepções nas quais se encontra o conceito. Uma das acepções que ele critica é aquela que toma o território no sentido de “espaço de governança”. Nessa acepção todas as escalas são integradas tendo em vista o estabelecimento de políticas públicas ou privadas. Segundo Fernandes (2009, p. 199): “Há projetos em escalas transnacional que envolve todas

as escalas dos espaços de governança, como são os ‘eixos’ territoriais do IRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sulamericana”. Para ele, a finalidade desses eixos, aos quais denominou de “transterritórios”, é a de reunir “territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, aos interesses das transnacionais para a produção de commodities” (FERNANDES, 2009, p. 199). Pode-se afirmar que há uma disputa em torno do território (material) e do território como conceito (o território imaterial).

Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. [...]. O sentido da disputa está na essência do conceito, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade. (FERNANDES, 2009, p. 201)

Concebida por Fernandes como um princípio do conceito de território, a soberania é também uma necessidade, mas não se reduz ao poder político do Estado. Do mesmo modo que existe a multiterritorialidade também existem “soberanias”. Essas soberanias podem ser mais bem compreendidas quando se considera que há várias instituições a formar o Estado-Nação que disputam o Estado e seu território e os territórios que nesse estado existem. Nessa relação há o poder político do Estado, que rege as relações jurídicas entre as instituições, e os poderes próprios de cada instituição. Dessa forma, a noção de soberania é bastante ampla, abrangendo desde povos, nações, classes sociais e grupos.

Quanto à noção de intencionalidade, é a que intervém na escolha ou decisão de estudar numa ou noutra acepção o território, isto é, como “espaço de governança” ou numa perspectiva multidimensional (política, cultural, etc.). É ela que dá a tônica da dimensão “imaterial” do território. Enquanto a “conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios” (FERNANDES, 2009, p. 203). Como a concebe esse autor, a conflitualidade comporta uma essência que é a “disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia” (FERNANDES, 2009, p. 203).

Vimos que a primeira distinção na tipologia dos territórios estabelecida por Fernandes (2009) há o “território material” e o “território imaterial”. Nessa tipologia há, além dos tipos, “ordens de territórios”, a saber, o território como espaço de governança, certamente, é aquele

que se apresenta na escala nacional, abarcando as outras escalas e “instâncias”. Esse tipo de território é produto das relações estabelecidas entre as classes sociais. Nele as propriedades (particular ou comunitária) aparecem como frações do território, reguladas pela condição jurídica na qual estão inscritas. Numa outra ordem, existe o “terceiro território” que “é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios”, define Fernandes (2009, p. 210). Como o “território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações”, ele está presente em todas as ordens. Essa lógica combinatória e ao mesmo tempo de conjunto, de intersecções (o terceiro território que está contido no primeiro e no segundo e estes por sua vez estão contidos num conjunto maior), nos lembra a dimensão conídica e sua acentuada presença nessa “invenção científica” do território. A distinção entre território material e imaterial remete à distinção marxista entre infraestrutura e superestrutura e nelas uma teoria do conhecimento, na qual este é concebido como um reflexo da consciência. O conceito é um decalque cuja base de colagem é a “materialidade concreta” do mundo, ou melhor, o mundo da produção material.

Nessas concepções que vimos do território, em relação à história, política e cultura, as significações imaginárias aparecem formalizadas no pensamento geográfico, ou seja, mais que formalizadas do ponto de vista lógico, aparecem determinadas em primeira e última instância pela produção material, econômica, da sociedade. Ou seja, a história, a política e a cultura ou o simbolismo a partir do qual se constituem as identidades regionais ou territoriais, são epifenômenos da base material. É esta que determina os modos de ser da história, da política e da cultura. É dela que emergem as classes sociais, o poder político, a ideologia. E podemos dizer que também o território. De tal modo que a base material é o estofó de sua formação. Essas constatações não devem arrefecer nosso ânimo, no sentido de vê-las como um obstáculo aparentemente intransponível, quanto à possibilidade de tematizar o território como uma significação imaginária social. Reiteradas vezes, Castoriadis (1987b, p. 261) advertiu que “As significações imaginárias não são representações nem mitos, elas não fecham o espaço da interrogação, ao contrário, abrem-no”.

Considerações Finais

O pensamento geográfico brasileiro contemporâneo se apresenta como esforço de elucidação do que foi a renovação da Geografia brasileira: os projetos e programas, os desejos e a imaginação, as frustrações e os avanços do Movimento de Renovação. A institucionalização do Movimento e sua acomodação ou instalação em distintos níveis de poder (na universidade, no Estado, nas lutas populares), permitiu aos “geógrafos críticos” celebrarem por meio de uma nova história da Geografia, que se perfila como pensamento geográfico, ao mesmo tempo em que constroem sua própria lenda. Com um pouco mais de três décadas, a renovação já tem histórias para contar. Todavia, cabe indagar se esse pensamento que se anuncia, no “tempo presente”, se satisfaz com a gestão do patrimônio legado pela renovação? Sendo a resposta afirmativa, tal satisfação não correrá também o risco de vivenciar sua própria crise, quando a única “unicidade interna” é a defesa contra o ressurgimento da Geografia que se pretendia ultrapassar?

A imputação de que a ideologia reside na Geografia tradicional e na Geografia teórica, não isenta a Geografia renovada de converter-se no avesso de seu discurso, também ideológico, como procurei demonstrar no início dessa história. Tributárias de uma tradição, duas fissuras perpassam o discurso da Geografia renovada, não tão distintas daquelas presentes em sua história: de um lado, a conformação de uma Geografia em “migalhas”, na qual há tanto pluralidade temática quanto metodológica; de outro, a busca da unidade, de uma Geografia “geral”, ou seja, que mesmo recebendo contribuições das Ciências Sociais “preserva” a identidade da disciplina, por meio de uma teoria “geral”. No entanto, constata-se que essas “fissuras” estão presentes em toda a história da Geografia, e não só no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, conformando duas tendências que expressam o entendimento da tessitura do conhecimento geográfico.

Quanto à Geografia Humana, historicamente se equilibrando entre dois contrapesos (o “determinismo” ambiental e o econômico), constata-se em sua constituição a questão da coexistência no domínio social-histórico, quer interrogando a relação entre território, sociedade e Estado (como em Ratzel), ou os “gêneros de vida” (como em La Blache). Uma história da constituição da Geografia Humana, no Brasil, ainda está por se fazer, a despeito de inúmeros estudos e pesquisas existentes, importantes, mas pontuais. Porém, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, a questão da coexistência aparece sob a moldura da produção material da sociedade, isto é, a coesão de uma sociedade é determinada pelas necessidades que os homens têm de produzir os meios de sobreviver. Portanto, é no trabalho,

na produção material, que se pode encontrar explicação para a origem da sociedade, de suas instituições e de sua história desde que se considere o espaço, o território, a região ou o lugar como condição da produção e reprodução da sociedade. O estofado dessa concepção é o marxismo, ou se preferirmos, o “materialismo dialético”, como moldura das figurações que compõem o pensamento geográfico contemporâneo. Dessa afirmação não se deve deduzir que há uma uniformidade ou homogeneidade nesse pensamento. Pelo contrário. Em Santos, o espaço como sistema de objetos e de ações, é simultaneamente objeto e sujeito na produção e na reprodução da sociedade. Mediada pela técnica e pela ciência, essa produção material desdobra-se em “meio técnico-científico informacional”, em “território usado”, revelando a coexistência da diversidade de objetos e de ações sociais, numa mesma sociedade, como também no “sistema-mundo”.

Em Moraes (2002, 2009) também se pode encontrar o tema da coexistência nos interstícios de sua concepção de que a Geografia Humana é uma “história territorial”. Como a história é inseparável do modo de produzir das sociedades, sendo esse modo que confere valor a porções da superfície terrestre, apropriadas no processo mesmo da produção, o território é uma articulação de processos sociais resultante de intervenções humanas nos lugares, criando materialidades e ordenamento no espaço terrestre. O revestimento dessas materialidades advém de sua dimensão política. Nas análises desse autor, uma das instituições que mais mereceu atenção foi o Estado, isto é, seu papel na formação de territórios.

A visão proposta localiza-se num campo teórico que articula as dimensões econômicas e política da vida social, tendo por eixo analítico as relações que a sociedade entabula com seu espaço. Isto é, entende-se a geografia humana numa perspectiva histórico-dialética, que tem por objeto o estudo dos processos de formação dos territórios [...]. Estes analisados fundamentalmente como o âmbito do exercício de um poder de dominação social, o qual no mundo moderno se manifesta como um domínio estatal. *O território é, portanto, uma jurisdição de um Estado, a projeção espacial da área reivindicada de sua soberania e monopólio da autoridade.* (MORAES, 2009, p. 77, grifos nossos)

Desse modo, coesão social e formação territorial têm por fundamento o poder que emana de uma instituição, o Estado. A dominação social, nas sociedades modernas, é inseparável da dominação estatal sobre os territórios. Na versão clássica do marxismo, o Estado emerge no bojo da luta de classes. E emerge como um instrumento político do poder da “classe dominante” que subjuga a “classe dominada”. Mas não é essa a terminologia adotada por Moraes em sua “Geografia Histórica”. A tônica do discurso (e da análise) está no modo de atuação pelo qual a “elite” nacional, e regional, exerce seu domínio sobre o

território. Há uma “estrutura política” que define e determina a produção econômica na formação territorial.

O pensamento desses dois autores é emblemático do declínio do discurso que se professava no auge do Movimento de Renovação, quando a terminologia marxista (luta de classes, revolução, práxis, transformação social) imprimia ao discurso a força da contundência necessária à mobilização. Ao final do século XX e nessa primeira década do século XXI, os termos do discurso são outros. Os meios pelos quais podem ocorrer transformações sociais efetivas assumem outras configurações no pensamento desses autores que acompanhamos.

Para Santos, além da “revanche do território” que exige um posicionamento do Estado e da nação diante da perversidade da globalização, a grande mudança virá dos pobres. Pois, “A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. [...] os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta”, (SANTOS, 2000, p. 132). Os pobres seriam portadores de uma “política de novo tipo”, distinta da política institucional à qual estamos habituados. Assim, “A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo”, advogava Santos (2000, p. 133). Ao final dessa primeira década do século XXI, encontramos proposições alternativas para a situação atual.

No debate atual, a aceitação da possibilidade de formulação de um projeto de corte nacional já pressupõe a adesão a pressupostos hoje talvez minoritários nas ciências humanas, entre esses, *uma visão positiva da capacidade de organização institucional da sociedade e num certo desempenho democrático progressivo do Estado.* (MORAES, 2009, p. 149, grifos nossos)

Distinta da visão negativa que o marxismo e o leninismo tinham do Estado, para os quais deveria ser abolido, nessa “visão positiva” a Geografia está implicada na construção de “um projeto democrático de país”, a saber, “Se o conhecimento geográfico deve se engajar enfaticamente nessa construção constitui, em si, uma postura de método, com pressupostos e desdobramentos epistemológicos específicos” afirma Moraes (2009, p. 149).

Quando o tema da práxis e da utopia se impõe ao pensamento, as opiniões são também emblemáticas dos novos tempos. No depoimento de Fernandes que vê no território um cenário de conflito e trunfo político, a práxis e a utopia têm aparo numa crença que não é racionalizável.

Eu vejo da seguinte forma, a utopia colocada como uma condição necessária de uma coisa que você não tem certeza se ela é realizável ou não. Embora você fale: “Ela é possível”. Mas você não consegue explicar porque ela é possível. [...]. Então a utopia eu vejo nesse sentido, você tem projetos, perspectivas, mas você tem e não tem certeza

da possibilidade. A utopia é um espaço a ser transformado em um território. Nem sempre é possível. Portanto, há possibilidades. Por isso acredito no possível. Eu trabalho com o campesinato. Eles são utópicos e transformadores. Transformaram-se no movimento global mais ativo. Então a utopia é uma perspectiva em que você tem e não tem certeza da possibilidade. *A práxis está exatamente no ato dessa incerteza te levar para frente. Então, você não para porque tem certeza, você age porque tem incertezas.* (FERNADES, 2008, p. 52, grifos nossos)

Segundo essa posição política, o campesinato é concebido como “sujeito” da transformação social. Relegado pelo marxismo clássico, preterido pelo proletariado, o campesinato assume um papel fundamental no pensamento de Fernandes (2009), a balizar sua concepção do papel da Geografia no mundo contemporâneo, sobretudo, na sociedade brasileira.

Para Becker que defende a necessidade de se pensar uma mudança de modelo de desenvolvimento, e para a qual a “Geografia que se faz no Brasil está bastante dissociada da cultura brasileira, a questão da práxis e da utopia está implicada na discussão de um projeto nacional para o país, mas não nos termos postos pela radicalidade marxista da Geografia crítica”. Em seu depoimento, afirmou: “Eu sou pela discussão de um projeto político nacional. De um projeto político nacional. Em que a práxis entra, mas ela não vem como um discurso antes. Em princípio sim, mas não como um modelito arrumado” (BECKER, 2009, p. 131).

Num “olhar” retrospectivo da década de 1990, e dessa primeira década do século XXI, Arroyo (2008, p. 116) afirmou que enquanto houver uma fração da sociedade que se preocupa, se incomoda com o estado atual, isto “já significa que há uma necessidade por pensar em caminhos, em horizontes distintos, isso é utopia, não?” Em sua avaliação, houve muitas conquistas nesse período, como a eleição de governos por meios democráticos na América Latina e, particularmente, no Brasil. A Geografia avançou na compreensão do espaço e do território, da diversidade cultural e das lutas populares. Porém, há problemas ainda não solucionados:

a causa dos indígenas, dos pequenos produtores do campo [...], da cidade, daqueles que têm opções sexuais diferentes [...]. Tudo isto significa que, me parece que estamos caminhando, estamos construindo, tentando construir, a sociedade tenta construir um lugar melhor para as suas diversidades e com maior respeito e preocupação para solucionar problemas. Então, isto significa não a realização, não o horizonte, nem o problema indígena está solucionado, nem o dos pequenos posseiros está solucionado, nem os artistas que têm uma melhor, vamos dizer assim, situação e valorização, não está solucionado. Mas há horizontes, há certos avanços e isto permite dizer que há uma práxis que se renova no sentido de procurar outros horizontes e procurar outros futuros. Portanto de construir uma utopia, uma vã utopia.

Preocupada em pensar o espaço geográfico numa perspectiva existencial, Silveira pondera, em seu depoimento, acerca das dificuldades que enfrentamos quando se trata da práxis e da utopia.

Utopia. A gente pensa utopia como projeto, não como uma coisa idealizada no projeto [...]. Então, poderíamos dizer, bom, uma sucessão de práxis, uma práxis que não se faça na completa alienação. O problema me parece essa ideia da ação contingente, da ação possível, você executa uma série de atos, ações contingentes, porque tem que sobreviver, manter um emprego como qualquer outro trabalhador. Agora, você não pode se permitir a alienação [...]. [...] Eu tenho a impressão que esse sistema que a gente está, é contra a possibilidade de uma práxis mais revolucionária, mais próxima da utopia [...]. (SILVEIRA, 2008, p. 77)

Para Castro (2009) há uma necessidade premente de politização da Geografia, ou seja, de “resgatar a política” na reflexão geográfica. A Geografia crítica priorizou de tal modo a dimensão econômica do espaço que acabou por relegar a segundo plano a dimensão política do território nacional. A única prática reconhecida como politizada era aquela que visava à transformação social mediante a revolução. Mas, no início deste século, o que se quer é uma “sociedade justa e democrática”. Nesse sentido, “é preciso resgatar a utopia”. Seu relato expressa o sentido que a práxis e a utopia tiveram em sua formação:

Acho que você não tem práxis sem utopia. Acho que a utopia é fundamental no sentido de definir qual é o seu percurso. A minha geração, para a minha geração a utopia era o socialismo comandado por um estado justo e generoso. Existia uma práxis dessa utopia. Num determinado momento essa práxis mostrou que não era justa nem tão generosa, era violenta e autoritária. [...] a minha utopia é uma sociedade livre e justa. A questão hoje é como construir uma sociedade justa, porém livre? Ou seja, não dá para abrir mão da democracia. (CASTRO, 2009, p. 161)

A atual configuração intelectual da Geografia brasileira não está alheia à crise e à mutação do cenário intelectual contemporâneo, que questiona o sentido da experiência histórica, a concepção de ciência e o pensamento por blocos de paradigmas, o papel da teoria, da práxis e da utopia. Essa investigação me permitiu descobrir essa “nova configuração intelectual” constituída por protagonistas e posições diversas em torno do território.

Assim, se, inicialmente, tratava-se de descobrir rupturas e continuidades, de destacar algumas convergências teóricas, de identificar um “corte epistemológico”, me deparei com um labirinto de significações a compor a trama na qual o território está implicado. Mais do que “cortes”, “rupturas” ou “revolução”, é prudente falar em “deslocamentos”, “variações”, “reformulações” do conceito, ou categoria, território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

Uma característica se destaca nessa configuração, o “olhar” geográfico se volta para a realidade brasileira, o “país distorcido”, a “revanche do território” e o “território usado” que

“faz falar a nação”, metáforas criadas por Santos que expressam a força de um pensamento ocupado em compreender a “geografia” de seu país. Em vários pontos desse “observatório geográfico” encontramos outros “olhares”. Num ponto está Moraes que, retroagindo no tempo para compreender o território atual, busca reconstituir as determinações da formação territorial brasileira; noutro ponto está Fernandes que “observa” a movimentação do MST no e pelo território. Em outros pontos estão Costa e Becker – em ângulos distintos, mas próximos – numa atenção vigilante da Amazônia brasileira, uma “região-território” disputada pela Geopolítica internacional. Há ainda outras duas perspectivas de onde se pode “ver” o território por meio do simbólico: o regionalismo político e a identidade regional na ótica de Castro, e a identidade regional, o regionalismo cultural na ótica de Haesbaert.

Nesse sentido, cabem algumas considerações finais sobre as intenções que animaram essa pesquisa. Uma delas era a de estabelecer um diálogo com o pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, por meio dos sujeitos ativos desse pensamento no que concerne à temática do território; outra, era a de descobrir quando e como o território passou a ser relevante nesse pensamento no mesmo nível de importância atribuída ao espaço. Mas não houve a intenção de utilizar um critério baseado em idade para selecionar os entrevistados. No decorrer da pesquisa, percebi que se tratava de um tema e de um campo de conhecimento nos quais a geração estava implicada ou pressuposta, sem, no entanto, poder reduzir o pensamento geográfico brasileiro a um fenômeno de uma geração.

Não houve a pretensão de esgotar a temática investigada, tampouco elaborar um catálogo de autores e obras, ou de fazer um inventário completo das inovações, por isso as escolhas foram parciais, tendo em vista os objetivos propostos. Nesse sentido, se há sínteses, elas são parciais, pois a pesquisa se deteve num recorte muito específico da história contemporânea do pensamento geográfico brasileiro, cuja riqueza ainda está por ser reconstituída. Certamente, o leitor ou a leitora questionará a ausência de tantos outros geógrafos e geógrafas que “mereceriam” ter sido considerados nessa investigação, ou mesmo esperar um detalhamento mais minucioso das abordagens e concepções do território aqui apresentadas. A tais questionamentos só posso responder que essa pesquisa não termina aqui. Pelo contrário. É todo um vasto campo que se abre a outras futuras investigações.

Todavia, descobri que há uma configuração intelectual no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo que reúne diversas posições em torno do território. Este, por sua vez, não é portador de um sentido único e a trama, na qual está implicado, advém de estudos e pesquisas diferentes por suas origens, objetivos e posicionamentos teóricos e metodológicos que não têm um núcleo epistemológico comum ou uma convergência filosófica e política

consensual. Daí a pluralidade das abordagens acerca do território, da Geografia, do que é geográfico, da finalidade “estratégica” do saber geográfico. Por esse motivo, foram respeitados tanto quanto possível o depoimento dos entrevistados e o conteúdo de suas obras, sem, no entanto, isentar-me de propor uma concepção de pensamento e, sobretudo, de território.

Quanto aos procedimentos metodológicos, tendo optado pela elaboração das fontes de pesquisa, sob a forma de entrevistas que pudessem “colher” depoimentos, numa perspectiva da História Oral, em meus entrevistados encontrei dificuldades em intercambiar experiências; alguns deles preferiram a análise de suas obras e textos ao diálogo, ao depoimento, à conversa, mesmo sabendo que recordações (sobre, por exemplo, como foi elaborado um livro), encontros, percepções desaparecem nos textos acadêmicos. O fato de ignorar os procedimentos de investigação da História Oral e de outras perspectivas historiográficas contemporâneas pode ser um dos motivos da rejeição ao depoimento oral, ou até mesmo certo preconceito com a “oralidade” em relação à “escritura”. Tal atitude não deixa também de desconsiderar o potencial da retrospectiva e da possibilidade de uma relação intersubjetiva entre pesquisador e pesquisado.

Apesar de todos os meus entrevistados serem pesquisadores, houve resistências em participar desta modalidade de pesquisa, quando eles eram os “sujeitos/objetos” de investigação no depoimento oral. No entanto, durante as entrevistas realizadas, os entrevistados sempre buscaram conferir sentido às suas ações, escolhas, aos seus discursos. Procuraram atribuir uma coerência lógica aos seus trabalhos e obras, às vezes, recorrendo à tradição, a uma herança intelectual para caracterizar a Geografia, definir o que é geográfico, o que é ser intelectual. Nos depoimentos também há a representação sobre o que é ser geógrafo ou geógrafa, o reconhecimento de seus pares. Apesar das dificuldades, mantive a ideia da importância do depoimento como uma possibilidade efetiva de “operação historiográfica”, tal como descoberto em Ricoeur (2005, p. 170).

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (*praeteria*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.

Todavia, o “tratamento” dos depoimentos orais, na forma escrita, me fez deparar com enormes e variadas possibilidades de recortes de informações e sentidos presentes nos discursos dos entrevistados. São inesgotáveis as possibilidades de articulações e de sentidos presentes em um único testemunho e, certamente, as dificuldades em articulá-los não advêm

da quantidade de testemunhos de que se dispõe, mas têm a ver com sua especificidade própria, pois “o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ele ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens”, como adverte Ricoeur (2005, p. 170). Ademais, a articulação e a dosagem entre descrição e interpretação, análise, explicação e compreensão não são manejáveis no plano do pensamento, com a destreza equiparável a da manufatura. É ainda Ricoeur (2005, p. 170) que mostra a “força” do testemunho, ao afirmar que “ele resiste não somente à explicação e à representação, mas até a colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e de despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa”.

Por fim, restam ainda algumas últimas considerações sobre a tese aqui formulada: do território como uma significação imaginária social. Em que pese a afirmação de que o território é pensado segundo o esquematismo da lógica conjuntista-identitária, tanto no pensamento geográfico moderno quanto no contemporâneo, não se está invalidando a dimensão imaginária de sua instituição. Como tentei mostrar em outros momentos, a dimensão conídica coexiste com a dimensão imaginária (numa mesma sociedade, na Filosofia, na ciência); enquanto aquela opera sob o imperativo da “determinidade”, esta irrompe como indeterminação, criação de novas formas. Disso conclui-se que é possível pensar o espaço, o território e o tempo conídicos, mas também que é possível pensá-los na dimensão imaginária. Para não incorrerem em interpretações insustentáveis, é preciso reter mais uma das advertências de Castoriadis (1999, p. 19): “O mundo se presta indefinidamente a organizações conídicas; o mundo não é esgotável por estas organizações: estes dois enunciados definem um modo de ser que eu denominei o modo de ser do magma [...] e que reencontramos em toda parte [...]”. O fato é que a dimensão conídica está fortemente impregnada na ciência. No que se refere à Geografia, particularmente à Geografia Humana e ao território, o predomínio é o de teorias provenientes do “pensamento herdado” e tal pensamento “foi desde cedo conduzido a conferir uma substancialidade e uma consistência últimas: as pessoas, as coisas, ideias ou conceitos” (CASTORIADIS, 1982, p. 212).

Como pudemos acompanhar, a história da constituição quer da *Antropogeografia* ou da Geografia Humana, como também do pensamento geográfico, em sentido amplo, não procurou romper com a lógica da determinação, mas a cada vez com um tipo apenas de determinação: natural, histórica ou econômica. O que estava em questão era o tipo de determinação mais lógica e abrangente, mas não a ontologia e a epistemologia segundo a lógica conjuntista-identitária.

Atorreado com tantas advertências, o leitor poderá se perguntar para que serve considerar o território como uma significação imaginária, se as significações imaginárias não são conceitos ou categorias, nem representações, não podem ser deduzidas ou produzidas por meio de racionalizações e não correspondem a objetos empírico-sensíveis. Pode-se responder que, como uma significação imaginária social, o território é uma criação da sociedade moderna, tal como ele se faz presente em meio a outras significações (a nação, o Estado, a pátria etc.). Ele é uma nova forma social-histórica que não é derivada das sociedades antigas ou medievais, não pode ser deduzido da “arte de governar” ou da economia política e da demografia, como vimos em Foucault, tampouco se confunde com o “solo ou espaço vital”, como supôs Ratzel.

Temos uma enorme dificuldade em definir ou conceituar o que é a sociedade ou o social. Tal dificuldade não é desprovida de motivos. Comumente definimos a sociedade por aqueles elementos que consideramos partes do conjunto que ela é: os indivíduos, as instituições, a natureza. Supomos entender o que é a sociedade mediante a decomposição e a recomposição de seus elementos, uma vez que foram bem definidos. A ligação desses elementos pode ser feita por relações de determinação, causalidade, de interdependência etc. Segundo Castoriadis (1982, p. 213), “A sociedade se dá imediatamente como coexistência de uma quantidade de termos ou de entidades de diferentes ordens”, a coexistência é o “estar junto de uma diversidade”. Como o pensamento herdado responde à questão da coexistência? Segundo Castoriadis (1982), responde de duas maneiras: como um sistema real, cuja descrição apresentei um pouco acima, e como um sistema lógico. Qual é o problema, então, se o pensamento herdado nos oferece uma explicação ou esquemas que respondem àquela questão? É que a resposta que o pensamento herdado oferece não nos satisfaz. É impossível evitar o questionamento a respeito do que mantém uma sociedade coesa, por que há criação incessante de novas formas, emergência da alteridade, do novo na sociedade e na História. O que presenciamos, tanto na Filosofia quanto nas Ciências Humanas, são esforços de elucidação dessas questões.

Com efeito, podemos afirmar que o território, juntamente com o Estado e a ideologia nacionalista, mantém uma sociedade coesa. Mas essa afirmação nada nos diz sobre o que é o território. Ela apenas reitera a heteronomia, isto é, o fato de que a sociedade não se vê na sua própria criação. No sentido que lhe confere Castoriadis (1987b, p. 41): “a heteronomia consiste no fato de que a instituição da sociedade, criação da própria sociedade, é apresentada pela sociedade como sendo obra de alguém mais, de uma fonte ‘transcendental’: os ancestrais, os deuses, o Deus, a natureza, ou – como em Marx – as ‘leis da história’”. Mas podemos

tentar pensar diferentemente do modo como estamos habituados. Na *filosofia da criação humana*, a práxis e a autonomia são o avesso da heteronomia. No entanto, esse é um tema para outras teses. Por ora, ficamos com as interrogações que essa filosofia nos instiga a responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 221-232, set./dez. 1994.

_____. **O que é ser geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber. Rio de Janeiro: Recorde, 2007.

ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo**: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 491 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ANDRADE, Manoel C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 5-28, jun. 1977.

_____. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

_____. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 72, p. 63-81, 1994a.

_____. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 1994b.

ARAUJO, Frederico G. B; HAESBAERTH, Rogério. (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília: EDUNB, 1988.

ARROYO, M. Mônica. MERCOSUL: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território** – globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 308-314.

_____. **Território nacional e mercado externo**: uma leitura do Brasil na virada do século XX. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, Amália I. G. de; SILVEIRA, Maria L.; ARROYO, M. Mônica. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 177-190.

AZEVEDO, Aroldo de.; SILVEIRA, João D. da. O ensino da geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 3, p. 76-83, out. 1949.

AZEVEDO, Aroldo de. Alexander Von Humboldt, naturalista e geógrafo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 32, p. 54-72, jul. 1959.

BACHELARD, Gaston. **O espírito científico**. [1. ed. francesa 1943] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

_____. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. [1. ed. francesa 1948]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A terra e os devaneios da vontade**. Ensaio sobre a imaginação das forças. [1. ed. francesa 1948]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O ar e os sonhos**. Ensaio sobre a imaginação do movimento. [1. ed. francesa 1943]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A poética do espaço**. [1. ed. francesa 1957]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BECKER, Bertha K. EGLER, Claudio A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BECKER, Bertha K. Tendência de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos. **Território**, Rio de Janeiro, n. 2, v.1, p. 5-18, jan./jun. 1997.

BECKER, Bertha K. MIRANDA, Mariana. (Orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BECKER, Bertha K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 29-42, jan./jun. 1999a.

_____. Por um redescobrimento do Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999b. p. 11-23.

_____. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 7-24, jul./dez. 1999c.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

BENJAMIN. W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994. 1 v. p. 197-221.

_____. Experiência e pobreza. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994. 1 v. p. 114-119.

BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982.

BERTI, Enrico. **Aristóteles no século XX**. São Paulo: Loyola, 1997.

BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. [1. ed. francesa 1921]. 2. ed. Portugal: Edições Cosmos, s/d.

_____. Panorama de la geografía de Francia: prologo. [1. ed. francesa 1903]. In: Mendonça, Josefina G.; JIMÉNEZ, Julio M.; CANTERO, Nicolás O. (Orgs.). **El pensamiento geográfico**. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 250-251.

_____. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-48.

BONHEIM, Gerd. **O conceito de descobrimento**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAY, Silvio C. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico. In: I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. 1999, Rio Claro, **Anais...** Rio Claro: FUNDUNESP, 1999. p. 3-16.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. A longa duração, escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

_____. **Geografia humana y ciencias sociales**: una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1984.

_____. **O nascimento da ciência moderna e a América**: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: EDUEM, 1999. p. 1-44.

CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

CARLOS, Ana Fani A. Os caminhos da geografia humana no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71. p. 129-142, 1992.

_____. A Geografia Brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, v. I, ano 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Antonio Alfredo T. de. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje**: Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 127 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Marcos B. de. **Da antropogeografia do final do século XIX aos desafios transdisciplinares do final do século XX**: o debate sobre as abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Geografia e complexidade. In: SILVA, Aldo A. D; GALENO, Alex. (Orgs.). **Geografia: ciência do *complexus***. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 67-131.

CASTELLS. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. V 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 2.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A experiência do movimento operário**. Tradução: Carlos Nelson Cotinho. [a edição francesa é de 1974]. São Paulo; Brasiliense, 1985.

_____. Prefácio. **As encruzilhadas do labirinto I**. Tradução: Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. [1. ed. 1978] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 7-25.

_____. Ciência moderna e interrogação filosófica. **As encruzilhadas do labirinto I**. Tradução: Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. [1. ed. 1978] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 158-234.

_____. Técnica. **As encruzilhadas do labirinto I**. Tradução: Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. [1. ed. 1978, brasileira]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 235-263.

_____. Alcance ontológico da história da ciência. **As encruzilhadas do labirinto II**: os domínios do homem. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. p. 429-466.

_____. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto V. Tradução: Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. A crise das sociedades ocidentais. **As encruzilhadas do labirinto IV**: a ascensão da insignificância. Tradução: Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9-26.

_____. Entre o vazio ocidental e o mito árabe. **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Tradução: Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 57-65.

_____. A degradação do ocidente. (Conversa). **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Tradução: Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 67-93.

_____. Entrevista: A ascensão da insignificância. **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Tradução: Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 95-118.

_____. Antropologia, filosofia, política. **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Tradução: Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 12-144.

_____. Notas sobre o espaço e o número. **As encruzilhadas do labirinto VI: figuras do pensável**. Tradução: Peter Neumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 387-412.

_____. As significações imaginárias (1981). **Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates – 1974-1997**. Tradução: Cláudia Bertiner. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 63-89.

_____. Uma trajetória singular (1997). **Uma sociedade à deriva: entrevistas e debates – 1974-1997**. Tradução: Cláudia Bertiner. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. p. 269-278.

_____. Seminário de 26 de novembro de 1986. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Seminários 1986-1987: a criação humana I. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-46.

_____. Entrevista: A música abole o mundo. **Janela sobre o caos**. Tradução: Leandro Neves Cardin. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009. p. 35-74.

_____. Seminário. **Janela sobre o caos**. Tradução: Leandro Neves Cardin. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009. p. 103-128.

CASTRO, Iná E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria A. A. de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, M. Mônica. (Orgs.). **Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 56-63 .

_____. Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. p. 33-42, jan./jun. 1997a.

_____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 155-196.

_____. Desigualdades regionais, cidadania e representação proporcional no Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 123-135.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 215-218.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Experiência do pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CLAVAL, Paul. **Evolución de la geografía humana**. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

_____. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

COELHO, Ildeu M. **Sartre e a interrogação fenomenológica do imaginário**. 1978. 471 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony.; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 319-446.

CORRÊA, Roberto Lobato. Da “nova geografia” a “geografia nova”. **Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico**. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. LXXIV, ano 74, n. 4, p. 5-12, mai. 1980.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 25-34.

_____. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-47.

_____. Pensando a geografia brasileira do começo do século XXI. **Sociedade e Território**, Natal, v. 15, n. 2, p. 9-16, jul./dez. 2001.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

COSTA, Wanderley M. da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Política e território na democracia institucional: os desafios da representação. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a. p. 117-121.

_____. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 25-41, jul./dez. 1999b.

_____. **Política e território em tempos de mudanças globais**. 94 f. Tese (Livre Docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Geografia política e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. [1. ed. 1992]. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CRHISTOFOLETTI, Antônio. (Org.). **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.

DANTAS, Aldo. **Pierre Monbeig**: um marco da Geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. especial, p. 267-317, 1988.

DEMANGEON, Albert. **Problemas de geografia humana**. Barcelona: Omega, 1956.

DINIZ FILHO, Luis L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 77-108.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama**: reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **História do estruturalismo**. O campo do signo, 1945-1966. Campinas, SP: Unicamp, 1993. 1 v.

_____. **História do estruturalismo**. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Campinas, SP: Unicamp, 1993. 2 v.

_____. **O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **História e Ciências Sociais.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EGLER, Claudio A. G. Espaço ou território (Dilema da geografia ou dos geógrafos?). In: SIMPÓSIO: TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG, 1983. p. 73-79.

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, I, 1999, Rio Claro. [Eixos temáticos e Trabalhos completos]. **Anais...** V. I-II. Rio Claro: FUNDUNESP, 1999.

FAISSOL, Speridião. Teorização e quantificação na Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 40, n. 1, p. 1-168, jan./mar. 1978.

FASSÓ, Guido. Verbete Jusnaturalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 8. ed. Brasília: EDUNB, 1995. 1v. p. 655-659.

FERNANDES, Bernardo M. **MST – formação e territorialização.** São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**, Petrópolis, RJ, v. 93, ano, n. 2, p. 11- 31, 1999a.

_____. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b. p. 223-232.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 197-216.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 1998, Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1998. p. 3-15.

_____. História do tempo presente: desafios. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. 94, ano 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FOUCAULT, Michel. Entrevista: Sobre a geografia. In: **Microfísica do poder.** 18. ed. São Paulo: Graal, 1979. p. 153-165.

_____. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal, 1979. p. 277-293.

_____. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **As palavras e as coisas**. [1. ed.1966]. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FREADMAN, Richard; MILLER, Seumas. **Re-pensando a teoria**: uma crítica da teoria literária contemporânea. São Paulo: UNESP, 1994.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1969.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A geografia ativa**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1980.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony.; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. Ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: UNESP, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

_____. **Olhos de madeira** – nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si**, escrita da história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOMES, Paulo C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos W. P. A geografia está em crise: viva a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p. 5-30, nov. 1978.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana** – sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 90-122.

GREGORY, K. J. **A natureza da geografia física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAESBAERTH, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Território e globalização. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-19, jan./jun. 1999.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói, RJ: EDUFF, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAUPT, George. Marx e o marxismo. In: HOBBSAWN, Eric. (Org.). **História do marxismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 1v. p. 347-422.

HEGEL, George W. F. **Filosofia da história**. Brasília: EDUNB, 1995.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. [1. ed. 1935]. 2. ed. Coleção Filosofia 41. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

IISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos**. São Paulo: Difel, 1986.

JONES, Emrys. **Geografia humana**. [1. ed. 1966]. 7. ed. Barcelona: Labor, 1977.

KAUTSKY, Karl. **As três fontes do marxismo**. São Paulo: Global s/d.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989a.

_____. Braudel geógrafo. In: LACOSTE, Yves. (Coord.). **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papirus, 1989b. p. 175-219.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. (Org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 216-240.

LEBON, J. H.G. **Introdução à geografia humana**. [1. ed. 1966] 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEBRUN, Gérard. **O avesso da dialética: Hegel à luz de Nietzsche**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEGROS, Patrich; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TACUSSEL, Patrick. **Sociologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LENINE, V. J. **Materialismo e empiriocriticismo**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

LOBO, Reinaldo. **Psicanálise e imaginação: uma introdução ao pensamento de Castoriadis**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, Iole I. **O território e os estados pós-nacionais: uma abordagem geográfica das teorias recentes de Jürgen Habermas**. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1992.

MACHADO, Lia O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E. *et al.* (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 309-349.

_____. As ideias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 11-34, jul./dez. 2000b.

MACHADO, Mônica S. **A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MACIEL, Mirtes M. A. **Socialismo e autonomia: Castoriadis e a instituição imaginária da sociedade**. 272 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAMIGONIAN, Armen. Milton Santos: a formação de um pensador universitário crítico. In: BRANDÃO, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saberes**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 115-130.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. São Paulo: UNESP, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Portugal: Edições 70, 1989a.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989b.

_____. **O capital**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **As ciências do homem e a fenomenologia**. [1. ed. 1951]. São Paulo: Saraiva, 1978.

_____. O olho e o espírito. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 13-46.

_____. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

MONTEIRO, Carlos A. F. A geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. **Borrador: Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, n. 4, julho 2002a.

_____. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2002b.

MORAES, Antonio C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1983.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. [1. ed.1981]. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. [1. ed.1988] 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Geografia histórica do Brasil:** cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Antonio C. R.; COSTA, Wanderley M. da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** [1. ed. 1982]. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 111-130.

MORAES, Antonio C. R., COSTA, Wanderley M. da. **Geografia crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOREIRA, Ruy. Geografia e “práxis”. **Revista de Cultura Vozes,** Rio de Janeiro, v. LXXIV, ano 74, p. 19-30, mai. 1980.

_____. **O que é geografia?** [1. ed. 1980] 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O discurso do avesso:** para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil 1978-1988). **Caderno Prudentino de Geografia,** Presidente Prudente, n. 14, p. 5-39, jun. 1992.

_____. **Espaço, corpo do tempo.** A construção geográfica das sociedades. 1994. 239f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: UFPR, 2002. p. 47-62.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Pensamento geográfico brasileiro.** As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. 1 v.

_____. **Pensamento geográfico brasileiro.** As matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009. 2 v.

MÜLLER, N. L. Carl Ritter, o homem e o geógrafo. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 33, p. 78-88, out. 1959.

NUNES, Benedito. O tempo dividido: cosmos e história. In: NUNES, B. (Org.). **A crise do**

pensamento: ciclo de preleções. Belém: UFPA, 1994. p. 123-154.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. É possível uma “Geografia Libertadora”? **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. LXXIV, ano 74, n. 4, p. 13-18, mai.1980.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. [1. ed. 1982]. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 66-110.

ORTELLADO, Pablo. **Castoriadis e a questão da práxis: da crítica das relações de produção capitalistas à elucidação do social-histórico**. 185 f. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREIRA, José V. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. (Org.). **As ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, s.d. 1 v. p. 312-412.

PEREIRA, Raquel M. F. do A. Perspectivas da geografia brasileira no século XXI. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 70-78, jan./jun. 1998.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo. (Coords.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EPU: USP, 1979. p. 304-329.

PITTA, Danielle P. Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

QUAINI, Maximo. **Marxismo e geografia**. [1. ed. brasileira 1979] 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A construção da geografia humana**. [1. ed. brasileira 1983]. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. **Revista Geografia: Associação de Geografia Teorética**, Rio Claro, SP, v. 4, n. 7, p. 1-25, abril. 1979.

RICOUER, Paul. **Interpretação e ideologias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: 2007.

RODRIGUES, Arlete M. Epistemologia e construção da geografia hoje. **Revista GEOSUL**, v. 13, n. 25, p. 79-87, jan./jun. 1998.

SALGUEIRO, Heliana A. **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Reformulando a sociedade e o espaço. *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. LXXIV, ano 74, n. 4, p. 37-48, mai. 1980.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988a.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. [1. ed. 1982]. São Paulo: Hucitec, 1991a.

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1991b.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território – globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996a. p. 131-149.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996c.

_____. **Trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. [1.ed. 1978]. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996d.

_____. **O espaço do cidadão**. [1. ed. 1987]. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996e.

SANTOS, Milton. E SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Recorde, 2001.

SANTOS, Milton. A revanche do território (3/8/1997). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 84-86.

_____. Revelações do território globalizado (16/7/2000). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 98-101.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação**. [1. ed. francesa 1936]. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **A imaginação**. [1. ed. francesa 1940]. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SAUER, Carl. O. Geografia cultural. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 1-7, dez. 1996.

SCARIM, Paulo César. **Coetâneos da crítica**: contribuição ao estudo do Movimento de Renovação da Geografia brasileira. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Armando C. da. A renovação geográfica no Brasil -1976/1983 (As Geografias Crítica e Radical e uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 73-140, 1984.

_____. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVEIRA, María L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999a.

_____. **Um país, uma região**. Fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999b.

SILVEIRA, María L.; SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, María L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006a.

_____. A geografia e suas mutações: marcos e trajetórias. VII Semana de Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia. UNESP/FCT, 14 a 18 de agosto de 2006b, Presidente Prudente. p. 1-16.

_____. Por uma teoria do espaço latino-americano. In: LEMOS, A. I.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. M. (Orgs.) **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006c. p. 85-100.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à geografia**: geografia e ideologia. [1. ed. 1976]. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José. L. de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 5, p. 21-45, 1988.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Eliseu S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia contemporânea. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 1º sem. 2001.

_____. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 63-77.

_____. **Geografia e filosofia** – contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 v.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980

_____. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VITTE, Antonio Carlos. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 247-265.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Imagens e imaginação na história**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Thadeu. **Hegel**: liberdade, estado e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Fontes: Entrevistas

AB'SABER, Aziz Nacib. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, ano VII, n. 14, p. 161-182, 1992.

ANDRADE, Manoel C. de. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, ano III, n. 6, p. 113-150, 2º sem.1988.

ARANTES, Paulo Eduardo. Entrevista. In: NOBRE, Marcos; REGO, José M. (Orgs.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: 34, 2000.

ARROYO, M. Mônica. Entrevista concedida em São Paulo, em 11 de dezembro de 2008. 2 v. p. 75-104.

BECKER, Bertha K. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 2009. 2 v. p. 105-124.

CASTRO, Iná E. de. Entrevista concedida no Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 2009. 2 v. p. 125-149.

CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, ano VI, n. 12/13, p. 23-31, 2º sem. 1991, 1º sem. 1992.

COSTA, Wanderley M. da. Entrevista: O autor no contexto. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. [1. ed. 1988]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Entrevista concedida em Presidente Prudente, em 9 de dezembro de 2007. 2 v. p. 5-33.

DEMATTEIS, Giuseppe. Entrevista. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v.2, n. 12, p. 11-25, 2005.

FAISSOL, Speridião. Entrevista: Cinquenta anos de geografia. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ Rio de Janeiro, n.1, p. 79-94, jan. 1997.

FERNANDES, Bernardo M. Entrevista: A luta pela terra. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n. 3, p. 121-131, jun. 1998.

_____. Entrevista concedida em Presidente Prudente, em 20 de maio 2008. 2 v. p. 34-49.

GEIGER, Pedro Pinchas. Entrevista: Memória e histórias sobre o IBGE. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 10, p.113-127, 2º sem. 2001.

GONÇALVES, Carlos W. P. Entrevista. In: SCARIM, Paulo C. **Coetâneos da crítica**: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 63-101.

HAESBAERTH, Rogério. Entrevista: A identidade de um gaúcho, cidadão do mundo. **GeoUERJ**: Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n.4, p. 93-104, jul/dez, 1998.

MACHADO, Lia O. Entrevista: História do pensamento geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa. (uma conversa com Lia Osório Machado). **Terra Brasilis**: Revista de História do Pensamento Geográfico. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 110-134, jan./jun. 2000a.

MONTEIRO, Carlos A. F. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, n. 4, p. 99-127, 1987.

MORAES, Antonio C. R. Entrevista. In: SCARIM, Paulo C. **Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 102-126.

MOREIRA, Ruy. Entrevista. In: SCARIM, Paulo C. **Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 102-126.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. Entrevista. In: SCARIM, Paulo C. **Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 5-44.

PETRONE, Pasquale. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, ano VIII, n. 15, p. 103-137, 1º sem. 1993.

_____. Entrevista: Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 1-7, set./dez. 1994.

RAFFESTIN, Claude. Entrevista. **Revista Formação**, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 15, p. 1-5, 2006.

SANTOS, Milton. Entrevista: Espaço, mundo globalizado, modernidade. In: **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b. p. 169-188.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Entrevista: O Brasil (segundo Milton Santos). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 69-71.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Milton Santos – encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

<WWW.rodaviva.fapesp.br/materia/112/entrevistados/milton_santos_1997> Acesso em 18 de abril de 2010.

SILVEIRA, María L. Entrevista concedida em São Paulo, em 10 de dezembro de 2008. 2 v. p. 50-74

SOUZA, Maria Adélia A. de . Entrevista. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 173-210, jan./jun. 2003.

VALVERDE, Orlando. Carta aberta de Orlando a Orlando. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 5-20, 2º sem. 1984.

_____. Entrevista. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, ano VI, n. 12/13, p. 224-247, 2º sem. 1991, 1º sem. 1992.

ANA CRISTINA DA SILVA

**O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA TRAVESSIA DO
SÉCULO XX PARA O XXI: O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS**

**ENTREVISTAS
VOLUME II**

**PRESIDENTE PRUDENTE
2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA TRAVESSIA DO
SÉCULO XX PARA O XXI: O TERRITÓRIO NA TRAMA DAS
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS
ENTREVISTAS
VOLUME II**

Ana Cristina da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço. Linha: Eixo Transversal – Teoria e Método. Orientadora: Profa. Dra. Eda Maria Góes.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2010**

LISTA DE SIGLAS

AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros
ADESG = Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADUSP = Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
ANDES = Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPED = Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPEGE = Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
ANPUR = Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
CEDEPLAR = Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
CONFEA = Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CONICET = Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas
CNPQ = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREA = Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CRUSP = Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CTA = Centro Técnico Aeroespacial
DATALUTA = Banco de Dados da Luta pela Terra
DCE = Diretório Central dos Estudantes
EGAL = Encontro de Geógrafos da América Latina
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA = Estados Unidos da América
FAB = Força Aérea Brasileira
FAO = Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIES = Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI = Fundo Monetário Internacional
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA = Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN = Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRSA = Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
LAGET = Laboratório de Gestão do Território
MEC = Ministério da Educação

MERCOSUL = Mercado Comum do Sul
MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NERA = Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONG = Organização Não Governamental
ONU = Organização das Nações Unidas
PROCAM = Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
PROLAM = Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
PT = Partido dos Trabalhadores
REDD = Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
RIST = Relatório de Impactos Socioterritoriais
SIG = Sistema de Informação Geográfica
UBA = Universidade de Buenos Aires
UEA = Universidade do Estado do Amazonas
UERJ = Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF = Universidade Federal Fluminense
UFG = Universidade Federal de Goiás
UFRJ = Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB = Universidade de Brasília
UNE = União Nacional dos Estudantes
UNESP = Universidade Estadual Paulista
UNICAMP = Universidade Estadual de Campinas
USP = Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA.....	05
BERNARDO MANÇANO FERNANDES.....	34
MARÍA LAURA SILVEIRA.....	50
MARÍA MÔNICA ARROYO.....	75
BERTHA KOIFFMANN BECKER.....	106
INÁ ELIAS DE CASTRO.....	126

Entrevista com prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Entrevista realizada no dia 09 de Dezembro de 2007, em Presidente Prudente, SP.

Entrevistado: Wanderley Messias da Costa (WM)

Entrevistadora: Ana Cristina da Silva (AC)

AC: O senhor prefere ser chamado de você, de senhor, tem algum apelido?

WM: Você. Pode me chamar de você mesmo.

AC: Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dívida de Cézanne*: “É certo que a vida não *explica* a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que *essa obra por fazer exigia essa vida*”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual? Gostaria de saber da sua trajetória pessoal, essa parte que antecede a formação acadêmica, em que medida tem a ver com as suas obras, o que escreveu, sua opção pela Geografia?

WM: Acho que o Merleau-Ponty está certo. Isso vale para todos que produzem cultura em geral e ciência. É muito comum descobrir em escritores e artistas em geral, mesmo que de forma dissimulada, oculta ou filtrada, traços. Sempre se acaba descobrindo traços autobiográficos nos produtores de cultura, nos vários artistas em geral. Isto é menos comum para os cientistas da *ratio science*. Porque os cientistas da *ratio science* têm que manter um distanciamento razoável do seu objeto até por uma imposição do próprio objeto e também do método, o experimental, para dar consistência científica ao seu trabalho, à sua pesquisa, aos resultados, veracidade, legitimidade acadêmica, no sentido de que os resultados sejam inteligíveis e repetíveis pelos seus pares. Mas isso é impossível de ocorrer com quem produz cultura. Porque produzir cultura significa reproduzir, no nível da representação, seja na representação literária, artística ou intelectual, quer dizer, a linguagem das Ciências Humanas. Você é obrigado a sempre estabelecer certa cumplicidade com o seu objeto. É impossível essa separação, essa mentalidade, essa distância. Mas é necessária. Porque quando a distância desaparece completamente você pode, simplesmente, recair no empirismo. Quer dizer, reproduzir a realidade tal qual ela é, ou, simplesmente, construir no plano puramente abstrato as representações, o objeto. O seu objeto pode não corresponder à realidade. Enfim, esse diálogo entre sujeito e objeto nas Ciências Sociais e no mundo da cultura, em geral, é complicado. Sob esse ponto de vista, minha trajetória como intelectual, como pesquisador,

como homem público, não foge à regra. Porque sou um sujeito, sempre fui, desde menino, extremamente ligado às minhas “raízes”. Aprendi isso com meus avós, meus pais, a valorizar as “raízes”. Provavelmente, porque meu pai foi um migrante compulsivo. Meus pais, nascidos no estado de São Paulo, atravessaram aqui o Paranapanema em direção ao norte do Paraná. Nós, cinco irmãos, nascemos no Paraná, no norte do Paraná. Depois eles voltaram para São Paulo. Não me lembro de muitos detalhes, mas a minha trajetória, por exemplo, do primário, foi uma coisa completamente doida. Fiz o primário em três escolas primárias diferentes. Primário! Depois fiz o ginásio em duas e o colegial em uma. Por acaso, por uma ajuda do destino, consegui uma trajetória de estudos, me formar, depois fazer faculdade. Acho que devido a essas características da minha família, o fato de meu pai ter essa relação com os lugares. Meu pai tinha uma curiosidade enorme pelo novo. Ele se cansava dos lugares e queria sempre mudar, mudar, e isso me marcou profundamente. Mas me fez despertar também uma paixão pelo “novo”. Mas o novo aí entendido como novo lugar, a nova região. Tenho um hábito. Viajo muito, já viajei muito e ainda hoje viajo para o exterior. Acho que isso veio da minha infância. Tenho uma noção muito clara de escala, sem nunca ter estudado o que era escala conceitualmente, sabia o que era na prática. Para onde vou, tenho um “enorme” interesse pelo núcleo histórico do lugar, da cidade. A cidade em sua estrutura. Mas também tenho interesse pelo entorno da cidade. E morro de vontade de pegar um carro ou um trem, um ônibus ou a pé, a cavalo ou de bicicleta, e me afastar da cidade e olhar a cidade de fora. O que é mais bonito? Firense ou a Toscana? Ambas, né?! Tem gente que só pensa em Firense ou que fica encantado com a Toscana. Os micro-lugares, a pequena aldeia, as vinícolas, etc., aquela coisa toda. Aquela história hiper diferenciada da Itália. Gosto de ambas. Acho que a Geografia é uma paixão! A Geografia, como ciência, também te descobre, não é você que descobre a Geografia. Sou muito conservador nesse aspecto. Não acredito no sucesso de geógrafos que não tenham esse registro pessoal, de um profundo amor pelos lugares, pelas diferenças dos lugares e por essa percepção de escala. Para mim é fascinante, quer dizer, a Geografia, o “olhar geográfico”, é como – eu sempre digo aos meus alunos – um “óculo” de uma cor determinada. É isso que distingue os diferentes olhares. Quer dizer, o sociólogo fala assim: “a sociedade brasileira, hoje.” Isso pra mim é uma agressão. Quer dizer, que sociedade brasileira? Tipifique. Qual sociedade brasileira?! Que sociedade brasileira?! Sou muito chato com essas coisas. A Bertha Becker e eu somos muito amigos e conversamos muito e brigamos muito. A Bertha sempre fala: “Wanderley, é muito difícil ser um bom geógrafo”. Porque é uma coisa fascinante e tem que ter paixão mesmo. Não é como um engenheiro que usa aquilo para fazer coisas ou um sociólogo, um economista que se deleita com seus modelos analíticos

e tal. O geógrafo sempre é um apaixonado muito grande pelo seu lugar e pelo olhar que ele desenvolve sobre as diferentes escalas. E, nesse ponto, para concluir essa primeira aproximação, vem daí, também, a minha tendência de valorizar o território. Porque o território é uma forma de humanizar a região. O território nada mais é que a humanização da região, do lugar e do espaço. O espaço é uma categoria analítica, uma categoria válida para tentar refinar os encadeamentos que se tem em mente. Acho muito interessante, por exemplo, o *aprouch* desenvolvido pelo Hartshorne sobre espaço, etc. Mas, nessa minha perspectiva de pensar a humanização do espaço, o território é o conceito que atende melhor a esse requisito. E a região, o espaço, acho que foram esvaziados de conteúdo com a Geografia neopositivista, a codificação, que se levou às últimas conseqüências, essa geometria analítica do espaço, que é uma coisa bonita, etc. Mas deu essa desumanizada, a mim não serve, na minha perspectiva. E a região foi violentada, nos anos [19] 60 e 70, também pela economia. A economia destruiu a região, a nossa região, a região dos geógrafos. A região, a velha região inventada pelos franceses, um pouco pelos alemães e também pela Geografia brasileira, claro. A Geografia uspiana, por exemplo, é o berço dessa Geografia regional brasileira, de certo modo. Mas ela foi desumanizada porque foi apropriada pelo planejamento econômico, pela *regional science*. Toda planificação, teoria da polarização, virou um instrumento de planejamento. Com isso a região se perdeu. Quer dizer, ficou lá, uma sementinha, vamos dizer, até interessante, no coração de cada um, na mente de cada um; aquela ideia da região como raiz, como uma expressão identitária, do modo como está sendo repostado agora. Mas a região, como uma categoria totalizante, do modo como foi no passado, no início do século 20 até os anos [19] 60, aproximadamente, essa desapareceu como conceito e, chego a pensar, realidade também. Quer dizer, é difícil trabalhar com essa escala, concebendo a região como expressão totalizante do espaço geográfico. Por isso é que nos restou o território.

AC: Queria retomar um pouco sua trajetória. Na família, qual era a profissão de seus pais? O que levava a essa migração, que fez com que você pudesse passar por esses vários lugares?

WM: O meu avô era agricultor. Mas o meu pai era mecânico de automóveis e de máquinas industriais. Ele foi para o norte do Paraná para fazer reparos em tratores, máquinas, essas máquinas industriais que moviam serrarias, jipes, porque era um lugar que não era asfaltado, precisava de jipe. O meu pai era, sempre foi, fascinado por isso, sempre montou grandes oficinas mecânicas. Mas depois ele se cansava, trocava. Ele era absolutamente volúvel, volátil e insaciável.

AC: Na família teve alguém que se interessou também pela Geografia ou as profissões são bastante variadas?

WM: Totalmente. Meu irmão virou bibliotecário, minha outra irmã é secretária executiva do CTA, em São José dos Campos. Uma outra irmã tem oficina de costura na cidade onde vive. O único que se dedicou à carreira acadêmica, lá em casa, fui eu.

AC: Houve alguma atividade que você tenha trabalhado que tenha sido importante, relevante, na sua escolha?

WM: Não. Acho que foi importante para mim fazer o “clássico” numa escola muito boa, em Santos [no Estado de São Paulo], no Colégio Canadá. Onde, para você ter uma ideia, nós tínhamos latim no “clássico”. Fiz o “clássico” em 1977, 1978, 1979. Estudava-se latim, inglês, francês, filosofia, fazíamos teatro amador. Era uma escola fantástica, extremamente politizada e com uma base humanística maravilhosa. Havia professores excelentes de História e Geografia. Se você olhar o panorama do ensino superior hoje, por aí, eu diria que o “clássico” daquele tempo do Canadá ou da Escola de Aplicação, em São Paulo, dava uma formação infinitamente superior a que um aluno tem hoje em muitas escolas privadas por aí. Isso me despertou muito o interesse pela Geografia e a História, em particular. A ponto de, quando prestei vestibular na USP, foi para Geografia, e no primeiro ano nós tivemos um excelente professor, Moacir Marques, que deu história do pensamento geográfico para nós, e aplicou diversos textos de Filosofia, tanto do positivismo lógico, como dos funcionalistas, estruturalistas e marxistas. Logo no primeiro ano. Por quê? Porque ele percebeu que naquele tempo, a média dos alunos, na média dos alunos, tinha ali uma clientela de jovens que tinham, muitos deles, uma trajetória como a minha. Por exemplo, quando cheguei à faculdade já tinha lido tudo do Caio Prado Jr. Tinha lido Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, por exemplo, autores que mais tarde, na Filosofia ou na Economia Política, eu ia tomar contato mais profundamente. Mas, assim, pequenos capítulos, pequenos trechos eu já havia lido. Por exemplo, me lembro que tinha lido trechos do Adam Smith, “[*A história da*] *riqueza das nações*”. Pedacos, assim.

AC: Já era uma iniciação.

WM: Era. O primeiro ano nosso no curso de Geografia foi, extremamente, interessante. Fazíamos cursos também na História, nas Ciências Sociais. Era o tempo de Otavio Ianni, Fernando Henrique já havia saído, mas Florestan Fernandes ainda estava lá, Luis Bresser Pereira, tantos outros. O Gabriel Cohn era o diretor da Faculdade de Filosofia. E na Geografia tínhamos o Pasquale Petrone, o Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto Figueira Monteiro. Havia essa característica de uma extrema preocupação com a formação teórica dos alunos. Tínhamos trabalho de campo, claro, não aquela coisa que tem hoje em dia, mas havia uma exigência terrível dos professores com a “leitura dos clássicos”. Tanto os clássicos da Geografia quanto os clássicos das Ciências Sociais, da Filosofia, da Economia Política, em geral. Como tínhamos essa base que vinha de bons colegiais, de bons clássicos, isso ajudou muito. Talvez seja esse o problema, hoje, dos jovens, porque tem que tirar, preencher suas lacunas na faculdade. Nós não. É como se um carro entrasse numa pista a 40 por hora e depois fosse gradualmente até 100, 120, 200 por hora. A imagem é um pouco essa, hoje. Antigamente, eu diria, já entrava na pista a 100 por hora. Entrava em alta velocidade.

AC: E existiu alguém, dessa geração de professores da USP, fora das Ciências Sociais, da História, particularmente, que você tenha tomado como exemplo profissional, de intelectual, geógrafo?

WM: Olha, na Geografia tive o privilégio de trabalhar dois anos com o Carlos Augusto [Figueiredo Monteiro]. Apesar de minha trajetória toda na Geografia Humana, mas apareceu a oportunidade de trabalhar como assistente dele. Trabalhei dois anos com ele. Para você ter uma ideia, quem me deu pela primeira vez um livro do David Harvey, para ler, foi o Carlos Augusto: *Explanation geographe*. Era um livro famoso do Harvey, antes do Harvey marxista, a fase dele mais analítica, mas é um livro fantástico. E o Carlos Augusto, as pessoas pensavam que era um climatólogo, mas ele não era um climatólogo, climatologista. O Carlos Augusto era um intelectual refinadíssimo, das Ciências da Terra e da Geografia Geral, muito erudito, extremamente preparado, de padrão internacional, que me ensinou a tomar gosto pela Geografia Física padrão. Li com ele, por meio dele, Max Sorre, Helena Borges, e tantos outros autores que, provavelmente, não teria lido se não tivesse tido essa convivência com ele. Uma paixão, eu diria, até radical pelo método, que para mim foi, extremamente, importante. Bom, com o Pasquale Petrone, por que ele me marcou? Pasquale Petrone, eu diria que é uma espécie de “pai fundador” da Geografia Regional ou da Geografia Humana clássica paulista. Um mestre. Geógrafo também radical, naquele sentido de buscar o embasamento teórico e a

fundamentação lógica e metodológica. Ele me marcou muito e sua cultura geográfica me impressionava. Porque tanto o Pasquale Petrone, quanto o Carlos Augusto, Aziz Ab'Saber, José Ribeiro de Araújo Filho, que também foi meu professor de Geografia Regional, Nice Lecop Miller, Léa Goldstein, para destacar os que mais me marcaram como professores; Manoel Seabra, menos, porque é de uma geração mais jovem, mas também, Manoel Seabra, Nelson Macoto, que eram de uma geração mais jovem, mas que mantinha uma tradição. Qual tradição? A tradição da boa Geografia Regional francesa, que fundou o Departamento e foram os “pais fundadores” da Geografia Regional da Universidade de São Paulo, que influenciaram terrivelmente a trajetória intelectual de todos nós. Bom, há quem diga que isso é uma vantagem, há quem diga que isso é uma desvantagem. Por exemplo, uma vantagem é que o Departamento de Geografia, de certo modo, se protegeu um pouco dessa onda modernizante quantitativa, que atingiu violentamente outros centros de Geografia, como o Rio de Janeiro. Não só o IBGE, um pouco a Federal [a Universidade Federal do Rio de Janeiro], muitíssimo Rio Claro, um pouco aqui, em Prudente. E São Paulo, um pouco, ficou uma espécie de uma ilha que, do ponto de vista de uma Geografia aplicada, mais radicalmente aplicada, quantitativa, representava uma “ilha de atraso”, uma “ilha conservadora”. Do ponto de vista nosso, esse conservadorismo, o culto à velha “Geografia regional”, era uma vantagem, porque nós passamos, o meu departamento passou, diretamente da velha Geografia regional francesa para, em parte o marxismo, a Geografia crítica, sem passar pela etapa da quantificação, o chamado neopositivismo. Não tivemos lá nenhum geógrafo neopositivista típico. Éramos todos, de certo modo, um *jurassic park*, dinossauros que ou preferiram cultivar a velha Geografia, física e humana, regional, ou que fizeram a reflexão mais radical nos anos [19]80 para uma Geografia crítica, marxista, etc. Mas, diria que talvez tenha sido essa marca deixada em mim e nos meus colegas, vários colegas, por esses velhos mestres que eram os herdeiros, o repositório desse pensamento da velha Geografia Humana e da Geografia regional de inspiração francesa humanista e historicista. É essa a característica, essa trajetória é que garantiu, de certo modo, para nós, a possibilidade, de um lado, política e, de outro lado, epistemológica, de fazer a transição para uma Geografia, uma nova Geografia regional-política. A nova Geografia regional/política ou Geografia política/regional – porque não há Geografia política sem Geografia regional e vice-versa – não teria sido possível para um grupo de geógrafos, hoje, no Brasil – que não é grande, mas que, enfim, é do qual eu faço parte – se não houvesse, de certo modo, essa continuidade. Sempre digo o seguinte: se a Geografia regional tivesse morrido completamente não haveria possibilidade histórica e epistemológica de existir uma boa Geografia política. Nós teríamos perdido tudo.

AC: Essa descrição que você dá me faz pensar se é possível fazer algumas afirmações. Uma delas é se há, de fato, uma Geografia “uspiana” e uma Geografia “carioca”. Se há também, pensando nessas duas grandes frentes de constituição de um campo de saber, uma Geografia “brasileira”. Não sei se você concorda que há, de fato, essas Geografias e um pensamento geográfico que dá uma conformação pra Geografia com características, com peculiaridades brasileiras. O que você pensa sobre isso?

WM: Sempre brinco com meus amigos cariocas que, quase como um movimento de natureza tácita, quer dizer, porque você só entende o que é “o francês” da Geografia regional quando você visita a França. É um pouco com a trajetória do meu pai e a minha de geógrafo. Esse amor pela região, pelas diferenças, pelos contrastes, pelas conexões, pelas paisagens humanas, humanizadas. O francês é apaixonado por cartografia. É o traço dele. Você vê em todas as comunas – são 36 mil, é bom não esquecer – e mais de 80 departamentos equivalente a estados, enfim, dezenas de regiões. Em cada lugar que tem uma referência, uma comunidade, tem lá um totem em algum lugar com um mapa. Essa necessidade, porque a cartografia e mesmo a descrição geográfica, por mais simples que sejam, permite às pessoas se apropriar dos lugares. É uma forma de apropriação pelo imaginário. Quer dizer, é reproduzir o seu olhar sobre o lugar. Seja através de um poema, de uma descrição, mesmo que trivial, simples, dos lugares, da sua identidade, da sua história e das suas relações. Acredito muito nisso. No meu livro de Geografia política [*Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder*], há uma passagem que digo isso. Mas aí é a proposta da Geografia política que é outra história, mas serve um pouco para a Geografia em geral, para essas escolas de Geografia, porque é que elas existiriam. Digo que em Geografia política nós somos, inevitavelmente, prisioneiros do nosso tempo e do nosso lugar. Por quê? Porque é difícil uma Geografia política que não expresse as conjunturas políticas do seu tempo. Não podemos julgar, condenar ou não condenar um Ratzel em função da Alemanha de hoje ou do mundo de hoje. Ele viveu a sua época, apaixonadamente, se engajou no processo de unificação da Alemanha, etc. Está expresso na obra dele. Quer dizer, a obra do Ratzel é produto da história do Ratzel como um intelectual. Há quem, na Alemanha, tenha levado isso às últimas consequências. O Haushoffen, por exemplo, foi quem levou às últimas consequências e teve um fim trágico em [19] 45. Quando Berlim foi ocupada pelos soviéticos e depois pelos norte-americanos, ele se suicidou, em seguida o filho e a esposa dele. Enfim, um negócio trágico, é o máximo da expressão desse engajamento a que me refiro. Mas, voltando à questão da França, quer dizer, à Geografia regional francesa só é possível mudar com a França.

AC: Porque no Brasil não tem contorno?

WM: Mas no Brasil, por exemplo, quando você fala do Rio [de Janeiro], de São Paulo, é uma coisa muito grande e diversificada. Pode ser que um dia sejamos tão diferentes entre nós que só reste, de identidade comum nacional, a política nacional, pelas instituições que são nacionais, o Estado Nacional. É muito difícil quebrar isso e a língua. Mas tirando isso, o Brasil é um país gigantesco e continental que caminha para um profundo processo de diferenciação. Ora, sob esse aspecto, acho que vai acontecer aqui o que aconteceu, já está acontecendo, na França, que conheço bem, nos Estados Unidos, um pouco, [da] Alemanha, não posso falar, nos quais as “escolas” de Geografia expressam um pouco a identidade dos lugares e também das suas regiões. Brinco com meus amigos cariocas dizendo: “Olha, aqui não podia ter Geografia regional mesmo, vocês não tem região!” O Rio [de Janeiro], por ter sido capital federal, por ser uma cidade cosmopolita até mais que São Paulo. Cosmopolita no sentido do Brasil como cosmos, não mundo. São Paulo é cosmopolita porque é uma cidade mais mundial que qualquer outra aqui do Brasil. Por outro lado, o paulistano e o paulista, sob certo aspecto, talvez sejam os mais provincianos do Brasil. São Paulo é um pouco. Reproduz um pouco, aqui, o perfil identitário do norte-americano dos “Estados Unidos profundo”, que se chama o “Meio-Oeste”, aquela coisa, em que você, de um lado, trabalha numa multinacional e vive num país que é obrigado a olhar para o mundo, porque é o centro do mundo. São Paulo é um pouco o centro do Brasil, mas, de outro lado, você tem um olhar profundamente enraizado no seu lugar. Percebe-se isso em Rio Claro, Presidente Prudente, até os meus amigos da Unicamp acabam refletindo um pouco aquela coisa do lugar. Eu, que moro em São Paulo há, sei lá, 40 anos, descobri que o paulistano é um sujeito, apesar de ser uma cidade que não se conhece mais, de hábitos extremamente simples, caseiro, rotineiro e, extremamente, apegado à cidade, ao bairro, à padaria, ao açougue, aos parentes, ao boteco, à igreja. Uma profunda necessidade de estabelecer raízes. Ora, isso não se passa com o carioca. O carioca tem uma visão de Brasil. É incrível. Você pega os textos, por exemplo, da Bertha Becker, mesmo da antiga Geografia, já antiga Geografia do IBGE, do Espiridião Faissol, da Fani Davidovich, do tempo da Lisyá e do Nilo Bernardes. Tudo o que eles, talvez pela própria natureza do IBGE, que é o *Instituto Brasileiro*, escreveram é Brasil! Eles tinham uma visão de Brasil, que, por exemplo, se pegam, nos anos [19] 50 e 60, a *Revista Brasileira de Geografia* [publicada pelo IBGE], pegam esses autores, ou nos anos [19] 70, já com a teoria dos sistemas, a teoria da polarização, Faissol, mas mesmo a Bertha Becker daquela época, tem uma visão de Brasil. Eles pensam a sua região, mas pensam assim, o Nordeste, o Norte, o Sul, o Centro-

Oeste, o Sudeste, a indústria nacional, a logística nacional, a estrutura de circulação nacional, os recursos naturais, agora o meio ambiente nacional, o zoneamento ecológico econômico. Para onde? Para a Amazônia. Não é zoneamento ecológico econômico de Teresópolis. Não é nem do Rio [de Janeiro], é Amazônia, Centro-Oeste, Brasil. Essa coisa do Rio, o Rio pensa o Brasil! Eles pensam mais que São Paulo. Por exemplo, até hoje, o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] se aposentou e a Palheta, que era do Pará se aposentou faz tempo, o ano que não ofereço Amazônia ninguém dá [a disciplina] Amazônia. Ninguém dá! Tá lá a optativa, os alunos amam, são loucos! Eles ficam pelo corredor me catando: “Você tem que oferecer esse curso!” Até gente de fora da pós-graduação quer fazer a disciplina.

AC: É por que o departamento também é grande?

WM: Mas não é. Um departamento de 50 docentes, você tem um que tem um olhar pra Amazônia.

AC: É pouco.

WM: O Ariovaldo tem, mas o interesse do Ariovaldo não é nem a Amazônia como região, nem o ambiental, é agrária. Ele tem uma visão de Brasil, mas pelo filtro da questão agrária. Eu diria que tem sim essas escolas. Onde você vai encontrar uma escola regional clássica, também fora de São Paulo, de uma visão também parcial. Porque assim como os geógrafos paulistas olham o seu próprio umbigo, porque quase que o estado de São Paulo é um país, não é?! Eu fico sempre falando para os meus amigos, meus alunos: “Vocês querem estudar alguma coisa de São Paulo? Não há mais nada para estudar aqui! Acabou!” Como a França. Não há mais nada para estudar na França, tem que sair para a África, Ásia e para o Brasil para manter viva a Geografia regional. Mas não há mais nada. Do ponto de vista da Geografia Regional não há mais novidade para estudar no estado de São Paulo. Pouca coisa. Está esgotado. Porque é só São Paulo, São Paulo. Pega nos catálogos de teses e vai ver quantas tem sobre o Nordeste, Amazônia, Brasil, poucas, na verdade. Você vai ao Nordeste, o Manuel Correia [de Andrade] também é produto dessa cultura, dessa Geografia regional francesa. Toda essa escola de Geografia, nordestina, sobretudo, pernambucana sofre a influência do Manoel Correia e do Mário de Lacerda, entre outros. É a Zona da Mata, o agreste, o sertão, os tabuleiros, a cana-de-açúcar, os engenhos, o pequeno comércio das feiras populares de Caruaru, a estruturação da grande Recife. É o papel polarizador de Campina Grande nos

municípios da Serra da Borborema e adjacentes, do pólo industrial de Fortaleza em relação a isso, em relação aquilo. É a agricultura de irrigação que se desenvolve no Vale do São Francisco. É lindo isso! Acho lindo. Mas, se você for aluna lá e quiser fazer uma tese sobre, por exemplo, um tema que oriento hoje, por exemplo, a “integração da América do Sul”. Quando dou minhas palestras por aí sobre a América do Sul todo mundo me acha maluco. Por quê? Porque as pessoas acham que região é a sua região. Região é uma coisa pequena. Acho lindo isso! Não tenho nada contra. Mas região é uma coisa familiar, é o entorno de onde você vive, pensa, trabalha, etc. No máximo amplia para uma referência de natureza, eu diria, fisiográfica ou natural. Uma paisagem ou outra, por exemplo, se você vive hoje na Amazônia, é a Amazônia. Já fui de banca, por exemplo, de alunos do Amazonas e eles não falam da Amazônia. Estado do Amazonas. É uma Geografia regional do Amazonas, do Estado do Amazonas ou do Pará. O sujeito que está lá em Belém, escreve sobre o Amazonas, não escreve sobre a Amazônia, escreve sobre o Pará. E alguns estudam a Zona Bragantina do Pará. Quando ele fala de agricultura, pequena agricultura, está pensando na Zona Bragantina. A Geografia dele não serve para o Trombetas, o Xingu, a Serra do Meio, o Tocantins ou Tapajós. A Geografia regional é o nosso paraíso, mas é o nosso inferno. É o nosso paraíso porque nos mantém vivos e uma legitimidade do discurso da Geografia, porque todo mundo sente que é importante, até as crianças querem aprender Geografia regional, e, é preciso. Por outro lado, ela é um pouco a nossa sepultura, porque nos impede de pensar o mundo, como dizia Milton Santos, de ser um cidadão que age localmente e pensa globalmente, ou o contrário, enfim. Sobre esse aspecto, voltando ao que eu disse no início, não é substituir, mas esse *upgrade*, essa transição, elevação do espírito, do conceito de região para o conceito de território dá um *adionamento* no pensamento.

AC: É o que vocês fizeram a partir dos anos[19] 70, pelo menos como marco isso fica um pouco claro. Se a formos olhar [o livro] “A valorização do espaço” tem essa preocupação de pensar o espaço a partir de uma leitura maciça da teoria do valor. E tinha ali, parece, um projeto de avançar numa discussão do território, não é?

WM: E avançamos individualmente. Eu do meu lado e o Tônico pelo dele, mas a proposta era fazer juntos. Mas nunca conseguimos.

AC: O que se percebe, avaliando as trajetórias individuais, é uma sequência de obras que caminham nessa direção. Por isso pergunto se é possível falar de uma Geografia brasileira.

Uma Geografia brasileira, talvez não como homogeneidade de discursos, mas uma Geografia que dê conta de pensar o Brasil como uma sociedade. Uma sociedade que tem um território, uma população, enfim. Porque isso é muito claro nas obras do Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Celso Furtado, dentre outros. A tentativa de construir uma teoria sobre a sociedade brasileira. Como é possível pensar isso na Geografia? Parece que isso está um pouco no teu trabalho, no trabalho do Antônio Carlos [Robert Moraes], o Milton Santos que, mais para o finalzinho do século XX, fez esse esforço. Isso me faz indagar se é possível pensar uma Geografia brasileira, ou se o olhar nosso é esse mesmo, a partir da região, de outros pontos de referência?

WM: Acho que volta um pouco. Fazendo uma brincadeira, é a “maldição da Bertha”. É difícil ser um geógrafo genial, pelo que se exige de um geógrafo. Por exemplo, para se construir um discurso sobre Brasil, quer dizer, a dificuldade que há. É um problema categorial também. Vamos tomar, como exemplo, o Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*. *Formação do Brasil contemporâneo* é uma teoria de Brasil! Incontestável. Bom, incontestável? Toda teoria é contestável. Mas é uma obra magistral, é uma interpretação de Brasil. Há um conceito que ele usa que é magistral, que é *o sentido da colonização*. A colonização, no Brasil, tem um sentido. Ela marca indelevelmente a nossa História, o nosso futuro. Não é aquilo que muitos autores chamam de “o peso do passado colonial”, “o capitalismo tardio”, que o João Manoel depois [inaudível]. Você percebe, sobretudo, na história, na história marxista, na corrente interpretativa e historiográfica marxista brasileira, na qual há o Caio Prado, um pouco o Celso Furtado, mas muito o Caio Prado, Nelson Werneck Sodré, e depois os autores mais contemporâneos como Fernando Novaes, Carlos Motta, com variações do marxismo, há uma escola historiográfica que é paulista. Em grande medida paulista, pegando o Caio Prado, por exemplo, Fernando Novaes, o Sérgio Buarque de Holanda, não pode esquecer. É uma escola basicamente paulista, à exceção, provável, do Celso Furtado, que tem um olhar de Brasil e é uma pedra de toque. Quer dizer, pode contestar, mas para contestar esse grupo, essa visão de Brasil, uma visão profunda da alma brasileira, do sentido do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, da identidade brasileira, da sociedade brasileira, precisa brigar com eles; ou os contesta, ou os supera. Mas não dá para ignorar. Eles são um objeto muito luminoso no seu caminho. Não dá para dizer que não viu. Ah, vou fazer uma interpretação da história brasileira e vou ignorar o Caio Prado, o Sergio Buarque? É impensável! Bom, na Sociologia, você tem lá *Formação burguesa do Brasil*, do Florestan Fernandes. É uma obra de síntese. Mesmo se pegar dentro da etnologia clássica brasileira, *A*

função da guerra na sociedade tupinambá, dele, é uma obra magistral. O que é aquilo? É uma interpretação de Brasil. Pega *a teoria da dependência* do Fernando Henrique Cardoso. É uma explicação cabal da dependência latino-americana e, especificamente, brasileira, da nossa condição periférica. O Celso Furtado, *A formação econômica do Brasil*. Não dá pra pensar o Brasil, pensar em falar sobre Brasil, que não mereçam ser citado! Não há como. Pelo menos esses livros. Se for *A formação contemporânea do Brasil* do Caio Prado, *Raízes do Brasil* do Sérgio Buarque, *Formação econômica do Brasil*, só essas três obras, pronto, há uma leitura de Brasil. Aí pega Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, *América e civilização*. Básica! Não dá para você pensar a antropologia brasileira sem essa obra. Um livro brilhante! Foi considerado no mundo um dos mais brilhantes, talvez o mais brilhante dos antropólogos que se desenvolveu fora dos países centrais. Aliás, todos esses nomes a que me referi, alguns deles, foram presidentes da *Associação Internacional de Sociologia*. Ora, por que na Geografia, à exceção de poucos, talvez o Milton Santos, mas agora muito no fim da vida, um pouco ajudado pela mídia, por que não se gerou um pensamento unificador sobre o Brasil? Quer dizer, uma visão do Brasil, uma interpretação do Brasil? Do meu ponto de vista, por essa incidência, essa conjunção, essa ambivalência da nossa formação. Quer dizer, dessa ambivalência que se traduz um pouco entre o nosso paraíso e o nosso inferno, isto é, a força da Geografia regional clássica, que nos impede de fazer extrapolação. Diria que, de um lado, a força desse pensamento regional clássico, que é uma camisa de força sob certa medida, porque impede o pensamento totalizante e a grande escala, a grande visão de um país como o Brasil; e de outro lado, que é mais grave, o peso do empirismo. Quer dizer, os poucos geógrafos que ousaram combater ou fugir, renegar o empirismo, foram crucificados, queimados em praça pública como a Joana Darck. Você vê toda a reação ao Hartshorne quando ele escreveu [o livro] *Natureza [e propósitos] da geografia*, houve tanta crítica que depois ele escreveu um livro, o mais lido: *Questões sobre a natureza da geografia*. Por quê? Porque o Hartshorne é um dos poucos intelectuais na história do pensamento da Geografia, ao lado de David Harvey, talvez um sujeito como o Claude Raffestin, eu o coloco nessa categoria, Paul Claval em alguma medida, alguma coisa que ele escreveu, o próprio Ratzel, e um autor francês que gosto muito, mas dizem que ele ficou muito melhor quando foi para os Estados Unidos – isso é maldade – que é o Jean Gottman. São poucos os autores que se elevaram desse pantanal descritivo, regional descritivo e empirista, que elevaram seu pensamento e foram capazes de fazer uma interpretação teórica. Formular uma teoria abstrata ou teorias que nos ajudariam muito a repensar o nosso próprio objeto, aliás, a própria região. “São heróis”. Quer dizer, não é que esteja me autodenominando de herói. Porque quando eu e

o Tônico resolvemos, ainda jovens, fazer esse livro [*Geografia crítica: a valorização do espaço*], há várias histórias de bastidores nesse livro, pequeno livro que escrevemos juntos. Passamos um mês juntos em Campos do Jordão escrevendo esse livro. Por que escrevemos esse livro? Porque víamos nessa geração a que me referi, com uma formação excepcional, eu diria, para alunos de primeiro ano, com leitura de onde? Desses caras que havíamos lido, desses autores. Os grandes historiadores, economistas e sociólogos, já havíamos lido. Com exceção de poucos professores, realmente, foi um impacto aquele apego à descrição, ao empírico, aquilo foi uma violência! De certo modo foi uma violência intelectual para nós. Não se tratava de uma libertação pelo marxismo. Não era isso! O que nos motivou a escrever, não queríamos traçar o “grito de guerra”, o “manifesto comunista” da Geografia, de jeito nenhum. O que pretendemos, ali, foi adotar um modo de pensar, do nosso ponto de vista era mais rico, criativo, que era o marxismo clássico, o marxismo de Marx propriamente e de sua obra fundamental que era *O capital*, alguns autores e algumas obras em torno disso. Mas o que pretendemos ali? “Olha, vamos tentar pensar esse nosso velho objeto, o espaço, de outra perspectiva. Não aquela da descrição de seus diferentes ângulos como um caleidoscópio, como se o espaço fosse visto através de um caleidoscópio, no qual se vê as diferentes cores, etc., e descreve relativamente cada cor e depois tenta montar esse todo usando a teoria dos sistemas.” Não dá! Fizemos um trato, nós dois, iríamos evitar o máximo possível dar exemplos, para não fazer concessão ao empirismo. Fizemos um esforço de reflexão, o tempo todo. Veja, isso não é típico na Geografia. Ainda hoje não é. Eu diria que hoje há, inclusive, um empirismo até mais perigoso que é aquele positivista, o empirismo engajado, politicamente engajado.

AC: Esse é outro elemento que, se você me permite, eu queria também observar.

WM: Claro.

AC: Apesar desse movimento na década de [19] 70, no final da década de 70, quando as ideias adquiriram um contorno mais explícito, vocês trazem um pouco dessa reflexão marxista, alguns geógrafos, não sei se poderia dizer os “mais militantes”, optaram por uma discussão do espaço, a partir da produção e reprodução das classes sociais e numa perspectiva mais política. Um engajamento político mais efetivo, e, por outro lado, você e o Tônico conseguem trazer uma outra discussão que é a do território, pensar o território brasileiro. Porque não é o território como uma categoria abstrata, mas aí, ao contrário das nuances da

Geografia francesa, aparece de modo acentuado um viés de pensamento ratzeliano. Quer dizer que esse hibridismo é que parece dar uma especificidade diferente para vocês. Eu não sei se essa minha “leitura” de vocês é correta, mas é um marxismo que parece que vem mais pelo viés metodológico e teórico mais intelectualizado?

WM: Está boa a sua interpretação. Talvez, numa fase que tivemos, numa trajetória muito comum, eu e Tônico, o que nos caracterizou, desde o início, é que fizemos uma ruptura, mas não uma ruptura como luta entre geógrafos. O que é ruptura no final dos anos [19] 70 e do início dos anos [19] 80, que foi deflagrada na França, diga-se de passagem, pelo Yves Lacoste com seu livreto: *A Geografia serve antes de tudo para fazer a guerra* que causou uma enorme de uma confusão nos meios da Geografia francesa, porque ele claramente jogou a criança suja com a água do banho. Quer dizer, naquela crítica radical que fez de toda a Geografia passada, ele também comete injustiças que depois tenta reparar em vários textos revista, a *Hérodote*. Mas ele tem um enorme mérito, porque veja, toda a revolução comete exageros e injustiças. Isso é normal. Se você pegar a Revolução Francesa, provavelmente muitos guilhotinados não deveriam ter sido, mas foram, têm seus excessos, seus desvios. A Revolução Russa a mesma coisa. E a nossa pequena revolução dentro da Geografia também. Houve uma assembléia da AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiros], em São Paulo, logo depois do congresso de Fortaleza, que foi um pouco a ruptura, o Congresso de [19] 78. Foram dois congressos que representaram a ruptura, o de [19] 78 e depois o de 80, no Rio de Janeiro. Mas houve, nesse interregno entre os dois congressos, uma assembléia da AGB para se fazer uma revolução, uma democratização da AGB, que estava nas mãos dos conservadores, dominada pelo IBGE, pelos conservadores de São Paulo, pela direita, como se diria. E quase que, direita e esquerda, e isso também ocorreu na Europa, no movimento estudantil de maio de [19] 68 e nos Estados Unidos também, direita e esquerda era uma questão de faixa etária. Todo mundo acima de 30 anos era de direita, todo mundo abaixo de 30 anos era de esquerda. É um pouco de brincadeira, mas vi, por exemplo, nessa assembléia, vitupérios e até desrespeitos dos jovens revolucionários, enfim, a pessoas como o Araújo, o Petrone [Pasquale], o próprio Manoel Correia [de Andrade], que o único pecado dele era ser velho e nem era velho, na época. Para quem tem 20 e poucos, qualquer pessoa com mais de 30 anos é velho. Não tenho nenhum problema em dizer, já disse, e acho que tem que ser explícito com essas coisas, mas posso falar pelo Tônico também; eu e o Tônico nos diferenciamos muito porque fizemos a ruptura, mas a nossa ruptura não foi uma briga entre geógrafos. A nossa briga era uma coisa diferente. Brigávamos contra a vulgaridade. Eu e o Tônico sempre fomos radicalmente contra a

vulgaridade, fosse ela de esquerda, de direita, qualquer que fosse. A vulgaridade, isto é, o empirismo, a recusa à teoria, o desprezo pelo método, pela reflexão. E, principalmente, o que sempre nos chocou, e me choca cada vez mais, é a falta de cultura acadêmica. Não vou dizer dos meus colegas, tenho que ser ético, não posso julgar os meus colegas, dizer se eles são pouco ou muito cultos. Mas sinto que os próprios alunos se queixam da ligeireza, digamos, das suas leituras. Esse hábito de ler os clássicos que a minha geração teve, definitivamente, isso dentro da Geografia, hoje, está afastado. É um hábito que se perdeu, infelizmente. Nesse aspecto a sua avaliação está correta. Eu e Tônico fizemos a ruptura, mas a nossa ruptura foi, sobretudo, de natureza epistemológica, cronológica. Também ideológica, mas não essa militância de sair pelo Brasil condenando. Por exemplo, fiz uma palestra num congresso da AGB, em Florianópolis, anos atrás, não sei se foi [19] 98 ou 2000, não me lembro, que chocou muita gente. Porque estava todo mundo lá, antigas gerações, novas e novíssimas, e disse que lamentava muito, não que o IBGE tivesse perdido geógrafos, o IBGE não perdeu geógrafos, "nós, geógrafos é que perdemos o IBGE". Que isto ia nos custar muito caro historicamente, porque o IBGE é uma instituição importante que deveria estar nas mãos de geógrafos, mas não está mais. Não está mais porque jogamos fora o IBGE como a criança que você joga com a água suja do banho, ali naquele fervor revolucionário do final dos anos [19] 70, início dos anos 80. Eu tinha essa noção, pela minha intenção pública, que sempre tive. Por exemplo, o pessoal ficava fazendo essa briga intestina dentro da AGB, eu não ficava brigando dentro da AGB, fui lutar fora, seja em partido clandestino, que cheguei a ser dirigente no estado de São Paulo, e o Tônico também. Era o partido comunista na época e depois, quando ele se tornou stalinista, nós saímos.

AC: Isso já no período da graduação ou posterior?

WM: Graduação. Até no início da pós [graduação]. Mais ou menos coincide com início dos anos [19]80, 83, 84. Depois eu larguei, ele também. Mas nesse período, ao invés de ficar brigando dentro da Geografia, fomos para as nossas próprias brigas. Quer dizer, fui contribuir com a recriação da Associação dos Docentes da USP, que se tornou um fórum de discussões da Universidade. Não era um sindicato para lutar por salário, como é hoje essa coisa salarial. A ADUSP foi um instrumento de redemocratização da Universidade de São Paulo. Fui secretário geral da ADUSP. Trabalhei durante quatro anos, na ADUSP, e dois anos como diretor, depois o Tônico também foi. Nossa visão de política era uma coisa um pouco mais ampla, era a redemocratização do país, a luta pela anistia, *as diretas já*, política nacional.

Tínhamos essa visão nacional como intelectuais engajados. E dentro da Geografia evitávamos essa briga fratricida, porque isso é um fratricídio. Quer dizer, separar a Geografia entre esquerda e direita é de um mecanicismo tão vulgar que faz mal às pessoas. Por quê? Porque destrói a ciência com isso. Então, você faz um trabalho bom, mas não é um trabalho engajado cuja conclusão pregue a revolução mundial, dos pobres, etc. Então, você ou é alienado, ou é de direita. Pronto, desqualifiquei.

AC: Porque no seu caso, especificamente, a riqueza de trabalhos, não só na administração universitária como prefeito, agora também assessor. Quer dizer, talvez desde o final dos anos [19]80, são 20 anos de muito engajamento, participação também no Ministério da Educação, na Secretaria.

WM: Em Brasília. Na Secretaria do Meio Ambiente.

AC: Na Secretaria do Meio Ambiente. Um aspecto dessa trajetória que me chamou a atenção e que gostaria de saber por você, como é que os geógrafos receberam esse trabalho. Porque são trabalhos em altos postos de comando do Estado Nacional, do governo de Estado brasileiro, que se tornou mais raro a partir da segunda metade do século XX. Porque até então, essa clareza de que os geógrafos trabalhavam nessa relação com o Estado também permitia uma visão do que era o território brasileiro e, portanto, da sociedade brasileira e isso se perde um pouco. Como é que a “comunidade geográfica” passou a tratar você a partir dessa intervenção, inserção como geógrafo nesses postos?

WM: Bom, acontece o seguinte, se você um dia olhar o meu memorial verá que sempre fui um ser híbrido, desde o primeiro dia. Para canalizar a minha energia política, porque sou um ser político, faço questão de me explicitar político, no sentido não do militante só – que já fui também, hoje não sou –, mas político no sentido da minha responsabilidade pública, como intelectual. Acredito naquela história do Gramsci do intelectual orgânico. Acho que quem é intelectual, doutor, cientista, num país pobre como o nosso – pobre pode não ser em PIB, mas em cultura, em valores, que precisa de gente com ideias, enfim, criativas – não pode se dar ao direito de pretender ser um intelectual não-orgânico. Temos quase obrigação de sermos [intelectuais] orgânicos, isto é, de botar a mão na massa, de ajudar o país, a sociedade, de fazer a carruagem andar. Sobre esse aspecto, nunca tive nenhum problema de natureza existencial em relação a isso, porque sempre fui híbrido. Desde o começo, desde o meu

primeiro ano de faculdade, e no clássico eu já misturava teoria e política e militância, enfim. Nunca houve essa contradição na minha cabeça. É uma questão de escala e de percepção. Quando entrei na Geografia, é como eu disse, achava que aquele negócio de ficar brigando, geógrafo com geógrafo, era perda de tempo. Eu não via sociólogos fazendo isso, eles discutiam academicamente nos congressos ou fazendo críticas através dos seus *pappers*, dos seus debates, etc. Mas via geógrafos quase que estapeando o outro por razões ideológicas. Isso era uma doença típica da Geografia, em muito da Geografia brasileira, e em certa medida da Geografia “uspiana”, onde isso era mais radicalizado, essa guerra ideológica. E era interessante, porque se você seguia essa guerra ideológica ou se eu detestava você, odiava, tinha vontade de matar você, era incapaz de sequer numa nota de pé de página fazer uma crítica ao colega. Eu sequer lia o que você escrevia. Aí foi um problema grave. Quer dizer, é uma guerra inútil. É uma guerra fratricida, é canibalismo, um devorando o outro, e “sem eira nem beira”, que não leva a nada. Só ajudou a enfraquecer a Geografia, no meu ponto de vista, essa radicalização. Falei: “Não, isso aqui é uma esquizofrenia”. Vou canalizar a minha energia política para fora. Sempre fui para “fora”, seja em partido político, seja em entidades da sociedade civil, várias. Editoração, por exemplo, trabalhei como membro de conselho editorial de revista, engajada, voltada para o pensamento criativo no Brasil, essa coisa toda. Bom, eu era um sujeito profundamente engajado com a redemocratização da universidade. Nos anos [19] 70, início dos 80, e quando foi eleito o primeiro reitor comprometido com essas novas ideias, um novo Brasil, democrático, foram restabelecido os direitos civis, os direitos humanos, o direito de expressão, a liberdade partidária, essa coisa toda, num contexto pós-anistia. Quando foi eleito o primeiro reitor que expressava essa mudança dentro da universidade, eu estava dentro do barco dele. Eu não era nem amigo dele, mas era uma referência. Porque eu era um cara muito jovem, mestre e dirigente de uma organização da sociedade civil, que já era uma referência em São Paulo, a ADUSP. E era recebido pelo governador para discutir universidade. Ao mesmo tempo, eu tinha meus colegas, solidários a mim na UNICAMP, na UNESP e fui um dos fundadores da ANDES também. Bom. “Ah, mas a ANDES hoje...”. Não importa. Naquele tempo a ANDES era um instrumento de luta do movimento docente nacional. Eu ia lá para brigar com os caras, ia lá para atazanar. Acabando a briga, íamos fazer churrasco, tomar cerveja. Porque eu entendia que devia fazer aquilo. Ao mesmo tempo escrevia as minhas coisas, dava as minhas aulas, viajava, etc. Como é que os meus colegas, principalmente no início, nos anos [19] 80, quando o Goldenberg virou reitor e me chamou para ocupar um cargo lá na USP, era um cargo de muita responsabilidade, porque cuidava de toda atividade, toda relação com a comunidade estudantil, de funcionários e

docentes. Eu administrava o CRUSP, uma beleza! Imagina eu naquela época. Reconstruímos o CRUSP, que estava destruído dos tempos da ditadura. Reconstruímos fisicamente mesmo, levantamos os blocos, restaurante universitário, quadruplicamos lá. Retomamos o controle dos restaurantes, modernizamos, expandimos, enfim, quantidade de refeições e creche, toda essa coisa. Bolsas para os estudantes, etc. Bom, quando assumi esse cargo e depois os outros, aí trabalhei três anos e meio por aí com ele, quatro anos na reitoria, e como eu tinha muito gosto pela política e era conhecido, me projetei muito jovem. Sempre digo que jamais vou ser reitor, porque agora que vou ser titular, que posso me candidatar, não quero, já estou cansado. Fiz tudo quando era mais jovem. Quero é mais me aposentar, se puder, pelo menos de coisa administrativa. Mas, então, aquilo era uma coisa fascinante, eu era um mestre ocupando posição alta na universidade, com um monte de responsabilidade. Eu me dava muito bem com o Goldenberg, ele foi uma espécie de pai espiritual para mim, me ajudou a me formar como um, o que os americanos chamam de um *police maker*, sujeito formulador de políticas públicas. Aprendi muito com ele. Acho que dei muito de mim pela universidade, era apaixonado por aquilo! Bom, como é que era a reação? A reação, no meu departamento, vamos pensar assim, não em termos de faculdade, basicamente, havia três grupos distintos, três tipos de reações. Entre os meus colegas havia aqueles que detestavam o engajamento. “Ah. Imagina! Trabalhar na reitoria, que é uma instituição conservadora.” Aquela coisa toda. Depois quando fui para Brasília e virei chefe de departamento do MEC, então... .“Imagina! Vai trabalhar no governo Collor!”

AC: Um despeito, que é também um pouco de inveja, não é?

WM: Havia um segundo grupo, mais pragmático, um pouco cínico e um pouco pragmático. Falava assim: “Oba! Com o Wanderley lá vai ser ótimo para o Departamento”. E de fato foi, porque eu mandava reformar o Departamento, comprava xérox, computador, arrumava funcionários, conseguimos extinguir o velho Instituto de Geografia e absorver o Instituto de Geografia no departamento. Ficou um departamento poderoso. Conseguia verba, todo mundo falava mal, às vezes, mas estava sempre batendo na minha porta pedindo as coisas. Esse era o grupo mais pragmático. E, enfim, tinha os amigos. Os amigos, aí tudo bem, são amigos sempre, em qualquer hipótese, tinham orgulho das minhas posições e, às vezes, podia ter até críticas a uma ou outra atitude minha, mas total cumplicidade como bons amigos. Agora, vale à pena registrar, pensar num quarto grupo, o dos alunos. Os alunos sempre, neste aspecto,

foram exemplo, talvez de sabedoria, mais que alguns colegas meus. Os alunos eram absolutamente fascinados com essas minhas aventuras extradepartamentais.

AC: Uma referência positiva, enfim.

WM: “Ah, professor, quando me formar, quero ir também trabalhar com a Amazônia, me envolver com o Ministério.” Eles tinham verdadeiro fascínio. Porque eu voltava das minhas viagens, das minhas coisas, aqueles atlas, aquelas coisas que fizemos, essa coisa de Brasil que você está falando. O aluno via em mim, assim como no Tônico, na Bertha Becker, no Cláudio Egler. Você vê, o que há em comum entre Berta Becker, eu, Tônico, Cláudio Egler? Pegando esses quatro, assim, o que há em comum entre nós? O que há em comum entre nós é que fomos capazes de transpor esse umbral entre o conhecimento acadêmico e as enormes carências do Estado brasileiro em termos de políticas públicas territoriais.

AC: Há uma coisa também que quero te perguntar. A impressão que tenho, claro que precisaria de uma investigação mais profunda, para além da nossa entrevista aqui. Mas parece que essa noção de “políticas territoriais” está presente em você, desde [o livro] *O Estado e as políticas territoriais*, acho que é uma leitura geográfica e histórica do Brasil num período. Porque esse livro ainda continua sendo uma grande referência, até porque há uma carência de trabalhos de geógrafos para um período que antecede o século XIX, XX. Não sei se poderia dizer que essa é uma das grandes contribuições conceituais sua, se você avalia outras, que ao longo desse tempo, foi construindo. O que você pode dizer disso?

WM: Olha, eu precisava, depois do [livro: *Geografia crítica a*] *valorização do espaço*, alguns artigos que escrevi de reflexão teórica mesmo, metodológica, de ajustar contas com essa questão teórica da Geografia, que estava muito mal arranjada, sempre estive muito mal arranjada. E nem toda, como eu disse, nem toda a ruptura marxista resolveu. Porque quando o marxismo escapa, essa ruptura escapa para o politicismo estéril, não contribui com nada, nada. Sempre digo que se a teoria da luta de classes explicasse tudo, então, pode fechar a Geografia, não precisa aprender mais nada. Ou se você pega a fórmula da reprodução ampliada do capital e começa aplicar a tudo também. Fecha, vamos queimar todos os livros de Geografia, não serve para nada. Essa não é uma boa saída. Por outro lado, a velha Geografia regional ou a nova Geografia regional – aquela da “região polarizada” – era um saco! Ninguém mais aguentava aquilo, sempre reiterando as mesmas coisas e de fato aquilo estava,

já tinha dado o que podia dar. E aí sobrava o quê? Sobrava um veio que chamo de anglo-saxônico, que é um eixo Alemanha – Inglaterra – Estados Unidos, tem na raiz o Ratzel; e nos Estados Unidos, um Hartshorne, para ficar nesses dois autores como referência, e o David Harvey, por que não, que é britânico, mas, enfim, vive nos Estados Unidos, praticamente. Mas é um eixo interessante, mostrava que era possível ser marxista ou não-marxista, mas fazer uma Geografia universal. Universal sem ser enciclopédica, a somatória das discussões. Eu ficava pensando: “puxa vida, tenho duas saídas.” Muitos se puseram essa questão nos anos [19] 80. Bom, a economia política, não quero. Eu já havia feito isso no meu mestrado, li praticamente toda a economia política possível e imaginária que poderia servir para formatar o meu pensamento em Geografia. O [livro: *Geografia crítica: a] valorização do espaço* é um pouco a discussão disso. Mas eu havia feito uma aplicação disso no meu mestrado, em que estudei a expansão industrial no Estado de São Paulo. Mas falei: “Não.” Sempre brinco com meus alunos e digo assim: “já paguei os meus pecados estudando economia política, não quero mais!”. Aliás, se é uma coisa que me deixa irritadíssimo é eu estar falando de alguma coisa em Geografia política e vem lá, sempre tem um aluno que fala: “Não, mas veja, tem a globalização do capital.” Isso é um negócio que me chateia profundamente.

AC: Um jargão. Vem com jargão.

WM: Vem com jargão, exatamente. Não vou chafurdar na lama desse pântano da economia política, que isso aí é o ópio da Geografia. Porque toda vez que você usa a economia como muleta para Geografia, você destrói o pensamento geográfico. Porque a economia que vem para Geografia é uma economia restrita, pobre. Geralmente vem um marginalismo. Você acha que está fazendo economia política marxista, mas na verdade está pegando as piores tendências. Bom, eu não queria a regional, claro que não; a neopositivista, claro que não, a quantitativa, teoria de sistema, aquela baboseira toda também não queria saber. Bom, havia duas alternativas: buscar na tradição da Geografia um “campo de reflexão” que pudesse sintetizar as minhas ansiedades. Campo de reflexão não quer dizer uma opção por uma escola, é um campo. É um rio onde você vai botar a sua canoa e vai remar nele. Quer dizer, mais devagar ou mais depressa, mais para essa ou para outra margem, vai ter uma corredeira no meio, mas “esse é o meu rio”. Então, “não é possível que eu não descubra isso”. Mas eu não queria sair da Geografia, porque o escapismo é sempre a estratégia mais fácil nessas horas. “Ah! A Geografia é pobre, é empirista, é isso, é aquilo, eu não quero mais saber da Geografia regional, nem da Geografia econômica, urbana, então, não quero nem ouvir falar, detesto

Geografia urbana, industrial, e essa coisa do meio ambiente, larga essa coisa de meio ambiente pra lá.” Aí o que você faz? Você sai da Geografia, vai fazer Sociologia, que pode ser uma má Sociologia, ou vai fazer uma Economia que pode ser má, e por aí afora. Ou vai fazer Filosofia. Nem sempre boa, porque, às vezes, falta embasamento para se fazer uma boa Filosofia. Fazem de tudo, menos buscar dentro do campo de reflexão da Geografia a saída. Esse é o ponto. Acho que fui privilegiado nesse aspecto. Por quê? Porque aí minha experiência externa ajudou. Porque aonde ia, eu fazia um teste, convivendo com aquelas equipes multidisciplinares. Porque são exigências, por estar dentro de um Ministério.

AC: Claro.

WM: Você tem planos a fazer, programas, pessoas de todas as formações, mas você tem um problema: formular uma política para a Amazônia, por exemplo, que seja lógica, compreensível, mas que seja implementada. Isso aí é exequível. É um esforço sobre-humano, você tem que torcer sua cabeça e extrair dali um pouco de teoria, um pouco de experiência e alguma coisa que seja implementada. E, primeiro, que seja assimilável pelos que vão tomar decisão. Os *stake holders* lá da região, seja o governador, o prefeito, que tem o aparato do Estado local e os atores locais, no caso da Amazônia são inclusive os índios, populações tradicionais, são muitos sujeitos!

AC: Gestor, intelectual, população.

WM: Os empresários, os fazendeiros, o sujeito que desmata, o madeireiro, o diabo. Não dava para você chegar lá e blá, blá, blá. Não, você tem que fazer alguma coisa consistente e que envolva essas diferentes aspirações da sociedade regional, local, etc. Bom, aí o que acontecia? Estava lá eu, como geógrafo, e tinha lá você que era economista, trabalhava com teoria regional, teoria do desenvolvimento regional, o pessoal do CEDEPLAR, do IPEA, com quem convivia muito, nas minhas andanças por Brasília, seja como consultor, seja como diretor de projeto, de programas, essas coisas todas. Aí tinha lá uma antropóloga, especialista em populações tradicionais, um antropólogo, dois antropólogos, três antropólogos, que trabalhavam com comunidade indígena, essa coisa toda, imaginário. Aí um monte de engenheiro florestal, agrônomo e biólogo que só via o físico-biótico, a biodiversidade, a floresta, a fauna, o clima. E a Amazônia intocada, aquela coisa toda. Ou quando estava no litoral, os mangues, os complexos costeiros, aquela coisa toda. Aqueles que não queriam nem

ouvir falam em desenvolvimento, tinha um horror àquilo. Mas aí havia um outro sujeito lá, que era ou economista, ou sociólogo, que você percebia que era um cara já mais experimentado, trabalhava há muitos anos ali como técnico, mas que era também um sujeito com doutorado, com experiência internacional. Você percebia que havia lá um discurso mais de síntese, cauteloso, maduro, respeitoso. Eu diria um discurso de *police maker*, de alguém que é capaz de captar todos os diferentes ângulos e transformar isso num, botar num liquidificador e tirar um bolo interessante, uma torta interessante.

AC: Originalidade!

WM: Isso. Esse cara era mais raro, mas tinha na equipe. Mas o que me surpreendia, e que me deu crises e crises de natureza pessoal, e, como intelectual, fui submetido a pressões, era o seguinte, toda vez que eu falava de uma forma verdadeira, isto é, sincera, daquilo que eu entendia, que imaginava que era a “boa” Geografia, a “boa e velha” Geografia, as pessoas ficavam absolutamente fascinadas. Começava a encadear, concatenar a formação histórica dos lugares com os seus atributos físicos naturais que marca uma identidade, como se forma, o modo de ser daquele lugar. E a cidade, o papel da cidade, a relação cidade-campo, a relação entre as cidades, a rede urbana, o entorno regional, as conexões que aquele lugar estabelecia com outros, o que isso tinha a ver com isso, a circulação que dava vida. As pessoas ficavam fascinadas! Quando eu falava de apropriação, o papel das redes de controle, do Estado, o papel do Estado Nacional sobre as fronteiras, o que é era fronteira, o que era isso. O papel do Estado numa região que precisa de Estado por causa disso e disso. As pessoas se calavam e ficavam apaixonadas, os não-geógrafos. Aí falei: “mas que interessante, né?” Quer dizer, se falo um negócio, se estou falando dentro de um congresso de Geografia eu seria apedrejado com ovo choco, não é?! E aqui, poxa, estou diante de ingleses, alemães, brasileiros, de tudo quanto é lugar, com experiência internacional e de atores que estão com a mão na massa também. Estou falando com liderança indígena, de gente de cooperativa, de produtores, etc., e ao mesmo tempo, de técnicos do Estado e consultores, de intelectuais, antropólogos, sociólogos. Quando eu pegava, naquele tempo não tinha *data show*, imagina, como hoje, um mapa temático, uma coisa bacana e punha na parede e começava a falar; aquilo que falava e começava mostrar e aquelas coisas começavam a ganhar sentido. Bom, alguns só faltavam chorar. Numa palestra que fizemos para um grupo, em Londres, uma vez, a convite de um pesquisador que é ex-embaixador, trabalha na FIES, o Rubens Barbosa, que ficou muito meu amigo, apaixonado pela Amazônia, ele falava: “Wanderley, poxa vida, esses doidos que vêm

aqui no meu Ministério só vem aqui para falar mal da Amazônia. Falar de queimada, de genocídio de índio, não sei o quê. Você faz um negócio diferente. Falei: “não, vou apresentar a visão de Amazônia que temos.” Aí comecei a bater papo com ele. Bom, sei que durante a apresentação ele convidou toda a Londres, vamos dizer, que passava. Havia empresário, representantes de ONG e muitos brasileiros que moram lá, que moravam lá.

AC: Sim, a oportunidade...

WM: Claro! A Amazônia é uma coisa fascinante lá fora e alguns me conheciam, enfim, geógrafos, pessoas que estavam fazendo doutorado em Manchester, não sei o quê, foram para lá.

AC: Foi um encontro!

WM: Foi. Foram três palestras, a minha foi a última. Nesse tempo não havia *data show*, mas transparência, com o retroprojeter comecei a mostrar as imagens. Porque o pessoal usa muitas fotografias, eu não, estava usando mapas mesmo e algumas imagens também, ilustrando uma fala que construí. Sei que na primeira fileira, onde estavam os brasileiros, chegou uma hora que havia muitas pessoas chorando. [risos]

AC: Ficaram emocionados.

WM: Claro, longe de sua terra. Aí percebi que a Geografia tem uma legitimidade na sociedade, um papel, e pode, sim, construir um discurso sobre a sua nação, o seu país e contribuir com seu país. Mas só descobri saindo dela. Interessante, não? É como você começar a cantar no banheiro ou nas festinhas da família e fica todo mundo tirando sarro da sua cara. Aí um dia passa lá um produtor de uma gravadora e diz: “nossa, que voz bonita que você tem! Já tentou gravar?” Você vira um artista. Quer dizer, é um sujeito de fora que vai te valorizar. Essa simbiose, esse plasma entre a sua inserção na sociedade, na questão nacional e o que isso tem de *feedback* para a construção do seu pensamento, em qualquer Ciência Social, mas em Geografia é muito importante. Aí, para terminar isso. O que tem a ver com a minha busca lá atrás? Falar: “poxa vida, quero encontrar uma saída dentro da Geografia, não quero buscar fora.” Encontrei na Geografia política. Posso dizer que fui um dos brasileiros, geógrafos brasileiros, que redescobriu a Geografia política. Olha que coisa interessante, existe

um campo de reflexões, legitimamente, geográfico que ninguém dá bola para ele, e que é belíssimo, enfim. Mas por que eu descobri? Tinha esse olhar para a política nacional, eu tinha esse olhar para a nossa história, o nosso futuro e esse ardor que tenho, essa compulsão de querer sempre estar metido nas coisas, de fazer alguma coisa pelo país, participar, estar atento, leio dois, três jornais por dia, sou absolutamente paranóico com isso. Bom. Aí a Geografia política "caiu como uma luva". O que é a Geografia política? A Geografia política é o campo de reflexões que te permite incorporar todos os conhecimentos particulares da Geografia e dá um sentido de futuro para a Geografia. Você não fica naquela pasmaceira de contar as coisas como elas são. Não, a Geografia política não quer saber como as coisas foram ou são, só, quer saber como é que as coisas estão indo. Como é que ela, basicamente, por obrigatoriamente trabalhar com o movimento, o conflito, as tensões, as flexões, os acordos, de ver o território em movimento, como produto da ação política, e não econômico propriamente dito, dá um colorido novo. O território ganha sentido. Porque o território o que é? É o espaço politicamente dominado. Quer dizer, você pega o "espaço" que está no espaço e põe no chão. Começa definindo as fronteiras nacionais. É um bom começo, viu?! "Ah, pode-se dizer: mas as fronteiras nacionais estão desaparecendo". Conversa. As fronteiras estão aí, os territórios nacionais também. E depois tem os outros territórios subnacionais. Hoje, inclusive, as regiões na Europa, por exemplo, vou falar disso amanhã, as regiões ressurgiram, centenas de anos, séculos depois, como entes territoriais. Quer dizer, as regiões, hoje, na Europa, estão se tornando entidades territoriais, isto é, assumindo formas de governança dentro da política europeia, que é uma novidade fantástica! "A Geografia política foi o meu berço. Foi o meu rio, descobri meu rio". Ali me acomodei, me ajitei, como se diz, e é dessa água que bebo. Por quê? Porque se me puser para falar de meio ambiente, estarei falando de política territorial. Política ambiental é uma forma de política territorial, porque você vai discutir meio ambiente sem olhar para o território? Esquece! É uma questão geopolítica por excelência, hoje, em todo mundo, por razões óbvias. Se você falar para mim de planejamento regional, desigualdade regional, disparidade regional, é evidente que está falando em política pública. Se você não tiver uma visão de território nacional, esquece! Não vai resolver o problema da Amazônia falando de Amazônia, tem que pensar a Amazônia no Brasil e até na sua inserção internacional. O território veio com a Geografia política. Ela arrumou as minhas ideias. Agora, repito, esse não foi um movimento de dentro para fora, foi de fora para dentro. Só descobri a Geografia política e a utilidade dela, como o fermento que formata políticas públicas territoriais, quando, nessas equipes, descobri que a Geografia era importante. A Geografia não era importante para o geógrafo, mas para os não-geógrafos. Quando me metia a

falar de Sociologia, de Antropologia: “porque as identidades, que não sei o quê”, ninguém achava graça nenhuma naquilo. Quando começava a falar, como geógrafo, desse meu jeito, aí pronto, ficava aquele silêncio. “Mas Wanderley, não é a toa que essas equipes tem que ser coordenadas por geógrafos. Você tem que coordenar. Por quê? Porque você tem aquela visão abrangente que as ciências específicas não tem.” E, agora, como diz a Bertha, “é difícil ser um bom geógrafo!” Precisa viajar muito, ler muito, se atualizar muito. Hoje com a internet isso ajuda, mas não basta. Tem que viajar de barco, canoa, a cavalo, a pé, de bicicleta, moto, o que puder. Porque não é fácil. Esse é o meu depoimento de vida. Descobri as mudanças da Geografia quando fui incitado pelos não-geógrafos a me comportar como geógrafo. E aí sim, fui valorizado e falei: “não, a Geografia tem o seu papel, é importante, tem uma visão de Brasil que nos interessa é por isso que me chamam”. Volta e meia me chamam. A Bertha está com 77 anos, vai fazer 78 anos.

AC: Eu quero entrevistá-la também.

WM: Estive com ela a semana passada. Quer dizer, ela está lá em Brasília, é chamada, ganhou todos os prêmios do mundo. É uma mulher fantástica, que se senta à mesa com você e começa a falar do quê? Do Brasil, de uma visão de Brasil, de Amazônia, de sociedade, mas que em nenhum momento deixa de ser geógrafa. É uma intelectual, geógrafa, é o “olhar” de uma intelectual engajada, geógrafa, sobre o Brasil. Falta isso. Isso, realmente falta. Por exemplo, o Tônico, eu fui para Geografia Política e ele foi para Geografia Histórica. Mas é uma visão de Brasil também, de síntese. Uma visão interessante de formação territorial que faltava também. É a boa tradição do Lucien Febvre, lá de trás, que se perdeu, e o Tônico recupera a história do pensamento geográfico, a Geografia Histórica, a formação territorial.

AC: O papel das Instituições.

WM: O papel das instituições, isso.

AC: Dos intelectuais.

WM: Isso. Agora, lamento, acho que nós estamos num período de baixa criatividade, em geral.

AC: As tradições estão se perdendo um pouco?

WM: E de criatividade também. Não vou muito a Congressos. Fui a poucos. Fui, por exemplo, no EGAL, em Bogotá, apresentei lá um trabalho. Dei uma palestra lá sobre América do Sul, é o tema que tenho trabalhado ultimamente, e, não me animou muito o que vi. Depois era para ir à ANPEGE no Rio. Tive um compromisso em São Paulo e não pude ir. Tinha uma mesa redonda lá com a Iná [Elias de Castro], de quem eu gosto. Mas os comentários que ouvi também...

AC: Não agradou, desanimou?

WM: É.

AC: Professor, há alguns nomes que você acha que são expressivos, hoje, da Geografia brasileira? Pensando nisso que você está falando, desse problema da formação que está se perdendo um pouco. De ímpeto, te vem alguns nomes da “velha” ou da “nova” geração, destaques, que merecem ser mencionados?

WM: Olha, dentro de uma Geografia, que podemos chamar de Geografia Física, por exemplo, Aziz Ab’Saber, Carlos Augusto Monteiro, são um marco de tudo que vem depois deles. Eles são excelentes, ótimos! Em Geografia Humana, Social, enfim, acho que uma figura antológica que formou muita gente, fez uma escola, diria três figuras, mais das antigas gerações: Manoel Corrêa de Andrade, a Bertha Becker e o Milton Santos, sem sombra de dúvida. Da minha geração, acho que há contribuições mais fragmentadas, porque os clássicos eram mais estudados. Mas acho que o Tônico é uma referência para muita gente, formou muitos alunos, escreveu muito, ainda escreve, ainda produz. Por exemplo, Maurício de Abreu, no Rio de Janeiro, nessa área de uma teoria urbana, teoria geográfica sobre as cidades, a cidade histórica. Nesse particular, acho que uma figura importante também é o Geiger, do pessoal mais antigo, mas o Maurício de Abreu faz um pouco essa ligação. A Iná, também no Rio, que faz um diálogo com a ciência política para análise das instituições da sociedade brasileira, é interessante. Acho que o Ariovaldo tem um papel importante, não só em Geografia Agrária, mas na Geografia em geral. Tem um currículo que formou mais de 40 doutores, rodou esse Brasil, é um militante da Geografia. É inquestionável. Concorde ou não com as ideias dele, é um intelectual incansável que acredita no que faz, trabalhador e escreveu coisas importantes.

A tese de doutorado dele é uma referência. Li o que ele escreveu sobre conflito agrário, é uma referência no Brasil. Eu vejo por aí. Um outro do Rio de Janeiro, o Cláudio Egler fez um bom diálogo da Geografia com a Economia, um geógrafo que fez doutorado em Economia Política na UNICAMP, com a velha e boa escola de economia da UNICAMP, com a Maria Conceição Tavares, João Manoel Cardoso de Melo, Beluso.

AC: É uma escola de economia respeitada.

WM: Wilson Cano, Sérgio Silva, o Cláudio Egler. Sim, muito interessante. Contribui muito ainda com o pensamento. Olha, ainda da minha geração, no Departamento e fora do Departamento, aqui no Estado, acho que uma área, um segmento da Geografia que cresceu muito e firmou reputação acadêmica sólida é a da Geografia urbana, com a Fani, a Carminha, daqui de Prudente. E, enfim, o próprio Maurício, no Rio. Quer dizer, essa área da Geografia urbana conseguiu criar uma “escola”. Acho até que os geógrafos haviam perdido um pouco esse tema, esse objeto, e recuperaram com esforço, sobretudo, desses três: a Fani, a Carminha e o Maurício. Há, agora, uma geração posterior a minha, tem dois geógrafos muito promissores: um mais famoso, outro menos, mas os dois são promissores como intelectuais. Um, é o Rogério Haesbaert, que foi para o exterior, fazer doutorado na Inglaterra, tem um esforço de teorização importante. O outro é o André Martin, que está indo muito bem, em Geografia Política, agora fez a livre docência, tem uma produção sólida, e, é um intelectual muito respeitado pelos alunos. É menos famoso que o Rogério, mas é promissor.

AC: Como você está vendo essa situação do território e da sociedade brasileira com a globalização? Como fica o território, diante da crise ambiental, da democracia? O que você espera desses novos tempos e, a partir desse presente, vislumbra para a sociedade brasileira?

WM: Olha, acho que todos os “países baleia” tem que ter um discurso e uma prática territorializados, não tem jeito. É uma determinação do nosso próprio lugar, como disse no começo. Sempre haverá uma valorização do território em países como a Rússia, o Brasil, os Estados Unidos, a Índia, a China, a Austrália, o Canadá, são “países baleia”, são países que estão em processo, em construção ainda. Construir a nação ainda é, em grande medida, construir o território e vice-versa. Quer dizer, você constrói a nação com seu território, porque há uma identidade muito grande. Se você pensa a Europa, de hoje, inclusive os 7 membros da União Européia, é claro que essa categoria de território nacional está em crise, porque o

Estado Nacional está se diluindo dentro de uma rede regional, e o território nacional, as fronteiras nacionais vão se tornando porosos, vão se dissolvendo. Mas você tem uma nova territorialidade sendo construída, que é a europeia, que tem fronteira. Se você quiser migrar para lá vai ter problemas. Não é que as fronteiras internas são dissolvidas, mas se cria uma externa. Se pensar em termos de uma China, que é um país em construção, ou mesmo o Japão, são extremamente ciosos, ainda mais que é um país ilha, extremamente ciosos das suas fronteiras, da sua influência, da projeção externa do seu papel na Ásia, no Pacífico e nos Estados Unidos. Falar para o norte-americano que essa coisa de território nacional veio lá com a globalização ele vai ficar olhando para sua cara achando que é meio doido. Uma das manifestações mais, talvez, fascinantes da própria globalização é isso, ela dissolve velhas ideias, velhas práticas e velhos lugares, em alguns lugares, e recria outros, em outros lugares. Está havendo uma revalorização do nacional em muitos lugares. Hoje, há no mundo 2.000 nacionalidades que não tem Estado e que gostariam de ter. Para ter Estado precisa ter território nacional. O aspecto fascinante da globalização é esse. É que funciona como uma espécie de terremoto que sacode a Terra, bagunça tudo, tira tudo do lugar, as coisas caem, as pedras rolam, mas depois para e se você consegue olhar, o que há? Há uma reconfiguração do mundo. O mundo está em processo de reconfiguração. O Brasil também está em processo de reconfiguração. Tanto na “arquitetura” interna do território, claro, está mais fluído, mais conectado, aquele papo todo, quanto na sua configuração externa, as fronteiras estão mais vivas, hoje são espaços de interação. Uma das condições, inclusive, para diminuir o significado, remover o velho significado geopolítico das fronteiras, é conhecer as fronteiras, as suas fronteiras. Nunca a Geografia política foi tão importante. Tem que conhecer. Você precisa revalorizar o seu território para negociar o amálgama dele com outros vizinhos. É um pouco assim.

AC: Nenhum serve, está sempre procurando.

WM: Não é?! Essa é a visão que eu tenho hoje do território. No caso do Brasil é interessante, justamente nesse período, de revalorização ou desvalorização do papel do Estado Nacional, dos Estados Nacionais e do território, como condição de desenvolvimento, de progresso, etc., justamente, nesse período é que se vai revalorizar o Estado e o território em países como o Brasil. Porque nunca os brasileiros ficaram tão preocupados, apavorados, inseguros, temerosos com o seu futuro, o futuro do seu país, como agora. E isso é bom. Isso é positivo, não é negativo. Mas por quê? Porque a globalização tem isso. Ela globaliza também, faz

circular mais rapidamente o interesse dos outros por nós. A cobiça pela Amazônia; pelos nossos recursos naturais, nossos recursos marítimos, nossa água. Mais uma vez se coloca aquilo que falei lá atrás, é preciso conhecer o Brasil e a Geografia tem um papel nisso. Esse é o lado positivo da globalização. Como a globalização traz ameaças, quem sabe assim os brasileiros comecem a gostar mais do Brasil e a estudar mais o Brasil.

AC: Tomara!

WM: Eu conclui.

AC: Professor, muito obrigada, foi um prazer. Podíamos ficar a noite inteira conversando, mesmo estando cansados. Agradeço imensamente você ter disponibilizado esse tempo, nessa correria, trabalhando muito. Muito obrigada mesmo. Foi muito boa a conversa, foi mais que uma entrevista. Obrigada!

WM: Eu gosto de prostrar também.

Bibliografia de referência da entrevista:

COSTA, Wanderley M. da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 1992.

MORAES, Antonio C. R., COSTA, Wanderley M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.

COSTA, Wanderley M. da. Política e território na democracia institucional: os desafios da representação. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 117-121.

_____. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Território**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 25-41, jul./dez. 1999.

_____. **Política e território em tempos de mudanças globais**. 94 f. Tese (Livre Docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

Entrevista com prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Entrevista realizada em 20 de Maio de 2008, em Presidente Prudente, SP.

Entrevistado: Bernardo Mançano Fernandes (BM)

Entrevistadora: Ana Cristina (AC)

AC: Posso chamá-lo de Bernardo ou você prefere um tratamento mais formal?

BM: Oh, Ana!

AC: Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dívida de Cézanne*: “É certo que a vida não *explica* a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que *essa obra por fazer exigia essa vida*”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual?

BM: Ana, você está me fazendo pensar essa relação, como a pesquisa e a ciência mudaram a minha vida. Porque elas acabaram ocupando a maior parte do meu tempo e uma parte considerável do espaço em que vivo, considerando até mesmo a biblioteca que tenho. Considerando também o uso do “meu espaço” no processo de produção do conhecimento. Acho que isso aconteceu já na graduação, o interesse pelo conhecimento científico. A partir do momento que comecei a me interessar e a me dedicar a esse processo, na graduação, acho que lá pelo 3º ou 4º ano da minha graduação, eu já estava muito envolvido. Tanto é que tenho duas publicações de livretos sobre as ocupações de terras realizadas pelo MST nos municípios de Sumaré e Porto Feliz, em São Paulo, já na graduação, e isso exigiu uma dedicação de um tempo muito grande. Desde esse momento até agora houve um crescimento no sentido de me dedicar cada vez mais a esse processo a ponto de chegar à saturação, ou seja, o momento em que você percebe que seu trabalho como pesquisador está lhe tomando quase que a totalidade do seu tempo. A minha vida e a minha obra estão muito próximas, ou seja, “a obra está se tornando a minha vida”. Não estou gostando dessa experiência, porque uma obra é parte da vida, não pode ser “toda a vida”. Nesse sentido, há uma comunicação, uma interação muito grande. Sempre me preocupei em conseguir tempo para estudar, essa foi sempre uma preocupação que eu tinha, pelo fato de ter feito a graduação trabalhando, aquela necessidade de ter tempo para estudar. Hoje tento imaginar, conseguir tempo para não estudar, para não estar trabalhando. Desde a graduação, passando pelo mestrado até chegar ao doutorado, fui vivendo uma experiência em que a minha obra foi me envolvendo e desenvolvendo, ao ponto

de, hoje, eu querer me tornar um pouco independente desse processo. A vida e a obra são processos inseparáveis, mas precisam de espaços e tempos próprios para que haja vida e obra.

AC: Você localiza na graduação o encontro com essa temática, com os movimentos sociais na Geografia? Tem alguma relação com sua origem social, familiar, onde você nasceu? Estava de alguma forma presente nas suas “raízes”, na sua origem social.

BM: Estava. O meu pai era camponês. Nasci no município de Neves Paulista, num sítio, uma propriedade de 15 hectares que pertencia à família. Depois perdemos e migramos para São Paulo. A questão agrária sempre foi recorrente, de maneira que, quando entrei na Universidade, procurei evitá-la, tanto é que a minha primeira bolsa de iniciação científica foi em geomorfologia com a professora Lilian Coltrinari. Procurei evitá-la, mas a curiosidade e o interesse para tentar entender a própria questão agrária me aproximaram novamente do tema e acabei abandonando a geomorfologia para trabalhar com a Geografia Agrária, inspirado pelos livros e aulas do Ariovaldo [Umbelino de Oliveira]. Havia essa atração e o querer compreender a razão de minha própria origem, da migração, do êxodo rural. Ao mesmo tempo estava querendo entender isso, eu via pessoas lutando pela terra. Essa relação sempre me despertou a atenção.

AC: Bernardo, o que se constata, olhando de forma mais geral a sua produção, é que você é um dos poucos pesquisadores que tem feito esse vínculo entre movimento social, no caso o MST, com o território. Essa é uma singularidade do seu trabalho no âmbito do pensamento geográfico brasileiro. Estamos pressupondo que há um pensamento geográfico brasileiro, entendendo pensamento como um conjunto de ideias produzidas por uma coletividade, no sentido mais sociológico do termo. Você concorda que há uma Geografia brasileira, um pensamento Geográfico brasileiro?

BM: Concordo. Mesmo a disciplina pensamento geográfico e a necessidade que tenho sentido, para compreender melhor a história da Geografia, é estudar também geógrafos brasileiros. Porque predominam, nos programas dessa disciplina, os geógrafos franceses, alemães e ingleses. Não consigo explicar a história do pensamento geográfico e, principalmente, a realidade atual sem me referir ao pensamento geográfico brasileiro, ou seja, não consigo trabalhar com a Geografia brasileira sem contar, predominantemente, com o pensamento geográfico e a Geografia brasileira, com a ciência geográfica do Brasil.

AC: Você percebe um distanciamento ou uma aproximação com a cultura brasileira? Como você vê esse pensamento geográfico em relação com a nossa cultura? Quando você fala das dificuldades da disciplina porque se estuda mais autores estrangeiros, em que medida esse pensamento, que aqui se produz, dá conta da especificidade da cultura brasileira?

BM: Acho que há tendências da Geografia brasileira, pesquisadores. Não vou fazer a relação entre a teoria e a cultura, mas sim entre a teoria e a realidade. Acho que há pesquisadores que se dedicam muito mais ao entendimento da realidade e aproximação com a cultura, uma interação entre ciência e sociedade, e há pesquisadores que vivem, por sua própria produção intelectual, um “distanciamento” entre ciência e sociedade, produzindo mais uma “ciência acadêmica”. Teria que distinguir o que chamo de “ciência acadêmica”, aquele saber que você lê e tem uma dificuldade enorme de associar, de fazer relação com a realidade. Eu vivia muito esse problema na minha graduação, e aí comecei a perceber que me identificava com alguns autores, alguns geógrafos e geógrafas, exatamente porque a “leitura” deles me aproximava da realidade, esses eu denomino de produtores da ciência acadêmica, sem aspas. Vejo que na Geografia brasileira temos geógrafos que dialogam com a realidade e há geógrafos que não tem esse diálogo com a realidade, eles tentam explicar a realidade num nível acadêmico, metafísico. Entendo que o conhecimento acadêmico pode ser “complexo e confuso” ou “complexo e compreensível”, no sentido de fazer a relação entre os conceitos e os objetos de maneira mais clara, de entender e interagir com a realidade, mas há acadêmicos que é necessário entrar nos meandros do pensamento deles para fazer essa interpretação. Vejo uma parte da Geografia brasileira muito próxima da realidade, portanto, da cultura, interpretando, dialogando, desconstruindo; e outra distante, numa postura prepotente, pedante, às vezes, de querer ser superior, ter um distanciamento do objeto que essas próprias pessoas defendem. “Olha, você precisa se distanciar.” Eu me lembro que quando fazia o mestrado algumas pessoas diziam: “Olha você se aproxima demais, você está envolvido demais com seu objeto, tem que se distanciar.” E eu falava: “Não, eu não quero me distanciar, quero dialogar, preciso dialogar com esse objeto”. É essa postura do diálogo que explica melhor e não a do distanciamento. Porque você vê autores de todas as correntes teóricas que tem essa posição, desde o positivismo, o materialismo, a fenomenologia, vê que há distanciamento e diálogo. Além de ser uma questão de método e teoria, é também uma questão de opção política, de produção do conhecimento. Os pesquisadores dialogam e se distanciam pelo método e pela teoria a partir da opção política que fazem. Todavia, algumas vezes, o distanciamento não permite que os pesquisadores ouçam as vozes da realidade.

AC: A partir disso que você está falando, me lembrei daquela distinção que o professor Milton Santos fez entre o pesquisador e o intelectual. Você concordaria com esta distinção, que nem todo pesquisador é intelectual?

BM: Não. Acho difícil. Acho muito difícil separar o pesquisador do intelectual, porque ambos formam o pensador. Como afirmei, anteriormente, os pensadores tem que dialogar com a realidade e o distanciamento não contribui. Milton Santos estava muito próximo da realidade, dialogava com ela e nos ajudou a fazer leituras geográficas singulares, mas eu recordo que havia uma diferença entre nós que consolida a relação pesquisador – intelectual na formação do pensador, que nos instigava muito. Fui muito amigo do Milton Santos. Fui aluno dele por três vezes. Eu o levava para casa depois das aulas porque ele não dirigia. Fui à casa do Milton Santos por várias vezes, conversei muito com ele, principalmente, nos anos 1986, 87 e 88 quando terminei a graduação e depois em 89 na pós-graduação. Conversávamos sobre a construção do pensamento geográfico, tanto que insisti para publicar seu artigo *Por uma filosofia da geografia*, apresentado no Encontro Nacional de Geógrafos de Porto Alegre. Ele resistiu, mas consegui convencê-lo e publiquei quando fui editor, pela primeira vez, da *Revista Terra Livre*. Este artigo está no número 5 da *Revista Terra Livre*. É um artigo muito importante e um dia pretendo retomá-lo. Ele me convidava para ir a alguns lançamentos de livros de seus amigos e falávamos sobre o pesquisador, o intelectual e o militante. Nesse tempo, conversávamos sobre minha pesquisa e militância. Eu era muito influenciado pelo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que é um “pesquisador militante”. Naquela época, eu era um aprendiz de pesquisa militante. Ele achava estranho, porque nunca viveu essa experiência, mas dialogava, me ouvia e questionava e eu o questionava. O professor Milton Santos sempre foi muito questionado, porque tinha uma postura de distanciamento das organizações, “mas não da realidade”, quero frisar isso. Uma postura muito interessante. Você lê a obra dele e o ouve falar, ele sempre foi uma pessoa muito próxima da realidade, por exemplo, em *Por uma outra globalização*, quando defende uma globalização solidária. No *Roda Viva* [programa de debates da rede de TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, Brasil] ele foi muito questionado, porque me lembro que ele falava assim: “A transformação virá das pessoas pobres, virá de baixo. Não é de cima, do capital, não é do governo, será do povo, virá lá de baixo.” E os entrevistadores indagavam: “Explica isso, e tal.” Ele tinha uma dificuldade enorme de explicar isso, embora defendesse isso. Na minha compreensão faltava um pouco de militância na pesquisa de Milton Santos. Porque ele foi muito convidado a participar do movimento negro, foi muito convidado por vários movimentos, inclusive pelo MST, que tem

Milton Santos como referência ao lado de Florestan Fernandes e Paulo Freire, mas ele sempre teve uma postura de recusa. Ele foi sempre um acadêmico que acreditava no sujeito, mas não se aproximava do sujeito. Acho que o ritmo da vida dele, a forma com que se envolveu com a academia francesa, talvez tenha tido alguma influência nesse processo. Quando conversávamos sobre pesquisa e militância, ele ficava pensando e levantava muitas questões. Recentemente fiquei muito contente ao ver que ele comentou isso numa entrevista ao professor Scarim, quando este fazia sua dissertação de mestrado. Vejo no Milton Santos uma posição um pouco contraditória, ou seja, era um homem que tinha uma “leitura” do povo, mas não se aproximava do povo. Esta contradição aparece, por exemplo, no livro de entrevistas com ele, organizado pela professora Odete Seabra, no qual ele defende o MST e diz que o MST condena as pessoas a viver no campo. Eu me lembro de um caso, um dia eu estava voltando de uma pesquisa de campo em Sumaré, no estado de São Paulo, e havia entrevistado João Calixto, um negro que para mim era sócia do Milton Santos. Cheguei à lanchonete da faculdade de filosofia da USP [Universidade de São Paulo], no prédio da Geografia, entrei, vejo o Milton Santos lá, tomando café, e falei: “Professor, o senhor sabe que eu conheci um homem muito parecido com o senhor, que tem as ideias semelhantes a do senhor.” Veja, eu era aluno de graduação, estava no segundo ou terceiro ano. Ele falou: “Mas que homem?” Eu falei: “Um sem terra”. Acho que ele falou assim: “Você está me confundindo.” Falei de minha entrevista com João Calixto, ele me ouviu, olhou para mim, pôs a mão em meu ombro, e falou: “Bernardo, eu fico tão feliz que você me compare com um ‘homem comum!’” Foram estas as palavras que ele disse. E eu falei, pensei: “Gente, qual é a desse cara?” “Quem é ele?” “Ele por acaso não é um homem comum?” Foram necessários vários anos para eu compreender essa frase! Eu sei, hoje, a diferença entre um intelectual e um homem comum! Sei muito bem a diferença! Agora, ele, quando falou isso, tinha ficado contente por eu ter visto nele a figura de um homem comum. Ele “se via” no povo. Você entende? Aquilo para mim foi muito rico, ou seja, ele era um homem comum também. A sabedoria que ele e o sem terra me passavam, me alimentavam no processo do conhecimento, foi ele que me mostrou: “Olha, isso é bom, isso é comum.” Entende? Ele não teve uma postura arrogante. Isso foi muito digno. Mas discordo dele, acho que o pesquisador e o intelectual podem ser a mesma pessoa e acho muito difícil que não seja, porque ele era um pesquisador e um intelectual e foi um dos maiores militantes da Geografia.

AC: Como você definiria a Geografia? O que é a Geografia hoje para você?

BM: Olha, a Geografia é uma ciência, ponto de partida. É uma ciência que vive um momento de desafios no sentido de uma construção teórica, de uma teoria própria. Nesse sentido, Milton Santos e o meu orientador, o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] são pessoas que indico como batalhadores da construção de um conhecimento original. A Geografia é uma ciência que, desde o século XIX, tem construído a sua epistemologia, sua filosofia, mas ainda vive um estágio de carência muito grande. Fico muitas vezes observando alguns geógrafos, como quando vou, principalmente na Geografia Agrária que é a área que mais atuo, participar de algum evento, quando leio um livro, um texto, um artigo, a dependência teórica é muito grande. O diálogo com outras ciências é para mim fundamental, e acho que isso ninguém discorda. Mas esse diálogo tem que ocorrer de uma forma equitativa, que contribui com o desenvolvimento da outra ciência e recebe a contribuição do conhecimento produzido por outra ciência. Vejo a Geografia como uma ciência ainda jovem, com um futuro enorme pela frente e nós com um desafio em contribuir com a construção desse conhecimento.

AC: Você acha que há algo que se reconheça como sendo “geográfico”, existe uma forma geográfica de “olhar” o mundo atual?

BM: Existem os métodos geográficos. Estou convencido de que temos teorias geográficas, temos uma metodologia geográfica.

AC: Bernardo, de tudo que disse, que há um pensamento, uma teoria, um método geográfico, uma forma de “leitura” da realidade, como você vê o papel da Geografia no mundo atual?

BM: Reconheço e aprendi estudando não só geógrafos para entender que a Geografia é uma ciência. A Geografia como ciência, a teoria ou as teorias geográficas, o diálogo com as teorias sociológicas, econômicas, da história, da Antropologia, o método geográfico e seu diálogo com outros métodos e metodologias, os procedimentos, as formas, as práticas; tudo isso é tão objetivo para mim que procurei, na minha produção, fazer um trabalho sobre os movimentos sociais a partir de “um método geográfico”. Meu investimento, quando comecei a me interessar pelo tema dos movimentos sociais, foi de fazer uma “leitura” desse objeto a partir de um método geográfico. E tudo que li e aprendi na construção do conhecimento geográfico foi tentar entender os espaços e os territórios produzidos por esses movimentos, que é um processo que ainda estou desenvolvendo. Ah! Grande parte. E aí, Ana, o que sinto é uma insuficiência por parte da própria ciência geográfica de dar elementos para essa “leitura

geográfica”. Porque fico imaginando o seguinte, minha compreensão é a seguinte, os movimentos sociais começam a ser estudados principalmente a partir do século XIX. A Revolução Industrial promoveu a ascensão dos sindicatos, os movimentos sociais começam a crescer no campo e na cidade. Mas a Geografia vai se preocupar de fato com este sujeito a partir do final do século XX, com a ressalva de Manoel Correia de Andrade, que na década de 1960 estudou as Ligas Camponesas. Considero que a *Antropogeografia*, de Ratzel, é uma iniciação ao processo, mas é um elo perdido. Uma Geografia que vê o homem como o principal sujeito da ação no processo de transformação do espaço e do território é muito recente, é pós Segunda Guerra [mundial]. Nesse caso a Sociologia, a Antropologia e a História avançaram muito mais do que nós. E aí a influência de métodos de outras áreas do conhecimento na “leitura” do objeto. Portanto, a partir do momento que você quer desenvolver uma “leitura geográfica”, você não tem conceitos geográficos, não tem experiências para ler essa realidade, de maneira que precisa fazer um esforço enorme para poder fazer uma interpretação geográfica do objeto e não uma interpretação sociológica, uma interpretação econômica. Ao mesmo tempo em que estou tentando ver, ler, interpretar, compreender o objeto para explicá-lo desde o ponto de vista geográfico, eu preciso, dentro da ciência geográfica construir as condições para isso. Por quê? Porque a maior parte dos geógrafos usa o conceito de movimento social que é um conceito sociológico. Como eu entendo os lugares, espaços e territórios produzidos pelos movimentos sociais? O conceito sociológico me ajuda? Sim, mas muito parcialmente. Para entender o movimento social a partir de uma “leitura geográfica”, criei o conceito de movimento socioterritorial. Você pode dizer o seguinte: “Mas eu posso utilizar o conceito de movimento social e estudar o território que ele produz. Nada impede.” De fato, nada impede. Agora, faça isso e me mostre. Porque eu não conheci, ainda, na Geografia brasileira, nem na Geografia de outros países que conheço, um trabalho sobre movimentos sociais que não seja definido pela matriz sociológica e ultrapasse a barreira da relação e da forma. É isso, muitos geógrafos se limitam às formas e relações e não chegam até ao espaço e ao território. O meu desafio é o seguinte: “Como é que eu faço esse trabalho definindo por uma matriz geográfica?” Essa é uma perspectiva que estou tentando construir. A necessidade de construir essa “leitura geográfica” do objeto que estou trabalhando me coloca numa situação muito difícil, porque preciso estudar a ciência geográfica e dialogar com outras áreas do conhecimento para ter certeza de que estou indo pelo caminho certo. E, às vezes, eu erro também, me equivoco, faço afirmações que depois vejo que generalizei demais, havia um exemplo que acabei generalizando e não é tão simples quanto eu pensava. Nesse sentido, é necessária a construção de um método geográfico a

partir, principalmente, dos movimentos camponeses, a “leitura” desse método e da ação desses movimentos na realidade do campo, e ver como a ciência econômica, social, antropológica estão utilizando cada vez mais “conceitos geográficos” para fazerem “suas leituras”. No momento, estou vivenciando uma experiência riquíssima visitando países da Europa, todo o continente americano, estudando movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, dialogando com geógrafos e sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas, e vejo que tem dificuldades de entender o processo de produção do espaço. Quando compreendem o espaço é apenas superfície, uma área delimitada. Para eles as relações sociais produzem espaços, mas os espaços não produzem relações sociais. Isto é muito limitado. Por exemplo, estive agora numa conferência na Colômbia sobre desenvolvimento territorial e fiz a conferência de abertura falando sobre a tipologia de territórios. Depois que fiz a conferência, falaram sociólogos, historiadores, economistas franceses, colombianos, argentinos, mexicanos, mas nenhum deles me desafiou na definição de território que eu havia apresentado, fazendo uma crítica do conceito de território somente como espaço de governança. Falei: “Esse conceito é o mais tradicional na Geografia. O território entendido somente como espaço da nação. E estamos falando aqui de uma conflitualidade territorial, principalmente aqui na Colômbia e vocês estão banalizando o conceito de território, quando o compreendem apenas como área.” Pude estabelecer um diálogo, foi uma experiência muito interessante. Havia representantes de diversos movimentos camponeses e ouvi um deles dizer a seguinte frase, comentando a minha fala: “é a primeira vez que ouço alguém falar de território como concebemos”. “Não queremos qualquer terra, queremos o nosso território”. Também aprendi isso no Canadá e agora estou voltando lá convidado pelo *National Family Farm Union*, que é um movimento camponês filiado à Via Campesina. Estou indo para a Espanha fazer esse mesmo debate, discutir o território não somente como o espaço da nação, mas todos os outros territórios que são formados dentro desse território. Todos esses “outros territórios” estão disputando esse território da nação. Mas se eu ficar só nele não dou resposta. Quando vejo antropólogos, sociólogos, economistas trabalhando com conceitos geográficos e utilizando do significado mais conservador desses conceitos, penso o quanto estamos perdendo por não ter investido até hoje numa “filosofia geográfica”, numa “epistemologia geográfica”, que nos permitisse contribuir de forma mais efetiva, principalmente, a Geografia crítica. No sentido de contribuir de forma mais efetiva e debater com essas pessoas. Quando as instituições governamentais, multilaterais, começam a discutir políticas territoriais fico pensando o seguinte, espera um pouquinho, é uma manipulação da Geografia que estão fazendo quando não reconhecem os

protagonistas, aqueles que produziram o território, quando não reconhecem as conflitualidades. As políticas territoriais tornam-se muito mais políticas de controle social do que de fato políticas de soberania que irão promover de fato o desenvolvimento. Nesse sentido, Ana, penso que temos que acompanhar esse processo e dialogar com outras áreas do conhecimento, e para isso temos que produzir uma “filosofia geográfica”.

AC: Há um aspecto interessante nisso que você fala. Apesar do seu foco com relação ao território não querer ficar preso a uma concepção de território nacional, a impressão que temos, lendo os seus trabalhos, esse projeto amplo que persegue, é a de que faz uma “leitura” do território brasileiro, da sociedade brasileira, por meio dos Movimentos Sociais. Não sei se você concorda com essa percepção.

BM: Essa percepção é correta. E fiquei me perguntando o seguinte: “pode a Geografia brasileira produzir teoria geográfica desde o campo e desde os movimentos camponeses?” “Ou isso só pode ser feito desde a cidade?” A maior parte dos principais teóricos, hoje, da Geografia, são os estudiosos do espaço urbano, são pessoas que estudam a cidade. Comecei a me desafiar e pensar: “Eu tenho um compromisso com a ciência geográfica e preciso produzir teoria desde o campo.” “Eu produzo teoria desde o território, não importa se esse território é urbano ou rural, mas posso produzir porque a realidade me permite”.

AC: Bernardo, nesse processo quais são as influências que você identifica, além dos professores Milton Santos e Ariovaldo [Umbelino de Oliveira], em sua trajetória?

BM: A influência do [Henri] Lefebvre, [Claude] Raffestin, Marcelo Lopes de Souza, Carlos Walter Porto Gonçalves, Manuel Correia de Andrade, da Maria Encarnação Beltrão Sposito, do Eliseu [Saverio Sposito], Antonio Thomaz Júnior, Cliff Welch, que é um historiador, mas que compartilhamos muito nossas ideias. Pessoas com as quais faço crítica e autocrítica o tempo todo, com as quais estou dialogando.

AC: Certo. Boa parte dessas pessoas que você mencionou, principalmente no caso brasileiro, com exceção do professor Manuel Correia de Andrade, tem a sua formação muito ligada a uma Geografia produzida em São Paulo, no Rio [de Janeiro]. Você concordaria que há uma Geografia “uspiana” e uma Geografia “carioca”? Ou você acha que isso não está na “raiz” do pensamento geográfico brasileiro?

BM: Sim, há uma Geografia “uspiana”. Eu diria que, hoje, há uma Geografia paulista”. Acho que a UNESP, de Presidente Prudente, participa dessa construção, é só ver os exemplos nas áreas de agrária, urbana, geomorfologia, regional, clima, temos publicados vários livros. Criamos a coleção *Geografia em movimento* para divulgar nossa produção. Estamos muito presentes. Diria que nós temos hoje uma Geografia “paulista” e uma Geografia “carioca” que são referências. Ao mesmo tempo em que reconheço uma Geografia “paulista” e outra “carioca”, reconheço também a disseminação da Geografia no Brasil. Entre 1934-1935 e 1980 era predominantemente a USP e a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], carioca era a UFRJ e a paulista era a USP. Hoje temos a UFRJ e a Federal Fluminense [UFF] e a UERJ [Universidade Estadual do Rio de Janeiro], e aqui temos a USP e a UNESP, de Presidente Prudente, e, evidentemente, também, a UNESP de Rio Claro e a UNICAMP. Hoje temos uma Geografia “paulista e uma carioca”, mas elas estão no processo de disseminação como a própria democratização do ensino no Brasil. Temos cursos de doutorado e mestrado criados em todo o Brasil que estão transformando a construção do pensamento geográfico, diferenciando-o. Hoje temos uma Geografia da Amazônia, do Cerrado, do Centro-Oeste. Se eu quiser estudar a Geografia do Centro-Oeste não vou para São Paulo ou Rio de Janeiro, vou para Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Se eu quiser estudar uma Geografia do Nordeste é lá que vou encontrar a maior parte dos melhores pesquisadores sobre a região. Temos no Rio [de Janeiro], o Carlos Walter e a Bertha Becker que estudam “geografias” da Amazônia. Em São Paulo tem o Ariovaldo, mas vou compreender melhor essa “Geografia da Amazônia” se eu conhecer os trabalhos dos geógrafos da Amazônia.

AC: Você vê que há diferenças bem acentuadas entre uma Geografia “paulista” e uma Geografia “carioca”. Há uma Geografia plural, mas você identifica alguns traços, uma determinada forma de fazer Geografia, quais seriam as especificidades?

BM: Vejo uma aproximação muito maior entre a Geografia “uspiana” e “unespiana”. Estou falando de Presidente Prudente. Mas há uma aproximação muito maior entre USP e UNESP do que UFRJ e UFF. Ou seja, a Geografia produzida na UFRJ e na Federal Fluminense tem uma diferença muito maior do que a Geografia produzida na USP e aqui [referindo-se à UNESP em Presidente Prudente]. Estamos muito mais próximos do que o Rio [de Janeiro], onde há uma diferença mais explícita.

AC: Como você tem visto a atuação dos geógrafos hoje nas instituições? Se pensar, por exemplo, no Estado, nas diferentes escalas de atuação, em relação ao município, ao Estado, enquanto unidade federativa, em relação à AGB [Associação dos geógrafos brasileiros], em relação aos Movimentos Sociais?

BM: Temos bons geógrafos atuando em instituições governamentais, mas são raros. A participação da AGB está num estado de precarização cada vez mais intensa. Quando fui presidente da AGB, nós não conseguimos provar para o CREA [Conselho regional de Engenharia e Arquitetura], para o CONFEA, que tínhamos 1% de nossos associados atuando como geógrafos credenciados aos CREAS. Tínhamos, na época, algo em torno de 7 mil sócios e tínhamos que provar que havia 70 atuando como geógrafos credenciados. Evidente que temos muito mais. Mas não conseguimos provar isso, porque as seções locais não tinham esse registro. Temos centenas de geógrafos atuando, no Brasil, em instituições governamentais não como técnicos, como pessoas definidoras de políticas. A AGB, por ter assumido muito mais uma identidade de movimento social do que de instituição científica, vive esse dilema. A AGB vive essa crise que faz com que não se encontre, nesse processo, uma representação profissional da Geografia e nem mesmo construir outro caminho de ação do profissional geógrafo. Essa é uma crise que está, no meu ponto de vista, afetando muito a própria Geografia. Aquelas pessoas que mais se dedicam à produção do conhecimento e à operacionalização desse conhecimento, estão se distanciando. Estou falando isso porque entendo que a Geografia é também uma ciência aplicada. Por exemplo, quando criei o NERA, chamei de Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, a minha intencionalidade era a de trabalhar com pesquisas que levassem à elaboração de projetos territoriais. Quando fazemos estudos para o INCRA [Instituto Nacional de Reforma Agrária], projetos de desenvolvimento dos assentamentos, quando trabalhamos com a estrutura fundiária do país, em escala nacional, criamos o DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra) e o RIST (Relatório de Impactos Socioterritoriais), o nosso desafio é esse: “construir o conhecimento para transformá-lo em projetos e políticas”.

AC: Uma intervenção mais efetiva.

BM: De intervenção. Quero produzir teoria a partir da realidade para transformá-la.

AC: Você pensa que a crise que vivenciamos hoje tem a ver, em alguma medida, com o movimento de renovação da Geografia brasileira, do final da década de [19]70? A impressão que temos é a de que – dentro das várias possibilidades de teorias e de métodos, do positivismo, da fenomenologia e do marxismo – alguns geógrafos optaram por uma reflexão mais vinculada ao espaço, outros pela história, alguns pelo marxismo como uma corrente norteadora não só da ação, mas da pesquisa também, e outros não. Como você se posicionou diante desse momento? Qual era a sua condição e a “leitura” que fazia nesse momento?

BM: O primeiro evento que participei foi o Congresso da AGB, em São Paulo, em 1984. Na abertura, fiquei fascinado com o debate entre Milton Santos e Ruy Moreira. Se me lembro bem, Milton propunha que o encontro da AGB, de 1988, abordasse o tema da libertação da escravidão. Parece-me que o Ruy era contra e propunha um tema voltado para a luta de classes. Milton Santos defendia um encontro sobre o negro, pelos 100 anos da abolição; Ruy Moreira defendia que “a questão não era o negro, era a luta de classes”. Aquilo me fascinou, porque era um tema que interessava para discutir a questão da população negra, tanto quanto à luta de classes. Como aluno recém chegado, não conseguia entender a diferença, só depois, com o tempo, é que fui compreendendo a diferença, trabalhando com a questão. Tenho co-autoria em um artigo sobre esse tema. Procurei trabalhar no interior dessa diferença. Quando defendo as cotas para negros nas universidades e a luta de classes, estou defendendo que negro e luta de classes não se separam. Há negros em todas as classes, portanto, você não separa o negro e nem o branco de todas as classes. Mas há uma desigualdade no nosso país. A população negra é a mais atingida e essa desigualdade é de classe, portanto, não separo. Minha participação, a minha entrada na Geografia vai se dar num primeiro momento de “encantamento” com essa descoberta desse debate crítico, da teoria crítica, do diálogo. Porque me lembro de alguns professores, principalmente, os marxistas ortodoxos. Meu orientador é um marxista ortodoxo, embora sendo ortodoxo, ele não impõe essa ortodoxia nas suas orientações. De maneira que procurei ser crítico ao marxismo. Nunca me rotulei como marxista. Mas algumas pessoas falam assim: “Mas você é marxista.” Por exemplo, agora, na Colômbia, quando defendia a propriedade como território alguém falou: “Mas como você vai relacionar território com luta de classes?” Falei: “Mas já relacionei. Considero os tipos de propriedade como o segundo território”. Mas isso não quer dizer que sou marxista. E a pessoa me disse: “você está sendo ideológico”. Respondi: “também tenho uma crítica ao conceito de ideologia de Marx, exatamente por entendê-la como falsa consciência”. A ideologia nunca foi falsa consciência. Concordo com algumas coisas de Marx, discordo de outras coisas. Procuro

construir meu pensamento a partir do diálogo crítico, especialmente da desconstrução, principalmente, com o materialismo histórico dialético, participando da construção da Geografia crítica, mas muito preocupado com os desafios colocados pela realidade. Quando penso na construção do conceito de “movimentos socioterritoriais”, por exemplo, estou convencido disso, porque a realidade me convenceu que o conceito de movimento social não é suficiente, precisa de um nome mais completo. Algumas pessoas dizem: “Mas você está querendo vender um nome geográfico.” Não, não estou querendo vender um nome geográfico, estou querendo ver sentido nas coisas. Estive agora nos EUA, fazendo trabalho de campo com um sociólogo da Universidade do Sul da Flórida, estudando o *Farmworker Association of Florida* e falei: “Isso daqui é um movimento socioterritorial. Veja o que ele está indicando, onde e como existe.” A discussão que faço, na tentativa de contribuir com a construção do pensamento geográfico, da renovação da Geografia, é de que maneira posso construir um conhecimento geográfico desafiado pela realidade. A realidade, evidente, é também “geográfica”, portanto, cabe uma “leitura geográfica”. Essa leitura tem uma importância tão grande quando vou pensar o reordenamento territorial, o desenvolvimento econômico, o reconhecimento cultural. Você pode fazer isso pelos mais diferentes métodos científicos e todos têm uma importância, porque nenhum deles explica a totalidade dessa problemática, dessa questão. Portanto, nós, da Geografia, assim com os colegas da Sociologia, da Economia, cada um traz uma contribuição diferenciada, explicações e interpretações diferentes que ajudam muito na compreensão.

AC: Nesse sentido, talvez se possa afirmar que, mais recentemente, há pelo menos uns 10 anos, uma das suas grandes contribuições são esses conceitos de “movimento socioterritorial” e “movimento socioespacial”. Pelo menos a tentativa de formular.

BM: Acho que sim. Minha contribuição para a construção desses conceitos, para a discussão do conceito de território, está na compreensão do processo de territorialização e desterritorialização; na tentativa de construção de uma “Geografia dos movimentos camponeses como movimentos socioterritoriais”. Acho que é minha contribuição.

AC: Quando você fala da realidade atual, como tem visto essa relação entre o território e a globalização? Como fica o território? Ele se fragmenta, se concentra? Como você está pensando não só nos territórios nacionais, mas também nesses “micro-territórios” que são constituídos pelos movimentos sociais?

BM: Procuo entender todos os dias, porque o movimento da realidade traz sempre novas questões, qual a razão que levou o território a ser o conceito central hoje nas políticas de desenvolvimento. Porque é que o território ganhou esse *status*. Vejo duas explicações para isso. De um lado, o uso banal do conceito, principalmente, pelas agências multilaterais e pelos governos. Poderíamos chamar de região, de espaço, mas chamam de território. E o uso do conceito de território pelos movimentos camponeses no sentido próprio do território, que é o sentido da soberania. O uso do conceito de território pelas instituições governamentais e multilaterais não está muito vinculado à ideia de soberania, mas à ideia de área econômica para expansão das políticas neoliberais. O território para eles é sinônimo de “espaço geográfico”, somente, ou seja, é uma área, superfície, espaço onde se executa uma política para desenvolver o capitalismo. Para os movimentos populares, os movimentos camponeses, o conceito de território está vinculado à ideia de vida, propriedade para todos, nação, está vinculado à ideia de autonomia, hegemonia e resistência, soberania, poder. Não se encontra nos documentos do Banco Mundial, dos ministérios governamentais de qualquer país, referência ao conceito de território como poder, referência à classe, à hegemonia. Não, evidente, que eles tem tudo isso, por isso não discute. É uma discussão dissimulada, é a do consenso para o consenso. Essas são duas características do uso do território, hoje, nesse mundo globalizado. O território utilizado como uma expressão banal, onde serviria qualquer conceito, e o território como uma expressão crítica, ou seja, é a questão da conquista, de se manter, existir, é a de defender o território. Vejo que esse debate está muito presente hoje nesse mundo globalizado, pelo Fundo Monetário [Internacional, o FMI], o Banco Mundial, pela FAO, a ONU [Organização das Nações Unidas], pelas empresas transnacionais, pelos governos de diferentes países.

AC: Diante disso, como você vê a questão da práxis e da utopia hoje?

BM: vejo da seguinte forma, a utopia colocada como uma condição necessária de uma coisa que não há certeza se é realizável ou não. Embora você fale: “Ela é possível”. Mas você não consegue explicar porque é possível. A Reforma Agrária é possível. Por que ela é possível? Observa a conjuntura política e fala: “Ela é possível?” A demarcação das terras indígenas é possível. Na utopia, vejo nesse sentido, há projetos, perspectivas, mas não há certeza da possibilidade. A utopia é um espaço a ser transformado em um território. Nem sempre é possível. Portanto, há possibilidades. Trabalho com o campesinato. Os camponeses são utópicos e transformadores. Transformaram-se no movimento global mais ativo. A utopia é

uma perspectiva na qual não há certeza da possibilidade. A práxis está exatamente no ato dessa incerteza te levar para frente. Você não para porque tem certeza, age porque tem incertezas. Acho que é interessante porque há duas décadas, você agia pela certeza, e, hoje, você age pela incerteza, na procura da construção de uma certeza.

AC: Bernardo, há geógrafos brasileiros que você considera relevantes ou destacaria nesse processo atual?

BM: Eu destacaria o Carlos Walter, com os camponeses amazônicos; o Marcelo Lopes de Souza, com os sem-teto; o Ariovaldo, com os camponeses do Brasil; a Arlete Moysés Rodrigues, com o movimento dos sem-teto também; o Thomaz [Antonio Thomaz Júnior], com os sindicatos de trabalhadores e agora com os movimentos camponeses; o [Manoel] Calaça que é visto pela própria via Campesina como um parceiro importante. Há um conjunto de geógrafos. Veja que estou destacando a importância dessas pessoas, exatamente por aquilo que me pesa muito, a produção de um conhecimento “voltado para a transformação da realidade”. Mas não desprezo os intelectuais e pesquisadores que não atuam com organizações. Porque aquela pergunta inicial que você fez do Milton Santos, eu distinguiria: “todo pesquisador é um intelectual, e todo intelectual é um pesquisador, mas nem todos são militantes”. Existem alguns que ficam somente na academia produzindo conhecimento e não militam em movimentos sociais, mas militam em instituições governamentais ou empresas. Quero também diferenciar essa militância, porque é fundamental eu saber para quê serve esse conhecimento geográfico. Se dou uma assessoria para a Companhia Vale do Rio Doce, é muito diferente de um geógrafo, hoje, que defende a transposição do Rio São Francisco. Isso vai modificar o território enormemente! É muito diferente um geógrafo que hoje assessora um Banco Mundial de um geógrafo que luta contra as políticas do Banco Mundial. Para prestar assessoria ou consultoria para uma empresa transnacional, do agronegócio, é preciso falar sua língua, entender sua ideologia. Assim como dar consultoria ou assessoria a um movimento socioterritorial de luta pela agroecologia; são “territórios distintos” como modelos de desenvolvimentos completamente diferentes. É muito diferente a ação de um geógrafo que apóia o *IRSA*, uma organização multilateral para fomentar a criação de infraestrutura para o desenvolvimento de políticas neoliberais na América Latina, de um geógrafo que contesta essa política de infraestrutura territorial baseado na defesa dos territórios dos povos indígenas e camponeses. Quero destacar essas pessoas porque vejo nelas um trabalho sério de ajuda ao

desenvolvimento humano, são pessoas que estão preocupadas com os sujeitos. Estão preocupadas com a existência humana.

AC: Bernardo, acho que chegamos ao fim. Se for necessário depois eu entro em contato com você para complementar alguma coisa. Quero lhe agradecer pela gentileza, generosidade também de, nessa vida atribulada, muita correria, me conceder essa entrevista. Vou procurar ser o mais fiel possível ao seu depoimento. Agradeço bastante seu tempo, sua disponibilidade.

BM: Está ótimo! Acho que nós discorremos sobre tudo que você colocou aqui.

AC: Sim. Você foi bastante objetivo.

Bibliografia de referência da entrevista:

FERNANDES, Bernardo M. Entrevista: A luta pela terra. **GeoUERJ**, Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n. 3, p. 121-131, jun. 1998.

_____. **MST – formação e territorialização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 223-231.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. São Paulo: Antônio Márcio Buainain (Editor); Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

Entrevista com a profa. Dra. María Laura Silveira

Entrevista realizada no dia 10 de Dezembro de 2008, em São Paulo, SP.

Entrevistada: María Laura Silveira (M.L.)

Entrevistadora: Ana Cristina da Silva (A.C.)

AC: Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dívida de Cézanne*: “É certo que a vida não explica a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que essa obra por fazer exigia essa vida”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual?

ML: Olha, não sei, quando a gente conta a história retrospectivamente, tende a encontrar algumas coerências, alguns fios condutores que não sei se quando vivemos existem, mas é uma interpretação que fazemos em função do todo. Nasci na região metropolitana de Buenos Aires e, quando ainda era criança, nos mudamos para o sul [da Argentina], pelo trabalho do meu pai. Tenho a impressão de que aquela emigração, que aconteceu cedo na minha vida, teve um papel importante, porque foi numa época em que os lugares não eram parecidos. É uma distância grande (1.200 km) de Buenos Aires, outra forma de organização do espaço, da sociedade, da vida, as pessoas que você deixa, a família, a escola, os amigos, e vai para outro lugar, onde tudo é novo. Quando chegamos lá, não havia ainda muitos imigrantes – depois teve uma verdadeira “avalanche” de gente –, de modo que essa sensação de que se estava num “lugar novo” foi forte. Eu era pequena, mas acho que isso teve um papel. Como todo migrante que sai de um lugar ao qual pode voltar, voltávamos muito. Quando se emigra por questões econômicas ou pessoais, pode-se retornar para o seu lugar. Quando se vive no exílio não se pode voltar.

AC: Ou pelo menos tem a esperança de poder voltar.

ML: Ou faz isso com frequência para ver a família. Acho que isso de ir e voltar, a viagem que era de carro ou de ônibus, enfim, esse movimento deve ter tido algum papel na minha cabeça, no sentido de perceber espaços diferentes, organizações, cidades, atividades produtivas diversas. A questão é que desde cedo gostei de Geografia. Creio que com o tempo fui configurando essa vocação para fazer curso de Geografia. Também não tinha um leque muito grande de cursos naquele momento na região em que morávamos.

AC: Não existiam tantas opções?

ML: Acho que era uma determinação do lugar. Não estava muito decidida a ir embora para estudar. Mas não é que estudei Geografia porque não tinha outra coisa. Estudei porque tinha gostado na escola. Num determinado momento na graduação, achei que não era bem aquilo. Tive uma sensação de que o que eu queria mesmo fazer era Filosofia. Aí é que as coisas todas voltam, já sabia do meu gosto pela Filosofia, porque estudei na escola. Mas lembro que, quando entrei no terceiro ano, na faculdade, a crise passou e comecei a gostar de novo. Tinha Geografia urbana, agrária, teoria e método. Ah, me encantei! E, desde cedo, comecei a trabalhar em pesquisa, tive bolsa de iniciação [científica], vida universitária mesmo. Como na Argentina tem cátedras e se presta concurso como monitor, auxiliar, assistente, me engajei nesse sistema. A minha inserção foi ainda como estudante. Naquele momento, no final da década de [19]80, não tínhamos quase vínculo nenhum com o Brasil, nem com a América Latina.

AC: Qual foi o motivo da migração, da região metropolitana para o sul? Qual região da Argentina?

ML: Foi aquela que estudei na tese de doutorado, o norte da Patagônia.

AC: Ah, aquela da Patagônia! Conheci o extremo sul, Ushuaia!

ML: É a mesma região da tese, só que trabalhei o norte dela.

AC: Mesmo no extremo sul da Patagônia, por exemplo, Calafate, percebo que há também diferenças.

ML: É bastante diferente, menos urbanizada, mais isolada, ainda que com atividades produtivas modernas. Nesse momento, a pós-graduação na Argentina não era tão sistemática como aqui, a oferta de cursos e disciplinas era incomparável e eu queria continuar estudando. Gostava e sempre gostei da chamada Geografia Humana. Decidi que queria fazer pós-graduação. Era muito forte a influência europeia. A Geografia era, sobretudo, a francesa. Também era forte a influência alemã, mas acho que não tive muito isso. É verdade que líamos alguns autores como Otremba, que tinha sido traduzido para o espanhol. Queria continuar

estudando e sair, ver outras coisas. O destino que quase todos imaginávamos era a Europa. Fui me preparando, pensava em ir para a França, só que nesse meio-tempo conheci as coisas que se faziam aqui e, principalmente, as coisas do Milton [Santos]. Minha orientadora, Ana María Goicoechea, conhecia o professor Milton pessoalmente. Na década de 1970, o professor uruguaio Tróccoli, vinculado à geografia crítica, foi nomeado chefe do Departamento de Geografia na *Universidad Nacional del Comahue*, na cidade de Neuquén, ainda durante o governo democrático. Ele organizou o segundo Encontro de Geógrafos Latino-Americanos – o primeiro tinha sido na cidade uruguaia de Salto –, e o professor Milton foi lá. Naquela ocasião, a minha orientadora o conheceu pessoalmente e a partir de então foi acompanhando sua obra. Mais tarde, ela participou no EGAL de Águas de São Pedro, no final da década de 1980, e voltou com uma porção de livros de geógrafos brasileiros e, entre eles, os livros do Milton. Comecei a ler, não sabia português, comecei a tentar a ler, enfim, e me apaixonei por aquilo. E disse: “é para o Brasil que eu quero ir”. O professor Milton esteve em Buenos Aires e Neuquén e perguntei, assim, na maior, [risos] como direi, ousadia, se poderia vir estudar aqui com ele. Ele me explicou como era o processo de seleção da pós-graduação e fui me preparando. Demorei uns dois anos. Prestei e vim estudar com ele. O impacto de morar aqui teve um papel fundamental na minha cabeça. Creio que hoje a minha percepção das coisas é mais brasileira do que argentina.

AC: Quando pensei em entrevistá-la, diria que é “mais brasileira do que muitos brasileiros”, um exagero, um “abuso de linguagem”, pela forma como assumiu o trabalho aqui, pela contribuição, pelo fato de pensar a cultura brasileira, o território.

ML: Cheguei ao Brasil em 1991. Trabalhava lá [na Argentina] e tive uma licença para estudar aqui. Por isso tive acesso e condição de parar para estudar e aproveitar muito mais. O departamento aqui era uma festa e fui muito bem recebida. Tive o privilégio de trabalhar com o Milton. Era estudante em tempo integral. Gostei do lugar assim que cheguei, mas nem por isso deixou de ser um impacto.

AC: Há rivalidade entre brasileiros e argentinos. Talvez não na Geografia, mas no futebol é acirrada.

ML: Temos uma série de determinações históricas em comum, mas não deixa de ser um impacto. Evidentemente, a cultura é diferente, assim como a sociedade. O contacto com o diferente faz crescer muito.

AC: Não enfrentou resistências? Porque pessoas próximas a personalidades como o professor Milton acabam, no nosso ambiente, também angariando desafetos. Como ele mesmo disse numa entrevista no livro *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, num primeiro momento, assim que retornou ao Brasil, foi até bem recebido, as ideias dele foram bem recebidas. Depois não, e aquele projeto que poderia ter seguido coletivamente ficou mais individualizado. Você não encontrou resistências pelo menos não de forma explícita?

ML: Não tenho essa impressão. Realmente fui muito bem recebida aqui. Agora, acho que aqui, como em toda parte, uma coisa é você chegar num lugar como estudante e outra é se instalar como professor. Nesse momento havia estudantes de diferentes lugares: a Perla Zusman e a Mónica Arroyo, da Argentina, a Gloria Vargas, da Colômbia, a Delfina Trinca Figuera, da Venezuela. Fomos muito bem recebidas, com muito carinho e com uma atenção muito especial, sabe?!

AC: A Rita [de Cássia Ariza da Cruz] comentou numa resenha sobre aquele livro [*Processos territoriales entre Argentina y Brasil*] organizado pela Ana Fani [Alessandri Carlos e Rodolfo Betoncello] que havia, nos anos [19]80, um intercâmbio e um convênio da USP [Universidade de São Paulo] com a Universidade de Buenos Aires [UBA]. Arrefeceu, depois, na década de [19]90, e ela agora estava comemorando o fato de que o livro era a retomada desse vínculo com a Argentina. Porque parece que havia mesmo esse intercâmbio não só de pesquisadores, mas de estudantes, conferencistas entre o Brasil e a Universidade de Buenos Aires.

ML: Na década de [19]80, é verdade. Com a UBA [Universidade de Buenos Aires]. Só com a UBA. Acho que mais os professores do que os estudantes. É verdade. Depois, só ficou em contatos informais, mas nos últimos anos houve uma vontade de retomada e um convênio.

AC: Não houve trabalhos seus anteriores que tivessem uma relevância? Antes de trabalhar com o ensino superior?

ML: Sim, mas não aqui. Na Argentina.

AC: Mas nada que pudesse dissuadi-la de optar pela carreira de professora?

ML: Ah, entendi! Não, não. Trabalhei muito pouco na escola, lecionando música, e depois trabalhei para o Ministério da Educação. Elaborávamos diagnósticos geográficos sobre algumas cidades, que seriam utilizados como subsídios na tomada de decisões sobre a escolha de determinados cursos técnicos que seriam implantados. Mas foi por meio da universidade que cheguei a esse trabalho.

AC: E da música?

ML: Da música, porque estudei piano muitos anos. Fui dar aulas de música enquanto fazia geografia, mas foi pouco tempo.

AC: Ainda cultiva?

ML: Infelizmente não. Mas pretendo retomar.

AC: Na família há alguém que tenha se interessado também por Geografia?

ML: Não.

AC: Houve alguma pessoa que pudesse ter-lhe influenciado, além dos professores?

ML: Não. Na verdade não. Meu irmão fez Geofísica, mas é uma disciplina mais distante.

AC: Qual era a profissão de seus pais quando migraram e teve alguma influência na migração de vocês?

ML: Sim. Meu pai sempre trabalhou em áreas técnicas, indústrias de papel, celulose, embalagens. Foi pelo trabalho dele que saímos de Buenos Aires.

AC: Essa fase que você fala do interesse de vir para o Brasil coincide, um pouco, com o que estávamos vivendo no Brasil, o refluxo do *boom* dos anos [19]80, da chamada geografia crítica. Não sei se na Argentina o movimento teve o mesmo impacto que teve aqui. Haja vista as rupturas que aconteceram no interior da AGB, muitos geógrafos que eram militantes de esquerda, não só nas centrais de trabalhadores, mas também vinculados a partidos políticos, muitos militavam na clandestinidade. A geografia crítica ocorreu num momento de crise. Carlos Walter [Porto Gonçalves] chegou a escrever: “A Geografia está em crise, viva a Geografia”. Não sei se na Argentina aconteceu isso também. Você chegou a perceber?

ML: Tenho a impressão de que percebi depois. Havia uma certa Geografia muito reacionária, com professores em cátedras importantes e também em alguns cargos no Estado. Mas havia alguns jovens com uma cabeça mais crítica, marxista, que tiveram alguma dificuldade em se instalar como professores. Creio que na UBA isso foi mais forte do que em outros lugares. Durante a ditadura militar não tinha concurso. A abertura democrática, em 1983, foi um processo interessante, porque se instalaram, por exemplo, “cátedras paralelas” às cadeiras oficiais. Houve uma efervescência. O diálogo com o Brasil foi, sobretudo, com a geografia crítica.

AC: Perguntei, com relação a sua vivência, porque aqui a geografia crítica também funcionou como um momento de contestação da ditadura militar. Pelo menos a impressão [de] que os geógrafos brasileiros desse período dão é a de que as lutas eram coesas. Como se a Geografia tivesse uma tarefa de, como disse Ruy Moreira, “desvendar máscaras sociais”.

ML: O que posso dizer, da minha própria vivência, é que tive uma formação clássica. Tive alguns bons professores na universidade, preocupados com o rigor. Os clássicos não estavam ausentes na graduação. Não é que não estudássemos marxismo no curso, mas estava mais presente nas demais Ciências Sociais e na militância política do que no currículo do curso de Geografia. Mas ninguém fazia discurso contra. Fiquei encantada com aquela perspectiva crítica dentro da Geografia, para mim era nova.

AC: Você não era de uma militância política, de uma vida política.

ML: Não, não. Participava como estudante na política universitária, isso era outra coisa, era aquela coisa do centro acadêmico (discussão política, mudança de currículo, xérox mais barata etc.).

AC: E esse trabalho com o professor Milton Santos: você fez o mestrado lá e depois fez o doutorado aqui ou foi direto para o doutorado?

ML: Vim para fazer o mestrado, mas fiz o doutorado direto.

AC: Com a orientação do professor Milton Santos?

ML: Foi.

AC: Por que você escolheu essa região da Argentina?

ML: Bom, o Milton costumava brincar que não tínhamos que fazer a tese sobre a “terra da tia ou da avó”, o lugar que mora, ele logo me disse isso. Mas era uma região que eu havia pesquisado quando estava na universidade, Argentina. Parece-me que não tive dúvidas sobre o tema, provavelmente tenha sido a necessidade de ter segurança empírica diante de uma mudança tão grande, de país, de vida, de perspectiva teórica, enfim. Não sei, talvez, é uma interpretação que faço hoje. Mas no início pretendia estudar circuitos regionais de acumulação. O professor Milton insistiu que eu devia ter um tema inteligente. Com um tema inteligente, ele dizia, “você ganha uma cultura geográfica e ganha perspectivas, aumenta as suas leituras, suas indagações. Não tem que pesquisar um ‘teminha’ fechado que não permite avançar teoricamente”.

AC: Fica numa pesquisa que não avança no sentido da formação intelectual.

ML: Exato. Acho também que era muito forte em mim a perspectiva dos circuitos regionais da acumulação, bem presente em várias disciplinas da graduação, assim como uma perspectiva urbana a partir de Castells. Creio que aos poucos fui mudando e tornando mais complexo o problema da pesquisa e mais atual meu enfoque, e me interessava trabalhar com a ideia de região. Havia uma coisa que me martelava na cabeça: não queria fazer um estudo clássico da região, à francesa, de vegetação, morfologia, população.

AC: Você acha que realmente não fez?

ML: Como não fazer aquela superposição? Como fazer diferente disso? Aquelas duas províncias que trabalhei não eram vistas como uma região. E, além da ideia mais tradicional de Patagônia, tinha sido criada como região de planejamento na década de 1960, a região Comahue, no centro-sul do país, incluindo o norte da Patagônia. Já era um primeiro desafio, porque a minha delimitação não era uma região conhecida como tal. Fui pensando que a região podia ser vista a partir das suas funções na divisão territorial do trabalho, atividades econômicas definidoras que chamei de problemas. O primeiro problema era a fruticultura, porque lá, historicamente, teve produção de frutas para exportação, mas não era trabalhado especificamente como um tema agrário, porque é uma região bastante urbanizada, as cidades são muito próximas umas das outras e comandando as atividades rurais do seu entorno. O segundo problema era a produção de energia hidrelétrica. Foram construídas grandes obras que deram uma projeção para a região. O terceiro problema era o turismo. Depois da tese pronta, me dei conta de que a ideia que estruturava o esquema era a de situação. Foi mais tarde que escrevi um texto sobre isso. Acho que vi aquela região como situações, embora eu falasse de problemas. Lembro que, até quando fui me preparar para a defesa, aquilo me chegou com mais força. Também devo dizer que o professor [Milton Santos] terminou a redação do livro *A natureza do espaço* entre 1995 e 1996, quando eu estava fazendo a minha tese. Nesse livro a ideia de situação foi proposta.

AC: É por isso que dá a impressão, quando você fala das modernidades, que já estava antevendo esse conceito com uma clareza maior que é o "meio técnico-científico-informacional", talvez a mudança de meios, mas não necessariamente pelo espaço como algo abstrato, mais pelo viés da região. Quando lemos sua tese pela primeira vez não temos essa ideia de que você está falando de região da forma clássica, como tradicionalmente é estudada.

ML: Quando cheguei aqui, os alunos de pós-graduação do professor Milton, que eram Manoel Lemes, Denise Elias, Cilene Gomes, Sérgio Gertel e outros, já estavam mais maduros do que eu. Eles tinham feito mestrado com ele e trabalhado diferentes regiões. Na época, a preocupação do grupo era ver as manifestações do meio técnico-científico-informacional nos lugares de interesse da pesquisa, sobretudo, no Estado de São Paulo. Acho que isso teve também um papel importante para minha formação. Demorei um tempo para me libertar da preocupação de como encarar a região, não encontrava um plano de tese, de redação final da

tese, embora eu soubesse o que não queria fazer. Quando se é jovem há aquela atitude de revolta contra o que está estabelecido, de negação. Eu sabia que não queria pôr limites, embora houvéssimos discutido bastante. Aquelas duas províncias constituíam uma realidade interessante e havia uma conveniência metodológica em função dos dados, das estatísticas e do tempo que teria para fazer. Havia alguma coisa que me incomodava e não conseguia resolver. Precisava levar em conta, ao mesmo tempo, a formação socioespacial argentina e a região. Foi difícil chegar a isso. Também não sei se ficou satisfatório, mas consegui chegar, e o que me inspirou foi a ideia do professor Milton sobre a “ordem global” e a “ordem total”, além de vários filósofos que ele próprio foi me indicando como Simondon, para discutir a técnica. Um autor muito marcante foi Bernard Kayser. Creio que consegui encontrar o fio do relato quando entendi que a totalidade que explicava não era a região, mas a formação socioespacial.

AC: Acho que é um traço interessante, porque, às vezes, quando se começa a trabalhar com o conceito de formação econômico-social, acaba-se caindo no território. As pessoas tomam mesmo esse conceito desenvolvido pelo professor Milton como sendo o território nacional. Nem todo mundo faz o caminho que você fez: trabalhar a região fazendo esse movimento com a formação, as escalas e os conceitos.

ML: A própria ontologia do lugar me ajudou, porque era uma região praticamente vazia, antes da ocupação a partir de Buenos Aires com a técnica, com a ferrovia. Evidente que havia civilizações indígenas, mas rapidamente foram expulsas e encurraladas contra a Cordilheira. Não houve grande resistência. Creio que o processo histórico particular da região me ajudou a entender essa ação simultânea, porque essa região foi o resultado claro da própria expansão de Buenos Aires para o interior.

AC: É o elemento empírico também, não é?

ML: É. Numa cultura nativa muito mais forte, talvez não tivesse sido tão visível esse diálogo entre região e formação socioespacial.

AC: Depois vem o livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* [2001]. Como foi o processo de elaboração desse livro? Porque ele teve um impacto muito grande na Geografia brasileira, não só por conta das resenhas. Dá a ideia de que faltava uma Geografia

do território brasileiro, que essa era uma tarefa da Geografia. Talvez ainda continue sendo. Parece que havia essa ideia de início, no livro. Ele foi premiado, também foi, de certa forma, criticado um pouco pelo conjunto de dados, de mapas, enfim. Existem várias leituras sobre ele. Como foi esse trabalho?

ML: Eh! Começamos a trabalhar em [19]96 com um projeto da ANPUR e depois o projeto teve financiamento da FAPESP e do CNPq. Era um longo projeto do professor Milton. Ele tinha uma pesquisa empírica enorme, de vinte anos, que aproveitamos nesse livro. Havia toda uma investigação histórica do território e, a partir 1996, eu começo a trabalhar com ele na interpretação. Organizamos um levantamento de novos dados, com uma equipe que chegou a ter vinte pessoas, bolsistas, mestrandos, doutorandos. Fizemos uma “varredura” do território. Nossa ideia era mostrar esse espaço, esse meio técnico primeiro e o meio técnico-científico-informacional depois, o território tal como usado no presente. Uma interpretação do Brasil, fazer falar a Nação pelo território, porque de certa forma foram abandonadas as interpretações nacionais. Também vale a pena lembrar que, na década de [19]90, era grande a moda da pós-modernidade.

AC: No Brasil chegou um pouco depois que na Europa.

ML: Os pequenos relatos. Acho que o próprio Milton queria mostrar uma interpretação do território brasileiro que ele havia anunciado no livro *A urbanização brasileira* e nos dois livros que fez sobre São Paulo, mas faltava ainda uma visão mais abrangente do território nacional. Mas como escrevemos na introdução, é um esforço teórico-empírico. Em nenhum momento tentamos ser exaustivos, não podíamos, não tínhamos recursos humanos, nem financeiros, nem o tempo para fazer isso. Trabalhamos com a escala do Estado, sabíamos muito bem que o sul e o norte de Minas são bastante diferentes, por exemplo, mas não podíamos trabalhar com a escala municipal. Pensamos que isso não era um impedimento para uma interpretação do país. Entendíamos também que oferecíamos uma proposta de método, uma forma de dizer que o que havia sido elaborado no livro *A natureza do espaço* pode ser operacionalizado para o território nacional. Não imaginei que iria ter essa repercussão e que tantas teses seriam feitas pegando algumas pontas do livro. No entanto, o livro é bastante empírico e, ao mesmo tempo, bastante ambicioso, porque quer explicar um país continental com dados, porque poderia ter sido uma coisa mais qualitativa. Mas, ao mesmo tempo, é uma forma de dizer: “é assim que se pode trabalhar com os dados, apontar tendências, tentando

mostrar estas filigranas do território brasileiro, essa forma que o território foi sendo usado”. E a divisão regional, proposta como um resultado dessa análise do território, foi uma das ideias mais retomadas. Não imaginávamos, até porque não consideramos que essa seja a principal contribuição do livro.

AC: Talvez também pela tradição da Geografia brasileira, desse apego à “região” da Geografia francesa clássica. Acho também que teve a questão da cartografia. Uma cartografia talvez um pouco mais rigorosa, mas já foi um avanço, porque a ideia que se tinha era de que é um traço muito nosso separar a elaboração teórica do empírico, de taxar um determinado pesquisador como teórico. Além da atualidade, os dados estavam muito presentes, havia essa questão de uma outra visão de região, de pensar que o Brasil tem uma região centro-sul, por exemplo, uma “região concentrada”, que uma outra periodização era possível, essa ideia dos meios, “meio natural”, “meio técnico” e “meio técnico-científico informacional”, que na época foi o que nos chamou bastante a atenção. Não é uma periodização baseada na economia nem na política. É uma proposta que não sei até que ponto foi explorada. A avaliação que você faz do livro é positiva?

ML: Ah, sim, completamente! Porque acho que ele teve um papel de introduzir um debate, e de mostrar a operacionalidade de uma proposta teórica. Estou cansada de ouvir falar, e você também já deve ter ouvido, que a teoria do Milton é interessante, mas não é aplicável. Penso que é uma falta de entendimento da teoria, porque essa teoria contém um método. Isso me parece que ficou claro no livro, porque, quando falamos da técnica como conteúdo constitucional e normativo do espaço, estamos fazendo uma proposta de método, isto pode ser dito, pode ser aplicado no Brasil. Essa ideia de fazer “falar a nação pelo território”.

AC: É uma frase bonita também, mas não é apenas uma frase, é uma tese!

ML: Porque é verdade. Não há uma sociedade pairando sobre um cenário, não há indicadores macroeconômicos pairando sobre o território. Na verdade, há novos conteúdos que cada período histórico vai trazendo, que se particularizam em formas e se agregam ou refazem as formas preexistentes. Não há uma sociedade nacional *per se*; ela se particulariza nos lugares. Isso me parece que é fazer “falar a nação por meio do território”, quer dizer, o Brasil é o Brasil em Goiás, em São Paulo, são “diferentes Brasis”, mas todos fazendo parte de uma formação socioespacial. Isto é interessante, porque mostra que essa economia está se

desenvolvendo, em movimento, se faz a partir de hierarquias regionais que mudam – porque um dia temos que nos convencer de que o espaço está em movimento, é movimento. O fato de ter feito uma periodização, creio que tem um valor também, um valor sintético, retoma grandes pensadores e mostra a importância que, para nós, tem a gênese do território. Não contamos uma história social, econômica, contamos uma história territorial, quer dizer, esse processo de reconstrução permanente do território. É a formação socioespacial. Se a palavra não aparece muito, a ideia permeia o livro. A ênfase no presente é a formação socioespacial hoje, enfim, o “território usado” hoje.

AC: Foi outro conceito de difícil assimilação. “Território usado” parecia uma redundância, mas talvez seja a dificuldade mesmo de fazer esse intercâmbio com tantas dimensões e tantos conceitos para poder entender o que se estava dizendo por “território usado”.

ML: Foi uma ideia que o Milton propôs em 1994 no texto *O retorno do território*.

AC: Um texto bastante emblemático nos anos [19]90. Pelo menos para mim figurou como um texto emblemático, porque é como se ele tivesse percebido, com muita clareza, que havia a necessidade de mostrar como território e espaço estão imbricados. Não resolve falar que ele devia precisar mais, demarcar mais o território do espaço, porque o movimento e o liame são tão tênues, que aparece como uma questão de menor importância.

ML: Torna-se uma discussão semântica, às vezes. Queríamos mostrar os usos do território. Estávamos trabalhando com essa ideia de “território usado”. Acho que é outra coisa que o livro também permitiu: mostrar na prática que toda teoria tem certa intercambialidade de conceitos.

AC: E ter uma perspectiva um pouco de sistema, a teoria, mesmo. Desse tempo que está aqui, trabalhando nesses projetos com o professor Milton, agora tem os seus, você acha que é possível falar de uma "Geografia brasileira"? Não numa perspectiva ufanista, mas algo que tenha uma identidade, expressividade que possa dizer que existe uma Geografia brasileira, um pensamento geográfico brasileiro?

ML: Creio que sim. Não sou especialista no assunto, história do pensamento geográfico [risos], mas acho que sim. Dizemos que há uma Geografia francesa, mas se você perguntar a

um francês ele pode dizer que não, que é algo de quem vê de fora. Mas há, aqui, um dinamismo. Há, aqui, uma produção e um consumo de Geografia que têm alguns traços em comum. Apesar de haver, e é saudável que isso exista, divergências teóricas muito fortes, mas me parece que há uma Geografia brasileira no sentido de que, de baixo para cima, há uma vontade de explicar o movimento. No Brasil, continua me impressionando o movimento. É uma sociedade em permanente movimento. Acho que isto está de uma forma mais ou menos presente em tudo que se faz aqui na Geografia. Por outro lado, que não é menos importante, há certo reconhecimento, de cima para baixo, do ponto de vista da institucionalidade, há muitos cursos de Geografia, mestrado, doutorado, bolsas, enfim. A Geografia é uma área reconhecida institucionalmente. Claro, queremos mais, sempre se sente inferior diante da Sociologia, por exemplo. Mas se você olha esse reconhecimento institucional da Geografia, no Brasil, comparado com outros países, é forte. Me parece que estamos fazendo uma verdadeira Geografia que tem a ver com a Nação. Não sei se é uma visão muito otimista, mas quando você vê, lê, escuta outras perspectivas geográficas feitas noutros países, a sensação que tenho é que não há uma implicação tão grande entre realidade nacional e produção de uma Geografia; há muito mais influência externa.

AC: Acho que há o papel do professor Milton Santos ao dar uma visibilidade muito grande à Geografia brasileira. A impressão que tenho é a de que, além do reconhecimento, é possível fazer uma Geografia não só comprometida com a nação, mas que tenha também uma dimensão universal. Há essa tentativa de pensar o Brasil, mas de pensar também a ciência, uma teoria geográfica.

ML: Há sim, estou de acordo, uma teoria geográfica. Há, no Brasil, uma vontade de teorizar em Geografia, isto é, de pensar as categorias, repensá-las, substituí-las. Não é uma Geografia cristalizada. Não é uma Geografia que tenha que obedecer a categorias instaladas. Aqui não há esse traço. Acho que também pelo fato de ser uma nação jovem, uma disciplina que é antiga, mas também é jovem, do ponto de vista de sua institucionalidade, é menos obediente às coisas instituídas. Creio que, na América Latina, é o que mais conheço, a Geografia, no Brasil, é mais teórica do que nos outros lugares. Mas há também as dimensões da Geografia, no Brasil, pelo número de centros de ensino, de professores e estudantes, que garantem uma discussão ampliada. Há um dinamismo, encontros frequentes, há a possibilidade de pôr as ideias em confrontação.

AC: Quando fala das diferenças, você vê vínculos muito fortes da Geografia brasileira com a cultura brasileira? As pessoas que veem de fora têm um tipo de percepção que é diferente do “olhar dos de dentro”. Mas quando fala que é uma sociedade em movimento, você acha que tem um vínculo forte entre a cultura brasileira e a Geografia que se faz aqui?

ML: Acho que tem. Vou pegar a ideia de cultura do Armando Corrêa da Silva, no sentido largo do termo. Porque, veja: se pensarmos os grandes temas da Geografia brasileira, eles têm esse envolvimento, essa percepção. Por exemplo, a Geografia urbana brasileira é muito forte, tem muitos trabalhos sobre metropolização e industrialização. [O Brasil é] um país que se urbanizou, se comparado com outros do próprio continente, tardiamente. As nossas cidades cresceram juntas, aceleradamente, a urbanização confundiu-se com a metropolização, muitas vezes, pela relação dos processos, e isto é muito forte na disciplina. Há uma Geografia urbana que se preocupa com moradia precária, com favelas, com centros da cidade que envelhecem rapidamente, que se renovam. Tudo isso está na discussão. Essa questão que agora retomamos, dos circuitos [inferior e superior] da economia urbana, quer dizer, uma cidade que abriga quarenta, cinquenta por cento da sua população ativa naquilo que foi chamado de “setor informal”. Mas isto é a cultura, a ideia da “cultura territorializada” de que o Milton falava. A questão agrária – as famílias que migram pelo país, porque não têm terra e se organizam em movimentos sociais – é uma preocupação central da nossa Geografia agrária. Migrações. Que outros grandes temas? Na medida em que a Geografia brasileira começa a ter uma produção mais densa, começa uma maior preocupação com a história da disciplina. Acho que isso também é cultura, agora temos alguma coisa para contar do nosso próprio pensamento geográfico, da nossa experiência. Todos esses trabalhos que estão sendo feitos sobre infraestrutura, modernização da agricultura, expansão da tecnologia, gente e coisas que vão chegando aos lugares e à vida das pessoas. É a Geografia que explica isso. Uma Geografia do presente. Talvez por isso a Geografia atual seja tão dinâmica, porque o nosso território é muito dinâmico. Um território que não é velho como o território europeu. Movimentos do território, de certa forma mais lentos, talvez não provoquem tanta mudança de teorias e categorias.

AC: E você chegou a fazer, durante este tempo que está aqui, uma distinção entre “escolas”? Não sei se você concordaria com essa distinção de que há uma “Geografia uspiana” e uma “Geografia carioca”. Falo isso pensando na institucionalização da Geografia e das influências. Não sei se você concordaria que há uma diferença e o que seria essa diferença. Algumas

peças concordam que há diferenças de formação, temas de pesquisa, na forma de abordar, no diálogo com os autores, enfim. Paulo Arantes [filósofo] chegou a falar em uma “república ultramarina francesa” na Filosofia brasileira. É um elemento que chama a atenção, porque é muito presente no meio [acadêmico] geográfico.

ML: Ouvi falar muito sobre isso, mas eu não consigo perceber claramente. Creio que tem mais a ver com a coisa cultural do que com as próprias duas instituições. O que me parece é que elas são muito parecidas, no sentido de que as duas se atribuem – ah! é uma coisa complicada – o direito de pensar o país. Uma porque foi a Universidade do Brasil e depois a importância da USP. Creio que talvez seja um problema para as duas. Tanto no Rio de Janeiro como aqui, temos que pensar o Brasil, mas todos nós temos que pensar o Brasil. Todos – cada centro de Geografia, cada programa – têm que pensar o Brasil, porque cada um tem uma interpretação do país visto do seu lugar, com todas as misturas e hibridismos desse lugar, como diz Doreen Massey. Nesse sentido, acho que as “escolas” se parecem porque as duas têm essa vontade um pouco “imperialista”. Mas me parece que os professores de lá [do Rio de Janeiro] foram para mais países diferentes.

AC: Há influências norte-americanas, europeias, mas europeias divididas entre França e Espanha, Alemanha, por exemplo. A impressão que temos é que, enquanto eles abriram, a USP ficou um pouco centrada na Geografia francesa. Fiz uma entrevista esse ano com o professor Claval. Ele disse que a Geografia brasileira tem uma independência muito grande em relação à França, mesmo do ponto de vista da chamada “Geografia cultural”. Os temas que são trabalhados aqui não são os mesmos que foram trabalhados lá. Por exemplo, a questão do feminismo, de gênero. Ele comentou sobre como foi isso na França, o movimento feminista, enfim, e falou que mesmo os estudos de gênero, que aparecem bastante na Geografia cultural, não têm o mesmo viés, o mesmo foco analítico. Diante de tudo isso, o que é a Geografia hoje? O que é geográfico?

ML: Só para fechar a questão anterior. No Rio tem a UFRJ, a UERJ, a PUC. Creio que isso é uma coisa que aqui não tem. Dialogamos dentro do Estado, mas não temos várias universidades importantes na mesma cidade. Me parece que é um dado importante, mas francamente não tenho essa percepção, talvez aí eu me mantenha estrangeira. Ah, desculpe Ana, esqueci a outra pergunta.

AC: Eu havia passado para essa questão do que você considera que é a “Geografia” e o que é “geográfico”. Porque ao longo da própria história da Geografia essas concepções têm mudado bastante. Estou pensando nisso também, porque que você tem trabalhado, não sei se minha interpretação está correta, muito no sentido de pensar uma “epistemologia existencial” para a Geografia. E ao colocar esta proposta, há também uma mudança na concepção do que é a Geografia e o geográfico, se compararmos com outras concepções. Estou querendo dizer que não dá muito para separar epistemologia da ontologia. A questão é nesse sentido.

ML: Exato. É uma ida e volta permanente, porque a ontologia, no sentido de uma ontologia particular, é também uma teoria do espaço e há a necessidade de revê-la, revisitá-la, atualizá-la. Quando pergunto o que é o espaço geográfico, pergunto também ou deveria perguntar como posso conhecê-lo. E aí me parece que existe uma pergunta anterior, que é a do objeto da disciplina. Não precisamos coincidir em que o jeito de pensar a Geografia é este, ou mesmo coincidir na categoria que nomeia nosso objeto. A definição dessa categoria vai ser diferente, mas temos que ter um objeto. A sua percepção pode ser uma, a minha outra. Mas acho que não é uma questão menor. Me parece que senão caímos numa alienação de não saber o que se faz. Como estamos trabalhando? Com a ideia que o espaço geográfico, o “território usado”, é, justamente, esse conjunto da vida já cristalizada, da materialidade, da vida social, dos objetos e das ações sobre essa materialidade. Esse é, para nós, o objeto da disciplina. Para isso, temos uma categoria sintética que podemos denominar “espaço geográfico, território usado, meio geográfico”. Isto é o que a Geografia se propõe a estudar, mas vai trabalhar isto ao longo do tempo, nas respectivas funcionalizações neste ou naquele lugar. Então, tudo isso me parece geográfico. É geográfico aquele trabalho que permite manter uma coerência com o ontológico, com a realidade que estamos vendo e com a disciplina. Porque nunca seremos absolutamente obedientes às tradições disciplinares, mas se não retomamos a questão disciplinar, minimamente as categorias, nem que seja para criticá-las, o esforço não será coerente e útil. Aí entra um pouco essa Geografia existencial, essa ideia de que o problema não é a distância, é a existência, a situação, essa vida que se dá num lugar particularizado com condições materiais, políticas, normativas. É disto que se trata. Este é o problema, o “homem em situação”. Aí entram a técnica, a norma, a política, a cultura. Isso nos leva de novo à ideia de “espaço banal”. A existência se dá com todos os aspectos do espaço e com todos os atores do espaço. Essa é a nossa visão. Mas temos que ter uma definição, mesmo que seja mutante.

AC: Estaria nesse trabalho a importância da Geografia hoje? Estou querendo perguntar o seguinte: qual é a “funcionalidade” da Geografia hoje, no mundo atual? Estou pensando nisso porque ela sempre foi vista como um saber estratégico, ou seja, a funcionalidade dela sempre esteve ligada a essa ideia de um saber estratégico, mas agora, quase terminando a primeira década do século XXI, como você está vendo isso? O que é possível vislumbrar em termos desse papel da Geografia no mundo atual?

ML: *A priori*, temos a convicção de que o que fazemos ou pretendemos fazer é absolutamente útil. A história se realiza nos lugares. A Geografia explica como o acontecer histórico tem a ver com os lugares. É uma disciplina cujos objetos se tornaram mais concretos e interdependentes hoje, mais do que nunca, porque você tem lado a lado os lugares. É um caldeirão de eventos, e a Geografia pretende poder explicar como funciona esse mundo. É, *a priori*, de enorme utilidade. Por outro lado, creio que temos um grande problema de comunicação sobre o que produzimos e, portanto, de inserir-nos em outros debates. É o encontro de uma linguagem, do vocabulário, da formulação dos problemas. Desse modo, às vezes, nos inserimos em discussões em que a formulação do problema não foi feita por nós, e o risco disso é nos tornarmos técnicos e também propor intervenções que não funcionam como sistema. Sou otimista, tenho a impressão de [que] temos uma bagagem muito maior hoje para participar do debate, mas não estamos fazendo isso. Por falta de visibilidade, por falta de uma linguagem comunicável. Não sei identificar bem, mas me parece que poderíamos estar mais presentes.

AC: Isso acontece tanto aqui no Brasil quanto na Argentina, do que você consegue acompanhar?

ML: Acho que lá é pior. Me parece que aqui a Geografia tem uma maior visibilidade. Bom, agora estou falando mais de lá como estrangeira. Sabe essa questão do geógrafo fazer parte do CREA [Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura], de participar nos debates políticos como geógrafos? Creio que lá é menos importante.

AC: Isso aqui é um problema, mas ao mesmo tempo é uma forma de inserção.

ML: É uma inserção social. A visibilidade do geógrafo que pensa a sociedade cresceu um pouco, mas é tímida ainda se comparada com o Brasil. Porque me parece que aqui, de um

modo ou de outro, somos procurados pelos jornalistas, por exemplo, para opinar sobre um problema da cidade ou do campo. Não vejo muito isso lá. Talvez, não sei, o peso das demais disciplinas sociais seja mais forte.

AC: Fiz essa pergunta, porque existe outra, que me parece estar atrelada a essa. Não sei se você concorda, mas essa questão da inserção e da ação não estaria diretamente ligada à distinção que o professor Milton fez entre o pesquisador e o intelectual?

ML: Intelectual é quem tem a força de formular uma ideia e comunicá-la de forma independente, livre. É o livre-pensamento. Acreditar na força da ideia significa dizer que já está participando, não que você tenha que partir para a ação; a ideia já é uma ação. Isso é fantástico! Agora, creio que aí há várias coisas. Uma é a forma de organização política e institucional das nossas universidades. Estão “socavando” a possibilidade de que façamos isso, porque estamos a cada dia com mais trabalho burocrático, mais formas de mensurar o que fazemos. Isto é um problema. Isto nos afasta, porque ninguém mais tem tempo de sentar para pensar, para ler um pouco mais. Estamos num ritmo de trabalho fabril. É uma forma de impedir a capacidade de contemplação. Para sermos intelectuais, temos que poder contemplar. Não há mais condições materiais para isso. Uma, pela própria universidade; outra, pela própria vida, pelo apelo ao consumo, por termos que correr atrás para complementar o orçamento. Há uma perversidade sistêmica que nos afasta dessa forma mais livre de pensar. Pesquisa todos fazemos, até porque somos cobrados. E aí o pesquisador, me parece, passa a ser mais cobrado, de que o que ele formula tenha uma aplicação imediata. Quando você diz o problema é “este”, alguém pode ler a solução a partir do que você formula, e isso é bom, mas parece que se você diz o problema é “este” ficou na metade do caminho, porque era obrigado a propor alguma coisa. Creio também, Ana, que dentro da universidade há uma divisão do trabalho.

AC: Uma privatização por dentro também, com relação às verbas, às dificuldades para montar os grupos de pesquisa, tocar a pesquisa para diante, os laboratórios, os equipamentos, enfim.

ML: Produtos, publicações. A sensação que tenho é que, nós e os nossos alunos, a cada dia temos menos capacidade para inventar. Porque se você precisa ter o artigo aprovado na revista, não pode sair falando muita coisa nova, tem que falar aquilo que já está sendo aceito pela comunidade. São formas sub-reptícias, que vão nos tirando a possibilidade de sermos

intelectuais. Por outro lado, não sei, há uma geração que se pode dizer que são intelectuais, mas da qual ainda não pertencemos. Quero ser intelectual, mas não sou intelectual, sou uma professora, talvez um dia chegue, não sei se chegarei. Acho que intelectual é um Manuel Correia de Andrade, não é isso?! Um Milton Santos.

AC: Nós os olhamos com certa veneração, admiração e veneração.

ML: Agora, creio que estamos a caminho. Estamos fazendo a nossa parte. Me parece também que vivemos numa época em que eles não viveram, com muita mais aceleração.

AC: É, a nossa época. Falei isso também pensando, considerando a vivência do professor Milton Santos na França. Ele declarou que admirava muito Sartre. E Sartre era esse “intelectual engajado”. Essa questão do intelectual e do pesquisador tem a ver também com o que se pensa hoje com relação à práxis e à utopia. Não sei como que você tem visto essa questão, independente da militância, de partido político. Como você tem pensado essa questão hoje?

ML: Utopia. Se pensarmos utopia como projeto, não como uma idealização, ela é uma sucessão de práxis. Nessa sucessão, a práxis não pode ser feita na completa alienação. Há uma ação contingente e uma ação possível. Você exercita uma série de atos, ações contingentes, porque tem de sobreviver, manter um emprego como qualquer outro trabalhador. Mas você não pode se permitir a alienação. Você pode sonhar com outra realidade e tentar, a cada dia, trabalhar para isso, seja na militância política partidária, seja no seu trabalho na Universidade, ou nas duas coisas. O que não pode é eludir sua responsabilidade de interpretação das coisas que estão acontecendo. Tenho a impressão de que, nesse sistema em que estamos, é difícil a possibilidade de uma práxis mais revolucionária, mais próxima da utopia, mas pelo menos continuamos tendo condições de liberdade para trabalhar com os jovens, o que acho fantástico. Por outro lado, há uma coisa muito interessante, que é uma tendência mundial, mas que no Brasil ganha uma proporção forte: são as coletâneas. O que nos sistemas de avaliação cada dia vale menos. Mas, quando convidada por um colega para escrever um capítulo de livro, tenho absoluta liberdade para dizer o que penso. Agora, quando você manda um artigo para uma revista, talvez aqui no Brasil nem tanto, mas quando manda para o exterior, você tem menos liberdade teórica. Isso é interessante. Também é necessário retomar o livro de um único autor. O livro permite elaborar o pensamento mais longamente. São formas de práxis

que não são alienadas. Podem parecer muito tímidas, mas postas no contexto do período em que estamos são transformadoras.

AC: Como você tem visto a atuação dos geógrafos no Brasil?

ML: Vejo com alegria, porque são frentes que não podem ser ignoradas, com diferentes perspectivas teóricas. Mas temos uma interpretação geográfica da sociedade e isso é um insumo rico para uma discussão de problemas no campo, na cidade, o reflorestamento, os problemas indígenas. É fundamental. E aí voltamos à ideia anterior. Há uma divisão do trabalho que se faz por escolhas, por vocação e oportunidades na vida. O que me parece, vale a pena frisar, é o fato de que temos de ter uma noção do objeto da disciplina, da dimensão da disciplina, porque de outro modo não damos uma contribuição aos relatos que estão sendo feitos.

AC: Estava pensando na conferência de encerramento da Semana de Geografia, em 2006, na UNESP, em Presidente Prudente. Uma das ideias que me chamaram a atenção em sua fala foi a questão da pulverização de “Geografias”. Lembra muito a expressão daquele historiador francês, o [François] Dosse. Esse preâmbulo é para retomar essa ideia da “epistemologia existencial” e o conceito de “situação” que você propõe e tem desenvolvido. Você avalia que esse é um dos conceitos que merece uma atenção maior?

ML: O de situação. Acho que não havia essa pretensão.

AC: Acho que na tese de doutorado ainda estava muito embrionário, agora já são praticamente quase dez anos, mais de dez anos.

ML: Bom, isso foi no artigo na *Revista Território*, onde falei de situação.

AC: Particularmente gostei mais do artigo da [Revista] *GEOUSP*, porque há todo um diálogo com os geógrafos franceses, e me pareceu que ali, na medida em que vai descrevendo, são várias paráfrases do trabalho de vários geógrafos, e você demarca a especificidade de sua concepção diferença. Agora não se trata mais de desenvolver um conceito que foi inicialmente proposto pelo professor Milton Santos. Nesse texto parece que há um caminho próprio seu, mesmo sem a pretensão de chegar a uma teoria formulada, pronta, fechada. É

uma percepção minha, queria compartilhar no sentido de você poder se posicionar. Penso que, em termos de possibilidades da Geografia brasileira, é uma das possibilidades de trabalho que se abre.

ML: Olha Ana, não sei. Foi pela ideia de situação que cheguei a essa crítica a qual faço à ideia de “escala geográfica”, como sinônimo de escala cartográfica. Tenho a impressão, até porque vi trabalhos que aplicaram isso, que há alguma utilidade, no sentido de encontrar uma epistemologia que supõe a existência do espaço como “híbrido de existências prévias”, essa particularização, essa junção entre o objeto e o evento. Creio que é mais fértil olhar assim do que pensar na distância, as escalas, para abordar uma pesquisa. Como vou enfrentar a chamada realidade, metodologicamente, com que instrumentos? E aí me parece que a situação é interessante, porque não me obriga a limites fixos e me permite trabalhar com uma ontologia, a “situação histórica”, que não para de se transformar. Mas essa ideia também me permite uma atribuição, como pesquisador – a seleção das variáveis a considerar com mais força explicativa. Utilizo um conceito para decidir o que tomo da situação empírica. Não digo que a situação seja meia dúzia de variáveis, mas como pesquisador vou pôr os holofotes nessas variáveis. E as outras vou tratá-las como nexos ou como outros elementos explicativos, mas não com a mesma hierarquia. Penso que essa ideia me permite, trabalhando com esta teoria à luz de um fenômeno particular, estabelecer os limites provisórios e a escolha das variáveis. Uma forma mais modesta de ver a realidade e de poder entrar nela, de poder atingir a chamada realidade. Nos últimos anos venho trabalhando, de um lado, essas ideias de método e, de outro, os dois circuitos da economia urbana, que é a minha pesquisa “empírica”. Algumas coisas estão aparecendo, porque estamos evidentemente inspirados na teoria do Milton, no livro *O espaço dividido*, mas a globalização não existe hoje como naquela época. Estamos trabalhando. Há teses e dissertações concluídas e em andamento de orientandos meus e me parece que estamos avançando. Vendo como são as existências nos lugares, as situações, alguns elementos empíricos que mostram o brutal grau de interferência, hoje, do circuito superior sobre o inferior, que não existiam na década de 1970, essa aceleração do sistema financeiro e da informação, as formas em que o comércio do circuito superior domina o circuito inferior. Há um afastamento entre os dois, uma brecha que, todavia, não os separa, porque a interdependência é maior do que nunca, mas há uma distância maior entre um e outro. Por quê? Porque a economia superior se acelera, cada vez tem mais recursos próprios ou do Estado para fazer tudo o que faz. Ela comanda as variáveis determinantes da época, e o circuito inferior resulta dessa dominação ao mesmo tempo em que o Estado o abandona.

Dessa forma, os graus de carência e de escassez, que criam situações existenciais diferenciadas e complexas, são mais acirrados hoje, me parece.

AC: Pergunto por dois motivos: um, porque ao falar dessa situação, possibilita ao pesquisador esse recorte, e outro porque retoma a importância do sujeito. Com relação à questão da globalização, que traz esse conjunto de problemas, não só com relação à economia, mas com relação à crise ambiental, que põe de forma mais contundente nossa relação com a natureza. Coloca também nossa relação com a democracia e o território. Como você tem visto a globalização nesses desdobramentos? Findando essa primeira década do século XXI, o tempo está muito acelerado, como pensar uma “situação geográfica” num mundo desses, com pelo menos esses três problemas: a crise ambiental, o território e a questão da democracia?

ML: Democracia e território, preciso trabalhar mais.

AC: Nessa ideia do “território usado”, há umas filigranas que amarram as coisas.

ML: Voltando um pouco a essa ideia magistral do Milton sobre a técnica, cujo papel explicativo é fundamental. Não apenas os objetos, sobretudo, a forma de fazer. A globalização representa um estágio superior da história da humanidade no sentido da quantidade de objetos que nos cercam para funções diferentes – uma proliferação técnica – e que leva consigo uma diminuição brutal da espontaneidade – todas as coisas têm um procedimento a ser cumprido. A chamada questão ambiental advém de um uso equivocado ou inapropriado da técnica. Dessa forma, a globalização é um processo que cada vez mais nos permite ver o território geográfico como um híbrido, uma mediação, porque a crise ambiental é o resultado de um território usado com técnicas que permitem alcançar produtividades e velocidades desnecessárias para a maior parte da sociedade. Muitos objetos técnicos atuais são absolutamente performáticos para determinados atores e provocam desastres para a maioria. A crise vem porque vivemos numa totalidade. Chega uma hora em que as técnicas que dominam vão ter resultados desfavoráveis. Por isso eu frisaria a ideia da técnica como objeto e uso. O problema geralmente não é objeto, mas seu uso e sua escala. Nesse novo mapa político da América Latina, que é interessante e nos dá alguma esperança, mesmo alguns governos progressistas estão investindo maciçamente em grandes sistemas técnicos e, como geógrafa, não vejo isso como um dado menor ou como algo inexorável. Podemos discutir transformações políticas, novos atores, mas a técnica hoje é um dado central da vida, e se não

repensarmos isso juntos, de uma forma que alcance positivamente a maioria da sociedade, não vai resultar um projeto político interessante. Essa é a nossa perspectiva. Vemos a técnica e a política juntas. Sobre a democracia, podemos dizer: “bom, avançamos em alguns pontos porque votamos mais, há mais instâncias de escolha das coisas, há novos atores e ideias políticas, mas, de outro lado, recuamos em outros pontos”. Estamos sendo vigiados 24 sobre 24 [horas], isto é um dado técnico, sensores, câmeras, que usados como estão sendo usados é um dado totalitário. Somos registrados. Os bancos sabem tudo sobre nós, somos contabilizados e rastreados pelas nossas operações comerciais e pelos nossos fluxos. É um sistema de vigilância que naturalizamos. Já se acostumou. Parece normal que a empresa diga o que consumir, que o funcionário solicite seus dados pessoais. É um dado possível da época, porque temos essa base técnica. A autonomia da finança com relação ao resto das instâncias da sociedade também me parece que atenta contra a democracia. Tudo se justifica para que a situação financeira “dê certo”. A democracia também se subordina. O território usado é o retrato mais evidente. Ele congrega tudo isso – a vigilância, a falta de cidadania – e mostra como a vida nos diferentes lugares tem um peso maior, isto ou aquilo, enfim, mostra também como naturalizamos o fato de que a vida possa se desenvolver sem liberdade. Quando a finança e a ideologia do crescimento imperam, um país não alcança o verdadeiro desenvolvimento econômico, porque há lugares e grupos sociais que são abandonados. Não chegamos lá porque existe um sistemismo de violências, todas essas mazelas do período atual. Parece que, por isso, temos um discurso que poderia ser útil, no melhor sentido, útil à sociedade, e precisamos aprimorar a análise, o discurso, a comunicação. Enfim, creio que temos muito a dizer sobre o que está acontecendo.

AC: Eu acho que sim. Precisávamos de mais diálogo.

ML: Mas creio que a disciplina tem alguma coisa a dizer. O território, como é usado, é uma síntese de todas as instâncias. É ali que a vida acontece.

AC: Maria, falamos muito da interlocução, da visibilidade, do nosso sentimento também de inferioridade. Há alguns ou um grupo de geógrafos brasileiros que você considere expressivos atualmente? Quando digo “expressivos”, não são os mais importantes, digo expressivos em termos de interlocução, desse projeto de trabalho. Aqueles que você considera que tenham interlocução perseguem também um projeto nessa direção de formular uma Geografia mais comprometida, renovada?

ML: É difícil, porque sempre se esquece de alguém que, depois, é imperdoável que se tenha esquecido.

AC: Temos que contar com a condescendência dos esquecidos, porque sempre há.

ML: Vou nomear apenas alguns: Lia Osório Machado, que tem uma perspectiva muito rica sobre o país como um todo; Roberto Lobato Corrêa, Maurício de Abreu, Maria Célia Nunes Coelho. Evidentemente, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Rogério Haesbaert, Márcio Piñon e sua discussão sobre cidadania. Aqui, no Estado de São Paulo, temos um diálogo com Maria Encarnação Beltrão Sposito, agora, sobretudo, com a discussão sobre as cidades médias; com Raul Borges Guimarães, que trabalha com o “território usado” e a saúde. Em Campinas, com Ricardo Castillo, Adriana Bernardes e Márcio Cataia. Aqui, em casa, tenho um diálogo privilegiado com a Mônica Arroyo, o Fabio Betioli Contel, que foi meu orientando, e com as minhas professoras e colegas Maria Adélia de Souza e Rosa Ester Rossini. Em Florianópolis, o excelente trabalho de Leila Dias, sobre finanças e território, tem sido muito inspirador.

AC: Muita gente “esparramada”?

ML: Muita mesmo. Fortaleza é um centro importante, dialogamos com vários colegas. Em Belém, quem tem um trabalho muito rico é Saint Clair sobre as cidades.

AC: Ah, sim, eu o conheci.

ML: No Recife, Alcindo José de Sá, que tinha feito aqui um trabalho muito interessante sobre modernização agrícola e agora trabalha com o sistema carcerário. Aldo Dantas, em Natal, também tem uma preocupação com saúde. Em Brasília, a já clássica, porém sempre crítica, contribuição de Aldo Paviani. Mas também o trabalho de Marília Steinberg. Em Goiânia, tive um diálogo mais próximo com João de Deus e Eguimar Chaveiro, meus colegas aqui.

AC: O João agora está na administração universitária e orientando. Ele é diretor do Instituto [Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia].

ML: E o Eguimar é um poeta.

AC: O Eguimar está orientando, publicando.

ML: Há muitos geógrafos no Brasil que escolheram problemas relevantes, formularam perguntas pertinentes e relevantes sobre os problemas contemporâneos. Isso é ser crítico. Não é produzir coisas que já foram feitas, mas produzir coisas novas. Enfim, acho que se trata de Geografias no plural, mais do que nunca.

AC: E bastante provocadoras, em alguns aspectos. Na medida em que colocam questões, temáticas para as quais não havíamos atentado, mas nos chamam a atenção.

ML: É isso que define o que é ser crítico. Ver as especificidades do período e como ele é tratado. Creio que com a preocupação de manter a coerência das teorias.

Bibliografia de referência da entrevista:

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região**. Fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999a.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999b.

SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. E SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Maria L. Por uma teoria do espaço latino-americano. In: LEMOS, A. I.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. M. (Orgs.) **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006a. p. 85-100.

SILVEIRA, Maria L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006b.

_____. A geografia e suas mutações: marcos e trajetórias. In: VII Semana de Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia. UNESP/FCT, 14 a 18 de agosto de 2006c, Presidente Prudente. 1 CD Room, p. 1-16.

Entrevista com a profa. Dra. María Mônica Arroyo

Entrevista realizada no dia 11 de Dezembro de 2008, em São Paulo, SP.

Entrevistada: María Mônica Arroyo (M.A.)

Entrevistadora: Ana Cristina da Silva (A.C.)

AC: Professora Mônica, fiz um primeiro levantamento das pessoas, no Brasil, que pesquisam ou estudam território como objeto de análise geográfica. Cheguei ao seu trabalho porque é conhecida, na Geografia brasileira, mas também por conta de sua tese de doutorado. Na entrevista, procuro fazer questões também sobre a trajetória de vida do entrevistado. Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dúvida de Cézanne*: “É certo que a vida não explica a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que essa obra por fazer exigia essa vida”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual?

MA: Olha, há uma convergência entre a minha vida e a opção pela Geografia, em que sentido? Desde a adolescência, fiquei muito preocupada com o mundo, em saber o que acontece no mundo e acompanhar o que acontece. Lia bastante jornal, estava sempre próxima dos adultos que conversavam, com meus cunhados que estavam discutindo o que estava acontecendo na América Latina. Adolescente, queria ouvir, porque sempre me interessou não sei por que, mas fui bastante ligada em saber o que acontece no mundo, no país, na América Latina. É uma característica minha, que vem comigo, desde o secundário, essa coisa de estar ouvindo. Fui também de alguma forma, acho que as conjecturas históricas ajudam os adolescentes a criar esse interesse, e me sentia privilegiada por uma conjuntura que a Argentina passava, de transformação política. Naquele momento, nos anos [19]70, foram muitas [as] transformações políticas na Argentina, na América Latina também. A Argentina, em particular, desde 1990, a volta do Perón, o que significou isso para o movimento da juventude. A juventude começava, a de esquerda, peronista, a discutir o socialismo nacional. Tudo isso eu olhava de fora, mas ouvindo as conversas e me parecia sempre muito interessante. Os jovens, naquele momento, estavam desestimulados, essa era a discussão, esse era o debate, era o nosso interesse, porque olhávamos os adultos que estavam muito comprometidos com esta preocupação e lógico, desde a adolescência, fui sentindo. Foi esta preocupação, era muito genuína, estava na moda. [risos]. Por isso digo que eu tive um contexto histórico, [e uma] conjuntura histórica que me ajudaram a ter esta sensibilidade. Isto é muito interessante. Reforça o papel que temos como professores, como pessoas interessadas

pela realidade e atuantes. O papel pedagógico que a gente, sem saber, não fora, além da sala de aula, esse papel que temos. Porque você cria condições para que outros também se sensibilizem. E este sentimento esteve forte nesse sentido, de verdadeira dor, a dor de uma conjuntura econômica e política, sobretudo, muito interessante. Quando adolescente, lembro de se falar em Velasco Alvarado e a reforma agrária, que é isso? Eu queria entender, não entendia muito, como inquietação, uma situação de uma preadolescência, enfim, são coisas que você começa a se preocupar, interessar, então, isso te acompanha. O que aconteceu quando fui escolher o curso universitário, conversava muito com meu cunhado, minha irmã, e, então, bom, perguntavam “mas você gosta de quê associado ao mundo”? Mas não é Relações Públicas, Sociologia? Ah, aquelas conversas todas, informais. Quando fiz a inscrição em Buenos Aires, época de regime militar, por serem cursos subversivos, Sociologia, Psicologia, Antropologia, a ditadura militar que se iniciava encerrou esses cursos, então, foi preciso escolher outro curso. Entre Sociologia ou outra, eu queria ficar em Letras porque essa disciplina era que eu queria, e quero ficar nesta faculdade. Então, o que é que tem? Geografia. E seguindo esse pensamento muito simples, queria entrar nesse mundo universitário, e conversando com colegas, mesmo antes não tinha muita ideia de nada, feito a formação que tinha da escola secundária. E assim foi que a Geografia entrou em minha vida, com esse pensamento, essa vontade, porque a Geografia foi fornecendo isso para mim e, embora, estudássemos numa Buenos Aires ainda muito, num período de repressão militar, condicionado pela conjuntura porque havia muita repressão, havia muita censura. Mas havia professores de Geografia que pertenciam à Geografia tradicional, com eles aprendemos muito dos clássicos. Havia outra parte de professores que eram mais de uma Geografia conservadora. Por um lado, os professores tradicionais, que ensinavam os clássicos; os conservadores, que a gente não queria saber nada com eles. Fiz minha carreira assim. Era um momento em que se estava vivendo o que seria o pensamento crítico, mas fora da universidade, não na universidade. Porque havia muita censura, muita repressão. Na Geografia e nas Ciências Sociais não sabíamos muito disto, mas o contato com os colegas, queríamos ler outras coisas, e assim foi como conheci as leituras, como as que estavam aparecendo: Castells, Coraggio, mas tudo por fora, não eram coisas que líamos. Bem, depois eu vim a ler de forma mais sistemática estes autores. Enfim, acho que a gente se faz com as conjunturas, as conjunturas políticas, econômicas, sociais, porque, bom, se nós somos seres das circunstâncias, como diz Ortega Y Gasset, realmente as circunstâncias são fundamentais. E me senti muito privilegiada, porque vivi um pouquinho dos anos [19] 70, e essa vontade de se unir afinal pela juventude, aquela juventude que se lançou na América Latina, que queria

transformar o mundo e olhava pela janela, sentia que isso me interessava. Quando havia a possibilidade, muitos já estavam mortos, muitos foram assassinados, todos aqueles jovens que brigaram pela transformação. Eu estava começando com aquela forte sensibilidade permitida por essa conjuntura e depois viemos trabalhando com o que foi o processo militar para criar maior resistência, cada um à sua forma, à sua maneira. Mas, essas conjunturas históricas permitiram que eu crescesse no pensamento crítico e na sensibilidade social. Não é apenas um curso, uma leitura, por isso digo que nós temos grande responsabilidade quando ajudamos a criar a história, a encontrar um caminho.

AC: A encontrar um caminho.

MA: É um ambiente, vamos encontrando isso conforme as circunstâncias. Sem dúvida, nesse sentido, tivemos essa sorte de participar, de sentir um pouco [19] 70 e, depois, de trabalhar durante a ditadura para transformar isso que nós não queríamos tanto em nosso país. Nesse sentido, são as conjunturas históricas que vão se fortalecendo do ponto de vista de transformação, eu tive esse privilégio e muitos colegas, companheiros.

AC: Quando a senhora fala desse diálogo, em sua família também havia essa inquietação, essa leitura do que era esse período em termos de repressão política também?

MA: Muito! Porque como todas as famílias argentinas havia muita politização, debate, nas conversas, enfim. Na minha casa havia meu pai, um velho conservador do início do século, enfim, e seus filhos todos, somos quatro irmãs e, como repetia meu cunhado, eu era bem a caçula. Eu sempre estava ouvindo as conversas e havia muito debate na minha família também, político, mais de esquerda, mais progressista e estava naquele mais conservador. Havia os dois pensamentos, sempre muita discussão. Houve momentos, às vezes, na Argentina, que essas discussões eram muito radicais, então, pensávamos, não tínhamos de conversar mais, aquela coisa da ruptura do diálogo, não aconteceu na minha família. Mas houve muitas famílias que se quebraram por isso. Mas esses debates, essas conversas a mim me ajudaram muito, diríamos, na minha família se conversava bastante. Minhas irmãs, bem mais velhas que eu, mas sempre muito comprometidas, sempre participando de uma atividade política, não exatamente partidária. Mas havia muito essas pressões de movimento, de grupos nos quais elas participavam, estava num ambiente que sempre foi muito sensível a isto, mas não foi só na minha família, mas grande parte da Argentina dos anos [19] 70.

AC: Basicamente em Buenos Aires. Essa vivência era mais intensa em Buenos Aires?

MA: Sim. Isso nas grandes capitais como um todo: Córdoba, Mendonça. Cidades como Rosário, Santa Fé, La Plata, todas as grandes cidades acompanhavam, era um processo bastante amplo. Onde havia população universitária, jovens, e também o movimento sindical. Porque na Argentina houve muita politização por parte dos estudantes secundários e universitários, mas também por parte dos sindicatos que era o movimento operário do início do século. Essa história vem sendo, diríamos, não só dentro da minha família, uma coisa muito, aquela divisão peronista, dos anos [19] 50, início do século, conservadores e muito parecida, conservadores e liberais. Depois veio o peronismo e o antiperonismo. Em tudo isto havia uma discussão permanente do que é politizado.

AC: Uma vivência da situação política de forma muito intensa, de exigência de posicionamento. E a senhora chegou a se engajar em algum movimento como militante?

MA: Não. Assim, militante, mas nada participante em nível político, diríamos, em movimentos formais, movimentos sociais, mas quando comecei a participar era durante a ditadura militar. Durante a ditadura tudo isso se cortou, eu participava de movimentos juvenis, assim, tínhamos algum trabalho social, bastante trabalho social com carentes de periferia. Tínhamos movimento social junto com alguns colegas vinculados à Igreja, aquela mais progressista. Trabalhei bastante neste sentido.

AC: Isto já nos anos [19] 80?

MA: Sim nos anos [19] 80.

AC: É quando certo humanismo, um “marxismo cristão” chega à América Latina e acho que a teologia da libertação.

MA: Nos anos [19] 70, a teologia da libertação criou um movimento social bastante crítico e progressista, fui participando dele no fim dos anos [19] 70 e início dos [19] 80. Foi um processo militar, já nos anos [19] 80 veio a transição democrática, tudo muito parecido. Não são idênticos os anos, mas muito parecidos os processos. Eu participava e estava na universidade participando também na criação do que, praticamente não tínhamos sindicato de

professores, seria hoje o sindicato de professores. Eu, junto com outros, vamos criar, havia que construir essa instituição voltada à democracia; constituído pela Junta Departamental que seria o Conselho de Departamento, construir o “conselho diretivo”, esse tipo de participação que estava vedado durante a ditadura. Tudo isso a gente construiu. Trabalhei bastante já nos anos [19] 80, na segunda metade dos anos [19] 80, quando a democracia se instala de novo e se reinstala aos poucos, aí participei bastante dentro da universidade. Estava trabalhando como recém graduada. Porque lá em Buenos Aires você havia o que seria a cátedra, o titular, os associados adjuntos e tem um grupo que se chama de “práticos” e “ajudantes”, de “primeira” e de “segunda”, como se fossem monitores, isso compunha a cátedra. Muito cedo comecei a participar como “ajudante de segunda”, “de primeira” ordem. Fiz uma carreira, participei como estudante de graduação, comecei como monitora, depois passei a “estudante de segunda”, de “primeira”, me engajei muito no que era a universidade.

AC: Deve ser mais ou menos parecido, nós temos uma nomenclatura, mas não temos mais a situação de fato, que é o auxiliar, o assistente, porque essas denominações são pensadas muito nesse sentido do sistema de cátedra, apesar de no Brasil nós não termos mais essa organização. Como foi sua vinda para o Brasil?

MA: Sim. Eu estava muito envolvida dentro do Departamento de Geografia. Junto com vários colegas, vivemos essa transição da saída da república para chegar à democracia e dentro da universidade. Começou a voltar as eleições para reitor, diretor, tudo isso eu vivi, esse processo, como recém formada e começando a me inserir como docente, com outros colegas dessa geração, ajudamos a construir a “junta departamental” que seria equivalente ao conselho da faculdade.

AC: Equivale ao nosso também, acho que é o Conselho Universitário.

MA: Exatamente. Então, me envolvi muito na reconstituição, junto com outros colegas, nesse tipo de instituições, dentro da universidade. Dentro da Faculdade de Letras, na Faculdade de Buenos Aires, dentro do Departamento de Geografia. Éramos um grupo de professores, os que estavam recém concursados e nós, que estávamos começando como auxiliares, a reconstruir isso. Eu me formei muito cedo e trabalhei bastante nisso. Além disso, criamos por fora o “Colégio de Geógrafos” porque havia uma sociedade muito tradicional que era a “Sociedade de Geografia” e era uma coisa muito antiga que estava fundamentalmente tomada

pela “geografia conservadora”. Nós queríamos formar uma coisa diferente e aí criamos o “Colégio de Graduados” e para quê? Para convocar os geógrafos de todo o país que estavam em uma profissão ou outra, não importa, e que estavam exercendo a profissão, que não se sentiam representados pela “Sociedade Geográfica Argentina”. Também criamos o “Colégio de Graduados”, mas isso foi outro trabalho. Por quê? Porque havia no momento, era um momento interessante também não só para a Geografia, mas para a Sociologia, a Antropologia, a Educação, a História, cada uma delas estava formando alguma coisa equivalente, porque acontecia a mesma coisa, não se sentiam representados pelas antigas instituições. Nós, da Geografia, queríamos poder dialogar com os outros colegas das Ciências Sociais, então, formamos o “Colégio dos Geógrafos”. Desde arrumar malas diretas, criar, chamar para conferências, palestras, ciclos de cursos, seminários, foi uma atividade muito intensa que vivemos na segunda metade dos anos [19] 80. Minha participação foi isto, muito forte. No curso de Geografia, discutia currículo, concepção pedagógica, enfim, foram anos muito intensos, estava muito envolvida. Eu dava aulas, fazia política na faculdade, política acadêmica, participava intensamente. Isto significava que eu, em algum momento, comecei a estudar, fazer uma “maestria” e pouco podia além das disciplinas. Além de fazer as disciplinas, que são muito interessantes, muito boas, pouco tempo eu tinha para dispor e fazer uma pesquisa, fazer a dissertação. Eu estava muito envolvida na universidade, quanto a isto que te digo; esta militância com o trabalho que toma muito tempo, absorve muito. Eu, dentro do departamento, era secretária acadêmica, com vários envolvimento na universidade. Eu via que era difícil concluir essa *maestria*, esse mestrado, que havia começado. Pensei, ah, queria muito sair e fazer um doutorado, porque imaginava que as condições seriam outras, para poder concluir e estudar mesmo tinha que sair. Então pensei na América Latina, queria Brasil ou México, são os dois países que pensei. Aí fiquei sabendo que havia, aqui no Brasil, em São Paulo, um mestrado sobre a integração da América Latina e o meu grande foco era a América Latina, imaginei que podia ser. Tentei e consegui uma bolsa pra vir. Havia um convênio o CONICET [Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas], na época, que dava a passagem e o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] a bolsa [de estudos]. Por esse convênio, eu vim porque tinha uma bolsa do CONICET de lá [da Argentina]. Estava nesse sistema do CONICET e foi bastante fácil de ganhar esta bolsa porque já estava com uma vida acadêmica intensa lá também. Vim para fazer mestrado e me perguntavam por que o Brasil? Ah, é claro, porque quem saía, na época, não era muito comum sair no início de [19] 90, isso foi [19] 91, não era tão comum sair. Os outros iam para a Europa ou para os Estados Unidos. Por que Brasil? Por que não Brasil? Por que Estados

Unidos? Por que Europa? E acho que chamava muito atenção. Como não escolher um país central? Obviamente, aparentemente, há sempre mais prestígio do ponto de vista intelectual e profissional. Não, quero ficar na América Latina, porque não o Brasil?! Era a minha resposta. E assim foi que eu vim fazer o mestrado aqui na USP, no estado de São Paulo, um Programa que se inaugurava [19] 91, [19] 90, [19] 89, “Programa de Integração da América Latina” [PROLAM]. É um Programa interdisciplinar aqui na USP, vim para fazer esse mestrado.

AC: Ele foi extinto?

MA: Não. Ele continua ainda. No início, foi um Programa que tinha muito vigor e muita perspectiva, aparentemente, porque era um chamado de novo desse movimento de voltar a pensar a América Latina. Teve diferentes disciplinas, havia geógrafos, historiadores, sociólogos e estudantes de direito, é um Programa que existe ainda, só que como todo programa interunidades tem problemas, é uma pena. Porque são professores de outros departamentos, de outras unidades, aí os professores ficam muito divididos.

AC: Nós temos um doutorado assim em Goiânia, na UFG, em Ciências Ambientais, que também funciona dessa forma.

MA: Isso, como aqui. Aqui também tem um programa em Ciências Ambientais, o PROCAM, que é interdisciplinar, tem grandes problemas, mas são muito interessantes. Mas os professores são emprestados de diferentes departamentos aí vem o grande problema para quem se dedica à produção, para quem efetivamente dedica o seu tempo.

AC: Escapa à lógica da organização do trabalho, da divisão do trabalho, das áreas, de algumas que são mais privilegiadas, outras não.

MA: Tive a sorte de fazer o mestrado em um Programa, no início dos anos [19]90, quando esse Programa estava começando, fazia pouco tempo que havia sido inaugurado, estava com muito vigor. Tive, pelo lado dos professores, muitos colegas que eram da América Latina, brasileiros, chilenos, peruanos, mexicanos, equatorianos, porto-riquenhos, enfim. Vinham de diferentes escolas do conhecimento, eram colegas da área cultural, da Antropologia, Sociologia, do Direito. Foi uma experiência muito rica pra mim, porque o mestrado foi uma das outras coisas que fiz primeiro, quando cheguei! Aí senti, assim, uma sensação forte. Foi

muito interessante pra mim. Uma sensação de profunda liberdade, mas não porque não tinha na Argentina, imagina, a qualquer um compromisso que a gente tinha na universidade, pela participação intensa, por tudo que estava fazendo. Aqui senti o anonimato, dá uma liberdade enorme, do ponto de vista: “bom, vou só estudar”. O que aconteceu no mestrado, no PROLAM, foi muito interessante porque se consolidou um grupo de colegas muito interessante; ficamos estudando todas as disciplinas e também começamos a fazer seminários da conjuntura latino-americana como uma iniciativa dos estudantes. Formamos, pela USP, “Conselhos de Estudantes da América Latina” e criamos uma prática coletiva de reuniões, seminários, entrevistas, mesas redondas, festas latino-americanas. Foi muito interessante esse mestrado porque havia uma conjuntura, me parece, interessante porque criamos de alguma forma uma convivência com pessoas que eram cada uma do país de origem, haviam experimentado uma trajetória dos anos [19] 70, 80, quando conversamos com os colombianos, os peruanos, enfim, era uma coisa muito parecida.

AC: Estabeleceu alguns laços de solidariedade também.

MA: Isso. Foi muito rica essa experiência do mestrado, porque isso me permitiu não apenas conhecer muitos países, nem todos obviamente, sobretudo, por leituras. E aí você, quando começa a conversar com as pessoas, há um intercâmbio de experiências, vamos nos aproximando muito do país da outra pessoa, a cidade onde ela nasceu, aquela coisa rica, desde aprender a gastronomia do outro, como a história, a literatura, o cinema, a música. Então, aí eu me aproximei do som cubano, da salsa caribenha, foi assim, efetivamente, porque antes só se conhecia por leituras, enfim. Dos países da América Latina só conhecia o Chile, o Uruguai e a Bolívia, mais próximos da Argentina, mas não os outros. Aos poucos, pelos relatos, fui conhecendo e tive vontade de conhecer aqueles países. Assim foi com o mestrado, foi rico demais, digamos, consolidando este sentimento pela América Latina e este conhecimento. Foi bastante privilegiado, por isto, o mestrado, aqui em São Paulo. Por outro lado, morei um tempo na residência universitária, aqui dentro do campus, no CRUSP [Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo], e foi muito rico porque conheci também brasileiros de diferentes regiões do Brasil. Aqui também fui conhecendo o que era a diferença entre o estado do Pará e do Amazonas, enfim, o Brasil. Foi muito rico como processo de vida e projeto intelectual também.

AC: E teve algum professor expressivo durante a graduação que tenha alguma influência anterior a esse período de sua vinda para o Brasil?

MA: Sim, em Buenos Aires, sim. Tive alguns professores, aqueles velhos professores de Geografia, mais tradicional, o professor Horacio de Frieri, Otremba, alguns deles faziam uma “geografia descritiva”. Havia uma Geografia da África e “aquele professor” que conhecia o continente com um grau de detalhe assustador, montanhas, rios e era fascinante porque você viajava com as fábulas dele, depois era impossível de reproduzir, decorar aquela aula, mas era fascinante. Grondona, Cida Augusta, são professores já falecidos, mas foram importantes para conhecer aquela “velha Geografia”. Horacio de Frieri era o mais jovem professor de Geografia Humana, mas nesse momento ele estava muito interessado em superar a descrição e se aproximou muito da “Teoria dos Sistemas”, com a intenção de teorizar. Da minha graduação, tenho essas lembranças. Mas por fora da universidade, conheci outra professora, bem posteriormente, a Helena que fazia uma Geografia mais crítica, está também foi uma grande formadora para todos. Nos conhecemos depois, seus escritos, trabalhamos com ela num projeto do centro da América Latina. Mas é claro, referências outras, quando começamos a exercer a docência, muito jovem, porque estávamos saindo da graduação e começando a ser “auxiliar de docência”, com os professores que voltaram, jovens professores, para compor os quadros da universidade renovada.

AC: Que haviam sido afastados?

MA: Sim, alguns deles haviam sido afastados e outros, muito jovens, ido fazer graduação no exterior, os exilados, enfim. Aí com todo esse grupo voltamos a ler ou começou a ler Castells, de forma sistemática, *A questão urbana*; Harvey, Coraggio voltou para a Argentina. Começamos a ler, de forma sistemática, tudo isso que era *Geografia crítica*.

AC: Aqui no Brasil acho que tem algumas diferenças com relação à Argentina. Aqui, boa parte do que os geógrafos brasileiros viveram no período da ditadura foi um pouco do estofado da Geografia crítica, vinculada à ideia de unir uma teoria crítica a uma epistemologia, a crítica ideológica a uma crítica também à ditadura, ao período de repressão no Brasil. Aqui parece que a Geografia crítica teve muito esse perfil, e pelo seu relato talvez, na Argentina, o impacto não tenha sido da mesma forma, não sei se podemos dizer isso, nos anos [19] 80.

MA: Sim, talvez sim. Sim, claro, parecido, nos anos [19] 80.

AC: Porque aqui, por exemplo, no final dos anos [19] 70, início dos anos [19] 80 é o grande momento, o impacto do livro do professor Milton Santos, o trabalho Yves Lacoste, também acho que do [David] Harvey: o [livro] “Justiça social e a cidade”. Lefebvre também parece que chega nesse período dos anos [19] 80. Mas acho que na filosofia ele chega um pouco antes. Há um livro de um filósofo brasileiro, Urbano Zilles, no qual ele fala da influência do Lefebvre aqui no Brasil. Ele não faz referência à Geografia. Aqui, na Geografia, pelos trabalhos [Ruy] Moreira, Carlos Walter [Porto Gonçalves], mesmo do Tônico [Antonio Carlos Robert de Moraes] nessa discussão do que foi esse momento, do Ariovaldo Umbelino [de Oliveira], todos eles vinculam esse movimento da Geografia crítica a uma contestação, até porque muitos deles já tinham uma militância junto aos trabalhadores ou nos partidos políticos, até de forma, às vezes, clandestina. Eu não sei se na Argentina o impacto foi intenso.

MA: Sim. O impacto era fora da universidade, porque a ditadura, como em toda a Argentina, foi muito perversa, assassina, enfim, e a censura era enorme. Os quadros que ficaram na universidade, nos anos da ditadura anos [19] 76, 77, 78, 79, 80, 81, eram quadros muito reacionários. Todos os grandes professores de pensamento crítico ficaram fora, outros jovens que estudaram fora, então, por isso digo que esse período na universidade o máximo que se lia era ou a Geografia clássica ou a Geografia conservadora. Você está me entendendo, dentro da universidade? Para conhecer Castells, quanto à questão urbana, Harvey, era fora da universidade, só se fizesse contato com alguém, mas era muito raro isso para nós, jovens estudantes. Durante a segunda metade de [19] 70, que era a ditadura mais cruel que houve na Argentina, dentro da universidade os quadros não se renovavam. O que acontece, no ano de 1983, quando vem a transição, a democracia, aí chegam de volta os professores, alguns que estavam fora, exilados, outros que, jovens exilados, estudaram fora, ou porque estão fora do país ou porque estavam em outros centros de pesquisa. Havia alguns centros de pesquisa que asilaram alguns desses professores e voltaram a Buenos Aires, entendeu? Como jovem universitária, fui conhecer alguns autores fora da universidade, mas só a lê-los de forma sistemática a partir dos anos [19] 82, [19] 83. Vieram na disciplina, é essa a diferença com o Brasil, enquanto vocês conseguiram fazer essa renovação, embora estando na ditadura, porque havia professores que estavam dentro da Universidade e podiam fazê-lo.

AC: Eh! Muitos foram exilados, mas muitos continuaram certa militância por fora, porque, aqui havia os espões no trabalho, os que se infiltravam no meio dos alunos nas salas de aula. Em 1988, esse movimento de renovação estava sendo reavaliado e os geógrafos já estavam fazendo o balizamento desses chamados 10 anos, de toda essa ebulição da Geografia crítica. Acho que quando a senhora veio para o Brasil já se estava vivendo um pouco uma acomodação desse movimento.

MA: Mas observa bem, [19] 73, na Argentina, não sei se [19] 72, 73, 74 são anos de transformação, importantes do ponto de vista político, porque havíamos acabado de sair de uma ditadura. A volta de Perón, a volta de um governo democrático muito curto, com muito conflito. Este foi um momento difícil, na Argentina, pelas tensões internas e os enfrentamentos internos da sociedade. Mas houve uma renovação e dentro da universidade nos anos [19] 73, 74, 75, foram intensos três anos de renovação. E aí, então, jovens críticos que naqueles movimentos, também na Geografia já existiam professores muito jovens, foram três anos, foram destituídos quando veio o golpe, o golpe foi em [19] 75 entendeu? [Em] [19]76, foi 24 de março de [19] 76. Já em [19] 75 houve um problema porque morre Perón, houve vários problemas, nesse sentido político, que começaram a criar condições para o golpe em 24 de março de 76. Esses anos foram muito ricos do ponto de vista das discussões, mas foram bem conturbados. Em 24 de março tudo para, congela. Havia isso que você me disse de movimento de 1970 de dentro da ditadura. Foi [19] 73, 74 um intervalo na Geografia, há um pensamento crítico que ressurge, as cátedras nacionais, mas foram dois ou três anos, só. E aí veio a ditadura mais assassina, muitos morreram, foram assassinados em [19] 76, 77, 78 foi esse o processo. O pensamento crítico que se estava construindo fora da universidade teve por pressão de poder estar na Universidade [19] 73, 74, mas depois ficou fora de novo, por muitos anos. E foram mesmo expulsos do país. Então, eu digo, as leituras sistemáticas dessa bibliografia voltam somente nos anos [19] 80, 82, 83, com a transição. Talvez vocês não tenham perdido a leitura dentro da universidade. Não sei, algumas cronologias mudam, tá entendendo? Mas acho que o princípio é basicamente o mesmo, nos anos [19] 70, transformação e política dentro das Ciências Sociais nos anos [19] 60 e os anos [19] 70 foram muito quebrados na Argentina.

AC: Estou tentando entender porque o seu trabalho de doutorado é sobre o território brasileiro.

MA: Sim.

AC: Poderia ser sobre o território de qualquer país se considerar esse momento de travessia do século XX para o século XXI. Quais foram as motivações que a levou à tese do doutorado?

MA: Sim, sim. Isto de alguma forma tem certa relação com o mestrado porque, no mestrado estudei, como estava nesse programa de interação com a América Latina, em 1991, comecei no PROLAM, uma das exigências era fazer uma análise comparativa entre países. Eu estava preocupada com o que? Com o processo de integração nacional que estava também sendo retomado nos anos [19] 90, por sua integração latino-americana, sendo retomado, e, em particular, em 1981 se formou o MERCOSUL. Havia toda uma discussão da integração nacional e me interessava, meu trabalho de mestrado foi sobre o MERCOSUL. Comecei a estudar, obviamente, os processos a partir de entidades nacionais e o território é central, porque é o território nacional que se coloca como questão no processo de integração. Mas o mestrado também me permitiu observar processos de interação com formas políticas que definiam esses processos, trazendo resultados de manifestações diferentes entre outros territórios nacionais. É uma falácia pensar que estamos em integração reunindo Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, por exemplo, quando na realidade esses países são internamente desiguais. Os territórios vão se conformando, desde sua gênese, de forma desigual. Quando um processo de integração se ativa, esta desigualdade pode se acentuar ou se amenizar, conforme o rumo que tome essa integração.

AC: A divisão do trabalho, a divisão territorial.

MA: Estudei nos anos [19] 90 esse processo. Na América Latina tínhamos, fundamentalmente, governos que optaram por políticas neoliberais, então, o processo de integração promovido pelo governo de Menem, de Collor que começou aqui, no MERCOSUL, e depois se intensificou com os próximos governos, tinha um corte, de favorecer grandes empresas, grandes empreendimentos. Os territórios conformados, desde a sua gênese, de forma desigual, com uma divisão territorial do trabalho que privilegia algumas áreas e não outras, com uma divisão internacional do trabalho que exigia se inserir com algum tipo de exportação, por exemplo. Isto permitiu ver, estudar, durante o mestrado, que os processos de integração nacional, conforme o rumo político que tomem os governos, vai acentuar ou diminuir as desigualdades. Processos espaciais, territoriais. Quando comecei meu

processo de doutorado, com o professor Milton [Santos], nós discutimos bastante sobre isso, e a categoria território foi central para entender esse processo, mas ela é central sempre que se pensa que o território não é homogêneo, justamente para estudar, a Geografia permitia isso. Muitos dos economistas e dos cientistas políticos falavam do Brasil, da Argentina, como coisas homogêneas. Então, se faz muito, se fazia muito isso, e a Geografia me permitia ver que esses territórios nacionais são internamente desiguais e conforme os processos ficam mais desiguais ainda. Foi se construindo o projeto de pesquisa com esta intuição e convicção. Justamente estudar um desses territórios como o Brasil, sua inserção internacional, me permitia colocar em questão este conceito, a partir da Geografia, para mostrar um diferencial de tratamento que a Geografia tem em relação às outras Ciências Políticas. Estudar o território e a economia nacional, como o Brasil, por exemplo, no contexto do comércio internacional que era o Brasil, quanto de balança comercial, quanto trigo exporta, quanta soja exporta, para quem exporta, quem são os compradores; e eu não queria fazer isso, mas como a Geografia pode fazer essa leitura, ou essa análise, se a categoria território me exige pensá-lo do ponto de vista da construção histórica; como ele vai sendo usado, apropriado de forma diferencial. Isso também me exige pensá-lo hoje, na contemporaneidade, como se dá a inserção econômica, a inserção dentro do comércio internacional deste território, a forma como se dá, irá acentuar ou ajudar a diminuir essas diferenças sociais internas, isto que me preocupava. Mostrar que a categoria território não é como usam outros cientistas, outras áreas de pensamento, um palco que a gente toma como uma coisa homogênea. Não, para nós é outra coisa, para a Geografia, e esta categoria permite mostrar como se está tomando esse território nacional, não apenas circunscrito por fronteiras e por limites, que ele internamente tem uma riqueza, uma porosidade, uma vida que é diferenciada.

AC: Uma porosidade nessa relação que você trabalha muito bem na tese que é a do “interno e o externo”.

MA: Exato. Então, o que acontece? Observa bem. Eu ia estudar território nacional, território brasileiro e comércio internacional. Mas eu queria estudá-los a partir da riqueza que a Geografia permite. Necessariamente, o que me interessa é o território brasileiro, em todas as suas diferenciações internas, a partir de que? Desta relação que ele tem com o exterior, com o mundo, a partir dos fluxos comerciais, aí fiz uma escolha: fluxos comerciais e mercadoria, era isso o que eu queria fazer. Mas para estudar as diferenciações, não para estudar o que é homogêneo. Emite tais fluxos de soja, de carros, de aviões e vende e compra para ter

mercado, esses são os clássicos estudos de comércio internacional. Não era o que eu queria fazer entendeu? Por quê? Porque me parecia que nesse debate da Geografia, dentro e a partir dos conceitos da Geografia, pode-se fazer outra leitura.

AC: Já existia esse interesse de não fazer um trabalho nesses moldes, certo descontentamento, mas você localizaria essa influência do professor Milton Santos nessa discussão do que ele propôs como sendo o “território usado”?

MA: Sim, sim, sem dúvida. É uma coisa que nos viemos acompanhando ao longo dos anos [19] 90. Cheguei a fazer o mestrado aqui no PROLAM e a minha primeira disciplina foi com o professor Milton Santos em [19] 92, porque podia fazer a disciplina, fazíamos disciplinas obrigatórias no núcleo do PROLAM e depois em outras unidades, claro. E obviamente se elege uma unidade do PROLAM, vim fazer logo uma disciplina com o professor Milton Santos em [19] 92.

AC: Mas já o conhecia um pouco?

MA: Sim, sim. Porque ele tinha ido a Buenos Aires, e o conheci. Ele foi participar (isto é outra estória, depois te conto), de um seminário de *Geografia crítica* nos anos [19] 90 em Buenos Aires. Eu havia conhecido o professor Milton Santos pela primeira vez, em [19] 89, no EGAL, em Montevideu, essa é outra história. Mas, voltando a meu doutorado, no segundo semestre de [19] 91, cheguei, fiz minha disciplina, com Milton Santos, “O Tempo e os estudos geográficos”, era um curso fantástico. Bom, a partir daí não me separei mais do professor, do ponto de vista intelectual, obviamente, acompanhei todo o percurso, tive o privilégio de acompanhar todo esse percurso intelectual dele, nessa década que ele estava gestando o livro: *A natureza do espaço*, em 1996. Fui acompanhando toda essa década de perto, pelas leituras e possibilidade de ouvi-lo em sala de aula, em conferências, enfim, palestras, seminários. E acompanhando sua construção epistemológica, teórica, e sem dúvida que suas leituras me acompanharam e há mais coisas que sempre me chamavam a atenção; esse tema de pares dialéticos que ele coloca. Lá no *Espaço e método* já estão, o tema da relação entre velho e novo, entre estado e mercado. Porque isso me permitia pensar o país com esse tipo de conflito, de relações, foi um caminho que fui fazendo ao longo dos anos [19] 90 com as leituras dele, ouvindo, lendo, e assim fomos chegando à definição da pesquisa do

doutorado. Foi um pouco isso, a leitura das coisas que me incomodavam ao longo do mestrado. Li muito sobre ciência política, economia, muitas dessas coisas me incomodavam.

AC: Seu trabalho tem bastante diálogo, tem uma abertura com essas áreas de conhecimento, não só a tese, mas os outros trabalhos também publicados, os outros artigos. Não sei se a minha percepção é correta, eu a conheci em 1996, mas já havia um trabalho seu anterior de engajamento também, porque no evento que ouve aqui, [na USP], que deu origem aos cinco volumes do “novo mapa do mundo”, o seu trabalho foi intenso.

MA: Esse capítulo começa agora. Cheguei, como te disse, aqui em 14 de agosto de [19] 91, segundo semestre de [19] 91, para fazer meu mestrado, e outra conjuntura fantástica. Eu comecei a fazer a disciplina com o professor Milton, e o professor estava começando a listar, junto com a professora Maria Adélia Aparecida de Souza, o evento *O novo mapa do mundo*. Imagina, ele estava começando, claro, porque esse evento seria em setembro de 1992, e eu, como aluna inquieta de pós-graduação, me aproximei do professor Milton, na equipe, como colaboradora de organização. Havia um grupo de alunos de pós-graduação que foi se envolvendo, e desde cedo fiquei junto ao professor, trabalhando, isto foi fantástico pra mim, um aprendizado ímpar. Digo que *O novo mapa do mundo* foi importante porque, foi em setembro de 1992, se dá num contexto do Brasil, da América Latina, no qual o discurso único começava a gestar aquele discurso neoliberal de que devemos pertencer ao “primeiro mundo”. A globalização veio para que todos possam, agora sim, entrar no “primeiro mundo”. Aquele discurso estava sendo gestado e aplaudido pelo *stablissement*, pelos estados políticos, os jornalistas, nos outros países e no Brasil também.

AC: Boa parte da intelectualidade.

MA: Boa parte da intelectualidade, exatamente. O professor Milton junto a outros intelectuais aqui estava fazendo a crítica. Mas, provavelmente, sem serem ouvidos, inclusive dentro da universidade. Por que foi importante *O novo mapa do mundo*? Porque ele foi um evento que conseguiu trazer as discussões, as transformações efetivas que estavam experimentando no mundo, mas de uma forma crítica. Tentamos entrar no fim da “guerra fria”, parecia que o mundo, aquela velha metáfora do “fim da história”. Era esse o momento, foram essas as metáforas da moda, na mídia, na universidade, e o professor Milton, com Maria Adélia, convocou muitos intelectuais que estavam fazendo a crítica a isso. Vinham fazendo há muitos

anos a crítica e agora, em particular, a esse tipo de discurso. Mas isso era totalmente periférico, vamos dizer assim. Mas por isso foi importante *O novo mapa*, houve intelectuais do mundo todo e do Brasil, desde [Edward] Soja até Otávio Ianni, estavam aqui, nesse evento, esse evento foi central. Tive a sorte de estar nesse momento junto ao professor e à professora Maria Adélia, junto com outros colegas participando da organização. Imagina o que aprendemos? Particpei da organização do evento e numa mesa redonda e o professor me chamou depois do evento a colaborar na organização dos livros. Foi assim um momento realmente muito rico para minha formação, muito, muito rico, estar junto do professor nesse momento. O doutorado começou muito depois, em 1991, foi antes do segundo semestre de [19] 91 que fiz a disciplina e depois fui participando da organização dos eventos. Estava muito na Geografia, no prédio da Geografia [referência ao espaço dos departamentos de Geografia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP], circulei muito pela organização dos estudantes. Em [19] 92, no ano seguinte foi *Território, globalização e fragmentação* que o professor Milton organizou junto com a professora Maria Adélia porque era presidente da ANPUR [Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional]. Foi aqui, neste Departamento de Geografia, que depois se originou o livro *Globalização, território e fragmentação*, em [19] 93. Depois criaram a ANPEGE [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia], a professora Maria Adélia e o professor Milton Santos, se organizou o evento em Aracaju, o primeiro, fomos lá. Depois em [19] 95 se organizou um evento muito bonito que se chamou, também com o professor Milton Santos e a Maria Adélia, que se chamou *Mundo, formação socioespacial e lugar*, lindíssimo o evento, fantástico. Uma pena que depois não houve publicação do livro, havia a intenção de fazê-lo e outros diferentes acontecimentos foram atropelando, mas esse foi em [19] 95. Depois, em [19] 96, foi *O mundo do cidadão, o cidadão do mundo*. Estive ajudando, contribuindo na equipe que trabalhava junto à professora e mentora Maria Adélia, todos que estavam no grupo, fazendo pós-graduação, nesse período, se enriqueceram demais, aprendia muito

AC: Foram bem aceitos, acolhidos.

MA: Sim, fomos acolhidos. Porque aquele vigor do professor Milton e da Maria Adélia, aquele entusiasmo, aquela força, eram totalmente compartilhados com todos, com toda a equipe de jovens que estavam fazendo mestrado ou o doutorado. Muito rico! Ao longo

dos[19] 90, enquanto o neoliberalismo “fazia a festa”, digo isso entre aspas, os governos latino-americanos com um pensamento único, aqui se fazia a crítica, está entendendo?

AC: Esse é outro aspecto que me chamou a atenção, durante essa pesquisa que estou desenvolvendo, é esse texto: “O retorno do território”. Ele é bastante emblemático, porque vi vários trabalhos do professor discutindo espaço, isso gerou na Geografia brasileira algumas críticas muito pontuais e muito distantes, mas não chegaram a abalar muito essa coisa do espaço. O professor Egler, do Rio de Janeiro, escreveu um texto, em 1983, falando da “espaciologia” e da influência marxista na Geografia crítica. Ela [a espaciologia] não considerava muito a questão da nação e do território nacional, ficava a desejar. É difícil avaliar isto, mas essa trajetória do professor Milton de congregar, nesse momento, pessoas como vocês e de todos os lugares e relançar essa questão do território, num momento tão crítico, é um texto que me parece muito emblemático, porque ele aparece nesse evento.

MA: Totalmente, totalmente emblemático. Mas por quê? Porque esse texto que foi a conferência de abertura desse evento. O professor fazia questão de preparar essa conferência com uma grande exigência, com uma proposta sempre histórica e política, de não separar essas coisas. Eu avalio esse texto, *O retorno do território*, como uma proposta histórica e política. Justamente no contexto, no qual o neoliberalismo estava triunfando, com um discurso único, com a dissolução das fronteiras, o fim da história, com as privatizações. Quando o diagnóstico do estado faliu, isto tudo predominava na mídia, na universidade, nos políticos, e ele [Milton Santos] chama a atenção, com este texto, para, efetivamente, criar um debate do ponto de vista teórico e político. Ele está dizendo, do ponto de vista político, está contestando este discurso único, e do ponto de vista teórico está dizendo: “na Geografia temos um precioso conceito que ajuda a discutir essa conjuntura, ajuda a contestar essa conjuntura que estamos vivendo”. Este é o chamado. E é um conceito que ele recupera para chamar a atenção à Geografia, primeiro; e ao resto das Ciências Sociais, que temos de fazer a crítica à globalização a partir de seus conceitos. Nós temos conceitos muito ricos que nos permitem fazer isto, e aí vem esse texto. Quero dizer que não é que o professor Milton comece a utilizar esse conceito no ano de [19] 93, é só retomar a leitura do programa de [Por] *geografia nova*. Ele nunca, embora seu conceito central seja o espaço geográfico, deixou de contemplar a escala nacional, falando de espaço nacional ou territorial, território ou nação. Ele, nas suas análises, nas suas críticas, nunca deixou de configurar a escala nacional. É só acompanhar sua produção dos anos [19] 80 e 90. Inclusive a categoria formação socioespacial. A trajetória

teórica de Milton Santos mostra como esta categoria é importante, espaço e território são importantes, e não são, me parece (é uma leitura totalmente minha), não são categorias nem conceitos que se excluem, que se repelem; quando se retoma a obra do professor e transita ao longo dela. Ele não coloca como conceitos que se repelem, ele dialoga, transita nessa construção teórica de uma forma tranquila.

AC: Acho que é isso mesmo, há esse movimento teórico de tentar não fazer disso uma discussão escolástica, sobre qual deles vem primeiro.

MA: Qual vem primeiro e qual é mais importante! Ah, não tem essa postura, esse é importante e o outro tenho que excluir, não serve. Não, ele [Milton Santos] tem um grande apreço por todos os conceitos, e aqueles conceitos basilares que retoma: espaço, território, lugar, região, são basilares para ele e com muita tranquilidade, me parece, os inclui nas suas obras, em seus textos. E me parece que, lendo a sua obra e sua construção teórica, desde *Por uma geografia nova*, há um caminho que ele vem fazendo para insistir naquilo que nos ensina com o espaço geográfico. Pensar o espaço geográfico nesta nova perspectiva, não são apenas os fixos, os objetos, as formas, mas também seu conteúdo, associando esse conteúdo com seu movimento. É isto que ele nos chama a considerar, tanto que, quando ele trabalha com espaço, formação sócio-espacial, também nos convoca, quando pensa em lugar, em território. Quando pensa região. Impressionante! Parece que há um apelo a pensar dialeticamente forma e conteúdo em qualquer destas categorias. Deixa uma passagem rápida em *A natureza do espaço*, a região, hoje, não morre, muda seu conteúdo, somos chamados a entender esse conteúdo novo da região. Todas essas categorias centrais da Geografia, ele não abandona.

AC: Nos anos [19] 90 também houve essa discussão, aqui no Brasil, da “morte da região”, isso também foi posto em debate, se a região ainda tinha uma pertinência teórica para a análise geográfica da realidade atual.

MA: Sim, se chegou a “matar” até a Geografia, a “morte” da região, da história e da Geografia também. Porque parecia que, já que estamos entendendo a lição, todos pertenceriam a este fantástico mundo. Aquele sistema, a tendência à homogeneização se instalaria. Mas sem dúvida que esses grandes discursos eram metáforas e de uma carga ideológica muito forte. E me parece que, nesse sentido, o professor Milton com os outros intelectuais, nesse momento em que se pode percorrer os anos [19] 90, vai contestar esse

pensamento único com uma proposta teórica que não se improvisa, obviamente, já vem sendo construída desde os anos [19] 70. Não é aquele improvisado, é uma proposta teórica, porque ele se sente muito desafiado a explicar as transformações no mundo que ele vem acompanhando desde os anos [19] 90. Com uma periodização, ele vem querendo explicar as transformações do mundo, vindo muito acentuadas, embora comece nos anos [19] 50, mas estava sendo muito acentuado desde as últimas décadas. Ele se sente desafiado e comprometido a explicá-las como geógrafo. E explicar as transformações no mundo implica, explicá-las a partir dos conceitos da Geografia, mas também renovando esses conceitos.

AC: Há um diálogo também com a História, a Sociologia, a Filosofia, e, sobretudo, aglutinando pesquisadores em torno desse projeto, no seu caso, particularmente, e da Maria Laura [Silveira]. Vocês praticamente “ficaram” no Brasil, claro que pode ter várias motivações, mas o fato é que hoje é impossível pensar a história contemporânea da Geografia brasileira, do final do século XX, sem a presença de vocês. Não são nativas, não são nacionais, mas tem dado uma contribuição, acho até que é o mínimo que se pode dizer. As trajetórias de vocês se fundiram aqui, com esse projeto.

MA: Sim. Eu diria que o professor Milton dialoga com os filósofos, com historiadores, com os economistas, e isto é constante na sua trajetória e na construção teórica. Qualquer livro e obra que você revise do professor vai ver esse diálogo. A sua construção teórica se faz a partir do diálogo com as disciplinas, mas sempre tentando construir uma ontologia, epistemologia que se chama Geografia. Esse é um grande desafio que ele não abandona. Durante os anos [19] 90 eu acompanhei, mas é parte de toda a sua trajetória. Nos anos [19] 90 isso se vê muito forte, porque é uma década de fim de século. É uma década em que as transformações começam a se acelerar muito, do ponto de vista político e sistêmico, o neoliberalismo que se instala na América Latina, com transformações sistêmicas muito aceleradas. Tudo que ele vem construindo nas décadas anteriores se fortalece para explicar essa realidade, nos últimos dez anos, com a produção. Se você acompanhar as conferências, os eventos aos quais ele foi chamado, as conferências da década de [19] 90, as palestras que fez, em diferentes rincões, cantos do Brasil e da América Latina, percebe-se essa construção, que depois nos vamos ler em *A natureza do espaço*. Vamos ler em *Por uma outra globalização*, outro livro importantíssimo do professor. Essa construção vem sendo, eu diria, elaborada nas conferências, nas palestras. Porque cada vez que ele preparava um seminário, um curso, como uma palestra, uma conferência, ele se sentava para produzir um esquema. Esse esquema o que

significa? Esse esquema está dentro de um projeto maior que era a sua proposta teórica, está entendendo? Há uma elaboração que não é uma elaboração que vai ser um livro, é uma elaboração que vem sendo construída porque é um projeto intelectual. O projeto é produção teórica. Se você ler o prefácio de *Por uma geografia nova*, ele diz que tem um plano para fazer cinco livros, daí em diante ele não parou de [19] 78 até 2001, não parou. Esta construção de uma teoria que significa a procura do rigor, da coerência, da renovação de conceitos, do sistema de conceitos, isto é muito difícil de construir, não é uma coisa que se improvisa. Por isso quando o lemos há essa forte coerência, isso é uma coisa que se constrói com muita persistência, muito esforço, trabalho intelectual e tenacidade e diálogo com outros. Digo que nos anos [19] 90 eu tive o privilégio de acompanhar o professor, como tantos outros, na elaboração disto. Estávamos próximos no cotidiano. Este compromisso de trabalho realmente é uma coisa muito séria, marca muito, marca muito. E eu diria que, quando trabalha o conceito de território, naquele artigo, ele chama muito a atenção para a ideia do uso do território, mas para quê? Sobretudo para chamar a atenção, que não é aquele território “pedaço inerte”, como área, não, é a sociedade lá atuando, agindo, construindo. Aí vem a ideia de uso, que é forte, a “ideia do uso”. Nesse sentido, é um apelo a pensar esta categoria, assim como ele nos chamava a atenção com o espaço, está entendendo? É isso.

AC: Vendo a senhora falando assim, fico pensando, parece nesse esforço ele aglutinou, porque esse projeto podia ter uma dimensão pessoal, mas era em função de um coletivo também. Acho que um coletivo não só do ponto de vista da sociedade brasileira, mas no sentido de dar legitimidade para a Geografia. É uma ciência que merece figurar no campo do conhecimento humano. Não sei se a senhora concorda que existe uma Geografia brasileira, um pensamento geográfico brasileiro?

MA: Penso que sim. Pode se dizer que existe uma Geografia brasileira. Existe uma Geografia brasileira, por quê? Por vários motivos. Desde a produção de fato, a produção de conhecimento, que vem em forma de textos, dissertações, livros, artigos, todos que são publicações, resultado de pesquisas, de reflexão, de debate, de trabalho intelectual. Isto vem sendo elaborado de forma sistemática ao longo de cinco décadas. O fato de você ter uma produção permanente, sistemática, diversa e plural, porque a Geografia brasileira é diversa e plural, permite que se diga que existe uma Geografia brasileira. Quando digo Geografia brasileira, não de escola, mas do ponto de vista da produção de um conhecimento que é sistemático e de rigor, ao longo de cinco décadas, seis décadas, vamos dizer assim. Então, me

parece que isso distingue o Brasil de outros países da América Latina, e do mundo. A Geografia brasileira se destaca por esta produção de ideias, de reflexões, de pesquisa de forma sistemática, rigorosa, olhando de forma consecutiva e permanente. Isto que traduz um conhecimento. E isto permite que seja reconhecida na América Latina e no mundo. Digo que ela é diversa e plural, isto é muito rico, é muito interessante, rico, porque não é, a Geografia brasileira, seu expoente maior Milton Santos, por sua trajetória e por sua projeção internacional, mas a Geografia brasileira tem muitos nomes além de Milton Santos, então isso é importante. Penso que talvez a institucionalidade da universidade brasileira, a forma de organização da universidade, da ciência e da tecnologia, no Brasil, que durante muitas décadas tem tido um trabalho permanente de apoio do Estado à produção de conhecimento, desde as suas universidades às suas agências de fomento, isto tem sido permanente. Então, vamos dizer assim, a assistência à Geografia brasileira tem a ver com um Estado brasileiro que não abandonou sua ciência, sua tecnologia, suas universidades, apesar de todos os problemas que a universidade, a ciência e a tecnologia têm no Brasil. Mas há um Estado que, de diferentes formas, tem apoiado com maior ou menor ênfase as universidades, com maior ou menor ênfase as Ciências Sociais, mas é permanente. É um contexto histórico que também contribui para que essa Geografia possa produzir em larga escala, e quando produz em larga escala tem a possibilidade também de decolar, porque em larga escala uma coisa aparece boa por aí, nem tudo, mas alguma coisa boa aparece. É como no cinema, é um problema grande o cinema latino-americano, brasileiro, argentino, cubano que foi interrompido em vários momentos. Agora que estamos em uma produção em larga escala do cinema brasileiro, argentino, há de se produzir alguma coisa boa porque há possibilidades para essa pluralidade, essa diversidade.

AC: Até de visibilidade, para que seja conhecido.

MA: Exato. Esse é outro grande problema, inclusive a divulgação do conhecimento; aí temos a Geografia brasileira. O grande problema da Geografia como das outras Ciências Humanas, em nossos países e também de outras ciências, mas das humanidades, é que ela circula pouco porque os países centrais nem sempre reconhecem nos seus periódicos, nas suas publicações, autores de outros cantos do mundo.

AC: Não dão os devidos créditos?

MA: Isso ainda persiste, embora tenha mudado bastante, porque o intercâmbio é maior, as relações tem sido aprofundadas nos últimos quinze ou vinte anos, mas mesmo assim as ideias produzidas na América Latina, no Brasil, não circulam da mesma forma que as ideias produzidas em países centrais circulam por aqui. Nós lemos de tudo, traduzimos, consultamos bibliografia, periódicos internacionais. Não acontece a mesma coisa com os nossos colegas dos países do “norte”. A produção da Geografia brasileira, a Geografia brasileira existe sim! É conhecida fora, sim! Tem repercussão internacional, sim! Mas não, necessariamente, pode ter a liderança que deveria ter, porque sofre, como as outras humanidades, as áreas dos outros países, desta divisão internacional do trabalho científico. Continuamos sendo, países subdesenvolvidos, terceiro-mundistas, emergentes, subalternos, o que for esta divisão desigual.

AC: Desse traço do Estado em relação com a Geografia, com a produção do conhecimento, há algum outro elemento na cultura brasileira que a senhora tenha percebido, que faz esse vínculo também da Geografia com a cultura brasileira? Em que medida esse pensamento geográfico, essa Geografia brasileira dá conta da dimensão da cultura? O Estado aparece como uma figura importante como a senhora ressaltou. Do ponto de vista da cultura, pode-se comparar um pouco com a Argentina? Nesse tempo que a senhora está no Brasil, percebe algum vínculo dessa Geografia tentando expressar essa cultura por meio do território, do espaço?

MA: Sim. Acho que aparece primeiro pelo lado da diversidade. Quando digo que há uma pluralidade, uma diversidade tem a ver também com essas diferentes formas de observar o mundo, entender o mundo, que implica uma identidade, uma cultura que não é homogênea, não é igual no território nacional, nos seus diferentes pedaços. Parece-me que este fato de o Brasil ser um país diverso e culturalmente muito rico por sua diversidade, faz com que também a Geografia tenha uma vitalidade, uma força grande. Você diz, ah, mas isso não está refletido naquele livro, naquele artigo, não estou falando nisso. Estou falando do ponto de vista do processo, o processo da produção do conhecimento, a produção do conhecimento é um processo que é científico, mas também é político e cultural. Isto significa que se a Geografia brasileira tem persistido, continuado, vem crescendo desde os anos [19] 60, [19] 70, isto significa que ela vem crescendo desta identidade cultural, destas riquezas culturais que nutrem a produção do conhecimento. E do ponto de vista da pesquisa, observa bem, que se a Geografia brasileira tem nessas quatro, cinco, seis décadas permanentes, continuidade de

produção, é porque ela, entre outras coisas, se preocupou em interpretar e explicar o território, as regiões, os lugares, suas diversidades e sua transformação permanente. Se você observar o que está acontecendo no território brasileiro, é um movimento permanente. Uma das coisas que mais me chamou a atenção, quando cheguei, é como as pessoas se movem aqui. Movem-se e não tem problema, vão de Uberlândia para trabalhar no Paraná, em Curitiba. Vão trabalhar em Pernambuco e assim há uma mobilidade que é constitutiva do território, que tem a ver com uma forma de encarar a vida também. Quando sai da Argentina, na Argentina, havia ainda, agora mudou bastante, mas ainda havia uma forte permanência nos lugares. Na Argentina era assim, você nasce e desenvolve sua vida nesse lugar, nesse território, havia uma mobilidade menor. Chamou-me muito a atenção, quando cheguei ao Brasil, a mobilidade, no início dos anos [19] 90 que havia da população. Isto significa que é um território que está em permanente movimento. Permanente movimento, de sua população e não apenas de suas mercadorias, não apenas do capital, mas também da população. Isso traz uma riqueza cultural fantástica. Explicar isso é um desafio para a Geografia, porque temos que dar conta destas transformações, desse dinamismo, porque estamos aqui. Esta pergunta que se faz a alguns geógrafos brasileiros que estão convocados a explicar e a responder, faz com que esta diversidade cultural, que significa enfrentar diferentemente a vida, conforme o canto onde se radicou, faz com que, esse conteúdo da Geografia histórica, material, o geógrafo tenha que explicar, encontrar condições e conceitos para explicá-la. Aí está, de fato, a cultura chamando o geógrafo a essa explicação, não necessariamente significa construir uma Geografia cultural. Não, não. Quando se estuda um território, uma região, um lugar tem que incluir lá a cultura, a cultura do ponto de vista do modo de fazer, modo de viver, de pensar, de se relacionar com as coisas, as expressões. Então, me parece que isso não é exclusivo do Brasil, da Geografia brasileira. Mas a Geografia brasileira incorporou, tem que incorporar porque é chamada a explicar essa diversidade; alguns passos são caminhos mais empíricos, outros tentam fazê-lo também com conceitos, com explicação teórica.

AC: Desse período que a senhora está no Brasil, não sei se concordaria com a ideia de que existe uma “Geografia carioca” e uma “Geografia uspiana”. Não sei se quando de sua chegada aqui isso era presente, como se houvesse uma “escola uspiana” e uma “escola carioca” de Geografia, a senhora não se viu afetada por isso?

MA: Não me atreveria a dizer isso porque vejo também dentro da USP uma pluralidade, uma diversidade. Conheço menos a “Geografia carioca”, como você disse. Diria que conheço

muito bem geógrafos cariocas: Bertha Becker, Lobato Corrêa, etc. Imagina, uma parte deles, como também Carlos Walter [Porto Gonçalves], Ruy Moreira, enfim, tantos que trabalham no Rio de Janeiro. Há uma pluralidade na USP e sei também que há uma pluralidade pelo que leio, acompanho na Geografia dita “carioca”, então, não me atreveria a dizer isso.

AC: Acho que talvez seja uma distinção mais estabelecida, talvez um pouco mais comum entre nós, geógrafos brasileiros. Acho que é um traço de nossa linhagem, formação, e um pouco de disputa também nessa questão de pensar o Brasil ou das influências também, enfim. O que senhora tem pensado ou intuído do que seja a Geografia hoje? O que se pode dizer que é “geográfico” hoje?

MA: Bom, por um lado está a Geografia disciplina, do ponto de vista disciplinar, da construção do pensamento, de conhecimento, enfim. Esta Geografia material, diríamos, seria a história do ponto de vista do território, do espaço. Eu diria que, juntando essas duas, o que é geográfico, vou dar a definição muito antiga, clássica, daquele velho professor que nos ensinou a pensar a biosfera, a hidrosfera, a pensar no planeta que significa pensar o mundo, isto significa pensar geograficamente. Quando digo mundo, estou dizendo, o mundo que significa sua história do ponto de vista do seu movimento. E isto significa pensar na humanidade, pensá-la historicamente do ponto de vista da história viva, produzindo, criando, fazendo, a Geografia nos chama a isto. Isto no planeta. Interessa-nos o planeta terra, território é isso a humanidade, e me parece que é muito amplo, mas que coisa é o espaço geográfico, o território, a região, não é mais que uma construção dessa humanidade, uma manifestação dessa humanidade no presente, que nos interessa, ao geógrafo, à história do presente, sendo feito e refeito. O que é o geográfico? É esta sociedade, essa humanidade, essa sociedade, nação em movimento, em transformação nesta superfície terrestre, transformando essa superfície. Transformando essa superfície, criando, produzindo, se apropriando, esse movimento que a sociedade cria e recria a todo o momento é que, digamos, é o movimento permanente. Nesse movimento, a sociedade vai o tempo todo construindo formas. Porque você tem que pensar que esse movimento tem uma manifestação concreta. Essa manifestação concreta é o que nos interessa do ponto de vista da vida das pessoas, porque nessa construção permanente vão se dando possibilidades melhores ou piores para a vida das pessoas, para a vida das comunidades.

AC: Então o papel da Geografia, hoje, seria dar conta dessa complexidade, desse movimento?

MA: Esse movimento que a sociedade vai produzindo, em particular, e talvez aí venha o específico, na relação com o seu meio talvez seja o específico da Geografia. Porque nos interessa muito, exatamente, essa relação, nesse movimento a sociedade vai construindo o seu meio e seus atributos e características ao seu meio e essa é a relação com o seu meio, mas exatamente isso é que talvez seja o foco da Geografia e vamos dizer o geográfico. Não para dizer que é exclusivo, porque não é exclusiva da Geografia essa especificidade, esse recorte, essa província do saber tem a ver com a relação desse movimento, dessa sociedade e da relação com seu meio.

AC: Pode-se dizer que é o nosso destino dar conta disso? Quer dizer, quem assume a tarefa de fazer Geografia esta destinado a dar conta disso?

MA: Tem essa responsabilidade. É responsável por explicar isso.

AC: Pensando nessa fala sua e na distinção que o professor Milton [Santos] fez num texto que ele apresentou num evento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação [ANPED], acerca da distinção entre intelectual e pesquisador, quando disse que nem todo pesquisador é intelectual. A senhora concordaria com essa distinção?

MA: Concordo do ponto de vista de que talvez a pesquisa seja um trabalho acordado. O pesquisador tem um papel central na produção do conhecimento. Mas não necessariamente um pesquisador coincide com um intelectual. Porque um intelectual tem preocupações, primeiro do ponto de vista, da abrangência, de sustância que vai além de sua pesquisa, de sua disciplina, de sua província do saber, vai além do seu tempo. Por isso, os intelectuais, me parece que são aqueles que têm um forte compromisso com seu tempo e preocupação verdadeira. O período atual talvez seja um dos maiores períodos do neoliberalismo a não permitir a produção intelectual; quer pelo excessivo pragmatismo, pela excessiva competitividade, excessiva individualidade, que esse período imprimiu. Para ser um intelectual, me parece que se precisa ser exatamente o contrário, não ser individualista, não ser pragmático, não ser competitivo. Entendeu?! Tudo o que eleva a um pensamento amplo, abrangente, universal, generoso, crítico e preocupado com a verdade, com a essência, e isso me parece que precisa de tempo, tranquilidade, não estar preocupado com a competitividade, o dinheiro. Com tudo que o mundo atual exige para aqueles que eles são chamados a acompanhar essas exigências do mundo moderno. Quando digo isto não é estar alheio às

transformações tecnológicas, técnicas, não é isto, é exatamente os valores que te permite ter outra postura perante o mundo, o seu tempo, o seu país, sem dúvida nos teremos valores que o mercado imprime e exige. É nesse sentido que um intelectual não necessariamente é igual ao pesquisador, pode coincidir, mas não necessariamente coincide.

AC: Quero retomar o seu trabalho que data de 2001, a tese de doutorado. Claro que depois disso tem uma ampla produção, os trabalhos de orientação, mas acho que se pode dizer que de 2001 até agora, quase final da primeira década deste século, muita coisa mudou. Do ponto de vista da perspectiva, à distância desse tempo, como a senhora vê, hoje, o território, com a globalização que não é mais a globalização do final da década de [19] 90? A impressão que se tem é que a crise ambiental está mais aguda; o território não deixou de estar vulnerável e, do ponto de vista político, a questão da democracia ainda continua sendo uma questão premente, de posicionamento teórico, político. Como é que a senhora está vendo o território na confluência com esses elementos? Se fosse para fazer uma retrospectiva, o que a senhora acrescentaria a partir desses elementos?

MA: Acrescentaria vários elementos para análise porque nesta década ainda temos que explicar muitas coisas. Algumas coisas permanecem, mas há algumas transformações que tem que incorporar, ou, sobretudo há uma visibilidade maior de coisas que anunciávamos nos anos [19] 90. Então, me parece que temos que dar conta, nesse final de década, do que significou a presença de governos liberais na América Latina e de governos que, de alguma forma, tentaram responder, se opor, mais ou menos criticamente, ao que foi feito nos anos 90 com as políticas neoliberais. Ainda temos que estudar isso do ponto de vista territorial. Parece-me que durante os anos da última década houve, principalmente, governos na América Latina que tentaram contestar as políticas neoliberais de privatização. Com maior ou menor grau de oposição, isto se reverteu no território. Temos que estudar isto, o que significaram os processos de privatização durante os anos 90, a regulação privada dos territórios nesses dez anos. Temos que estudar o que significou o processo de investimento estrangeiro até para pesquisa, o fluxo de capitais tanto para investimento como fluxos financeiros, também tem uma repercussão em todo território nacional, o que significa isto no território brasileiro. Temos que estudá-lo. Temos ainda nesses últimos dez anos transformações que tem a ver com estes fluxos, essa abertura e transformação. Temos que dar conta disso e talvez, nesse processo, inclusive reforçar os conceitos, desmembrá-los, enfim. Porque me parece que há

transformações em curso importantes e que vem desde os anos [19] 90, mas agora tem muito mais visibilidade e muitas manifestações.

AC: Nesse contexto a senhora incluiria também o problema da crise ambiental, que hoje os países chamados subdesenvolvidos são o foco privilegiado dessas discussões?

MA: Eu colocaria problemas ambientais para serem analisados sem dúvida, que tem a ver com esse meio jurássico que vai se transformando e que nem sempre respeita as leis naturais. Por isso há um sério problema que temos de estudar, analisar: a crise financeira que acaba de ser visível agora para os países do norte e que repercute sem dúvida nos países da América Latina, isto também trará desdobramentos, tudo isso temos que estudá-los.

AC: E do ponto de vista democrático, a senhora acha que a América Latina esta melhor do que na década de [19] 90?

MA: Sim, me parece que sim. Do ponto de vista da construção política que foi sendo feita nesta década. Parece interessante esse fato de os governos nacionais de diferentes formas e com diferentes ênfases, foram questionando os princípios consagrados nos anos [19] 90. Parecia que ninguém podia discutir. Isto significa que as sociedades nacionais, ao escolher governos distintos, começaram a questionar, você vê isto do ponto de vista talvez superficial, leve, não importa, começaram a questionar e foram se fazendo presentes com certas manifestações de descontentamento e com tanta força que chegaram a mudar os governos nacionais, não apenas os governos como também os discursos. Isto me parece importante. Falta muito, sem dúvida, mas se pensarmos nos anos 90, de novo a panacéia do discurso neoliberal, me parece que avançamos. Falta muito sim, mas avançou e para retomar certos consensos porque, quando se diz que se instalou um consenso no início anos [19] 90, que o Estado faliu, é horrível, porque há o dia seguinte para as pessoas. Há que se recuperar, nesta década, a importância do Estado-nação, embora com crítica, mas recuperar a importância das instituições para valorizar o público que ainda há muito por ser feito, desse ponto de vista. Valorizar o público significa valorizar a sociedade como um todo. Uma construção que valoriza o público significa preocupar-se por diminuir as desigualdades sócio-espaciais, isto me parece que voltou a ter certa, senão centralidade, sensibilidade na sociedade. Isto não é uma coisa menor, é importantíssimo. A partir desta recuperação talvez se possa, agora, aprofundar estas transformações.

AC: Professora, diante da sua trajetória, dessa inquietação e de todo esse percurso que fizemos, de nosso diálogo, como é que a senhora tem visto ou pensado a questão da práxis e da utopia nesse início de século? Ou ela não é mais uma questão?

MA: Será sempre. Acompanha-nos sempre, porque, na medida em que há um pedacinho ou pedaço da sociedade que está preocupada e incomodada, já significa que há uma necessidade de pensar em caminhos, em horizontes distintos, isso é utopia. Sem dúvida que nos acompanhara sempre. E me parece que há algumas práticas, nesta década, que se preocupa, sinaliza isto, do ponto de vista, por exemplo, estou pensando nos indígenas que hoje são visíveis, as causas mais problemáticas das reivindicações que não eram tão presentes; os artistas, os pequenos produtores do campo, da cidade, aqueles que têm opções sexuais diferentes, às ditas, entre aspas, normais. Tudo isto significa, me parece que estamos caminhando, construindo, tentando construir, a sociedade tenta construir um lugar melhor para as suas diversidades e com maior respeito, preocupação para solucionar problemas. Isto significa não a realização, não o horizonte; nem o problema indígena está solucionado, nem o problema dos pequenos posseiros está solucionado, nem os artistas que têm uma melhor, vamos dizer assim, situação e valorização. Não, não está solucionado, não. Mas há horizontes, há certos avanços e isto permite dizer que há uma práxis que se renova no sentido de procurar outros horizontes e outros futuros. Portanto, de construir uma utopia.

AC: Desse tempo que está no Brasil, existe algum conjunto de geógrafos aos quais a senhora tem dialogado ou que considera mais expressivo? Expressivos não no sentido do marketing acadêmico, dos que têm mais visibilidade, expressivo nesse sentido de projeto e de construção de uma Geografia em permanente transformação, buscando dar conta dessa realidade, e alguns deles com os quais dialoga. Existe um conjunto em que é possível perceber essa latência?

MA: Sim, existe. Existe. Encontramos colegas, temos a sorte na Geografia brasileira de transitar muito por eventos que se produzem e isto significa um intercâmbio muito forte entre colegas de diferentes universidades, isso me parece muito rico e importante. Acho que isso está presente em diferentes universidades, tomando as universidades como exemplo dos lugares privilegiados para a produção do conhecimento, me parece que sim, que há representantes desse tipo de Geografia, preocupadas com essas transformações de uma forma crítica, em diferentes universidades do Brasil. Eu diria que hoje podemos transitar da região

Sul à Centro-Oeste, nordeste e norte com a tranquilidade de saber que vamos encontrar algum colega que está preocupado com essa Geografia. Com maior ou menor grau de inserção ou possibilidade, mas sem dúvida há uma Geografia que tem alcance nacional no Brasil, crítica e transformadora. Talvez seja uma conquista recente do ponto de vista da Geografia brasileira. Talvez esta Geografia crítica e preocupada com a transformação, com esse alcance nacional, me parece, seja recente, e isto é graças a tudo o que conversamos antes. Esta coisa permanente de intercâmbio e de uma energia pública que consegue ainda, embora com muitos problemas, ser um lugar para a produção do conhecimento.

AC: Professora, acho que chegamos ao final. Poderíamos conversar mais se o tempo de diálogo fosse mais efetivo. Os eventos são sobrecarregados de atividades e as pessoas também e nossa rotina não é fácil. Mas lhe agradeço muito pela disponibilidade de tempo, a generosidade em ter aceitado dialogar sobre a Geografia brasileira, sobre a sua trajetória de vida. E o compromisso que posso fazer com a senhora, a forma que posso retribuir, é tentar fazer um registro de sua presença na Geografia brasileira no meu trabalho, e tentar ser o mais ética possível com o seu depoimento, a sua trajetória, respeito à sua pessoa. Fico muito agradecida mesmo, porque é um trabalho importante e espero que ele possa ser compartilhado, porque esse momento aqui é só entre nós, mas tomará que as pessoas depois possam ver por trás dos textos, um pouco do perfil dos entrevistados. Muito obrigada mesmo.

MA: Sou eu que agradeço. Sou eu que agradeço essa oportunidade.

AC: Foi muito emocionante porque as pessoas têm histórias tão singulares, cada um é um universo tão grande e, é tão pouco tempo para fazer o registro disso.

MA: Fantástico viu?! Eu que agradeço.

AC: Terei muito trabalho porque são tantas experiências. Esse tem sido um trabalho muito interessante de experiências, de compartilhamento.

MA: Vale à pena. Vale à pena a vida de cada um de nós e o pouco que a gente possa fazer. Vale à pena porque isto que você está agora, emocionando, tem a ver com que há tanto por fazer para transformar o mundo, o que cada um faz é tão pouco, nós não fazemos nada, porque as demandas, os problemas são tão grandes, parece que o que a gente pode contribuir é

muito pouco. Mas é interessante ver que você está, digamos, perante a trajetória de algumas pessoas que são apenas a trajetória de algumas dentre tantas e tantas. E por isso o mundo se transforma viu?! Por isso o esforço individual parece que não leva a lugar nenhum, mas essas trajetórias todas cruzadas, que são fruto de tantas outras trajetórias, nenhuma é inédita, única, isolada. É produto de tantas outras, por causa das circunstâncias. Então, me parece que a força, esta emoção tua, e a força que tem talvez essa trajetória, se explica porque já estão cruzadas. Entretanto, a força é isto que permite um pouquinho a transformação do mundo.

AC: Penso que a transformação é grande, mas é invisível. Porque além desse pequeno universo, um microcosmos, há uma trajetória de vida, incerta, sem um mundo predefinido que se não sabe aonde vai dar. Vamos fazendo coisas, viver acho que é isso. Fico pensando na quantidade de pessoas que ficam de fora, sem esses registros, porque estamos habituados a pensar que não temos nada a dizer, que as pessoas não tem nada a dizer de importante, o que vale é o discurso que não tem sujeito. Acho que, uma vez que há um registro é possível, pelo menos contestar essa ideia de que as pessoas, nas suas singularidades ou as singularidades no coletivo, não fazem diferença. Acho que a importância de uma história da Geografia, ou de uma história do pensamento geográfico está em não se sobrepor o indivíduo ao coletivo, mas também não fazer com que o coletivo seja tão grande que a singularidade desapareça. É um desafio.

MA: Exato. Enorme. Interessante.

AC: Porque já temos muito material para fazer a história da Geografia.

Bibliografia de referência da entrevista:

ARROYO, M. Mônica. MERCOSUL: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 308-314.

_____. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, Amália I. G. de; SILVEIRA, Maria L.; ARROYO, María M. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 177-190.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

Entrevista com a profa. Dra. Bertha Koiffmann Becker

Entrevista realizada no dia 11 de Agosto de 2009, no Rio de Janeiro, RJ.

Entrevistada: Bertha K. Becker (BB)

Entrevistadora: Ana Cristina da Silva (AC)

BB: Muito bem então vamos lá. Você quer que eu leia ou você faz a pergunta?

AC: Como a senhora preferir. Há algum tratamento que a senhora gosta de ser chamada?

BB: Não, que mais formal o quê. Pode me chamar de você.

AC: Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dúvida de Cézanne*: “É certo que a vida não *explica* a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que *essa obra por fazer exigia essa vida*”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual?

BB: Se eu acho que a vida não explica a obra? Explica em grande parte. E a obra em grande parte explica a vida. Eu tive sempre uma curiosidade enorme pelo novo. Daí meu interesse pela fronteira, pela fronteira em expansão. Uma das coisas importantes que eu contribui foi com o conceito e os estudos da fronteira em expansão, em movimento, não da fronteira política, da fronteira em movimento. Meus pais vieram da Europa, atravessaram o Atlântico e acho que isso também me influenciou no sentido de buscar o novo. Novas terras, novas história, novas fronteiras. Então, isso influenciou minha vida e minha vida influenciou minhas pesquisas.

AC: Como surgiu seu interesse pela Geografia?

BB: Pela curiosidade pelos processos, pelo mundo, pelas mudanças, pelos lugares, descobrir fronteiras, coisas novas. Foi um impulso enorme, não é por acaso que me dediquei à Geografia Política, aos estudos sobre a Amazônia. Eu desbravei a Amazônia geograficamente! Então, isso me impulsionou para a Geografia, evidentemente. Conhecer processos de transformação, de mudança, de expansão, a dinâmica do mundo contemporâneo. Digamos assim. E sempre ligada a minha visão da Geografia como uma “ciência política”. Para mim a Geografia é uma “ciência política”. E por que eu entendo a Geografia como uma

ciência política? É que sempre a tônica das minhas pesquisas foram o território e a fronteira. Nunca foi sobre o “espaço”. Foi sempre sobre o território em que a fronteira teve um lugar importante nesse processo, tá?!

AC: Pensando na sua própria trajetória, você considera que existe um pensamento geográfico brasileiro?

BB: Existe um pensamento geográfico brasileiro que eu acho que não se desenvolveu plenamente como poderia. Quer dizer, nos tivemos, e temos, todas as condições para que ele se desenvolvesse: pelas características, pelo tamanho do Brasil, não só pelo território físico, como pela dimensão cultural, pelas diferenças regionais que são um enorme estímulo ao pensamento geográfico. Acho que contribuições importantes poderiam ter desenvolvido um pensamento, efetivamente, mais significativo. Mas ainda assim, eu acho que nós ainda assim desenvolvemos, sim, se compararmos com outros países da América do Sul, ou mesmo outros países europeus. Acho que, mesmo assim, tem um papel, uma certa marca da Geografia do Brasil que se distingue de outras por aí.

AC: Você acha que há uma relação entre a Geografia brasileira e a cultura brasileira?

BB: A Geografia e cultura? Eu não estou vendo muita não. Para ser franca com você. A relação da Geografia e a cultura, até nos estudos do regionalismo não vejo muito não. Uma das coisas que eu acho que atrapalha o avanço, a consolidação do pensamento geográfico brasileiro é um enorme “fascínio” pelas coisas de fora, de pegar as coisas da moda lá fora e aplicar aqui.

AC: Você teve alguma influência no ensino fundamental ou médio, algum professor que tenha influenciado sua opção pela Geografia? Que aguçou sua curiosidade? Ou tem a ver com o fato de você ter vindo para o Brasil muito cedo?

BB: Eu não vim para o Brasil. Eu nasci no Brasil. Nasci na Tijuca. “E lá mesmo me criei”. [cantarola] Meus pais é que migraram da Europa para o Brasil. Não tem nada a ver. Eles é que me contaram. Essa coisa do migrante que vem para cá, que vai descobrir, desbravar, vai fazer a América. Acho que isso me influenciou. Não quer dizer que eu vim para cá, não. Eu nasci aqui, na Tijuca, no Brasil. Mas houve a influência dos meus pais e outra influência

importante foi da minha irmã que fez o curso de Geografia, Fani Davidovich, que fez muitos trabalhos em Geografia urbana. Ela me contava as histórias das pesquisas do [Francis] Ruellan, que ela participava, pelo Brasil afora. E aquilo me tocou profundamente, porque eu já tinha aquela vontade de andar pelo mundo, de conhecer o mundo, de abrir fronteiras. Quando ela me contava das excursões, dos trabalhos de campo do Ruellan, eu vibrava. Então, juntaram-se essas coisas, a influência da minha irmã e dos meus pais, dessa característica de família, eu acho. E não deixa de ser cultural nesse sentido. Nesse sentido foi cultural.

AC: Você acha que a Geografia que se faz no Brasil, não tem dado conta de pensar a questão cultural do país?

BB: Não. A questão cultural de jeito nenhum. Acho que ela está bem dissociada.

AC: Por que mesmo no caso da Amazônia isso está muito presente. Existem movimentos de ecologistas que vêem muito a floresta, e não a Amazônia como um todo, a população, a cultura, etc.

BB: Mas a discussão sobre a Amazônia não é tanto da Geografia. O que a Geografia avançou tanto na discussão da Amazônia?! Muito pouco.

AC: Penso que a senhora foi “pioneira”. Acho que são poucos os estudos além dos que a senhora fez. Além da senhora que foi pioneira nesses estudos, quer dizer você, há poucos nomes na Geografia que pesquisam a Amazônia. Houve o Orlando Valverde, inicialmente, depois veio o Ariovaldo Umbelino, o Wanderley Messias.

BB: Continuo sendo. Pois é. Obrigada. Então, você vê, é uma problemática fantástica, geográfica e os geógrafos não deram a isso toda a atenção merecida. A Geografia poderia ter dado uma contribuição imensa sobre a Amazônia, que corresponde à metade do território nacional. Se for pensar na Amazônia legal são 61% do território. Ao contrário, eu acho que a Geografia tem muito pouco de discussão sobre a Amazônia. Há o Ariovaldo Umbelino de Oliveira que estuda a questão da terra e aí chegou a Amazônia muito bem. Dá uma grande contribuição, que você pode concordar ou discordar, mas ele dá. Há o Wanderley [Messias da Costa] que tem feito estudos também. E alguns poucos geógrafos que fizeram, mas é um número pequeno.

AC: O Carlos Walter [Porto Gonçalves].

BB: É mesmo. Há o Carlos Walter. Mas você vê que pode contar nos dedos.

AC: Toda a discussão que houve no final da década de [19] 70, com a chamada Geografia crítica, com o “movimento de renovação”, como você se posicionou em relação a ele? Ele foi, de alguma forma, impactante ou aquilo que você já vinha fazendo não teve muita alteração?

BB: Ela foi enormemente impactante, não tanto em mim. Mas na Geografia brasileira foi, enormemente, impactante. Tão impactante que às vezes prejudicou. Porque todo mundo só queria fazer aquelas coisas da Geografia crítica. Então, de certa maneira tolheu até certas liberdades que as pessoas podiam ter. A mim não. A Geografia crítica não mudou o que eu fazia. Não deixei de fazer o que eu fazia. Até concordo com algumas das críticas da Geografia crítica. Mas não mudou muito. Eu sempre fiz trabalhos de campo com muita reflexão. Não fazia nunca uma Geografia descritiva. Nunca fiz uma Geografia crítica que se encaixava no sentido do “modelito Marx”. Nunca fiz nem uma coisa nem outra. Sempre fui muito autônoma no meu pensamento geográfico e na minha forma de fazer Geografia Política. Geografia Política desde o começo quando ninguém fazia. Todo mundo tinha medo de Geografia Política, era um palavrão. Ninguém falava porque tinha medo. Eu fazia pesquisa de campo, sempre procurei juntar a teoria com o empírico, com a pesquisa de campo.

AC: Acho que você foi pioneira também ao introduzir na discussão a questão do “desenvolvimento sustentável” na Geografia Política.

BB: Ah, foi. Fui mesmo metendo a crítica. Mas não presa a modelos pseudomarxistas. Desculpe eu dizer, porque muitas vezes os geógrafos entraram nessa coisa e fizeram um mau marxismo. Está entendendo? Não se pode ficar submisso a “modelito”. Os princípios do marxismo tudo bem, pode usar adequando à sua profissão. Mas não ficar fazendo “modelito” copiado de Geografia crítica. Aí acho que houve um prejuízo na criatividade da Geografia brasileira. Então, você vê, a política está no âmago da Geografia porque ela é uma ciência política.

AC: Mas essa ênfase é um traço característico seu.

BB: Você entendeu bem minha crítica? É aos modelos plasmados de Geografia crítica.

AC: Entendi. Você acha que essa Geografia que se faz, hoje, avançou, em alguma medida, no sentido de algumas formulações que você e o Claudio Egler fizeram naquele livro: *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*, no início dos anos [19] 90? Vocês recuperaram o sentido de região, trabalharam com espaço e território nacional. Há uma pluralidade de temas (desterritorialização, turismo, cultura, etc.), como você está vendo essas discussões contemporâneas?

BB: Por um lado se aprofunda. Há coisas agora, bem recentes, não estou falando só de desterritorialização, não. Por um lado se aprofunda e por outro também se repete coisas lá de fora. Não?! Eu acho que sim! Eu acho que a tendência natural é você se aprofundar, dinamizar o pensamento, nesse sentido. É normal essa contribuição, mas o que estamos vendo hoje não é essa multiplicidade só na Geografia, mas todas as disciplinas “entrando pelo território adentro” e os geógrafos não estão sabendo dar conta plenamente do “seu território”. Estão perdendo o seu “território”. Todo mundo entrou. A Sociologia entrou, a Economia, a Antropologia entrou. Todo mundo “entrou” no território.

AC: Até a ciência do direito.

BB: Então, você vê, é uma coisa que está no âmago da Geografia. Porque é uma ciência política. Você entendeu? Eu acho que assim como houve um excesso da Geografia quantitativa, todo mundo querendo embarcar nos números, em técnicas e modelos, houve também um excesso das pessoas ao quererem adotar um modelo plasmado de ou só Geografia crítica. Todo mundo tentou seguir e que acaba prejudicando a criatividade. Tanto a “modelagem quantitativa” excessivamente, quanto a “modelagem crítica” excessivamente acabam prejudicando a criatividade.

AC: Houve ortodoxia nos dois casos. Ortodoxia do método, da teoria, enfim.

BB: Ortodoxia. Perfeito. Houve ortodoxia dos dois lados, exatamente. Foram coisas que impediram o pensamento geográfico brasileiro de avançar e de se consolidar com originalidade.

AC: Há uma característica que se apresenta, senão no discurso pelo menos na história do pensamento geográfico brasileiro, que é uma diferença na formação dos geógrafos brasileiros. Recentemente, a Mônica Sampaio Machado publicou a tese de doutorado dela sobre a Geografia, a institucionalização da Geografia acadêmica no Rio de Janeiro. A questão que quero por é se você considera que existe uma Geografia “carioca” e uma Geografia “uspiana”?

BB: Eu acho que a Geografia “carioca” foi mais livre do que a “uspiana”, no sentido de não ficar tão presa às ortodoxias. Porque você vê, estou falando de universidade. Porque o IBGE entrou firme na “Geografia quantitativa”, ficou muito preso à Geografia quantitativa, no tempo do Esperidião Faissol. Foi uma coisa muito pesada mesmo. A universidade não tanto. Na universidade acho que tive influência nisso, porque mantive trabalho de campo sobre a questão regional e territorial. Acho que nós não entramos nem tanto numa, nem tanto na outra.

AC: Pergunto isso também, porque o que se comenta muito é a influência do IBGE na Geografia “carioca”.

BB: Não. Eu não acho. Eu acho que não. Eu acho que nós é que formamos a maioria dos recursos humanos do IBGE. Bom, antigamente, pode ser que houve influência. Naquele tempo do Orlando Valverde. Mas veja bem, hoje, somos nós, da UFRJ, que formamos os profissionais que atuam no IBGE.

AC: Não estou falando mais recentemente. Nós últimos quarenta anos, penso que não.

BB: O IBGE seguiu muito autonomamente. Seguiu a influência mundial da época, da Geografia quantitativa. E quem seguiu isso na UFRJ não foi por causa do IBGE. Não acho isso não.

AC: Com você está vendo a relação entre território e globalização?

BB: A globalização traz muitos impactos sem dúvida, principalmente, nas redes de comunicação, nos fluxos transfronteiras, isso é óbvio. Você tem as relações transfronteiriças que, indiscutivelmente, afetam o território nacional que perde sua rigidez em termos de

fronteiras, justamente de limites. Mas isso não tira o valor dos territórios e dos estados nacionais. Os estados estão aí, por enquanto e por algum tempo. Estou vindo dos Estados Unidos e você vê como estão ajudando o capital, as empresas. Essa ideia de “estado mínimo” gorou. Estão todos retornando com força, claro que não com a mesma natureza. É difícil destrinchar a “natureza” do estado, hoje. Mas eles estão aí e tem o seu papel e o território nacional, evidentemente, que continua a ter um papel apesar dos fluxos e das transações serem transfronteiriças. Como você pode ter problemas maiores com as fronteiras, como maiores colaborações nas áreas de fronteira, não é verdade? Então, a questão da soberania mudou de natureza também. Aliás, escrevi sobre isso. Mande para a França um artigo. A questão é o seguinte: são os próprios estados que querem tanto participar, fazerem ouvir a sua voz nos fóruns globais que criaram mais espaços para uma governança dual, ou seja, para entidades que passam a ter ingerência, influência nos territórios. Porque essa é uma decisão política dos próprios estados, são questões políticas, justamente, construídas, inclusive a globalização econômica porque as decisões são políticas. Então, os estados têm um papel importante nessa questão. Hoje em dia há pessoas que acham que a soberania deve ser entendida como autonomia, que é o melhor termo para mostrar a vulnerabilidade ou não de um estado e o grau de autonomia que ele tem, que seria ter ou não a influência, a ingerência de influências externas. É difícil, mas são duas coisas: primeiro, lembrar que são os estados que tomam as decisões, não se esquecer disso. E, segundo, as relações dependem da maneira como você se relaciona com a situação. Às vezes, você não pode mudar a situação, mas pode mudar a sua relação com a situação. Não sei se fui clara? Está entendendo? Às vezes, são situações difíceis porque você não tem como mudar a situação, mas você pode mudar sua relação com ela.

AC: Eu acho que talvez seja um bom momento para você contextualizar isso. Se compararmos o que era feito de “política de estado” para a Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, e se nós pensarmos o que é feito hoje. Em termos de política de estado para a Amazônia, você acha que avançou do final do século XX até o início do XXI?

BB: Essa é uma pergunta “braba”. Porque em termos de pensamento geopolítico, muitas coisas que o governo militar fez eram corretas. É horrível ter que dizer isso, mas em termos geopolíticos, assim, de querer modernizar e integrar o território, estava correto. Estimular os investimentos dos empresários no território. Tinha que fazer isso hoje. Expandir os meios de integração, os meios de comunicação, isso é crucial para a Amazônia. Se não tivesse

implantado as telecomunicações, os meios de comunicação na Amazônica, ela não teria tido possibilidade de se articular com o mundo, de se conectar. As telecomunicações foram cruciais. Investimento em exploração mineral é fundamental. Afinal de contas, temos recursos. Agora, houve “mil” problemas também. Nós sabemos, por exemplo, não se pensou em nada no meio ambiente. Naquela época também, o meio ambiente estava começando a surgir como questão. Não foi em [19] 72 a Conferência de Estocolmo?

AC: Foi sim.

BB: O regime militar começou na década de [19] 60. Ninguém estava pensando em termos ambientais. Foi errado, devia ter pensado. E, sobretudo, problemas sociais de desterritorialização. Porque houve mesmo problemas de desterritorialização. Houve mesmo “mil” migrações, depois desterritorializaram, deram grande poder aos latifúndios.

AC: A grilagem de terras.

BB: Isso mesmo, a grilagem de terras, grande poder ao latifúndio. A própria Companhia Vale do Rio Doce que era do Estado, na época, mas que hoje privatizaram, governa quase que, praticamente, governa metade do estado do Pará. Esse tipo de coisa né? Muita coisa errada. Erraram muito, mas algumas coisas foram corretas em termos da geopolítica. Geopolítica “positiva”, não estou falando de negativa, de querer modernizar o país, de querer incorporar a região efetivamente ao país, porque a Amazônia hoje é uma região quase integrada ao país. Eu agora estou trabalhando numa outra coisa que é a história da Amazônia que é completamente diferente da história do Brasil e até hoje as pessoas não se deram conta ainda. É uma história muito mais vinculada ao Caribe do que à história do Brasil. Não foi uma região de *plantations*. Foi uma região de pilhagem de recursos, de expedições como foi com o Caribe, só que não eram territórios contínuos, mas descontínuos. Mas não vou entrar nisso aqui. E agora? O fato é que até hoje nem a Amazônia foi integrada ao Brasil, nem as outras “Amazônias” aos seus estados respectivos, tá? Então, se avançou, como eu estava dizendo, nos anos [19] 60 e 70, durante o regime militar. Houve medidas importantíssimas, decisões políticas importantes e medidas importantes: nas telecomunicações, nos investimentos do setor privado, só que há coisas erradas, por exemplo, melhorias na pecuária e não só a questão das terras. Você está entendendo? Agora, hoje, “política de estado”? Vou dizer uma coisa horrível. Eu acho que há muita discussão, muitas vozes positivas a favor da Amazônia. Nesse

sentido acho que mais de Estado do que de governo, mas as políticas estabelecidas e a execução, sobretudo a execução, não são boas.

AC: Não avançaram?!

BB: Lamento informar. Há muito mais, uma maior participação na discussão, coisa que não havia. Não havia discussão nenhuma, agora há. Mas na execução das políticas, não vejo grande avanço não.

AC: Pois é, porque quando você fala da questão da globalização e da soberania, do território nacional, penso também na crise ambiental. Parece que a globalização colocou isso de forma mais evidente, contundente, no debate atual. E o que se percebe é uma mudança na democracia não só como representação, mas como um valor, como um exercício diário efetivo. Você acha que...

BB: Hoje é muito mais democrático. Mais não, porque nos anos [19] 60 e 70 não havia democracia nenhuma. Ao contrário, o regime militar era autoritário, repressor. Sobre isso nós não temos dúvida. Tem muito mais democracia. A democracia é um regime muito mais difícil, no sentido de governar, porque todo mundo dá palpite, todo mundo opina. Tem liberdade de expressão. Mas no “frigor dos ovos”, é nisso que eu quero chegar, na hora de executar política, às vezes, os discursos são lindos, mas na hora de executar, os resultados não são tão efetivos. Quero falar uma coisa sobre a questão da soberania. A questão da soberania é muito conflitiva em relação à Amazônia. Eu tenho dito, estudado isso e mostrado. Hoje você tem pressões na área ambiental, você sabe, já cansei de escrever sobre isso, mas hoje tem uma novidade. Tem processos de mercantilização de elementos da natureza com sérios riscos ambientais. Então, a novidade hoje é essa. Eu estava escrevendo um texto ontem e hoje sobre a questão das mudanças climáticas e as propostas de solução, porque a Amazônia é um dos focos do debate internacional. Porque juntaram a questão da floresta, do clima e da biodiversidade, sacou? Todo mundo fica dizendo que ela é responsável. Não estou dizendo que ela é responsável.

AC: Há o mito de que a floresta é o pulmão do mundo, uma ideologia salvacionista.

BB: Ideologia e “geopolítica negativa”, porque é uma das formas de fazer pressão. E de tentar controlar o uso do território. Eu já escrevi há algum tempo atrás que a geopolítica mudou. Geopolítica negativa porque as grandes potências não estão mais interessadas em dominar o território como colônias porque é muito mais caro hoje. Então, a geopolítica está muito mais preocupada em controlar a decisão sobre o uso dos territórios. Controle das decisões sobre os usos dos territórios. Nesses fóruns globais, na Convenção sobre o Clima, na Convenção sobre a Biodiversidade. Aí você tem a guerra. A guerra entre “norte” e “sul”, para dizer uma coisa bem emblemática, assim, simplificada, mas que todo mundo entende. Guerra como pressão. Geralmente os países desenvolvidos, mais desenvolvidos, contra os países “periféricos”. Sejam eles emergentes, como o Brasil, sejam mais periféricos. Então, propõem esse modelo do REDD [Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal] que eu não vou poder ficar explicando, senão a gente não vai sair disso. Está todo mundo encantando. O modelo é a solução para o clima, para conter, amenizar o clima, o desmatamento e ninguém vê o que há embaixo dessas propostas. É assim que hoje a questão da soberania anda.

AC: Então, talvez se possa dizer que, no caso brasileiro, quando se pensa a Amazônia não a pensa como território “nacional”, exclui-se o território nacional; e quando se pensa o território nacional exclui-se a Amazônia.

BB: Isso mesmo. Muito bem. Não se pensa no território nacional. Está todo mundo encantado com esse REDD e vão dar rios de dinheiro. É o mercado de carbono. No fundo é isso daí controlar o mercado de carbono. É uma forma de controlar o uso do território. No fundo é uma “geopolítica pura”.

AC: Entra na questão da política de patentes de plantas, animais, etc.

BB: Da biodiversidade. A discussão é um escândalo! A questão das patentes é um escândalo! É um escândalo. As coisas são tão rápidas e tão enroladas que fica difícil você entrar no cerne das questões. Então, todo mundo fica fascinado com o dinheiro que pode vir para mercantilizar nossos serviços ambientais. Estão entrando na mercantilização do ar.

AC: Há uma contabilidade da natureza hoje, já existem indicadores para contabilizar.

BB: Mas estão seduzindo. Agora, é o que estou te dizendo, tem que pensar se vale à pena. O problema é a gente que está embarcando. Mas tem que pensar em mudar o modelo de desenvolvimento, tem que pensar em parar de desmatar. Já estou entrando numa outra discussão.

AC: Pois é, mas como vocês têm muita trajetória, muito conhecimento, não dá para conter. É difícil limitar, porque vocês têm muita experiência para contar. E o tempo de vocês é precioso.

BB: Eu acabei de fazer um texto sobre a questão da regularização fundiária. Estou fazendo um texto sobre a questão da mudança climática metendo o malho no REDD, quando todo mundo está encantado. Os nove governadores da Amazônia mandaram uma carta para o Lula, em julho, dizendo que o Brasil tem que aprovar o REDD. Esse tal modelo. E tem que mudar de posição. Porque até agora o Brasil não queria deixar entrar no Protocolo de Quioto as florestas nativas. Tem que deixar entrar as florestas nativas.

AC: Quero retomar uma questão que começamos sobre o papel do geógrafo.

BB: Mas deixa só eu completar. Quero dizer o seguinte. A questão do Brasil, do território, da soberania, tanto a globalização tem a ver, crise ambiental muitíssimo, a questão da democracia também porque tem muito mais discurso, palavrório, que resultado. Pronto. Então, o papel do geógrafo.

AC: Como você tem visto a inserção dos geógrafos na vida pública nacional? Porque se nós avaliarmos do ponto de vista institucional, os cursos de Geografia ampliaram bastante. A AGB continua ativa. Criou-se também a ANPEGE. Como você percebe a atuação dos geógrafos perante o Estado, nos movimentos sociais, etc. A inserção do geógrafo hoje?

BB: Mas qual curso não cresceu? Eu acho que cresceu o número de cursos, basicamente. Eu acho que houve uma ampliação da participação do geógrafo no funcionalismo público, nas secretarias governamentais dos estados, municípios e federais também, acredito. Acho que aí houve um grande campo de emprego, de trabalho que se abriu. Além do ensino que era o grande campo de trabalho. Trabalhando com o SIG, com fotointerpretação. Então essa foi uma abertura grande e importante. Do ponto de vista dos geógrafos abordarem problemáticas

nacionais e territoriais. Mas problemáticas nacionais do ponto de vista da reflexão, de análises críticas, não. Análise crítica para mim é isso, quer dizer, todo mundo está encantado com o REDD e eu vou botando os dedos no problema. E não ficar fazendo pseudomarxismo. Eu acho que do ponto de vista de análises críticas de problemas nacionais, acho muita fraca ainda a participação do geógrafo, socialmente falando.

AC: Você acha, então, que é possível concordar, em alguma medida, com a distinção que o professor Milton Santos fez entre pesquisador e intelectual?

BB: Não tenho a menor dúvida. Não é só isso, mesmo na pesquisa há muita coisa para ser melhorada. Eu acho que você não pode fazer pesquisa isolada da tua postura política. Pode? A não ser que você fique fazendo só fotointerpretação, fotogrametria. Eu acho que não tem condição. Você vai fazer história do pensamento geográfico desvinculada da sua concepção política? Acho que de forma alguma. Porque eu não consigo dissociar a pesquisa da política, nesse ponto eu discordo do Milton [Santos] porque não consigo dissociar a pesquisa da intelectualidade.

AC: Vimos esse discurso muito presente com a Geografia crítica, nos anos [19] 80, a ideia de uma nova utopia, com o movimento dos trabalhadores, os movimentos sociais, etc. quando a questão da práxis e da utopia estava em pauta no discurso do geógrafo.

BB: Desabrocharam, né?

AC: Esse discurso não teria inviabilizado a discussão de um projeto nacional para o Brasil? Como é que você vê isso hoje? Como você se posicionaria em relação a essas duas posições?

BB: Que duas posições?

AC: A questão da práxis e da utopia ou a discussão de um projeto nacional?

BB: Eu sou pela discussão de um projeto político nacional. De um projeto político nacional em que a práxis entra, mas ela não vem como um discurso anterior. Em princípio sim, mas não como um “modelito arrumado”.

AC: Eu acho que estamos finalizando.

BB: Acho que estou pulando muita coisa.

AC: Algumas questões a senhora já respondeu, quando respondeu sobre a globalização. Acho que ainda faltam algumas questões, como a do que é “geográfico”. O que para você é “geográfico” hoje?

BB: O que é geográfico?

AC: O que você define como sendo geográfico? O que confere identidade ao discurso da Geografia na atualidade?

BB: Eu acho que o que identifica o saber geográfico é a possibilidade de entender a combinação de múltiplas variáveis no território. Enquanto outras disciplinas lidam com o social, com o físico mais especificamente, a graça da Geografia é o resultado de interações complexas. Não é a interação em si. É o resultado das interações. Isso é coisa ainda dita pelo Hartschorne, mas eu acho que ele tinha toda razão. É o resultado de interações no território. Faz uma diferença grande. Não é só interação. Não é só entender a interação

AC: Não é o processo...

BB: Não, é o processo. É o processo e a resultante desse processo. Tem que entender o processo.

AC: Não pode ficar só no processo ou só no resultado.

BB: Não. Mas a resultante é um processo, porque ela está em constante modificação das interações. Elas não são fixas, mas continuamente em movimento. A dinâmica da terra como fruto do resultado de interações complexas. Não é isso que a Geografia faz? Analisar interações complexas?

AC: Precisa analisar essas interações. E o foco da Geografia é a capacidade de produzir essa síntese?

BB: Ah, mas não tenho a menor dúvida. Mas não é síntese. É entender a interação e o seu resultado. Não deixa de ser síntese, mas não é só a síntese. Se não fica parecendo que é só a síntese. Aí cai naquela coisa de Geografia Geral que estuda população, urbano, etc., e a síntese, não é por aí.

AC: É, são sínteses parciais por conta do processo contínuo.

BB: Não pode simplificar.

AC: Entendo.

BB: É a ideia da complexidade, da multiplicidade das interações. Isso eu acho que é muito da Geografia. E eu acho que é isso que se espera do geógrafo. Acho que aí é que o geógrafo, a Geografia contribui.

AC: Acho que recentemente, quer dizer, não é tão recente, mas até o Edgar Morin fez um elogio à Geografia. Porque ele vê na Geografia uma ciência que tem a possibilidade de fazer, não usa esse termo síntese, ele usa várias palavras compostas para dizer que a Geografia, dentre as outras ciências, é aquela que está mais capacitada para dar conta da complexidade.

BB: Então vamos usar as palavras dele que fica mais bonitinho...

AC: Ele pensa que a Geografia é a ciência que é capaz de trabalhar com a complexidade, de ultrapassar as fronteiras entre os domínios das Ciências Naturais e Humanas, de fazer uma interface.

BB: Aí, então, pronto. É antiga essa discussão da Geografia. Não é interface, é a complexidade. E acho que a complexidade está sendo muito valorizada.

AC: O termo que ele usa em relação às disciplinas é a transdisciplinaridade.

BB: É verdade, é a transdisciplinaridade que é diferente da interdisciplinaridade.

AC: Que também é diferente da multidisciplinaridade.

BB: Exatamente, mas na Geografia tem um conteúdo que é transdisciplinar. Não é querer puxar a sardinha para a Geografia. É que ela tem, está na essência de seu nascimento, da sua epistemologia e da sua evolução, não está?! Está na essência dela a complexidade.

AC: Você vê nesse cenário todo, sobre o qual conversamos, que há alguns geógrafos contemporâneos que você, fique à vontade para se pronunciar, destacaria com um pensamento expressivo na atualidade?

BB: Bom, é evidente que Milton Santos. É contemporâneo? Acho que é. Embora já tenha falecido. [Orlando] Valverde foi, em muito menor medida. Ab'Saber é um nome. Não só na Geografia. Porque também tem isso, que eu acho importante, há pessoas que transcenderam a Geografia. Ab'Saber saber é um nome conhecido, citado e reconhecido. Numa outra escala, eu diria que Milton Santos no topo, mas numa outra escala, Orlando Valverde, [Pedro] Geiger, que também é conhecido, reconhecido fora da Geografia.

AC: E dessa geração atual, que se formou mais recentemente?

BB: Tônico, Wanderley. Tônico e Wanderley são nomes interessantes. Tem dado importantes contribuições teóricas, Wanderley também. Tem aquele livro que eles fizeram [A valorização do espaço], devem ser citados. Quem mais? Já falei alguns né? Estou falando de gente que eu acho que tem um “tcham”.

AC: Uma “marca”...

BB: Um “tcham” a mais. Ruy Moreira tem uma cabeça muito interessante. Ruy Moreira tem, não é? Não pode ser esquecido não. Assim de antemão, mas eu acho que ele é importante, tem dado uma contribuição importante

AC: Professora, só para finalizar, sabemos que a senhora não para. Ainda bem que não para. Quais são seus projetos futuros além daqueles que já desenvolve? A coordenação do laboratório [o LAGET]?

BB: Ainda vou continuar coordenando o laboratório durante algum tempo. Ainda não pendurei as chuteiras não. No momento, esse ano fiz coisas importantes. Eu fiz a Conferência

inaugural da ANPUR que me deu um trabalho danado porque eu tive que ler muita coisa, queria me atualizar. Inclusive porque retomei a questão do território e várias outras coisas. Bom isso foi importante nesse sentido. Bom, já fiz vários textos para o Itamarati, para as reuniões do Itamarati que me pediram. Fiz um texto dessa conferência que vou publicar. E aceitei, finalmente, coordenar o macro, conceber, não é coordenar, conceber o macro zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal para o Ministério do Meio Ambiente.

AC: E até quando vai esse projeto, a previsão de trabalhar nele?

BB: Até dezembro [desse ano] tem que estar pronto, terminar. Você vê são seis meses, por isso que estou atolada. E o que eu não falei, é que o ano passado fiz uma assessoria para o ministro Mangabeira sobre a Amazônia. Então, vai sair agora um grande livro com várias ideias sobre a Amazônia. Fiz um ano de assessoria, consultoria para ele. Coordenei um grupo grande de consultores e fizemos um profundo trabalho sobre a Amazônia. Agora passei para o Ministério do Meio Ambiente. Acabei o trabalho lá, vim pra cá. Graças a Deus não estou vinculada a partido e vou tocando a minha Geografia. E posso dizer que não estou vinculada a nenhum partido político. E posso dizer a você que realmente consegui uma difusão, uma entrada da Geografia em tantos setores que eu mesma, às vezes, fico espantada. Isso é uma coisa importante. Quer dizer, no meu trabalho, eu sempre pensei a Geografia como uma ciência política. E sempre considerei o território, as fronteiras. Foram as categorias, não sei se é. Mas acho que é. As categorias que eu persegui, que me seduziram muito antes da renovação descobrir o território. Se você quiser eu te mostro meus trabalhos da década de [19] 80. Muito importante na comemoração do IBGE saiu um número especial da Revista, ano 50. Eu fiz um trabalho sobre o resgate da geopolítica, que é muito importante.

AC: Ah, eu gostaria de ver sim.

BB: Ah, ano 50, número 2, *Revista Brasileira de Geografia*.

AC: Agora ela já está *online*.

BB: Ah, não sei. Já está? Depois eu fiz um outro sobre contribuições à gestão do território. E fora um outro sobre a questão da região, mas não vou ficar aqui te dando bibliografia. Então, esse ano já fiz essa montanha de coisas: vários textos, conferências. Vai sair meu livro, agora

em setembro, esse que eu fiz com o [ministro] Mangabeira. E agora estou fazendo também o zoneamento da Amazônia legal. Pretendo continuar com o meu laboratório por mais um tempo. E quero diminuir um pouco, por exemplo, hoje eu não aceito tanto convite para conferência. Eu sempre recebo convite para conferências. Agora, por exemplo, me mandaram um e-mail lá de Curitiba para fazer uma conferência, mas não pude aceitar. Não posso aceitar tudo que me convidam porque senão não faço meu trabalho. Algumas coisas eu faço. Agora, nessa quinta feira, eu vou para Manaus dar a aula inaugural, do semestre, na Universidade Estadual do Amazonas. E fui convidada dessa vez também pela Universidade de Brasília e pela UFRJ, pela engenharia. Eles estão fazendo curso lá na UEA e estão me levando para lá para dar essa aula inaugural, mas estou cortando muitas coisas. Mas tenho contato com o INPE [Instituto de Pesquisas Espaciais] de São José dos Campos. Tenho muitos colegas, amigos na universidade da Amazônia, nem se fala. Tem a diretora da EMBRAPA, muito amiga minha que era de Belém. Hoje em dia estou sendo chamada pela empresa privada, pelos empresários, que eu acho uma coisa importante. Então, tanto os ministros me chamam para fazer consultoria, como os empresários estão começando a me chamar. Eu acho importantíssimo, não porque eu vou fazer trabalho para eles, mas porque eles têm que entrar na Amazônia decentemente. Você entendeu? Não vai mudar a Amazônia e implementar um novo padrão se os empresários não assumir junto com o governo e com a população.

AC: É preciso disciplinar a entrada deles.

BB: Mas tem que entrar, minha filha, senão não dá.

AC: Acompanhando seu currículo, o Lattes, algo que me chamou a atenção é que o seu trabalho tem sido reconhecido...

BB: Ah, mas por quê? Eu tenho sido convidada para fazer palestras na Segurança Nacional, na Câmara dos Deputados. Você sabe de quantos setores eu participo? Ah, e outra coisa, vou fazer uma conferência na ADESG [Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra]. Eu acho que eles apreciam inclusive minha reflexão crítica, que não vou ficar repetindo os modelitos que vêm de fora. Porque eu, quando aparece uma proposta que vem de fora, como essa do clima, vou lá e digo: “não é bom para o Brasil”.

AC: E acho que há um compromisso também intelectual.

BB: Tem compromisso intelectual e político com o Brasil. Mas tem, tem mesmo. No âmago.

AC: Não é só um reconhecimento que se nota só pelas universidades, no meio acadêmico.

BB: Eu tenho, ganhei uma medalha de ordem do mérito científico. Tenho medalha do Itamarati, da Ordem do Rio Branco, de Lion, na França, de doutor *honoris causa*, da *American Geographical Society*. Ah, nem me lembro as outras. Isso é uma coisa legal.

AC: Eu acho importante.

BB: Eu realmente difundi a Geografia em muitos setores. Difundo, né? Não há a menor dúvida. E não fiquei presa na universidade e nem só na Geografia. A maioria dos meus colegas hoje não são geógrafos. Adoro meus colegas de departamento, mas eu não dou mais aulas hoje. Estou profundamente comprometida com esses projetos, mas sou talvez a única geógrafa dentro desses grandes projetos para a Amazônia, entendeu? Então é isso aí.

AC: Então, eu acho que está faltando mais entrevistas.

BB: Você não faz ideia da quantidade de entrevistas que eu dou.

AC: Precisa registrar isso no pensamento geográfico brasileiro.

BB: Eu acho que não segui seu roteiro. E eu não quero te prejudicar. Depois você vai falar que ficou alguma coisa sem resposta.

AC: Não. Não prejudicou em nada. Algumas questões você ia respondendo sem que eu tivesse formulado. É assim mesmo, não tem uma ordem rígida.

BB: Eu não queria que você saísse daqui dizendo que faltou alguma coisa.

AC: Não. Mas é só um roteiro. Não tem necessidade de seguir a ordem como se fosse um questionário.

BB: Pois então, você entendeu né? Acho que o pesquisador tem que ser intelectual.

AC: Entendi.

BB: Eu acho que você deveria fazer um esforço de reflexão para definir uma problemática pra sua tese.

AC: Há uma problemática, mas explicá-la demandaria um tempo maior de discussão que não cabe aqui, agora. Dessa proposta de fazer uma história do pensamento geográfico que não é sobre aqueles geógrafos já falecidos. Mas sobre os contemporâneos. É uma problemática que se mostra pela diversidade de abordagens do território. Porque são diversos “olhares” sobre o território.

BB: Ah, mas eu esqueci de falar sobre dois geógrafos, a Lysia e o Nilo Bernardes que não pode esquecer também. São contemporâneos também. Atualmente, tem um rapaz lá no nosso departamento que é muito bom: Paulo César da Costa Gomes. É um nome interessante da contemporaneidade.

AC: Ah, eu o conheço também. Muito erudito.

BB: Muito erudito, muito inteligente. Quem é muito bom também, que ainda está se formando é o Ivaldo Lima. Foi meu aluno, meu mestrando, esse é mais jovem ainda, mas é muito erudito na área de Geografia Política. Foi para [Federal] Fluminense, fez concurso lá e passou.

AC: A Federal Fluminense está crescendo bastante.

BB: Ele é uma esperança boa. Fez o doutorado.

AC: A pós-graduação da UFF parece que cresceu muito também.

BB: Então, você tem mais alguma pergunta? Estou a postos.

AC: Não tenho mais nenhuma. Tenho mais é que agradecer sua generosidade em me receber na sua casa e pela disponibilidade de tempo, que eu sei é muito precioso. Muito obrigada mesmo.

BB: Eu dou muitas entrevistas, menina, para muita gente e para aquele canal lá da [rede] Globo, o Futura, e para tanta gente, repórteres, é um sufoco.

Bibliografia de referência da entrevista:

BECKER, Bertha K. EGLER, Claudio A. G. **Brasil:** uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BECKER, Bertha K. MIRANDA, Mariana. (Orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BECKER, Bertha K. Tendência de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 5-18, jan./jun. 1997.

_____. Introdução. Por um redescobrimento do Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil:** 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a. p. 11-23.

_____. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 29-42, jan./jun. 1999b.

_____. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 7-24, jul./dez. 1999c.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, Milton; *et al.* **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.

Entrevista com a para ofa. Dra. Iná Elias de Castro

Entrevista realizada no dia 12 de Agosto de 2009, no Rio de Janeiro, RJ.

Entrevistada: Iná Elias de Castro (IC)

Entrevistadora: Ana Cristina da Silva (AC)

AC: Merleau-Ponty (2004, p. 136) disse no ensaio *A dívida de Cézanne*: “É certo que a vida não *explica* a obra, mas é certo também que elas se comunicam. A verdade é que *essa obra por fazer exigia essa vida*”. Seria essa uma boa provocação para que nos falasse de sua vida com relação à sua formação e produção intelectual? Escolhi essa citação, como uma provocação, porque acho que ela pode ser pensada também para a ciência. Quer dizer, a produção intelectual é também um tipo de criação.

IC: Bom, eu acredito que, tomando a ideia como ponto de partida para o porquê da Geografia, esclareço que sou de uma geração em que as áreas de conhecimento eram mais limitadas: ou você virava professor, médico, advogado ou engenheiro, arquiteto. E ser professor era uma profissão mais feminina. Desde cedo ser professora era uma profissão mais valorizada. Era o mundo feminino. E havia duas coisas que eu gostava muito: uma, da área de letras, da literatura; e outra, uma enorme curiosidade em relação ao mundo, aos lugares, ao diferente. E acabei indo para a Geografia por conta dessa grande curiosidade. E o que é interessante, é que tive uma formação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no caso era ainda a Universidade do Brasil; tive uma experiência com a Geografia muito interessante. Tive trabalhos de campo excelentes, viajei por várias partes do Brasil em muitos trabalhos de campo com uma professora, a Maria do Carmo Galvão, que era realmente uma mestra. Ela era aquela pessoa que conseguia fazer tanto Geografia física como Geografia humana, tanto dava excelentes cursos de Geomorfologia, como de Geografia do Brasil. Ela tinha uma visão integrada da Geografia. Eu tive o privilégio de ter uma Geografia muito integrada, de satisfazer muito aquela curiosidade. Fui privilegiada. De certo modo, ao olhar para os lugares, eu era capaz de perceber o clima, a superfície, o solo, a erosão; ao mesmo tempo como os homens tinham se organizado ali, a cultura, seja com a construção das casas, seja na agricultura, na indústria. Essa formação foi muito satisfatória, enriquecedora, em relação a uma visão ampla e integrada. Depois de formada, nos primeiros anos, atuei como professora no ensino médio e descobri que gostava de dar aula. E que meus alunos adoravam Geografia. Eu fazia com que eles sempre usassem o atlas. Eles ficavam impressionados. Inclusive nas provas, eles faziam provas com o atlas, e me perguntavam se podiam “colar”. Eu dizia pode,

podem “colar” do atlas. Porque a leitura do mapa era uma forma de visualizar, de por a imaginação para funcionar naquela representação. Eles aprendiam isso. Eu gostava de trabalhar os mapas com eles, mesmo com os mais jovens das primeiras séries da segunda fase do primeiro grau. Eles aprendiam a ver as formas de relevo no mapa. Saber que aquela estrada estava subindo ou descendo; onde estava a nascente do rio, onde não estava; o que era o urbano, porque o urbano estava ali, a relação com o transporte, com o litoral, com o interior. O uso do mapa sempre foi uma forma profundamente enriquecedora. Os mapas do atlas funcionavam como uma representação, em tamanho muito reduzido, desse universo que é muito variado, que é o mundo, o território, o espaço. Acho que a Geografia tem, e para mim sempre teve, um sentido até lúdico, nessa fase, de “olhar o mundo” e ver essa diferenciação no mundo. Essa Geografia foi profundamente enriquecedora. Acho que ela ajuda, me ajudou muito, a ser, por exemplo, uma “boa viajante”. Acho que eu aprendi isso. Gostava de viajar sempre. Com a professora Maria do Carmo, nós viajávamos muito pelo Brasil, pelo próprio estado do Rio de Janeiro e na cidade do Rio de Janeiro. Isso me ajudou a alimentar e despertar ainda mais a curiosidade sobre o mundo. Então, quaisquer viagens, quaisquer oportunidades que eu tinha de viajar pelo Brasil ou pelo exterior eu sempre fazia. Percebia, quando viajava com outros amigos que não eram geógrafos, que eu tinha um olhar muito mais rico. Eu era capaz de ver muito mais coisas que as pessoas não viam. Acho que isso é um instrumento de vida, uma riqueza, um enriquecimento individual que a Geografia me deu. Instrumentalizar esse olhar para o outro, para outro lugar, para o mundo e que permite ver melhor. Não basta você ter olhos para ver. Você precisa ter instrumentos para ver melhor. Acho que a minha geração, a capacidade que tínhamos de olhar mapas, olhar atlas e utilizar mapas, nos ajudou muito, justamente, a ter essa visão de mundo, a construir certo imaginário sobre o mundo.

AC: Um dos traços de sua obra que se pode identificar é uma reflexão política que é mais encontrada na Ciência Política, mas na sua produção está muito bem casada com a Geografia. No seu livro *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*, de 2005, pela Bertrand, esse “casamento” está muito bem feito, elaborado, essa relação entre a Geografia, a política e o território. Como você chegou a essa formulação?

IC: Estava pensando em dizer alguma coisa mais para frente. Mas já que você perguntou, eu posso adiantar

AC: Ah, então fique à vontade.

IC: Há algo na minha trajetória, mas acho que também na trajetória da Geografia. Na realidade, eu, às vezes, comento com os alunos, nunca escrevi sobre isso. A minha geração foi uma geração que teve uma formação – vou falar isso, até com alguns riscos de falar sobre isso – esquizofrênica, na Geografia. Eu tive, como já falei, uma formação acadêmica, universitária, com muita influência dos mestres franceses: La Blache, Derruau, Pierre Monbeig, Pierre George, como sempre. Tivemos uma formação de um caráter mais descritivo e positivista. Mesmo com todo o debate do Hartshorne sobre a questão da descrição e da explicação, tivemos uma formação de base, na qual o olhar para o mundo, para os lugares, era uma prática de vida, prática fundamental do geógrafo. Quando terminei a graduação e fui fazer o mestrado era o período da Geografia Quantitativa. Então, esse “olhar”, que eu havia aprendido na graduação, o trabalho de campo era sempre cheio de vieses, e, para essa Geografia, obviamente, não era capaz de ver o que você precisava ver. Era muito amador. Você precisava de um balizamento maior, que era a informação, a estatística, coletar os dados. Eram os dados que iam revelar o que você queria ver. Portanto, a minha dissertação de mestrado tinha muitos dados socioeconômicos, análise fatorial, grandes tabelas do IBGE, mapeamento, etc. Veja bem, terminei a graduação e quando fui fazer o mestrado, aquilo que havia aprendido estava sendo negado, era um novo momento da Geografia. Quando terminei o mestrado, aquilo que eu havia acabado de fazer, nos moldes da Geografia quantitativa, com enorme esforço, já estava sendo negado pela Geografia crítica. E eu percebi na Geografia crítica... Aí tem um lado que ainda não falei. Eu tenho uma formação protestante. Você sabe que, diferente do catolicismo, no protestantismo você não tem possibilidade de perdão. Você é ou não é. Ou você é pecador ou você é santo. Isso vem de uma forma muito mais dogmática do que no catolicismo. Quem conhece a sociedade americana, aquela sociedade puritana, o dogmatismo puritano, sabe que o protestantismo é muito mais forte. Paralelo a minha trajetória acadêmica, eu tinha, de certo modo, uma crítica muito forte ao discurso religioso, dogmático. Havia uma negação à questão da religião, da crença a todo custo. E do comportamento coerente com esta crença. Quando veio a Geografia crítica, o que me veio, e minha sensibilidade, meu *feeling*, detectaram na Geografia marxista, da forma que ela veio para o Brasil, o extremo reducionismo, o economicismo; a busca de explicações simples em última instância, dogmáticas. Hoje, vendo a crítica da Geografia crítica, percebo que meu *feeling*, há vinte anos, foi mais do que correto. Para mim essa crença absoluta, sem muita explicação, se tornou uma impossibilidade, mas ao mesmo tempo eu queria respostas para as várias questões que tinha. Dentro da Geografia essas respostas eram complicadas intelectualmente, porque havia uma cisão: ou você era marxista ou conservador, liberal,

positivista, ou o nome que você quisesse dar. Eu não queria nem uma coisa nem outra. Eu percebi que tudo isso tinha um rebatimento político muito forte. A aproximação dessa Geografia tinha uma questão política forte, porém submetida às simplificações economicistas. Ao ler coisas da Ciência Política, eu vi que muitas das minhas respostas estavam lá. Não estavam na Geografia por conta dessa cisão, dessa clivagem. O que percebi? Para minha grande surpresa, eu descobri o território e o espaço na política, que a política não abre mão do espaço, do território. Mesmo que você tenha na Filosofia uma discussão mais teórica da política, na prática, a política não se faz, não se aplica sem uma base material, o espaço, o território. Todo o trabalho em Ciência Política que busque uma aplicação prática da teoria, não pode abrir mão do território, do espaço. A questão do regionalismo, por exemplo, é uma questão geográfica. Eu tomei a questão geográfica como uma questão fortemente política. A questão do regionalismo que é fortemente política e geográfica foi abandonada pela Geografia quantitativa, mas também pela Geografia crítica. Ou você tinha uma região despolitizada ou você tinha o marxismo na Geografia crítica para quem a região não existia. Porque a Geografia nesse momento não discutia regionalismo. A região desapareceu. Então, a Geografia não me dava as respostas, daí a busca da política e de novo, para minha felicidade, ter percebido, enfim, que a Geografia estava ali. Porque não abandonei a Geografia em nome da Ciência Política, eu fui procurar a política, se posso dizer assim, e descobri que a Geografia estava ali. E uma vez que, me desculpem meus colegas que se consideram marxistas, mas a “dita” Geografia marxista, na maioria das vezes, não é Geografia, é uma Sociologia medíocre. Não consigo ver a Geografia dentro de uma visão que é reducionista, economicista, que não incorpora a ideia de território, de espaço. Só incorpora no discurso, quando você vai ver não aparece na prática. Ainda bem que, finalmente, ela está sendo recuperada agora. E aquela corrente está enfraquecendo. Ao ir para a Ciência Política, eu consegui “surfear” um pouco numa outra “onda”, entendeu? Não entrei no dogmatismo, porque nele você crê ou não crê, não tem saída. Também não entrei na polêmica do discurso religioso, porque religião não se discute. E ao mesmo tempo continuei fazendo Geografia que era o que eu gostava de fazer, mesmo com o “olhar” enriquecido pela política.

AC: Esse traço seu, que estou levantando, essa trajetória é muito diversificada, nem sempre é uma opção tão clara. Quando conversamos com os geógrafos é que, retrospectivamente, as pessoas vão conferindo um sentido que naquele momento podia ter, mas não era tão consciente. No seu caso essa apropriação da questão política, indo “beber na fonte” da Ciência Política, foi uma “apropriação criadora”. Sobre o posicionamento em relação ao

“movimento de renovação” você acabou adiantando. E uma das coisas que eu gostaria de saber é como você vê a Geografia hoje, diante de tantas abordagens, o que você considera que é “geográfico” hoje?

IC: O que vou dizer meus colegas não vão gostar. Os meus colegas paulistas, principalmente, não vão gostar. Acho que há uma diferença enorme entre a Geografia brasileira e a francesa, que eu convivo muito; ou a inglesa, a americana; ou mais geral, as Geografias francófonas, as anglófonas que eu acompanho; ou mesmo a Geografia espanhola, que não se pode dizer espanhola, porque há uma enorme variedade: a da Galícia, o grupo lá da Catalunha, ou a Geografia portuguesa. Eu acho que há um problema na Geografia brasileira, que foi essa deriva, no sentido de caminho para o marxismo. A incorporação de alguns princípios do materialismo dialético que estabeleceu uma agenda para a disciplina, de escolhas temáticas, conceituais e metodológicas e depois nos anos [19] 90, uma dificuldade, impasses dessa agenda. Uma boa parte dos marxistas, ou pelo menos as matrizes marxistas, eu não diria que são marxistas, porque muitos parecem que nunca leram Marx. Eles acabaram entrando na deriva cultural e a partir daí se aproximando da Antropologia, de alguns trabalhos da Antropologia cultural. Só que me parece que o discurso religioso, a simplificação, o reducionismo se instalou nesse modo de fazer Geografia. Então, eu vejo na Geografia brasileira, quando se acompanha, lógico que não é tudo, nem os trabalhos de todo mundo, não vou dizer que leio tudo que se faz na Geografia brasileira, porque não leio tudo, mas acompanho, se não eu seria injusta e não quero ser injusta com os colegas. Mas na média, você supõe que não é tudo, estou falando numa média, o que se vê nos encontros da AGB, ou nesse da América Latina, [o EGAL]. Você vê alunos de graduação, de pós-graduação apresentando trabalhos, me parece que há certa monotonia temática, metodológica. As pessoas estão se repetindo enormemente, que é diferente da Geografia francesa ou até mesmo portuguesa, no sentido também de que elas têm certa aplicabilidade. E eu vejo, na Geografia brasileira, diferentemente da francesa ou da própria Geografia portuguesa, principalmente no que se refere à aplicabilidade, como a Geografia pode atuar, dar respostas a sociedade, a política, de como o geógrafo pode atuar. Atuar nessas respostas. Aí estou até antecipando algumas questões que tem aqui. Quer dizer, então, na realidade a Geografia brasileira, justamente por esse viés “teoricizante”, acabou ficando um pouco à margem do próprio movimento geral da sociedade. Ela se tornou um discurso supostamente político, mas muito mais ideológico do que acadêmico, há muito mais palavras de ordem do que um discurso sério, acadêmico. Então, o geógrafo que embarcou nessa, ficou atrás dos discursos do

antropólogo, do sociólogo, do politólogo, ou economistas (das Ciências Sociais) que fazem muito mais parte da cena nacional, seja com ideias, com práticas, seja atuando em níveis de governo, ou que tem algum papel sobre ou efeito sobre o território, o espaço, a sociedade, do que o geógrafo. Não se vê muitos geógrafos no debate nacional, por conta desse impasse do discurso geográfico. A própria produção da Geografia, o conteúdo, acabou fechando muito em alguns temas. E os alunos acabam também sendo repetitivos. Acho que o compromisso de fazer uma Geografia social fez com que as pessoas pensassem que fazer Geografia social é trabalhar, fazer estudos com a população à margem da sociedade ou com a população pobre. Por exemplo, nos anos [19] 80, quando fui fazer meu doutorado, vou contar, fazendo um parêntese – eu fui apresentar meu projeto sobre o regionalismo no nordeste, e diziam que era um projeto conservador e reacionário porque eu estava estudando a elite política do nordeste. Aí, eu disse que estudar o regionalismo político numa região pobre e tentar compreender as razões de ela ser pobre e de continuar pobre, não era uma questão menor. Aí de outra vez, eu estava estudando a questão do conservadorismo versus modernização na fruticultura irrigada no nordeste. E me perguntaram por que eu não estava trabalhando com o pequeno produtor. Quer dizer, mais uma vez um reducionismo político de não ver a questão política por outro ângulo. Hoje você tem uma questão política forte no Brasil, quer dizer, no Congresso Nacional, que é muito interessante, que é a questão do Sarney. Os analistas políticos estão mostrando o que é esse grupo Sarney, que é fruto do clientelismo, do patrimonialismo. É um Brasil antigo que está se mostrando. É um Brasil conservador, reacionário, autocrático, familista. Quer dizer, com todos os vícios da nossa política da Colônia, do Império e da República Velha que persistem ainda hoje. E o Maranhão não é por acaso ou por coincidência que é o estado mais pobre da federação. Então se você quer entender o Maranhão não pode estudar só o camponês. Não adianta estudar só o camponês do Maranhão, você até deve estudar, o antropólogo faz isso muito bem, mas nós não fazemos bem. Então, acho que houve um empobrecimento da Geografia, por esse olhar, de achar que você só faz revolução se estudar o mais pobre. Essa Geografia que queria fazer uma revolução socialista, comunista, do século XIX no século XX, do ponto de vista do engajamento político das pessoas, fez com que a disciplina ficasse atrás das outras Ciências Sociais, o que é uma pena, tendo em vista a riqueza de nosso objeto, o espaço. Quer dizer, como o próprio espaço pode ser visto, lido, de diversas maneiras. Criou-se um lugar comum, o próprio Milton Santos que, às vezes, fez o discurso do lugar comum, ele era muito político, mas também muito inteligente e o trabalho dele é muito mais rico e mais consistente do que alguns dos seguidores dizem. Então, acho que isso é uma pena [risos].

AC: Acho que um dos traços de seu trabalho, nessa abordagem de Geografia Política, é a relação entre imaginário político e território, um elemento que identifica seu trabalho. Se considerarmos, por exemplo, comparando com outros trabalhos de Geografia Política, outras abordagens, mesmo do Wanderlei Messias, da Bertha Becker, seu trabalho demonstra o comportamento, a ética, da elite brasileira. Essa é mais uma interpretação que estou colocando para você avaliar. E há mais um elemento que é o de ter trazido a discussão do imaginário político e acho que isso confere uma identidade à sua produção. Pensando nessas diferenças de abordagem e na identidade de seu trabalho, você considera que existe um pensamento geográfico brasileiro?

IC: Olha, eu não sei. Tenho alguma dúvida. Para ser franca, eu não sei se dá para falar de um pensamento geográfico brasileiro. Pensando bem, nessa minha trajetória, a ideia do imaginário veio da Antropologia, vem da Sociologia Política quando fui fazer meu pós-doutorado. O imaginário era um caminho muito rico para você ver a relação homem-natureza, essa relação entre a base material e o simbólico, quer dizer não há uma separação rígida entre o simbólico e o material, eles se alimentam mutuamente; aquele radicalismo da modernidade, a separação entre o simbólico e a racionalidade. O simbólico não é apenas fantasia, imaginação, como dizia Sartre, nem a razão tem que ser desprovida do simbólico. Eu trouxe justamente por essa perspectiva, esse alimento que eu busquei em outras fontes, diferentes da geografia humanista que de algum modo seguia este viés. Hoje a própria Geografia cultural, por outras vias, foi absorvendo a questão do simbólico, do simbolismo. A própria Geografia da religião, aplica isso, o próprio Lobato Corrêa trabalha muito com os monumentos, todo o valor simbólico que é atribuído a certo monumento, a paisagem, a paisagem cultural. O próprio IPHAN agora definiu o que é paisagem cultural. Voltando a ideia de uma Geografia brasileira, para ser franca, acho difícil. Porque mesmo a ideia de escola, quando você tinha a escola francesa, no momento atual, já não cabe mais. Acho que no momento atual há um processo de comunicação, de troca tão rico, o conhecimento circula muito mais, via internet, via outros meios de comunicação, os livros, os próprios encontros. Hoje você tem mais recursos para pesquisa, ao mesmo tempo em que houve um barateamento do custo de passagens e os geógrafos viajam muito mais, se encontram mais. Acho difícil pensar numa Geografia “brasileira”. Você pode ter sim, como o Brasil é um país muito grande, com muitos desafios para se estudar. Eu não vejo algum traço da Geografia que seja tão particular que a qualifique de um modo diferente de uma “Geografia francesa”, como brasileira. Como, hoje, eu não vejo uma Geografia francesa como era no tempo de La Blache, porque se você pegar

qualquer trabalho de jovens geógrafos franceses bastante criativos, eles citam outros autores franceses, mas também ingleses, alemães, italianos, americanos. Diferente dos americanos que só lêem inglês. Então, você tem hoje uma grande circulação de ideias, conceitos, informação. Mesmo os geógrafos americanos que querem se aproximar da América Latina ou da Europa, mesmo esses, lêem e citam geógrafos espanhóis, franceses, italianos. Eu diria que não. Não acho que tenhamos uma Geografia brasileira e nem acho que, dadas as circunstâncias do conhecimento, da circulação de ideias, isso seja possível. E com essa possibilidade de circulação, acho que nem é bom que tenha. Acho que temos que ter uma Geografia que seja universal. Até porque para ter uma Geografia brasileira você teria que ter temas próprios, conceitos próprios, metodologias próprias. O que nós não temos. Nós, como os outros, nos apropriamos do que os outros têm ou fazem. Na realidade nós, como todos os outros, nos apropriamos em alguma medida também do que os outros têm.

AC: Acho que essa questão acaba remetendo, pondo outras duas questões, uma que é sobre a capacidade de diálogo da Geografia com a cultura brasileira. E outra, é sobre o que pode ser chamado de geográfico hoje, num momento em que se discute tanto a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade aparece novamente essa questão da identidade da Geografia. O que pode ser caracterizado como geográfico, hoje?

IC: Acho muito interessante essa relação entre a Geografia e a cultura brasileira. A Geografia, tradicionalmente, é uma disciplina que, pelo fato de ela se desenvolver historicamente, tem um “olhar” sobre o território, sobre a sociedade e precisa interpretá-la. Interpretar esse ordenamento espacial da sociedade. E, obviamente, a cultura está ali presente. Mesmo que se tenha hoje uma Geografia cultural, que tenta, desde os anos [19]30, fazer um recorte conceitual desse plano da Geografia, ou seja, fazer o que a ciência faz, que é dar certo ordenamento. A relação da Geografia com a cultura é necessária. Não sei, eu não conheço todos os trabalhos de Geografia cultural. Mas eu tive um doutorando, alguns doutorandos que fizeram teses sobre cultura. Um deles fez um trabalho muito interessante sobre as escolas de samba no Rio de Janeiro. Outro doutorando fez sobre o imaginário do sertão, a ideia de sertão no nordeste; outro – mas este eu não orientei - fez sobre o espaço do Rio de Janeiro, por meio das letras de samba, ou seja, uma certa aproximação. Mas qual é a dificuldade para responder objetivamente a essa questão? A dificuldade não está na Geografia, mas sim na definição do que é cultura. Esse é o problema que a Antropologia não resolveu, a arte não resolveu, a Sociologia não resolveu e os geógrafos não resolveram. A cultura é tão importante

para agenda da Geografia, como é a indústria, a cidade, o transporte, o campo. A questão é que como a cidade, a indústria, o transporte, o campo são objetos mais claros, a cultura não é. A cultura não é um objeto muito claro. A Geografia enfrenta o mesmo problema que outras áreas enfrentam. No caso das duas teses que orientei, havia traços culturais muito fortes, então, recortar esse objeto foi muito mais fácil. Muito mais fácil?! Não é que fosse mais fácil, a dificuldade existia, mas havia um embasamento teórico mais nítido que permitia traçar uma metodologia, um recorte e os conceitos. E a partir desse recorte que dados ele ia levantar, todo um procedimento de pesquisa. Foi um belíssimo trabalho, que logo foi publicado em livro. O Caio Amorim da UFPE, por sua vez, tinha uma questão sobre o sertão, e uma suposição de que não se via no nordeste o sertão da mesma maneira. Ele descobriu que não se via o sertão da mesma forma no nordeste. Então, ele separou uma área de Pernambuco, com um conteúdo muito negativo, porque ninguém queria ser “sertão”. Ninguém era “sertão”, ninguém morava no sertão. A ideia de sertão estava mais longe. Mas ele tinha toda uma bibliografia sobre o que é nordeste, sobre o que é sertão, tinha uma metodologia a partir da qual ele pode montar os questionários, montar uma metodologia e o trabalho ficou muito interessante. Os procedimentos para abordar a questão foram bem definidos para fazer uma belíssima tese. Toda vez que você vai fazer um trabalho na Geografia cultural, você esbarra na questão, na discussão do que é cultura. Aí quando você vê certos trabalhos, de alunos, de Geografia cultural, há coisas terríveis, porque há um recorte claro e é um objeto difícil de recortar, e requer uma base intelectual muito grande e de muitas leituras, que muitos alunos da Geografia não têm. A cultura passa a ser tudo e fala-se de tudo e de nada. Porque tudo que é tudo, simplesmente, é nada. Entendeu? Eu acho que a Geografia tem tudo a ver com a cultura. A Geografia está pontualmente acertando, mas erra muito por conta dessa simplificação.

AC: Eu pergunto isso porque, particularmente, mais nos últimos 15, 20 anos temos visto, presenciado, um debate, nos eventos, sobre o fato de haver na Sociologia, na História, na Economia, enfim, em outras disciplinas, uma teoria sobre o Brasil. Existem geógrafos levantando essa questão de que a Geografia brasileira ainda teria como tarefa fazer a sociedade brasileira “falar” por meio do discurso geográfico. Como você vê a relação entre a Geografia e cultura brasileira?

IC: Existe uma questão, uma crise de identidade, não sei, se da Geografia. Porque, na realidade, quando o Milton falava fazer a sociedade “falar” pelo espaço, ele era um geógrafo muito sensível, um intelectual de altíssimo nível, sabia o que estava dizendo. A tarefa da

Geografia é olhar o espaço que é o objeto da Geografia. O que ela deve realmente trabalhar é o espaço, porque se ela não trabalhar ninguém mais trabalha, mas se apropria sem refletir muito, sobre o espaço, sobre o território. E cabe a cada geógrafo definir como vai trabalhar com isso. É claro que a cultura deve entrar como um elemento que qualifica o território, o espaço. E aí, cabe ao geógrafo ver como a cultura qualifica esse território, o espaço, a região. Acho difícil para um geógrafo ou intelectual que vá trabalhar com a ideia de cultura brasileira, com a ideia de cultura nacional porque aí tem a ver com a ideia de nacionalismo, de ideologia nacional, com homogeneização. E hoje cada vez mais as identidades nacionais estão cada vez mais claras. Você tem que se identificar com o que é diferente internamente, não com esse processo de equalização, até porque, hoje, o politicamente correto, na ideia de nacional, é aquele que daria conta da diversidade, das diferenças. Quando comecei a trabalhar com o regionalismo, descobri uma série de trabalhos sobre identidades e os simbolismos como questão nas identidades. Eu comecei a ver, pelo Brasil a fora, as muitas identidades. Em Minas [Gerais], por exemplo, uma coisa interessantíssima, a quantidade de trabalhos sobre “mineiridade”, nunca imaginei. Também me lembro que, conversando com o Ciro [Lisita da UFG], uma vez, ele falava sobre as particularidades do goiano, que é assim ou “assado”, ou seja, de uma “goianidade”. Dando ao ser goiano uma existência simbólica e real. A dificuldade hoje é ter alguém que fizesse essa síntese nacional como fez o Darcy Ribeiro, o Caio Parado Júnior ou mesmo o Sérgio Buarque de Holanda, ou o Gilberto Freyre no nordeste. Hoje, o que se espera de um intelectual não é esse esforço. Então, agora, refletindo em cima do ato, hoje, não sei se é uma questão de uma impossibilidade de alguém fazer isso, de não existirem pessoas para fazer isso. Mas, porque quem tentasse fazer isso seria criticado, porque a questão não é mais generalizar, homogeneizar algo é o risco de perder a riqueza desse algo. Por exemplo, Gilberto Freyre foi muito criticado ao homogeneizar uma ideia a partir do nordeste açucareiro, que é o nordeste rico. O Djacir Menezes que em 1970 fez um contraponto mostrando “O outro nordeste”. Quando apareceram esses trabalhos havia essa discussão de uma cultura nacional ligada ao nacionalismo, à hegemonia dessa cultura. Hoje, há uma discussão muito forte sobre essa questão da homogeneidade em relação à diferença. E no mundo ou mesmo no Brasil, o conhecimento que homogeneiza, se alguém tentasse fazer isso, ia ser criticado por homogeneizar algo que é diverso e diferente. Hoje, me parece que há uma impossibilidade do próprio ambiente intelectual. Não cabe mais. Recentemente, eu estava com um amigo francês, que mora no Brasil e tem dificuldade de falar português, conversando ele me disse: “você não parece ser brasileira, você fala francês. O que é para você ser brasileira?” Quer dizer, a ideia de ser brasileiro, de ser francês, é o outro que tenta

colar em você, uma imagem, uma imagem simplificada e, obviamente, ninguém corresponde a essa imagem. Acho que não temos que pensar em fazer, elaborar esses grandes modelos explicativos, mas de tentar ver a riqueza, essa miscelânea que temos, porque a cultura brasileira tem uma grande diversidade, e então botam todas as diversidades, todas as expressões culturais em pé de igualdade? Não dá mais. A cultura é dinâmica. Ela se transforma continuamente e essa ideia de que a cultura tem que se manter intacta é danosa. É uma posição autoritária achar que você vai enclausurar a cultura, que você não vai sofrer influências externas. Essa ideia de proteção para que a cultura não se contamine. Nenhuma cultura sobrevive intacta, se ela se fechar morre, é a entropia. Acho que essa questão está na pauta da discussão da globalização, ao mesmo tempo em que há um movimento no mundo, há essa discussão das diferenças, das identidades culturais. A globalização da cultura começou desde que os primeiros seres humanos começaram a circular, desde que o *homo sapiens* começou a circular e a trocar e nós somos o que somos porque trocamos, circulamos, começamos a circular, a trocar. Se nós não tivéssemos circulado, trocado, provavelmente, teríamos permanecido no tempo das cavernas. Acho que o geógrafo tem que dar conta dessa riqueza, desse dinamismo, dessa troca, e a cultura como objeto de reflexão é importante, mas não sei se esse é o papel do geógrafo. Lógico que você pode ter um geógrafo, grande intelectual que queira fazer isso, mas não sei se a tarefa da Geografia é essa. O geógrafo e a Geografia devem procurar descobrir como essa diferença cultural ordena, que ordem espacial é essa que é dada por esses traços culturais.

AC: Talvez seja uma tarefa que se delineia de forma mais visível nos eventos da AGB, mas esse debate vai aparecendo e vai ganhando certa adesão, vai se alastrando. E há outra ideia, a de que existem dois perfis de formação do geógrafo: a Geografia “uspiana”, e outro mais vinculado a uma Geografia “carioca”, historicamente, por conta da constituição da Geografia brasileira, você concorda que há esses perfis? Que existe uma Geografia “uspiana” e outra “carioca”?

IC: Alguém já disse, definiu, que “o carioca é aquele que tem a nostalgia da corte”. Até hoje está esperando a volta de Dom Pedro [risos]. “Nós somos um balneário decadente e com nostalgia da corte”. [risos] Essa pergunta só poderia vir de alguém de São Paulo. Porque eu acho que o Rio de Janeiro nunca pensou que faz uma Geografia que não seja brasileira [risos]. Acho que no Rio de Janeiro se faz uma Geografia brasileira, nacional. Afinal de contas, você tem de pensar o que é o nosso imaginário, no Rio de Janeiro. Uma coisa interessante. Aqui os

nossos jornais são: o Jornal do Brasil ou é o Globo. Não é a Folha de São Paulo. A nossa orquestra sinfônica é a “orquestra sinfônica brasileira” [risos]. Eu não sabia, mas um aluno me trouxe um dia, essa coisa dos “livros da sociedade”. Então, tem o livro da sociedade e cada *socialite* daquela sociedade coloca os nomes mais importantes da sociedade naquele livro. Em São Paulo a *socialite* é da sociedade paulista, no Rio de Janeiro é “*socialite* brasileira”. Para nós, nós fazemos uma Geografia brasileira. Eu não sei o que os colegas responderiam, mas eu acho que nós fazemos uma Geografia brasileira [risos]. No nosso departamento, a Bertha Becker estuda a Amazônia, eu fui estudar o nordeste, o Lobato foi estudar Pato Branco no Paraná, temos uma colega que estuda Mato Grosso do Sul, Tocantins, e uma o Pará, ou não sei onde. Não há muitos trabalhos sobre o próprio Rio de Janeiro. O Rio tem certa especificidade, talvez por ter sido capital da Colônia, do Império e da República, do Estado. Depois houve a transferência da capital, o município teve autonomia, houve a decadência metropolitana, com essa marca nacional, a ida da capital para Brasília. Na própria elite intelectual, a elite pensante, essa marca nacional é muito forte. Eu leio o Globo que é um jornal legível, e não há nada sobre o Rio de Janeiro. Os nomes melhores que eu leio, as matérias dos articulistas, não têm nada sobre o Rio de Janeiro, só tem sobre o Brasil ou o mundo. Então, se você pedir o nome do secretário do município, ninguém sabe. Agora o de ministro sabemos. Então, é essa cidade que tem essa particularidade. E a própria universidade, a UFRJ, é a Universidade do Brasil, quer dizer, era. Mas aí um reitor tentou resgatar essa ideia de Universidade do Brasil, manteve-se na UFRJ um logotipo que é o da Universidade do Brasil. E a UFF, a Federal Fluminense foi uma herança do estado do Rio de Janeiro que, imagina, era chaguista, patrimonialistas, era mais semelhante ao nordeste, com todos esses vícios, e a mediocridade grassava. Essa renovação, esse novo quadro de profissionais é recente. Daí nos termos uma história do Rio de Janeiro muito mais antiga, embora, o ar novo dessa universidade tem algumas décadas apenas. Agora, eu não vejo essa especificidade. Aí não posso te ajudar muito, porque acho que nós fazemos uma Geografia do Brasil [risos].

AC: Houve um entrevistado, o Wanderley Messias [da Costa], que disse que na USP não há mais nada para se pesquisar em São Paulo. Porque a USP já pesquisou tudo que podia sobre São Paulo. Ele acha que a influência francesa foi mais duradoura lá. E falou que os geógrafos cariocas, elogiosamente, estudam muito mais o Brasil.

IC: Aqui no Rio nós tivemos uma grande influência francesa, mas também alemã importante. Os colegas da Geomorfologia foram fazer doutorado na Alemanha. E a Geografia do Rio de

Janeiro tinha um vínculo muito forte com o IBGE, uma comunicabilidade muito forte. Vários geógrafos do IBGE eram professores nossos. Quer dizer, não é que a influência francesa tenha sido pequena ou menor, mas foi contrabalançada com outras. Depois vários geógrafos daqui foram para Alemanha. Havia uma comunicação muito grande entre a universidade e os geógrafos do IBGE. Agora uma coisa interessante sobre a cidade do Rio de Janeiro, como ela não nasceu como capital do Estado do Rio de Janeiro, ela não se reconhece na sua *hinterlândia*. Então, o estado do Rio de Janeiro não a reconhece como capital. O estado do Rio de Janeiro ama Niterói. O estado do Rio de Janeiro não ama o Rio de Janeiro, como São Paulo ama o interior de São Paulo, como o mineiro ama Belo Horizonte. Aqui não. Entre os nossos geógrafos, muitos fazem trabalho sobre a cidade, sobre a região metropolitana, tem uma colega que faz Geografia agrária do estado do Rio de Janeiro. Mas você não tem no nosso Departamento linhas de pesquisa importantes sobre o estado do Rio de Janeiro. Eu mesma, para te dar um exemplo, pensei em aplicar no Rio de Janeiro o que eu havia estudado no nordeste, justamente por conta dessa política no Rio de Janeiro, marcada pelo chaguismo, havia aqui também um lado muito conservador. E aí, nesse momento, já estava pensando em fazer um projeto nessa escala. Foi um momento interessante, quando aconteceu uma série de viradas no governo federal, pensei, quer saber de uma coisa, conservador por conservador fico com o nordeste que é muito mais interessante do que esse “estadinho horroroso” [risos]. Então, pensei, vou continuar com o nordeste que é mais interessante. Por isso, acho que não se consegue ter essa visão. As novas gerações, acho, vão passar a se ver mais como parte desse todo que é o estado do Rio de Janeiro. Mas a minha geração não. Nasci na capital do país, passei boa parte da minha vida no Distrito Federal e depois num estado independente. É a história de uma geração.

AC: Porque essa questão não aparece como “escolas”, mas como “bairrismo”, às vezes, até “folclore”. A percepção dessa existência tem variado muito. Quando se trabalha com o pensamento geográfico brasileiro esses traços de formação aparecem com um pouco mais de especificidade. O Bernardo mesmo, numa entrevista, disse que a Geografia que se faz na UNESP não é uma continuação da Geografia que se fez ou faz na USP. Por isso me parece uma questão interessante para a história do pensamento geográfico brasileiro.

IC: Tirando um pouco as brincadeiras, acho que tem aí uma coisa interessante que são os contextos. Quando faço essas brincadeiras sobre o Rio, você tem que olhar o contexto. O contexto da Geografia do Rio também era o contexto nacional. Acho que uma coisa

interessante no contexto nacional era que, na medida em que o Rio era a capital da República, você tinha que fazer uma Geografia nacional. A própria formação de nossos professores indica isso. Havia influência de mestres europeus: franceses, americanos, alemães, ao mesmo tempo em que havia essa questão da afirmação nacional, esse olhar para o Brasil, para o nacional. Paralelamente, São Paulo tinha essa coisa importante, a imagem da cidade como a “grande locomotiva”, como o lugar em que o Brasil não pode parar.

AC: Como símbolo de modernidade!

IC: E São Paulo tinha também que expressar o país. Então, não tem folclore, mas há essa afirmação e a aí sua pesquisa pode revelar porque há esses traços de diferenciação, desse imaginário. As escalas de representação se revelam nesse trabalho e no caso da Geografia, da Geografia acadêmica, vão aparecer os contextos, as escalas das representações.

AC: As gerações vão mudando.

IC: Aí você vai ter, lógico, que botar a idade. [risos].

AC: O critério geracional é importante, mas não pensei em usá-lo. Quer dizer, não usei como critério para selecionar os entrevistados. Como estou trabalhando com uma periodização a partir da década de 1980, que me permite contextualizar a “renovação” da Geografia, essa questão da geração não é o mais importante de início. Mas as pessoas vão fazer as contas. [risos]. Essa questão da geração é muito emblemática da formação, da configuração intelectual de uma época.

IC: Essa questão da inserção do geógrafo eu acho importante.

AC: Seria interessante ver com você como tem visto a inserção dos geógrafos atualmente no mercado de trabalho, na AGB, na política, na universidade, no ensino, a criação da ANPEGE.

IC: Eu acho que esse tema é muito interessante e aí se vê um pouco a diferença internamente da Geografia, no Brasil, como um todo e regionalmente. Eu acho o seguinte, a atuação do geógrafo, pelo seu perfil, e o percurso dos alunos, a maioria vai para o ensino. Este é o “nicho” maior de trabalho. O ensino ainda é o eixo fundamental da Geografia. O que dá a

Geografia um vigor importante. Se fizermos um levantamento dos livros mais usados pelos professores, há uma variedade enorme de títulos que se vê pelo Brasil inteiro. Há departamentos de Geografia enormes, muitos cursos de graduação, aumento dos cursos de pós-graduação. A pós-graduação existe porque a formação de professores também cresceu. Daí existir esse “nicho” da Geografia que é fundamental. A formação de professor, do professor que visa efetivamente ensinar. No caso da pesquisa, na universidade, especialmente, acaba alimentando o ensino de graduação e de pós-graduação, além da produção do conhecimento. Eu acho que a universidade tem o seu papel que é o da pesquisa, o da produção do conhecimento. Porque a AGB foi, duramente muito tempo, o lugar dos geógrafos, dos geógrafos do IBGE, que era a elite que produzia o conhecimento, dos professores universitários. Mas com o tempo a produção do conhecimento, a pós-graduação ficou muito mais na universidade do que no IBGE. Quer dizer, o IBGE mudou o eixo do profissional dele, de formação e de perfil. E a universidade ficou com o “nicho” do ensino e da pesquisa. A ANPEGE tem um papel importante porque foi criada para ir além, para preencher uma lacuna. Porque à medida que a Geografia do IBGE enfraqueceu, os geógrafos envelheceram (mas aí tem uma história que não interessa entrar que é a questão da Geografia crítica versus uma Geografia positivista, etc.), e abriu-se a AGB para estudantes de graduação. Então, o que aconteceu é que as assembleias da AGB ficaram parecendo com as reuniões dos DCEs e as assembleias da UNE. A AGB passou a ser representativa do vigor da Geografia no ensino, etc., mas não da pesquisa em Geografia, não da pós-graduação. Quando a AGB surgiu não existia a pós-graduação, os geógrafos eram graduados, poucos pós-graduados. Mas essa não era uma exigência que se fazia para a produção do conhecimento. Era outro momento. Então, a ANPEGE foi realmente um passo enorme para a pós-graduação. A universidade, a ANPEGE e a AGB têm o seu papel. No caso da política, que eu acho interessante, há uma diferença importante na Geografia do Brasil, pois não temos grandes nomes da Geografia inseridos na política nacional. Há muito mais economistas do que geógrafos. Os geógrafos não são muito recrutados. Mas há alguns poucos casos como as experiências do Wanderley [Messias da Costa] no governo federal e da Bertha [Becker] na consultoria em órgãos de governo. Mas a rigor, se você sair das grandes capitais, no interior, há um ou outro colega, um ou outro orientando numa Fundação de Amparo à Pesquisa do governo do Estado. Então, você tem alguns poucos geógrafos recrutados para trabalhar em alguns órgãos de governo do Estado. Mas eu acho que ainda é muito menos do que poderia ser, na medida em que, se pensarmos que o governo do Estado precisa de quadros competentes em algumas áreas que os geógrafos poderiam atuar. Os geógrafos são competentes, mas são pouco recrutados também

porque, numa determinada época, a Geografia crítica teve preconceito com esse tipo de atuação. No auge dessa Geografia houve um enorme preconceito. Hoje com a democratização e a pressão das coalizões no poder, quadros políticos são recrutados e ocupam cargos segundo critérios políticos e não de competência, o que é um problema. No Brasil há aqueles que poderiam ser ocupados por quadros competentes, mas são ocupados politicamente, não por profissionais de carreira. Mas de qualquer modo, a Geografia participa pouco. E digo isso porque vejo outras experiências como a da Universidade de Santiago de Compostela e de outras. No caso da Universidade de Santiago de Compostela há uma Fundação na universidade que tem uma enorme atuação de geógrafos. As comunas e municipalidades, sempre que querem fazer um plano, um planejamento territorial, o projeto é enviado para a universidade. Fazem uma chamada para projetos, indicam o custo e o projeto vencedor é financiado. A Geografia faz isso, os geógrafos são altamente atuantes na área de planejamento ambiental, urbano, territorial, na área de planejamento econômico, etc. Eu acho que é uma competência que a Geografia tem. A Geografia faz isto e os geógrafos são fortemente atuantes. É claro que se olharmos bem, temos colegas na universidade que prestam consultoria, serviços, há quase uma informalidade nisso. Não é que não se tenha, muitos fazem, muitos geógrafos são consultores do Estado. Mas você não tem uma institucionalização disso, a universidade claramente recrutando, sendo um local onde os profissionais são recrutados. Você tem, individualmente ou em grupos, pessoas que fazem seus projetos, têm suas redes, seus contatos e esses projetos são comprados. No meu departamento há professores que fazem isso, na USP provavelmente também. O pessoal da área de Geografia Física faz muito. Mas não temos um ambiente institucional, como na Economia ou na Engenharia. Você não tem um grande geógrafo que é chamado a ocupar um cargo decisório, ou mesmo escrevendo, emitindo suas opiniões sobre o cenário nacional e internacional. Acho que há uma certa timidez. Aliás, o Milton Santos falava isso e acho que ele tinha razão. Uma pessoa, uma mulher da importância da Bertha [Becker] nunca teve um artigo publicado no jornal, e ela certamente teria coisas interessantíssimas a dizer para a sociedade, coisas que a Geografia anda fazendo por aí, que os geógrafos andam fazendo.

AC: Na verdade falta essa visibilidade, essa inserção que dê visibilidade. Trata-se, eu vou usar essa expressão por falta de uma melhor, mas é a questão da “funcionalidade estratégica do saber geográfico”. A forma pela qual ele é incorporado socialmente.

IC: Todo saber é, de alguma forma, estratégico. Todo saber. E todo saber tem que prestar contas. Ele tem que ser apropriado de alguma maneira. Então, se a Geografia tivesse um número maior de portavozes, certamente ela teria uma visibilidade social muito maior. Agora, no caso dos partidos políticos, do engajamento político, acho que temos alguns casos. E acho que o engajamento político dos geógrafos nos quadros nacionais ainda é pequeno. Os advogados, os médicos são muito mais recrutados. Talvez nas Ciências Sociais, se pensarmos bem, eu que já fiz uma pesquisa sobre o perfil dos representantes políticos na Câmara dos Deputados, os sociólogos e os antropólogos são mais presentes do que os geógrafos. Embora haja realmente alguns, me parece que a atividade para o profissional, quando se trata de inserção social e, tendo em vista a vertente da Geografia crítica e da Geografia social, fez com que houvesse uma atuação muito maior nos “movimentos sociais”, nos “movimentos de base”.

AC: Como você vê a relação entre território e globalização?

IC: Acho que essa questão do território no mundo atual é fundamental. Primeiro que eu acho, se bem que você bota aqui (no questionário escrito) três coisas: globalização, crise ambiental e democracia. Eu acho que há toda uma polêmica na questão em torno da globalização, mas não resta dúvida que ela coloca o território em evidência. A globalização integra, mas como é um movimento dialético, integra desigualmente. Essa integração é dialética porque integra, mas também fragmenta. Então, essa visão por que que algumas partes se integram e outras não, como o próprio Milton Santos já discutiu. A Geografia e a Economia já falavam nisso há muito tempo. Esse “olhar” que a Geografia tem, que nós já falávamos. A globalização é muito rica, ela é dialética e não se pode ver o mundo de forma unívoca, por um lado apenas. Ao mesmo tempo em que isola, ela integra por meio de outras redes, esse dinamismo, ela renova, estimula a inovação. Ela estimula o movimento. Neste sentido, existe um movimento no território, hoje, com toda a tecnologia, novos recursos para os territórios se integrarem. Você tem recursos novos, recursos que não existiam antes. A crise ambiental, por exemplo, é fundamental, é interessante nesse paradigma da globalização porque os próprios meios de comunicação estão colocando isso em pauta. Numa pauta internacional que está forçando os Estados nacionais a se integrarem numa pauta internacional.

AC: Até você comenta isso nesse livro de 2005. E eu procurei manter essa questão dos Estados nacionais, quer dizer a questão do “fim” dos territórios e dos estados nacionais. O que você acrescentaria de novo além do que escreveu?

IC: Acho que o discurso de que a globalização está acabando com os territórios, os Estados nacionais é uma bobagem. Isso não se sustenta em nenhum paradigma teórico, intelectual. É não saber nada de Estado nacional. É não ser capaz de olhar o mundo atual. Mesmo os trabalhos de geógrafos sérios e de cientistas sociais mostram que o Estado é um agente importante. Como ele é um agente importante. Se pensarmos no sociólogo inglês, esqueci, mas depois lembro o nome, nada indica que você tenha, no horizonte, o fim dos Estados nacionais. Essa é uma visão de geógrafos marxistas que leram Lênin, *O estado e a revolução*, e que querem acabar com o Estado. Mas isso é uma bobagem. Aí o geógrafo deixa de ver um objeto que é fundamental para conhecer o território que é o Estado. Acho que a crise ambiental é interessante e acabou se tornando um problema internacional, que é global, ao mesmo tempo tem em que deve ser incorporada à agenda dos Estados. Os Estados cada vez mais têm interlocutores nesse debate global. E há quem diga, como os economistas e sociólogos, que não há um mundo globalizado, mas Estados globais e que a própria globalização é forjada. A democracia por que é interessante? Porque com a visibilidade hoje, você tem uma “onda” de democracia. Uma “onda” de participação mesmo que haja toda uma crítica à ideia de participação. Quando se vê trabalhos da Ciência Política, hoje, com dados, vê-se que nunca se votou tanto como atualmente. Mesmo em países em que o voto é facultativo, nunca se votou tanto. As pessoas vão votar. Existe uma visibilidade da importância desse espaço, da participação, da sociedade interferindo na direção do governo, de seu governo. O mundo hoje, o mundo globalizado, é extremamente rico, é cheio de problemas, de desafios, mas também de possibilidades, de oportunidades. E a Geografia tem que ser capaz de lidar com isso. Bom... Acho que aqui já respondi a sétima questão e a 7.1 também.

AC: Falta a próxima sobre a diferenciação dos conceitos geográficos. Como você diferencia espaço, território, região e lugar?

IC: Agora sobre a diferenciação desses conceitos: território, espaço, região e lugar, eu tenho certo problema com isso. Quanto ao conceito de espaço, território, região, não. Lugar eu evito. Eu dei um curso em Buenos Aires, me pediram para ser sobre o lugar. Quando eu fui

ler, ver a literatura, eu disse: “isso é uma maluquice”. Você não consegue porque é um jogo de palavras que eu acho muito difícil, uma superposição. Não consigo por pura limitação minha, ignorância, definir claramente o que é lugar de uma maneira operacional, que diferencie de território, espaço ou região. Eu posso dizer que o Leblon é um lugar. Por exemplo, que o Leblon é um lugar numa cidade, que tem uma especificidade, uma história, tem até um livrinho sobre ele. Então, quem mora no Leblon tem tal e qual característica e eu posso dizer que isso é “lugar”. Mas se eu tentar enquadrar isso numa noção de lugar, é uma palavra que serve para qualquer coisa. Um conceito que tem uma extensão dessa não serve para nada. É muito difícil de ser utilizado. O problema do lugar esbarra na questão da escala. Se ele se define pelo micro, num território, porque ele é pequeno, então eu tenho muita dificuldade, outros colegas não têm.

AC: É, mas acho que não é mesmo um conceito que você utiliza muito. Os conceitos de espaço, território e região estão mais incorporados no seu trabalho.

IC: São conceitos que têm mais substância, mais história na Geografia. Estão mais bem ancorados numa epistemologia, são mais operacionais.

AC: Acho que no seu trabalho, no livro: *O mito da necessidade*, você dá uma roupagem nova para o conceito de região com a introdução do imaginário. E no[livro] *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições* você recupera o de território em relação com a política.

IC: Justamente, nesse trabalho meu, *O mito da necessidade [discurso e prática do regionalismo nordestino]*, eu fiquei com muita dificuldade, porque naquele momento havia uma negação da importância da região, não tinha mais região no discurso geográfico. Mas como eu tinha um objeto muito claro que era a “região” politicamente, pois para os cientistas políticos ninguém tinha dúvidas que aquilo era uma região. Eu precisava convencer aos meus colegas geógrafos. Acho que a ideia de buscar na região, na microrregião, na macrorregião, na subregião o que cada uma revela da sua escala. Na macro há alguma questão que você está limitando internamente. A ideia de território remete à ideia de um espaço que é apropriado por alguma coisa. E na política isso é muito claro. Você tem o território nacional que é apropriado politicamente. O território na política não se mistura. Não se mistura o território do Brasil com o do Paraguai. Eu percebi, claramente, o problema do limite político nos

últimos anos de graduação, quando participei do Projeto Rondon. Tive uma experiência muito interessante: nós pegamos um avião da FAB e fomos até São Paulo; pegamos os colegas de Campinas e fomos até Cuiabá, em Mato Grosso, e de Cuiabá fomos até Porto Velho e de lá íamos para o Acre. Eu queria ficar na janela porque, lógico, geógrafo precisa olhar o mundo e foi a experiência mais interessante. Eu era estudante de Geografia e não podia questionar muito no avião, e eles não falaram nada do percurso. Imagina, na época da ditadura! Mas pelo percurso, seguimos o oeste de São Paulo e entramos no Mato Grosso para depois seguir para o Acre. Olhei pela janela e vi tudo verdinho, que na época era o café, a agricultura num espaço humanizado. E, de repente, uma divisão bem nítida, uma linha divisória, com um outro espaço, uma vegetação completamente diferente, com outra cor e a estrada asfaltada, que era negra, ficou vermelha. Ou seja, nesse momento eu percebi que era a divisa de São Paulo com Mato Grosso. Não havia nenhuma questão de Geografia política na minha cabeça. Posteriormente, eu fiz um trabalho com alguns estudantes sobre modernização da agricultura usando estatísticas do IBGE. Quando fizemos o mapa com dados por municípios do Brasil inteiro, percebemos que em certas estatísticas os estados se diferenciam, ou seja, a unidade política cria, efetivamente, um território que é diferente. Então, quando você muda a escala não só entre países, mas dentro dos países, essas diferenciações aparecem, essa definição institucional não é neutra, não é banal. Ela organiza o território. O espaço revela, o espaço efetivamente apropriado, como ele se organiza a partir desse grupo que o apropriou. Então, essa experiência de ver uma linha divisória ao “vivo e a cores” ficou muito claro, foi marcante para mim.

AC: E você concluiu aquela pesquisa que você estava desenvolvendo sobre a Geografia do voto? Eu me lembro que quando estive em Goiânia, você estava desenvolvendo um grande projeto de pesquisa com essa temática. Não me lembro se com o Senado ou Câmara dos Deputados.

IC: Não, eu estava trabalhando um pouco com a ideia de elite política, com o perfil da elite política. Mas esse projeto eu não acabei, não consegui levar adiante. O que estou fazendo hoje, meu projeto é sobre a democracia participativa, a participação política, de como o sistema político expressa a diferenciação no território. Como esse sistema cria um problema para a isonomia legal. Nosso sistema representativo é o mesmo para escalas diferentes, a nacional e a local. Na escala local ele é um fiasco. Então, quero mostrar como na escala local esse sistema é problemático. Não há nenhum país do mundo que tenha o voto proporcional

nas três escalas. Na maioria dos países, quando o voto é local, é majoritário e não proporcional. Meu projeto atual, que é grande também, é sobre a relação entre Geografia e democracia, Geografia e território, território e sistema político. O sistema político eleitoral é um campo vasto que o geógrafo precisa perder o preconceito com a política e entrar. Nós temos uma sociedade despolitizada e uma Geografia despolitizada. Temos que repolitizar a Geografia. Mas é uma política que não é subsidiária da economia, como era a Geografia crítica ou marxista.

AC: A questão dez já foi respondida também e você falou da questão da globalização. Mas falta a distinção entre pesquisador e intelectual. Fiz essa questão pensando numa distinção que o professor Milton Santos fez entre “pesquisador” e “intelectual”. Você concorda com essa distinção? Na Geografia pode-se dizer que há até uma terceira posição que é a do militante?

IC: Eu acho que essa distinção é muito interessante e que o Milton tinha toda razão. Quer dizer, o pesquisador torna-se intelectual na medida em que amplia a escala, o horizonte daquilo que ele quer ver. Porque, na realidade, o que diferencia o pesquisador do intelectual é a escala da discussão dele. O intelectual pode ser um grande pesquisador, mas nem todo pesquisador consegue ser um intelectual. Acho que é isso que diferencia. Você pode fazer uma belíssima pesquisa, correta, mas ela continua no seu contexto sem ampliar ou buscar um espaço mais amplo. Acho que o intelectual pensa a pesquisa de uma forma mais ambiciosa e, muitas vezes, essa visão de mundo tem que ser paralela. O intelectual é aquele que lê, lê muito. Lê de tudo, tudo que cai na mão. Ele tem que efetivamente participar. Obviamente, à medida que ele participar, escrever para jornal, entrar no debate público, etc. Apesar da crítica que o próprio Bourdieu fazia ao intelectual que se tornava midiático, você tem um debate. Aqui entra a questão da militância, do ser intelectual e do engajamento. Eu acho que o intelectual, ao adquirir uma posição, tem que assumir uma posição diante do mundo e da sociedade.

[Interrupção da gravação]

IC: Mas voltando à questão do geógrafo, do intelectual, a questão do engajamento. A grande crítica que se faz hoje, no Brasil, é a questão do “silêncio dos intelectuais”. Mas há uma razão: o contexto político. Há uma ausência de debate, pois se você é contra o PT ou é contra o Lula você é contra o social. Eu sou a favor do social. Sou a favor da distribuição de renda, mas sou contra a corrupção. Se você é contra a corrupção, você é udenista, moralista, enfim.

Há um filósofo francês que tem um trabalho interessante que mostra um pouco essa inversão das ordens. O que acontece hoje por aqui é que tudo que é politicamente importante é moralmente aceito. A rigor, a moral tem que comandar a política, e não o contrário. Hoje o que você tem é a inversão, a política comanda a moral. É moralmente aceito o que é relevante no interesse político do poder.

AC: Isso acaba definindo, rebatendo também no que é ser pesquisador e intelectual hoje.

IC: Essa é a questão da práxis e da utopia. Acho essa questão interessante, pois não há práxis sem utopia. A utopia é fundamental no sentido de definir qual é o seu percurso. Para a minha geração a utopia era o socialismo comandado por um Estado justo e generoso. Existia uma práxis dessa utopia. Num determinado momento essa práxis mostrou que não era justa nem tão generosa, era violenta e autoritária. Uma parte dessa geração e uma parte desses intelectuais europeus, americanos, latino-americanos está hoje repensando. A nova utopia, que é minha também, é a de uma sociedade livre e justa. A questão hoje é como construir uma sociedade justa, porém livre? Ou seja, não dá para abrir mão da democracia. Mesmo com esse Congresso medíocre, é melhor ele do que a ausência dele. Outra questão é: qual é o tempo que levaremos e quais os movimentos a fazer para, como diz o Damata, “tirar a política do fundo poço ao invés de apenas pensar num mar de lama em que estamos todos envolvidos”. Como resgatar a política? É isso que tenho feito, uma cruzada para politizar a Geografia. Como politizar a Geografia? Porque isso é um passivo péssimo que nós temos da Geografia crítica, de achar que tudo se resolve pela economia. É um estruturalismo de terceira categoria, que é a economia que em última instância explica tudo. E com isso você não traz a Geografia para o campo da política. Então, qual é a utopia? As pessoas perderam a utopia. Como vamos construir uma sociedade justa e livre? Para mim a utopia é essa. No Brasil você tem uma massa da população que está chegando ao consumo, que tem internet, televisão, visibilidade, está participando e pode pressionar o poder público e o sistema político. Há esse discurso de que a democracia está em crise, mas isso tudo é balela. Os países em que as sociedades são mais igualitárias são onde as sociedades são mais justas porque a sociedade participa, porque ela cobra. Então, você tem certos conceitos, como o de governança, de ação social, e a Geografia agora que está começando a usar, a incorporar esses conceitos. E no Brasil, os últimos trabalhos que eu fiz, publiquei na *Revista GEOSUL* e outro agora que eu tenho feito, é muito interessante essa questão social. O sul do Brasil é muito diferente do norte e nordeste. No sul você tem organizações mais fortes, de associativismo, instituições mais fortes, o

cooperativismo, muito mais participação política do que no norte e nordeste. Por quê? Isto é muito interessante porque esse espaço, o território brasileiro é tão diferenciado. O trabalho de um cientista político sobre a Itália, sobre comunidade e democracia, é belíssimo. Você tem pedaços, partes dele sobre o sul da Itália, e na época, eu dei esse texto na pós [graduação] e tinha alguns alunos do norte e nordeste, e os alunos falavam assim: “isso aqui é nordeste”. Precisamos nos abrir mais e ler o que está sendo produzido e ao mesmo tempo repolitizar a Geografia. Acho que é a política na Geografia. Reencantar politicamente e a Geografia. A Geografia tem que sair desse discurso religioso que o marxismo criou, dogmático, da crença disso e daquilo. Aí tem outro dado que é um dado de geração. A minha geração, eu vivi vinte e poucos anos da minha vida na ditadura. Eu não quero ditadura nem de direita, nem de esquerda, nenhuma. Eu quero ser capaz de pensar. Eu quero ser livre para pensar.

AC: A ditadura foi uma experiência marcante.

IC: Eu quero ser livre para pensar. Agora, vamos voltar aos gregos, liberdade para pensar significa ter normas e regras. Não é direito a tudo, tem que seguir regras. O povo que tem direito a tudo “votou” no fascismo. Eu acho que tem certas coisas que a Geografia tem que pensar, participar e renovar seu discurso. Tem que acabar com o preconceito sobre a democracia e retomar a política. Muita coisa que se fala, até pelos alunos, revela um pensamento anarquista. Mas não há sociedade no mundo, grupo, organização, desde os grupos mais primitivos, primitivos no sentido de primeiros, que tenham aberto mão de regras, de normas de comportamento, de diferenciação, de hierarquia. Essa utopia da liberdade absoluta é a negação da democracia e nunca se realizou, nem na prática nem numa teoria coerente e consistente.

IC: Bom, agora tem essa questão sobre os geógrafos brasileiros mais importantes da atualidade?

AC: Eu diria aqueles que são mais expressivos, que tem um destaque, de inovação no pensamento geográfico.

IC: Eu sempre fujo um pouco dessa pergunta para não cometer injustiças. Eu acho que hoje temos muitas direções na Geografia. Há um temário, uma agenda da Geografia bastante ampliada. Acho que há colegas que se destacam hoje e que estão fora do eixo Rio-São Paulo,

estão no norte e no nordeste, na Amazônia, no Centro-Oeste e no sul. Mas se eu fosse nomear só os colegas daqui, eu seria injusta. O Milton [Santos] foi alguém que tinha uma visibilidade nacional e acho que ninguém até agora ocupou o espaço deixado por ele. Quer dizer, mesmo a Bertha Becker, que é uma grande geógrafa poderia, mas ela abriu mão desse papel acadêmico, nacional. Ela faz, tem um trabalho sobre a Amazônia, circula em órgãos e instituições nacionais e internacionais. Ela tem condições de assumir esse papel. Realmente há um vácuo que o Milton deixou. Há o Roberto Lobato que tem uma obra importante dentro da Geografia urbana, regional; agora tem dificuldades com o problema da visão. Há ainda o Paulo Cesar [da Costa Gomes], o Wanderley [Messias da Costa] da Geografia política que eu conheço, eu gosto. Mas estou falando muito mais daqueles que conheço, não li todos. Acho que você tem hoje uma Geografia do turismo, na Geografia cultural tem pessoas interessantes; na Geografia agrária, na urbana. Há, hoje, uma discussão muito nova, quer dizer nova no sentido de formalizada, que é a questão da epistemologia da Geografia com o Eliseu [Spósito] que faz um esforço; o próprio Paulo César. O Rogério [Haesbaert] com a discussão da região e do regionalismo. Também o Marcelo [Lopes de Souza], agora com a questão das Geografias marginais, quer dizer como é incorporar o marginal do marginal. Há muitos geógrafos. Há uma massa enorme de pessoas, mas infelizmente é isso, há uma lacuna, falta alguém que assuma um papel de porta voz e a Geografia não teve ninguém com a capacidade do Milton para escrever, de uma ousadia em relação ao pensamento.

AC: É que acaba tendo um reconhecimento da própria Geografia, né?

IC: E fora da Geografia. Ele teve um reconhecimento além da Geografia. Mas, mais do que isso eu não digo!

AC: Olha Iná, eu te agradeço imensamente por ter disponibilizado esse tempo para dialogarmos e fico muito agradecida mesmo. Obrigada.

Bibliografia de referência da entrevista:

CASTRO, Iná E. de. **O mito da necessidade:** discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria A. A. de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, M. Mônica.

(Orgs.). **Natureza e sociedade hoje**: uma leitura geográfica. 2. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 56-63 .

_____. Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo nacional. **Território**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 33-42, jan./jun. 1997a.

_____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 155-196.

_____. Desigualdades regionais, cidadania e representação proporcional no Brasil. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 123-135.

_____. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A dúvida de Cézanne. In: **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 121-142.